

UNIVERSIDADE DO PORTO

REVISTA
DA
FACULDADE DE LETRAS

HISTÓRIA

II SÉRIE • VOL. VIII • PORTO • 1991

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
HISTÓRIA

DIRECTOR — PRESIDENTE DO CONSELHO CIENTÍFICO
(PROF. DOUTOR ANTÓNIO TEIXEIRA FERNANDES)

COORDENADOR — PROF. DOUTOR JOSÉ MARQUES

SEDE E REDACÇÃO — FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
RUA DO CAMPO ALEGRE, 1055
4100 PORTO
PORTUGAL

TIRAGEM — 500 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO ANUAL

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

ÍNDICE GERAL

JOSÉ MARQUES	
<i>A Presença da Igreja na História Militar Portuguesa das Origens aos</i>	
<i>Finais do Século XIV</i>	9
HUMBERTO BAQUERO MORENO	
<i>A Organização Militar em Portugal nos Séculos XIV e XV</i>	29
LUÍS MIGUEL DUARTE	
<i>Crimes do Mar e Justiças da Terra</i>	43
EUGÉNIO DOS SANTOS	
<i>O Brasil Pombalino na Perspectiva Iluminada de um Estrangeirado ..</i>	75
FERNANDO DE SOUSA	
<i>As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal</i>	
<i>(1868-1894)</i>	107
JORGE FERNANDES ALVES	
<i>A Pesca e os Pescadores do Litoral Portuense</i>	151
VICTOR DE SÁ	
<i>Duas Visões Portuguesas da Urbanização de S. Petesburgo</i>	
<i>(1780 e 1896)</i>	185
MARIA ANTONIETA CRUZ	
<i>Repercussões Eleitorais da Revolta de 31 de Janeiro de 1891</i>	
<i>na Cidade do Porto</i>	191
C. A. FERREIRA DE ALMEIDA	
<i>Homenagem ao Prof. Doutor Artur Nobre de Gusmão</i>	253
<i>A Roda da Fortuna / Roda da Vida do Túmulo de D. Pedro,</i>	
<i>em Alcobça</i>	255

<p>JOSE CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA <i>Arquitectura Efémera</i></p>	265
<p>JOAQUIM JAIME B. FERREIRA ALVES <i>Elementos para a História Artística da Sé do Porto nos Séculos XVII-XVIII</i></p>	275
<p>NATÁLIA MARINHO FERREIRA ALVES <i>O Entalhador Sebastião Dinis da Fonseca: Alguns dados sobre a sua actividade</i></p>	289
<p>JOAQUIM JAIME B. FERREIRA ALVES <i>Nótula para a História do Mosteiro de Santo Agostinho da Serra</i></p>	297
<p>NATÁLIA MARINHO FERREIRA ALVES <i>Nótula para o Estudo da Paramentaria Bracarense no Século XVIII</i></p>	307
<p>LÚCIA MARIA CARDOSO ROSAS <i>As Obras Seiscentistas no Mosteiro de S. Salvador de Ganfei</i></p>	319
<p>LÚCIA MARIA CARDOSO ROSAS e MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELE PEREIRA <i>Arte e Nacionalidade — Uma Proposta de Yriarte a Propósito da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882</i></p>	327
<p>VÍTOR OLIVEIRA JORGE e SUSANA OLIVEIRA JORGE <i>Figurations Humaines Préhistoriques du Portugal: Dolmens Ornés, Abris Peints, Rochers Gravés, Statues-Menhirs</i></p>	341
<p>SUSANA OLIVEIRA JORGE <i>Idade do Bronze: Apontamento Sobre a Natureza dos Dados Arqueológicos</i></p>	385
<p>JOSÉ AUGUSTO MAIA MARQUES <i>Materiais para a Arqueologia do Concelho de Freixo de Espada à Cinta</i></p>	393
<p>SÉRGIO E. MONTEIRO-RODRIGUES e JOÃO PEDRO CUNHA-RIBEIRO <i>Estação Paleolítica do Cerro (Madalena, V. N. de Gaia)</i></p>	411
<p><i>Notícias e Recensões</i></p>	429

A PRESENÇA DA IGREJA NA HISTÓRIA MILITAR PORTUGUESA DAS ORIGENS AOS FINAIS DO SÉCULO XIV*

Por **José Marques**

1 — Introdução

O estudo da temática em epígrafe impõe-se, a vários títulos, mas, sobretudo, atendendo às numerosas intervenções da Igreja nas vicissitudes da História Pátria, quer colaborando com o poder militar, quer moderando o seu exercício e promovendo a paz.

Trata-se, além disso, de um tema extremamente vasto e complexo, que, a fim de se equacionar, conquanto de forma sintética, obriga a restringir o âmbito desta exposição ao período medieval, não se conseguindo, sequer, no tempo disponível, ultrapassar os finais do século XIV. E mesmo assim não é possível esgotar o assunto, pelo que se impõe afirmar, desde já, a urgência de prosseguir a investigação.

Na elaboração desta breve comunicação, por economia de tempo, pareceu conveniente omitir alguns aspectos, cuja apresentação implicava a abordagem de circunstâncias excessivamente pormenorizadas. Apesar disso, antes de iniciar a exposição propriamente dita, impõe-se observar que a presença da Igreja no âmbito castrense nem sempre se verificou directa e exclusivamente por razões de ordem militar, isto é, intervindo

* Comunicação apresentada ao Colóquio promovido pela Comissão Portuguesa de História Militar, no dia 4-12-1990. A publicar também nas respectivas *Actas*.

activamente com a força dos seus homens de armas em situações conflituais, não faltando, em contrapartida, os casos em que tal presença se concretiza por via diplomática ou a ela se recorre na sequência do exercício do poder militar, sendo, por isso, mais difusa em tais circunstâncias, não obstante a sua intensidade nos períodos de guerra, que o P.^o António Vieira, num sermão proferido em Lisboa, em 1668, descreve como «*aquele monstro que se sustenta das fazendas, do sangue, das vidas, e quanto mais come e consome tanto menos se farta. É a guerra aquela tempestade terrestre, que leva os campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades e, talvez em um momento sorve os reinos e monarquias inteiras. É a guerra aquela calamidade composta de todas as calamidades, em quem não há mal algum que, ou se não padeça ou se não tema, nem bem que seja próprio e seguro...*»¹.

Neste cenário, vem a propósito perguntar: — Como pôde a Igreja intervir ou participar em guerras, ela que, por natureza, deve ser a mensageira da paz?

É certo que, se em relação à guerra contra os árabes — «*os ímpios sarracenos*», como os designa Álvaro Pais — podemos encontrar uma fácil explicação no facto de eles serem considerados injustos agressores, que urgia afastar, mediante o recurso à força, «*não para derramar o sangue, mas para dilatar o nome de Cristo*»... «*e para alcançar a paz*»², e afastar «*o pavor dos árabes*», ainda na palavra do mesmo pensador³, já o mesmo se não pode dizer quando se trata de guerra entre príncipes cristãos, embora esteja sempre subjacente o conceito de *guerra justa*.

Para apreender a verdadeira dimensão das relações entre a Igreja e a *História Militar Portuguesa* é necessário aproximar estas duas realidades, aparentemente antagónicas, tanto mais que a Igreja tem por missão instaurar o reino de Cristo na terra, que há-de ser um reino de justiça, de amor, de verdade e de paz. E se a tradição bíblica reconhece a guerra, não é para a aprovar, como mal que é em si mesma, em princípio lesiva dos direitos humanos e dos «*valores essenciais à dignidade, solidariedade e convivência humanas*»⁴.

Para uma correcta interpretação do que se vai expor é indispensável clarificar o que se deve entender, neste caso, por Igreja e por História Militar, isto é, impõe-se esclarecer os conceitos básicos.

¹ Cf. *Guerra* in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira...* vol. XII, Editorial Enciclopédia, Lisboa-Rio de Janeiro, s.d., p. 855.

² PAIS, Frei Álvaro — *Espelho de reis*, Estabelecimento do texto e tradução do Dr. Miguel Pinto de Meneses, vol. I, Lisboa, I.A.C., 1955, p. 15.

³ PAIS, Frei Álvaro — *o.c.*, p. 17.

⁴ Cf. *Guerra* in *Polis: Enciclopédia Verbo de Sociedade e do Estado...*, vol. 3, Verbo, Lisboa — S. Paulo, 1985, col, 147.

Assim, ao falar da Igreja, embora tenhamos sempre presente que se trata da comunidade dos filhos de Deus, constituindo o Corpo Místico de que Jesus Cristo é a cabeça, referimo-nos à sua face visível, traduzida na multiplicidade dos elementos integrantes da sua cadeia hierárquica e das diferentes formas associativas dos seus membros. Quer isto dizer que tomaremos *a parte pelo todo*, sendo, por isso, legítimo falar de presença ou intervenção da Igreja na História Militar, quando nos referimos à intervenção de pontífices, de bispos, de mosteiros, das Ordens Militares ou de simples conjuntos de fiéis que responderam à chamada ou convocatória da legítima autoridade eclesiástica para a realização de uma missão específica no plano militar, como, por exemplo, a das Cruzadas para a recuperação dos Lugares Santos ou para a reconquista da Península Ibérica...

Do mesmo modo, adoptaremos um conceito alargado de História Militar, nele incluindo tudo o que diz respeito ao recrutamento dos homens de armas ao serviço do Rei ou simplesmente dos concelhos e senhorios, à organização, estratégia e intervenção de forças armadas em acções ofensivas e defensivas, numa perspectiva diacrónica, nela integrando também todas as estruturas materiais, como castelos e outros monumentos militares, direitos de castelania (ou *castelático*), anúduva, etc.

2 — Fontes

Assim entendidos os termos do título desta comunicação, podemos, desde já, observar que as realidades que eles traduzem (Igreja-História Militar) tiveram ao longo da Idade Média Portuguesa uma intensa ligação, que nos propomos, de alguma forma, dilucidar. Conforme facilmente decorrerá desta exposição, na sequência da investigação feita, seguiremos vias muito diferentes da trajectória apresentada no estudo *A Virgem na História Militar Portuguesa*⁵, publicado em *A Virgem e Portugal*, pois apoiaremos este nosso contributo, essencialmente, em documentos autênticos, pontifícios e régios, publicados ou ainda inéditos, como acontece com bulas e documentos da chancelaria real portuguesa, havendo, no entanto, algumas colectâneas documentais que são de consulta obrigatória⁶.

⁵ CASTELO-BRANCO, Fernando — *A Virgem na História Militar Portuguesa*, in *A Virgem e Portugal*, dirigida por Fernando de Castro Pires de Lima, vol. I, Porto, Edições Ouro, s.d., pp. 115-145.

⁶ ERDMANN, Carl — *Papsturkunden in Portugal*, Berlin, 1927. AZEVEDO, Rui de — COSTA, P. Avelino de Jesus da — PEREIRA, Marcelino Rodrigues —

3 — Metodologia

Na sequência das diversificadas situações militares, surgidas ao longo da nossa Idade Média, deparámos também com variadas formas de presença interventiva por parte da Igreja, considerada no sentido acima exposto. É por isso que, embora haja a possibilidade de algumas opções metodológicas na apresentação do seu estudo, temos de reconhecer que não é fácil estabelecer um critério aplicável de forma unívoca e satisfatória a todas as situações, até porque os modos como a presença da Igreja se concretizou interligam-se na sucessão dos recursos da cadeia hierárquica. Nestas circunstâncias, conquanto pudéssemos propor uma tipologia das intervenções eclesiásticas no âmbito da história militar ou, melhor, da história político-militar, parece-nos que neste momento será preferível atermo-nos, tanto quanto possível, à cronologia dos acontecimentos, deixando para a conclusão a tentativa de síntese tipológica que gostaríamos de seguir já na fase expositiva.

4 — Exposição do tema

4.1. — *Nos primórdios*

De acordo com esta opção, poderemos dizer que até ao reconhecimento da autonomia de Portugal por Afonso VII de Leão e Castela, no tratado ou conferência de Samora, de 1143, com excepção do *pedido-promessa*, de 27 de Maio de 1128, dirigido pelo Infante D. Afonso Henriques ao arcebispo de Braga, D. Paio Mendes⁷, as referências por parte da Santa Sé às intervenções militares dos príncipes cristãos no ocidente peninsular são de mero aplauso e apoio verbal das iniciativas destinadas a reduzir o domínio árabe e a expandir o âmbito de influência cristã.

Documentos de D. Sancho I. (1174-1211), vol. I, Universidade de Coimbra, C.H.U.C., 1979; COSTA, Avelino de Jesus da — MARQUES, Maria Alegria F. — *Bulário Português . Inocência III (1198-1216)*, Lisboa, I.N.I.C., 1989.

⁷ A.D.B., *Gaveta do Cabido*, n.º 5. Publ. nos *Documentos medievais portugueses. I. Documentos régios*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, pp. 111-112 (Doc. n.º 89).

Nos casos futuros, citarei apenas, de forma abreviada: *D.M.P. I. D.R.*, seguido da página e do n.º do documento.

4.2. — *Pacto sucessório*

Foi dentro deste contexto que se procedeu à celebração do célebre e tão discutido *pacto sucessório*⁸ entre os condes D. Raimundo e D. Henrique, tomando, assim, posição conjunta contra a eventualidade de o bastardo de Afonso VI e da moura Zaida vir a cingir a coroa de Leão e Castela. A hipotética presença do legado do abade Hugo de Cluny, Dalmácio Geret⁹, representaria, apenas, o interesse da Igreja em salvaguardar a possibilidade de continuação da empresa da Reconquista e fazer abortar possíveis atitudes de benevolência para com os sequazes de Maomé.

4.3. — *Preparando a libertação da influência galega*

Pouco mais de duas décadas decorridas, a menos de um mês de enfrentamento dos partidários de D. Afonso Henriques com os apoiantes de sua mãe, a rainha D. Teresa, o Infante, nosso futuro primeiro rei, em 27 de Maio de 1128, ampliou ao arcebispo D. Paio Mendes o couto de Braga com a doação de novas terras e os direitos arquiépiscopais e doações, que deveriam surtir efeitos «*quando habuero terram adquisitam civitatem tuam et sedem tuam et ea que ad eam pertinent tibi tuisque successoribus in pace dimittam sine aliqua controversia*». E fazia isto não só para sufrágio da sua alma, mas também — e isto é que importa — «*ut sis adiutor meus*»¹⁰.

Era o reconhecimento expresso da importância do auxílio da Igreja, inclusive no plano militar, prestado pelo arcebispo de Braga, importância decorrente, não tanto do volume dos efectivos que o prelado poderia fornecer, como do exemplo que esta atitude fornecia a outros fidalgos da região, possivelmente indecisos, que encontravam na decisão do Arcebispo um referencial ético para a sua resposta definitiva a favor do Infante D. Afonso Henriques.

E aqui não podemos deixar de salientar que, em 6 de Janeiro desse mesmo ano de 1128, o Infante D. Afonso Henriques já estava no castelo de *Faria* (e não *Feira*, como recentemente se pretendeu¹¹), aí se encontrando

⁸ Diversos autores se ocuparam deste *pacto*. Por todos, veja-se SOARES, Torquato de Sousa — *Formação do Estado Português (1096-1179)*, Trofa, Sòlvros de Portugal, 1988, pp. 82-90.

⁹ PERES, Damião — *Como nasceu Portugal*, 7.ª edição, Porto, 1970, p. 89.

¹⁰ *D.M.P. I. D.R.*, pp. 112 — Doc. n.º 89.

¹¹ MATTOSO, José et alii — *O castelo e a Feira. A terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989, pp. 153-160.

também D. Teresa, que deu o seu consentimento à outorga da *carta de couto*, nesse mesmo dia, por ele concedida ao Mosteiro de Manhente. Repare-se que o Infante doador não deixou de registar expressamente, entre os motivos que o determinaram a fazer esta concessão, que o fazia «*et pro servitio quod mihi fecisti et facturus es et etiam pro amore et fidelitate quam erga me habes*»¹². Afinal, motivos bem poderosos: recompensar serviços, prestados, assegurar a garantia de apoios futuros e tudo isto com base na amizade e fidelidade do abade e do seu convento para com o Infante.

Que outra coisa merecia, nessa altura, a designação de *serviço* senão o apoio militar, inerente à proclamada fidelidade?

4.4. — *Do tratado de Tui à «Manifestis probatum»*

Com excepção da resposta positiva e actuante ao convite de D. Afonso Henriques — armado cavaleiro, em 14 de Maio de 1122¹³, na catedral de Samora, na presença do arcebispo de Braga, D. Paio Mendes, seu companheiro de exílio — durante o período anterior à conferência ou tratado de Samora, se não encontramos sinais de intervenções eclesiásticas activas no plano militar, temos de as registar no plano diplomático. Recordemos as diligências do arcebispo D. Paio Mendes na celebração do tratado de Tui, de 1137¹⁴, e de D. João Peculiar, no encontro dos dois primos beligerantes no impropriamente dito *recontro* de Valdevez, em 1140¹⁵. No entanto, quando em 1 de Maio de 1144, o Papa Lúcio II respondeu à carta de vassalagem *Claves regni coelorum*, subscrita pelo arcebispo de Braga, D. João Peculiar, e pelos bispos do Porto e de

¹² MARQUES, José — *A extinção do Mosteiro de Manhente*, in «*Barcelos — Revista*», 2 (2) 1985, pp. 11 e 15.

¹³ SOARES, Torquato de Sousa — *o.c.*, p. 160.

¹⁴ SOARES, Torquato de Sousa — *Significado político do Tratado de Tui de 1137*, in «*Revista Portuguesa de História*», Coimbra, tomo II, 1943, pp. 321-334. A referência ao prelado bracarense encontra-se na p. 322, nota 4.

Ver também HERCULANO, Alexandre — *História de Portugal*, 7.^a edição, vol. II, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., p. 158, onde informa que «este pacto foi jurado pelo infante com cento e cinquenta dos seus homens bons e exarado em Tui a 4 de julho de 1137, na presença do arcebispo de Braga e dos bispos de Segovia, Porto, Tuy e Orense».

¹⁵ BERNARDO PINTOR, P.^o Manuel António — *O recontro de Val-de-vez, onde foi?*, Braga, 1958, p. 41, escreve textualmente: — «*A Crónica dos Godos*, também chamada *Crónica Lusitana*, diz que o imperador vindo que as coisas lhe corriam mal pediu ao arcebispo de Braga para servir de intermediário juntamente com outros homens de categoria».

Coimbra¹⁶, com a bula *Devotionem tuam*¹⁷, não deixou de reconhecer que D. Afonso Henriques, já aceite como rei por Afonso VII, em Samora, na presença do legado pontifício, o cardeal Guido de Vico, continuava preocupado com a reconquista — «*cum ad expugnationem paganorum intentus, multisque negotiis secularibus occupatus, Apostolorum limina visitare non posses*» — pelo que teve de recorrer a intermediários na prestação da homenagem devida ao sucessor de Pedro.

Contrariamente ao que se esperava, Lúcio II não reconheceu a D. Afonso Henriques o título de rei, que já usava desde 11440, e o monarca leonês aceitou, desde 1143. Trinta e cinco anos mais tarde, ao reconhecer-lhe o título de rei pela *Manifestis probatum*, de 23 de Maio de 1179, Alexandre III, apoiado na evidência dos factos, pôde salientar que o nosso primeiro rei «*per sudores bellicos et certamina militaria inimicorum christiani nominis intrepidus extirpator et propagator diligens fidei christiane sicut bonus filius et principis catholicus multimoda obsequia matri tue sacrosancte ecclesie impendisti dignum memoria nomen exemplum imitabile posteris derelinquens*»¹⁸.

No reconhecimento dos méritos do primeiro rei de Portugal fica também patente o estímulo à prossecução nessa linha por parte de todos os seus sucessores.

4.5. — *Conquista de Lisboa e o apoio dos Cruzados*

4.5 — Mas não se esqueça que muito antes de tão importante reconhecimento, em 1147, o arcebispo de Braga, D. João Peculiar e o bispo do Porto, D. Pedro Pitões, tinham desempenhado uma decisiva acção negociadora junto dos expedicionários da 2.^a *Cruzada do Oriente*, fundados no Douro, tendo-os convencido a participarem na conquista de Lisboa — cidade de muitas e desvairadas gentes¹⁹ — com eles vindo embarcados estes dois prelados²⁰, enquanto o Rei avançava por terra.

¹⁶ COUTINHO, Bernardo Xavier — *Acção do Papado na fundação e independência de Portugal*, 2.^a edição, Porto, Livraria Lopes da Silva, 1940, pp. 73-74.

¹⁷ COUTINHO, Bernardo Xavier — *O.c.*, pp. 75-76.

¹⁸ 8.^o *Centenário do reconhecimento de Portugal pela Santa Sé*, (bula «*Manifestis probatum*», — 23 de Maio de 1179). *Comemoração académica*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1179, p. 135.

¹⁹ HERCULANO, Alexandre — *História de Portugal*, 9.^a ed., tomo III, Lisboa, L. Bertrand, s.d., pp. 15-17.

²⁰ HERCULANO, Alexandre — *O.c.*, t. III, p. 13.

A duração e a dificuldade do assédio ficaram bem recortadas pela pena de Alexandre Herculano²¹, não sendo necessário, por isso, recordá-las. Mas o que se torna imprescindível registar é a participação dos contingentes militares europeus da 2.^a *Cruzada*, organizada por deliberação pontifícia e pregada pelo grande S. Bernardo, de Claraval — cujo *IX centenário do seu nascimento* estamos a comemorar — na conquista definitiva de Lisboa. Poderemos mesmo dizer que se trata de uma intervenção militar, potencializada pelo Arcebispo de Braga e pelo Bispo do Porto, verdadeiramente ecuménica, porque promovida pelo romano pontífice e integrada por cruzados de várias nações e principados, em 1147.

4.6. — *Reacção contra a invasão almóada*

Para além da fixação dos freires de S. Tiago nos castelos de Palmela, Sesimbra, Alcácer e Arruda, e da conquista de Évora, em 1166, bem como da restauração do bispado de Évora, que sobreviveu, não obstante a destruição causada pela invasão *almóada*, que, em vão, tentou apoderar-se do castelo dos Templários, em Tomar, e da vila de Santarém, donde foram repelidos, com o apoio de Fernando II de Castela, genro de D. Afonso Henriques, temos de registar que as incursões feitas a partir do litoral, nas proximidades da Nazaré, foram neutralizadas com a colaboração das gentes que viviam na dependência de importantes mosteiros da zona centro, como Alcobaça e S.^{ta} Cruz de Coimbra²².

4.7. — *Conquista de Alvor e Silves — 3.^a Cruzada*

Em 1189, D. Sancho I conseguiu conquistar Alvor e Silves, mercê da colaboração dos contingentes da 3.^a *Cruzada*, mais uma notável intervenção das forças reunidas sob a orientação do Romano Pontífice, Clemente III, na história militar portuguesa, secundando os homens de armas do rei *Povoador*, de novo igualmente apoiado por diversas Ordens Monásticas.

Na sequência destas conquistas, marcadas pela colaboração activa da Igreja, D. Sancho I, consciente da necessidade de povoar e defender os territórios envolventes, que, de algum modo, pudessem contribuir para

²¹ Idem — *O.c.*, t. III, pp. 17 e ss.

²² SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Verbo, 1977, pp. 100-105.

sustentar a posse da praça de Alvor e da cidade episcopal de Silves, em Dezembro de 1189, doou ao seu novo bispo, entre outros bens, a igreja de Santa Maria de Silves, o castelo de Monchique e a vila de Mafra, em todos os casos, com seus termos, compensando também monetariamente o Arcebispo de Braga e os Bispos do Porto, Coimbra, Lisboa, Viseu, Lamego e Silves²³, o que, sem dúvida, indicia a colaboração activa destes prelados nesta episódica reconquista algarvia. Nessa mesma altura (Dez. 1189), entregou o castelo de Alvor, situado no termo de Silves, ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra²⁴. No ano seguinte, em 27 de Julho de 1190, isentou o Mosteiro de Grijó do pagamento de todas as fossadeiras presentes e futuras, explicitando que, além de obter o perdão dos seus pecados, fazia tal concessão «*et pro amore vassali nostri domni Alvari Martini qui in obsequio Dei et nostro contra inimicos crucis Christi apud Silviam interfectus est a Sarracenis et pro amore et fideli servicio quod domnus Martinus Colimbriensis episcopus et omne genus suum nobis devote exhibuerunt et cotidie exhibent*»²⁵. Finalmente, em Fevereiro de 1191, o mesmo monarca doou ao Mosteiro de Alcobaça o castelo de Benefacim (*Abenabeci*)²⁶. Por sua vez, o Mosteiro de S. Vicente de Fora deu também a sua colaboração nesta primeira e efémera campanha de reconquista algarvia, como sugere o facto de ter sido contemplado com a igreja de Santa Maria de Arruda²⁷.

Em todas estas doações de castelos ou de direitos de natureza militar, independentemente de outros objectivos expressos nas cartas de doação, é indiscutível que, da parte do monarca, além da preocupação de compensar as instituições donatárias, pelo apoio prestado na expansão da reconquista, havia também a convicção de que elas eram os seus mais fiéis titulares, capazes de rentabilizar a posse destes castelos, quer defendendo-os, quer reparando-os, quer, ainda, povoando e desenvolvendo economicamente os seus termos, o que, sem dúvida, constitui uma importante forma de presença activa, embora pacífica, da Igreja na história militar.

Em 13 de Junho de 1194, D. Sancho I prosseguia a sua política de construção de castelos, neste caso doando à Ordem do Hospital, na pessoa do seu Prior, D. Afonso Pais, a terra de Guidintesta para aí erigir um castelo, que passaria a chamar-se Belver²⁸ e que, em Outubro de 1210, já

²³ *Documentos de D. Sancho I*, doc. n.º 42.

²⁴ *Documentos de D. Sancho I*, doc. n.º 41.

²⁵ *Documentos de D. Sancho I*, doc. n.º 44.

²⁶ *Documentos de D. Sancho I*, doc. n.º 49.

²⁷ *Documentos de D. Sancho I*, doc. n.º 40.

²⁸ *Documentos de D. Sancho I*, doc. n.º 73.

estava ocupado, pois o monarca revela no seu testamento que tinha aí 20.000 morabitinos, tantos como os Templários lhe guardavam em Tomar²⁹.

4.8. — *Exigências de respeito pela paz*

Em 1198, D. Sancho tinha, finalmente, assinado a paz com o cunhado, Fernando II de Castela, que invadira as Beiras, paz selada pelos juramentos destes monarcas e dos seus vassallos. Nessa altura, porém, certos homens perversos visavam perturbar as relações entre os dois cunhados: «... *quidam homines pestilentes, qui gloriantur cum malefecerint et exultant in rebus pessimis, inter eosdem reges pro dilectione odium seminantes ad rixas et contentiones eos inducere nequiter elaborant*». Perante tal situação, Inocêncio III, pela bula *Referente dilecto filio* incumbiu Frei Rainério de obrigar os dois monarcas a observarem a paz, a que se tinham comprometido por juramento³⁰.

Nos últimos anos de vida, D. Sancho I concedeu diversos privilégios, isentando, em 25 de Dezembro de 1210, o bispo de Coimbra e o Mosteiro de S.^{ta} Cruz do pagamento de encargos de natureza militar, como eram a *fossadeira* e as contribuições para a reparação das muralhas, e no dia 28 desse mesmo mês, isentou o Bispo e o Cabido de Coimbra de participarem no fossado «*ut nunquam vadant in fossatum neque in aliquam expeditionem nisi contra mauros si venerint super regnum nostrum*»³¹.

Apesar de todo o esforço defensivo, desenvolvido na sequência das novas investidas almóadas, à morte de D. Sancho I, a fronteira sul do reino tinha regressado à linha do Tejo, ficando neutralizado todo o esforço de reconquista desenvolvido por este monarca.

4.9. — *O reinado de D. Afonso II*

O curto reinado de D. Afonso II, embora no plano da reconquista haja apenas a registar a participação portuguesa na campanha conducente à vitória de Navas de Tolosa (1212), em que o monarca não participou, e à conquista de Alcácer do Sal, em 1217, em que o bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas tomou parte activa muito intensa, bem como bispo de Évora, o mestre da Ordem do Templo, o prior do Hospital e o

²⁹ *Documentos de D. Sancho I*, doc. n.º 194.

³⁰ *Bulário de Inocêncio III*, doc. n.º 21.

³¹ *Documentos de D. Sancho I*, doc. n.º 202.

comendador da Milícia de S. Tiago³², este reinado não foi pacífico, mercê da contenda com seus irmãos e irmãs, cujas dotações paternas não quis respeitar, não obstante a isso ser obrigado por juramento. Poderemos perguntar: *porquê tão pouca intervenção no plano da reconquista?*

Embora não sendo apodíctica, pelo menos parcialmente, a resposta encontra-se na situação interna do reino, a que se faz menção no número seguinte.

4.10. — *A contenda com as irmãs*

Em consequência desta violação do juramento feito, os seus irmãos D. Pedro e D. Fernando exilaram-se, tendo D. Pedro sido acompanhado por muitos nobres seus partidários que viam nele o sucessor de D. Sancho I, dado o frágil estado de saúde de D. Afonso II.

De Leão passou para o reino do Miramolim, onde recuperou as relíquias dos Cinco Primeiros Mártires de Marrocos, que fez conduzir para Portugal, acabando por ser rei de Maiorca³³, enquanto D. Fernando se fixou na Holanda, onde casou com a princesa Joana, filha de Balduino IX e de Maria França.

4.10.1 — O conflito entre D. Afonso II e as irmãs estalou primeiro com D. Mafalda, que recebera o Mosteiro de Bouças de D. Sancho I, cedendo-o, depois, aos Hospitalários, facto que o *Gordo* contestou. Mercê da intervenção dos Mestres Vicente e Silvestre, D. Afonso II ganhou a questão e acabou por se congregar com a irmã D. Mafalda, que depois se instalou em Arouca³⁴.

4.10.2 — Mais grave, porém, foi o litígio com as irmãs Teresa e Sancha, instaladas em Montemor-o-Velho, que parte da nobreza apoiava na luta pela defesa do seu senhorio e a que os nobres portugueses exilados e regressados de Leão, como Gonçalo Mendes, D. Pedro Sanches (irmão das Infantas e do monarca) o sobrinho D. Fernando Afonso (filho da Infanta Teresa e de Afonso IX) e D. Pedro Fernandes de Castro davam apoio, não só invadindo o Norte de Portugal, mas assegurando a defesa de Montemor-o-Velho.

³² VELOSO, Maria Teresa Nobre — *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, vol. I, Coimbra, 1988, p. 244, (Dissertação de doutoramento, policopiada).

³³ VELOSO, M.T.N. — *O.c.*, vol. I, pp. 119-132.

³⁴ VELOSO, M.T.N. — *O.c.*, vol. I, pp. 133-146.

No decurso da contenda, as Infantas conseguiram que o monarca fosse declarado incurso em excomunhão por não respeitar os seus compromissos, assumidos sob juramento, e o Reino interdito.

Foi, então, que D. Afonso II se submeteu ao Papa Inocêncio III, que, por sua vez, comissionou os juizes apostólicos enviados a Portugal, em 31 de Agosto de 1212, para resolverem o litígio que trazia com as irmãs. Depois, enviou a bula *Olim ad petitionem* às duas irmãs e, posteriormente, outra aos abades dos Mosteiros de Espinha e Osseira, datada de 21 de Maio de 1213 *Accepimus ex litteris*, ordenando-lhes que conseguissem a paz. Em ordem a obter uma resolução definitiva do conflito, as bulas sucederam-se. Assim:

— Em 7 de Abril de 1216, surge a *Cum olim charissime*, incumbindo o Bispo de Burgos e o deão de Compostela de examinarem as queixas das duas partes e de que tentassem levá-las a firmarem a paz. À morte de Inocêncio III (Julho de 1216), a Infanta Teresa prosseguiu junto de Honório II, que emitiu duas bulas, em 3 de Outubro de 1216: *Cum a nobis petitur*, dirigida à Infanta Teresa, e outra, de 18 de Janeiro de 1218, *Cum karissimus*, de novo enviada ao bispo de Burgos e ao deão de Compostela...

Neste último ano conseguiu que o conflito estacionasse, garantindo às Infantas o usufruto vitalício — *in vita sua* de Alemquer, que, à sua morte, passaria para a Coroa; por sua vez, D. Teresa teria o usufruto de Montemor-o-Velho e de Esgueira, com a condição de, por sua morte, uma parte passar para D. Branca, ficando a outra para o Mosteiro de Lorvão. O Rei deveria ainda respeitar os forais concedidos pelas Infantas a Montemor-o-Velho e a Alenquer.

O litígio não ficou completamente sanado e só no tempo de D. Sancho II foi possível normalizar as relações com Fernando III de Leão e Castela, por causa dos castelos ocupados, entre eles o de Chaves, tendo o Papa Gregório IX emitido diversas bulas, de que salientamos as seguintes: — *Cum dilectis in Christo*, *Cum ex injuncte*, *Erga te quam reputamus*, *Ne obruatur innocentia*, esta de 23 de Dezembro de 1239. A extensão deste conflito basta para concluir da intervenção da Igreja pelos seus Pontífices na história militar portuguesa, largamente matizada por instantes acções diplomáticas³⁵.

³⁵ VELOSO, M.T.N. — *O.c.*, vol. I, pp. 146-168.

4.11. — *O reinado de D. Sancho II*

No reinado de D. Sancho II, que herdou uma situação extremamente grave nos planos interno e externo, a reconquista avançou até Tavira. Neste longo período de actividade militar (1226-1242) é necessário salientar a poderosa intervenção dos Hospitalários na erecção do Crato (+/- 1230) e da Ordem de S. Tiago, sucessivamente, pelo menos desde 1235, na conquista de Aljustrel, Arronches (1236), Mértola (1238), Aiamonte e Cacela (1240) e, finalmente, Tavira (1242), doada à Ordem de S. Tiago, em 1244³⁶.

Mas, a partir de 1234 até 1238, urge ter presente a influência da bula *Cupientes christicolos*, concedendo indulgências a quantos acompanhassem o monarca na luta contra a mourama³⁷.

Embora de natureza pacífica, não deveremos esquecer que a história militar está intimamente ligada à vida religiosa das populações que viviam dentro e à volta dos castelos e sobre as quais os prelados diocesanos tinham plena jurisdição. Foi nesse contexto que, em 1224, o arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares da Silva, concedeu aos moradores dos castelos de Vinhais — cuja igreja foi construída a expensas de D. Sancho II — e de S. Cristóvão de Panóias o direito de padroado, permitindo-lhes, assim, apresentarem o clérigo por eles escolhido para assumir a cura pastoral³⁸. São, é certo, aspectos de natureza pacífica, mas que não podem ser olvidados no âmbito dos temas em análise.

4.12. — *Conquista do Algarve*

Quanto ao reinado de D. Afonso III, julgamos que bastará recordar a acção da Ordem de S. Tiago na conquista do Algarve, durante a campanha militar de 1249-1250, em que o Mestre da Ordem, D. Paio Peres Correia, aparece como a figura mais relevante em todo este processo, ficando bastante apoucada a própria imagem de *Bolonhês*³⁹.

³⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Verbo, 1977, p. 130.

³⁷ SERRÃO, J. V. — *O.c.*, vol. I, p. 127.

³⁸ A.D.B., *Liber Fidei*, docs. 897 e 891, respectivamente. Ver também MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, IN-CM, 1988, pp. 1089 e 1117.

³⁹ *Cronicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, ed. crítica por Carlos da Silva Tarouca, S.J., vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1952, pp. 253-279. MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, 4 ed., Lisboa, 1974, p. 116.

Da importância da acção militar e social aí desenvolvida pela Igreja, através da Ordem de S. Tiago, demos uma primeira amostra no estudo *Os castelos algarvios da Ordem de Santiago, no reinado de D. Afonso III*⁴⁰.

Nos acontecimentos subsequentes ao tratado de 1253 e à situação de bigamia em que D. Afonso III caiu, temos de reconhecer que lhe faltou o apoio da Igreja, aliás, as relações com ela foram, a muitos títulos, lamentáveis, diremos mesmo, de indignidade, como ficou demonstrado, de forma inequívoca, em tese de doutoramento, relativamente recente⁴¹.

Estes e outros aspectos da história militar exigem também um exaustivo e criterioso levantamento arquivístico, que nos revelará situações insuspeitadas, como a troca que D. Afonso III fez com o Mosteiro de S.^{ta} Cruz de Coimbra, ao qual pertencia o castelo de Arronches.

4.13. — *D. Dinis*

D. Dinis não teve que se preocupar com os problemas da reconquista, mas nem por isso as suas relações com a Igreja foram pacíficas no que respeita à história militar, como revelam as três concordatas então celebradas com a clerezia, tendo ocorrido o 7.^o centenário da primeira, em 1989. Que saibamos, o único acto comemorativo dessa efeméride foi o estudo do Prof. Doutor António Domingues de Sousa Costa, que, a nosso pedido, analisou as intervenções do arcebispo de Braga, D. Frei Telo. Na concretização destas concordatas com D. Dinis, para o Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, realizada em Outubro de 1989, e, há mais de um ano, publicado nas respectivas *Actas*⁴².

Um dos pontos em litígio foi o das *terças* ou terça parte das rendas das igrejas que o monarca reclamava para a restauração das fortalezas e construção de outras novas, na sequência das guerras com Castela da celebração do tratado de Alcañices, de 1297, período em que também, do lado castelhano, houve um surto de renovação das fortalezas da fronteira. E não se tratava apenas de receber *rendas*, exigia também *trabalho* dos

⁴⁰ MARQUES, José — *Os castelos algarvios da Ordem de Santiago, no reinado de D. Afonso III*, in «Caminiana», Caminha, Ano VIII, N.º 13, Dezembro 1986, pp. 9-32.

⁴¹ MARQUES, Maria Alegria Fernandes — *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, Coimbra, 1990 (Policopiada).

⁴² COSTA, António Domingues de Sousa — *D. Frei Telo, arcebispo-primaz, e as concordatas de D. Dinis*, in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, Congresso Internacional, Actas*, vol. II/1, Braga, Univ. Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia — Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 283-316...

lavradores. Até por uma questão de registo e divulgação destas fontes históricas, parece-nos oportuno transcrever aqui os termos desses documentos jurídicos, distinguindo as referências aos contributos materiais das exigências de serviços. Às primeiras, isto é, às *talhas*, que viriam a fixar-se nas *terças*, referia-se o artigo XI da primeira concordata, celebrada em 1289, — «*O Decimo primeiro artigo he tal. Item. Que El Rey costrange por sy, e per seus Concelhos os Clerigos, e Igrejas a dar com leigos talha para fazer, e refazer os muros dessas Cidades, e desses lugares contra a livridõoe da Igreja, e contra a Ley de seu Padre.*

Respondem os Procuradores davandittos que esse Rey nom os costrange pera darem esto e prometem que os nom costranga daqui em diante, e que fará compridamente justiça contra esses, que fezerem esse torto aas Igrejas, e aas pessoas dellas»⁴³.

No artigo XII da mesma concordata de 1289, o problema da prestação de trabalho por parte dos lavradores que se dedicavam ao amanho das propriedades das igrejas e dos mosteiros ficou assim consignado:

— «*O decimo segundo artigo he tal. Item. Costrange os lavradores das Igrejas, e dos Moesteiros, que a aquesto nom som theudos per nenhum direito, a fazer, e refazer os muros de guisa, que por tal costrangimento os lavradores desemparam as herdades e as herdades ficam destroidas.*

Respondem os davanditos Procuradores, que El Rey fará guardar esto o que quer que per Direito Cõmuu for aguardadoiro, salvo graças, ou privilégios, ou Composições, parecerem que se de direito devam aguardar»⁴⁴.

Não se pense que esta concordata constituiu uma solução radical e eficaz para estas divergências, aliás originadas no antagonismo latente entre princípios jurídicos vigentes e algumas tendências inovadoras, que hoje ninguém terá relutância em aceitar e até mesmo em defender, mas para cuja recepção, naquele tempo, não havia ainda preparação adequada. Por isso, em 1309, voltamos a deparar com situações idênticas, conducentes a uma terceira concordata, que estabeleceu um certo *modus vivendi* nas relações entre o monarca e a clerezia do Reino. Os conflitos de direitos e de jurisdições que estes documentos solenes pretendem solucionar, embora transitoriamente e assumindo, por vezes, feições diferentes, prolongar-se-ão, em muitos casos, para além da Idade Média.

⁴³ ALMEIDA, Fortunato de — *História da Igreja, em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. IV, Porto — Lisboa, Livraria Civilização, 1971, p. 63.

⁴⁴ ALMEIDA, Fortunato de — *O.c.*, vol. I, p. 77.

Esses dois assuntos tão enfatizados em artigos autónomos na concordata de 1289, na de 1309 foram já abordados em conjunto, como se verifica pelo texto chegado até nós: — «*O sexto artigo he tal. Diz que quer, que os Clerigos paguem com os leigos em fazimento das feiras, e fontes contra a livrodõe da Igreja, a qual deve, e promete aguardar, e promete aguardar, assy como já dito he contra seu artigo decimo primeiro.*

Outro sy costrange os lavradores, que paguem em esto das possiões das Igrejjas, e dos Moesteiros, que paguem em esto como os outros contra o seu artigo decimo segundo.

A este artigo diz, que guardará hi o decimo primeiro, que pera fazimento dos muros manda, que nom paguem, assy como em esse artigo he contheudo. E diz El Rey, que pera aquellas cousas que som pera defendimento da terra, e prol do Senhorio, podem seer costrangido per El Rey, e pagaróm como os outros»⁴⁵.

Embora estes artigos pudessem ser utilizados como pontos de partida para considerações pertinentes, apraz-nos anotar a explícita recusa da guarda de privilégios particulares, quando está em causa o bem comum. Mais abaixo teremos oportunidade de aludir à inexurável aplicação deste princípio pelo Arcebispo de Braga, D. Lourenço, quando, por ordem do Mestre de Avis, coordenou os preparativos da cidade de Lisboa para resistir ao cerco das hostes castelhanas, que para lá se dirigiam nos meses de Março e Abril de 1384.

Poderemos encerrar este ponto afirmando que o contributo material da Igreja esteve presente em muitas obras públicas, mas, pelo menos em muitos casos, não poderemos considerá-lo colaboração querida e desejada.

4.14 — *D. Gonçalo Pereira, no Salado*

Não poderemos terminar sem evocar a participação portuguesa na reconquista da Andaluzia, projecto a que o arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, conferiu todo o seu vigor, até pelo que contribuiu para pôr termo à guerra com Castela, que durante quase dois anos, 1338-1340, semeou imensa devastação, tanto no litoral como através das fronteiras terrestres, cujas consequências pudemos comprovar documentalmente para a zona nortenha de Montalegre e do Barroso⁴⁶.

⁴⁵ ALMEIDA, Fortunato — *o.c.*, vol. IV, p. 77.

⁴⁶ Veja-se o nosso estudo *Reflexos da guerra de D. Afonso IV com Castela, na região flaviense*, apresentado em Viana do Castelo, em 28-9-1985, por ocasião do III Colóquio Galaico-Minhoto, realizado nesta cidade, e a publicar nas respectivas *Actas*.

Neste contexto, a presença do prelado bracarense com os seus homens no Salado constitui uma página que não pode ser apagada da história militar portuguesa da Idade Média.

4.15 — *Crise dos finais o século XIV.*

Ainda no século XIV, impõe-se reflectir na posição da clerezia face aos acontecimentos de 1383-1385. Tem-se estudado muito a posição da nobreza, dos mesteirais e dos *miúdos*, que Fernão Lopes não esqueceu... e outros, conduzidos por interpretações ideológicas da história, ornaram com méritos excessivos. A clerezia a que dedicámos um primeiro artigo, reeditado em Portugal⁴⁷, foi praticamente, esquecida. E, no entanto, também no seu seio houve profundas divisões.

É certo que Fernão Lopes, aqui e além, vai registando os nomes e as posições de alguns, mas o grande volume documental, felizmente disponível, deve-se ao trabalho hercúleo do Prof. Doutor António Domingues de Sousa Costa com a publicação das *súplicas*, que permitem proceder, em larga escala, à reconstituição do que se passou no interior deste grupo privilegiado.

É matéria sobre a qual ainda há muito a aprofundar e só após um levantamento exaustivo se poderá ter uma visão mais recortada do papel exercido pelos membros do clero secular e regular e das consequências individuais e institucionais. A menção frequente das nefastas consequências das guerras sobre mosteiros e paróquias constitui um aspecto negativo da interrelação político-social no contexto das guerras fernandinas com Castela e, em especial da guerra da Independência⁴⁸.

Mas em todo este ambiente bélico e de insegurança, emergem a figura do arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, e o vigor da acção por ele desenvolvida não só durante a fase preparatória da defesa de Lisboa

⁴⁷ MARQUES, José — *Clérigos portugueses exilados e beneficiados em Castela Nova e na Andaluzia nos finais do século XIV*, in «Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique», Porto, vol. IV, 1989, pp. 177-194.

⁴⁸ Este aspecto é muitas vezes invocado, entre outras fontes nas *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, conservadas no Arquivo Distrital de Braga. Muitos destes dados documentais foram por nós utilizados nas seguintes obras: *O estado dos mosteiros beneditinos da arquidiocese de Braga no século XV*, in «Bracara Augusta», Braga, 35, Jan.-Dez. 1981, e *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, IN-CM, 1988.

das nefastas consequências inerentes ao cerco que iria sofrer, funções de que tinha sido incumbido pelo Mestre de Avis⁴⁹, mas também, depois, na batalha de Aljubarrota⁵⁰, episódios que Fernão Lopes registou com graça e pormenor.

A actuação deste prelado pode, de certo modo, exemplificar a disponibilidade da Igreja no apoio dado à defesa da autonomia e independência da Pátria.

5. — Conclusões

1 — Esta rápida excursão através da nossa História Medieval deixou bem claro que não é possível fazer uma História Pátria isenta e verdadeiramente científica sem entrar em linha de conta com a presença actuante da Igreja, também nos aspectos militares. E frisamos «*também nos aspectos militares*», porque a sua presença na cultura, na arte, na ocupação e exploração do solo e em tantos outros aspectos ninguém, de boa fé, a pode negar.

2 — Compreender-se-á, agora, melhor porque observámos, de início, que a intervenção ou presença da Igreja na História Militar Portuguesa tem de ser apreciada em função dos vários níveis de intervenção dos seus elementos visíveis, inseridos na cadeia hierárquica ou simplesmente no anonimato do comum dos fiéis.

3 — Assim, a intervenção pontifícia verifica-se não só em momentos altos da nossa história, como na *Manifestis probatum*, mas também em numerosas situações litigiosas ou não, quer dirimindo questões, quer concedendo indulgências e privilégios...

4 — A intervenção de alguns prelados foi decisiva, por exemplo, na repetida adesão dos cruzados à causa da reconquista no ocidente peninsular,

⁴⁹ LOPES, Fernão — *Crónica de D. João I*, I Parte, Porto, Liv. Civilização, 1945, p. 212 (cap. 110): — «*E posto que os da cidade com boom desejo se offerecessem aaquelle trabalho, ainda os elle mais aficava, non leixando nenhuu de quallquer estado que fosse: em guisa que nom ficava clerigo nem frade nem outra pessoa que todos alli nom fizesse chegar. E se lhe algum dizia que era clerigo; e ell rrespondia que asi era clerigo como elle; eo que lhe dizia que era frade: E eu arcebispo, que he melhor que frade, dizia elle. E tall aguça pos em nas armar, que em breves dias foram amadas doze galees; e veherom mais huuã galliota armadas do Algarve*».

⁵⁰ LOPES, Fernão — *o.c.*, — II. pp. 103-104 (cap. 41).

nomeadamente das cidades de Lisboa, Silves e da fortaleza de Alvor, em expedições além fronteiras, como se verifica com a participação de D. Gonçalo Pereira na batalha do Salado e a presença actuante de D. Lourenço Vicente nos preparativos para a defesa de Lisboa, do cerco que lhe pôs o monarca castelhano e, depois, na própria batalha de Aljubarrota.

5 — Além da notável acção desenvolvida pelas Ordens Militares, não poderemos olvidar o contributo das Ordens Monásticas, tanto na reconquista, como na administração dos castelos que lhes foram confiados.

6 — Importa, igualmente, anotar a participação do povo anónimo com as dízimas dos frutos do seu trabalho para custear acções militares ou liquidar dívidas então contraídas, servindo as igrejas e outras instituições eclesiásticas de intermediárias na recolha de tais contributos.

7 — As informações documentais relativas ao compromisso assumido pelo Mosteiro de Fiães de construir e reparar, quando necessário, uma parte da muralha do castelo de Melgaço, estimula a investigar se outras instituições monásticas não teriam assumido obrigações idênticas.

8 — Pelos exemplos aduzidos quanto aos castelos de Vinhais e de S. Cristóvão de Panóias, a História Militar não pode omitir o estudo da assistência religiosa às populações que viviam dentro dos castelos, nas suas imediações e dependência, nem pode ignorar os mecanismos jurídicos utilizados para designar os seus párocos ou simples curas e capelães.

9 — Não queremos terminar esta breve comunicação sem alertarmos para a necessidade de se proceder ao levantamento exaustivo de tantas personalidades nacionais e estrangeiras, que, no âmbito da intervenção da Igreja na esfera militar, ficaram indissoluvelmente ligadas a esta faceta da nossa História.

O esboço que aqui nos foi dado apresentar poderá constituir um ponto de partida para ampliar a visão da História Militar Portuguesa e para a tornar exaustiva e mais correcta.

A ORGANIZAÇÃO MILITAR EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XIV E XV

Por **Humberto Baquero Moreno**

Na Península Ibérica durante a época medieval o exército não constituiu um corpo armado com carácter de permanência, procedendo-se apenas ao recrutamento de homens quando as necessidades de natureza militar assim o impunham. A mobilização dos efectivos dependia essencialmente das acções defensivas e ofensivas em vista.

Apenas revestia um sentido regular a milícia real (militar regis) que constituía um corpo armado ao serviço permanente do monarca. Na Espanha cristã desde o século XI existe uma guarda pessoal do soberano constituída por cavaleiros que acompanhavam aquele em todas as suas deslocações: Esta guarda aparece designada na documentação por *schola reges* ou *schola regalis*, havendo referências dela em Portugal no tempo do conde D. Henrique ou mais concretamente em 1111, ano da concessão do foral à cidade de Coimbra com o intuito possível de prevenir alguma revolta dos seus vizinhos¹.

A institucionalização no nosso país de uma guarda real permanente apenas se observa no reinado de D. João II, quando por volta de 1485, Fernão Martins de Mascarenhas viu-se investido nas funções de capitão da escolta real. Como capitão dos ginetes distinguiu-se na Batalha de

¹ Acerca desta matéria veja-se o bem elaborado estudo de Gastão de Melo de Matos, *Exercito* in «Dicionário de História de Portugal», direcção Joel Serrão, vol. II, Lisboa, s/d., pp. 161-164.

Toro, devendo-se essencialmente à sua acção o triunfo alcançado pelo príncipe D. João na luta travada com o exército dos Reis Católicos². Após a morte violenta, no cadafalso, do duque de Bragança, ocorrida em 20 de Junho de 1483, o rei D. João II receoso pela sua vida fez-se acompanhar duma guarda permanente comandada por aquele fidalgo³, o qual se tornou pela natureza das suas funções o maior confidente do monarca e o seu mais dedicado colaborador⁴.

Alguns indícios documentais revelam-nos que desde os primórdios da monarquia existiam besteiros de cavalo cuja missão consistia em zelar pela segurança do monarca. O seu número contudo deveria ser diminuto, apenas constituído por umas escassas dezenas de homens. Ignora-se se tal como sucedia em Castela no século XIII haveria em Portugal homens de pé encarregados de garantir a segurança do monarca⁵.

A nobreza através das suas categorias hierárquicas dispunha de homens ao seu serviço, variando o seu número consoante a importância e o poder material de cada senhor. Às ordens de um rico-homem havia um certo número de combatentes, que se designavam por *mesnada*, os quais recebiam uma quantia ou soldada do seu senhor, em acumulação na maior parte das vezes dum quantitativo proveniente da coroa. A partir contudo da segunda metade do século XIV, com a reorganização do exército levada a efeito por D. Afonso IV, a coroa passou apenas a pagar a partir de seis semanas de serviço, pois durante mês e meio cabia exclusivamente aos municípios os encargos decorrentes da satisfação da soldada⁶.

Dependentes dos ricos-homens e dos infanções eram os cavaleiros-vilãos dos concelhos, a quem competia prestar serviço militar em condições análogas aos criados dos fidalgos ou vassallos de criação. Tudo parece indicar que os membros da cavalaria vilã recebiam soldada directamente do rei ou através de um rico-homem que os contratava. Com a progressiva extinção dos ricos-homens, que a partir do século XV tem apenas uma mera designação honorífica, as relações de dependência

² Damião de Gois, *Chronica do Principe Dom Ioam*, Coimbra, 1905, caps. LXXVII e LXXVIII, pp. 224-230.

³ Anselmo Braamcamp Freire, *A guarda de D. João II no anno de 1490* in «Archivo Histórico Português», vol. V, Lisboa, 1907, pp. 345-366.

⁴ A biografia de Fernão Martins de Mascarenhas foi por mim traçada em *A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança*, in «Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval», ed. Presença, Lisboa, 1990, pp. 213-216.

⁵ Gastão de Melo de Matos, *artigo citado*, p. 161.

⁶ Henrique de Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.^a ed., Vol. I, Lisboa, 1945, pp. 351-357.

passaram a estabelecer-se entre os cavaleiros-fidalgos e os seus escudeiros-criados, a maior parte dos quais constituía uma categoria social desprovida de nobreza. Estes escudeiros-criados recebiam quantias dos seus senhores.

Nos reinos da Península Ibérica todos os homens com aptidão física eram obrigados a prestar serviço militar, embora às vezes procurassem eximir-se a essa obrigação. Em relação ao armamento que utilizavam tudo dependia do seu custo e da sua complexidade, recorrendo-se para o feito à utilização de armas de guerra que eram geralmente depositadas em armazens existentes nos castelos. Nesses depósitos distribuídos por todo o país encontravam-se além de armas brancas e armaduras, bestas de polé e de garrucha, trons, bombardas, pelouros e todo o tipo de armas de arremesso.

Uma das maiores dificuldades residia na posse e na manutenção do cavalo, extremamente onerosa para os recursos do tempo. Dada a escassez e a fragilidade deste animal, muitos eram os que procuravam fugir à dificuldade recorrendo à utilização de cavalo raso ou de besta muar de sela e freio, conforme no-lo comprovam inúmeros documentos. Uma das principais missões do coudel, a quem competia proceder ao alardo ou revista dos besteiros a cavalo, consistia em averiguar se as regras prescritas eram cumpridas e se todos estavam aptos para as tarefas de combate⁷.

Em todos os concelhos os coudeis constituíam uma fonte de conflitos em permanência, sendo de índole vária e diversificada as questões que se colocavam e geravam tensões entre os coudeis e os residentes abrangidos pelas obrigações.

Uma das reivindicações apresentadas consistia no respeito pela determinação de que estes cargos apenas fossem confiados aos naturais dos concelhos e nunca a estranhos aos mesmos. Assim, a cidade de Lamego expressava nas cortes de Lisboa de 1456, convocadas por D. Afonso V, que nas cortes anteriores os procuradores queixavam-se dos atropelos cometidos pelos fidalgos quando investidos no desempenho dessas funções. Contrariamente ao prometido pelo monarca, que garantira esse ofício ser dado apenas aos naturais dos concelhos, investira nesse cargo o conde de Marialva, Gonçalo Vaz Coutinho⁸.

Fundamentava-se essencialmente a contestação atrás formulada numa decisão de D. João I, a pedido dos concelhos, expressa nas cortes de Coimbra de 1400, no sentido de serem destituídos todos os coudeis

⁷ Alvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, ed. Anastásia Salgado e Abílio Salgado, Lisboa, 1983, pp. 58-62.

⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fol. 104.

nomeados pelos reis nas vilas e cidades, passando essa designação a caber exclusivamente à livre escolha do poder local⁹. Esta decisão viria aliás a ser impugnada pelo rei D. Duarte, nas cortes de Leiria-Santarém de 1433, perante a petição de que os coudeis apenas pudessem ser nomeados pelo espaço de três anos de entre os moradores das cidades e vilas onde exerciam profissões¹⁰. Também se mostrava evasivo o rei D. Afonso V quando nas cortes de Santarém de 1451, lhe requereram que os coudeis que fossem «grandes senhores» não pudessem exercer nas suas terras de jurisdição¹¹. Contudo já nas cortes de Lisboa de 1455, o monarca mostrou-se decidido ao deliberar em conformidade com a petição que não pudessem desempenhar funções de coudel os poderosos e aqueles que morassem fora do local do cargo¹². Menor sorte teve o requerimento apresentado nas cortes de Lisboa de 1459, para que as funções de coudel fossem extintas, ficando estas competências ao arbitrio do povo¹³. Mas nas cortes de 1477 efectuadas em Montemor-o-Novo confirmava-se a decisão anteriormente assumida de que os fidalgos não possam ocupar funções de coudeis¹⁴.

Apesar da clareza com que se estabelecia que os fidalgos estavam impedidos do desempenho do ofício de coudel tal não obsteu a que o mencionado conde de Marialva, Gonçalo Vaz Coutinho, se encontrasse em demanda com o concelho de Caria para o exercício dessas funções. D. Afonso V, por carta de 12 de Agosto de 1456, determinou no seu veredicto que os do concelho tinham toda a razão¹⁵. Mas o atrevimento do conde de Marialva era de tal ordem, conforme queixa apresentada pelo município de Almeida nas cortes de Lisboa de 1459, que ía ao ponto de não respeitar a circunstância de o ofício ter sido concedido a um homem bom, morador na vila, aí nascido, apenas movido pelo torpe desejo de «mais sojugar a terra»¹⁶. Por seu turno, nas cortes de Lisboa, de 1456, o concelho de Torres Novas mostrava-se escandalizado devido a que Lopo

⁹ Arquivo Municipal do Porto (A.M.P.), *Livro 3 de Pergaminhos*, doc. 53. Cf. Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, vol. II, ed. I.N.I.C., Porto, 1990, p. 255.

¹⁰ Arquivo Municipal de Ponte de Lima (A.M.P.L.), *Pergaminho*, n.º 19 Cf. Armindo de Sousa, *ob. cit.*, p. 312.

¹¹ A.N.T.T., *Cortes*, maço 2, n.º 14, fols. 1-12. Cf. Armindo de Sousa, *ob. cit.*, p. 340.

¹² Idem, *Ibidem*, fols. 12-22. Idem, *Ibidem*, p. 352.

¹³ Arquivo Municipal de Coimbra, (A.M.C.), *Pergaminhos Avulsos*, n.º 79. Cf. Armindo de Sousa, *ob. cit.*, p. 363.

¹⁴ A.N.T.T., *Cortes*, maço 2, n.º 14, fols. 136-147. Cf. Armindo de Sousa, *ob. cit.*, p. 441.

¹⁵ A.N.T.T., *Livro 2 da Beira*, fols. 43v-44.

¹⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fol. 163v.

Dias, estribeiro da falecida rainha Dona Leonor, que não era natural da vila nem sequer aí residente, se fazer representar por um coudel, o que originava a situação aberrante de a localidade possuir dois coudeis¹⁷.

O privilégio que determinava que o ofício de coudel na capital do reino pertencia a um cidadão de Lisboa foi invocado pelos seus procuradores, nas cortes aí realizadas em Dezembro de 1439, lembrando para o efeito a promessa que lhes fora feita por D. João I. O monarca após a revolução dera esse e outros ofícios a homens da sua casa em prejuízo dos naturais. Face à reacção destes prometeu devolver estes cargos a esses cidadãos, o que entretanto nunca veio a acontecer. Lembavam agora ao regente D. Pedro que era tempo de saldar o compromisso assumido pelo monarca seu pai¹⁸. Também devido à pressão dos poderosos a vila de Fontearcada obteve a carta régia de 21 de Agosto de 1466 para que o ofício de coudel apenas pudesse ser dado a um dos residentes com competência para o desempenho do cargo¹⁹.

Por motivo da nomeação régia do cavaleiro da casa real Diogo de Sequeira para as funções de coudel perpetuo da vila de Castelo Branco gerou-se uma forte reacção do concelho, o qual através de queixa apresentada nas cortes de Lisboa de 1459 lembrava ao monarca que por deliberação anterior no parlamento o exercício desse ofício não poderia ir além do prazo máximo de cinco anos²⁰. Aliás a perpetuação no ofício de coudel aparece denunciado pelo concelho de Santarém nas cortes da Guarda de 1465 ao afirmar-se que terminado o prazo de três anos solicitasse um novo alvará e assim nunca mais deixam de desempenhar a função²¹.

Outras vezes porém os naturais dos concelhos sentiam-se agravados por não serem devidamente avaliados em função das suas posses. De acordo com as Ordenações do reino, com valores estabelecidos para meados do século XV, para se ser besteiro de cavalo era necessário possuir bens no valor mínimo de vinte e quatro marcos de prata, quantia esta que descia para metade para quem fosse besteiro de garrucha²².

Estes quantitativos obrigavam apenas a possuir o cavalo. Acima destes valores, para além da besta, podiam ser obrigados a possuir a cota de malha, o bacinete e o loudel. Tanto dependiam do coudel os besteiros

¹⁷ A.N.T.T., *Livro 4 de Estremadura*, fol. 274v.

¹⁸ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 20 fol. 88v.

¹⁹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fol. 56.

²⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fol. 173v.

²¹ A.N.T.T., *Livro 2 da Beira*, fol. 20L.

²² Determinação baseada no capítulo especial outorgado à cidade da Guarda nas cortes de Torres Vedras de 1441. (A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso 5*, livro 2, fol. 89.

a cavalo como os besteiros de garrucha.

O modo como se procedia à avaliação dos bens dos acontiadados dava origem a alguns reparos, bastando recordar as reclamações apresentadas nas cortes de Lisboa de 1439.

Em conformidade com a petição apresentada nessas cortes pelo concelho de Setúbal temos conhecimento da queixa formulada pelos procuradores do concelho de os mesteirais da vila serem acontiadados por besteiros de garrucha, arnesados e cavaleiros, sem possuírem bens superiores aos de simples peões. O registo mandado efectuar pelos coudeiros nos livros da coudelaria apenas obedeciam ao propósito de disporem de mão de obra profissional, o que causava dificuldades ao anadel dos besteiros do conto em proceder a um recrutamento adequado²³.

Situação semelhante era apresentada nessas cortes pelo concelho de Palmela, o que se traduzia no inconveniente de desfalcarem o contingente dos besteiros do conto e de privarem o município de homens que cumprissem os encargos municipais²⁴.

Uma das grandes dificuldades com que se deparavam os acontiadados consistia na obrigação de estarem presentes aos alardos que se verificavam com alguma regularidade ao longo do ano²⁵.

Explica-se assim a apreensão manifestada pelo concelho de Tavira nas cortes de Évora de 1442 face à pressão exercida pelo coudel para que os acontiadados se apresentassem num determinado prazo, que não ia além do primeiro de Março, com o cavalo e as armas para efeito de revista operacional. Sucedia, no entanto, que não podiam manter as montadas devido à escassez de pastos de ervas e à densidade das herdades, contrariamente ao que se verificava no Alentejo e na Estremadura onde abundava terra desse tipo para a criação de cavalos. Requeriam que se cumprissem as condições estabelecidas para as cidades de Lisboa e Porto. Dada a impossibilidade de possuírem cavalos, os cavaleiros acontiadados em cavalo e armas, deveriam possuir dois arnêses, e o cavaleiro acontiado em cavalo raso apenas um arnês. Entendia o regente D. Pedro que não devia ser exactamente assim como requeriam. Em nome do rei decidia que o cavaleiro acontiado em cavalo e armas deveria cumprir o estipulado. Ficaria apenas isento da obrigação de ter cavalo o cavaleiro raso, somente obrigado a possuir arnês e besta de garrucha²⁶.

²³ A.N.T.T., *Livro 6 de Odiana*, fol. 136v-137.

²⁴ A.N.T.T., *Livro 6 de Odiana*, fol. 147.

²⁵ *Ordenações Afonsinas*, livro I, Coimbra, 1792, título LXXI, pp. 473-520.

²⁶ A.N.T.T., *Livro 6 de Odiana*, fol. 131.

Um reflexo da impossibilidade de estarem presentes nos alardos aparece-nos denunciado nas cortes de Lisboa de 1456 através duma reclamação do concelho de Leiria. O procurador Afonso Martins Evangelho referia que muitos homens absorvidos nas suas ocupações profissionais e no carreto de madeira extraída do pinhal e sua serração tinham incorrido na falta de revelia e por esse facto tinham sido demandados pelo coudel. A razoabilidade da petição merecia aliás o deferimento régio²⁷. Situava-se aliás a decisão de D. Afonso V numa determinação de carácter geral, dada nas cortes de Santarém de 1451, em que eram amnistiados os revéis aos alardos²⁸.

Ao nível da nobreza os cavaleiros-fidalgos eram obrigados em função do seu estatuto a prestar serviço militar ao rei com um determinado número de lanças. Normalmente uma lança era constituída por três unidades dispondo cada uma de cavalo, formada por cavaleiro, escudeiro e pagem. Além das lanças os cavaleiros fidalgos recrutavam nas suas terras homens de pé armados de lança e escudo ou utilizando armas de arremeso²⁹.

A grande organização militar assentava contudo ao nível concehio através dos corpos constituídos pelos besteiros do conto. Estes devem ter surgido, embora com um carácter irregular, a partir do reinado de D. Afonso II. As primeiras notícias que se possuem acerca duma determinada organização surgem no termo do reinado de D. Dinis, ou mais concretamente em 1325³⁰.

Pertenceu, contudo, a D. Afonso IV, a primeira organização destes corpos, cuja data se localiza em 1331³¹. A sua reorganização ficou-se devendo em 1373 ao rei D. Fernando que segundo Fernão Lopes «mandou poer por escripto quamtos mançebos aazados e de boons corpos ouvesse em cada villa e logar, posto que vivessem per soldada com outrem, pera taaes como estes pellejarem pee terra, armados com as armas dos acomtiados pousados». As obrigações recaiam sobre todos «e esta comthia mandava elRei lamçar per todollos moradores das villas e logares, hu taaes aconthiados eram achados, na qual pagavam vihuvas e orfoons e frades da terceira hordem, e mançebos de solldada e jornaleiros

²⁷ A.N.T.T., *Livro 4 de Estremadura*, fol. 292v.

²⁸ A.N.T.T., *Suplemento de Cortes*, Maço 4, n.º 47. Cf. Armindo de Sousa, *ob. cit.*, p. 346.

²⁹ Philippe Contamine, *La guerre au Moyen Age*, P.U.F., Paris, 1980, pp. 243-244.

³⁰ Henrique de Gama Barros, *ob. cit.*, vol. V, pp. 241-242.

³¹ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Lisboa, 1982, p. 39.

e mancebas do mundo e mouros e judeus e beesteiros e quaaesquer outras pessoas previlligiadas»³².

No respeitante ao armamento eram igualmente estabelecidas uma série de normas na reforma fernandina³³. O besteiro do conto era apenas obrigado a usar a besta de polé e com ela transportar cinquenta virotões.

As Ordenações Afonsinas esclarecem-nos que as obrigações de prestação de serviço militar como beesteiros do conto recaíam especialmente sobre três categorias profissionais. Em primeiro lugar encontravam-se os mesteirais, com destaque para os sapateiros, os alfaiates, os ferreiros, os carpinteiros, os almocreves, os tanoeiros e os regatões. Em segunda escala deviam ser recrutados os mançebos da terra que contituíam a peonagem, os quais deviam ter como atributo saber «tirar com besta». Seguiam-se por último os lavradores que voluntariamente o desejassem ser³⁴.

A disciplina militar devia ser uma das preocupações constantes do anadel-mor a quem cumpria fiscalizar rigorosamente de modo a estar ciente da operacionalidade dos beesteiros e assim tomar conhecimento se são «prestes e corregidos de suas beestas e cintos e polees». O alardo pressupunha ainda proceder à feitura duma lista em que se registavam os nomes dos beesteiros falecidos, foragidos ou que devido ao seu estado de penúria económica eram libertados dessa função. Em relação ao número de beesteiros estabelecido por D. João I, o qual foi sofrendo diversas vicissitudes, cumpria ao anadel zelar no sentido de preencher as vagas entretanto a descoberto. Para que tudo decorresse normalmente impunha-se que o anadel fosse um homem bom, idóneo e «perteacente» para o desempenho desse cargo. Mas se fosse negligente poderia ser privado do seu desempenho e até mesmo castigado pela sua incompetência e desleixo³⁵.

Importante se apresenta a determinação de D. João I concedida nas cortes de Coimbra de 1391, a pedido dos concelhos do reino, para que os anadeis não pudessem ultrapassar o número de beesteiros consignados para cada lugar³⁶. Outro aspecto significativo derivava da norma aprovada por

³² Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. Civilização, Barcelos, 1966, cap. LXXXVII, pp. 229-230.

³³ Idem, *Ibidem*, cap. LXXXVII, p. 230.

³⁴ Esta matéria foi objecto de tratamento no meu artigo *Privilégios concedidos pelo Infante D. Pedro aos beesteiros do conto*, sep. de «Bracara Augusta», tomo XXXI, Braga, 1977.

³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 14.

³⁶ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (A.H.C.M.L.) *Códice 5*, fols. 66v-69. Cf. Armindo de Sousa, *ob. cit.* p. 238.

D. Duarte nas cortes de Leiria-Santarém de 1433 no sentido de que os besteiros do conto, apenas poderiam após a sua nomeação pelo concelho ser desvinculados pelo monarca, atribuições que nem sequer pertenciam ao anadel-mor³⁷.

Um dos grandes problemas resultou da pressão dos municípios para que o número dos besteiros do conto fixado para cada concelho fosse objecto de revisão no que respeita à sua redução. Se é certo que o regente D. Pedro enquanto desempenhou funções governativas apenas deferiu algumas situações comprovadas de escassez de pessoas, o rei D. Afonso V pouco depois de assumir o poder foi de uma permissividade extrema.

Interessante se apresenta a petição da cidade do Porto, nas cortes de Lisboa de 1439, ao declarar que durante o reinado de D. Fernando apenas contribuíam com vinte e cinco besteiros do conto, mas que com as guerras no tempo de D. João I esse número aumentou para o de quarenta homens. Para evitar a sua fuga da cidade solicitava-se o retorno ao número antigo, do mesmo modo que se pretendia que os besteiros não fossem enviados a Ceuta ou transportassem dinheiro e escoltassem presos. Sublinhe-se que esta pretensão mereceu o indeferimento do regente ao alegar que por essa altura não sabia se no reino haveria guerra ou não³⁸.

Idêntica sorte teve o concelho de Pinhel, nas cortes de Torres Vedras de 1441, ao solicitar uma redução do número de besteiros que totalizavam trinta efectivos, sob a alegação que devido às guerras e às pestes descera duma população numericamente situada entre os mil e quinhentos a dois mil homens para setecentos³⁹.

Difícil se devia apresentar a situação de Montemor-o-Novo no que respeita ao seu despovoamento. Na petição apresentada nas cortes de Évora de 1442 dizia-se que por esse facto o número de besteiros na ordem dos trinta nunca passara das vinte. Perante a constatação de «que esse lugar he muito minguado de gemte como dizees», o regente concedia-lhes uma redução pelo espaço de quatro anos que se traduzia na manutenção temporária dos vinte besteiros⁴⁰.

Ainda nessas cortes o concelho de Braga referia que não podia manter os cinquenta besteiros consignados em virtude de ser «a çidade muy minguada de gentes» e ser escasso o número de mançebos aí resi-

³⁷ A.M.P.L. *Pergaminho*, n.º 19. Cf. Armindo de Sousa, *ob. cit.*, p. 298.

³⁸ Academia das Ciências de Lisboa (A.C.L.), *Colecção de Cortes*, tomo I, pp. 83-84.

³⁹ A.N.T.T., *Livro I da Beira*, fol. 255v.

⁴⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fol. 53v.

dentes. Aludia-se ainda a que «sam tam pobres que non teem de seu per que posam comprar huua besta posto que os besteiros façom». Atendendo à veracidade das afirmações o regente D. Pedro considerava que durante cinco anos o número de besteiros fosse apenas de trinta e cinco⁴¹. O despovoamento de que se ressentia a cidade de Braga perdurou durante bastante tempo. Uma carta de D. Afonso V de 14 de Julho de 1462 testemunha esse facto ao ordenar que o número obrigatório de cinquenta besteiros passe para o de vinte e cinco⁴².

Nas cortes de Lisboa de 1459 o rei deferiu a petição dos concelhos para que os besteiros do conto que se dedicassem à profissão de lavradores pudessem libertar-se do serviço desde que o fizessem continuamente com pelo menos um singel de bois. No caso de fraude e conseqüente abandono da lavoura voltariam coercitivamente ao desempenho do ofício de besteiros⁴³.

Também nessas cortes o concelho de Torres Vedras afirmou que noutros tempos tinha maior população, o mesmo sucedendo com Monte Agraço, Enxara dos Cavaleiros, Gradil e Alfandega da Fé que pertenciam à sua jurisdição. Como o número de quarenta besteiros nunca tinha sido alcançado requeriam a sua redução para trinta, os quais ficavam isentos de jugada «e a terra estara em asosego e terees besteiros com que nos posaees seruyr», o que merecia a aprovação régia⁴⁴.

Difícil também se apresentou a situação de Niza nessas cortes. Outrora tinham tantos moradores no arrabalde como na vila, mas agora os que lá estavam já não se encontravam. O rei reduzia-lhes para catorze os besteiros que de acordo com a ordenação eram vinte e oito⁴⁵.

Atendendo à petição do município de Marvão, nas cortes de Évora de 1460, o rei D. Afonso V tendo em conta que a vila se encontrava despovoada também reduziu de quinze para dez o número de besteiros do conto⁴⁶.

De igual modo o município do Crato nas cortes celebradas na Guarda em 1465, manifestava que a vila se encontrava muito despovoada e que a população que outrora era de oitocentas pessoas descera para metade. Uma das grandes causas desta decadência atribuíam-na à estada da rainha Dona Leonor quando da campanha encetada contra o priorado

⁴¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fol. 54.

⁴² A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro I, fol. 45.

⁴³ A.M.P.L., *Pergaminho*, n.º 29 Cf. Armindo de Sousa, *ob. cit.* p. 359.

⁴⁴ A.N.T.T., *Livro 7 de Estremadura*, fol. 247v.

⁴⁵ A.N.T.T., *Livro 3 de Odiana*, fols. 131-131v.

⁴⁶ A.N.T.T., *Livro 3 de Odiana*, fol. 108v.

do Crato pelo infante D. Pedro e aos roubos e perdas que se seguiram à guerra. Ao solicitarem os da vila a redução de vinte besteiros para dez, o rei fixou o seu número em doze⁴⁷.

Na carta régia de 12 de Julho de 1468, outorgada à vila da Lourinhã, o rei fundamentado na exposição por eles efectuada de que a população era menos de metade reduziu os besteiros de dez para seis⁴⁸. Mereceu deferimento o pedido apresentado pela vila de Marialva ao expressar, nas cortes de Santarém de 1468, o desejo de os seus vinte e um besteiros passarem para dez. Os motivos eram ponderosos pois na sua alegação dizia-se que dos oitocentos homens de outrora não restavam agora mais de cento e cinquenta⁴⁹.

Absentismo e perpetuidade no desempenho das funções de anadel era um dos males muitas vezes apontados.

A cidade da Guarda, nas cortes de Torres Vedras de 1441, referia que o anadel dos besteiros do conto além de não residir na cidade ocupava o cargo havia mais de dez anos, quando a ordenação estabelecia um limite de três. Nessa altura o regente, em nome do rei, estabeleceu que se o anadel não voltar à cidade perca o ofício e a cidade deverá indicar o nome do escolhido para receber do monarca a carta de ofício. Entretanto o anadel cessante deverá voltar a ser um simples besteiro⁵⁰.

Curiosa foi a reclamação apresentada nas cortes de Évora de 1447 pelo concelho de Elvas, quando referiu que o anadel dos besteiros do conto Martim Gomes tem um mandato do rei D. Duarte, para que se o juiz e os vereadores não lhe enviarem no espaço duma semana os soldados pretendidos ele os possa tomar por sua livre vontade. Esta atitude era geradora de revoltas e de despesas para os que se viam compelidos por este violento processo. Para atenuar esta situação o prazo foi dilatado por duas semanas⁵¹.

Consciente do valor militar que os besteiros desempenhavam na organização dos recursos bélicos da nação o rei D. Afonso V enviou uma circular, em 23 de Maio de 1456, às instâncias judiciais de todo o reino, para que fossem respeitados os privilégios e isenções que eram atribuídos a estes corpos de combate. Aqueles que infringissem estes direitos podiam ser punidos com a pena pecuniária de seis mil reais brancos⁵².

⁴⁷ A.N.T.T., *Livro 3 de Odiana*, fols. 4v-5.

⁴⁸ A.N.T.T., *Livro 6 de Estremadura*, fol. 140-140v.

⁴⁹ A.N.T.T., *Livro 1 da Beira*, fol. 293.

⁵⁰ A.N.T.T., *Livro 1 da Beira*, fol. 259.

⁵¹ A.N.T.T., *Livro 3 de Odiana*, fols. 285v-286.

⁵² A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fol. 54v.

Com as novas tecnologias de armamento e sistemas de combate estes corpos tradicionais foram perdendo o seu papel e viram-se substituídos por outras forças adaptadas aos novos modelos de actuação postos em execução no termo do século XV.

DOCUMENTO

Capítulo geral das Cortes de Lisboa de 1455

Outrosi Senhor a uossa alteza cremos seer em conhoçimento como nas cortes que fezeistes em Santarem oos uossos poboos per hũu capitolo geerall vos fezerom saber o grande mall E dampno sogeiçom que rreçebiam dos coudees asi por alguuas pessoas a que deuees os dictos ofiçios serem poderosos como por outras non serem moradores nos lugares homde auyom as coudelarias outorgastes e detrijminastes que por serem euitados os dictos trabalhos E sogeiçoees que dhi em diante nos praza nom dardes as dictas coudelarias a pesoas nem aos que fossem fora da terra moradores mais que as dariaees aos escudeiros E boas pesoas naturaees e moradores da terra segundo nos per o poboo era pedido. E que asi o mandauees que o fezese E ajnda que esto prinçipalmente fosse noso serujço por mostrardes em ello amoor a uosso poboo e que nos desprazia sereem trabalhados vollo teemos como teemos muyto em merçee. Senhor nom embargante desto asi per uos ser outorgada pareçenos que em alguus lugares de uossos rregnos sse fez e faz o contrário esto cremos ser feito asi por uos nom ser em nenbrança do que nos tijnes outorgado. E porque Senhor esto he muyto serujço de Deus e uosso e proueito do uosso poboo o dicto capitulo ser guardado. Pedimosuos por merçee que aprouando o dito capitulo mandees as pesoas poderosas ou nom moradores dos lugares honde som coudees o nom sejam majs que ajaaes as cartas que dos dictos ofiçios teem por quebradas E nhuas por serem feitas contra o dicto capitulo que nossa teençom em toda maneira era de o guardar e fazer conprir. E prouejaaes dos dictos ofiçios aas outras asi como no dicto capitulo outorgastes o que nos teeremos em grande merçee.

A Esto Respondemos que nos praz que sse guarde o capitulo outorgado em cortes e porque nosa teençom nunca foy hir contra a detrijminaçom delles mandamos que taaes cartas posto que dadas sejam nom valham.

À margem do documento:

Que nom seja coudes pesoas poderosas nem outras (?) que nom morarem honde taes ofiçios ouuerem.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *maço 3 do Suplemento de Cortes n.º 2*, fol. 2v.

CRIMES DO MAR E JUSTIÇAS DA TERRA

Por **Luís Miguel Duarte**
(Fac. Letras do Porto/Bolseiro do I.N.I.C.)

I — CRIMES DO MAR

1. Para uma tipologia dos delitos ligados ao mar

Pretendemos com este trabalho reflectir sobre se existe uma delinquência específica das gentes do mar e dos barcos, por um lado, e sobre o modo como as Justiças (e que Justiças) lidavam com essa delinquência, por outro. As duas questões são, de resto, indissociáveis, uma vez que a própria definição do que é considerado crime depende da apreciação de quem tem o poder de julgar¹.

Julgamos poder considerar *grosso modo* três grandes tipos de delitos: a pirataria (em circunstâncias que a seguir recordaremos); delitos «económicos», como a venda ilícita de barcos e a transacção de outras mercadorias proibidas, o não pagamento de dívidas e fianças contraídas para armar uma embarcação ou em outras operações comerciais, o não

¹ «...Ce ne sont pas les caractères objectifs de l'acte qui en font un crime mais le jugement que la société porte sur cet acte. Le crime est donc une notion éminemment relative et sociale. On comprend, dès lors, qu'un acte pourra être qualifié, ou non, de criminel selon le temps ou le lieu.» PICCA, Georges — *La Criminologie*. Paris, P.U.F., 1983, p. 11.

pagamento de direitos e de taxas específicas de cada reino e de cada porto; um último conjunto de delitos — roubos e rixas, na sua maior parte — a que chamaríamos atípicos por se registarem indistintamente a bordo de barcos ou em terra firme, envolvendo marinheiros e mercadores com homens que nada liga ao mar.

2. A pirataria

A distinção entre *pirataria* e *corso* é conhecida, e não nos ocupará demasiado: «Do ponto de vista jurídico — escreveu Ana Maria Ferreira — as balizas aparecem claras: a pirataria configura uma acção elementar, não evocando nenhuma justificação nem estando dependente de nenhuma autoridade. O corso, pelo contrário, tem o beneplácito do poder e exerce-se em situações definidas, seja contra os súbditos de um estado inimigo, seja a título de represálias contra os estrangeiros que, embora em período de paz, se tornaram culpados de um procedimento ilegal e não reparado. A pirataria e o pirata assumem-se, pois, como forma primária de banditismo. O corso representa o início da responsabilidade internacional e, em paralelo, o aproveitamento da marginalidade para fins de interesse público»².

Só que, como a autora explica³, a clareza jurídica e teórica dilui-se rapidamente nas águas do Mediterrâneo ou do Atlântico. A confusão etimológica (*peiratès* e *cursus* são as designações grega e romana para um mesmo homem — o que procura fortuna no mar) casa perfeitamente com a indistinção da realidade: o mesmo navio pode ser, à vez, mercante ou transportador, corsário ou pirata, dependendo a classificação tanto da actividade desenvolvida como do olhar das vítimas. O barco que o mercador algarvio arma contra os mouros, em legítima iniciativa de corso, troca não raro as presas anunciadas por embarcações da Galiza ou da Bretanha, em indefensável acto de pirataria: a acusação vem de fonte insuspeita — os próprios mercadores algarvios⁴.

² FERREIRA, Ana Maria Pereira — *O essencial sobre o corso e a pirataria*. Lisboa, I.N.-C.M., 1985, p. 4-5.

³ *Ibidem*, p. 5.

⁴ FERREIRA, Ana Maria Pereira — *O essencial... cit*, p. 6. Vejam-se ainda, entre outros: da mesma autora, *Os Açores e o corso francês na primeira metade do século XVI: a importância estratégica do arquipélago*, «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», Vol. XLI, 1983; FERREIRA, Maria Emília Cordeiro — «Pirataria (corso)», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975, vol. V, p. 95-99; FERREIRA PRIEGUE, Elisa — *Galicia en el*

Os objectivos das Coroas são normalmente três: garantir condições mínimas de segurança nas rotas comerciais, não fazer perigar as relações entre os reinos — e cobrar 1/5 da presa. O que era mais fácil de dizer do que de fazer cumprir. Retomando a investigadora que temos vindo a seguir, «...os esforços oficiais embatiam, porém, no comportamento dos intervenientes directos, escassamente disciplinados e ignorando — sobretudo no alto mar — o que em terra lhes tinha sido prescrito. O juramento feito no porto de que não fariam dano aos súbditos do rei ou seus aliados foi, muitas vezes, esquecido à saída da barra.»⁵

2.1. Passaremos a resumir três episódios relatados na documentação com que vimos trabalhando. O primeiro ocorre perto de Lisboa, no Porto do Restelo⁶: Estêvão Eanes, residente no Porto, era mestre de um barinel. Em Outubro de 1461 estava fundeado frente a Lisboa, quando o mau tempo conduziu ao porto do Restelo um navio francês, que lançou âncora ao pé de um outro navio da Biscaia. O barco francês era inimigo, podia ser objecto de um ataque de corso, o biscainho não. Apelando a uma velha solidariedade do mar, os marinheiros franceses transferiram a sua carga para a embarcação vizinha. A manobra não passou despercebida: em terra soube-se. Quando o nosso homem dormia, na sua naveta, foi aliciado por um grupo que se aproximou, num barco a remos, e que lhe explicou que os dois barcos eram franceses (e não apenas aquele que o alcaide de

comercio marítimo medieval. Santiago de Compostela. Universidad de Santiago — Facultad de Geografía e Historia, 1988, sobretudo p. 469-475; FONSECA, Luís Adão da — *Navegación y corso en el Mediterráneo Occidental. Los Portugueses a mediados del siglo XV*. Pamplona, Universidad de Navarra — Facultad de Filosofía y Letras, 1978, p. 14-19; GODINHO, Vitorino Magalhães — «As incidências da pirataria e da concorrência na economia marítima portuguesa no século XVI», in *Ensaio II — Sobre História de Portugal*. 2.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Edit., 1978, p. 181-203; GUERREIRO, L.M. Ramalhosa — *Sobre duas cartas de marca referentes à tomada do navio francês «Petit Lyon» em 1527*, «Arquivos do Centro Cultural Português», Vol. IV, Paris, 1972; MOLLAT, Michel — *Course et Piraterie à la fin du Moyen Âge: aspects économiques et sociaux. Positions de problèmes*, «Hansische Geschichtesblatter», Vol. 90, 1972, p. 1-14; IDEM — *De la Piraterie sauvage à la course réglementée*, «Mélanges de l'École Française de Rome. Moyen Âge — Temps Modernes», Tomo 87, 1975, I, p. 7-25; MORENO, Humberto Baquero — *Cartas do Infante D. Pedro aos conselheiros de Barcelona*, «Arquivos do Centro Cultural Português», Vol. VI, Paris, 1972, p. 30-34; SILVA, Francisco Ribeiro da — «Portugal e o corso no Atlântico Norte na segunda metade do século XV. Alguns aspectos», in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*. Vol. III — «Economia e comércio marítimo», Porto, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989, p. 541-549. Na obra referida nesta Nota, Luís Adão da Fonseca indica bibliografia portuguesa e estrangeira mais exaustiva (p. 15-16, nota 26).

⁵ FERREIRA, Ana Maria Pereira — *O essencial... cit.*, p. 10.

Lisboa se preparava para sequestrar). O que mudava tudo, tornando lícita a expedição nocturna que o grupo, já aumentado com Estêvão Anes, empreendeu a bordo da segunda embarcação, e que rendeu alguns artefactos marítimos (cordas, uma âncora, uma fateixa), mais o conteúdo, não especificado, de uma caixa que foi forçada.

O barco assaltado era de facto castelhano. E a justiça medieval, em regra extremamente morosa, revelou-se, neste caso, invulgarmente expedita: os trâmites processuais correntes são ultrapassados; intervêm conjuntamente o Corregedor da Corte e o Juiz dos Feitos do Rei; os objectos furtados são de imediato devolvidos a um procurador dos biscainhos, que já haviam levantado ferro.

Este incidente ilustra de forma exemplar alguns dos aspectos que referimos atrás: a ambiguidade do estatuto das embarcações e os perigos dela decorrentes (segregando, à maneira de antídoto, solidariedades pontuais); a celeridade com que o Rei, tantas vezes impotente para refrear a avidez dos seus súbditos, interveio para demonstrar aos castelhanos a sua boa fé, já que «...os actos de pirataria criavam violentas espirais e a vingança recaía em qualquer barco que tivesse o mesmo pavilhão do prevaricador. No seu final, o processo acabava por sair da órbita da guerra privada e punha em causa a própria segurança dos países»⁷.

2.2. Um segundo episódio ocorre em Lagos. Tem sido sublinhada a importância do curso no Algarve, onde se revela, citando Braudel, uma verdadeira «guerra de segunda classe». Os corsários de Salé, Tetuão e Larache traziam os litorais algarvio e andaluz em verdadeiro estado de sítio. Por isso o Algarve será, no século XVI, um posto avançado da defesa montada pela *Casa de Contratación* de Sevilha contra os piratas berberes e franceses: «São caravelas do Algarve que ao largo do cabo de S. Vicente esperam as frotas castelhanas de retorno, afastando os piratas(...). Em Lagos vive permanentemente um fiscal da Casa, o qual

⁶ Tivemos oportunidade de comentar em pormenor este caso numa comunicação que apresentámos ao «XIII Congresso de História de la Corona de Aragón» (Palma de Maiorca, 27 Set./1 de Out. 1987), intitulada *Súbditos da Coroa de Aragão em Portugal — Comércio e Segurança (Algumas Notas)*, publicada no Vol. VII da «Revista da Faculdade de Letras do Porto — História», 1990, p. 71-83.

⁷ FERREIRA, Ana Maria P. — *O essencial... cit.*, p. 11. O episódio chegou ao nosso conhecimento através de uma *carta de perdão* da Chancelaria de D. Afonso V. Temos reflectido repetidamente sobre o aproveitamento destes documentos como fontes históricas, não é altura de voltarmos ao assunto; basta lembrar que, para o que nos ocupa, não tem qualquer relevância averiguar se Estêvão Anes sabia ao certo a proveniência dos barcos: interessa a história que ele contou às Justiças e que havia de ser verosímil, e interessa a conclusão do caso.

se serve de caravelas-avisos de naturais da terra, para pôr em comunicação o governo central com a Nova Espanha»⁸.

Possuimos apenas o *terminus ad quem* do incidente — cerca de 2 anos antes de 9 de Janeiro de 1469, data do documento que chegou até nós. Fernando Afonso, residente em Silves, que fôra amo de Vasco Barbosa⁹, acompanhou esse mesmo Vasco Barbosa numa nau em que ia o conhecido João de Mena. Andando de armada, vieram a tomar uma outra nau de um morador de Lagos, Diogo Dias, que estava carregada de «fruta de ingleses» ante o porto de Lagos¹⁰. De há muito se sabia que os ingleses compravam fruta no Algarve¹¹, e que o respectivo transporte era efectuado também por embarcações portuguesas. Menos claro é que seja um barco algarvio a apresar outro barco algarvio; neste caso nem o próprio acusado invoca confusão de nacionalidades — ninguém o acreditaria. Na ausência de outros elementos explicativos, só vemos como possíveis motivos para esta atitude uma afronta pessoal ao proprietário da nau tomada, ou uma manifestação de rivalidade local entre Silves e Lagos (que se opuseram, nomeadamente, a pretexto da definição dos respectivos termos).

2.3. É ainda em Silves que tem lugar o terceiro episódio que gostaríamos de analisar, porventura o mais revelador. É um caso de *represália*: um mercador de Lisboa, Armão Álvares¹², recebeu do Rei autorização, não sabemos se formalmente consubstanciada numa carta de marca, para exercer represálias sobre navios galegos «por razom d'outro navyo que lhe filharom».

As *cartas de marca*, como, em determinados casos, as *licenças de porte de armas*, eram como que confissões públicas, por parte dos soberanos, da sua impotência para corrigirem situações de agravo ou de injustiça: por elas, eles delegavam nas partes ofendidas o poder de

⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero de — *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa, Ed. Cosmos, 1970, p. 207. Vejam-se ainda as p. 24-26.

⁹ Escudeiro do Infante Santo.

¹⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, L.º 28, fl. 125 v. É uma *carta de perdão* dada em Avis. O dono da nau apresada queixou-se dos tripulantes do barco assaltante, entre os quais Fernando Afonso, que se pôs em fuga. Quase dois anos decorridos, Diogo Dias acabou por lhe perdoar (por certo mediante indemnização), o que foi passado a escrito por Martim Jorge, tabelião em Lagos, no dia 29 de Novembro de 1468. Com este documento, o fugitivo obteve o perdão do Rei pela sua participação na tomada da caravela, sem qualquer pena.

¹¹ MAGALHÃES, Joaquim Romero de — *Op. cit.*, p. 141-142; BARROS, Henrique da Gama — *Historia da Administração Publica em Portugal nos Seculos XII a XV*. 2.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1954, t. IX, p.111-112.

¹² Tratar-se-ia de um alemão, ou de origem alemã, de apelido Hermann?

fazerem justiça por suas próprias mãos; a Coroa limitava-se a dar «luz verde» e a tentar conter o processo dentro de limites razoáveis. A *carta de marca* que autoriza uma operação de corso prevê o direito de represália; outras vezes ela pode ser concedida apenas para este último¹³. Este documento não era um salvo-conduto para uma retaliação selvagem, antes confinava entre margens estreitas o exercício daquele direito: «eram quesitos complexos que previam desde a prévia utilização dos meios diplomáticos até ao limite quantitativo dos bens capturados, passando, como seria de esperar, pela submissão das capturas às autoridades competentes»¹⁴.

Ao saber que chegara a Silves, à foz do Rio Arade, um navio de galegos, o mercador lisboeta consegue que a embarcação seja de imediato confiscada. Não abundam os documentos sobre represálias: este caso torna-se precioso por, em virtude de circunstâncias excepcionais, ser referido em cinco cartas de perdão¹⁵. Fica-nos a ideia de que o direito de indemnização de Armão Álvares foi exercido com bastante correcção: a ordem de apresamento foi dada por um juiz de Silves, Garcia Rodrigues, que destacou para o efeito três homens: a Diogo Afonso, escudeiro do Conde de Odemira, e Francisco Eanes caberia a vigilância do barco até ser descarregado; a Pero Feio, tabelião na cidade, a escrita do *termo de represália*. Entretanto o rei mandou a Silves Brás Afonso, homem de confiança do monarca que desempenhou cargos de responsabilidade e que conhecia bem o Algarve (ele fôra, por exemplo, juiz de fora em Faro), para superintender no processo e garantir a entrega da embarcação e

¹³ Cfr. ALBUQUERQUE, Ruy de — *As Represálias. Estudo de História de Direito Português (séculos XV e XVI)*. 2 vols., Lisboa, 1972; e do mesmo autor *O Direito de Regresso em Matéria de Represálias. Estudo de História do Direito. Sécs. XV-XVI*, «Revista Portuguesa de História», XV (1975), p. 171-234.

¹⁴ FERREIRA, Ana Maria Pereira — *O essencial... cit.*, p. 13.

¹⁵ Cujas datas e cotas arquivísticas são:

1. 2 de Janeiro de 1471, Santarém (A.N.T.T., *Ch. Afonso V*, L.º 35, fl. 70); 2. 13 de Novembro de 1471, Lisboa (A.N.T.T., *Ch. Afonso V*, L.º 17, fl. 83); 3. 24 de Novembro de 1471, Lisboa (A.N.T.T., *Ch. Afonso V*, L.º 17, fl. 82 v.); 4. 27 de Março de 1475, Évora (A.N.T.T., *Ch. Afonso V*, L.º 30, fl. 101 v.); 5. 10 de Abril de 1475, Arraiolos (A.N.T.T., *Ch. Afonso V*, L.º 30, fl. 102). As circunstâncias excepcionais a que nos referimos são as seguintes: o tabelião encarregado de redigir o documento de sequestro forjou um documento falso. Preso pelo facto, fugiu da cadeia e obteve uma primeira carta de perdão régia; como não informou o rei de todas as peripécias da fuga, os juizes de Silves não lhe aceitaram esse documento, o que o obrigou a voltar à Corte por segundo perdão; o alcaide pequeno e o carcereiro do castelo de Silves viram-se igualmente a contas com a Justiça por causa da fuga do tabelião, bem como um quarto homem, escalado para guardar o barco galego, e que fez uso do documento falso referido. Tudo isto nos dá uma soma de informações bastante rara.

respectivas mercadorias a quem as reclamava. Mas quando o alcaide pequeno de Silves, João Vasques Búzio, pressionou os guardas do navio para o devolverem, era tarde: o barco era velho e estava podre «e per longo tempo se alagara», pelo que os próprios juizes entenderam não o recuperar¹⁶. Este incidente relaciona-se de perto com o primeiro, isto é, *represálias e cartas de segurança real* são tudo maneiras de a coroa e os mercadores tentarem obstar a que o mar se converta num espaço sem lei, como frequentemente aconteceu: «Las cartas de seguro no libraban ciertamente a los mercaderes de agresiones y arbitrariedades, pero podían movilizar a su favor a las autoridades interesadas en mantener la paz y el comercio y a los propios convecinos de los asaltantes, temerosos de represalias y de que esos hechos les alejasen a los forasteros del puerto. A veces las situaciones no presentaban unos contornos tan netos: muchos asaltos y embargos que, presentados bajo un cariz abstracto, eran violaciones de la tregua entre los súbditos de uno y otro país, no eran en realidad más que conflictos privados entre individuos: mercaderes lesionados en sus intereses que se tomaban la justicia por su mano, acreedores que se cobraban la deuda directamente, o que solicitaban de las justicias el arresto del mal pagador, peleas entre marineros... casos que caían verdaderamente dentro de la jurisdicción civil o criminal ordinaria y que, por obra y gracia de las circunstancias, se convertían en un incidente internacional»¹⁷. A investigadora que acabámos de citar lembra que os agravados têm razões para estarem apreensivos quando reclamam perante as Justiças do seu reino, mas se são forçados a fazê-lo perante Justiças estrangeiras a sua sorte pode ser bem mais madrastra do que a dos biscainhos que referimos, cujo pleito foi despachado com celeridade (essencialmente por se tratar de um caso de roubo puro e simples): o litigante podia consumir a vida e os cabedais num processo interminável e sem esperança. A perspectiva, pouco animadora para qualquer, significava a ruína para mercadores de poucos recursos.

¹⁶ Tentámos obter mais dados sobre os habitantes de Silves envolvidos nos acontecimentos, mas sem resultado: no *Livro do Almojarifado de Silves* (Silves, Câmara Municipal de Silves, 1984), há referência a um Garcia Rodrigues Barbeiro (p. 112, n.º 47) e duas a João Vasques (p. 131, n.º 276 e 277); nada nos permite confirmar que o primeiro seria o juiz e o outro (ou os outros) o alcaide pequeno. Sobre a cidade, além do estudo de José D. Garcia Domingues que integra a edição do *Livro do Almojarifado* (p. 75-148), veja-se a ficha sobre Silves, da responsabilidade de Maria de Fátima Botão, e a bibliografia aí indicada, no *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas* (dir. de A.H. de Oliveira Marques), Lisboa, I.N.I.C., 1990, p. 89-91.

¹⁷ FERREIRA PRIEGUE, Elisa Maria — *Galicia en el comercio marítimo medieval*. Santiago de Compostela, Universidad de Santiago/Facultad de Geografía e Historia, 1988, p. 472.

Era esse espectro que a *carta de marca e represália* procurava evitar: «aparte de responder a la arcaica concepción de solidariedad penal, el derecho de represalias, abundantemente ejercido, era todo un exponente de la impotencia de los poderes públicos, que abandonaban al perjudicado a sus propios recursos, por el expediente, muy poco jurídico, de echar el guante al primero que apareciese a falta de cosa mejor. Por sus reacciones en cadena, el perjuicio causado a inocentes, el clima de temor, desconfianza y alarma que cundía en los puertos, eran un método enormemente impopular en las comunidades mercantiles»¹⁸.

O apresamento de Silves pouco acrescenta à história dos galegos em Portugal: ela é muito anterior, muito intensa e está bastante bem estudada¹⁹. Sabemos que a partir de 1473 rebenta uma verdadeira guerra entre gentes do mar de uma e da outra margem do Minho²⁰. Mas ignoramos se esta represália às ordens de Armão Álvares, antes de Janeiro de 1471, em resposta a um anterior ataque de galegos, teria sido o início de uma das referidas espirais de violências e vindictas que culminou três anos mais tarde.

3. Delitos económicos

3.1. Um segundo tipo de delitos consistia no transporte e venda de mercadorias proibidas para outros reinos: por mar passavam-se ilegalmente, para fora de Portugal, armas, cavalos, e não raro vendia-se o próprio barco (sobretudo a andaluzes). A Coroa tentava, sem grande sucesso, evitar este tráfico, premiando a delação. Por isso os casos que conhecemos de passagem de «coussas defessas» para fora do reino por mar são relatados em *cartas de denúncia* ou *de se asi he*, através das quais o delator recebe uma parte ou a totalidade dos bens móveis ou imóveis do infractor e da mercadoria ilegalmente transportada e vendida²¹. O *index* de mercadorias baseava-se em três pressupostos: tratava-se de bens que fizessem falta ao reino, que pudessem reforçar o poderio de inimigos, ou cujo comércio fosse monopólio da Coroa, ou de algum particular a quem ela o tivesse arrendado.

¹⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 473-474.

¹⁹ Saliência para FERREIRA PRIEGUE, Elisa Maria — *Galicia... cit*, p. 635-664, onde são apresentados dados de grande importância.

²⁰ Ob. cit. na nota anterior, p. 654-655.

²¹ Tratámos com maior profundidade este assunto num trabalho intitulado «A Denúncia nas Leis e na Vida Portuguesa de Quatrocentos», in *Inquisição*, Vol. I, Lisboa, Universitária Editora, 1989, p. 447-461.

Por volta de 1463, o bacharel Mendo Afonso contrariou provavelmente o primeiro e o terceiro daqueles pressupostos, ao mandar um carregamento de espadas para a Guiné (ignorando o destinatário, não podemos afirmar que afrontou igualmente o segundo). D. Afonso V puniu-o com um degredo de dois anos para Alcácer-Ceguer, castigo bastante duro no elenco das penas coevas²². O episódio deve ser integrado num estudo mais vasto que contemple igualmente a passagem de bens e animais proibidos através das fronteiras terrestres, e que não esqueça uma distinção importante: há casos em que se penaliza o simples comércio de certos objectos, cuja saída do reino é expressamente proibida (armas, cavalos, metais preciosos), há outros em que se castiga apenas a fuga ao pagamento dos direitos reais (isso passa-se sobretudo com os panos de Castela).

3.2. O que nos conduz directamente a um outro terreno em que se tornava fácil desprestigiar o estatuído pelas autoridades locais: o pagamento de todas as taxas e direitos que oneravam o comércio em cada porto. Não chegava conhecer as Ordenações gerais de cada reino, quando as havia. Cada cidade portuária tinha as suas tabelas próprias, mais conservadas na memória de mercadores e funcionários fiscais experientes do que em papéis ou pergaminhos facilmente consultáveis.

Vejamos um exemplo: em 1432, a vereação do Porto reúne extraordinariamente, com elevada presença de homens bons e a participação excepcional do próprio bispo, para apreciar uma queixa de um mercador de Barcelona, Martim do Reste, que viera à cidade com vários navios para comprar peixe seco. À chegada, informou-se junto de um dos mais idosos e respeitados mercadores locais, bem como junto do provedor da fazenda do rei e de numerosos vizinhos, perguntando «por os costumes e direitos que pagavam dos pescados os estrangeiros [que] em esta terra conplavam e carregavam». Todos o remeteram para os Contos, a tratar com o contador do rei, que por sua vez o encaminhou para o escrivão dos contos. Foi este funcionário quem, finalmenté, mostrou ao aragonês «os artigos dos direitos que avia de pagar». E ele pagou: sisa, arras, dízima nova, dízima velha e outros que não especifica. Não chegou. Com os barcos carregados e prontos para partir, chegaram os juízes do Porto e outros responsáveis da vereação e embargaram o negócio, para grande irritação não só de Martim do Reste como de todos os mercadores portuenses que «se temiam de seerem empachados ou enbargados em Aragon e viir alguun

²² A.N.T.T., *Ch. Afonso V*, L.º 9, fl. 48 v.; a *carta de perdão* subsequente foi dada em Lisboa, em 15 de Abril de 1463.

dapno a elles ou a seus averees e mercadorias por este embargo que asy era facta».

A sessão foi acalorada. A favor da suspensão foram adiantadas duas cartas régias: uma fernandina, diplomaticamente duvidosa («em papelle sem dia sem era e sem signal e sem seello»), outra de D. João I, que desconhecemos, mas que provavelmente chamava a atenção para o cumprimento das ordenações gerais respectivas. Pelo estrangeiro levantou-se a memória da cidade, recordando que jamais alguém fôra impedido de comprar e carregar peixe no Porto, e estribando tal convicção com precedentes: dois mercadores de Zamora que vieram buscar muito congro e peixe; biscainhos que se forneceram dele para o transportarem ao Levante; outro castelhano que, para o mesmo efeito, fretou até uma nau de João Rodrigues de Sá. Por outro lado, não havia manifestamente má fé: Martim do Reste perguntou o que tinha de pagar, pagou o que lhe mandaram. E foi mandado em paz com o seu peixe²³.

3.3. Neste segundo grupo de infracções que classificámos grosseiramente como económicas²⁴, incluiremos uma última alínea: o não pagamento de dívidas contraídas nos negócios do mar.

Álvaro Pires, filho de um vassalo do rei²⁵, resolveu armar, em Lisboa, um navio do Infante D. Fernando para ir à Guiné²⁶. Como a operação se revelou mais dispendiosa do que o previsto, teve de pedir dinheiro e mercadorias emprestados a algumas pessoas, comprometendo-se a compensá-las com escravos no torna-viagem. Para tal deu fiadores, que se prestaram a garanti-lo com a melhor das boas vontades e sem condições. Havia já dois meses que as escrituras dessas fianças e obrigações tinham sido feitas quando um dos fiadores, Álvaro Afonso, arrependendo-se do seu gesto, «por lhe levar algum interesse atrevendo se em Pedr' Alvarez ouvidor com quem vevia fizera chamar [Alvaro Pirez] a Rolaçom e em ella requerera que o prendessem ou lhe desem segurança da fiança que por elle tinha facta». Bem argumentou este último que não era obrigado a liquidar a fiança até voltar da Guiné; aparentemente por pressão do referido ouvidor, foi-lhe dado à escolha

²³ Acta da reunião camarária de 19 de Janeiro de 1432, publicada em DUARTE, Luís Miguel, MACHADO, João Alberto — «Vereações» — 1431-1432. Porto, Ed. Câmara Municipal do Porto, 1985, p. 83-87.

²⁴ A classificação é imperfeita, entre outros aspectos, porque a venda de mercadorias proibidas para fora do reino e a importação de outras sem pagar direitos ao rei eram entendidas como um claro desrespeito da Coroa e adquiriam, desta forma, uma dimensão política.

²⁵ O ourives Pero Dias, residente em Lisboa.

²⁶ O episódio teve lugar antes de 26 de Agosto de 1464.

entre devolver a fiança ou ir para a cadeia. Pero Dias, pai de Álvaro Pires, vendo como o filho estava pronto para partir, e «pello nom desaviar», ofereceu-se para responder por ele.

Por azar, o navio foi furtado na Ilha da Madeira. O fiador, Álvaro Afonso, exigiu de imediato a prisão do pai do devedor, que foi de facto detido na cadeia de Lisboa, e lá penou nove meses a fio. Pero Dias fez esforços sobrehumanos para pagar a dívida, cujo montante total desconhecemos; a dada altura, faltava-lhe entregar 8.000 reais, «pellos quaes amdara pedimdo pella dicta cidade com os feros nos pees», vigiado por um homem da cadeia (uma vez que a Relação ordenara ao carcereiro que o autorizasse a mendigar naquelas circunstâncias). Os ferros eram umas farropeias de animal que ele próprio tivera de comprar. Pero Dias entendeu que a prisão o impedia de saldar a dívida e recompôr a sua vida, e fugiu²⁷.

A prisão por dívidas e o mecanismo das fianças não parece substancialmente diferente dos negócios do mar para os da terra. Nem é certo que fosse mais frequente nos primeiros, devido a um grau de risco superior. O caso que analisámos faz alguma luz acerca dos processos de financiamento de determinadas viagens, e dos ordenamentos legais que as protegiam.

4. Delinquência atípica

Para o fim deixámos aquelas infracções que não se apresentam como específicas das gentes do mar, e que por isso classificámos de *delinquência atípica*: rixas, agressões, roubos, insultos, etc. Os furtos incidiam preferentemente, como se compreende, sobre equipamento dos barcos²⁸ ou sobre mercadorias que estes transportavam, em especial armas; ocorrem em geral durante a noite, quando os navios estão fundeados em portos: os ladrões aproximam-se silenciosamente em pequenos batéis e deitam a mão ao que podem, não sabemos se por ausência de sentinelas, se contando com a cumplicidade voluntária ou involuntária destas, com o sono pesado devido ao álcool.

Por outro lado, marinheiros em terra, desenraizados, afogando no calor do vinho e na excitação de uma taberna as privações de uma viagem

²⁷ O rei perdoa-lhe a fuga contra o pagamento de uma pequena multa (200 reais «para as celas») e com a condição de pagar o que lhe faltava (A.N.T.T., *Chanc. Afonso V*, L.º 8, fl. 92-92 v. e 93 v: cartas régias de 26 de Agosto de 1464, de Coimbra, e de 31 do mesmo mês e ano, de Tentúgal).

²⁸ Como vimos no caso da nau dos biscainhos.

mais dura e prolongada, são um «caldo de cultura» de primeira para protagonizarem «arroidos» e cenas de violência.

Pero Afonso Roubão estava com outros «em hua caravella de pescar no rio de Setuvall», quando, «per cajom»²⁹, feriu com um croque João de Lamarque, irlandês, criado do pescador lisboeta Afonso Vasques, já falecido, que acabou por morrer³⁰.

Martim Anes, natural de Montemor-o-Novo, estava em Ceuta. Andando numa barca com João Fernandes, o cozinheiro de D. Pedro de Meneses, travaram-se de razões, de tal modo que o segundo ameaçou o primeiro que o atiraria à água. A disputa, iniciada no mar, com palavras, prosseguiu em terra firme, com punhais e azagaias, terminando entre mortos e feridos³¹. E poderíamos prosseguir quase indefinidamente.

II — JUSTIÇAS DA TERRA

Como vimos, parece mais apropriado falar em crimes *no* mar do que em crimes *do* mar. A quem compete lidar com eles? Às Justiças ordinárias da terra? Em teoria não: os homens do mar seriam um dos três corpos com privilégio de foro (sendo os outros o clero e a universidade). Tal jurisdição própria desenvolveu-se essencialmente em torno de dois pólos: o almirantado e as alfândegas.

1. Os poderes do almirante

Ao contrário do que por vezes se diz, não começou tudo com os Pessanhas. Já durante o reinado de Afonso III surgem referências ao alcaide do mar³². Em 1282, D. Dinis envia instruções ao concelho de

²⁹ O agressor não ia admitir que agira voluntariamente.

³⁰ A.N.T.T., *Chanc. Afonso V*, L.º 22, fl. 131v. Trata-se de uma carta de perdão dada em Lisboa, em 2 de Outubro de 1471. A viúva do pescador perdoa ao réu, e completa a história: «que o dicto seu marido sendo vivo trouxera da Hirlanda hum moço eres per nome Joham de Lamarque». Por morte do pescador, o rapaz ficou a cargo dela, que o criou «pera o casar e honrar e o dera a hum seu genrro que lho ensynasse a pescar». Foi então que sucedeu o incidente que custou a vida ao jovem pescador.

³¹ A.N.T.T., *Chanc. Afonso V*, L.º 20, fl. 106; pub. por AZEVEDO, Pedro — *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Tomo I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 144-145.

³² «Nem [non pode nenguu apellar] do Juizo que der o alcaide do mar sobre demanda que ffaça perantel aos marinheyros ou aas outras pessoas que deuem demandar perante el (...).» (*Livro das Leis e Posturas*, ed. de Nuno Espinosa Gomes da

Tavira para que este se guie pelo Regimento do alcaide do mar de Lisboa. Este documento, dirigido em particular a Domingos Juiães, alcaide do mar na vila algarvia, faz alusão a um Martim Anes («irmão do Chanceler») que, quando foi alcaide do mar em Lisboa, pôs por ele alcaides do mar em Cascais e Sesimbra; estes, invocando as respectivas competências, prendiam os pescadores quando eles estavam em terra e se feriam ou faziam alguma coisa «sem guisa». Estamos perante um primeiro indício de futuros conflitos de jurisdições com as Justiças ordinárias³³.

Na segunda metade do séc. XIII já há portanto alcaides do mar com alguma tradição de exercício do cargo em Lisboa, Cascais, Sesimbra e Tavira³⁴.

O contrato formalizado em Santarém, a 1 de Fevereiro de 1317, entre D. Dinis e Micer Manuel Pessanha, vai trazer novos elementos. Uma vez que sempre, em dúvidas e conflitos posteriores, se fundará nele o exercício de um direito, parece-nos útil recordar a passagem que respeita às jurisdições: «E quero e mando que uos mícer manoel e uossos sucessores que o dicto feu herdarem haiades jurisdição e poder sobre todolos homeens que conuosco forem nas mhas Galees tanben en frota como en armada en todolos logares per hu andardes per mar e nos Portos de terra hu sayrdes fora. E mando que façam por uos e uos seiam

Silva e Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Faculdade de Direito, 1971, p. 105-106. Também publicado em MARQUES, João Martins da Silva — *Descobrimientos Portugueses. Elementos para a sua história*. 2.^a ed. fac-similada, Lisboa, I.N.I.C., 1988, Vol. I, doc. 18, p. 12, e em *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*. Vol. I, Lisboa, Acad. Real das Ciências, 1856, p. 286. A postura, atribuída ao reinado de D. Afonso III, não está datada.

³³ A.N.T.T., *Chanc. D. Dinis*, L.^o 1, fl. 43 v. Publicado, entre outros, em *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, doc. 21, p. 17. No 2.^o vol. (Tomo I) desta obra, *O Algarve e os Descobrimientos*, na p. 156, Alberto Iria interpreta pela positiva a alusão aos alcaides do mar de Cascais e de Sesimbra, ou seja, como se devesse ser considerado precedente a imitar o facto de eles castigarem rixas e desacatos de pescadores, mesmo quando ocupados em trabalhos da terra. Não estou certo de que não se vise o propósito inverso. O mesmo historiador assinala a presença em Porches, segundo o foral concedido por D. Dinis em 20 de Agosto de 1286, de um alcaide, dois espadaleiros e um petintal «que tinham foro de soldados» (*Op. cit.*, p. 157). Embora no índice temático a referência a este cargo apareça entre as dos alcaides do mar, julgamos tratar-se antes do alcaide de uma embarcação, possivelmente uma galé. A confusão ocorre com alguma frequência.

³⁴ «Os marinheiros do rei estavam, como vimos, sujeitos a um *alcaide do mar* que dependia directamente da Coroa até ao aparecimento do almirante Pessanha (...). Na carta régia de Afonso III sobre apelações dizem-se sem recurso as sentenças da competência do alcaide do mar». (CAETANO, Marcelo — *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.^a Dinastia (1179-1383)*. 2.^a ed., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1981, p. 42).

mandados como a seu almirante e assi como fariam polo meu corpo meesmo se hy fosse e que aaqueles que uos nō forem obedientes ou ben mandados que lho straynhedes nos corpos com dereyto e com Jostiça (...). E outrossi mando que todolos que em essas Galees forem seiam obedientes e mandados aos alcaydes que uos em elas poserdes en totalas cousas como a seus alcaydes e como e de costume. E esto se entenda do dia que armardes Galees ou Nauios ata o postrumeyro dia que desarmardes»³⁵.

Bem pouca coisa: trata-se no fundo do poder de que um comandante militar naval dispõe sobre os seus comandados. Especifica-se que se pensa nas *equipagens das galés*, e que tal poder cessa com o termo da campanha. O contrato será sucessivamente renovado e confirmado³⁶, e em alguns desses momentos registrar-se-ão inovações, alargando-se pacientemente as competências do almirante.

Quatro anos depois do contrato, em 1321, surgem os primeiros conflitos de jurisdições, provocando enfrentamentos pessoais entre os homens do almirante e os do alcaide de Lisboa. Queixava-se o primeiro de que lhe detinham os homens «por qual cousa quer sen merecimento e que por cousas ligeiras en que nō auyam morte nem laydamento nem perdimento de nembro os faziam jazer em prolongada prisom e que os nō queriam soltar ata que sse estragauam do que auyam». D. Dinis esclarece na oportunidade que os alcaides das galés, arrais e petintais responderão perante o almirante ou seu alcaide do mar «saluo en ffecto de Crime que deuem seer da juridiçõ do alcayde e dos aluazijs». Os homens do mar terão licença de porte de armas desde o dia em que começarem a receber as soldadas para embarcar até todo o dia da chegada. Precisam-se os contornos do poder do almirante, quando o monarca determina que o alcaide e seus homens não entenderão «en el nem nos seus aquelles que fossem seus uestidos e gouernados nem em seu barrho». Nem poderão entrar neste bairro para capturar os que se refugiarem nele depois de terem cometido desacatos na cidade: limitar-se-ão a avisar o almirante ou quem o representar, que lhes entregará os delinquentes ou os expulsará de modo a que as Justiças os possam prender³⁷.

Começa a emergir a figura do *alcaide do mar*, ponte entre o almirante e os *seus* homens, que se abrigam no *seu* bairro (à semelhança de

³⁵ A.N.T.T., *Gaveta 3*, Maço 1, n.º 7; *Chancelaria de D. Dinis*, L.º 3, fl. 108. Este documento foi publicado pelo menos em seis obras. Seguimos a lição dos *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, doc. 37, p. 27-30.

³⁶ MARQUES, A.H. de Oliveira — *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa, Ed. Presença, 1987, p. 358-359: apontam-se os anos de 1319, 1321, 1322, 1327, 1356, 1357, 1367, 1372, 1383, 1397, 1439, 1448 e 1449.

³⁷ Este extenso documento aprofunda outras situações profundas de conflito (ferimentos, homicídios, etc.), e conclui, com alguma ironia: não julgue o alcaide que,

outros senhores, cujos paços residenciais garantem imunidades ao bairro circundante — imunidades excessivas e perigosas, segundo os vizinhos das terras, que durante toda a Idade Média rogarão incessantemente ao monarca que devesse tais «coutos de malfeitores». Embora não haja dúvidas de que é de tripulações de galés e de marinheiros que se trata (ideia reforçada pela autorização de porte de armas), a utilização de uma designação genérica — *homens do mar* — presta-se para incluir, havendo vontade disso, pescadores, mercadores, simples marinheiros, o que não estava visivelmente no espírito do contrato fundador.

Vontade que pode vir de baixo: em 1340, Domingos Joanes, juiz da Pederneira, prende dois arrais de um baixel por suspeita de furto. Os detidos apelaram para foro próprio «por que dizia que eram arraizes e trariam priuilegios dos Reys que os ouuisse o alcaide do mar», o que conseguiram³⁸. A Pederneira pertencia ao mosteiro de Alcobaça; um dos seus monges, Frei Vicente, limitou-se a assistir ao processo e a pedir aos juízes um documento com a respectiva decisão.

Quando D. Pedro nomeia almirante-mor Lançarote Peçanha, em 1361, além de confirmar todas as cartas e privilégios de D. Dinis e de D. Afonso IV, acrescenta: «E el meta alcaides do mar em cada huu logar E outrossy alcaides de galees e arrayzes e pitintaes aquelles que elle ujr e entender que som pera meu serujço outrossy os possa tirar»³⁹. Quatro anos decorridos, nas Cortes de Elvas, Lisboa queixar-se-á ao Rei do alcaide do mar da cidade («que he do dicto almjrante»), que se ocupava de assuntos da jurisdição concelhia: moços menores, mancebos de soldada, entre outros. Na ocasião o soberano decide a favor dos agravados, ordenando que tais pleitos regressem à competência dos alvaxis da cidade⁴⁰.

Não surpreende que Micer Lançarote Pessanha, ao obter a confirmação do cargo e dos respectivos privilégios junto de D. Fernando, peça que as

por não entender nos homens do almirante, não haja de entender «nos outros da terra que lhys mal fizeram» (A.N.T.T., *Chanc. D. Dinis*, L.º 3, fl. 137. Publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 47, p. 40-42).

³⁸ A.N.T.T., *Col. Especial*, Caixa 89, m. 2, n.º 2; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 62, p. 63-64.

³⁹ A.N.T.T., *Chanc. D. Pedro*, fl. 2; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 88, p. 107-108, e em *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, I.N.I.C., 1984, p. 10. A carta foi dada em Elvas, a 23 de Maio de 1361.

⁴⁰ A parcimónia do documento não permite interpretar melhor este conflito de jurisdições (A.N.T.T., *Chanc. D. Pedro*, fl. 62; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Supl. Vol. I, Doc. n.º 171, p. 283-284; in *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, I.N.I.C., 1984, p. 254-255; e *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, I.N.I.C., 1986, p. 101).

suas competências sejam garantidas: «E diz que ora uos mjnhas justiças lhe toruades e embargades a dicta jurdiçam e lhe ides contra ella porque dizedes que em essa mjnha carta nom som contheudas as cartas do dicto meu bisauoo nem se mostra nem he declarada a jurdiçom que lhe ora per mjm he dada e outorgada»⁴¹. Em 1367, o rei outorga nova carta de confirmação ao almirante, na qual se vai um pouco mais longe: repete-se que ele terá seus alcaides em algumas vilas e lugares do reino «que conheçam dos feitos de todollos mareantes assy dos vassallos cossairos como dos seus homens do dito nosso almirante e de todos aquelles que forem da sua jurdiçam»; e garante-se que se homens da jurisdição do almirante forem presos por malefícios graves (por exemplo, ferimentos), ser-lhe-ão entregues, e não levados à cadeia⁴².

No ocaso do seu reinado, e queixando-se o almirante de que lhe usurpavam competências, D. Fernando é mais específico: «Mandamos que o dicto Almirante tenha cadea e ouuydores e alcaides e meirinos e porteiros e scripuãaes e sseus ofiçiaaes em todollos logares dos nossos Regnos unde ouuer homens de vyntenas de mar E que os ouuydores e alcaides do dicto almjrante ouçam e lijurem todos os ffectos dos sobre dictos E que as alçadas venham ao dicto almirante e do dicto almjrante A nos (...) Outrossy uos mandamos que sse os ouuydores ou alcaides do dicto almirante ou sseus oficiaes ouuerem alguus ffectos que nõ tomedes delles nenhuus conhecimentos e enviade os logo perante o dicto Almirante Ao qual nos mandamos que os veja ante as partes e os dessenbargue com direito.»⁴³

Poucas vezes se chegaria tão longe: cadeia, ouvidores, alcaides, meirinhos, porteiros, escrivães e seus oficiais — em todos os lugares em que houver vintenas! A crise de 1383-85 impediu a concretização e o enraizamento deste aparelho judicial exclusivo dos homens do mar: nas Cortes de Coimbra, Lisboa pedia «que nom ouuesse hi almirante nem lhe leixasemos Jurdiçom. Outrossi [nom] ouuesse hi alcaide pera Julgar nem meirinho pera prender nem porteiro pera çitar». O rei defere o pedido —

⁴¹ O almirante solicita então, e obtém, o traslado das cartas régias desde o tempo de D. Dinis (A.N.T.T., *Chanc. D. Fernando*, L.º 1, fls. 19 v. e 20 v. Publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 107, p. 121-122: carta dada em Lisboa, a 6 de Novembro de 1367).

⁴² Recordar-se ainda a imunidade do bairro do almirante, a obrigatoriedade de as Justiças castigarem os que ofenderem os seus homens, a licença de porte de armas para todos os que embarcarem nas galés quando se armar frota (A.N.T.T., *Leitura Nova*, L. 3.º de Místicos, fl. 132 v.; L.º de Extras, fl. 76 v. Publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 129, p. 245-247).

⁴³ A.N.T.T., *Chanc. D. Fernando*, L.º 3, fl. 93v.; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 159, p. 184-185.

os tempos eram de cedência, «posto que tall jurdiçom fosse deuuda aho almirante»⁴⁴.

Entre os poderes que foram episodicamente reconhecidos ao almirante e aqueles que de facto exerceu, a distância parece ter sido grande: a «cartografia» das respectivas jurisdições marítimas deve ser desenhada com a maior precaução. Em Setúbal, por exemplo, a fazer fé nos procuradores do concelho, no final do século XIV «ha alcaide do mar que conhece de todollos fechos dos homens do mar»⁴⁵. Em 1434, D. Duarte confirma Martim Domingues como meirinho de Setúbal e do termo, «pera ell prender os Reuees a que for mandado que vaam serujr as galees E nom fezerem [e] fogirem com o Soldo Esoo medes fazer vjir e cos-tranger que venham serujr as dictas galees aquelles que lhes for mandado per o apurador ou per outro quall quer que poder pera esto aja». A carta, dirigida «aos juizees da dicta villa E aos alcaides do mar», apresenta-nos um meirinho com funções puramente militares (a vigilância dos galeotes) e de nomeação régia: não se fala no almirante⁴⁶.

Outra é a situação em Cascais. Em 1393, o donatário do lugar pede e obtém a extinção da alcaidaria do mar, por ela se exercer em prejuízo da sua jurisdição, e a passagem dos pleitos que lhe cabiam para a alçada dos juízes ordinários da vila⁴⁷.

Em Faro havia alcaide do mar, e com alguma tradição. A 25 de Agosto de 1434, estando no Mosteiro de Alcobaça, D. Duarte aceita a renúncia de Álvaro Martins do cargo de alcaide do mar daquele porto algarvio, por alegado cansaço⁴⁸. Em sua substituição o monarca provê o

⁴⁴ A.H.C.M.L., *L.º I.º de D. João I*, n.º 11, art.º n.º 27, e *Livro dos Pregos*, fl. 107v antiga ou 132v moderna; publ. in *Descobrimientos Portugueses*, Supl., Vol. I, Docs. n.º 45 e 46, p. 64-65.

⁴⁵ A.N.T.T., *Chanc. D. Manuel*, L.º 5, fl. 32; *Leitura Nova*, Odiana, L.º 7, fl. 32; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Supl. Vol. I, Doc. n.º 539, p. 433, com data crítica proposta por João Martins da Silva Marques: 1387(?), Novembro, 24.

⁴⁶ A.N.T.T., *Chanc. D. Duarte*, l.º 3, fl. 4v; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 277, p. 288.

⁴⁷ A.N.T.T., *Chanc. D. João I*, L.º 2, fl. 83v.; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Supl. Vol. I, Doc. n.º 576, p. 440. O Doutor João das Regras, que outro não é o donatário, diz que o rei fizera mercê do cargo a um dos moradores do lugar para que ele julgasse os pleitos dos homens do mar. Não há qualquer referência ao almirante. Sobre o senhorio de Cascais, veja-se MARQUES, A.H. de Oliveira — «Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média», in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, p. 114. «O senhorio de Cascais foi, desde os seus começos, hereditário e de mero e misto império, a mais completa forma de concessão feudal (...). Mas havia excepções (...). Não cabia nos poderes dos senhores de Cascais a jurisdição sobre os mareantes...» (*Ibidem*, p. 129).

⁴⁸ A renúncia constava de um documento lavrado por Álvaro Fernandes, tabelião em Faro, em 2 de Janeiro de 1427.

filho, Rodrigo Álvares⁴⁹ (que toma posse na Chancelaria), e recomenda: «E esso mandamos aos Juizes e justiças do dito logo que façom o que lhes per el ffor Requerido ou mandado em guisa que hua justiça ajude a outra»⁵⁰. Mas uma justiça não parecia muito disposta a ajudar a outra: em 1436, Rodrigo Álvares queixa-se de que D. Duarte dera ao seu corregedor no Algarve, Gonçalo Pires, um alvará, graças ao qual este lhe embargava parcialmente o seu ofício, «defendendo lhe que nom husasse delle saluo em certas pessoas assy como alcaides e arraizes». O rei autoriza-o então a exercer a alcaidaria como o fazia «ataa o tempo que o conde dom pedro começou de sser o almjrante»⁵¹.

Na primeira metade do século XV havia alcaides do mar no Porto: sabemos que um deles, Afonso de Matos, morador na cidade, ocupava essa alcaidaria desde o tempo de D. João I; a pedido do conde D. Afonso, o Infante D. Duarte outorgara-lhe uma primeira carta de ofício, que viria a confirmar, já rei, em 28 de Dezembro de 1434. Em 29 de Setembro de 1441, o regente, em nome de D. Afonso V, reconfirma-o no lugar, tendo Afonso de Matos tomado posse na Chancelaria. A carta, atente-se, é dirigida ao juiz do mar do Porto, e nela não é referido o almirante⁵².

⁴⁹ Criado de Garcia Moniz.

⁵⁰ A.N.T.T., *Chanc. Afonso V*, L.º 20, fl. 120v.; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 269, p. 284-285. A carta está inserida numa confirmação de 3 de Junho de 1440.

⁵¹ A.N.T.T., *Chan. Afonso V*, L.º 20, fl. 120v.; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 283, p. 347. O alvará eduardino é outorgado em Estremoz, a 8 de Fevereiro de 1436, estando inserido numa carta de confirmação de D. Afonso V de 1 de Junho de 1440. É ainda no Algarve que voltarão a surgir conflitos de competências (não já jurisdicionais): o fronteiro da comarca, Gonçalo Nunes Barreto, fazia pessoalmente a requisição de barcos e homens para o serviço do rei (sobre este fidalgo consulte-se MORENO, Humberto Baquero — *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Lourenço Marques, Sep. da «Rev. das Ciências do Homem» da Univ. L. M., Vol. IV, Série B, 1973, p. 734. A carta em apreço, outorgada em Santarém, a 24 de Março de 1449, é o último testemunho dele nesse cargo — A.N.T.T., *Leitura Nova*, L.º de Extras, fl. 75; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 367, p. 464-466). Ora quem destina as embarcações e a tripulação para servir a Coroa é o almirante, protesta Rui de Melo, que ocupava interinamente o almirantado, na menoridade do seu filho, Lançarote Pessanha. A decisão régia é-lhe favorável: onde quer que haja oficiais do almirante, é a eles, e não ao corregedor nem a juizes, que cabe a discutida requisição (sobre Rui de Melo, v. MORENO, Humberto Baquero — *Op. cit.*, p. 863-866).

⁵² A.N.T.T., *Chanc. Afonso V*, L.º 2, fl. 77v.; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 278, p. 288-289.

O almirante-mor foi perdendo força durante o século XV⁵³. É possivelmente já na curva descendente deste outrora prestigiado cargo que são promulgadas as *Ordenações Afonsinas*, as quais, também a este respeito, se revelam mais como uma compilação minimamente organizada de materiais pré-existentes (ordenações, cartas e alvarás régios, capítulos de cortes), um repertório de consulta, do que como um código legislativo para uso imediato e obrigatório tal como os concebe o Direito hoje. Por isso identificamos com facilidade passagens inteiras do Título LIII do L.^o 1.^o — «Do Almirante, e do que pertence a seu officio»⁵⁴. Só que este título, como veremos, revela-se mais antologia de fulgores pretéritos do que fundamento legal de exercícios futuros. Até porque é seguido do LV — «Do Capitam Moor do mar», que, como notou Oliveira Marques⁵⁵, foi buscar algumas das competências do almirantado⁵⁶. Este título baseia-se largamente na carta de officio de capitania que D. João I outorgara a Álvaro Vasques de Almada, rico-homem do Conselho Régio, em Sintra, a 23 de Julho de 1423, e que seu filho confirmou em Almeirim, a 5 de Julho de 1434. O Rei dá-lhe poder para que «prenda, e possa prender

⁵³ «Com o tempo, as condições do contrato sofreram modificações. Os vinte técnicos genoveses, tornados desnecessários com o aumento dos quadros marítimos puramente nacionais, deixaram de existir, ao que parece desde começos do séc. XV. Por seu lado, a Coroa, talvez pela mesma época, deixou de pagar a tença de que, em 1450, já não havia memória. E as suas interferências na jurisdição do almirante revelaram-se em pontos vários, de que o mais importante foi, provavelmente, a criação do cargo de capitão-mor, na dependência directa do Rei. É que o feudo do almirantado havia de sentir embates semelhantes aos dos outros feudos, numa época em que a centralização do poder real ia levando de vencida a tradicional autonomia dos senhores» (MARQUES, A.H. de Oliveira — *Portugal na Crise... cit.*, p. 359).

⁵⁴ Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, [1984], p. 319-328. Veja-se nomeadamente o parágrafo 16: «Item. O almirante tem juridiçom, e poder sobre todolos homees, que com elle forem nas nossas guallees tambem em frota, como em armada... etc.» (p. 326-327), em que se copia um excerto do contrato de 1317. Já o parágr. 19 retoma a carta de D. Fernando de 20 de Setembro de 1383: «Item. Ao seu officio pertence de teer cadea, e Ouvidores, e alquaides... etc.» (p. 327-328), para se concluir, no parágr. 20: «E este capitulo mandamos, que se guarde em aquella maneira, que se guardou em vida d'El-Rey Dom Joham meu avoo, cuja alma DEOS haja, e que por seer aqui escripto, nom acrecente mais no direito do Almirante» (p. 328).

⁵⁵ Ver Nota 53.

⁵⁶ «O autêntico «almirante», no sentido moderno da palavra, era bem mais o *capitão-mor do mar*, surgido na década de 1360. De nomeação régia, privilegiado, tinha autoridade sobre todas as tripulações e podia nelas exercer justiça, embora estivesse subordinado ao almirante» (MARQUES, A.H. de Oliveira — *Portugal na Crise... cit.*, p. 361, e Nota 3, na qual indica bibliografia). Este autor acrescenta: «Aliás, o próprio capitão-mor parece, com o tempo, e muito à semelhança do almirante, ter-se convertido num beneficiário de rendas e num detentor de título cobiçado, mais do que num eficiente homem do mar» (*Ibidem*).

todos aquelles que lhe mal mandados forem, e nom quiserem fazer o que lhes mandar por nosso serviço (...) e que possa em elles fazer justiça (...). Debaixo da sua alçada estão «patrões, alcaides, arrais, petintais, comitres, besteiros, galiotes, mareantes, marinheiros»⁵⁷.

Falávamos do enfraquecimento do almirantado. Em meados do século XV, a Coroa, através do juiz dos seus feitos, entra em conflito com o titular do cargo, Lançarote Pessanha (representado pelo pai, Rui de Melo). O procurador de D. Afonso V, Álvaro Pires, começa por definir com clareza o cerne da questão do ponto de vista do rei: «por nos seermos vnyuersall Rey E senhor destes nossos Regnos e Senhorio a nos perteença vnyuersallmente toda a jurdiçom çiuell e crime de todos os dictos Regnos dos nosos sobdictos e naturaes delles». E passa a expôr as razões do contencioso: D. Dinis concedera ao primeiro Pessanha «jurdiçom sobre os homeens do mar somente des o dya que a armaçom fosse começada atee o tempo e dia que a armaçom das gallees fosse acabada». Ora Rui de Melo exorbitava, apossando-se da jurisdição sobre *todos* os mareantes e *a tempo inteiro*. Ao que o acusado contestava que, em primeiro lugar, o contrato dionisino incluía quer a jurisdição no mar, quer a jurisdição nos portos donde a armada largasse, e até ela terminar; em segundo lugar, tal jurisdição abrangeria não apenas os mareantes, mas também — e principalmente — os cavaleiros, escudeiros, homens de armas e outros, «pella quall Razom tijna alcaydes do mar E ouujdores E escripuães e meeirinhos».

Como vimos, estava longe de ser esse o âmbito dos poderes concedidos por D. Dinis a Micer Manuel Pessanha em 1317; mas isso torna-se irrelevante para nós, que não pretendemos reabrir o caso, interessando-nos mais a generosa interpretação que deles fazia o sucessor do segundo, cento e trinta anos decorridos. No fundo, como os demais senhores, procurava alargar incessantemente os seus poderes.

A sentença é restritiva: a jurisdição do almirante confina-se de novo aos alcaides, arrais e petintais das galés — para tal, e para mais nada, poderá ter os seus alcaides nos portos de mar. Em tempo de guerra ou armação de frota, estenderá essa jurisdição a todos os que forem obrigados a servir na armada e fugirem (tendo ou não já recebido soldo do rei)⁵⁸.

⁵⁷ Parágr. 3, p. 329-330. Depois de esclarecido o que se entende por *andar em frota e armada* e estar em terra «d'asseceguo», estipula-se (parágr. 9) que o capitão-mor dará apelação para o rei de penas corporais ou de sentenças até 10 cruzados de ouro, podendo mandar executar de imediato a sua decisão nos outros casos.

⁵⁸ Esta resolução final do pleito é dada em Évora, a 23 de Maio de 1450 (A.N.T.T., *Gaveta n.º 3*, maço 6, n.º 1; *Leitura Nova*, Extras, fl. 189v.; publ. in *Descobrimentos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 376, p. 473-474).

Não surpreende que, dois anos depois, D. Afonso V defira no mesmo sentido certas pretensões contidas em capítulos apresentados pelo Porto: os procuradores pediam ao rei que não admitisse jurisdição do almirante na cidade, *à semelhança da que tinha no Algarve e «alguu tamto em lixboa»*. Dizem tratar-se de uma ambição antiga do almirante, que já virara a cidade contra o conde D. Pedro, no reinado de D. Duarte. O «Africano» dá razão à urbe, argumentando que as respectivas jurisdições sempre estiveram de posse da Coroa (pelo menos, acrescentamos nós, desde 1405)⁵⁹.

O ano de 1460 foi aziago para o almirantado, que vai somar nova derrota, mais a sul. Rui de Melo dera uma carta de provimento a Gil Afonso, nomeando-o *meirinho dos homens do mar* que pertenciam à sua jurisdição nas vilas da Pederneira, Paredes, Selir e Alfeizerão, incumbindo-o nomeadamente de requisitar as embarcações necessárias ao serviço do Rei e de conduzir presos, de acordo com as ordens do alcaide dos homens do mar. Os lugares pertenciam ao mosteiro de Alcobaça, que, desta vez, ao contrário do que acontecera em 1340, reage através do procurador do abade: ao tempo a que os primeiros reis de Portugal doaram ao mosteiro toda a jurisdição cível e crime, mero e misto império (reservando para a Coroa a alçada) — nota ele — não havia sequer almirantes, nem viria a haver durante muitos anos. Os problemas tinham começado seis anos atrás, quando o almirante decidiu nomear *juiz dos arrais e petintais* da Pederneira um certo Ascenço Eanes. Gerou-se aceso litígio, e D. Afonso V acabou por devolver as funções daquele oficial aos juizes ordinários da

⁵⁹ BASTO, Artur de Magalhães — *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, do Arquivo Municipal do Porto*. Porto, Publicações da C.M.P., 1940, p. 72 e 73; e *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Supl. Vol. I, Doc. n.º 1088, p. 552 (esta obra só publica excertos). A carta é outorgada em Évora, a 2 de Junho de 1452. O diferendo prosseguiu: em 28 de Março de 1460, um alvará régio volta a decidir a favor da cidade no pleito contra o almirante Rui de Melo (*Diplom. et Chartae*, I, p. 543, *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Supl. Vol. I, Doc. n.º 232, p. 363). Este alvará preparava uma sentença dada em Oeiras, a 5 de Abril de 1460, e que faz um pouco mais de luz sobre as causas da discórdia: Rui de Melo reclamava a jurisdição sobre os alcaides, arrais e petintais das galés, pretendendo para o efeito nomear os seus ouvidores e oficiais. Respondiam os regedores do Porto que tal jurisdição sempre coubera aos juizes ordinários. O monarca apenas autoriza o fidalgo a ter oficiais no burgo quando organizar armadas, para que, em nome dele, «mandem e Repartam aquellas [naaos ou nauyos ou gallees] que pera ello forem mester». Desta vez é o rei a fazer uma interpretação restritiva do contrato de 1317, apoiando-se numa poderosa comunidade mercantil (A.N.T.T., *Leitura Nova*, Além-Douro, L.º 1, fl. 67v.; *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Supl. Vol. I, Doc. n.º 156, p. 265-266).

vila (o mosteiro exibiu a respectiva sentença)⁶⁰. Havia outro precedente: D. Duarte outorgara uma carta a Gabriel Eanes, criado do Infante D. Henrique, dando-o por *alcaide dos pescadores e homens do mar* da Pederneira e de Paredes, embora posteriormente anulasse a nomeação, face aos protestos do abade de Alcobaça, D. Estêvão da Gama. O provimento de Gil Afonso vinha assim reabrir um contencioso que parecia encerrado; mas o rei sentenciava de novo a favor do mosteiro⁶¹.

Referências escassas e pontuais, como vemos. Identificámos um alcaide do mar no Porto, juntemos-lhe outro em Santarém. Em 1476 o rei está em Toro, em clima propício à concessão de mercês. Disso se aproveita um dos expedicionários, Pedro do Rego (animado pela intercessão do seu genro, Fernão de Sequeira, cavaleiro da Casa do Rei), para expôr os seus agravos: sendo alcaide do mar em Santarém, várias pessoas com ofícios na terra (por exemplo, o contador da Casa de Ceuta, Vasco Palha, e o contador da comarca) «entendem em o dicto seu officio e constangem e fazem opressões a barqueiros e pescadores e a outras pessoas que a Jurdiçom do officio do dicto Pero do Rego pertencem». Pelo teor da carta, depreende-se que tais intromissões eram, também aqui, a requisição de barcos e barqueiros para o serviço do rei, do príncipe e de poderosos, com imposição de penas aos refractários. D. Afonso V repete que tal requisição deve passar sempre pelo alcaide do mar⁶².

Uma última referência para Arzila: na carta em que provê D. João de Meneses na capitania da praça, o príncipe D. João concede-lhe o poder de nomear vários ofícios — «alfaqueque, sobrerolda, juiz, alcaide pequeno, alcaide do mar, porteiro das portas, medidor». Um dos cargos cuja nomeação pertencia ao almirantado aparece já, na cidade marroquina, nas mãos do respectivo capitão, por interposta Coroa⁶³.

⁶⁰ Segundo esta, Ascenço Eanes argumentara que Rui de Melo «tinha poder de poer alcaide e Juiz em todollos lugares de nossos Regnos de porto de mar que conheçsem dos feitos dos alcaides arraezes e pitintaes quee eram da sua Jurdiçom do dicto almjrante». A decisão do Desembargo, assinada por Gomes Lourenço, não lhe dá razão.

⁶¹ Sentença proferida em Lisboa, a 6 de Agosto de 1460 (A.N.T.T., *Mosteiro de Alcobaça*, Livros Dourados, 1.º, fl. 41 v. e ss.; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 449, p. 572-574).

⁶² A.N.T.T., *Leitura Nova*, Estremadura, L.º 7, fl. 162v.; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. III, Doc. n.º 125, p. 166-167. A carta é outorgada em Toro, a 20 de Maio de 1476.

⁶³ A carta, dada em Beja, a 2 de Agosto de 1481, será repetida, com alterações de pormenor, em Évora, a 9 de Junho de 1490, quando D. João II nomear D. Vasco Coutinho, conde de Borba, capitão-mor de Arzila (para o primeiro documento ver, entre

Uma jurisdição própria dos homens do mar parece ter chegado a deitar raízes aqui e além, dissemo-lo, a partir do almirantado e das tripulações das galés (foi o processo que acabámos de acompanhar) e a partir das alfândegas e dos mercadores — neste caso, a questão só se colocou no Porto e em Lisboa.

Da última sabemos pouco. Nas cortes realizadas em Maio de 1331, em Santarém, entre os vários capítulos especiais apresentados pela cidade figura o seguinte:

«Item se queixou que recebeu agrauamento do dizimeyro da alfândega que filha os preytos dos mercadores que son vezinhos e andam no camynho de frandes ou de alem mar. E o Juiz da alfandega nom foy posto em esse logo senom per Razom dos homeens doutra terra e dos fretes das Naues e dos Baixees». O monarca adia a resposta para se informar acerca do «costume».

No reinado de Afonso IV havia pois em Lisboa um *juiz da Alfândega*, para julgar os processos ligados ao fretamento dos navios e, segundo se depreende do texto, aos estrangeiros (embora muitas nacionalidades fossem depois privilegiadas e pudessem escolher juiz próprio)⁶⁴. O dizimeiro da alfândega chamou a si alguns desses pleitos e, apesar do protesto dos procuradores de Lisboa, o rei escusou-se a tomar uma posição imediata.

Numa sentença sobre a posse de uma torre, naquela cidade, perto da Porta de Ferro, de que D. Fernando se dizia ilegalmente desapossado pela cidade, uma das confrontações reza: «contra cas [de] fernã roiz juiz dos fectos do mar»⁶⁵. *Juiz dos feitos do mar e juiz da alfândega*: duas designações para o mesmo cargo? E, seja qual for a resposta a esta pergunta, quem os nomeia? Quais as respectivas competências?

Estamos melhor informados acerca do Porto, sobretudo no século XV. A nomeação de juizes do mar parece ter sido um dos momentos da longa contenda que opôs a Coroa aos bispos da cidade durante os séculos XIII e XIV, até ao contrato de 1405.

outros. A.N.T.T., *Chanc. D. João II*, L.º 6.º, fl. 21v, publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. III, Doc. n.º 155, p. 238-239; para o segundo, A.N.T.T., *Chanc. D. João II*, L.º 16, fl. 43, publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. III, Doc. n.º 242, p. 360-361).

⁶⁴ Um exemplo, entre muitos: D. Fernando autorizara os «prazentins» a saírem da alçada dos juizes de Lisboa, permitindo que tivessem «amtre ssi comssul que fosse juiz amtre elles» (*Descobrimientos Portugueses... cit.*, Supl. Vol. I, Doc. n.º 46, p. 65).

⁶⁵ A.N.T.T., *Chanc. D. Fernando*, L.º 1, fl. 83v; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Supl. Vol. I, Doc. n.º 415, p. 406-407.

No Verão de 1354, estavam ao rubro os ânimos entre Afonso IV e a Mitra, ao tempo ocupada por D. Pedro Afonso (de direito, que não de facto — o prelado vivia refugiado na Galiza desde 1345, como é sabido, ano em que fulminara a cidade com o célebre interdito). Entre os infundáveis róis de recriminações que cada uma das partes alimenta, destaquesmos uma: «El Rey fez juizes e pose os no almazem que ouujsem os feytos do mar o que nunca foy ca todolos feytos Ciuys e Criminaes hyam Perante os Juyzes da dicta Egreia e do Bispo». Contesta o soberano que não está a agravar os senhores da cidade, antes a exercer o seu direito, uma vez que desde sempre ele e seus antecessores «esteuerom e estam em posse de poer Juyzes en todolos logares do seu Senhorio hu ha Portos de mar Posto que alguus desses logares hu ha esses Portos nom seiam seus Os quaes Juyzes Conhoscerom e conhoscem de todolos fectos dos homeens do mar que viuem continoadamente per marear». E acrescenta uma informação preciosa: de há muito tempo os almoxarifes da Coroa «como Juyzes do mar Conhosceram antre os homeens do mar de todos os dictos feytos ata o tempo que Joham Gordo foy almuxarife do dicto Senhor». Tendo este João Gordo pedido escusa, por ser velho e fraco e «nom saber tanto de fectos nem do officijo de Julgar», o rei dispensou-o e nomeou um juiz para ouvir os pleitos entre homens do mar — tarefa anteriormente a cargo dos almoxarifes, segundo parece. E que assim iria continuar, se se cumpriu a decisão régia: «Jtem. Ao sexto agrauo do Juiz do mar Mandamos que o Almoxarife d'El Rey porque o Custumou ouça os fectos do[s] fretamentos das Naus e dos fretes e das soldadas dos marinheyros e das outras cousas que perteeem aas Naves E aos aparelhos delas»⁶⁶. São as funções que, em Lisboa, vimos atribuídas ao juiz da Alfândega e usurpadas pelo dizimeiro.

O paralelo não é fortuito: em 1410, D. João I confirma os usos e costumes antigos em vigor no armazém régio na cidade do Porto, e manda que o dizimeiro e o juiz do mar tenham alçada naqueles pleitos «em que conhoçe o nosso dizimeiro da alfandega de lixboa e detremjnha dando apelaçom e agrauo aas partes naqueles casos que se deue fazer»⁶⁷.

A partir de inícios do século XV estamos razoavelmente documentados sobre o cargo: pode dizer-se que a história dele é a história da família

⁶⁶ *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Supl. Vol. I, Doc. n.º 170, p. 279-283, *Corpus Codicum*, Vol. II — «Autos da sentença de dúvidas e jurisdição entre o bispo e a cidade», 1917, p. 22, 23, 25, 189, 194-198, 255 e 266 (com incorrecções de leitura).

⁶⁷ A.N.T.T., *Gaveta 11*, maço 10, n.º 4, inserta em cartas de confirmação de 1496, Junho, 23 (*Chanc. D. Manuel*, L.º 29, fl. 42v) e 1528 (*Chanc. D. João III*, L.º 11, fl. 108); *Leitura Nova*, Além-Douro, L.º 1, fl. 58v; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 216, p. 223-227.

Cernache, que ocupa a respectiva titularidade durante, pelo menos, três gerações. Em 1410, Álvaro Eanes de Cernache, *juiz dos feitos do mar na cidade do Porto*, pede a D. João I uma carta na qual seja especificado «de quaaes feitos auia de conhecer hou de que pessoas & outro si de que auia de ser ho selo e quanto auia de levar dele». O rei autoriza-o a julgar os pleitos «de todos hos mercadores & mestres & marinheiros & grumetes & pagens de fora destes Reinos asi por si como contra si; e houtro si dos mercadores destes Reinos e mestres e marinheiros e grumetes e pagens de todos os feitos que antre si são e pretencem e autos de mercadorias e carregações e autos de marear, e outro si de mercadores da dicta cidade; e outros lugares destes Reinos que dão alguas encomendas [a] alguas pessoas pera lhe levarem [a] algus lugares e lhe trazerem seus empregos, hasi destes Reinos como de fora delles; e outro si de todos hos fretamentos e cousas que ha elles pretençem ainda que seião clerigos beneficiados; e outro si de todos os corretores que fazem alguas mercadorias antre hos mercadores estrangeiros; e contra outras pessoas destes Reinos que pertencem aos ditos mercadores estrangeiros». À atenção do contador, acrescenta-se que o escrivão deste juiz devia cobrar pelos «feitos & cartas» do seu officio tanto como os tabeliães da cidade; e que o magistrado, além de guardar o selo (da alfândega, presumimos), levaria «das chancelarias das sentenças & cartas testemunhaveis & pericatorias asi como Nos leuamos na nossa chancelaria». Para esta última decisão, o soberano baseou-se expressamente numa carta testemunhável de Afonso Vasques Dantas, *juiz dos feitos do mar na alfândega de Lisboa*⁶⁸. Uma definição tão lata de competências animou Álvaro Eanes de Cernache a alargar-se em demasia no respectivo exercício: os procuradores do Porto lamentam isso mesmo, em 1412⁶⁹, assinalando que ele tomava conhecimento de muitos pleitos cíveis e crime que cabiam por direito aos juizes ordinários da cidade, estribando-se numa carta de D. João I («que diz que tem»). Esse não era o costume do Porto nem de Lisboa, protestavam, «nem o juiz do mar dessa çidade nunca leou tamanha jurdição nem dizima da contia que perante elle alguem demanda assj como agora o dito Aluarianes leua porque a jurdição dessa çidade foi dos bispos, e no escambo que essa cidade tem faz menção dos feitos de que esse juiz do mar ha de conhecer». Os procuradores instavam o rei a que confinasse o seu juiz do mar às competências alegadamente definidas no contrato de 1405.

⁶⁸ *Livro 1.º de Registo da Alfândega do Porto* (Coxias da Livraria, Cód. n.º 110-A, fl. 114v.; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 217, p. 227-228). A carta foi dada em Lisboa, a 19 de Agosto de 1410.

⁶⁹ Nos capítulos especiais apresentados às Cortes de Lisboa (A.H.M.P., *Livro A*, fl. 51v. e ss.; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Supl. Vol. I, Doc. n.º 198, p. 317-8).

O conflito prolongou-se pelos anos seguintes, como todos os conflitos de jurisdições na Baixa Idade Média. O que não conseguira nas Cortes de 1402 procurou a cidade alcançar pelas vias judiciais regulares: o seu procurador Gonçalo Nunes apresentou queixa contra Álvaro Eanes de Cernache, *dizimeiro* e juiz dos feitos do mar do Porto; João Lourenço, juiz ordinário do burgo, recebeu o agravo em primeira instância. A acusação repete textualmente o teor da apresentada nas Cortes, e afirma que nessa ocasião o rei deferira o pedido. O acusado defende-se com uma carta de D. João I (presumivelmente a de 19 de Agosto de 1410, que já analisámos). «Sendo sobre ella arozoado de hua parte & da outra & visto pelo dito Juiz & como as ditas cartas pareciam em si contrairas & ha entrepetação dellas não pertença, saluo a nos que has deramos remeteo ho dito feito ha nos que ho liurasemos como nossa merçe fosse, asinando termo has ditas partes que perante nos parecesem». O juiz do mar deslocou-se efectivamente à Relação; o concelho não o fez e foi condenado nas custas à revelia⁷⁰. Não surpreende o desfecho: documento contra documento, a carta inicial de D. João I nada tinha a temer no confronto com um deferimento em Cortes; em 1415, a posição do monarca perante os concelhos, mesmo os mais importantes, não apresentava a fragilidade dos anos subsequentes à Crise; finalmente, Álvaro Eanes de Cernache era um homem influente e poderoso, próximo do soberano e seu coudel-mor dos besteiros do cavalo.

Com períodos de acalmia, as relações entre ele e o Porto nunca foram fáceis⁷¹. Como acontecia amiúde, Álvaro Eanes deixou o cargo ao filho, Fernão Álvares; o rei confirmou a transmissão em 8 de Novembro de 1442⁷². O consulado do segundo dos Cernaches à frente do julgado do

⁷⁰ Especificam-se as custas no tribunal superior e as na primeira instância (*Livro 1.º de Registo da Alfândega do Porto*, Coxias da Livraria, Cód. n.º 110-A, fls. 115 e ss., publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Vol. I, Doc. n.º 226, p. 234-236). A sentença da Relação foi dada em Lisboa, a 15 de Fevereiro de 1415.

⁷¹ Veja-se uma das decisões da concorrida (27 presenças) sessão da vereação camarária de 12 de Janeiro de 1432: «Os quaes mandaram por se espaçar demanda que esperavam aver com Alvaro Annes de Cernhace que lhe dessem o trelado de seu tombro das cousas que ha d'aver en Gaya e recadar em Villa Nova... («Vereaçoes» — 1431-1432. *Livro 1*, Leitura, Índices e Notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto, Arquivo Histórico / C.M.P., 1985, p. 80). A 26 de Março de 1432, entre os documentos que um procurador do Porto levou a despacho junto de D. João I e do Infante D. Duarte contava-se «hua apelaçom que he do Concelho contra Alvare Annes de Cernache» (*Ibidem*, p. 129).

⁷² Este é nomeado *juiz dos feitos do mar* e covedeiro da Alfândega do Porto (A.N.T.T., *Chanc. Afonso V*, L.º 23, fl. 112; publ. in *Descobrimientos Portugueses... cit.*, Supl. Vol. I, Doc. n.º 945, p. 521. A carta apresenta-o como cavaleiro da Casa do Conde de Barcelos. Poucos dias depois, em 21 de Dezembro, participaria, cremos que

mar portuense está envolto em penumbra⁷³. Tal penumbra apenas se dissipa por acção do terceiro, Álvaro Eanes de Cernache, neto do coudel-mor dos besteiros de D. João I, e devido a um pleito que sustentou contra o mosteiro de Vila do Conde.

O primeiro instrumento de agravo⁷⁴ diz-nos que perante o juiz ordinário daquela vila⁷⁵ se apresentou um dominicano, bacharel em Teologia⁷⁶, na qualidade de procurador de Dona Maria de Meneses, abadesa do Mosteiro de Santa Clara, recordando que a ela pertencia a jurisdição da vila *mero e misto império*. Havia pouco tempo, Álvaro Eanes de Cernache, «juiz que se dizia do maar», visivelmente para injuriar a senhora e lhe usurpar a jurisdição, por rancores pessoais — assim argumenta o procurador — enviava a Vila do Conde «certas chamadas sentenças e outras chamadas percatórias o que na uerdade nam eram por nam hirem na forma que deuíam nem como nos mandamos que as sentenças e cartas percatórias passem e vãão de huuns juizes a outros pera os averem de exucutar mas mandaua loguo poer pena de çem cruzados aos juizes da dita villa de comde que as comprisem nam como juiz que mandaua cartas percatórias mas como Rey e Juiz superior». A última gota a fazer transbordar o copo fôra uma sua «chamada» sentença em favor do alcaide de Castro Nuno contra um morador de Vila do Conde, Gomes Nunes: Álvaro Eanes de Cernache enviou-a ao juiz da vila para este a executar, sob pena de pagar cem cruzados.

Frei Mateus exibiu esta sentença ao monarca, como prova das razões de queixa do mosteiro. D. João II começou por determinar que Álvaro Eanes apresentasse aos juízes ordinários do Porto «o Regimento que tinha do julgado do mar que se dizia que se estendia do mondegou ataa o minho». E quis ver, na Corte, o próprio original da controversa sentença.

O acusado construiu igualmente o seu caso, enviando à corte um procurador devidamente documentado: peça essencial da sua defesa era uma carta de D. João I outorgada ao seu avô, enumerando o robusto

esporadicamente, numa sessão da vereação portuense («*Vereações*» — *Anos de 1401-1449*, pub. por J. A. Pinto Ferreira, Porto, Publ. da C.M.P./Gab. Hist.^a da Cidade, [1980], p. 239).

⁷³ Em 1461 foi promulgado um regimento dirigido a Fernando Álvares de Cernache, como dizimeiro, «o qual parece ser cópia de um remetido à alfândega de Lisboa» (SILVA, Francisco Ribeiro da — «A Alfândega do Porto: os diplomas legais que marcaram a sua evolução secular», in *A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro*, Catálogo da Exposição Organizada pelo Arquivo Histórico Municipal do Porto, Porto, Casa do Infante, 1990, p. 20 (e N. 17, na p. 35).

⁷⁴ Lavrado por Álvaro de Barcelos, tabelião público em Vila do Conde.

⁷⁵ O escudeiro Fernão de Guado.

⁷⁶ Frei Mateus de Enxarez.

elenco de casos que estavam sob a alçada do juiz dos feitos do mar do Porto⁷⁷. Como segunda prova, uma carta de D. Afonso V na qual o monarca considerava que do Minho ao Mondego, e especificamente na cidade do Porto, devia estar o almirante ou alguém por ele; como Rui de Melo detinha o cargo, na menoridade de seu filho Lançarote Pessanha, mas residia quase em permanência no Algarve, e ocupado, o Rei ordenou-lhe que nomeasse um representante para o Norte. Por sua carta patente, Rui de Melo designou almirante no Porto Fernand' Álvares Vieira, pai do «acusado», e a escolha foi confirmada pelo soberano⁷⁸. Álvaro Eanes de Cernache podia assim intitular-se «juiz d'Alfamegua do porto e dos trautos do maar des o momdeguo atee o minho»: os seus antecessores construíram-lhe os precedentes de facto e de direito.

O «Príncipe Perfeito» reuniu com o seu Desembargo e decidiu a favor da abadessa, uma vez que a alçada do juiz do mar «se nam emtende mais que na dicta çidade e seu termo», isto é, relativa a contratos feitos, mesmo no estrangeiro, pelos habitantes do Porto e termo. Vila do Conde «he jurdiçom sobre sy» e, pertencendo a Santa Clara, era perante os juizes locais que os moradores deveriam responder, mesmo por contratos efectuados fora do Reino. Sempre que Álvaro Eanes precisasse de colaboração de justiças locais, para citarem perante ele gente da sua alçada, limitar-se-ia a enviar-lhes uma carta precatória, sem cominar qualquer pena, «porquamto nam tem sobre elles jurdiçam outra senam de Rogo».

Restava esclarecer a questão do título: «des o mondeguo atee o minho». Podia não ser ambição desmesurada no tempo d'«O Africano», era-o seguramente no do seu filho. Este desculpa a condescendência de Afonso V para com Fernand' Álvares «per sua Industria» e «confiança» que Rui de Melo nele depositava, e «jso mesmo pollo ofiçio do almirantado nam ter jurdiçam senam no mar quando alguua frota ou armada per nosso mandado he no maar». Outras pessoas, outras circunstâncias, todas já História. Por isso em 1493 D. João II manda que Álvaro Eanes de Cernache «se nam chame somente senam Juiz do mar e nam se chame de mondeguo atee o minho».

⁷⁷ Retomando-se, com alterações de pormenor, o texto da carta régia de 19 de Agosto de 1410.

⁷⁸ MARQUES, A.H. de Oliveira — *Portugal na Crise... cit.*, p. 361. Sobre este fidalgo, o segundo dos Cernaches a ocupar o julgado do mar do Porto, como já vimos, veja-se ainda MORENO, Humberto Baquero — *A Batalha de Alfarrobeira... cit.*, p. 546, N. 165: «Foi nomeado, em 28 de Junho de 1449, a pedido do Duque de Bragança, coudel-mor de todos os besteiros e vassalos a cavalo existentes no reino. O soberano tornou a confirmá-lo no lugar, por carta dada em 12 de Setembro de 1451» (A.N.T.T., *Chanc. Afonso V*, Livro 11, fl. 137v.).

Anula-se, para encerrar, a sentença que fôra dada contra Gomes Nunes, de Vila do Conde: segundo a Relação, a jurisdição não pertencia ao juiz do mar do Porto, «assy pello modo de demandar que o libello contra elle dado he atentado em força e esbulho e nam em cousa que pertença a auto de mercadoria, como pella dicta força seer feita fora do Regno como jso mesmo pello dito Gomez Nunez ser morador do dito luguar de Villa de Comde o qual loguo decrinou sua jurdiçam tamto que o libelo comtra elle foy dado»⁷⁹.

III — CONCLUSÃO

A análise de cerca de meia centena de documentos que acabámos de fazer revelou-se talvez pormenorizada em demasia, repetitiva, excessivamente descritiva e factual. Mas desconhecendo qualquer estudo sistemático sobre as jurisdições ligadas ao mar, não cremos que se possa prescindir desta etapa. E, agora sim, tentar uma síntese.

Desde o século XIII que está atestada a existência de *alcaldes do mar*, com alçada (sempre polémica) sobre marinheiros e pescadores, rijamente disputada com as justiças ordinárias locais. O contrato celebrado entre D. Dinis e Manuel Pessanha veio criar um ponto de apoio mais sólido para a multiplicação dessas magistraturas, embora o poder outorgado ao almirante não ultrapassasse o poder de um comandante militar sobre os seus comandados (na circunstância, sobretudo galeotes e marinheiros). A partir daí, sucede com as competências dos *alcaldes do mar* e do próprio almirante o que sucede com as de quase todas as magistraturas do Antigo Regime (apoiadas ou não num regimento): variam constantemente com os titulares, com as circunstâncias locais, com a conjuntura económica, política, social e mental. Tentar definir com clareza o estatuto e as funções de um *alcaide do mar* em Portugal nos séculos XIV e XV não é apenas problemático, é pura e simplesmente inadequado. O auge dos poderes do almirantado foi atingido, *de jure*, no final do reinado de D. Fernando. Entre alguns poderosos caudilhos de frotas e o humilde *alcaide do mar* de Santarém que, em 1476, supplica a D. Afonso V que o deixe continuar a requisitar barcos e barqueiros para o serviço da Coroa, passando por aqueles outros que se limitavam a vigiar soldados e galeotes apurados para a armada, só há um elemento em comum: o nome do cargo.

⁷⁹ Ao mesmo tempo fica sem efeito a pena de cem cruzados contra os juizes de Vila do Conde (A.N.T.T., *Leitura Nova*, Além-Douro, L.º 3, fl. 142; publ. in *Descobrimentos Portugueses... cit.*, Vol. III, Doc. n.º 174, p. 261-265). A sentença final foi dada em Santarém, em 22 de Maio de 1483.

Os pleitos mais relacionados com o direito comercial marítimo, numerosos e proveitosos, foram de igual modo objecto de cobiça: as justiças ordinárias de Lisboa e do Porto lutaram por eles contra os juízes das respectivas alfândegas ou do mar (cargos que parecem ter sucedido a parte das competências dos dizimeiros das alfândegas e dos próprios almoxarifes régios). Também a respeito deles podemos afirmar que, em grande medida, o homem faz o cargo: e nesse aspecto, a família Cernache edificou uma poderosa linhagem de juízes do mar no Porto; com o beneplácito de Rui de Melo, ela juntou-lhe uma delegação de poderes do almirantado territorialmente desafogada (um terço da costa portuguesa). O reinado de D. João II reduz estas (como muitas outras) ambições a níveis bem mais modestos. Atrever-nos-íamos a dizer, à maneira de síntese, que sempre foi reconhecida a existência de sectores sociais e profissionais específicos a requerer enquadramentos jurídicos e judiciais específicos: os pescadores, os mercadores, os marinheiros das armadas⁸⁰. Que em torno da respectiva alçada (e com mira nos respectivos proventos) se travaram renhidos conflitos de jurisdições, envolvendo a Coroa, fidalgos (nomeadamente os almirantes), concelhos e senhores locais (eclesiásticos ou leigos). Mas que não ressalta, da documentação chegada até nós, a imagem de um *foro privativo de homens do mar*. Assim parece ter sido na Galiza: «Pese a la teórica supremacía en todo el país del Almirantazgo de Castilla, en la práctica no había en Galicia una jurisdicción de alcance general que entendiese específicamente en asuntos de la vida mercantil e marítima. Los litigios criminales, por descontado, y todos los civiles que tuvieran transcendencia extraprofesional caían dentro de la competencia de las justicias ordinarias»⁸¹. Em quase todos os portos

⁸⁰ Sublinhemos que muito pouco ou nada liga estes homens, que muitas vezes são (e eram) apressadamente englobados na designação genérica de homens do mar: o que pode haver em comum entre um pescador do couto de S. João da Foz, um poderoso mercador portuense e um petintal de uma galé?

⁸¹ FERREIRA PRIEGUE, Elisa — *Galicia en el comercio marítimo...* — *cit.*, p. 359. «El Almirantazgo de Castilla tenía en teoría la jurisdicción «civil e criminal... en todos los derechos de la mar, así para dar cartas de represarias, e juzgar todos los pleytos que en ella acaecieren, como en los puertos o en los lugares dellos fasta donde entre agua salada o navegan los navios... poder de poner... Alcaldes e Alguaciles e Escribanos e oficiales en todas las villas e lugares de los mis Regnos que son puertos de mar para que conozcan e libren los pleytos creminales e ceviles que acaescieren en la mar e en el rio donde llegue la creciente e menguante». Al especificar así la jurisdicción del Almirante con motivo del nombramiento de D. Alfonso Enríquez en 1419, el rey manda a todas las demás autoridades y justicias en los puertos de mar «que no se entremetan de conocer nin librar los dichos pleytos, ni estorben a vos nin a los dichos vuestros oficiales...»: *Ibidem*.

castelhanos (exceptuando os andaluzes) o almirante não tinha grande poder, prevalecendo as justiças ordinárias.

Nas mãos delas (régias, senhoriais ou concelhias) parece ter estado a administração da justiça: tomavam conhecimento de «asuntos de comercio marítimo, mercadería, navegación, etc., que transcendiesen del ámbito interno del grupo profesional, ya que, en la práctica, todas las situaciones delictivas que se podían dar en esos medios caían dentro del derecho civil o criminal, o de las ordenanzas municipales»⁸².

Todos os que se vêm entregando ao estudo da justiça e da criminalidade no Antigo Regime sabem que é impossível estabelecer uma relação de percentagem, ainda que aproximativa, entre a criminalidade real e a declarada, isto é, a que chegou ao efectivo conhecimento das justiças. Os que se dedicam a esse estudo em Portugal encontram-se em pior situação, pois nem sequer podem propôr um número provisório para os casos que foram formalmente denunciados ou investigados. Faltam-nos os livros dos tabeliães, não há um único arquivo de um único magistrado ou instância judicial medievos⁸³, não restaram devassas. Devemos contentar-nos com sentenças, quase todas sobre a posse de terras, de tributos e de jurisdições, e com o riquíssimo, mas perigoso, *corpus* das cartas de perdão régio. Perigoso porque, dando testemunho (filtrado, como todos os testemunhos) de uma parte da realidade conflictiva e delinquente, e de um dos modos de lidar com ela, nos tenta, na ausência de outras fontes, a tomar essa parte pelo todo, com riscos que seria ocioso ressaltar.

Estas limitações da documentação matizarão, mais ainda, as conclusões provisórias que propomos: são essencialmente as justiças ordinárias «de terra» quem se ocupa com a delinquência, não excessivamente típica, dos homens cuja vida está ligada ao mar.

⁸² FERREIRA FRIEGUE, Elisa — *Galicia en el comercio marítimo...* — cit., p. 361. O paralelo com a realidade portuguesa é manifesto em outras situações: «La represión del contrabando y la asistencia de todo o tipo a los recaudadores de impuestos reales estaban expresamente recomendados por el rey a las justicias ordinarias de las villas, que podían ejecutar el secuestro de mercancías «descaminadas» y el arresto de navíos...» (*Ibidem*, p. 362).

⁸³ Excluindo os numerosos livros de sentenças que se ocupam exclusivamente de direitos e questões patrimoniais.

O BRASIL POMBALINO NA PERSPECTIVA ILUMINADA DE UM ESTRANGEIRADO

Por Eugénio dos Santos

A defesa, delimitação e promoção do Brasil manifestaram-se como uma constante da política portuguesa ao longo da Época Moderna. Porém, isso tornou-se mais claro e publicamente assumido a partir do início do longo conflito europeu conhecido como Guerra de Sucessão da Espanha. A política externa delineada nesse período por D. Pedro II não deixava margem para dúvidas. Era urgente promover e defender a parcela gigantesca do território sul americano reivindicado por Portugal¹. Mas essa preocupação repercutiu-se na história lusitana através de formas muito mais sistemáticas de actuação no reinado seguinte. D. João V herdara um enorme império, disperso pelo mundo, de que o Brasil se tornara, quase de um momento para o outro, a parcela fundamental, mercê do aparecimento do ouro, explorado em quantidades cada vez mais significativas. Isso exigia o reforço da organização do Estado e medidas imediatas, nos vários sectores da administração. Ao mesmo tempo era

¹ Sobre esta matéria há uma bibliografia vastíssima. Limitamo-nos a deixar aqui apenas algumas indicações.

Luis Ferrand de Almeida, *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra, 1957.

Idem, *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*. Coimbra, 1990.

Marcos Carneiro de Mendonça, *Século XVIII. Século Pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro, 1989.

José Jorge da Costa Couto, *O Colégio dos jesuítas do Recife e o destino do seu património*. Lisboa, 1990 (dissertação de mestrado, policopiada).

necessário repensar a política externa portuguesa, uma vez que o ouro americano fizera convergir as atenções de todos os países europeus sobre a corte de Lisboa. Conhecer cientificamente, povoar e delimitar o enorme território tornaram-se, pois, uma prioridade nacional inadiável².

Porém, foi sob o governo de D. José que se procurou estruturar, de acordo com os princípios políticos do despotismo esclarecido, um verdadeiro «império luso-brasileiro»³. Nesse aspecto foi relevante, a todos os títulos, a actuação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o estadista que marcou para sempre a governação nacional entre 1750 e a morte do seu soberano⁴. Ele é uma figura bem conhecida e polémica do nosso passado colectivo, odiada por uns, adulada por outros, sobre a qual ainda muita tinta correrá, certamente. Joaquim Veríssimo Serrão ao tentar caracterizá-lo, face à história, pergunta: «De onde vinha, pois, o génio especulativo e prático que os contemporâneos lhe reconheceram? Sem dúvida, de um conjunto de qualidades que revelou no dia-a-dia e que são essenciais num homem de Estado: boa presença de espírito, tenacidade no trabalho, finura de entendimento e rápido poder de decisão»⁵. As qualidades sugeridas eram próprias da índole do homem, da formação intelectual que hauriu nos estudos, daquilo que aprendera na sua actuação diplomática, tanto em Londres, como em Viena, onde terá aprimorado os seus dotes políticos vivendo de perto a aplicação dos princípios da Razão de Estado e de Bem Público. O seu casamento com Leonor Daun⁶ abriu-lhe as portas da alta sociedade austríaca, onde as doutrinas do Despotismo Esclarecido estavam em voga.

Mas..., a nosso ver, Sebastião José de Carvalho e Melo foi, sobretudo, um homem bem aconselhado. Soube escolher e discutir longa-

² Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa, 1984.
Arlindo Rubert, *A Igreja no Brasil. Expansão Territorial e Absolutismo Estatal*. Santa Maria, 1988 (vol. III).

³ Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva (coordenação), *O Império Luso-Brasileiro. 1750-1822*. Lisboa, 1986.

⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal. O homem, o diplomata e o estadista*. Lisboa, 1987, 2.^a ed.

Idem, *História de Portugal*, vol. VI. Lisboa, 1982.

Jorge Borges de Macedo, *O Marquês de Pombal. 1699-1782*. Lisboa, 1982.

Idem, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*. Lisboa, 1989, 3.^a ed.

Do mesmo autor há ainda uma vasta e brilhante produção sobre esta época, cujo inventário será desnecessário apresentar.

Francisco Ribeiro da Silva, *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular. Os motins do Porto de 1757*. Lisboa, 1990.

⁵ Cf. *História de Portugal*, cit., p. 81.

⁶ Aliás, D.^a Maria Leonor Ernestina Eva Josefa, condessa de Daun.

mente com amigos de grande experiência política e craveira intelectual. Trocara ideias nas longas noites do inverno austríaco, ao serão, sobre os mais variados assuntos, quase sempre referentes à modernização da sociedade portuguesa, ao reforço do papel do Estado, à necessidade de repensar as vias de saída da economia nacional⁷. E fizera-o amiudadamente com um seu compatriota, que saíra cedo do reino, singrara na vida lá longe, se tornara um estrangeirado, na plena acepção do termo⁸, mas nunca se alheara, nem por instantes, do seu país natal, pelo qual nutria o maior afecto e saudade. Esse homem era um iluminado e chamava-se Manuel Teles da Silva⁹. Não é nosso intuito traçar aqui o seu perfil, o que, aliás, está, em parte, feito¹⁰. Preferiremos destacar os seus pontos de vista relativamente ao Brasil, uma vez que nos parece que Pombal ouviu — e seguiu, mais tarde — muitas das suas sugestões, ditadas apenas por amor da pátria, à qual, aliás, nunca mais regressaria.

Lembraremos apenas que Manuel Teles da Silva era o 2.º filho do conde de Tarouca, João Gomes da Silva e de sua mulher D. Joana Rosa de Meneses, irmão do marquês de Penalva, pertencente às mais altas famílias do reino. Mas ser apenas filho segundo, mesmo de uma grande casa, não lhe agradava. Praticamente nada sabemos acerca da sua infância, que certamente passou sem ser notada. De repente, porém, ele saltou para a ribalta europeia. Aos 19 anos «fugi da caza paterna seguindo o

⁷ «Fallo muitas vezes no pensamento com V.^a Ex.^{cia}, naquelle tom e suavissima confiança, com que neste gabinete, ou no da sua poizada, conversamos os seroins...» (Carta de 16 de Dezembro de 1756).

⁸ Cf. Jorge Borges de Macedo, «Estrangeirados», um conceito a rever, in *Bracara Augusta*, vol. XXVIII, 1974, III tomo, pp. 179 e ss.

«... V.^a Ex.^{cia} me parece saber hoje muito melhor, do que outrem na Patria. Depende muito a conservação, se não erro como *estrangeirado* e caduco, deste duplicado e proporcionado armamento naval e terrestre». (Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 19 de Novembro de 1756). O autor emprega também o termo *estrangeirada família*, em 30 de Agosto de 1758, embora recuse a imitação servil: «Não sejamos escravos da moda, e uzos estrangeiros». (Carta de 25 de Setembro de 1750).

⁹ Iluminado juízo, luzes, bem como expressões semelhantes, ocorrem frequentemente ao longo da correspondência mantida entre os dois estadistas. Cf. Carlos da Silva Tarouca, «Correspondência entre o duque Manuel Teles da Silva e Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º marquês de Pombal», in *Anais*, da Academia Portuguesa de História, II série, vol. VI, Lisboa, 1955, pp. 357, 370, 376, 377, 394, 396, 415, 417.

Luzes significava, no século XVIII pleno e no plano filosófico, a emancipação da razão, como única forma de se conseguir o progresso.

Cf. Georges Gusdorf, *Les Principes de la Pensée au Siècle des Lumières*. Paris, 1971, p. 294.

¹⁰ Cf. Carlos da Silva Tarouca, *ibidem*.

Senhor Infante D. Manuel [irmão de D. João V]... para vir buscar a guerra e glorias della, em Hungria». Essa fuga levou os dois jovens à batalha de Peterwardin, que mais tarde ele recordará. Mas a audácia custar-lhe-ia caro: «E quando voltei a Portugal, a pedir perdão dessa travessura, me castigou El Rey com dois annos de degredo. Mas depois disso não só me perdoou, porem me favoreceu e recomendou... E ha perto de 40 annos ou de 37, não me acuzo a consciencia de crime algum, depois daquella falta purgada e perdoada»¹¹. Terminada a campanha militar com a tomada de Belgrado, Manuel Teles acompanha o infante para Viena, onde aquele deixou ótimas impressões a Lady Mary Montague¹². Da capital austríaca seguiu para a Holanda, onde passou os anos que vão até 1726, em casa de seu pai, embaixador de Portugal. A partir dos anos 30 começou, na Áustria, a fulgurante ascensão político-social do ambicioso Manuel Teles, primeiramente pela mão do imperador Carlos VI e, depois, pela da imperatriz Maria Teresa. O certo é que em 1740 ele é Presidente da Chancelaria dos Países Baixos e também Superintendente dos Edifícios da Corte, acumulando, a partir de 1745, ainda a Presidência da Chancelaria de Itália. Ei-lo, portanto, como ministro da imperatriz tanto para Bélgica como para a Itália. Servirá com a maior devoção a sua ama de cujos serviços viria a pedir escusa, que obteve, por se encontrar cansado, a partir de 1757. Entretanto, casara, em 1740, com uma princesa austríaca Joana Amábília de Holstein, muito mais jovem do que ele, de quem teve quatro filhos, sendo três meninas e um rapaz, o mais novo, que contava 8 anos quando o pai já ia nos 62 e cheio de achaques... Por isso se preocupava muito quanto ao futuro da sua casa, comunicando-o a seu amigo Sebastião José¹³!

Realmente durante os anos em que este se manteve na corte austríaca cimentou-se entre ambos uma longa e frutuosa amizade, certa-

¹¹ *Cartas* de 15 de Setembro de 1765 e de 18 de Fevereiro de 1758.

¹² Cf. Carlos Tarouca, *idem*, introdução, p. 283.

¹³ «Agora finalmente me quis Deus por em estado de acabar... e arrimar esta aqui nascente czinha. Para este fim e arrimo economico cuido que me seja necessario a merce d'El Rey nosso senhor, e o favor de V. Excia... V. Excia se lembrara talvez de me ter ouvido os dezejões, que eu tinha de transferir o Morgado que ahy possuo de D.^a Violante Eugenia a estes payzes, adonde ha tambem o uzo, pratica, direito e jurisprudencia de morgados etc e adonde necessariamente devo estabelecer esta familia, pois que para isso principalmente se me concedeu, se não o tudo, a mayor parte do que actualmente gozamos nestes Dominios Austriacos. Eu não tenho mais do que hum filho varão, mas tenho três filhas nubeis, e todas ellas habeis a herdar o tal morgadinho, em falta de varão...». Carta de 18 de Fevereiro de 1758. Foi-lhe, com efeito, concedida autorização, mais tarde, para venda do morgadio e transferência do dinheiro para Viena. Cf. ainda a carta XXXVIII, do princípio de 1767.

mente facilitada pela identidade de variadíssimos pontos de vista¹⁴. Muito se deverá ter discutido sobre o presente e o futuro de Portugal: economia, forma de governo, cultura, indústria, navegação e defesa, povoamento, agricultura e artes, tudo está sugerido nas longas 38 cartas de Manuel Teles, escritas para Lisboa mais tarde e nas 7, quase todas autógrafas, de Sebastião José¹⁵. Trata-se de abordagens, sem rodeios, a questões do maior alcance, algumas delas de candente actualidade, como são, por exemplo, o «plano de governo superior», datado de Setembro de 1750¹⁶ ou o problema da reedificação de Lisboa, na sequência do terramoto do 1.º de Novembro de 1755¹⁷.

¹⁴ A correspondência atesta-a, sem equívocos.

¹⁵ Uma cópia deste material encontra-se no Instituto Anchieta, em S. Leopoldo, Rio Grande do Sul (Brasil), onde, pela 1.ª vez, com ela tomámos contacto, em 1990. Trata-se de um microfilme, mas, segundo parece, incompleto.

¹⁶ A longa epistola, dirigida ao «Meu Amigo e Senhor do meu coração», pretende fazer prevalecer os interesses do Estado, sendo escrita precisamente quando Sebastião José chegava ao poder: «Essa [Corte] he talvez a única no mundo, em que hoje não se reconhece a utilidade e necessidade de Conselheiros secretos de Gabinete, Despacho privado, Conferências, Consejo de Noche, ou baixo qualquer outro titulo, de que exceptuarei os Gouernos em que reyna o injusto despotismo, seja por vicio do soberano ou por ambição de hum primeiro ministro. Quanto mais vivo, tanto mais reconheço que as Constituiçoens do governo não devem ser pessoais. Morre a pessoa e cahe com o ministro todo o Estabelecimento de sorte que se o successor he menos habil, falta a Constituição a todo o bom Governo... Mas, falando nos, como aqui faziamos, em verdadeiros amigos e Portugueses, que não se embaraço com subtilizas: suponhamos a raridade de sujeitos capazes, não por culpa da natureza, mas da criação nacional e... cuide V.ª Ex.ª mui deveras no que actualmente — se pode e deve praticar. E na falta do bom, empregue-se o mediocre... Mandem se Ministros e aprendisses as principais Cortes, sem que para isso haja de despenderse tanto, como somente em Roma custarão Clerigos, Mossos de Coro, aprendisses de Ceremonias... V.ªs Ex.ªs saberão porem se ha todavia equilibrio nas rendas ecclesiasticas e seculares. Aqui pagão os bens da Igreja tudo o que pagão os outros...».

Tudo isto é tanto mais sintomático quanto sabemos que ele se confessava constantemente católico convicto e costumava todos os anos fazer um retiro, mesmo entre os jesuítas.

¹⁷ Na epístola de Viena, datada de 22 de Fevereiro de 1756, afirma que não quer, nem pede resposta, adiantando, contudo, o seu ponto de vista: «Lembrome, que naquellas suavissimas conversações familiares, em que empregamos, para mim utilissimamente, alguns seroins, discorremos da povoação de Lisboa, e dos augmentos ou extensão da cidade...; e com o pouco de luses que nisto me deixou V.ª Ex.ª, discorrendo materialmente haverá quazi dois meses, com o Marques meu irmão, em carta familiar, lhe disse, que me parecia conforme à regia providencia, bondade e equidade, preferindo sempre o publico, e favorecendo, quanto seja possivel, cada particular, ordennar de tal modo a proxima reedificação de Lisboa, que se emmendem muitas das antecedentes defformidades e desconcomodos, principalmente nos Bairros antigos, donde as ruas estreitissimas e tortuozas são igualmente feias e noscivas athé

Esta correspondência traduz ainda o clima de óptimo relacionamento entre os dois estadistas, começado em Viena, em 1745 e mantido durante mais de uma década¹⁸, o qual, contudo, arrefeceu progressivamente a ponto de, a partir de 1758, a linguagem epistolar ter mudado de tom e se ter tornado muitíssimo mais espaçada. Para isso contribuíram, sem dúvida, as medidas drásticas e autoritárias tomadas por Carvalho e Melo contra muitos membros da alta nobreza, alguns deles familiares directos de Manuel Teles, o qual não podia deixar de sentir-se atingido, mesmo indirectamente¹⁹. Entre 1760 e 1770 apenas duas cartas escreveu o duque, de Viena, para Pombal e ambas por uma razão pontual²⁰. Teles da Silva viria a falecer em 1771, pouco antes da morte política do autoritário ministro de D. José, mas já cerca de 5 anos antes haviam acabado as missivas entre ambos. Delas ficaram, contudo, utilíssimas indicações acerca da América Portuguesa, datadas do período do diálogo

para a saúde. Respirasse mal e servesse muito mal o publico, não sem risco continuo dos viandantes ou passantes, e muito nos accidentes de fogo etc. Oporse-ha a esta primera ydea o dominio particular e propriedade dos donos do cham ou fundo... Tocará isso a legislação suprema... E não cançarei a paciencia e attenção de V.^a Ex.^{cia}, discorrendo miudamente sobre as terriveis antigas subidas do Xiado, Pé de Navais e outras... Mas dir-lhe hei, com a solita, amigavel confiança, que fazendo esta memoravel reedição huma epoca importante na futura historia de Joseph Magno e Justo, he digna de toda a attenção, habilidade e Inteligencia do seu Ministerio. Quem fas de novo, ou cria, parece não so licitamente authorizado a novos planos e leys, mas tambem responsavel do acerto delles, e bom raciocinio dellas».

Como se pode inferir destas palavras, tanto Pombal como o seu confidente vienense estavam bem imbuidos pelos princípios culturais das luzes e a reconstrução da cidade baixa de Lisboa não resultou de decisões pessoais pouco amadurecidas. As preocupações dos dois homens haviam antecipado possíveis soluções para problemas evidentes no Portugal da 2.^a metade de Setecentos. E Manuel de Maia, o famoso engenheiro militar encarregado da supervisão das obras de reconstrução conhecia as ideias-chave de Pombal acerca do assunto. Cf. Eugénio dos Santos, *Manuel da Maia, O homem e a obra*. Porto, 1987.

¹⁸ São disso prova as cartas datadas de 1756, onde Teles da Silva trata Sebastião José como «o melhor, em todo o sentido, dos amigos», ou «Meu Amigo e Senhor do meu coração». Na de 3 de Novembro de 1755, dirá: «Por isso mortefico em mim o dezejo ou millhor dissera paixão, de conversar por esse modo [por carta] com V.^a Ex.^{cia}».

¹⁹ É o caso, por exemplo, de D. Manuel de Sousa, cuja mulher era irmã de Joana Amabilía. O fidalgo viria a morrer na torre de S. Julião, mesmo antes de ser julgado. Sebastião José, na última carta escrita para Teles da Silva inculpa-o, baseando-se «sobre juridicas e concludentes provas». D. Manuel «entra na amizade e união com o malvado Joseph Mascarenhas, quando Duque de Aveiro, sendo hum dos seus mayores confidentes. Como tal foi necessariamente prezo, com toda a inexplicavel dor do meu coração, que V.^a Ex.^{cia} crerá facilmente, sem que se possa comigo enganar». Cf. Carta de 3 de Maio de 1759.

²⁰ Uma de 1765 e outra de 1767, suplicando a resolução do problema do morgado. Cf. infra, nota (13).

mais franco, cordial e esclarecido de ambos os interlocutores. Através dessa troca de ideias podemos ir percebendo as várias etapas da governação pombalina relativamente ao Brasil e o que os europeus imaginavam ser — ou poder vir a sê-lo — a nova potência portuguesa do continente sul americano. Ela era verdadeiramente o eixo — e o motor — da administração do vasto império ultramarino luso, disperso pelo mundo. Pombal recebia, assim, da Áustria os ecos das sensibilidades dos europeus relativamente ao Brasil, pela via do seu amigo e confidente. Desse modo estava melhor preparado para agir, com eficácia e oportunidade. E fê-lo, como sabemos, embora de forma discutível, em muitos aspectos. Não nos compete, porém, a nós julgar, mas tentar compreender e explicar. Sigamos, pois, os dados dessa valiosa correspondência.

O primeiro comentário ao Brasil encontramos-lo na carta de 12 de Agosto de 1752, onde Teles da Silva repercute uma imagem grandiosa e extremamente optimista acerca «daquelle vasto e rico continente», como parece ter sido corrente designá-lo na época²¹, querendo-se com isso sugerir, simultaneamente, grandeza, variedade, desconhecimento exacto e potencialidades insuspeitadas²². A abordagem do assunto surgiu na sequência do envio para Viena das cláusulas do tratado de Madrid de 1750, com autorização do rei D. José. Como sabemos, um dos primeiros e mais candentes problemas que caiu na alçada do novo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Gente de Guerra foi precisamente a execução do tratado de limites ou de Madrid. Carvalho e Melo desconfiava das reais intenções do governo de Espanha e decidiu agir de forma que Portugal não viesse a ser prejudicado. A entrega da colónia do Sacramento não lhe agradava, tanto mais que ele previa que surgisse resistência por parte dos habitantes dos Sete Povos à sua transferência incondicional para Portugal. Por isso o nosso embaixador em Madrid recebeu instruções para agir no sentido de que, de imediato, fosse firmado um documento suplementar em que, de forma inequívoca, se garantissem os direitos de Portugal aos territórios das missões. E, de facto, em 17 de Janeiro de 1751, foi celebrado um convénio adicional entre os dois governos em que ambos se comprometiam ao uso da força, se os índios resistissem à rigorosa aplicação das medidas previstas no tratado²³. Nesse

²¹ A palavra *continente* ocorre por mais do que uma vez na correspondência de comerciantes da praça do Rio de Janeiro, em cartas tanto para Lisboa e Porto, como até para outros representantes seus dispersos pelo espaço português da América, nas décadas que vão de 1756 até 1772. Cf. *Copiador de cartas do Rio de Janeiro para Minas e Portugal*. Em carta de 19 de Novembro de 1756, escreve Teles da Silva: «no vasto, rico e fértil continente do Brasil...».

²² Cf., por exemplo, Carta de 19 de Novembro de 1756.

²³ Cf. José Jorge da Costa Couto, cit., pp. 53 e ss.

mesmo ano de 1751, o Secretário de Estado enviava ao comissário régio para a região sul do Brasil, Gomes Freire de Andrade, duas cartas secretíssimas nas quais lhe dava conta das suas fundadas apreensões quanto às cláusulas do tratado que eram, a seu ver, lesivas dos interesses portugueses, os quais o anterior gabinete não acautelara convenientemente. Por isso Sebastião José não via com bons olhos a entrega da Colónia, pois sabia que ela era uma ponta de lança de antigos e modernos interesses portugueses no estuário platino e zonas adjacentes. Aliás, era idêntico o sentimento dos comerciantes cariocas, manifestado uns anos mais tarde a propósito desta magna questão luso-espanhola. Com efeito, os homens de negócios do Rio de Janeiro estavam, há muito, habituados a receber de Portugal, sobretudo através da barra da cidade do Porto, manufacturas, géneros alimentares, tecidos, vinhos, aguardentes, vinagres, que mandavam regularmente, em barcos, para a Colónia, onde tinham os seus agentes. Aí eles eram trocados por pesos, especialmente em períodos em que o fluxo comercial com Minas, S. Paulo, Goiás, Mato Grosso, diminuía sensivelmente. A Colónia e o seu interland eram, portanto, um mercado alternativo da maior importância para a praça do Rio de Janeiro, que a execução do tratado praticamente fecharia. Por isso os comerciantes cariocas estavam cépticos quanto aos seus efeitos. Afirmou-o o negociante António Pinto de Miranda, em carta de 17 de Setembro de 1757, por estas palavras: «Agradeço a V.M.^e as novidades que me dá do Snr. General de que este se tinha retirado para os domínios de Portugal, cuja resolução bem pronostica o que muitos e eu com eles têm profetizado de que tais miçõins nunca se entregarão». E mais tarde, em carta a seu irmão Baltasar, forte comerciante da praça de Lisboa, refere: «O negocio para a Colonia continua como dantes..., daquela praça vierão cartas com a noticia de ser chegado a Boynos Ayres hum chasque de missões... e tão bem assim que chegara as dittas missoens o general Dom Pedro Ceballos quizera entregar ao Nosso [Gomes Freire de Andrade] as sete missoins, digo povos, que pelo tratado pertence a coroa de Portugal. Porem este recuzou tomar conta dellas dando por desculpa que como (h)a muito tempo não tinha noticias e ordens do seu soberano as não recebia e que thé lhe não chegarem se retirava à Fortaleza do Rio Jacuí, a dominios del Rey seu amo e sendo assim como na verdade o hé de que se tem retirado, se vay descobrindo o enredo da miada ou engano que se nos fazia que (h)a muito tempo estava claro, digo, havia quem dizia estava claro, asim conforme o que se mover na Europa viremos a ficar como estavamos, menos a medição das terras que está feita, ou se inda teremos algum sarao para dansar o samba...»²⁴. Aos seus procuradores e

²⁴ Cf. *Copiador de cartas do Rio de Janeiro para Minas e Portugal*.

amigos da Colónia solicitava António Pinto de Miranda o envio de géneros e plantas exóticas de Tucuman, Potosi, Lima, para embelezar uma xácara nos arredores do Rio. A aplicação rigorosa das cláusulas do tratado colidia, pois, com hábitos e interesses estabelecidos de ambos os lados.

Eis a razão pela qual o duque Manuel Teles da Silva, ao ler o articulado do tratado, escrevia ao seu amigo: «...ainda que sou mao geographo, alguma idea me formaria daquella mesterioza negociação, que não posso, nem devo aprovar as cegas, nem aplaudir por comprimento ou veneração»²⁵. Para esse português residente em Viena, Portugal só poderia retomar a sua antiga grandeza se investisse fortemente na Marinha («armada e comerciante»)²⁶, no Comercio, sobretudo de «tabacos e assucre»²⁷ e na «pouvação do Brazil, adonde os Reys de Portugal podem vir sucessivamente a ter hum Imperio, como o da China, e ainda mayor que a França, Alemanha e Hungria, unidas se fossem em hum so corpo»²⁸. Lamenta não possuir um mapa actualizado do Brasil e, portanto, não poder calcular, com um mínimo de exactidão, a espantosa grandeza do seu território, compreendido, grosseiramente, entre «o Cabo do Norte, até o Porto de S. Pedro»²⁹. O conselho mais insistente que fornece ao seu «amigo e Senhor do meu coração» é povoar, povoar... Assimilando Carvalho e Melo a Colbert, como dirá mais tarde³⁰, acrescenta: «Dizem porem, que havera em Portugal dois milhoens de almas, e poderia nesta proporção haver 60 milhoens na America Portugueza... Todos convem, que a Povoação he o fundo mais seguro de riqueza e forças dos Estados. Algum soberano a deve começar a estabelecer com boms e solidos fundamentos: seja pois esse el Rey que Deos guarde»³¹.

A seguir recomenda a reorganização da indústria, à qual Pombal tanta atenção virá a atribuir³²: «E não he necessario ter mayor continente em Europa; o que he absolutamente precizo, he a industria, como tantas vezes V. Ex^{cia} reflectiu, e me ensinou o muito que podiamos utilizar no comercio das nossas proprias Collonias ou Conquistas: Cuidemos pois em pouvoalas de qualquer modo que seja. Moiro, branco, negro, indio, mulatico, ou mestiço, tudo serve, todos são homens, são bons se os governão ou regulão bem e proporcionadamente ao intento. Se houver muita povoação, haverá muita lavoira, muito gado, e crias, tudo custará

²⁵ Cf. *Carta* de 12 de Agosto de 1752.

²⁶ Cf. *Carta* de 25 de Setembro de 1750.

²⁷ Cf. *Carta* de 30 de Setembro de 1750.

²⁸ Cf. *Carta* de 12 de Agosto de 1752.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Cf. *Carta* de 19 de Novembro de 1756: «O nosso [Colbert] que he V.^a Ex.^{cia}...».

³¹ *Carta* de 12 de Agosto de 1752.

³² Cf. Jorge Borges de Macedo, *A Situação Económica no tempo de Pombal*, cit.

menos aos Portugueses, e aos Estrangeiros, a quem não poderá tornar a conta, nem lavar, nem comprar mais caro noutra parte. Sobretudo ganhará a Fé em Nosso Senhor Jesú Christo e haver(a) tantas mais almas para o Ceo, ainda quando somente se faça reflexão as crianças que morrem bautizadas. Haja muitos cazamentos, e pouquissimos ventres inuteis»³³.

Um pouco mais adiante insiste: «Voltando outra vez a vella para o Brazil, pareceme, que todos os Allemaens podem aly ser convenientemente estabelecidos... V. Excia saberá, melhor do que eu, a quantidade de Collonistas Allemaens³⁴, que os Inglezes vão mandando para a América, mas não são Catholicos, e não me quizera embrulhar com a Santa Caza neste ponto... haja muito em boa hora huma so Religião, que he a Catholica. E quanto for possivel, huma so lingua e pera isso muitissimas escolas, nenhuma Universidade, nenhum novo convento e severamente limitado o numero de Frades e Freiras delles...»³⁵. Teles da Silva é bem um iluminista quanto à importância que confere à educação de base do povo, ao papel dos religiosos e... ao rigoroso controle do pensamento nas universidades! Uma vez que isso era impossível, no Brasil, não queria lá nenhuma. Como, de facto, não houve.

Nesta importantíssima missiva a Carvalho e Melo o duque aborda um assunto de vital importância no âmbito da governação pombalina, designadamente no que concerne o Brasil: a questão dos jesuitas. Também neste ponto Teles da Silva mostra-se um político hábil, clarividente, bem informado. Portugal dispõe de recursos limitados, portanto deverá usá-los o mais adequadamente possível. É urgente povoar a terra e preferível «multiplicar a pouvoação, estabelecer muitas, ainda que pequenas, do que grandes e poucas: Os homens tem algo dos animais, que [se] multiplicão, não só à proporção da bondade dos pastos, mas conforme a extensão do terreno». E os jesuitas? O regulamento das suas missões é uma questão de Estado. Este aplicar-se-à às demais ordens. Os inacianos e as suas missões podem (e devem) ser muito úteis a Portugal, pois aos castelhanos «opporemos os nossos, com mais vantagem, a meu ver, do que boas tropas». Estas também são necessárias em «mayor numero em todas as Capitánias, e tão bem no Certão, principalmente na

³³ Cf. *Carta* de 12 de Agosto de 1752. Voltará ao assunto, com a mesma ênfase, na carta de Novembro de 1756, onde afirma «querer fazer de tão diversos salvages Tapuyas, Negros, Mulatos, huma China do Brazil! E contudo, não seria absolutamente impossível».

Pombal, no ponto 33 da 1.^a Carta secretíssima a Gomes Freire de Andrada, usa praticamente a mesma estratégia e argumentos para promover o povoamento do Brasil.

³⁴ Isto é, colonos.

³⁵ *Ibidem*.

raya, ou confins mais expostos ou accessíveis a Castellhanos». Preocupava-o profundamente a questão dos limites da soberania luso-castellhana na América e não era viável reclamar espaços vazios, sem marcas claras de soberania portuguesa³⁶. Os missionários, nesta perspectiva, eram bem-vindos: «Da volta dos Missionários pouco há que temer, e bom seria que entre eles houvesse Mathematicos, Geografos, etc.,... Como os clérigos e frades são Portuguezes, vestidos de outro modo, pouco me importaria da sua riqueza, se a defendessem exactamente no Estado, e se os fundos não fossem de terras immensas, que ficando em mãos mortas sahem do trafico civil. Se o Exército Ecclesiastico for pouco numerozo e mui repartido naquelle vasto continente, menos resistirá ao secular traficante e civil. E porque não haverá nesse novo império hum novo Codex Braziliانو, ordenaçõens particulares, e por assim dizer, territoriais daquelle Estado e Conquista?»³⁷. Por que é que Teles da Silva se preocupava tanto com a América Portuguesa? Ele próprio responde: «Todos estes bons ou maos pensamentos são fruto da lição do Trattado que V. Ex^{cia}, por mercê especial de Sua Magestade Fidelissima, me comunicou; e fruto no que talvez pode ser bom das *luzes* que aqui me quiz dar». Carvalho e Melo, ao enviar-lhe as cláusulas negociadas com Madrid, acerca das fronteiras mútuas na América, deve ter-lhe solicitado um parecer. E o duque não o regateou. Expôs sem rodeios o seu pensamento, deixando transparecer claramente a sua adopção das teses políticas do pensamento iluminado do seu tempo. São disso prova estas palavras: «Nenhuma destas ideadas disposiçoens requer necessariamente estrondo, *basta muita reflexão e equidade no ordenalas* pouco a

³⁶ «V.^a Ex.^{cias} lá verão [no Amazonas] e farão o melhor, e conhecerão como e quando se hão de assegurar as fronteiras, e adonde seja necessário pôr numero competente de troppas e algumas boas fortalezas, que serão tão precisas, quanto for mais conhecido, cultivado, e praticado o certão e os limites. Aly nas fabricas, cuja execução pede menos arte e ensino como fossos, transportes de terra, canais, abrir caminhos, etc. creyo que muitos dos nossos Tapuyas poderão trabalhar, e a pouco custo, adquirirmos outros, mesmo dos matos; e demarcação Castilhana: o bom tratamento e administração fará muito. E torno a dizer, que a Pouvoação he ao meu fraco entender, o tudo: não servindo de nada muitas mil legoas de dezertos, nem se podendo sem homens, deffender as fronteiras e passos».

A este propósito, é fundamental recordar o ponto 35 da 1.^a carta secretíssima de Pombal para Gomes Freire. A identidade de pontos de vista de Teles da Silva e de Carvalho e Melo é impressionante. Cf. José Jorge Couto, *cit.* pp. 63 e ss.

Terá sido por isso que se construíram tantos fortes e fortalezas ao longo das fronteiras, quer marítima, quer terrestre, na 2.^a metade do séc. XVIII? Cf., a este propósito, os trabalhos do Prof. D.^{or} Arno Kern, da P.U.C. (R.S.).

³⁷ Carta de 12 de Agosto de 1752.

³⁸ *Ibidem*. Itálico nosso.

pouco e *grandissima firmeza na execução*»³⁸. A magna questão fronteira, especialmente a amazônica e riograndense, implicava forçosamente a questão das missões jesuíticas, como é evidente. Mas não apenas. Também era preciso contar com as franciscanas e carmelitas, especialmente a norte. E elas eram fundamentais, porque além das suas funções espirituais unanimemente reconhecidas, ajudariam o poder civil na tarefa de cultivar, povoar, fixar e «civilizar» vassallos, nesses vastíssimos territórios disputados. Mas sempre teriam os seus responsáveis que obedecer aos superiores interesses e orientações do Estado³⁹. Era ele, em última análise, quem melhor conhecia as questões e dispunha dos meios e autoridade para as resolver. Nessa ordem de ideias se pronunciava Teles da Silva: «Parece-me pois, hindo algo às cegas, que no que asseguramos de tão dilatado certão [do Amazonas], fazemos o ganho de Matto Grosso, e outros que não acho nos mapas e quero supor que se compensa bem o que se perde nas Missoens dos Carmellitas [cedidas a Espanha], supondo que sempre por aly nos fica aberto o resgate da Prata, e ventagens do comercio oculto, posto que bem expressamente defendido. O que não posso julgar, he se nos fica bem compensado o risco das Minas Grandes, e entrada da parte do Uruguay, etc., adonde note bem sempre meu Pay, que Deos haja, teme muito das pouvaçoens multiplicadas e estendidas pela boa direcção dos Gezuitas: Se aly ficamos racionavelmente assegurados, pode todavia sernos ventagioso o Trattado; principalmente se muy deveras e com todo o empenho se cuidar na pouvação, e começar logo pela parte mais importante...»⁴⁰.

Em carta escrita dois dias após o terramoto de Lisboa, mas ainda sem dele ter conhecimento, Teles da Silva, informado pelo embaixador de Portugal Ambrosio Pereira Freire, pronuncia-se acerca da criação da Companhia do Grão Pará-Maranhão, cujos objectivos fulcrais eram a introdução de negros na região, com a finalidade de serem cultivadas as terras imensas e, ainda, o fornecimento de mão de obra às Minas do Mato Grosso. Assim se salvaguardaria a liberdade dos índios, constantemente ameaçados pelos senhores de engenho e fazendeiros da região. Às sugestões apresentadas por Francisco Xavier de Mendoça Furtado, governador do Grão Pará e Maranhão a seu irmão, Sebastião José associou outras, de grande alcance nacional: combate ao contrabando, fomento da zona e sua integração rápida nos mecanismos do comércio português, ocupação e conhecimento do território, reforço da burguesia nacional. Em Maio de 1755, o rei autorizara a criação da Companhia, cujo conhecimento foi tornado público a 6 de Junho, data do aniversário de D. José. Terminava

³⁹ Cf. José Jorge Couto. *Ob. cit.*, pp. 76 e ss.

⁴⁰ *Carta*, de 12 de Agosto de 1752.

ali a liberdade de comércio e era instituído o regime de monopólio, o que irritava muitos dos agentes tradicionais da economia local, inclusive a vice-província da Companhia de Jesus. Sabemos como esta actuou, desafiando a autoridade real e, por isso, como foi violenta e drástica a repressão real. Muitas vontades e princípios contrariavam a Companhia. Mas alguns também a apoiavam sem reservas. O duque, um destes, escrevia: «Li... o tocante a Companhia do Maranhão ou Gram Pará, e me parece tão boa, que logo me interessaria na mesma, se os meyoys para isso me bastassem aqui... Como nada ou pouquíssimo prezumo das proprias luzes, recorre neste ponto a minha avelhantada memoria as de Menistros antigos e melhor iluminados. Lembrome das que o Conde da Ribeira me fes em grande parte ver em Pariz, haverá 37 annos, sobre a marinha a estabelecer principalmente no Maranhão, adonde, conforme o vasto projecto daquelle nosso Embaixador, seria o primeiro ou mayor Arsenal dos Navios de guerra...». Como se vê, o projecto quanto à bacia amazónica, era já antigo e muito ousado⁴¹. Portugal precisava de alargar a sua força e influência nos mares e, nesse aspecto, o Brasil era-lhe indispensável. Mas urgia desenvolvê-lo. E se isso era aconselhável em todas as circunstâncias, mais parecia ainda agora, ocasião em que o terramoto de 1755, enfraqueceu a força lusa aos olhos de muitos. «Não presumo tanto de mim, nem tão pouco desse prudente Menisterio,... mas em bom e velho Luzitano dezabafo com V. Ex^{cia}, dizendo lhe e não lembrando lhe, que muito importaria o esforço de fazer promptamente partir algumas naos e tropas para o Brazil, antes que novas encarecidas deste dezastrre fação impressoins aly, que he incomparavelmente melhor prevenir do que remediar. Posso enganar me, ignorando o estado actual das forças e Capitánias do Maranhão, Pará e outras athe o Rio de Janeiro, Santos, e outras partes, como a nova colónia, e paragens actualmente em disputa e adonde maliciozamente se fará avultar a disgraca e supostas consequências della»⁴².

Teles da Silva recusava-se a pensar num Portugal reduzido, exclusivamente, às suas dimensões europeias. A força, prestígio e prosperidade dos países e regiões constituem fenómenos cíclicos e rotativos, como parece teimar em ensinar a filosofia da história⁴³. Agora, as

⁴¹ Cf. Transcrição da sequência do documento no apêndice.

⁴² Cf. *Carta*, de 4 de Dezembro de 1755. Constava em Lisboa que, perante o perigo e ameaças iminentes de novos abalos, o rei D. José planeava instalar-se no Brasil, escolhendo para residência o Maranhão.

⁴³ Gian Battista Vico publicara, em 1725, o seu famoso trabalho intitulado *Principi di scienza nuova d'intorno alla comune natura delle nazione*, onde enunciou a famosa tese dos avanços e retrocessos (*corsi e recorsi*).

ciências, a economia, a ordem, a cultura, brilham na Europa, «como primeiro brilharão na Azia, na Affrica, Egipto e Carthago. Podem consequentemente brilhar na America daqui a alguns seculos, e em cada uma das tres partes do mundo antigo tornar o que ja houve de poder e de mudanças, como dizem historias velhas, e como talvez o dirão outras da vastíssima America, novamente conhecida e pouquissimo civilizada... Juntando cabos, e não me attendo a profecias, digo familiarmente a hum amigo honrado, que o P. Vieyra tinha em parte razão, se na riqueza, pozição e vasto do Brazil, fundava as esperanças da Monarchia Luzitana...». O grande rival do nosso país era a Espanha que, se pudesse juntar o Brasil aos seus imensos domínios ultramarinos, se tornaria a maior potência europeia. Para contrariar o seu poderio só duas soluções se apresentavam: um exército poderoso, treinado, vigilante e bem colocado e um comércio forte, concorrencial, marítimo, ligando todas as parcelas do território. O Brasil com «tão diversos salvages, Tapuyas, Negros, Mulatos» pode vir a constituir um império como o da China antiga. O fundamental é investir nele rapidamente, «pois que parece que so agora se cuida»⁴⁴.

As despesas que isso acarretaria a Portugal seriam de pouco significado, em comparação com as vantagens futuras. O melhor investimento de todos seria, contudo, o humano. Sem quadros superiores capazes, nunca o Brasil poderia desenvolver-se rapidamente. Parecia-lhe, nessa perspectiva, «que se dobrassem e tresdobrassem salarios a menistros optimos para aquelle estado; como a todos os governantes, subalternos e Capitains Gerais etc., de sorte, que athe os milhores entre os Vassallos de S. M. Fedelissima podessem aspirar aos respectivos empregos no Brazil»⁴⁵. Pombal parece ter escutado os conselhos do seu fiel amigo, pois empenhou-se em escolher para o vice-reinado do Brasil homens da mais alta craveira, bom senso e lealdade⁴⁶.

Em Abril de 1758 o duque voltará a abordar uma questão de gritante actualidade: a «Guerra Americana e Jezuitica», cujos ecos tinham apai-xonado o velho continente. Como sabemos, os inacianos decidiram não

⁴⁴ Carta, de 19 de Novembro de 1756.

⁴⁵ Durante o período pombalino o Brasil foi governado por uma pleiade de notáveis estadistas «figuras da alta nobreza, distinguidas com os títulos de conde ou de marquês e recrutadas na carreira das armas... Pode afirmar-se que foram, de maneira geral, pessoas de craveira militar e administrativa. «Cf. J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, cit. p. 180. Está ainda por fazer um estudo completo e comparativo sobre os altos funcionários da administração portuguesa no Brasil, sobretudo no século XVIII, como sugeriu já o nosso colega Prof. Caio Cesar Boschi.

⁴⁶ Caso do marquês do Lavradio, por exemplo. Cf. Marcos Carneiro de Mendonça, *Século XVIII. Século Pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro, 1989, cit.

obedecer às ordens emanadas, tanto de Madrid, como de Lisboa, no respeitante ao abandono das missões da Província do Paraguai. Ora o convênio secreto adicional ao tratado de Madrid, assinado em 17 de Janeiro de 1751 entre ambos os governos peninsulares, previa o uso da força armada, em caso de resistência, tanto dos índios como de outros habitantes dos Sete Povos. O comissário régio nomeado por Portugal para dar execução ao tratado era Gomes Freire de Andrade, governador e capitão general do Rio de Janeiro e Minas. A Espanha, por seu turno, indicou para idênticas funções o marquês de Valdelírios, D. Gaspar de Munive. A tarefa era delicada e melindrosa, tanto mais que Portugal entregaria uma praça fortificada e quase inexpugnável, recebendo em troca pretensas aldeias, em campo aberto, de defesa quase impossível. Além disso duvidava-se das reais intenções dos espanhóis que, em geral queriam impedir o povoamento e fortificação dos territórios que, estando a sul do Paraná, se alargam até ao Prata. O mínimo que se podia exigir era a dilatação do prazo de entrega, previsto para um ano e a simultaneidade da transferência de soberanias. Mas a desocupação das reduções jesuíticas seria da responsabilidade das duas coroas e não apenas de Portugal. Gomes Freire era aconselhado, através de cartas secretíssimas, a usar uma política de captação de povoadores para essa vasta região, tanto europeus, como americanos, índios e outros. Deveria incentivar os casamentos mistos, privilegiando os brancos que casassem com índias guaranis e declarando que os filhos de tais uniões seriam considerados como nascidos no Reino e, portanto, hábeis para ofícios, honras, cargos políticos. E esses privilégios transmitir-se-iam de geração em geração, sendo severamente punido quem ridicularizasse ou menosprezasse qualquer índio ou seu descendente, uma vez que a lei consagrava a absoluta igualdade de cidadania entre todos os súbditos do rei de Portugal. Bispos, párocos e outros clérigos deveriam apenas cuidar das almas, abstraindo das implicações ráticas dos fieis⁴⁷. Enquanto estas «instruções» eram enviadas para a América, os jesuitas pugnavam, em todas as frentes, para impedir a aplicação do tratado, mesmo que isso exigisse o não acatamento das ordens do seu superior geral. Desse modo, tanto Lisboa como Madrid constataavam o desafio e a desautorização pública das suas decisões, em territórios cuja administração todos os demais países lhes reconheciam. E o mais grave ainda era que os índios e os jesuitas, ao resistirem militarmente ao cumprimento das ordens reais de ambos os

⁴⁷ A miscigenação era um instrumento básico para fomentar o aumento da população e conseqüente ocupação efectiva do solo. Juridicamente ela será consagrada a partir de 1755, visando-se a integração dos próprios índios (e não apenas os mestiços...) na sociedade luso-brasileira.

soberanos, se arrogavam de um domínio temporal que não lhes cabia e se tornavam, desse modo, rebeldes perante as duas coroas. Tal rebeldia foi aniquilada pela força conjunta, como sabemos, em 1756.

Ora na Europa tal solução provocou os mais descontraídos comentários, de tal forma que Teles da Silva pôde escrever: «Oíço murmurar muito e falar as apalpadellas, de sorte que que nenhum juizo bem assentado se pode fazer...». Porém, a Companhia era acusada de crimes graves, «igualmente noscivos as duas Coroas, Portugueza e Castelhana». Mas para que ela fosse exemplarmente punida, (se fosse caso disso...) era necessário que a todos «conste a Justissa da nossa Cauza» para satisfazer o «inevitavel juizo publico e prudente da Europa... do que se passa na America Meridional». O duque conhecia perfeitamente os argumentos dos missionários das reduções, assim sintetizados: a defesa da catequese dos índios e o direito natural das gentes, a fim de eles poderem actuar com liberdade total. E contrapõe-lhes a «ambição desmedida com que esses Religiozos fabricarão huma Potencia temporal, e por assim me explicar, mediterranea, na America Meridional». E aconselha que é necessário informar através da «pura rellação dos factos» e denunciar que «não foy o espirito evangelico o que armou de mosquetes etc. e disciplinou oitenta ou cem mil Indios, e criou uma potencia intermedial desde o Rio da Prata athe o das Amazonas, a qual poderia algum dia ser fatal às Coroas interessadas e dominantes na América Meridional. A competencia do juizo e direito natural das gentes não toca a Jezuitas e outros Missionarios aly;... Eu que não sou de modo algum letrado ou jurisconsulto, me guardarei bem de julgar de hum ponto escrupuloso e delicado sobre o Domínio e conquista daquelles selvagens, que a natureza fes livres tantos seculos. Mas por onde toca aos Jezuitas similhante juizo ou decizão? Quem levou aly estes Padres? Quem lhes deo os meyoys temporais? Donde lhes diriva titulo algum de Dominio, legislação ou Independencia?»⁴⁸. Nenhuma Nação governada por um soberano esclarecido, responsável por velar pelo Bem Público e pela defesa intransigente da Razão de Estado poderia tolerar abusos de interesses privados. Os jesuitas tinham que submeter-se às «leis justas» emanadas das cortes ibéricas. Aliás, dois meses depois, Teles da Silva recebeu de Roma um escrito que muito lhe agradou⁴⁹. A Companhia era nele acusada de ter

⁴⁸ Cf. *Carta*, de 10 de Fevereiro de 1758.

⁴⁹ Tratava-se, certamente, da *Relação Abreviada da República, que os Religiozos Jesuitas das Provincias de Portugal, e Espanha, estabelecerão nos Domínios Ultramarinos das duas Monarchias, E da guerra, que nelles tem movido, e sustentado contra os Exércitos Hespanhoes e Portuguezes*. O opúsculo foi impresso em finais de 1756 e traduzido em francês, italiano, espanhol e alemão e inspirado, ou até redigido, por Pombal. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VI, cit., p. 51.

abusado dos seus privilégios e, portanto, só restava esperar a sua emenda, e «que Deus [a] queira allumiar para mayor serviço da sua Igreja, da qual tinha sido benemerita,... como nos séculos passados o foy tambem desse Reyno». E a conclusão do seu discurso é a formulação de um voto: «Espero [que os jesuitas] saibão abandonar os mal avizados Missionarios, e tambem as Missoens da America, para não arriscar muitas outras na India, China, etc., etc.»⁵⁰. Infelizmente o bom senso do iluminado português-austriaco, como tantas vezes se auto-apelidou, não teve eco entre os inacianos na América. E isso foi-lhes fatal, não apenas lá, mas também na Europa e Ásia, como ele prognosticou. A sua expulsão de Portugal, em 1759, demonstra-o...

Como reagiu Sebastião José a todas «estas Portuguezadas»⁵¹ do seu velho confidente? Com palavras do maior apreço e consideração, em cartas, quase todas escritas pelo seu próprio punho. Na 1.^a, de 19 de Julho de 1752, confessa-se seguidor de seus conselhos e com «o desejo de os abraçar como V. Ex^{cia} os costuma conceber, que he sempre nos mais habeis termos, que eu vi nunca praticar...», assinando-se como seu «fidelissimo amigo e captivo». Na 2.^a protesta que o duque «tem mais luzes que eu» e afirma desejar poder testar aquela constante amizade, «porque nada tive nunca, que me fosse igualmente preciozo». Na seguinte, de 5 de Fevereiro de 1753, alegra-se com as notícias da saúde do fiel amigo de «que eu tambem colho os sazoados fructos das bellissimas e sollidissimas reflexoens, que li com gosto inexplicavel nas cartas com que V. Ex^{cia} me honrou, e de que eu fiz todo aquelle uzo, que podia caber nas minhas deligencias». Na missiva de 30 de Agosto, de 1754 (5.^a) fala da criação de uma Companhia de Comércio da India «de que se seguissem as utilidades que V. Ex^{cia} tão judiciosamente ponderou em o seu illuminado e prudentissimo juizo...», informando-o, em outra carta da mesma data, de que lhe enviará um mapa do Brasil, cientificamente elaborado, logo que o haja, pois o que serviu para o tratado de limites, de 1750, foi «feito por mera imaginação». A penúltima carta enviada ao «Senhor Duque da Silva, após o terramoto», confirma que a sua voz era escutada em Lisboa «como se Sua Magestade estivesse ouvindo votar a V. Ex^{cia} em Vienna, para o que mandou praticar nas prevenções do Brazil e na reedificação de Lisboa». Nela Pombal dá conta do optimismo que reinava no governo, apesar da calamidade do terramoto, pois não faltava dinheiro na praça de Lisboa, nem houve «quebra de caza conhecida», apesar da maldicência de alguns «corações tortos de

⁵⁰ Cf. *Ibidem*.

⁵¹ Cf. *Carta*, de 01 de Abril de 1758.

alguns rabulas da politica...». E para garantir esse estado de espírito remata: «*Si Deus pro nobis, quis contra nos?*». A última e importante referência ao Brasil, escrita por Carvalho e Melo, visa mostrar ao amigo o que já se fizera de muito importante: «...O decreto que moderou os direitos da madeira do Brazil, abriu a porta para encher dellas todo o Norte, e toda a Italia, onde ategora não forão, porque pagando nesta Corte vinte e tres por cento somente de entrada, cobrados com grande extorsão a ninguem fazia conta carregar no Brazil de madeiras, e vinha a ficar inutil hum genero, que pode carregar por si somente muitos mais navios, daquelles que ategora forão ao dito Estado.

O Alvará que aboliu os comissarios volantes restituiu ás praças de Portugal e do Brazil as comissões de que estavam privadas, sendo a principal substancia do comercio, unindo este, de sorte que possa estabelecer as grossas cazas, que faltam nas referidas praças, depois que contra ellas prevalesceram aquelles *interlopes* ou contrabandistas do bem commum do mesmo Comercio...»⁵².

Assim terminaram as considerações mútuas destes dois importantíssimos vultos da história portuguesa da 2.^a metade do século XVIII, acerca do fomento luso-brasileiro que ambos reconheciam ser de vital importância nas duas margens do Atlântico. Pombal, iluminado pela sua inteligência e pelas luzes que recebera (e recebia em permanência) do exterior do país, imporia ferreamente o reforço do papel do Estado, encarregado de acautelar os interesses de todos, mesmo à custa dos sacrifícios de alguns. O «Senhor Duque da Silva», como Carvalho e Melo o tratava, considerava-se um português atento à dinâmica do seu tempo, aberto às inovações mas sem perder o carácter, o responsável, lá longe, por uma «estrangeirada família»⁵³, a qual não voltaria mais a Portugal, mas nunca deixaria de procurar iluminar os responsáveis pelo governo de D. José com as luzes do tempo, filtradas a partir da capital austríaca.

⁵² Cf. «Cartas de Sebastião José de Carvalho e Melo», *Anais*, da Academia Portuguesa de História, cit., pp. 409 a 422.

⁵³ Cf. *Carta*, de 30 de Agosto de 1758.

APÊNDICE

Os documentos que se seguem são extractos das Cartas, respeitantes ao Brasil, nas passagens que nos parecem mais significativas. Através deles o leitor poderá ajuizar melhor do interesse desta correspondência para um conhecimento mais completo da administração pombalina na América.

Texto n.º 1

Carta de 12 de Agosto de 1752

Senhor Sebastião Joseph de Carvalho

...«Sou porem tão Portuguez aqui, como o fui 19 annos em Lisboa, e como também por razão de Estado o devem ser todos os Austriacos. Mas passemos a outro objecto, que me parece ocupar actualmente a soberana attenção del Rey, nosso Senhor, e muito do genio e Estado de V^a Ex^a: a saber, a Marinha, o Comercio, a pouvação do Brazil, adonde os Reys de Portugal podem vir successivamente a ter hum Imperio, como o da China, e ainda mayor que a França, Allemanha, e Hungria, unidas se fossem em hum so corpo. Eu não tenho carta alguma moderna do Brazil nem conhecimento, pellas antigas, do que se pode estimar a largura ou profundidade do Certão, mas vejo nella, que em parte, como tirando em linha recta do Paraquazi, parallela ao Rio das Amazonas, acho mais de 300 Legoas Francezas, e tirando outra linha recta do Cabo do Norte, até o Porto de S. Pedro, acho 700 das mesmas legoas; das quais, como das 300, se deve abater hum octavo, pois os Francezes contão 20 legoas por grao da esfera, e nos outros 17 1/2, ainda resultaria o computo de mais de cento, e outenta mil legoas quadradas portuguezas, de retangulo imaginario de tal medida.

Esta simples idea grosseira me basta porem, a formar por adequado a grandeza e importancia daquelle vasto e rico continente, o qual, como todos os do mundo habitavel tem grandes porçoins que o não podem ser: rios, montanhas, areias, lagoas, terras estereis, certa quantidade de matos, que ainda podendose, não converia destruir e habitar etc.

Ora, descontada a terceira parte como inhabitavel e mesmo inculta, e descontada do total huma quinta parte do imaginado retangolo, pois que pella parte austral se vai

estreitanto quasi em triangolo, ainda assim poderia calcular o restante sitio habitavel em mais de 90 mil legoas quadradas Portuguezas; quando por outra parte duvido muito, que haja tres mil somente nesse Reyno de habitaveis e frutiferas, se lhes fizermos as mesmas deduçoens de rios, montes, areas etc. Dizem porem, que haverá em Portugal dois milhoens de almas, e poderia nesta proporção haver 60 milhoens na America Portugueza, que he o numero que o Padre du Halde julga haver na China etc., parecendo que o Brazil he pello menos trinta vezes mayor do que Portugal. Todos convem, que a Povoação he o fundo mais seguro da riqueza e forças dos Estados. Algum soberano a deue começar a estabelecer com boms e solidos fundamentos: seja pois esse elRey que Deos guarde.

Parece-me agora, que estou conversando familiiramente com V^a Ex^a, como naquelles suavissimos discursos, em que nos colhia improvizamente a meya noite, não sem enfado da somnolenta familia etc. Para que Portugal seja potencia maritima, basta esse porto de Lisboa, e sobra a prova que foy a primeira e quasi mestra das outras. E não he necessario ter mayor continente em Europa; o que he absolutamente preciso, he a industria, como tantas vezes V^a Ex^a reflectiu, e me ensinou o muito que podíamos utilizar no comercio das nossas proprias Collonias ou Conquistas: Cuidemos pois em pouvoalas de qualquer modo que seja. Moiro, branco, Negro, Indio, Mulatico, ou Mestiço, tudo serve, todos são homens, são boms se os governão ou regulão bem e proporcionadamente ao intento. Se houver muita povoação, haverá muita lavoria, muito gado, e crias, tudo custará menos aos Portuguezes, e aos Estranjeiros, a quem não poderá tomar a conta, nem lavrar, nem comprar mais caro noutra parte. Sobretudo ganhará a Fé em Nosso Senhor Jesú Christo, e haverse tantas mais almas para o Ceo, ainda quando somente se faça reflexão as crianças que morrem bautizadas. Haja muitos cazamentos, e pouquissimos ventres inuteis.

... A Politica dos Gezuitas pode servir muito ao intento, e regular sobre a mesma todas as missoens das outras Ordens de Frades, e com mais individual inspecção, da que tiverão nessa parte os Castelhanos, a cujos Gezuitas opporemos os nossos, com mais ventagem, a meu ver, do que boas tropas. Destas porem seria necessario aly mayor numero em todas as Capitanias, e tãobem no Certão, principalmente na raya, ou confins mais expostos ou accessiveis a Castelhanos etc. A minha pouca experiencia me dicta talvez, que he mais efficaz meyo de multiplicar a povoação, estabelecer muitas, ainda que pequenas, do que grandes e poucas: Os homens tem algo dos animais, que multiplicão, não só á proporção da bondade dos pastos, mas conforme a extenção do terreno. O Emperador Reynante fez a mesma observação e prova em algumas das suas melhores e fortes caças, donde sobra o pasto, e não se poude exceder certo numero em razão do terreno.

... Voltando outra uez a vella para o Brazil, parece-me, que todos os Allemaens podem aly ser convenientemente estabelecidos, exceptuado os mercantes que houvessem de hir e vir. Da volta dos Missionarios pouco ha que temer, e bom seria que entre elles houvesse Mathematicos, Geografos etc. V^a Ex^a saberá melhor do que eu, a quantidade de Collonistas Allemaens, que os Inglezes vão mandando para America, mas não são Catholicos, e não me quizera embrulhar com a Santa Caza neste ponto, nem tão pouco no outro, antigamente ventilhado, sobre as confiscaçoens dos enjenhos, manufacturas, e perdas do comercio: haja muito em boa hora huma so Religião, que he a Catholica. E quanto for possiuel, huma só lingua, e para isso muitissimas escolas, nenhuma Universidade, nenhum novo Convento, e severamente limitado o numero de Frades e Freiras delles. Seção em boa hora ricos feudatarios, e paguem como todos os subditos, ou paguem estes nas terras dos Ecclesiasticos, e se lhes conserve as apparencias, ou parte da immuniidade da Igreja, que aqui não tem nos seus bems.

Como os clerigos e frades são Portuguezes, uestidos de outro modo pouco me importaria da sua riqueza, se a despendessem exactamente no Estado, e se os fundos não fossem (sic) de terras immensas, que ficando em maos mortas, sahem do trafico civil. Se o Exercito Ecclesiastico for pouco numerozo; e mui repartido naquelle vasto Continente; menos resistirá ao secular traficante e politico. E porque não haverá nesse novo Imperio hum novo Codex Braziliانو, ordenaçõens particulares, e por assim dizer, territoriais daquelle Estado e Conquista? As demandas e trapassas tãobem são peste da pouvação como do Comercio. Haja poucos advogados, e menos rabullistas, e considere-se o Soberano como hum novo fundador: já que não sei que haja pacta conventa com aquelles subditos: e verã Sua Magestade e os nossos vindouros successivamente, o grande beneficio, que como verdadeiro pay de seus vassallos lhes pode procurar.

Nenhuma destas ideadas disposiçoens requer necessariamente estrondo, basta muita reflexão e equidade no ordenalas pouco a pouco e grandissima firmeza na execução. Todos estes boms ou maos pensamentos são fruto da lição do Trattado que V^a Ex^a por mercê especial de Sua Magestade Fidelissima me comunicou; e fruto no que talvez pode ser bom das luzes que aqui me quiz dar. Mas no que he mau, e insubsistente, direi que he fruto uerde de zelo velho e da minha natural pouca capacidade. Para ter mais ligado o Brazil ao Reyno, dissera eu, que Sua Magestade faria utilmente, gratificando essas principais familias de muitas terras, senhorios, feudos e comendas, limitando desde agora, com boa aduertencia para o futuro a respectiva extenção e condicionado a respeito da pouvação, hum numero discreto de lugares ou de vizinhos no lugar que for unico, e a proporção, quando sejam muitos. E para isto mesmo convirá muito a nova demarcação e conhecimento do Brazil, que certamente não he conhecido pelo pouco que das costas e beiramar só colhemos das cartas antigas. Se V. Ex^a me houvesse podido remeter alguma mais circumstanciada com o sobredito Trattado, ainda que sou mau geographo, alguma idea me formaria daquella misteriosa negociação, que não posso, nem devo aprovar as cegas, nem aplaudir por comprimento ou veneração. Nenhum plano ou mapa, dos que pude ver, me diz adonde está a aldeia de Santa Rosa, nem posso bem comprender, que largueza ou profundidade terá o nosso Estado naquellas paragens: entre os Castilhos e porto de S. Pedro vejo dois outros rios no mapa.

Os nomes dos rios nas cartas de Mr. de Lille, que são poucos, e talvez mais ou menos inclinados de muitas legoas, não se ajustão com os expressados no Trattado. Por outra parte, aquelle famoso Geographo, lizonjeando a caza do seu soberano, aperta de tal modo o Dominio Portuguez, que quazi nos tira toda a margem do rio das Amazonas, cortando pello vasto lago ou especie de archipelago que de Lille suppoem formão o tal rio, e separando assim do Brazil todo o territorio que chama das Amazonas, e atribue ao outro Dominio, Espanhol.

No livro porem de Mr. de la Condamine, e viagem que fez, ha poucos annos, baixando pello tal rio, ha huma carta do curso do mesmo, sobre a qual posso calcular mais de cem legoas de extenção occidental, ou remontando o Maranhão até a Missão dos Padres Carmelitas Portuguezes, e comprehendida a aldeia que cedemos de S. Christovão. Naquelle vastissimo, e em grande parte ignorado continente pouco importaria huma cessão de cem legoas somente, se não fossem as muitas e graves consequencias, que de huma apparente bagatella, podem fazer huma cessão ruinoza e irreparavel. e termehia eu mesmo por ridiculo, se as apalpadellas fizesse aqui o Doutor.

V^{as} Ex^{cias} verão e farão o melhor, e conhecerão o como e quando se hão de assegurar as fronteiras, e adonde seja necessario por numero competente de tropas e algumas boas fortalezas, que serão tanto mais precisas, quanto for mais conhecido, cultivado, e praticado o certaño, e os limites. Aly nas fabricas, cuja execução pede menos arte e ensino como fossos, transportes de terra, canais, abrir caminhos etc. creyo

que muitos dos nossos Tapuias poderão trabalhar, e a pouco custo, adquerimos outros, mesmos dos matos; e demarcação Castilhana: o bom tratamento e administração fará muito. E torno a dizer, que a Pouvoação he ao meu fraco entender, o tudo: não servindo de nada muitas mil legoas de dezertos, nem se podendo sem homens, deffender as fronteiras e passos.

Se com este tratado reza as da margem Austral do rio das Amazonas, chega pella nossa parte ao que chamamos da Madeira, depois que se terá unido a outro, que não vem nomeado, nem tãobem o está nas cartas de de Lille: Seguese, que teriamos perto de seis graos de longitude, e perto de cem legoas mais, do que este geografo nos sinalava, como assima digo. Mas nem por isso fico mais claro nas fronteiras estipuladas, que não podem figurarse em linha recta, nem simplesmente curva, mas diversamente, mixta, como succede a todas as rayas de quaisquer Estados do Mundo, em que ha angulos, e grandes porçoens salientes e reintrantes etc. O que vejo porem, a dizer a pura verdade, que naquelle vasto terreno, que os Francezes dizem das Amazonas, se ganha grande porção, da que as suas cartas davão aos Castelhanos, assegnandolhes não somente o rio, que se une ao da Madeira, e o terreno das margens do Maranhão, pella Ilha dos Topinambes, mas ainda a de huma e outra banda dos Topayozos etc.

Parece-me pois, hindo algo as cegas, que no que asseguramos de tão dilatado certão, fazemos o ganho de Matto Grosso, e outros que não acho nos mapas, e quero supor que se compensa bem o que se perde nas Missoens dos Carmellitas, supondo que sempre por aly nos fica aberto o resgate da Prata, e ventagens do comercio oculto, posto que bem expressamente defendido. O que não posso julgar, he se nos fica bem compensado o risco das Minas Grandes, e entrada da parte do Uruguay etc. adonde note bem sempre meu Pay, que Deos haja, temeu muito das pouvaçoens multiplicadas e estendidas pella boa direcção dos Gezuitas: Se aly ficamos racionalmente assegurados, pode todavia sermos ventagiozo o Tratado; principalmente se muy deveras e com todo o empenho se cuidar na pouvoação, e começar logo pella parte mais importante. Tudo isto he falar de oitiva, mas com aquella candidez e ingenuidade, que fez todo o meu merecimento para com V^a Ex^a., que poderia mandarme algum mapa, adonde se vejão os lugares e rios de que faz menção o Tratado. E que pedi inutilmente ao Senhor Freire, pois lhos não derão, nem o tal Tratado sobre o qual me tenho aqui tão inutilmente difuso...».

Texto n.º 2

Carta de 30 de Outubro de 1753

Senhor Sebastião Joseph de Carvalho
Ill.mo e Ex.mo Senhor
Meu amigo e Senhor

Não direi que a precioza amizade, com que V. Ex^a me distinguiu aqui, e favorece toda a nossa familia, me facilita a confiança desta comissão que lhe dou, pois que outro mayor empenho he o motivo superior della. V^a Ex^a he todavia mui conhecido e estimado nesta Corte Imperial, tão estreitamente vinculada a esta Fidelissima, e basta esta consideração e conhecimento para sentir quanto facil, e gostozamente consentiu o Emperador, que eu empenhasse não so o Marquez meu irmão, em qualidade de Prezidente Ultramarino, mas V^a Ex^a mesmo, em procurar recomendaçoens a pessoas intelligentes e curiozas da materia natural de que tratta a memoria incluza, e os debuixos

das oito diuersas especies de roca ou mina de pedras preciosas, de cujo mayor valor importa pouco ou nada, nesta ja vasta serie de historia natural. O que se busca e importa muito, a investigação da natureza, he o ser nesta racolta todas as diuersas provas e documentos naturais de differentes partes do mundo. Ora o que della mais falta he giustamente de semelhantes documentos e produçoins do Brazil, adonde não bastarião as diligencias e despezas que por via do famoso Monsenhor Baillou, ordena e consente o Emperador que se fação. Este curiozo, intelligente Philosopho me tinha varias vezes falado nesta indagação, offerecendo as necessarias despezas, que não eram porem as que me embaraçavão. Ultimamente, como escrevi a meu irmão de Holitch, me devi empenhar nesta officioza diligencia, e bem que repugnava a S. M. I. a todo o genero de empenho da sua parte, como lhe disse que seria em meu nome, e por via do Marquez de Penalva que eu escreveria, e a V. Ex^a, consentiu o Emperador, e o facilitou tãobem a Imperatriz Raynha. Eu muito bem previ, e prevejo toda via as difficuldades, e principalmente na falta de pessoas inteligentes e curiozas de semelhante estudo naquelle pays e vastissimas conquistas; mas alem de que se não tratta de huma prompta reposta, nem de conseguir e inuiar aqui de hum golpe, tudo quanto o Sr. Baillou, cheffe deste gabinete, dezeja. A memoria e debuxos, que finalmente agora me entregou S. E. o Baron de Fustchner, facilitão a encomenda, e a busca, a qualquer pessoa, que tenha alguma ou mediocre intelligencia destas curiozidades. Sabesse muito bem aqui o tempo lungo e necessario de semelhantes buscas em paizes dilatados, e todavia pouco pouoados de certo genero de pessoas, e não pode tão pouco ignorarse, quanto dista do nosso Reyno. O que porem me parece acertadamente conveniente he, que por V^a Ex^a, ou pello Sr. Prezidente Ultramarino, se me não retarde alguma reposta ao menos satisfactoria das minhas primeiras diligencias.

Confesso ingenuamente a minha ignorancia ou dezaplicação a semelhante estudo, bem que vi muito, porque corri muito mundo, e não tenho vivido pouco. Diria porem grandissimos disparates, à querer discorrer no assunto, ainda quando somente quizesse traduzir. Por exemplo, no sistema que segue Mr. Baillou, os diuersos sucos petreios ou pedrozos, que ha na terra, são affectados de diuersa natural configuração, e a dão necessariamente a certas determinadas pedras. Ora, digame V^a Ex^a, se estas poucas palavras são Portuguezas, e bem intelligiveis...».

Texto n.º 3

Carta de 3 de Novembro de 1755

Ill^{mo} Ex^{mo} Senhor
Meu Amigo do meu coração

...Li entretanto agora, e vou conciderando a copia estampada, que me deu este fidalgo e honrado, prudente Ministro, Ambrozio Freire, tocante a Companhia do Maranhão ou Gran Pará, e me parece tão boa, que logo me interessaria na mesma, se os meyoys para isso me bastassem aqui, ou de algum modo sobrassem os poucos que resultão desse morgadinho que me tocca, chamado de Donna Violante Eugenia, sobello, que porem farei pellos parentes e procuradores meus, alguma dilligencia, escrevendo logo que puder.

Como nada ou pouquissimo prezumo das proprias luzes, recorre neste ponto a minha avelhantada memoria as de Menistros antigos e melhor illuminados. Lembrome das que o Conde da Ribeira me fes em grande parte ver em Pariz, haverá 37 annos, sobre

a marinha a estabelecer principalmente no Maranhão, adonde, conforme a vasto projecto daquelle nosso Embaixador, seria o primeiro ou mayor Arsenal dos Navios de guerra que conforme a minha lembrança, o Conde da Ribeira projectava noventa, divididos em tres esquadras de 30 naos cada esquadra. E a imitação da Coroa de Inglaterra, se distinguirão pella cor do respectivo pavilhão, como branco, verde, ou azul, vermelho etc. o que reffiro como sinal da minha lembrança.

Esta me chama alguma das muitas ydeas e noticias, que se acharão provavelmente naquellas memorias do sobredicto Menistro, o qual sabia muito melhor do que eu, que sem a marinha mercantil, pouco ou nada podia estabelecerse a Armada. O primeiro fundo, que o tal Conde destinava para este estabelecimento, erão os juros reais dos Almoarifados e Cofres, e me quer parecer tambem as tenças ou parte dellas, de sorte que com huma doce e util violencia se acharião os filhos da folha interessados na sua Companhia Regia, de que me não lembra a denominação que lhe dava. A esse fundo unia a renda dos Conçulados e todas as destinadas aos armazens e armada, interessando no comercio por este modo El Rey, a Nobreza, e mayor parte da Nação. Tinha alcançado aquelle zelozo Menistro muitas e individuais noticias do Brazil, e suas produçoins, a similhante fim; como tambem dos principais Arsenais maritimos, e forma de contas indiuiduas (sic) com as quais parecia provar, que os navios fabricados economicamente no Maranhão, adonde contava empregar numero grande de Tapuyos mansos com pequenos jornais, virião custar hum terço menos, que os d'El-Rey Britanico.

Basta, meu Amigo e Senhor, destas poucas velhas nossoins, para justificar o meu zelo patriota; e lembrarse ha V^a Ex^a de outras que reciprocamente nos comunicamos na confiança de nossa boa amizade em varios seroins, e com ventagem para mim. O certo he que athe os 60 annos / em que me acho entrado / não conheci, fora desse Reyno, Menistro Portugues, dos experimentados, que não suspirasse por ver a Patria Potencia maritima, e meu Pay tanto ou mais que todos os outros, como supponho constará dos seus Officios, bem que nunca servio no mar, e que sua mayor inclinação foy a de soldado e serviço de Terra.

Não cançarei a V^a Ex., como imprudentemente o fis, ha 5 annos, dizendolhe em prolina, quando a respeito do Brazil etc. me passou pela imaginação e penna; bem que esta sua nova Companhia do Maranhão me desperta grandes ydeas e esperanças, das quais não estou ja na ydade de ver os dezejados effeitos. Concluirey este ja longo discurso com a sabida reflexão contra certos Menistros, que sempre houve e haverá no mundo, principalmente no moderno Governo Brittanico, os quais não estimando que as proprias ydeas, vengatens (sic) e Estado prezente, desprezão aquelles, cujo effeito, bem que utilissimo será remoto. ...»

Texto n.º 4

Carta de 4 de Dezembro de 1755

Exmo Senhor Sebastião de Carvalho
Ill.^{mo} Ex.^{mo} Senhor
Meu amigo do meu Coração

... «Não presumo tanto de mim, nem tão pouco desse prudente Menisterio, que me intrometa a dar liçoins de providencia, mas em bom e velho Luzitano dezabafo com V^a Ex^a, dizendolhe e não lembrandolhe, que muito importaria o esforço de fazer promptamente partir algumas naos e tropas para o Brazil, antes que novas encarecidas

deste deazastre fação impressoins aly, que he incomparavelmente melhor prevenir do que remediar. Posso enganarme, ignorando o estado actual das forças e Capitania do Maranhão, Pará, e outras athe o Rio de Janeiro, Santos, e outras partes, como a nova colonia, e paragens actualmente em disputa e adonde maliciosamente se fará avultar a desgraça e supostas consequencias delle. O numero dos homens que no mundo discorrem bem, he certamente o menor ou minimo.

Hoje mesmo li huma carta de Lisboa, que parece haver partido de lá aos tres, com o correio do Embaixador de França, em que se diz que: *O incendio durava, que toda a cidade estava em perigo, e que ElRey, nosso senhor, cuidava em hirse estabelecer no Brazil, da parte do Maranhão..* O medo certamente do pobre frade que escrevia, lhe figurou na imaginação este disparate, que dá como noticia; prova porem o que assim apprehendo, que diversamente escrevão talvez outros...».

Texto n.º 5

Carta de 19 de Novembro de 1756

S.E. Mr. de Carvalho
Meu Amigo e Senhor do meu coração

... «Nesta parte do mundo podemos dizer agora que brilhão as sciencias, o militar, o político e o comercio, como primeiro brilharão na Azia, na Affrica, Egipto e Carthago. Podem consequentemente brilhar na América daqui a alguns séculos; em em cada una das tres partes do mundo antigo tomar o que ja houve de poder e de mudanças, como dizem historias velhas, e como talvez o dirão outras de vastissima America, novamente conhecida e pouquissimo civilizada; no que porem, amigo do meu coração, devemos incessantemente cuidar ahy; eu não discorro, aceno, pois que sey a quem falo ou escrevo.

Lembre-me com raiva de certa palavra, imputada ao Cardeal Alberoni em França, donde naquelles tempos fis alguma demora: *Le Portugal aura son tour*, e a não julgo maligna imputação, depois que por certa pessoa, com quem discorre familiarmente na velhisse em Italia, me consta que maxima politica daquelle primeiro Menistro fora, empregar todo o estudo, negociaçoins, dinheiro, forças terrestres e maritimas em obrigar Portugal e aliados a trocar esse Reyno pellos de Napoles e Sicilia e ainda mais em Italia, pois que possuindo ElRey Catholico a Espanha inteira, com as suas Indias e Brazil, se faria a principal Potencia na Europa, pella dependencia em que poria pello Comercio todas as outras.

... Juntando cabos, e não me attendo a profecias, digo familiarmente a hum amigo honrado, que o P. Vieyra tinha em parte razão, se na riqueza, posição e vasto do Brazil, fundava as esperanças da Monarchia Luzitana, e sua duração, humanamente falando. Cuido tambem, que tinha suas boas razoins o nisso mau Clerigo Alberoni, pois que nem Francezes, nem Inglezes terião escrupulos de abandonna e vender Portugal a Castella, para conservar e avantajjar respectivamente seus comercios, neste seculo, em que hum Cardeal e hum Rey Calvenista, cuidão politicamente que a justiça e a religião não se oppoem a violencia e utilidade das Conquistas. Estamos experimentando que com a providencia tão dispendioza de entreter duzentos mil homens durante a Paz, apenas se poudé salvar a Bohemia da invazão e quartéis de Inverno do exercito Prussiano, quando por outro lado observamos que mais de duzentos navios de guerra não

impedirão a perda de Port Mahon, nem a dos Fortes Americanos dos Inglezes, que com duas medianas e boas esquadras postas de antemão nos respectivos portos e paragens, e com ter aly tropas, como as tinhão ja os Francezes na America, lhe houverão talves feito passar a vontade das novas conquistas.

Poucos portos e muitos navios, se disse em axima politico do celebre VizoRey D. Francisco de Almeida, que deve porem entenderse na sua justa proporção, como se poderia de muitas tropas em proporção do limitado numero de praças. Mas como tambem nestas deve observarse a longueza das respectivas fronteiras que se deverião necessariamente cubrir, a diversa situação de estados e provincias, talves separadas e distantes, como tambem mais ou menos expostas a invazoins repentinas, não me persuade o tal bom axioma tão excessivamente, que como regra de Fe lhe submeta o meu entendimento, e cegamente va dar nos extremos viciozos.

... Assim a fis, ha 5 ou 6 annos, esprayandome, como lá dizemos, com imprudente prolixidade, no vasto, rico e fertil continente do Brazil. E posto que V.^a Ex.^a me animou então e quis achar entre tão diversas e mal concertadas ydeas algumas *lindissimas*, não abuzarei hoje tanto da sua indulgente amizade nem mo permitira esta calva e encatharruada cabeça, que poucos bons calculos poderia fazer, ainda quando tivesse os conhecimentos, que não tenho, dos meyoz actuais, e dos factiveis de adquerir, para entreter nesse Reyno e no Brazil, o numero competente e proporcionado de tropas e de navios. Similhante proporção he tão necessaria, como a dos tais meyoz, que não conheço, mas que V.^a Ex.^a me parece saber hoje melhor, do que outrem na Patria. Depende muito a conservação, se não não erro como estrangeiro e caduco, deste duplicado e proporcionado armamento naval e terrestre. O contrario nos perdeo successivamente, em Portugal, nas Indias Orientais etc. Estava Portugal dezarmado, depois da perda de ElRey D. Sebastião, quando facilmente o invadio e conquistou o exercito do Duque de Alva. A negligencia affectada e politica da Corte de Madrid, abriu e facilitou a Hollandezes numero de portos mal guarnecidos nas nossas Conquistas. Ora, estas não se deffendem que com boas tropas, como sem boas naus de guerra se não deffendem Frotas e Comercio.

Tudo quanto V.^a Ex.^a, com favoravel permissão soberana, me tem [deixado] ver das suas regias dispoziçoins, me tem admirado, e bem persuadido da superioridade das suas luzes e talentos. E como não sou de natural prezumindo, não cuido tampouco que ydeas remotas possam realmente ser lhe de utilidade no Real serviço. O que porem me da alguma apreheção, he o espirito de comercio, e digamolo claramente, de usurpação que reina hoje na Europa. Por isso mesmo Amigo Ex.^{mo} inculco tantas vezes a ydea do Brazil. Não temo, que em breves annos possam violencias estrangeiras obrigarnos em Portugal a deffendernos do nefando troco de Alberoni, nem ainda daquela propozição, que nos fez outro Cardeal, primeiro Menistro em França Mazarin, quando nos hia abandonar na Paz dos Pirineos. A qual propozição não se afastava porem das ydeas, por não chamarlhes projecto do P. Vycira. Mas o não temello agora não assegura nada para o futuro. Philosophando aqui entre nos muy brevemente, nos possiveis acontecimentos do mundo, e recopilando a historia do paçado, sem criticar a do futuro do nosso orador Portuguez, confecemos porem, que possivel he, que o Brazil faça hum dia a mesma figura na America, que fazem actualmente na Azia tantos diversos Imperios, como são com este supremo titulo ou equivalente: a China, o Japão, a Persia, o Mongol, sem falar do Gran Turco, que naquella parte, e duas outras do Mundo antigo, tem grandes estados. Ora se no do Brazil, vierem a ter os Portuguezes tanta povoação civilizada, cultivada e armada, que seja coniderada por superior proporcionalmente na America, seguesse, me parece, por natural consequencia, que nem la, nem ca, Potencia alguma achara a sua conta na imaginada conquista e sobredito troco. Pois que humas arriscarão a utilidade do porprio comercio, em que actualmente utilizão mais do que nós; aquella que por

única e prepotente vizinha, se deve sempre receyar, terá na minha hypoteze, muito que temer então das suas Indias.

De todas quantas naçoins Europeanas frequentão e orientação, somos a única, que imaginou e conseguiu possuir hum pedazinho da China em Macau, pois que todos cuidarão e cuidão em assegurar, sem risco de excluzar o lucro daquelle mesmo commercio, do qual tirão os Chinas a nata, pello seu bom governo, e singular povoação, que rende paradissimo o trabalho manual e a cultura. Ninguem faz cazo das tropas de terra, nem da marinha dos Chinas, circunstancia muy discrepante das do meu arzeado, mas allem do que agora não examinamos do que foy ha mais de mil annos, naquelle vasto, fertil e hoje florido estado, acho major discrepancia na ydea da conservação, e na da fundação ou estabelecimento. O daquelle Imperio he antiquissimo, e nada pareça mais novo que o querer fazer de tão diversos salvages, Tapuyas, Negros, Mulatos, huma China do Brazil! E Comtudo, não seria absolutamente impossivel. Certo he porem, que só muito tarde se cuidou ahy na verdadeira importancia da sua porção da America, pois que parece que so agora se cuida.

Tambem parece que agora cuidão respectivamente nas suas porçoins, mais do que antes, Francezes e Inglezes. E muito mais se cuidará nos seculos futuros, a medida da povoação que houver civilizada, e do que se puder augmentar o Comercio.

Acabo este familiar codécilio politico, submetendo-o absolutamente a censura de V.^a Ex.^a, a quem porem não remetterei a prezente, que por algum portador seguro, ainda que tarde, e chegou avelhentada.

Fico, como estou sempre, as suas ordens, com terna e fiel obediencia.

Deus guarde a V.^a Ex.^a, como lhe dezeja...».

Texto n.º 6

Carta de 10 de Fevereiro de 1758: Post-Scriptum:

... «De outra bem distante e bem diversa [materia] dezejaria eu (sem prolixa curiozidade) poder discorrer somente com V.^a Ex.^a, a saber na da Guerra Americana e Jezuitica. Oiço murmurar muito e falar as apalpadellas, de sorte que nenhum juizo bem assentado se poder fazer. Em alguma gazeta de Berlim, e outras, se avizou ter-se estampado em Lisboa huma espessie de manifesto, que descobre os vastos e perigozos dessignios da Sociedade, igualmente noscivos as duas Coroas, Portugueza e Castelhana. Não sey a verdade disso, e consta porem que nos Collegios e Cazas da Companhia de Jezus, houve Carta ou Ordem circular do P. Geral, ordenando preces em negocio de summa importancia á ditta Sociedade. O poder, credito e união da mesma são de notoriedade pública. Se tem inimigos, tambem tem parciais, e talvez muitos mais do que, por temor, querem parecello. A minha philozophia subalterna fas-me a seu respeito imparcial, como ja, nesta ydade, pouco sensível a medos políticos, aplauzos e esperanças. Conto porem entre os grandes interesses publicos e polithicos o da boa reputação. E por isso, meu amigo e senhor, dezejo que conste a Justissa da nossa Cauza na materia em questão, bem que pouquissimo se me daria de satisfazer curiozidades de novellistas, nem mallicias irreligiozas, etc.

Fallando pois a V.^a Ex.^a com a costumada, e talvez dura, ingenuidade, lhe confeço que me parece tardar ao inevitavel juizo publico e prudente da Europa aquella parte essencial do que se passa na America Meridional: quero dizer essencial á justificação das sabias medidas e rezoluçoens dos Piissimos Reys, Fedelissimo e Catholico. Pois que, se por huma parte he mau, que conste da ambição desmedida com que esses

Religiosos fabricarão huma Potencia temporal, e por assim me explicar, mediterranea, na America Meridional; não he por outra parte hum menor mal, que se impute a simples razão ambiciosa de Estado, huma fingida ou apparente oppressão daquelles chamados Indios e dos Missionarios, quando estes, disculpandose com motivos de Cristianismo, e do Direito natural das Gentes, supoiem aos ignorantes do factó, obrarem com equidade em não captivar milhoins de gente de condição livre, etc.

Este ponto, meu amigo do coração, he o que me agora parece muy importante á boa reputação de pôr em claro, como suponho que se haverá feito, ou podera fazer, com a simples e pura rellação dos factos. A chamada Missão ou Redução de Santo Angelo, que se achou bastantemente fortificada e guarnecida de Artilharia, fas ver, que a pregação do Evangelho não obrou esse meyo de conservar aly o poder temporal da Sociedade. Tambem não foy o espirito evangelico o que armou de mosquetes etc. e disciplinou oitenta ou cem mil Indios, e criou huma potencia intermedial desde o Rio da Prata athe o das Amazonas, a qual poderia algum dia ser fatal ás Coroas interessadas e dominantes na America Meridional.

A competencia do juizo e direito natural das gentes não toca a Jezuitas e outros Missionarios aly; como tampouco lhes tocaria na America Septentrional e Dominios de França, Inglaterra, Hollanda etc. Eu que não sou de modo algum letrado ou jurisconsulto, me guardarei bem de julgar de hum ponto escrupuloso e delicado sobre o Dominio e conquista daquelles selvagens, que a natureza fes livres tantos seculos. Mas por donde toca aos Jezuitas similhante juizo ou decizão? Quem levou aly estes Padres? Quem lhes deo os meynos temporais? Donde lhes diriva titulo algum de Dominio; legislação ou Independencia?

Qualquer homem bem informado, justo e imparcial poderá facilmente distinguir estre a subtileza dos pretextos e a realidade dos motivos. Quando outras Naçoins invejzas da nossa, e principalmente os Hollandezes, forão á India Oriental, despojarnos daquelle comercio e dominios, allegavão por motivo de justiça a natural liberdade dos Indios, que dezião oppressos, e logo que aly se puderão estabelecer, os oprimirão e oprimem muito mais. ...»

Texto n.º 7

Carta de 1 de Abril de 1758

À S. E. Mr. de Carvalho
Ill.^{mo} Ex.^{mo} Senhor
Meu amigo do meu coração

Depois do que em Post Scriptum a huma carta dos fins de Fevereiro escrevi a V.^a Ex.^a na nossa uzada confiança, vi certo escrito, estampado em Portugues e a tradução que se mandou de Roma, em Italiano, tambem estampado, e as pessas aly adjuntas, que não se achão na impressão de Portugues. E se houvera lido antes estes escritos, certamente não cançaria inutilmente a attenção de V.^a Ex.^a com as minas curtas, superfluas reflexões. Nada me parece que deixão a dezejar aquelles valentes escritos, senão a emmenda dos Missionarios Jesuitas, que Deus queira allumiar para mayor serviço da sua Igreja, da qual tinha sido benemerita a illustre Sociedade de Jesus, como nos seculos passados o foy tambem desse Reyno. Espero todavia na prudencia dos Superiores da mesma, que saibão abandonnar os mal avizados Missionarios, e tambem as Missoens da America, para não arriscar muitas outras na India, China etc. etc.

Como estes escriptos são reputados anonymos, e que os Padres Jezuitas são em varias partes admitidos entre outros Revizores de livros, e destes cadernos estampados que os Francezes chamão *Brochures*, não he de admirar que em alguma das Cortes Catholicas haja embaraço no curso desta mesma estampa. Consta-me que certo revizor, secular e erudito, duvidou muito deixar correr a de que se trata, vindolhe as maos a tradução Franceza; não vi todavia, e nem me disserão ser estampada em Hollanda. Reciou aquelle prudente erudito, que o tal escrito anonymo fosse algum libello diffamatorio, como tantos outros de seu proprio conhecimento, que no seculo paçado apparecerão contra a mesma Sociedadade, não somente em Hollanda e Suissa, mas em França, Allemanha, e outros Payses Catholicos.

Hindo porem concordemente as Cortes de Lisboa e de Madrid, nas diligencias que se fazem em Roma, e continuandose daly a remessa de exemplares Italianos, vencerse ha successivamente similhante escrupulo, posto que bem fundado nos antigos e modernos exemplos de Libellos, muitas vezes reprovados. Não haveria tal reparo se os ministros Portuguezes, rezidentes em diversas Cortes houvessem tido ordens instructivas para prevenir e informar as mesmas. Suponho que a piedade soberana e a prudencia dos seus conselhos quis dar tempo ao arrependimento, ou teve outros motivos, muy superiores as minhas luzes, para suspender o castigo de hum geral discredito. E nesta supozição louvo a prudente summa benevolentia.

Temo porem, que seja util e pareça nosciva esta piadoza ou prudente circospeção: pois que vão correndo por varias maos em Italia e outras partes as mesmas traduções que sahem de Roma, e as Francezas, que não vi. Ora da simples lição das mesmas consta a atrocidade dos dilictos, caleficados ahy por crime de Leza Magestade, e não so na America dos Dominios das Duas Coroaas, mas tambem nesse Reyno e Corte, como na Cidade do Porto etc., circumstancias muy agravantes, com as quais cresce o empenho, e talvez os embaraços de huma e de outra parte.

Bem sey que foram noutros tempos expulçados os reverendos Padres de França, e depois admitidos; que o mesmo succedeo na republica de Veneza, com diverso modo e motivo. Adonde tardou mais a restituição, que foy clauzulada muy diversamente do Estado actual, e grande concideração em que ali mesmo os vi, na minha diuturna morada e convalescença. Pejor para a propagação da Fé Catholica na China, houvera sido a repetida expulção dos mesmos Missionarios, se não fosse constante e repetida a protecção e mediação dos Reys de Portugal naquelle Imperio, e na Curia Pontificia etc. De tudo o que posso inferir sem temeridade, que agora e no futuro poderia succeder o mesmo nas duas Cortes de Espanha a esta illustre, bem que ambicioza Sociedadade, que se tem feita tão considerada e consideravel em toda a Igreja Catholica. Falta-me porem luz para aclararme vistas longas. Por isso, tambem, e por receio de outras mais ambiciozas e estrangeiras, quizera ver nos meus dias, acabado este fogo na America Meridional, a todo o preço. Não tem actualmente Portugal temor polithico de guerra na Europa, e parece que lhe sobejão tropas para augmentar logo muito as que tem na America.

Como nada, meu amigo do coração, parece caro ou barato, nem grande ou piqueno, que comparativamente, não considero que levemente a despeza do transporte, como a de mayores soldos as necessarias tropas: o mesmo dissera eu, se fosse conçultado e capaz de votar, que se dobrassem e tresdobrassem salarios e ministros optimos para aquelle estado; como a todos os governadores, subalternos e Capitains Gerais etc., de sorte, que athe os milhores entre os Vassalos de S. M. Fedelissima podessem aspirar aos respectivos empregos no Brazil: Tendo para mim, nesta distancia, em que me acho, velhice, e ignorancia, que similhantes actuais e grandes despezas não igualarão jamais os fructos, que hão de necessariamente produzir, para a riqueza, duração e deffença do Reyno. Esta, só aparente, digressão dis a V.^a Ex.^a o meu parecer

ou conclusão na materia das Missões da America Portugueza adonde unicamente antevejo a possibilidade de grandes inconvenientes, por não dizer perigo. Já V.^a Ex.^a sabe a minha teima de acabar sempre semelhantes discursos entre nos, com a maxima de augmentar e conservar a Marinha, como se escreveu de Catão: *Delenda est Carthago*, com similhante e mais authorizada teima.

Amigo querido e Luzitano, sofra V.^a Ex.^a como tal estas Portuguezadas de quem morrera, e talvez antes do que cuida, realmente persuadido, que com as sobreditas economias, bem que pareção generozas despezas, haverá descanso, utilidade e segurança alguns seculos, no importantissimo vasto Reyno ou Imperio do Brazil; do qual V.^a Ex.^a o primeiro conheceo a possibilidade, facilidade e lucro do nosso proprio comercio directo.

De-me V.^a Ex.^a alguma ves novas suas, de mão alheia, e sempre muitas occasioens de seu agrado e serviço.»

Texto n.º 8

Carta de 30 de Agosto de 1754 (de Pombal para o Duque)

«III.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Duque da Silva
III.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

Ainda que a occazião, em que parte o criado de Ambrozio Pereira Freire he para mim de bastante fadiga, não o posso ver sahir desta caza, sem ratificar a V.^a Ex.^a o que lhe avizei em reposta das suas duas cartas familiares de 24 de Setembro e do ultimo de Outubro do anno proximo passado, sobre as curiozidades do Brazil, que Monsieur Baillou dezeja para a collecção do Museo de Sua Magestade Imperial. Como V.^a Ex.^a nas mesmas cartas reconheceo a distancia e a difficuldade que ha de achar na America proprios e adequados Commissarios para executarem semelhantes ordens, não estranhará a demora, que tem havio no cumprimento dellas. E só devo repetir a V.^a Ex.^a que se tem cuidado em as satisfazer no modo possivel, com aquelle respeito e disuelo que são inseparaveis de hum negocio, que pode ser do gosto do Imperador, ou dizer respeito a Sua Magestade Imperial; e que se dará conta do que vier chegando daquellas partes; em todas V.^a Ex.^a me achará sempre com a mayor promptidão para obedecerlhe. Deos guarde a V. Ex.^a muitos annos. Lisboa em 30 de Agosto de 1754.

Mayor amigo e mais fiel, e obsequiozo captivo de V. Ex.^a
Sebastião Joseph de Carvalho e Mello

Post Scriptum

III.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

Tãobem ratifico a V. Ex.^a o que já escrevi a respeito do mappa do Brazil, emquanto disse: que nenhum havia daquellas partes, que athe agora se formasse pelo que pertence ao interior ou sertão dellas, senão o que se ideou para a divizão dos lemites desta Coroa e da de Espanha, feito por mera imaginação, como necessariamente devia ser, em payses, que nunca foram penetrados; e por isso totalmente impropria para dar huma ideya daquelles vastissimos payses, como nelles vão examinando os seus demarcadores. Em sahindo delles alguma cousa digna de se ver, e de se poder crer, eu

darei conta de mim a V^a Ex^a a quem torno a segurar o obsequio da minha obediencia».

Texto n.º 9

Carta, sem data, de Pombal

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

Meu Amigo e meu Senhor muito do meu coração

...O decreto que moderou os direitos da madeira do Brazil, abriu a porta para encher dellas todo o Norte, e toda a Italia, onde ategora não forão, porque pagando nesta Corte vinte e tres por cento somente de entrada, cobrados com grande extorsão a ninguem fazia conta carregar no Brazil de madeiras, e vinha a ficar inutil hum genero, que pode carregar por si somente muitos mais navios, daquelles que ategora forão ao dito Estado.

O Alvará que abolio os commissarios volantes restituhio ás praças de Portugal e do Brazil as comissões de que estavam privadas, sendo a principal substancia do comercio, unindo este, de sorte que possa estabelecer as grossas cazas, que faltam nas referidas praças, depois que contra ellas prevalesceram aquelles interlopes ou contrabandistas do bem commum do mesmo Comercio. ...»

AS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA EM PORTUGAL (1868-1894)

Por **Fernando de Sousa**

«Só elas [as freiras] podem realizar, fazer possível tudo o que há de bom e de justo nas utopias do Socialismo, tudo o que há de verdade e de razão nas declamações mais ou menos sinceras dos filósofos e reformistas do nosso século».

(Almeida Garrett, *Discursos parlamentares e memorias biographicas*, Lisboa, 1871, p. 168)

Ces bonnes Soeurs [Anglaises] étaient bientôt remplacées par une colonie de Soeurs Portugaises qui arrivaient désireuses de se former au véritable esprit Franciscain. Après ces premières Soeurs, il en est venu d'autres encore, et maintenant au noviciat nous en avons 8 qui nous réjouissent par leur bonne volonté et leur zèle à apprendre les usages religieux.

(Circular de A. Duchene, de 8/3/1870, in *Circulaires de nos très honorées mères Louise et Françoise, et notices de nos mères et soeurs — 1854 à 1872*, p. 234, Calais, s/d.)

1. Introdução

O triunfo do liberalismo em Portugal, ao suprimir os multisseculares privilégios do clero e ao questionar a liberdade religiosa, suscitou um prolongado e doloroso conflito com a Igreja, o qual só veio a terminar definitivamente no século XX.

No que diz respeito ao clero regular, o regime liberal, em vez de incentivar a necessária e urgente reforma das ordens religiosas, optou pela solução radical, isto é, pela sua total extinção.

Em 1832, um decreto suprimiu numerosos conventos de religiosos e religiosas nos Açores, mandando que os seus bens fossem considerados bens nacionais. Em 1833, foi ordenada a supressão dos conventos abandonados.

Ainda nesse ano, novos diplomas legislativos proibiram, daí em diante, todas e quaisquer admissões a ordens sacras e a noviciados monásticos de qualquer instituto ou natureza, despediram dos conventos ou mosteiros todos os indivíduos que se achassem nos noviciados, fazendo-os regressar à «classe de sociedade» a que pertenciam, e pôs termo às instituições dos prelados maiores das ordens militares e monacais, sujeitando aos bispos das dioceses as comunidades de todos os conventos, mosteiros e casas religiosas de um e outro sexo.

Finalmente, em 1834, foram extintos em Portugal, Algarve, Ilhas Adjacentes e Domínios Portugueses, todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, mandando incorporar nos próprios da Fazenda Nacional, os bens dos conventos.

Às casas de religiosas foi aplicada a legislação de 1833, que expulsara os noviços de todos os institutos e proibira a admissão de novos candidatos, legislação essa que, na prática, equivalia a uma lenta mas não menos eficaz condenação à morte. Com exceção dos conventos onde existiam religiosas que tinham professado antes de Agosto de 1833, nenhuma outra comunidade, congregação ou casa religiosa destinada à vida conventual, e com noviciados ou votos, podia mais ter existência legal.

Esta política anticlerical e porventura anticatólica do Estado liberal, filha do racionalismo setecentista e da ideologia laicista que após a Revolução Francesa se desenvolveu por toda a Europa, provocou, em 1833, o corte de relações com a Santa Sé, as quais, só em 1841 vieram a ser reatadas.

Contudo, a normalização das relações entre o Estado e a Igreja não permitiu o restabelecimento das congregações religiosas — decisão que veio a ter profundas e negativas consequências quanto à instrução popu-

lar e à salvaguarda dos nossos direitos em África — , nem alterou a situação em que se encontravam os agonizantes conventos de religiosas ainda existentes.

É certo que a Concordata de 1848, no que dizia respeito aos conventos de freiras, declarava textualmente que a redução ou suspensão daqueles se efectuariam por acordo com a Santa Sé, o mesmo acontecendo com o número de religiosas que deviam existir em cada convento, e que o governo português não impediria as profissões religiosas.

É verdade, também, que Almeida Garrett, fiel à ortodoxia cristã e católica, e defensor do ensino de uma religião verdadeiramente cristã, piedosa, caritativa, tolerante e justa, em 1854, apresentou à Câmara dos Pares um projecto de lei destinado a permitir a admissão ao noviciado e profissão nos conventos do sexo feminino das jovens que pretendessem consagrar-se à educação, instrução e assistência¹.

Mas o texto da Concordata não passou de letra morta e o projecto de Almeida Garrett, como outras tímidas iniciativas, não teve qualquer aplicação, continuando assim, em vigor, a radical doutrina estabelecida em 1833-1834...

Todavia, a partir de meados do século XIX, «sem embargo das leis existentes, por todo o país, nas cidades mais populosas, se foram introduzindo comunidades ou congregações religiosas estabelecendo escolas, hospitais, asilos, creches, instituições de toda a ordem, com aplicação ao ensino, à beneficência, à caridade, à propaganda da fé e da civilização ao Ultramar, dando educação a crianças, tratamento a doentes, albergue a velhos e inválidos, preparando missionários, e levando, por eles, às colónias, ao mesmo tempo que a devoção e a fé, o amor pela Nação Portuguesa».

Comunidades que se estabeleciam a título precário e anónimo, desprovidas de qualquer cobertura jurídica, sujeitas à hostilidade de alguns sectores da população urbana, hostilidade essa que, não raras vezes, degerou em perseguições e violências.

No que diz respeito às freiras, assim aconteceu com as Inglesinhas ou Brígidas, que em 1861, perante o clima de intolerância vivido no nosso País, se retiraram para Inglaterra, e com as Irmãs da Caridade, de São Vicente de Paulo, obrigadas também, em 1862, a abandonar Portugal e a recolher-se em França.

¹ Consultar, Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição, vol. III, Porto — Lisboa, 1970; Rafael Ávila de Azevedo, *Tradição educativa e renovação pedagógica. (Subsídios para a História da Pedagogia em Portugal — século XIX)*, Porto, 1972; e Fernando Catroga, *O Laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)* «Análise Social», vol. XXIV (100), Lisboa, 1988, p. 211-273.

A expulsão das Irmãs da Caridade não impediu, contudo, a entrada no Reino de outras congregações de religiosas igualmente vocacionadas para a assistência e educação, sobretudo para a educação da mulher, sector no qual desempenharam um papel insubstituível.

Em 1866 chegaram as Irmãs de Santa Doroteia, que se dedicaram à educação das meninas. E em 1869 estabeleceram-se os primeiros contactos com as Franciscanas de Calais, hoje designadas Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, as quais se instalaram definitivamente em Portugal no ano de 1875, consagrando-se à educação e à assistência.

2. As Franciscanas de Calais

As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, até 1964 designadas por Franciscanas de Calais, nasceram da união de sete multisseculares casas de irmãs franciscanas da Ordem Terceira, existentes na diocese de Arras, França, — Saint-Omer, Aire, Montreuil Béthune, Lens, Arras e Calais —, em 1854, ano em que um decreto imperial reconheceu a nova congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras e Mestras da Ordem Terceira de São Francisco de Calais.

Com efeito, em finais de 1851, o bispo de Arras encarregou o Abade Adolphe Duchenne de reunir as comunidades franciscanas da sua diocese, de forma a constituírem um só corpo e a uni-las mais intimamente à Ordem de São Francisco. Com o objectivo de renovar e afirmar no espírito franciscano a nova Congregação, o abade Duchenne recebeu no convento dos Frades Menores Capuchinhos de Paris o hábito da Ordem Terceira, e a seu pedido, em 26 de Outubro de 1852, a comunidade de Calais, berço da futura Congregação, obteve a carta de filiação à Ordem dos Capuchinhos, outorgada pelo provincial de França. Finalmente, em 1853, as religiosas existentes nas sete casas já referidas aceitaram unir-se mais intimamente à Ordem Terceira Franciscana, renovando os seus votos religiosos, mas prescindindo da clausura para maior liberdade no exercício da caridade, da assistência, do ensino, da missão e de outras actividades de bem fazer.

Em 1854, foi nomeada como primeira Superiora Geral, com o sufrágio unânime das religiosas, a irmã Louise Mabile. E, no ano seguinte, começou a funcionar regularmente o noviciado, acontecendo assim que, em 1856, já a Congregação se encontrava definitivamente constituída, tendo como Casa-Mãe o Mosteiro de Nossa Senhora das Sete Dores, em Calais, entretanto fundado.

O novo Instituto, em 1867, recebeu o decreto pontifício de louvor e viu as suas Constituições próprias serem promulgadas pelo bispo de

Arras, (até então regeira-se por umas Constituições de 1485), em 1873 obteve o decreto da aprovação definitiva, passando, assim, a ter existência canónica, e em 1892 recebeu da Santa Sé a aprovação definitiva das suas Constituições.

Com a união das sete casas, as Franciscanas de Calais passaram a observar a mesma regra, as mesmas constituições, a usar o mesmo hábito, a adoptar os mesmos costumes e a reconhecer a mesma Superiora Geral.

A partir de então, o Instituto vai apresentar as características que ainda hoje o identificam, ou seja, um profundo espírito religioso assente numa sólida fé alimentada pela oração e pelos sacramentos, um forte espírito de família, o exercício da caridade, e uma larga abertura a todas as pessoas, sobretudo, aos mais pobres, na simplicidade e na alegria.

Sem prejuízo dos exercícios da vida interior, as Franciscanas de Calais ou Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora vão dedicar-se às mais variadas obras de caridade, muito especialmente, à educação e instrução das crianças nos orfanatos e escolas, ao tratamento dos doentes nos hospitais e ao domicílio, ao cuidado dos idosos e desamparados em hospícios e asilos, e às missões nas mais diversas partes do mundo.

A nova Congregação, que em poucos anos conheceu uma rápida expansão por toda a França, registando, em 1870, 32 casas, 400 religiosas e 70 noviças, cedo passou a receber apelos vindos de outros países europeus. Em 1868, as Franciscanas de Calais receberam algumas irmãs inglesas que tinham recentemente abandonado o anglicanismo, convertendo-se ao catolicismo, e em 1869 acolheram as primeiras candidatas portuguesas desejosas de aprofundarem as tradições franciscanas e receberem uma sólida preparação religiosa².

² Sobre as Franciscanas de Calais ver *Annales de la Congrégation des religieuses franciscaines de Calais*, n.º 2 [1891]; *Circulaires de nos très honorées mères Louise et Françoise et notices sur plusieurs de nos mères et soeurs — 1854 à 1872*, Calais (?), s/d.; *Colecção de circulares enviadas a cada religiosa. Congregação das Franciscanas de Calais*, 2 tomos (sem local nem data da impressão); *Les Franciscaines de Calais*, 2.ª ed., Paris, 1924; *História da Congregação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora* (trabalho policopiado, sem ano ou local da impressão); *Notícia das religiosas franciscanas de Santa Maria*, Porto, 1935; *Les Soeurs Franciscaines de Calais. Leurs Fondateurs, Mgr Duchenne et la T. H. Mère Louise*, Boulogne-sur-Mer, 1930; *Les Soeurs Franciscaines de Calais*, Calais, s/d.; e *Soeurs Franciscaines de Calais*, Lille, 1932. O padre Henrique Pinto Rema, na sua *Crónica do Centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, 1876-1976*, vol. II, *Das origens até à República (1871-1910)*, trata das Franciscanas de Calais, dado o papel que estas tiveram no processo de formação e na espiritualidade daquele instituto religioso.

3. As primeiras ligações de Portugal a Calais (1868-1872)

As origens das Franciscanas de Calais em Portugal, embora se encontrem indissolúvelmente ligadas, como Fortunato de Almeida sublinhou, ao processo de formação do Instituto das Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, dirigido pelo padre Raimundo Beirão, revelam-se bem mais complexas que a versão fornecida por aquele historiador.

Na verdade, é certo que, em 1868, o padre Raimundo dos Anjos Beirão, que tinha reunido em Lisboa, na Casa de São Patrício, uma pequena comunidade de senhoras, oriundas, na maior parte, do recolhimento das franciscanas capuchinhas de Nossa Senhora da Conceição de Aldeia Galega (as quais, como refere Fortunato de Almeida, desejavam «fazer os seus votos numa congregação aprovada»), tomou a iniciativa, após consulta a Roma, de se dirigir às Franciscanas de Calais a fim de estas darem uma formação religiosa séria a algumas das suas concepcionistas³.

Mas, simultâneamente, facto que o autor da *História da Igreja em Portugal* desconhece, a abadessa do Convento franciscano da Madre de Deus de Aveiro, popularmente designado por Convento de Sá, alertada por alguns missionários, dirigiu-se também à Casa-Mãe de Calais para esta acolher no seu noviciado algumas educandas do convento de Aveiro, ameaçado então de se extinguir, uma vez que nele já só existiam três freiras idosas.

Em Junho de 1869, o padre Beirão enviou para Calais, aonde chegaram a 28 do mesmo mês, cinco recolhidas da Casa de São Patrício para aí efectuarem noviciado, mas estas, «sem instrução nem educação» — diz a Superiora Geral de França —, não obtiveram a profissão.

Nos finais do mesmo ano surgiu nova tentativa, mas desta vez levada a cabo pela abadessa de Aveiro. Em Setembro de 1869, o jornal de Aveiro «Campeão das Províncias», logo secundado por outros jornais de Lisboa, como a «Revolução de Setembro», dava conta da saída de algumas «formosas meninas», incluindo uma de «pouco vulgar inteligência», do convento de Sá, as quais tinham partido para Lisboa a fim de seguirem para França «alistarem-se» nas «irmãs da caridade».

Tratava-se, com efeito, de cinco senhoras, Henriqueta do Rosário Loureiro, de 20 anos, Maria Augusta Coelho de Magalhães, de 24 anos (filha do advogado António Augusto Coelho de Magalhães e sobrinha de José Estêvão Coelho de Magalhães, o político que combatera ardentemente, em 1861, a admissão das irmãs de caridade francesas em Portugal), Maria Ascensão Santiago, de 32 anos, Maria Cândida Santiago, de 33 anos e Maria José Santiago, de 34 anos, estas três últimas, irmãs.

³ Fortunato de Almeida, obra e vol. cit., p. 168-169.

QUADRO N.º 1
FRANCISCANAS PORTUGUESAS DA CONGREGAÇÃO DE CALAIS
(1869-1873)

Nome e apelido	Data de admissão	Data da tomada de hábito	Diocese de residência
Maria José Santiago	11/12/1869	30/01/1870	Arras
Maria Augusta Coelho Magalhães	11/12/1869	30/01/1870	Arras
Maria de Assunção Santiago	11/12/1869	30/01/1870	Arras
Maria Cândida Santiago	10/02/1870	14/04/1870	Arras
Susana Maria Gonçalves	10/02/1870	14/04/1870	Lisboa
Libânia Galvão	10/02/1870	14/04/1870	Lisboa
Teresa de Jesus Calder	17/07/1871	09/09/1871	Lisboa
Margarida Teixeira Figueiredo	17/07/1871	09/09/1871	Lisboa
Maria Carolina Gomes Silva	17/07/1871	09/09/1871	Arras
Maria Cândida Brito e Silva	06/08/1871	09/09/1871	Arras
Maria Adelaide Brito e Silva	06/08/1871	09/09/1871	Arras
Maria Emília Ferreira Vidal	06/08/1871	09/09/1871	Arras
Adelaide Sofia Pinto Machado	06/08/1871	09/09/1871	Arras
Rosa Cândida de Oliveira	06/08/1871	09/09/1871	Arras
Maria São Francisco Roubaco	06/08/1871	09/09/1871	Arras
Rosa dos Anjos Esteves de Sousa	12/04/1873	13/07/1873	Arras
Maria Nunes da Silva	12/04/1873	13/07/1873	Arras
Rosa Mafalda Sousa e Sá	12/04/1873	13/07/1873	Arras
Teresa de Jesus da Rocha	12/04/1873	13/07/1873	Arras
Maria Rosa Nogueira Simões	12/04/1873	13/07/1873	Arras

QUADRO N.º 1
 FRANCISCANAS PORTUGUESAS DA CONGREGAÇÃO DE CALAIS
 (1869-1873)

Nome e apelido	Data de admissão	Data da tomada de hábito	Diocese de residência
Maria Emília Martins	12/04/1873	13/07/1873	Arras
Maria de Jesus Simões Maio	12/04/1873	29/08/1873	Arras
Maria Simões	29/12/1873	—	Arras
Lúcia Oliveira	29/12/1873	—	Arras
Margarida Campos	29/12/1873	—	Arras

A polémica quanto à legitimidade ou oportunidade de estas recolhidas de Aveiro viajarem para França com o objectivo de seguirem a vida religiosa estalou com violência, e a «questão religiosa» mais uma vez agitou a opinião pública. Vários jornais liberais, nomeadamente, os já referidos, aconselhavam as famílias das donzelas a pedirem «rigorosas contas» à superiora do Convento de Sá, o qual, em sua opinião, devia ser imediatamente extinto, e incitavam as autoridades a recusarem àquelas os necessários passaportes para poderem abandonar o País. Por seu lado, «A Nação», periódico de tendência legitimista e «O Bem Público», revista eclesiástica e literária, saíram a terreiro em defesa do princípio da liberdade individual e do direito que às educandas assistia de poderem ir para Calais.

Alguns parentes das cinco educandas deslocaram-se a Lisboa, à Casa de São Patrício, onde aquelas se encontravam instaladas, a fim de as dissuadirem de partir para França, mas apenas Henriqueta Loureiro acedeu aos pedidos do irmão, regressando com ele a Aveiro. Todas as outras, incluindo Maria Augusta Coelho de Magalhães, que foi procurada por seu pai e com o qual travou um dramático diálogo, mantiveram o seu firme propósito de abraçarem a vida religiosa. E assim, Maria José Santiago, Maria Ascensão Santiago e Maria Augusta Coelho de Magalhães, uma vez resolvidos os trâmites legais, embarcaram, em Novembro de 1869, rumo a França, tendo sido admitidas na Congregação de Calais em 11 de Dezembro de 1869, e tomado hábito nos finais de Janeiro de 1870⁴.

Estas três educandas, oriundas de Aveiro, foram assim as primeiras portuguesas a frequentar o noviciado de Calais, passando, deste modo, a fazer parte daquele Instituto religioso (Quadro n.º 1).

Em Janeiro de 1870, com idêntico destino, partiram da Casa de São Patrício mais cinco candidatas, Maria Cândida Santiago, proveniente, como já foi dito, do convento de Sá, e quatro recolhidas daquela casa de Lisboa, Susana Maria Gonçalves, Libânia Galvão (esta veio a ser a primeira Superiora Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição) e outras duas senhoras que, não reunindo as condições necessárias, não puderam efectuar o noviciado de Calais.

As três postulantes designadas foram admitidas ao noviciado a 10 de Fevereiro de 1870 e professaram a 14 de Abril de 1871.

Susana Gonçalves e Libânia Galvão regressaram imediatamente a Portugal, tendo sido esta última, ainda que religiosa de votos temporários, solenemente apresentada pelo padre Beirão às recolhidas de São Patrício como superiora local e mestra de noviças.

A Casa de São Patrício foi organizada de acordo com as Constituições e o directório das Franciscanas de Calais e a 15 de Julho de 1871 a maior parte das suas «religiosas» trocou o hábito azul de Franciscanas Concepcionistas pelo hábito preto das Franciscanas Hospitaleiras de Calais. Deste modo simbólico a comunidade de São Patrício filiava-se naquela Congregação passando assim a constituir o primeiro estabelecimento das Franciscanas de Calais em Portugal⁵.

Entretanto, já novo grupo de recolhidas da Casa de São Patrício saíra para Calais, e do qual faziam parte Teresa de Jesus Calder, Margarida Teixeira de Figueiredo e Maria Carolina Gomes da Silva, as quais foram admitidas a 17 de Julho de 1871, tomando o hábito a 9 de Setembro do mesmo ano. As duas primeiras regressaram a São Patrício, ao contrário da última que preferiu continuar em França até à sua morte.

Da comunidade de Lisboa não houve mais senhoras a efectuar o noviciado em Calais, uma vez que, em São Patrício, embora não canonicamente reconhecido, passara a funcionar, desde Julho de 1871, um noviciado informal, dirigido, como já esclarecemos, por Libânia Galvão. Assim, da casa de Lisboa, entre 1869 e 1871, foram enviadas para Calais

⁴ Consultar os jornais «Campeão das Províncias», «Revolução de Setembro», «A Nação», «O Bem Público», de 1869, e Arquivo do Vaticano, fundo das Sagradas Congregações, Diocese de Arras, anos de 1873-1875.

⁵ Henrique Pinto Rema, *Crónica do Centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, 1876-1976*, vol. II, *Das origens até à República (1871-1910)*, Lisboa, 1979, p. 95-96.

doze aspirantes, das quais apenas cinco professaram, regressando, destas, quatro a Portugal⁶.

Mas, da diocese de Aveiro, continuaram a seguir para França outras jovens que desejavam abraçar a vida religiosa. Com efeito, ainda em 1871, Calais recebeu mais seis noviças, Maria Adelaide Brito e Silva, Maria Cândida Brito e Silva, Adelaide Sofia Pinto Machado, Maria de São Francisco Roubaco, Rosa Cândida de Oliveira e Maria Emília Ferreira Vidal, vindo esta última a desempenhar um importante papel na expansão das Franciscanas de Calais no nosso País.

4. A experiência de Lisboa (1872-1875)

Em Novembro de 1872, de acordo com as fontes de que dispomos do Instituto de Calais, a irmã Scolastique des Anges, desde 14 de Setembro de 1872, Superiora Geral da Congregação, deslocou-se a Portugal a fim de conhecer, pessoalmente, a realidade do nosso País.

Em Lisboa, teve oportunidade de verificar que a vida regular da comunidade de São Patrício se processava normalmente e que essa casa, após a sua filiação a Calais, experimentara uma grande vitalidade. Em 1871-1872, as suas religiosas tinham sido chamadas a trabalhar no Hospício de São Francisco de Assis, em Belém, e no Hospício de Santa Ana do Vale de Santarém, e o seu «noviciado», que admitira numerosas postulantes, dera origem a um bom número de profissões. O padre Beirão e a Irmã Maria Clara, que reconheciam a irregularidade desta situação e a necessidade de se dar uma autêntica formação religiosa às noviças de São Patrício, vão insistir com a Superiora Geral para que instale um noviciado em forma na cidade de Lisboa⁷.

A irmã Scolastique des Anges deslocou-se também a Aveiro, onde as três franciscanas do Convento de Sá, rodeadas de numerosas pupilas e domésticas, lhe pediram para a Congregação de Calais adquirir o seu convento, o qual, em breve, iria ser vendido — desejo, aliás, que lhe foi expresso, igualmente, por outras religiosas, com o argumento de que, caso os mosteiros fossem adquiridos por estrangeiros, poderiam continuar com vida regular, não dando azo a qualquer intervenção de Estado. E constatou que algumas dezenas de jovens desejavam acompanhá-la para França, a fim de serem admitidas no seu Instituto.

Assim, não é de estranhar que, em 1873, Calais vá acolher mais dez postulantes oriundas do Norte de Portugal, sete em Abril, Rosa dos

⁶ Idem, p. 96-98.

⁷ Idem, p. 93-94.

Affaire du Portugal

Supplique adressée à N. S. le Pape Pie IX le 8 Mars 1873

Très saint Père,

Votre Sainteté n'ignore pas que depuis de longues années le gouvernement Portugais défend aux communautés religieuses de recevoir des novices; dans un certain nombre de couvents il reste encore quelques vieilles religieuses et même dans l'un d'eux que j'ai visité, il n'y en a plus qu'une. Ces pauvres vieilles religieuses se font aider par des pupilles (jeunes filles revêtues d'un costume semi religieux) pour faire le choeur. Tous ces pauvres couvents sont bientôt être fermés et vendus. Hélas! le bon Dieu se sert du gouvernement pour les châtier et les anéantir: il n'y a plus d'esprit religieux.

Des religieux Irlandais, en quittant Lisbonne, ont offert au Père Raymond Baiero, religieux du Tiers Ordre de St. François, de lui laisser, pour tout le temps de sa vie, leur couvent de St. Patrice. Il accepta et fit venir dans ce couvent des religieuses de St. François, afin de les mettre en sureté, le gouvernement n'ayant aucun droit sur cette propriété qui appartient à les étrangers. Malheureusement ces religieuses n'étaient pas habituées aux observances régulières, et n'avaient rien de religieux que le costume; elles continuèrent à St. Patrice leur vies de relâchement. Le Père Baiero songea alors à les envoyer en France pour les former à la vie religieuse franciscaine.

En Juin 1869, nous reçûmes cinq de ces soeurs, d'autres vinrent plus tard, de sorte que maintenant il y a quinze soeurs Portugaises qui en Notre Monastère de Calais ont fait profession, comme dépendant de la Congrégation des franciscaines de Calais.

Les franciscaines du couvent de St. Patrice à Lisbonne font beaucoup de bien; elles vont soigner les malades, élèvent des enfants, et tous admirent leur dévouement. Il paraît que depuis longtemps aucun couvent de Portugaises ne se dévouait aux oeuvres de charité aussi le gouvernement se montre heureux et fier de ce que font les soeurs de St. Patrice. On leur offre des couvents à Lisbonne et dans d'autres localités; ces couvents très vastes vont être employés à des usages profanes si les soeurs ne les acceptent pas. Les bonnes âmes catholiques de ce pays seraient heureuses de voir que ces couvents sont encore habités par des religieuses, et le gouvernement tout mauvais qu'il est, désire les voir servir pour le bien des pauvres malades et des orphelins; ils pressent le Père Baiero de les accepter, sinon ils seront mis en vente... Mais, Très Saint Père, nous ne pouvons accepter sans l'autorisation de Votre Sainteté et c'est cette autorisation que nous venons solliciter.

Je suis allée en Portugal au mois de novembre dernier, afin de voir ce qu'on peut faire, quel bien il est possible d'entreprendre. A Lisbonne, à St. Patrice le bien se fait au contentement de tous, la vie régulière est en vigueur.

A Aveiro où il y a un vaste couvent du Tiers-Ordre régulier, j'ai trouvé trois religieuses très âgées, une foule de pupilles et de domestiques... Ces trois religieuses m'ont suppliée d'acheter leur couvent, car le gouvernement va sous peu le mettre en vente; en l'achetant comme française, le gouvernement Portugais n'aurai rien à dire, nous y mettrions de nos soeurs et garderions ces trois bonnes vieilles soeurs; des religieuses d'autres couvents encore m'ont aussi témoigné le même désir; puis, beaucoup de jeunes filles désirent se faire religieuses et ne savent où aller. Une trentaine de jeunes Portugaises voulaient me suivre et venir en France avec moi.

En conséquence j'ose demander à votre Sainteté la permission:

1.º = d'accepter les couvents que le gouvernement Portugais voudrait nous donner pour des oeuvres de charité.

2.º = D'acheter même de ces couvents qui vont être fermés parcequ'il n'y a plus de religieuses.

3.º = d'acheter des soeurs qui restent, à la condition de les garder leur vie durant, les monastères qu'elles voudraient bien nous céder.

Nous nous soumettrions très volontiers à la condition de rendre ces maisons aux congrégations qui en sont propriétaires dans le cas où elles viendraient à se rétablir en Portugal.

Il nous semble que c'est le seul moyen de conserver à la religion ces pieux asiles où a si longtemps fleuri la vie religieuse.

Daigne Votre Sainteté accorder à ses filles Franciscaines de la congrégation de Calais sa bénédiction apostolique et leur permettre de se dire de Votre Sainteté.

Les très humbles et soumises filles, S^r. Scholastique des Anges Sup.^{re} G.^{rale}, S^r. Marie Anne de la Présentation 1^{ere} conseillère, S^r. Françoise de S^t Jean 2.^e conseillère.

(Arquivo da Congregação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora)

Anjos, Maria Esteves de Sousa, Maria de Jesus Simões Maio, Maria Nunes da Silva, Rosa Mafalda Sousa e Sá, Teresa de Jesus da Rocha, Maria Rosa Nogueira e Maria Emília Martins, e três em Dezembro desse ano, Maria Simões, Lúcia de Oliveira e Margarida de Campos (Quadro n.º 1).

A Superiora Geral de Calais viu-se, deste modo, confrontada com os numerosos e complexos problemas que se colocavam à presença do seu Instituto em Portugal.

Com efeito, não era só a regularização do noviciado de Lisboa, questão tanto mais premente quanto aumentavam as vocações em Portugal, assim como as solicitações para as suas religiosas trabalharem nas mais diversas obras de caridade. Era também o facto de muitas das recolhidas de São Patrício e das candidatas portuguesas à admissão no Instituto apresentarem idades superiores a 25 anos, idade limite, segundo as Constituições de Calais, para admissão das postulantes. Era, por outro lado, o significativo número de religiosas portuguesas existentes na diocese de Arras, como que a exigir uma presença mais marcante da Congregação no nosso País. Era, finalmente, mas de não somenos importância, a grande distância existente entre Portugal e Calais, assim como o ambiente político-religioso existente no nosso País, a exigirem, na opinião da Superiora Geral, uma organização específica, no interior da Congregação, para o Reino de Portugal, adequada a todas estas circunstâncias.

A fim de resolver esta complicada situação, a irmã Scolastique des Anges começou por enviar, a 8 de Março de 1873, através do cardeal protector da Congregação, Eduardo Howard, uma súplica a Pio IX, solicitando autorização para aceitar os conventos que o Governo português concedesse ao Instituto para obras de caridade, e, eventualmente, comprar

alguns conventos que fossem extintos, com a condição de entregar tais casas aos institutos religiosos a que aquelas pertenciam, caso esses institutos viessem a instalar-se de novo em Portugal, súplica essa que foi reiterada a 17 de Novembro de 1873.

A 7 de Julho de 1873, a Superiora Geral de Calais pede ao cardeal prefeito da Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares autorização para receber no seu Instituto as postulantes que demonstrassem uma autêntica vocação franciscana, independentemente da sua idade, pedido esse que veio a ser atendido em inícios de 1874⁸.

A 12 de Agosto do mesmo ano, a irmã Scolastique des Anges, em carta ao padre Beirão, após recomendar-lhe prudência e criticar a sua actuação por «andar demasiado depressa», nomeadamente, o servir-se de postulantes para trabalhos no exterior da comunidade, solicita-lhe que a informe do número de noviças, postulantes e candidatas à vida religiosa existentes na Casa de São Patrício, para apresentar, com verdade, a Roma, o verdadeiro estado das coisas em Portugal⁹.

Com tal objectivo, a 12 de Novembro de 1873, a Superiora Geral pediu à Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares, a alteração do artigo das suas constituições que as impedia de receberem, sem dote (fixado, nesse ano, em 1000 francos), as postulantes, mesmo quando estas apresentavam uma «boa e séria vocação», mas também o estabelecimento de uma província e a erecção de um noviciado em Portugal, atendendo às seguintes razões:

a) — elevado número de jovens portuguesas que já tinham efectuado o noviciado e professado em Calais;

b) — impossibilidade de receber em Calais todas as postulantes portuguesas, já pelo seu grande número, já pelas avultadas despesas provocadas pelas viagens de Portugal para França, já ainda pelas dificuldades que o Governo português levantava à concessão de passaportes a tais jovens, as quais, aliás, sofriam bastante com o «clima do Norte»;

c) — inexistência em Portugal de uma casa destinada a noviciado, como requeriam as Constituições do Instituto;

d) — necessidade de acabar com a prática das aspirantes à vida religiosa, durante o tempo de «prova» em São Patrício, estarem ocupadas em obras externas de caridade;

e) — existência de três casas do Instituto em Portugal, Lisboa, Belém e Vale de Santarém, com fortes probabilidades de o seu número

⁸ Documento do Arquivo da Congregação de Calais, existente, também, no Arquivo do Vaticano.

⁹ Henrique Pinto Rema, obra e vol. cit., p. 89-90, onde se transcreve a carta.

aumentar a curto prazo, quer por oferta de benfeitores, quer pela intenção do Governo português em lhes abrir os hospitais militares.

Tendo em consideração os argumentos enunciados, as Franciscanas de Calais solicitavam de Roma:

a) — a formação de uma província portuguesa, sendo a provincial e as suas duas assistentes nomeadas pelo Conselho Geral do Instituto e escolhidas, por tempo indeterminado, entre as irmãs francesas ou portuguesas;

b) — a abertura de um noviciado em Portugal, sob a orientação da superiora provincial e a imediata direcção de uma mestra de noviças escolhida pelo Conselho Geral, no qual se efectuariam os votos trienais, reservando-se os votos perpétuos para a Casa-Mãe e nas mãos da Superiora Geral;

c) — autorização para admitir na profissão, como se tivessem feito regularmente o noviciado, as irmãs já existentes na casa de Lisboa, ou nas outras casas portuguesas;

d) — a obediência da província e do noviciado à Superiora Geral da Congregação;

e) — as dispensas de idade, dote e mesmo de legitimidade de nascimento para as irmãs já existentes e postulantes, visto a ilegitimidade ser, em Portugal, «infelizmente», muito frequente;

f) — a faculdade de aceitarem ou adquirirem conventos de ordens religiosas, já suprimidos ou que viessem a ser extintos, com a condição de serem entregues às respectivas congregações se elas fossem restabelecidas em Portugal.

Face a tal súplica, o cardeal prefeito da Sagrada Congregação solicitou de Calais algumas explicações quanto aos «assuntos de Portugal», nomeadamente, saber qual a diocese onde iria ser estabelecida a sede de província e o noviciado; o número, nome, apelido e residência das postulantes e religiosas, assim como as informações quanto aos pais das mesmas serem conhecidos ou desconhecidos, e livres; quais os poderes da Superiora Geral do Instituto, à luz das suas Constituições, em ordem a compreender-se a articulação entre Calais e a província portuguesa que se desejava criar; e, finalmente, dar informações mais precisas quanto aos conventos, em particular, a sua localização.

A 2 de Janeiro de 1874, as Franciscanas de Calais, na posse de todos os elementos necessários ao esclarecimento das dúvidas colocadas, responderam à Sagrada Congregação:

a) — a irmã provincial estabeleceria a residência em Lisboa, na Casa de São Patrício;

QUADRO N.º 2
**IRMÃS PROFESSAS E NOVIÇAS EXISTENTES EM LISBOA
 COM NOVICIADO IRREGULAR**
 (1874)

Nome e apelido	Data de admissão	Data e lugar da tomada de hábito
Maria Assunção Rodrigues	19/08/1844	30/12/1844 — Lisboa
Maria da Conceição	19/01/1859	24/03/1860 — Lisboa
Margarida Duff	09/02/1864	29/11/1864 — Lisboa
Carolina Martins	09/02/1864	20/12/1864 — Lisboa
Maria Conceição	19/07/1864	19/07/1869 — Lisboa
Amália Arnaud	19/03/1870	24/06/1871 — Lisboa
Laura Rocha	19/03/1870	24/06/1871 — Lisboa
Encarnação Brandão	19/03/1870	14/06/1871 — Lisboa
Teresa de Jesus Sousa	18/11/1871	08/03/1872 — Lisboa
Maria Carmela Silva	01/09/1871	21/09/1872 — Lisboa
Delfina Gomes	04/10/1871	08/03/1872 — Lisboa
Joaquina Godinho	18/11/1871	08/03/1872 — Lisboa
Luísa Lopes	18/11/1871	08/03/1872 — Lisboa
Maria Ribeiro	18/11/1871	08/03/1872 — Lisboa
Quitéria	18/11/1871	08/03/1872 — Lisboa
Lucina Vicente	09/01/1872	06/03/1872 — Lisboa
Rosária Nogueira	14/03/1872	24/06/1872 — Lisboa
Narcisa Coelho	22/04/1872	24/11/1872 — Lisboa
Rita Carolina	22/07/1872	21/11/1872 — Lisboa
Libânia Maria	24/08/1872	21/11/1872 — Lisboa

QUADRO N.º 2
**IRMÃS PROFESSAS E NOVIÇAS EXISTENTES EM LISBOA
 COM NOVICIADO IRREGULAR**

(1874)

Nome e apelido	Data de admissão	Data e lugar da tomada de hábito
Júlia Rocha	06/12/1872	06/01/1873 — Lisboa
Joaquina de Jesus Silva	09/02/1873	01/05/1873 — Lisboa
Gertrudes Filipa	03/02/1873	01/05/1873 — Lisboa
Carolina Pedroso	12/02/1873	01/05/1873 — Lisboa
Maria Ana Pombal	03/03/1873	01/05/1873 — Lisboa
Joaquina Sousa	03/03/1873	01/05/1873 — Lisboa
Piedade	03/03/1873	01/05/1873 — Lisboa
Felicidade Vicente	14/03/1873	01/05/1873 — Lisboa
Ana Joaquina de Oliveira	19/06/1873	03/10/1873 — Lisboa
Patrocínia Gonçalves	19/06/1873	03/10/1873 — Lisboa
Maria Inês	19/06/1873	03/10/1873 — Lisboa
Delfina Maria Seira	19/06/1873	03/10/1873 — Lisboa
Henriqueta Custódio	19/06/1873	03/10/1873 — Lisboa
Maria Antonieta Valente	19/07/1873	09/10/1873 — Lisboa
Maria Joaquina	19/07/1873	09/12/1873 — Lisboa
Maria Joaquina Domingos	19/07/1873	09/12/1873 — Lisboa
Luísa Lino	19/07/1873	09/12/1873 — Lisboa
Maria de Jesus Domingos	19/07/1873	09/12/1873 — Lisboa
Antonieta Castanheiro	19/07/1873	09/12/1873 — Lisboa
Encarnação Andrade	10/08/1873	09/12/1873 — Lisboa
Júlia Amália Vesga	07/09/1873	09/12/1873 — Lisboa

QUADRO N.º 2
**IRMÃS PROFESSAS E NOVIÇAS EXISTENTES EM LISBOA
 COM NOVICIADO IRREGULAR**

(1874)

Nome e apelido	Data de admissão	Data e lugar da tomada de hábito
Delfina Martins	13/09/1873	09/12/1873 — Lisboa
Júlia Maria	07/10/1873	09/12/1873 — Lisboa
Ana de Jesus Xavier	19/07/1873	09/01/1874 — Lisboa
Perpétua Serra	19/07/1873	09/01/1874 — Lisboa
Maria Josefa Barata	04/10/1873	09/01/1874 — Lisboa
Maria Joaquina	09/10/1873	09/01/1874 — Lisboa
Bernardina José	09/10/1873	09/01/1874 — Lisboa
Joaquina Maria	09/10/1873	09/01/1874 — Lisboa
Florinda Tavares	09/10/1873	09/01/1874 — Lisboa
Júlia Ramos Bento	09/10/1873	09/01/1874 — Lisboa
Inácia Tavares	09/10/1873	09/01/1874 — Lisboa
Maria Ramos	09/10/1873	09/01/1874 — Lisboa
Vicência Joana	09/10/1873	09/01/1874 — Lisboa
Fortunata Nunes	09/10/1873	09/01/1874 — Lisboa
Rosária Gonçalves	09/10/1873	09/01/1874 — Lisboa
Encarnação Carvalho	09/10/1873	09/01/1874 — Lisboa
Elisa Pinheiro	29/12/1873	nula — Lisboa
Luísa Maria Vidal	29/12/1873	— — Lisboa
Joaquina Fernandes	19/01/1874	— — Lisboa
Tomásia	19/01/1874	— — Lisboa

b) — o noviciado, devido às reduzidas dimensões da casa de Lisboa, seria estabelecido no Convento de Sá, em Aveiro, uma vez que as três religiosas e as 15 pupilas nele existentes, queriam unir-se, intimamente, às Franciscanas de Calais, e a casa dispunha de todas as condições para aí se instalar aquele, com uma das assistentes da provincial e a mestra de noviças;

c) — as Constituições do Instituto, aprovadas em 1873, não falavam de províncias, de modo que, a título de ensaio, a Superiora Geral de Calais propunha-se formar a província de Portugal com a autorização do capítulo geral e o consentimento da Santa Sé, mas com grande descrição e somente quando a sua necessidade fosse totalmente reconhecida; a irmã provincial seria apoiada por duas assistentes e faria todos os anos a visita das suas casas, ao passo que a Superiora Geral ou uma das suas conselheiras visitaria os conventos da província de dois em dois anos;

d) — quanto aos conventos a ocupar, as Franciscanas de Calais pediriam ao Santo Padre a necessária autorização quando tal viesse a acontecer, mas, para já, a Casa de São Patrício e o Convento de Sá eram suficientes;

e) — o número de professoras e noviças existentes na diocese de Lisboa era de 61, e na diocese de Arras encontravam-se 18 religiosas e três noviças portuguesas (Quadros n.º 1 e 2).

Mas enquanto a irmã Scolastique des Anges trabalhava com o objectivo de implantar em bases seguras, canonicamente irrefutáveis, o seu Instituto em Portugal, em obediência a uma estratégia que nada devia à improvisação, a comunidade do padre Beirão, apoiada pelo Governo português e pelo patriarca de Lisboa, visava outros fins, segundo uma lógica de autonomia que parece ter estado sempre na mente do seu fundador.

Hesitante na decisão a tomar, a Sagrada Congregação ouve o patriarca de Lisboa, o que leva a irmã Scolastique des Anges, conhecedora do que aquele pensava sobre tal assunto, a temer que a Casa de São Patrício se tornasse independente de Calais. Se assim for — garante a Superiora Geral em carta a Eduardo Howard —, só por «milagre» aquelas «pobres irmãs» poderiam manter-se. Em Lisboa, apenas a superiora nomeada por Calais, a irmã Maria Clara, era «capaz». As outras religiosas que tinham feito o noviciado em Calais e faziam parte da comunidade de São Patrício eram «pouco inteligentes». Quanto às noviças e postulantes aí existentes, a maior parte sem qualquer instrução religiosa, mesmo cristã, desconhecia tudo o que era necessário à salvação. A ignorância religiosa em Portugal — continua a Superiora Geral — era inacreditável.

Encontrando-se em França um bom número de postulantes, noviças e professoras idas de Aveiro, filhas de boas famílias, mas que recusavam voltar a Portugal caso não se mantivessem no Instituto de Calais, o estabelecimento de Lisboa não seria mais que uma comunidade de jovens sem qualquer formação, dirigida por uma boa superiora.

Apesar dos lúcidos e pertinentes avisos emitidos pela irmã Scolastique des Anges, a verdade é que, tanto o cardeal patriarca de Lisboa como o núncio apostólico em Portugal não apoiavam o desenvolvimento das Franciscanas de Calais em Portugal. Daí que o padre Beirão desenvolvesse os seus esforços no sentido de a comunidade de São Patrício obter existência jurídica enquanto «associação de beneficência». Assim foram redigidos os estatutos das Irmãs Hospitaleiras dos Pobres pelo Amor de Deus (referem, explicitamente, no seu articulado, a palavra «congregação», mas omitem em absoluto a designação de «franciscana» ou «franciscanas»), os quais, apresentados ao Governo Civil de Lisboa em Março de 1874 mereceram aprovação oficial em Maio do mesmo ano, isto é, no mesmo mês em que a Cúria Romana autorizava o Instituto de Calais a abrir um noviciado em Portugal, e determinava que o patriarca de Lisboa indicaria o local a ele destinado¹⁰. A partir de então, seria possível outro caminho que não o da separação?

Após mais de um ano de espera pela decisão do patriarca de Lisboa, a Superiora Geral de Calais, resolvida a esclarecer definitivamente este assunto, tomou a iniciativa de, a 11 de Agosto de 1875, enviar para Portugal uma irmã francesa para superiora da Casa de São Patrício e representar como «provincial» as superiores da Congregação, acompanhada por mais três irmãs de votos perpétuos, com a missão de formarem as irmãs portuguesas na vida cristã e religiosa.

Primeiramente, as irmãs Marie de Saint-Raphael, Marie Virginie, Branca Maria (sobrinha de José Estêvão) e, Maria Antonieta foram bem recebidas, mas, em breve, sob o «pretexto» de que o Governo português não autorizava a vinculação das Hospitaleiras Portuguesas à Congregação de Calais, o acolhimento fraternal deu lugar a uma manifesta hostilidade.

Segundo a *Crónica das Hospitaleiras Portuguesas*, de 1933, as três irmãs referidas destinavam-se, respectivamente, a exercer as funções de provincial, superiora local da Casa de São Patrício e mestra de noviças,

¹⁰ Documentos do Arquivo da Congregação das Franciscanas de Calais, e do Arquivo do Vaticano, fundo das Sagradas Congregações. O quadro n.º 2, que apresentamos, corrige e preenche algumas lacunas da *Crónica do Centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (1876-1976)*, vol. 1, *O nosso livro de família*, Lisboa, 1876, do padre Henrique Rema.

com o fim de organizarem «tudo de maneira que à frente de cada Casa local, estivesse como superiora uma religiosa francesa»¹¹.

Contudo, a petição da irmã Maria Clara ao Santo Padre, de 25 de Novembro de 1875, no sentido da aprovação do Instituto das Irmãs Hospitaleiras Portuguesas, refere apenas, em versão que nos parece bem mais próxima da realidade, que a Superiora Geral de Calais tinha ordenado a abertura da Casa de noviciado em Portugal «a que presidiria a madre provincial de França, juntamente com duas irmãs de Portugal», mas que a imediata divulgação da notícia por «todos os jornais», a antipatia do povo português para com a França e ainda a circunstância de o Governo ter aprovado a existência da comunidade de São Patrício como associação de beneficência, impedira que as Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas continuassem a depender de uma autoridade estrangeira¹².

Não se confirma, assim, a tese desenvolvida mais tarde pela *Crónica das Hospitaleiras Portuguesas* de que se iria organizar uma província no nosso País (a qual, como já vimos, não tinha sido autorizada pela Santa Sé), dirigida por uma irmã francesa, e que à frente de todas as casas portuguesas seriam colocadas irmãs francesas — prática esta, aliás, não utilizada sistematicamente pela Congregação de Calais, ou Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, nas comunidades portuguesas, se bem que se justificasse, em 1875, pelo simples facto de, na casa de São Patrício, não existir qualquer religiosa de votos perpétuos. Mas também não se nos oferece qualquer dúvida que a personalidade enérgica e esclarecida da Superiora Geral de Calais desejava terminar com o impasse em que se encontrava a obra da sua Congregação em Portugal, e organizar a vida das três comunidades portuguesas da diocese de Lisboa, onde apenas existiam cinco irmãs de votos temporários que tinham efectuado um curto noviciado em França de acordo com as tradições e as cNstituições do seu Instituto, não sendo, pois, de estranhar que enviasse para Portugal religiosas de votos perpétuos experientes e da sua confiança, empossadas da autoridade necessária para cumprirem tal fim.

Seja como for, o padre Beirão, que parece nunca ter estado disposto a aceitar a filiação plena de São Patrício às Franciscanas de Calais — «Quando é que V. Ex.^a viu ou conheceu que eu desejava entregar isto às Francesas?» escreve ele em carta de 19 de Maio de 1878¹³ —, assim como a irmã Maria Clara, não acataram as instruções de que eram fiéis mandatárias as quatro irmãs vindas de Calais, as quais, após consulta à

¹¹ *Crónica da Congregação das Religiosas Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas, fundada em 1871, aprovada em 1876*, Braga, 1933.

¹² Transcrita por Henrique Pinto Rema, obra e vol. cit., p. 33-34.

¹³ Transcrita por Henrique Pinto Rema, obra e vol. cit., p. 1233.

Superiora Geral, viram-se obrigadas a abandonar definitivamente a comunidade de São Patrício, reconhecida a 27 de Março de 1876 pela Santa Sé, como congregação independente, passando, deste modo, a ter existência canónica.

A primeira circular do padre Beirão às suas «irmãs», a denunciar, sem dúvida, a nova situação em que estas se encontram, data, com efeito, de finais de 1875, e à semelhança da prática utilizada pela Superiora Geral das Franciscanas de Calais, é só na passagem do ano de 1876 para 1877 que aquele se dirige às Irmãs Hospitaleiras Portuguesas¹⁴.

Estas vão manter por muito tempo a regra, o hábito, as Constituições e o costumeiro das Franciscanas de Calais, e permanecer espiritualmente vinculadas às suas «mestras». Mas a partir de então, as duas congregações religiosas, embora seguindo caminhos paralelos, vão conhecer diferentes destinos. Em 1875, a ruptura institucional anunciada no ano anterior consuma-se em definitivo.

5. Começar de novo... no Norte de Portugal (1875-1876)

A perda da Casa de São Patrício e dos hospícios de Belém e do Vale de Santarém constituiu, sem dúvida, um rude golpe para a instalação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, ou Franciscanas de Calais, em Portugal, e poderia ter determinado, pura e simplesmente, o desaparecimento deste Instituto religioso do nosso País.

Mas, como já referimos, as Franciscanas de Calais tinham admitido, entretanto, mais de duas dezenas de candidatas portuguesas, oriundas do Norte de Portugal, concretamente, da diocese de Aveiro, e que representavam, por 1875, um capital humano e religioso extremamente importante para a concretização da estratégia de instalação e desenvolvimento da Congregação em Portugal.

Aliás, parece-nos bem significativo comparar as posições assumidas pelas recolhidas de São Patrício, por um lado, e pelas educandas de Aveiro, por outro lado. Aquelas, vão a França para logo regressarem uma vez obtida a profissão de votos trienais, como se procurassem apenas cumprir uma obrigação formal. Estas vão para o noviciado de Calais e depois de tomarem o hábito não voltam a Portugal, muito menos a São Patrício, outrossim, permanecem na diocese de Arras a fim de receberem os votos perpétuos e integrarem-se no verdadeiro espírito da Congregação. Se a comunidade de São Patrício parece ter entendido a filiação de Calais apenas como um passo necessário para facilitar o seu reconhecimento

¹⁴ Idem, p. 1222-1224.

futuro como instituto autónomo, as recolhidas e as jovens vindas do século e do convento de Sá, naturais da diocese de Aveiro, vão entender as Franciscanas de Calais como a «sua congregação».

Não terá compreendido a irmã Scolastique des Anges, após a sua vinda a Portugal em 1872, esta dupla realidade, continuando a dar todo o apoio à casa de Lisboa, mas mantendo em reserva as suas religiosas oriundas do Norte de Portugal para uma eventual situação como aquela que de facto ocorreu em 1875?

Entenda-se como se entender, a verdade é que foram essas irmãs que garantiram a continuação das Franciscanas de Calais em Portugal, a demonstrarem, assim, com a sua presença, que veio ininterruptamente até ao nosso tempo, a reduzida ou nula validade dos argumentos invocados pela comunidade de Lisboa para justificar a separação.

Em 1875, perante o clima de incompreensão sentido em Lisboa, as irmãs Marie Saint-Raphael, Marie Virginie, Branca Maria e Maria Antonieta foram obrigadas a retirar-se para Aveiro e a procurar acolhimento no Mosteiro de Sá, de onde tinham partido, em anos anteriores, algumas das suas recolhidas para professarem em Calais, como a própria irmã Branca Maria. A tentativa de instalação no convento, porém, não resultou, como também não resultou o intento de abrirem uma casa em Angeja,¹⁵ recolhendo-se, então, na casa dos pais de uma das irmãs portuguesas.

As religiosas de Calais, todavia, não desanimaram, e, em Abril de 1876, graças aos recursos patrimoniais e à boa vontade de um sacerdote que lhes vendeu simbolicamente umas casas em Ílhavo, quatro irmãs, duas portuguesas e duas francesas, após as necessárias obras de adaptação e remodelação, vivendo «sós e isoladas», mesmo sem criadas, instituíram o estabelecimento de Nossa Senhora das Sete Dores, em homenagem, sem dúvida, à Casa Mãe de Calais, também colocada sob a mesma protecção, mas também como símbolo das incompreensões e das dificuldades que experimentaram em Portugal¹⁶.

As irmãs já referidas, Marie Saint-Raphael, que veio a exercer as funções de «provincial» até 1884, no nosso País, Marie Virginie, Branca Maria e Maria Antonieta, esta, uma das sete postulantes admitidas a 12 de Abril de 1873 no noviciado de Calais, veio juntar-se, entretanto a irmã Aimée de Jésus.

¹⁵ *Annales de la Congrégation des religieuses franciscaines de Calais*, n.º 2 (1981); e *Les Franciscaines de Calais*, 2.ª ed., Paris 1924.

¹⁶ *Annales de la Congrégation des religieuses franciscaines de Calais*, n.º 2; e João Gonçalves Gaspar, *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Aveiro, 1964, p. 207-208.

Foi esta, pois, a primeira casa que o Instituto de Calais fundou, de raiz, em Portugal, e na qual funcionou, além de um efêmero e informal noviciado, dirigido, desde 1876, pela irmã Aimée de Jésus, um colégio onde era ministrada educação gratuita a meninas, especialmente, a filhas de pescadores, e um infantário para crianças com menos de três anos de idade, que vieram até 1910.

As religiosas de Ílhavo dedicavam-se ainda aos cuidados dos pobres, à assistência a pacientes no domicílio e ao serviço de culto.

6. Instalação das Franciscanas de Calais no Porto (1877-1881)

No ano seguinte, a pedido de vários sacerdotes e de alguns católicos fervorosos, entre os quais se encontrava o conde de Samodães, presidente da Associação Católica fundada em 1872, já elas se encontram no Porto. Com efeito, a 30 de Abril de 1877, isto é, um mês antes de eclodirem no Porto novos e violentos tumultos anti-clericais, as Franciscanas de Calais instalaram-se numa casa da rua dos Caldeireiros, mas verificando que a mesma não oferecida as necessárias condições para aí permanecerem, transferiram-se, a 1 de Fevereiro de 1878, para um amplo imóvel da rua da Bandeirinha, o qual, sob a invocação do Sagrado Coração de Jesus, passou a denominar-se Casa da Bandeirinha.

Nessa casa, entretanto constituída sede de «província» com a transferência da irmã Saint-Raphael, de Ílhavo, para o Porto, abriu a Congregação o seu noviciado, tendo aí sido recebidas as primeiras candidatas e noviças vindas de Ílhavo. Além do noviciado, aí se encontravam, um colégio para alunas internas e externas e um infantário para crianças, ocupando-se ainda as irmãs de várias obras de caridade¹⁷, e da educação de crianças noutras Escolas Católicas do Porto.

As Franciscanas de Calais instalaram-se assim no Porto antes das Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas, as quais chegaram à cidade em Novembro de 1877, fundando o hospício de Nossa Senhora de Lurdes.

Em cartas ao padre Raimundo Beirão, a superiora deste hospício dá-lhe conta, com alguma perturbação, de as Franciscanas de Calais já se encontrarem instaladas no Porto, ao que aquele responde para não estar em cuidados, uma vez que o bispo do Porto teria já mandado recolher as «irmãs francesas» a Ílhavo. Mas, no ano seguinte, ao verificar que a presença da Congregação de Calais no Porto é indiscutível, prepara a supe-

¹⁷ *Annales...*: confronte, ainda, Manuel Borges Grainha, *Os Jesuítas e as congregações religiosas em Portugal nos últimos trinta anos*, Porto, 1891, p. 280-281.

ria do hospício de Lurdes para aceitar tal facto, lembrando-lhe que, na capital do Norte, como grande cidade que era, coexistiam Doroteias, Imaculadas, Concepcionistas e «as nossas de Ílhavo». Ora, no «meio desta Arca de Noé — continua o padre Beirão —, cumpre que haja um Noé que saiba viver pela sua delicadeza, educação, docilidade com todas essas gentes», mas não se deixe enganar, guardando a «necessária reserva», não dizendo senão o indispensável e «nunca perguntando nada». «Duvido que aí vão as de Ílhavo. Mas se forem — conclui Raimundo Beirão — faz toda a diligência possível para lhes mostrares uma caridade verdadeiramente fraterna»¹⁸.

Se a presença das Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas na capital do Norte reduziu-se, até 1910, ao hospício de Nossa Senhora de Lurdes, o mesmo não podemos dizer das Franciscanas de Calais, as quais fizeram do Porto o centro da sua actividade em Portugal.

Assim, ainda em 1878, estas abriram, no Bonfim, a Escola de São José, sustentada por uma comissão católica, onde funcionava um pequeno internato e um externato para vários anos de ensino, (além de se dedicarem, ainda, à caridade e ao apostolado), e vão fundar outras casas nos anos seguintes.

Nesse mesmo ano, as religiosas «francesas» tomaram conta de uma escola em Avanca, freguesia do concelho de Estarreja, onde se mantiveram até 1882¹⁹.

O Instituto registava, então, no nosso País, três irmãs francesas, 18 religiosas portuguesas das quais 12 tinham professado em França, dez noviças e cinco postulantes.

Em 1879, a Congregação, a instâncias do bispo do Porto, Américo Ferreira, procurou dar existência canónica ao seu noviciado. Nesse sentido, a irmã Scolastique des Anges enviou, a 21 de Agosto de 1879, uma missiva ao comissário geral da Ordem dos Capuchinhos em Roma, no qual o cardeal Howard tinha delegado temporariamente os problemas do Instituto de Calais.

Nessa carta, a Superiora Geral expôs a situação presente da Congregação em Portugal, onde possuíam três casas dirigidas por superiores francesas, com 19 religiosas, existindo, contudo, além dessas, 12 irmãs com profissão irregular.

Com efeito, as franciscanas, não sendo suficientes para as obras que lhes estavam confiadas, nem podendo renunciar totalmente às instâncias

¹⁸ Cartas transcritas por Henrique Pinto Rema, obra e vol. cit. p. 1230-1231.

¹⁹ Não obtivemos qualquer outra informação sobre esta casa, embora tenhamos a certeza, por várias fontes, da sua existência.

dos seus benfeitores quanto à fundação de novas casas, tinham recebido um certo número de jovens às quais deram hábito religioso, fazendo-as prestar durante um ano as mesmas provas que as noviças de Calais, sob a direcção de uma irmã designada pelo Conselho da Congregação, Aimée de Jésus, após o que lhes concederam a profissão.

Sabíamos bem — continua *Scolastique des Anges* — que esta maneira de proceder não era regular, mas o próprio cardeal protector tinha-as aconselhado a procederem desse modo. Se a regularização do noviciado não tinha ainda sido pedida, devia-se ao facto de a Congregação pretender apurar se efectivamente se podia manter em Portugal, experimentando as novas candidatas, e por outro lado, ao medo de serem remetidas novamente para um bispo que agisse como o patriarca de Lisboa, o qual recusara dar execução, em 1874-1875, ao rescrito pontifício atinente à abertura do seu noviciado em Portugal.

Ora acontecia que o cardeal do Porto, embora sendo também um homem político, concedia, se bem que apenas de viva voz, tudo o que as religiosas de Calais lhe pediam, e encontrava-se muito satisfeito com o trabalho desenvolvido por aquelas nas escolas, onde combatiam contra os estabelecimentos de ensino protestantes, numerosos no Porto.

E no ano seguinte, a 31 de Março de 1880, nova e cáustica exposição dirigida ao procurador geral em Roma, em ordem à resolução do problema do noviciado do Porto, dava a conhecer que, desde a secessão de Lisboa, o Instituto apresentava, em Portugal, 23 profissões irregulares e contava, no noviciado, 10 postulantes e 19 noviças, acrescentando a Superiora Geral de Calais que não tinha a menor dúvida quanto à aprovação do mesmo, pois não queria acreditar, numa clara alusão ao que se tinha passado em 1874-1875, que se quisesse destruir o «tronco» para sustentar o «ramo», o qual, aliás, mirrava depois de ter dilacerado tantas almas. A supressão do noviciado do Porto acarretaria inevitavelmente a extinção das obras da Congregação em Portugal, e a terrível responsabilidade caberia a alguém que não às Franciscanas de Calais.

Ferida ainda — como ela própria escreve — pela actuação do nuncio apostólico em Portugal, Domingos Sanguigni, que colaborara nas «vilanias» de Lisboa, e pela «leviandade» do polémico cardeal Giacomo Antonelli, que em Roma aprovara e confirmara o Instituto das Hospitaleiras Franciscanas Portuguesas, a Superiora Geral, *Scolastique des Anges*, sentia-se moralmente convencida da razão que lhe assistia em todo o inextricável novelo de influências, pressões e intrigas que levara a Casa de São Patrício a afastar-se de Calais.

Munido de todos estes dados, e conhecedor da decisão de renúncia à obra de Portugal que o Instituto tomaria caso não visse as suas justas pretensões acolhidas, Eduardo Howard, protector das Franciscanas de

Calais, apresentou ao Santo Padre uma longa e diplomática exposição no sentido de se obter a necessária aprovação do noviciado do Porto²⁰.

Segundo ele, as irmãs de Calais tinham-se retirado, em 1875, de Lisboa, para as dioceses de Aveiro e do Porto, onde abriram várias casas, colégios e escolas. Foi então que o Conselho Geral do Instituto fundou, na sua boa fé, um noviciado, o qual, abriu primeiramente em Ílhavo, na diocese de Aveiro, tendo sido, pouco depois, transferido para o Porto.

Na diocese de Aveiro possuíam as Franciscanas de Calais duas casas, uma em Ílhavo, outra em Avanca, e na cidade do Porto três casas, encontrando-se eminente a abertura da quarta casa.

Ora, além das numerosas irmãs portuguesas e francesas que tinham feito em Calais a sua regular profissão, mesmo de votos perpétuos, existiam em Portugal 23 irmãs irregularmente professas, situação que não só as impedia de gozarem os bens espirituais concedidos pela Igreja, como também poderia dar origem a desordens e a escândalos tanto mais graves quanto as irmãs que se encontravam em tais condições desconheciam a falsa posição em que se achavam.

O administrador da diocese de Aveiro, que não duvidava minimamente da profissão regular de todas estas irmãs, testemunhava a estima que lhes dedicava e a satisfação que sentia pelo bem extraordinário que tais religiosas faziam às populações. E mesmo o bispo do Porto, que julgava canonicamente erecto o noviciado, e que dera a conhecer ao cardeal Howard o verdadeiro estado de coisas quando dele se apercebeu, solicitava a benevolência e a generosidade da Santa Sé para as referidas irmãs e para a regularização do noviciado. Se este fechasse — diz Howard — poder-se-ia imaginar o gravíssimo escândalo que seria para o povo cristão, e o dano irreparável que sofreriam as casas portuguesas e o próprio Instituto? Calcular-se-iam os prejuízos de que seriam vítimas os habitantes de Ílhavo, Avanca e do Porto se se vissem privados da actividade das irmãs de Calais, especialmente a população da cidade do Porto onde os protestantes detinham centros activíssimos?

É nas escolas, particularmente nas escolas dos pobres — acrescenta lucidamente o cardeal —, que se jogam hoje os destinos das novas e futuras gerações, e é para as escolas que se têm dirigido os esforços supremos dos inimigos da Igreja e da sociedade. Ora, é nessas escolas que combatem hoje as «esposas de Jesus Cristo», procurando formar a mulher católica, «elemento poderosíssimo da vida e da civilização dos povos».

²⁰ Documentos do Arquivo da Congregação das Franciscanas de Calais e do Arquivo do Vaticano, fundo das Sagradas Congregações.

Affaire du Portugal. 21 Août 1879

Au Révérendissime Père Francisco de Villa franca Commissaire Général de tout l'Ordre des Capucins à Rome.

Mon Révérendissime Père,

Nous avons eu l'honneur et le bonheur de recevoir ici, en notre Monastère de Calais, Son Eminence le Cardinal Howard, notre Protecteur. Elle m'a dit n'avoir pu achever notre affaire du Portugal, et qu'Elle vous avait délégué, mon Révérendissime Père, pour la continuer pendant son absence.

Je viens donc vous dire la position telle qu'elle est, laissant à votre sagesse de juger s'il ne serait pas bon d'attendre le changement du Nonce de Lisbonne. Le nouveau Nonce est connu et apprécié de notre Cardinal Protecteur, il serait facile alors de lui faire voir la position et de quel côté est le bon droit, car nous ne voulons que la justice. D'un autre côté le Nonce actuel a trempé dans les vilenies de Lisbonne, son départ est ardemment désiré par les bons du Portugal, et s'il devait être consulté, nous avons lieu de craindre que sa réponse pourrait entraver le bien à faire. Vous jugerez, mon Révérendissime Père, s'il faut attendre ce changement de Nonce ou s'il faut agir. Son Eminence s'en rapporte à vous et nous aussi.

Depuis un certain nombre d'années il s'est formé tant de congrégations en France, qui ont une origine plus ou moins scandaleuse, et qui, par leur vie peu religieuse, font plus ou moins de tort à la religion, qu'on comprend que la Sacrée Congrégation se montre parfois presque soupçonneuse; elle doit être si prudente! C'est pourquoi, mon Révérendissime Père, il est bon de lui rappeler que nous ne sommes pas une Congrégation improvisée, nous vivons de tradition; nos maisons datent du XIII^e et XIV^e siècle. Jusqu'en 1793 elles étaient approuvées du S. Siège; l'une d'elles n'a pas discontinué pendant la grande révolution française, les autres étaient rentrées avant 1808. Lorsque, en 1852, M^{gr} Parisi a réuni en Congrégation ces diverses Communautés de franciscaines de son diocèse, nous avons senti le besoin de demander à Rome l'approbation du nouvel état de choses; le 5 Juin 1867 nous recevions un décret d'éloge, et le 7 février 1873 l'approbation de notre Institut et l'approbation de nos Constitutions pour 7 ans. Au moment de la réunion, en 1852, nous avions 7 couvents, nous en avons maintenant une quarantaine.

Vous savez tout cela, mon Révérendissime Père, mais il est bon, il me semble, dans un temps de turpitude comme celui-ci, de se le remettre en mémoire.

Vous savez aussi l'histoire de notre oeuvre en Portugal, mon Révérendissime Père, néanmoins je vais vous la redire pour aider votre mémoire, afin que vous puissiez agir avec une pleine connaissance de cause.

Le 28 Juin 1869 les cinq premières jeunes filles portugaises nous sont arrivées à Calais pour se faire religieuses. Elles étaient envoyées de Lisbonne par le Père Baiero, prêtre zélé faisant le ministère en-dehors des paroisses; il voulait former une communauté de portugaises et pour cela il avait recours à nous. Les jeunes filles qu'il nous a envoyées n'avaient ni instruction ni éducation. Après diverses péripéties, le 14 avril 1871, deux d'entre elles firent profession ici et contractèrent des voeux de trois ans. Elles furent bientôt (29 avril) renvoyées en Portugal, et l'une d'elles fut mise à la tête: c'était la Soeur Maria Clara. Provisoirement elle fut nommée par nous Supérieure de la maison de S. Patrice à Lisbonne et des maisons commencées dans les environs de Lisbonne. Je dis provisoirement, car il était bien entendu qu'il était nécessaire d'envoyer des religieuses professes de voeux perpétuels et capables de former les novices. Déjà le

P. Baiero avait fait faire un grand nombre de professions. Il nous a donc semblé qu'il fallait régulariser la position, et nous demandâmes au S. Siège les pouvoirs nécessaires pour la sanation des professions émises et la régularité de celles à émettre. On nous répondit par un rescrit en date du 17 avril 1874, par lequel on confiait au Patriarche de Lisbonne le soin de désigner une maison pour y établir un noviciat régulier, et de revalider les professions émises sous le précédent régime.

Ce rescrit a été communiqué au Patriarche qui n'en a voulu rien faire, et après un peu plus d'une année d'attente, craignant avec raison pour cette Congrégation naissante, sans tête capable de la conduire, nous envoyâmes une Soeur Française qui devait être Supérieure et représenter comme Provinciale les Supérieures de la Congrégation. Cette soeur emmenait avec elle plusieurs autres Soeurs capables et ayant aussi fait leurs vœux perpétuels qui devaient prendre leur part des travaux généraux et former les Soeurs Portugaises *à la vie chrétienne* d'abord, puis aux habitudes religieuses et aux divers emplois. Elles étaient attendues à Lisbonne avec une sorte d'impatience. Elles ont d'abord été bien accueillies, mais bientôt elles durent se retirer dans le diocèse d'Aveiro, laissant à Lisbonne des religieuses sans vœux pour former à la vie religieux, gouverner et les Soeurs et les oeuvres naissantes. *Le prétexte* à cette persécution était le gouvernement, hélas!

Cette pauvre Communauté de Lisbonne qui nous a tant coûté était dans ce déplorable état, lorsqu'elle reçut un rescrit daté du 27 mars 1876 qui la séparait complètement du tronc qui pouvait lui donner la vie, et érigeait ces Soeurs en Congrégation distincte avec nos règles, nos usages et nos privilèges. Depuis lors elles végètent et augmentent en nombre et en scandales.

Remarquez, mon Révérendissime Père, que ce rescrit est pour Lisbonne. Le gouvernement portugais était si bien un *prétexte* pour chasser nos Soeurs et obtenir un rescrit de liberté, que nos Soeurs à vœux perpétuels ont établi des oeuvres dans les diocèses de Porto et d'Aveiro sans être inquiétées par personne, au contraire! elles jouissent de la faveur et des dons des grands par leur vie exemplaire et l'éducation qu'elles donnent à leurs nombreux enfants et les soins donnés aux malades. Elles ont 4 écoles dans la ville de Porto pour lutter contre les écoles protestantes. Dans cette ville elles ont de nombreux et hauts protecteurs.

Je dois vous dire ici, mon Révérendissime Père, que nous avons une autre catégorie de portugaises dans notre noviciat de Calais: des jeunes filles portugaises instruites et de bonnes familles nous sont arrivées d'Aveiro en Janvier 1870. D'abord elles n'avaient que de la répugnance pour les portugaises de Lisbonne à cause de leur manque d'éducation et de leur Communauté de S. Patrice, à Lisbonne qu'elles croyaient être mal menée. Nous les avons travaillées pendant trois ans pour les faire se sympathiser avec celles de Lisbonne afin de pouvoir plus tard les mélanger dans les maisons en Portugal. Mais le bon Dieu s'est contenté de leur sacrifice, car le rescrit obtenue par le Cardinal Antonelli est venu tout briser, et nos Portugaises de bonnes familles nous sont restées. Après avoir resté 5 et 6 ans en France où elles se sont formées à la vie religieuse et aux oeuvres, elles sont maintenant avec des Supérieures françaises à Porto, Ilhavo et Avanca où elles se dévouent pour faire revivre la vie chrétienne dans leurs pays. Elles sont 12, et si elles avaient consenti à vivre en union avec les Soeurs de Lisbonne, elles n'auraient jamais voulu demeurer avec elles séparées de la Congrégation de Calais.

Nous ne pouvons donc abandonner les oeuvres portugaises; nous ne pouvons pas non plus demander l'autorisation d'ouvrir un noviciat dans le diocèse d'Aveiro avant que d'avoir vu ce que l'on pouvait faire. Nous avons commencé les classes, internat et externat, et le soin des malades à Ilhavo (diocèse d'Aveiro) à la grande

satisfaction de tous. Bientôt ou nous suppliait de faire une fondation à Porto pour faire les mêmes oeuvres. Les Soeurs ne suffisant pas aux travaux et voulant d'ailleurs assurer l'avenir, elles ont reçu un certain nombre de jeunes filles auxquelles elles ont donné le costume religieux, fait subir les mêmes épreuves qu'aux novices de notre Congrégation sous la direction d'une soeur désignée par le Conseil de la Congrégation, et après une année de ce noviciat on leur fit faire profession. Nous avons en ce moment 12 professes de cette sorte.

Nous savions bien que cette manière de procéder n'était pas régulière, mais Son Eminence Notre Cardinal Protecteur nous avait Elle-même, donné ce conseil; un Révérendissime Père Consulteur de la Sacrée Congrégation des Evêques et Réguliers nous l'avait aussi conseillé. Et d'une autre côté nous ne pouvions faire autrement que de nous rendre aux instances d'insignes bienfaiteurs pour la fondation de maisons nouvelles.

Voici quelle est à l'heure présent la situation de notre Congrégation en Portugal. Nous avons trois maisons, une à Porto on fait la classe dans plusieurs quartiers de la ville; une à Ilhavo; une à Avanca; dans ces maisons se trouvent 19 soeurs ayant fait leur noviciat en France dont 7 françaises et 12 portugaises, et ayant fait presque toutes les voeux perpétuels. A côté d'elles nous avons 12 soeurs ayant fait cette profession irrégulière.

Nous n'avons pas jusqu'à présent demandé la régularisation de la position, d'abord parce que nous voulions voir bien clair dans la situation et savoir ce que nous pourrions tirer de ces Soeurs, ensuite parce que nous avions peur qu'on ne nous renvoyât de nouveau à un Evêque qui, agissant comme l'a fait le Patriarche de Lisbonne, refuserait de mettre à exécution le rescrit de Sa Sainteté. Cependant M^{gr} le Cardinal de Porto où se trouve le noviciat est *très-bon* pour nos Soeurs Il leur accorde volontiers tout ce qu'elles lui demandent, mais de vive voix! Il est aussi homme de gouvernement! Il est surtout très content des classes que nos Soeurs font en lutte contre les écoles protestantes qui s'établissent dans tous les quartiers de la ville de Porto.

Il nous semble donc que la position est meilleure et que le moment d'agir est venu; voici ce que nous demandons:

- 1.° — Que l'on veuille bien régulariser le noviciat que nous avons à Porto.
- 2.° — Que l'on veuille bien ratifier les professions émises à Ilhavo et à Porto où l'on a depuis peu transféré le noviciat.
- 3.° — Que l'on veuille bien aussi ratifier les prises d'habit faites dans la maison de Porto.

Il nous semble qu'il faudrait que tout fut fait directement par les Supérieures de l'Ordre sans l'intervention même de l'Evêque de Porto, parce que les Evêques portugais, craignant toujours le gouvernement, feraient, nous le redoutons encore, les mêmes difficultés que le Patriarche de Lisbonne. Nous ne craignons pas les mêmes inconvénients de la part de nos Soeurs, mais nous ne voudrions pas leur créer des embarras inextricables. Si la chose était possible, il faudrait donc que tout se fit entre la Sacrée Congrégation et les Supérieures Générales de Calais. D'ailleurs ces bons Evêques nous croient bien en règle.

Ai-je parlé clairement, mon Révérendissime Père? Ai-je bien établi la position? Peut-on, d'après ma lettre, bien voir que ce que nous demandons appartient au tronc, tandis que Lisbonne est une branche malheureuse que le décret du Cardinal Antonelli a détachée du tronc, la pauvre branche sans sève se dessèche, hélas!

Veillez bénir, mon R.^{me} Père, S.^r Scholastique des Anges.

(Arquivo da Congregação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora).

Escolas, colégios, infantários, asilos de crianças e adolescentes, hospitais e hospícios de idosos, ensino da doutrina cristã e visita aos doentes, eram, em suma, as obras e as actividades a que num espírito de sacrifício e amor se consagravam as irmãs terceiras francesas de Calais, em Portugal. E era em nome desse trabalho desenvolvido por este Instituto que Eduardo Howard implorava de Sua Santidade as seguintes graças:

- a) — a regularização das profissões efectuadas em Ílhavo e no Porto;
- b) — a regularização de todas as irmãs que envergavam, naquelas condições, o hábito do Instituto;
- c) — a regular fundação do noviciado do Porto.

A petição do cardeal protector das Franciscanas de Calais foi atendida, a situação das irmãs em questão normalizada e o noviciado do Porto reconhecido canonicamente por um rescrito de 16 de Abril de 1880.

Ainda nesse ano, uma vez obtida a aprovação do noviciado do Porto, as Franciscanas de Calais estabeleceram-se nas Águas Férreas, numa vasta propriedade adquirida pela Congregação, a 24 de Novembro, uma vez que a Casa da Bandeirinha começava a revelar-se exígua para acolher as noviças e desenvolver as múltiplas acções de caridade e ensino que aí tinham lugar. Na Casa de Santo António das Águas Férreas, a partir de 1880 e até 1910, sede de «província», passaram, deste modo, a funcionar uma escola para jovens religiosas, um colégio para alunas internas e externas, um recolhimento para doentes e pensionistas, e o noviciado que, a 28 de Abril de 1881, obteve a autorização para mudar da Bandeirinha para as Águas Férreas.

Neste último ano, as Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, ou Franciscanas de Calais, inauguraram, na rua da Alegria, a Escola do Sagrado Coração de Maria, sustentada, como a de São José do Bonfim, pelas Escolas Católicas, movimento que não só construiu o edifício como adquirira os livros e o material didáctico necessário, para além de conceder às religiosas uma pequena verba para o seu sustento.

Em finais de 1881, a Congregação registava em Portugal seis casas, uma em Ílhavo, uma em Avanca e quatro no Porto, 23 irmãs com o noviciado efectuado em França, e mais de 50 religiosas com o noviciado feito em Portugal.

As perseguições que, de quando em vez, irrompem, como aconteceu em 1880, quer por parte das autoridades, quer por parte de grupos de populares jacobinos que chegam a apedrejar as suas casas e mesmo a invadi-las, obrigando-as a dissimular, como a própria Superiora Geral

confessa, os hábitos religiosos e a vestirem-se como seculares, mesmo nos seus próprios estabelecimentos, nem lhes abate a coragem para continuar, nem as impede de prosseguir a sua acção humanitária, educativa e cristã.

Portugal. Au Très-Révérénd Père Bruno, Procureur Général à Rome, avec copie de la lettre précédente. 31 mars 1880

Mon Révérendissime Père,

Je viens de recevoir votre chère lettre et j'y réponds de suite. Je vous fais copier une lettre de renseignements sur le Portugal que j'ai adressée au Père Général le 21 août 1879. Ce qui me permet de répondre en peu de mots aux 5 points:

1.º — Depuis la séparation de Lisbonne, nous avons eu 23 professions.

2.º — Nous avons au noviciat de Porto 19 novices et 10 postulantes en ce moment.

3.º — Je n'aurais certainement pas pensé, en établissant un noviciat en Portugal, que la Sacrée Congrégation ferait la moindre difficulté pour l'approuver et ratifier les professions émises à Ilhavo et à Porto où l'on a depuis peu transféré le noviciat. Je vous avoue, mon Père, que je ne le comprends pas encore. Si à Rome on comprenait mieux le bien immense qu'il y a à faire dans ce malheureux pays, on comprendrait qu'en établissant un noviciat nous avons voulu avant tout réparer la sottise (pour ne pas dire autre chose) du Cardinal Antonelli. Oui, nous avons avant tout réparé cette grande faute, et celle aussi du Rév.^{ème} Père Egide qui a achevé la division en donnant tous les privilèges de l'Ordre aux transfuges...

Je le répète, mon Père, jamais je n'ai eu le moindre doute sur l'approbation de l'Eglise, et je ne l'ai pas encore. Je ne puis croire qu'on veuille détruire le tronc pour soutenir une branche qui se dessèche après avoir déchiré bien des âmes!! ma foi se révolte à cette pensée.

4.º — Nous ne pouvions soutenir les oeuvres sans recevoir de sujet, c'était impossible, à moins de fermer une partie de nos maisons en France ou abandonner le Portugal. Puis, nous étions accablées de demandes et pour les oeuvres à faire, et pour les vocations à recevoir! Si les ressources avaient été plus grandes, il y aurait un bien plus grand nombre de jeunes professes et de novices. Et il ne fallait pas songer à les faire venir en France pour bien des raisons: d'abord le gouvernement portugais suscitait mille obstacles au départ; puis l'argent manquait, et ensuite notre Maison Mère n'est pas assez vaste. Et il fallait bien voir ce qu'on pouvait faire avant que d'en demander l'autorisation à Roma.

5.º — La suppression de notre noviciat de Porto entraînerait la suppression des oeuvres! cela est bien clair, nous n'aurions qu'à rappeler nos Soeurs... la terrible responsabilité ne serait pas pour nous, nous avons fait pour cette oeuvre tous les sacrifices possibles et dans le seul but de la gloire de Dieu, rien que la gloire de Dieu, c'est notre consolation.

Est-ce tout ce que vous voulez savoir, mon Père? Je répondrai immédiatement à toutes vos demandes, et je demande à N. S. d'éclairer les Supérieurs selon ce qu'Il veut de nous — J'espère que v.^s allez mieux, mon Père.

Je suis toujours

S.^r Scholastique des Anges.

(Arquivo da Congregação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora)

7. A expansão a nível Nacional (1882-1894)

Entre 1882 e 1894, a Congregação vai conhecer em Portugal uma época de franca expansão. É certo que, durante esses anos, as Franciscanas de Calais abandonaram a casa de Avanca por não existirem as condições mínimas para aí continuarem a sua obra, viram-se obrigadas a deixar o convento de Sá de Aveiro, em 1885, e o Hospital da Misericórdia da mesma cidade, onde a sua estadia durou apenas escassos meses, em 1888. Mas, em compensação, abriram doze casas, e pela primeira vez ultrapassaram as fronteiras das dioceses de Aveiro e do Porto, instalando-se nas dioceses de Braga, Lamego e Lisboa.

Como já esclarecemos, as Franciscanas de Calais encontravam-se ligadas ao convento da Madre de Deus, ou de Sá, em Aveiro, por profundos laços afectivos. Para além do espiritualismo de raiz franciscana que prendia aquelas a este mosteiro, a verdade é que de lá tinham partido, em 1869, várias educandas, as primeiras portuguesas a concluírem o noviciado de Calais. De lá continuaram a sair outras candidatas à vida religiosa e que ingressaram no mesmo Instituto. No convento de Sá tentaram acolher-se, em 1875, as Franciscanas de Calais que abandonaram a comunidade de São Patrício por esta não aceitar as decisões da Superiora Geral de França. E nele se instalaram, nos anos seguintes, algumas irmãs de Calais, uma vez que a abadessa do convento alimentava a esperança de transformar a sua casa (como, aliás, acontecera ao Mosteiro de Jesus de Aveiro, em 1874), numa escola ou colégio feminino de modo a permitir que a mesma permanecesse nas mãos das franciscanas. Assim, não é de admirar que, em 1884, além de algumas recolhidas e seculares, aí se encontrasse uma comunidade de religiosas de Calais, que se dedicava ao ensino de crianças, tendo como superiora a irmã Maria Camila de Jesus, «senhora de excepcional formosura», tia paterna de João Evangelista de Lima Vidal, que veio a ser arcebispo-bispo, e segundo este, «a verdadeira mãe» das Franciscanas de Calais de Portugal²¹.

Mas, apesar de todas as diligências efectuadas no sentido de estas religiosas permanecerem no convento para além da sua última abadessa, a verdade é que tal foi impossível.

Em Novembro de 1885, começou a tratar-se da extinção do convento de Sá, e o bispo de Coimbra (a diocese de Aveiro tinha sido suprimida em 1881, e a sua circunscrição incorporada no bispado de Coimbra), segundo ele próprio afirma, nada pode fazer para impedir o seu encerramento,

²¹ *Annales...*; fontes do Arquivo da Congregação das Franciscanas de Calais; e João Gonçalves Gaspar; *Lima Vidal no seu tempo (1874-1958)*, vol. I, Aveiro, 1974, p. 61-63.

Maisons de Portugal (1881)

Déjà au dernier Chapitre nous vous avons parlé de nos maisons du Portugal et il faut que nous vous en entretenions encore aujourd'hui, parce qu'il y a là pour nous une oeuvre intéressante et d'un grand avenir et aussi parce qu'elles se trouvent en des circonstances tout exceptionnelles.

Le Portugal a été pendant longtemps un royaume tout à fait catholique et il a même eu la gloire d'être un pays d'apôtres. Mais vers le milieu du siècle dernier, un esprit de haine contre la religion a pris possession du gouvernement de ce pays qui s'est mis à la remarque de l'incrédulité et plus tard de la franc-maçonnerie. Cette institution néfaste y est maintenant toute-puissante, et il faut nécessairement être dans ses rangs pour arriver à une position quelconque dans l'État. Depuis les révolutions qui ont bouleversé ce pays, les Ordres religieux ont presque disparu, et ce qui en reste ne conserve guère de la vie religieuse que l'habit et quelques traditions — Avec cela la foi s'en va et l'ignorance, mère de tous les vices, est générale dans le peuple et même dans les plus hautes classes de la société.

Vous savez, mes Soeurs, comment nous fûmes amenées à nous établir dans ce pays et quelles furent les épreuves que nous eûmes à y subir. Depuis le dernier Chapitre toutes nos relations avec les Soeurs séparées ont été interrompues et nous avons notre existence tout-à-fait à part. Ou a bien, il est vrai, tenté quelques efforts pour les rapprocher de nous, mais ces efforts ont été inutiles, et nous ne vous en parlons que pour mémoire — Aussi bien nous ne croyons pas avoir besoin de leur appui.

Nos Soeurs du Portugal ont été souvent tracassées, quelquefois c'étaient les autorités elles-mêmes, d'autres fois c'était le peuple, toujours on découvrait la main de la franc-maçonnerie. On a brisé leurs vitres, on a envahi leurs maisons, elles ne peuvent guère sortir qu'en dissimulant leur habit religieux et souvent même dans l'intérieur de la maison elles ont dû revêtir le costume séculier. Ces épreuves n'ont pas abattu leur courage, elles n'ont pas même empêché leurs progrès, mais elles ne nous permettent pas de vous donner une statistique bien exacte de nos oeuvres portugaises — En ce moment il y a un peu plus de calme et elles respirent plus à l'aise.

Comme vous l'avez entendu plus haut, nous avons là six maisons complètes et 2 petites écoles. Deux de ces maisons se trouvent à la campagne et fonctionnent exactement comme nos maisons de France avec les mêmes règles et les mêmes oeuvres; les Soeurs y sont vénérées et tranquilles. Les Soeurs Françaises et les Soeurs Portugaises sont mêlées dans les emplois, et nous nous trouvons bien de cette manière d'agir.

À Porto nous avons commencé par nous établir dans une sorte de palais roué pour nous par des personnes charitables. C'est là qu'après quelque temps nous avons dû transférer le noviciat qui avait été établi à Ilhavo. Mais bientôt on demanda des oeuvres nouvelles et nos Soeurs furent amenées à prendre dans la ville quatre ou cinq centres scolaires. Les enfants auxquels elles donnent leurs soins sont nombreux, garçons et filles rien ne leur échappe, il s'agit de les arracher aux écoles protestantes et maçonniques et nos Soeurs ne s'épargnent pas pour cela.

Deux de ces centres scolaires étant trop éloignés de la Bandeirinha, on fut amené à y établir les Soeurs à demeure. Elles y ont chaque jour la sainte messe et ne viennent qu'à certains jours au principal établissement. En deux autres endroits, les Soeurs vont le matin faire la classe et rentrent au couvent le soir — Mais la maison principale se trouvait elle-même trop étroite pour le noviciat et les oeuvres et ont dû songer à une autre maison d'habitation assez considérable, le tout situé presque dans la ville. C'est là qu'elles sont allées établir le noviciat et celles des oeuvres qui demandent un plus grand

espace, et le Saint Siège a récemment autorisé régulièrement cette translation: elles y vivent assez tranquilles sous la protection du drapeau anglais fort respecté dans ce pays.

Au dernier Chapitre nous vous disions que nous étudions une organisation spéciale pour ces maisons, nous vous proposerons bientôt une mesure qui serait appliqué d'abord en Portugal, mais qui serait ensuite appliqué ailleurs, partout où le besoin s'en ferait sentir. Il n'y aurait ainsi rien de particulier pour aucune partie de la Congrégation et nous conserverions partout l'unité de gouvernement et de pratiques.

Les vocations sont nombreuses en Portugal, mais elles ont besoin d'être solidement éprouvées — Nous vous proposerons aussi quelques mesures spéciales pour la profession de celles qui auront été admises au loin.

Les Soeurs de notre Congrégation ayant fait leur noviciat ici sont au nombre de 23 en Portugal, les autres sont environ 60. Prions Dieu de bénir cette oeuvre encore à ses débuts et demandons-Lui qu'elle ne soit jamais pour nous un sujet de difficultés et d'embarras.

(*Arquivo da Congregação das Franciscanas Missionárias de Noõsa Senhora*, Relatório apresentado pela Superiora Geral, Scolastique des Anges, no Capitulo intercalar de 1881).

uma vez que Aveiro, entendendo que a prosperidade do seu comércio dependia da instalação, na cidade, de uma unidade militar, pronunciou-se, por maioria esmagadora, a favor da transformação do convento em quartel, o que veio a acontecer em 1885.

De nada valeu a presença das Franciscanas de Calais e de numerosas educandas no convento. O bispo de Coimbra alegou que aquelas religiosas, ainda antes de se suspeitar da extinção do convento, estavam já para se retirar para o Porto, e confirmou até o seu propósito de as chamar para o seu bispado. Mas a verdade é que as Franciscanas de Calais, só depois de uma luta pertinaz que, apoiadas pela última freira daquele, mantiveram durante algum tempo no sentido de impedirem as obras de transformação do convento em quartel, e só após terem a certeza da inevitabilidade de tal facto, é que abandonaram Aveiro, instalando-se nas casas do Porto²².

Porém, logo nesse mesmo ano de 1885, foram chamadas a trabalhar no Hospital de São José, em Arcos de Valdevez, o qual era sustentado pela Câmara Municipal.

E no ano seguinte começaram a trabalhar no hospital da Santíssima Trindade, em Cucujães, Oliveira de Azeméis, solicitadas por algumas senhoras caridosas que tinham aberto um hospital privado, onde recebiam

²² A extinção do convento de Sá em Aveiro e os jornais religioso-políticos. Carta ao excelentíssimo e reverendíssimo senhor nuncio apostólico Vicente Vanutelli, arcebispo de Sardia, pelo bispo de Coimbra, Coimbra, 1866, p. 77-78; Domingos Maurício Gomes dos Santos, *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*, vol. I, Lisboa, 1963, p. 460.

e tratavam doentes pobres, hospital esse no qual, em 1889, irão estabelecer uma comunidade.

Em 1887, as Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora abriram mais quatro casas.

Assim, logo no primeiro dia do ano, as religiosas de Calais foram chamadas para Grijó, instalando-se nas Escolas Católicas de São Francisco, e dedicando-se ainda ao tratamento de doentes.

A 30 de Junho do mesmo ano, três irmãs do Instituto começaram a trabalhar na Régua, no hospital de Santa Isabel, posteriormente designado por hospital de D. Luis I, em homenagem ao rei que, na visita feita àquela vila, em 1872, tomou a iniciativa de o fundar. Inaugurado em 1873, conheceu, em 1887, novas instalações, com seis enfermarias e capacidade para albergar 30 pacientes, que o transformaram num dos estabelecimentos «mais asseados da província» de Trás-os-Montes, razão pela qual, por decisão da sua administração, de 24 de Junho de 1887, aí foram admitidas as religiosas de Calais a fim de tratarem dos doentes²³.

A 3 de Outubro de 1887, a administração do hospital civil de Setúbal confiou o seu estabelecimento do Menino Jesus ao Instituto de Calais. Transferido em 1889 para o convento de Franciscanas de Jesus, então extinto pela morte da última freira, as religiosas da Congregação puderam aí encontrar, ainda vivas, as tradições franciscanas.

E ainda nesse ano, a 15 de Outubro, estas religiosas tomaram a seu cargo a escola da Imaculada Conceição, em Leça da Palmeira, fundada por iniciativa de um benfeitora²⁴.

Temos ainda referência à abertura de uma escola em Lisboa, para a qual foram chamadas estas irmãs, em 1887 ou 1888, mas nada mais sabemos acerca deste caso.

O ano de 1888 começou tempestuoso para as Franciscanas de Calais. Em Aveiro, o governador civil dissolveu a mesa eleita da Santa Casa da Misericórdia, substituindo-a por uma comissão administrativa, a qual, após a sua posse, chamou para o seu hospital as irmãs de Calais.

«O Povo de Aveiro», jornal panfletário do truculento Homem Cristo, sob o pretexto da inauguração, nesse mesmo ano, da estátua de José Estêvão no largo do Município, mesmo em frente ao hospital da

²³ *Annales...*; José Afonso de Oliveira Soares, *História da Vila e Concelho do Peso da Régua*, 2.ª ed., Régua, 1979, p. 209-217; e Pedro Chagas Ramos, *Peso da Régua e o Hospital D. Luis I. Perspectiva histórica*, «Estudos Transmontanos», n.º 4, Vila Real, 1990, p. 119-128.

²⁴ *Annales...* Referimos neste trabalho apenas as escolas em que as Franciscanas de Calais se estabeleceram com comunidades próprias. Sabemos, porém, que estas religiosas trabalharam noutras, das *Escolas Católicas*.

Misericórdia, procurando atingir o governador civil e a comissão administrativa da Misericórdia, desencadeou uma violenta campanha contra as franciscanas recém-admitidas naquele estabelecimento.

Durante meses, o Povo de Aveiro vociferou ininterruptamente contra as «irmãs de caridade» e contra o governador civil de quem exigia a demissão. A imprensa periódica, fazendo-se eco do jornal aveirense, conferiu a este caso uma dimensão nacional. Sucederam-se os comícios em Aveiro, exacerbaram-se as paixões políticas e reavivou-se a «questão religiosa»²⁵.

Oliveira Martins, no jornal «O Reporter», em Junho desse ano, ainda apelou ao bom senso, lembrando que «a liberdade fez-se para todos, não foi só para nós», e interrogando se «a abnegação, o carinho, o amor, indispensáveis à educação da infância e ao socorro dos pobres e enfermos, se conseguem necessariamente à razão de tantos réis por dia, como incontestavelmente se obtém quando o espírito dos que tratam ou dos que ensinam, está mais ou menos dominado pelo fervor religioso, e crente de que tal forma serve a Deus e conquista o Céu»²⁶. Mas o sectarismo jacobino continuou a informar a maior parte da imprensa liberal e republicana.

A eleição da mesa da Misericórdia, a 19 de Setembro de 1888, foi atribulada e redundou na anulação do escrutínio, reivindicando cada uma das facções, para si, a vitória.

Um grupo numeroso de populares amotinou-se junto do governo civil e cresceu para o hospital da Misericórdia, «vindo as pobre freiras à janela sacada, onde ajoelharam, a pedir, de mãos erguidas, que as não matassem». Acorreu uma força de cavalaria e nessa noite, sob a protecção de escolta militar, as religiosas foram tomar o comboio a Estarreja, com destino ao Porto²⁷. Assim terminava este lamentável episódio, no qual, as Hospitaleiras de Calais, que faziam «vida de curar os feridos e amortilhar os mortos», foram transformadas, como Oliveira Martins escreveu, em «bode expiatório» de «polítiques sem escrúpulos»²⁸. A questão das religiosas, comentava o jornal «O Dia» no rescaldo dos acontecimentos, tinha sido apenas um mero incidente no meio de caprichos do poder, de ódios e rivalidades pessoais.

²⁵ Domingos Maurício Gomes dos Santos, obra e vol. cit., p. 476; e *O Povo de Aveiro*, Aveiro, 1888.

²⁶ «O Repórter», Lisboa, artigo *Os Jesuítas na educação* de 22-06-1888.

²⁷ «O Povo de Aveiro», Aveiro, 1888; e Homem Cristo, *Notas da minha vida e do meu tempo*, vol. IV, s/d. p. 5 a 24.

²⁸ «O Repórter», artigo *Aveiro, arena de combates duros*, de 28-09-1888.

Aveiro, berço das primeiras religiosas portuguesas que fizeram parte das Franciscanas de Calais, mais uma vez se revelava intolerante para com as suas próprias filhas.

Como que a ressarcir-se do golpe sofrido, no mesmo mês em que abandonavam o hospital da Misericórdia de Aveiro, as Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora abriram no Porto uma nova casa destinada ao internamento e tratamento de doentes. Com efeito, a 8 de Setembro de 1888, dia da Natividade, a Congregação, que até ao momento, no Porto, se ocupava basicamente da educação das crianças e de jovens raparigas, começou a trabalhar no hospício da Santa Maria, graças aos esforços e à dedicação de um grupo de católicos que tinha resolvido criar aquele estabelecimento, o qual se localizava junto da casa da Bandeirinha.

Destinando-se sobretudo a pessoas idosas e a doentes pobres, gente que necessitava do amparo da caridade, o Hospital de Santa Maria conheceu nos seus primeiros anos de existência grandes dificuldades. Mas logo no ano seguinte, em 1889, teve a fortuna de obter o concurso do doutor Azevedo Maia, lente da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, o qual, daí em diante, até à sua morte, que ocorreu em 1912, não mais deixou de exercer as funções de director clínico do Hospital.

A partida, nada indica que o Hospital de Santa Maria esteja destinado a viver por muito tempo, a sobreviver aos desafios crescentes que os progressos da medicina e da cirurgia em particular vão colocar aos estabelecimentos hospitalares.

Os recursos financeiros são escassos, as instalações humildes e a conjuntura política nada favorável.

Mau grado todas as dificuldades, o Hospital de Santa Maria, graças ao sacrifício, ao espírito de abnegação e à acção persistente das franciscanas, vai conhecer uma singular existência e acabar por se afirmar, como um dos estabelecimentos de saúde mais prestigiados do Porto²⁹.

Ainda em 1888, a 4 de Outubro, as religiosas de Calais passaram a cuidar da escola de São Miguel, em Lourosa, que tinha sido fundada pelas Escolas Católicas.

Em 1890, a Congregação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora abriu a Casa de Nossa Senhora dos Anjos, no Porto, numa quinta da rua do Melo, perto do Colégio de Santo António das Águas Férreas, a fim de receber senhoras pensionistas, sobretudo enfermas. Durante alguns meses, esta casa dependeu totalmente do Colégio de Santo António, mas como as funções se revelavam totalmente diversas, em finais de 1890, a Casa dos Anjos passou a ser autónoma, e a dispôr, assim,

²⁹ Fernando de Sousa, *Hospital de Santa Maria. Uma instituição centenária (1888-1988)*, Porto, 1988.

de uma comunidade própria, situação porém, transitória, uma vez que, em 1892 ou 1893, voltou a fazer parte das Águas Férreas.

Ainda em 1890, as Franciscanas de Calais tomaram a responsabilidade de mais um estabelecimento de ensino, a escola de São Luís de Gonzaga, na rua da Conceição, no Porto. Não se encontrando ainda prontas as instalações, as religiosas que aí trabalhavam, não dispoñdo de capela, nem de condições para terem vida conventual propriamente dita, permaneciam na escola apenas durante o dia, regressando, ao fim da tarde, à casa vizinha da Bandeirinha³⁰.

Nos inícios de 1891, as Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, ou Franciscanas de Calais, contavam em Portugal 143 religiosas, 20 noviças e 9 postulantes, distribuídas por 14 casas ou comunidades, onde acolhiam 167 meninas internas, educavam e ensinavam 1644 crianças e tratavam de 118 doentes permanentes e 11 pensionistas, sem esquecermos que a assistência aos doentes no domicílio e a catequese continuavam a ser prática comum a todas as casas (Quadro n.º 3).

Temos conhecimento, ainda, que nesse ano de 1891 as Franciscanas de Calais foram chamadas à Murtosa, onde alguns particulares lhes confiaram a Escola de Santa Ana.

Em 1892-1893, a Congregação abriu três novas casas, uma no lugar de Vinhó, freguesia de Airó, concelho de Barcelos, onde as franciscanas se instalaram numa casa humilde, alugada, a pedido da família de uma das suas religiosas, a irmã Vitorina, dedicando-se ao ensino do francês, primeiras letras e trabalhos manuais; outra no Porto, rua de São Dinis, onde, por força de obras executadas, adaptaram uma fábrica de sabão a estabelecimento de educação, com internato, externato e infantário para crianças e adolescentes, dando assim origem ao Colégio do Sagrado Coração de Jesus ou de São Dinis, o qual veio a dar continuidade à Casa da Bandeirinha, entretanto encerrada; e a terceira em Viseu, uma vez que estas religiosas, a partir de 1893, começaram a dirigir o Asilo da Infância Desvalida de Nossa Senhora do Rosário, o qual pertencia à Câmara Municipal.

Os problemas do Instituto no nosso País continuam a ser numerosos e complexos, decorrentes, em última análise, da proibição da existência legal das ordens religiosas, a qual mantém intacta a legislação anti-congreganista de 1834.

O anti-clericalismo, fundamentado agora no cientismo e no positivismo, por razões que agora não importa analisar, continua latente em significativos estratos da pequena e média burguesia urbana, e de quando

³⁰ *Annales...*

QUADRO N.º 3

FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA
OU
FRANCISCANAS DE CALAIS EM PORTUGAL

(1890-1891)

Casas	Ano da Fundação	N.º de Religiosas	N.º de Crianças	N.º de Doentes e Pensio-nistas
N.ª Sr.ª Sete Dores — Ílhavo	1876	13	37 internas 95 externas	—
Sagrado Coração da Bandeirinha — Porto	1878	24	70 internas 52 externas	—
São José do Bonfim — Porto	1878	9	16 internas 287 externas	—
Santo António das Águas Férreas — Porto	1880	28*	60 internas 5 externas	—
Sagrado Coração de Maria da Alegria — Porto	1881	4	98 externas	—
São José — Arcos de Valdevez	1885	5	—	21
São Francisco — Grijó	1887	11	9 internas 500 externas	—
Santa Isabel — Régua	1887	4	—	20
Jesus Menino — Setúbal	1887	5	—	20
Imaculada Conceição — Leça da Palmeira	1887	7	100 externas	—
Santa Maria — Porto	1888	8	—	45
São Miguel — Lourosa	1888	6	332 externas	—

QUADRO N.º 3

**FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA
OU
FRANCISCANAS DE CALAIS EM PORTUGAL**

(1890-1891)

Casas	Ano da Fundação	N.º de Religiosas	N.º de Crianças	N.º de Doentes e Pensionistas
Santíssima Trindade — Cucujães	1890	5	—	12
Nossa Senhora dos Anjos — Porto	1890	9	—	11
São Luís de Gonzaga Conceição — Porto**	1890	5	150 externas	—
TOTAL — 14 Casas	—	143	167 internas 1644 externas	129

* Dezoito de votos perpétuos e dez professoras.

** Ainda sem comunidade própria.

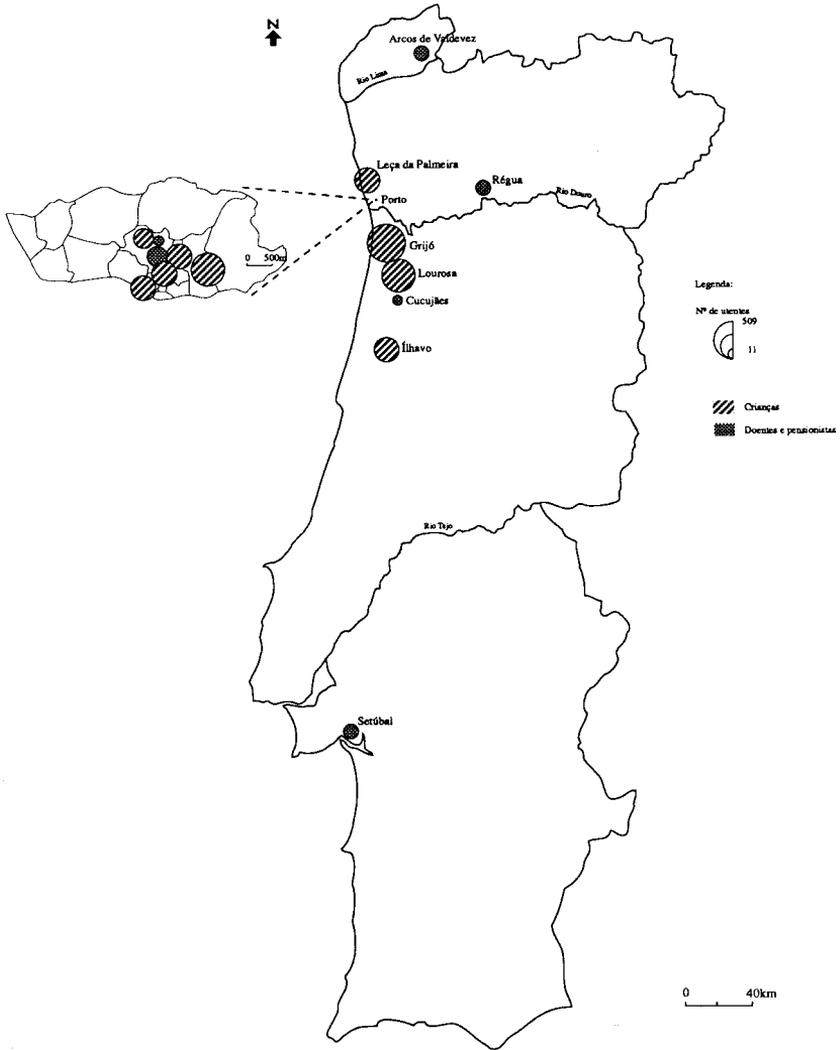
em vez irrompe em assomos de intolerância jacobina, obrigando os institutos religiosos a uma existência de autêntica clandestinidade.

No que diz respeito às congregações femininas, as religiosas não podem, muitas vezes, envergar os seus hábitos em público, os noviciados, embora reconhecidos pela Igreja, permanecem no segredo dos institutos, e os bispos, em situação de grande dependência face ao poder político, nem sempre apoiam ou facilitam a benemérita acção desenvolvida por aquelas.

Uma exposição feita em 1893 pelo cardeal Persico, que desde 1892 passara a substituir o cardeal Howard nas funções de protector das Franciscanas de Calais, e que é dirigida ao cardeal Isidoro Verga, prefeito da Congregação dos Bispos e Regulares, revela-se bem elucidativa das dificuldades que se colocavam à própria sobrevivência e continuidade daquelas religiosas em Portugal³¹.

³¹ Fontes do Arquivo da Congregação das Franciscanas de Calais e do Arquivo Vaticano, fundo das Sagradas Congregações.

Casas das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1891)



Segundo ele, e de acordo com as informações que lhe tinham sido prestadas pela Superiora Geral, Marie Anne de la Présentation, em 1893, as Franciscanas de Calais tinham em Portugal 14 casas espalhadas por cinco dioceses, com 170 religiosas professas, quer portuguesas, quer francesas, as quais se ocupavam de obras de educação e caridade. Os bispos daquelas dioceses louvavam frequentemente aquelas religiosas e expressavam também o seu reconhecimento pelo bem que o Instituto praticava, sobretudo, nos hospitais e escolas.

Com o objectivo de disporem de um número suficiente de irmãs ao serviço de tais obras, o Instituto abriu canonicamente um noviciado, com a sanção de Roma, num grande convento da cidade do Porto, designado por Convento de Santo António das Águas Férreas, e frequentado, normalmente, sob a direcção de uma mestra francesa, (desde 1889, a irmã Saint-Paulin), por cerca de 30 jovens. Mas levantavam-se sérias dificuldades quanto à tomada de hábito e às profissões das noviças.

Em Portugal — continua o cardeal Persico —, as ordens religiosas não se encontravam reconhecidas, sendo apenas toleradas nalgumas regiões. Na cidade do Porto, dificilmente as religiosas podiam usar o hábito religioso completo fora das suas casas. Por outro lado, os bispos, geralmente, não podiam ou recusavam tomar qualquer atitude sem o beneplácito do Governo, especialmente, quando se tratava de comunidades religiosas. Entre estes encontrava-se o bispo do Porto, Américo Ferreira, em cuja diocese se localizava o noviciado das Franciscanas de Calais.

Acontecia assim que, já para o exame canónico das postulantes e das noviças, já para a tomada de hábito, já para a profissão, o bispo sempre se negara a dar por escrito a sua autorização, limitando-se a dizer que as religiosas fizessem o que quisessem, mas que ele não assumiria qualquer responsabilidade. Apenas uns anos antes, de viva voz, concedera uma espécie de autorização geral, designando um sacerdote para cumprir tal encargo. Deste modo, e por meio desse sacerdote, passaram a efectuar-se aquelas cerimónias.

Ora, não só essa forma levantava sérias dúvidas às superiores religiosas, quanto à sua validade canónica, mas também o único padre que até agora se tinha prestado a tal ofício encontrava-se gravemente enfermo não mais podendo proceder a tal exame e às respectivas cerimónias. E o cardeal Ferreira, de modo algum desejava encarregar-se do noviciado, ou designar um padre para aquelas funções, afirmando querer manter-se inteiramente alheio a este assunto, o que não o impedia de expressar o seu contentamento pela obra das Franciscanas de Calais e manifestar o desejo de as ver expandir...

As religiosas encontravam-se assim em grande embaraço, e não podendo abandonar as suas obras, que continuavam a desenvolver-se,

nem mandar para França as postulantes que se encontravam nas Águas Férreas, levantavam as seguintes questões:

a) — o exame canónico feito pelo bispo ou um seu representante era absolutamente necessário para a tomada de hábito e para a profissão?

b) — a autorização do bispo devia ser explícita e «*toties quoties*» para que um sacerdote pudesse validamente efectuar as cerimónias da tomada de hábito e da profissão?

c) — «*et quatenus affirmative*» às mencionadas questões, podiam elas permanecer tranquilas quanto às tomadas de hábito e profissões feitas no passado, do modo referido?

d) — Quanto ao futuro, podiam as religiosas suplicar à Santa Sé ou ao Núncio Apostólico em Lisboa a nomeação de um sacerdote encarregado de fazer tanto o exame canónico como de presidir à cerimónia da tomada de hábito e da profissão?

Perante as dificuldades de toda a ordem que impendiam sobre as Franciscanas de Calais em Portugal, que restava à Cúria Romana senão procurar resolver, com benevolência, as questões levantadas por esta Congregação, um dos instrumentos privilegiados da obra de renovação cultural e de empenhamento social desenvolvida pela Igreja de Leão XIII, sobretudo, após 1891, com a publicação da encíclica «*Rerum Novarum?*»

Um rescrito de 12 de Março de 1894 tranquilizava as religiosas quanto às dúvidas expostas e encarregava o núncio apostólico de Lisboa de, para o futuro, conceder ao Instituto em Portugal todas as autorizações necessárias para as tomadas de hábito e profissões.

8. Conclusão

O estudo das Franciscanas de Calais, ou Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, em Portugal, autoriza-nos, pela primeira vez, a colmatar uma importante lacuna da história da Igreja e da assistência no Portugal Contemporâneo, a resolver algumas questões que chegaram ao nosso tempo em aberto, a esclarecer algumas dúvidas, e a corrigir uma ou outra interpretação que se aceitava até ao momento como digna de crédito.

Em primeiro lugar, ficou plenamente demonstrado que são duas casas portuguesas, um convento em processo acelerado de extinção, no Norte, e um recolhimento em situação indefinida, no Sul, que fazem apelo a Calais para reaprenderem a vida religiosa, e garantirem assim a sua própria sobrevivência.

Em segundo lugar, importa sublinhar que o apelo do Norte revela-se mais precoce, intenso e duradouro que o chamamento do Sul. Com efeito, as primeiras jovens a professarem em Calais são de Aveiro, e o seu número, ao contrário do que acontece com as candidatas de Lisboa, não deixará de aumentar com o passar dos anos.

Em terceiro lugar, parece-nos evidente que, para além de quaisquer razões de circunstância, de preconceitos ou de susceptibilidades feridas, a comunidade do Sul perseguia, desde as suas iniciais tentativas de estruturação, um projecto de afirmação independente, o qual, necessariamente, vai colidir com a disciplina, o rigor e a obediência que, logicamente, o Instituto de Calais exigia de todas as casas que dele faziam parte.

A ruptura da comunidade de São Patrício com as Franciscanas de Calais, em 1875, embora dolorosa, revelou-se providencial para esta Congregação, uma vez que a conduziu, precisamente, às suas origens, à região do País de onde brotara a invocação mais desinteressada e empenhada, isto é, ao Norte de Portugal. A fundação da casa de Ílhavo em 1876, a imediata expansão ao Porto, onde rapidamente abriram várias casas, e a multiplicidade de vocações que despertaram (em quatro anos, 23 irmãs professoras e outras tantas noviças), nunca teriam sido possíveis caso as Franciscanas de Calais se tivessem estabelecido em Lisboa.

Em menos de 20 anos (1876-1894), apesar de todas as dificuldades e incompreensões que as rodeiam, a Congregação de Calais vai abrir no nosso País 16 casas, todas elas, com excepção de uma, localizadas no Norte de Portugal, passar de 4 para 170 religiosas, portuguesas e francesas, estabelecer um noviciado florescente no Porto, o qual irá ser frequentado, em média, na última década do século XIX, por duas dezenas de jovens (o que não impede, para muitas delas, a frequência do noviciado de Calais), e desenvolver uma prodigiosa actividade de bem-estar nas Escolas Católicas, colégios, asilos, recolhimentos e hospitais, actividade essa que as enraizou profundamente na alma do povo.

E assim, não é difícil explicar porque é que, apesar das provações que sofreu, e da expulsão de que foi alvo, como todas as ordens religiosas, após a proclamação da República, em 1910, esta Congregação nunca tivesse abandonado o Norte do País, muito especialmente, a cidade do Porto, desde sempre, o verdadeiro coração das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal.

A PESCA E OS PESCADORES DO LITORAL PORTUENSE EM 1868

Por Jorge Fernandes Alves

1. Os trabalhos de Lacerda Lobo e Baldaque da Silva sobre a pesca em Portugal persistem como elementos fundamentais para o enquadramento desta actividade durante o século passado.

Os estudos do primeiro, insertos nas «Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa»¹ e elaborados em fins do século XVIII, tiveram uma influência duradoura nas abordagens posteriores. A sua perspectiva de decadência, que o leva a colocar a «idade de ouro» das pescarias no século XVI, fez escola e trechos seus são parafraseados em diversas obras, desde A. Balbi² a diversas intervenções que ciclicamente ocorrem nas câmaras legislativas³.

¹ Cf. LOBO, Constantino Botelho de Lacerda, *Memória sobre a decadência das Pescarias em Portugal*, «Memorias Economicas da Academia das Sciencias de Lisboa», Lisboa, 1812, tomo IV, pp. 312-383. Do mesmo autor e no mesmo volume, vd. *Memoria sobre algumas observações feitas no anno de 1789 relativas ao estado da Pescaria da Provincia de Entre Douro e Minho*, pp. 384-415.

² BALBI, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, compare aux autres états de l'Europe*, Paris, Roy et Gravier, 1822, 1.º tomo, pp. 170-183.

³ Cf., por exemplo, além do Diário da Câmara dos Deputados e Diário do Governo, *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa, Lisboa*, Imprensa Nacional, 1887, tomo IV, pp. 428-443.

Quase a cem anos de distância e já em plena ascensão da idade estatística, pois baseia-se em dados de 1886, a obra de Baldaque da Silva⁴, apresenta uma informação mais sistemática e rigorosa, marcando o início de um período de crescente interesse pelas pescas, então uma actividade profundamente arcaica, quer nas práticas piscatórias, quer nos circuitos de escoamento do pescado, e em urgente necessidade de renovação face às novas exigências técnicas e empresariais da viragem do século.

Em 1895, cria-se mesmo uma «Comissão Central de Pescarias», institucionalizando e regulamentando uma outra comissão «had hoc» que datava de 1878, criada por altura da convenção travada com a Espanha para reciprocidade de pesca nas costas dos dois países, então com a função de «formular preceitos e regras» a que a pesca se deveria sujeitar, face às novas condições emergentes daquela convenção⁵. A esta «Comissão Central de Pescarias», que o próprio A. A. Baldaque da Silva passa a integrar (como já integrava a anterior), competia, além das funções de regulamentação, emitir pareceres sobre questões científicas e administrativas e elaborar as estatísticas de produção, bem como implementar, nas zonas de pesca, comissões departamentais e locais, de forma a habilitar o poder central a tomar medidas práticas, vulgarizar métodos inovadores e resolver diferendos entre armadores. Começa, então, a surgir uma informação regular sobre a pesca⁶, no domínio da produção, população activa, fiscalidade e práticas piscatórias, ao mesmo tempo que a etnografia descobre as comunidades de pescadores como objecto de investigação, dadas as suas características de conservantismo cultural.

Mas, para o longo período que medeia entre as obras de Lacerda Lobo e Baldaque da Silva, uma panorâmica geral só poderá assentar em

⁴ SILVA, A.A. Baldaque da, *Estado actual das pescas em Portugal, compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do Reino, referido no anno de 1886*, Lisboa, 1891.

⁵ Portarias de 29 de Dezembro de 1877, 2 de Agosto de 1878, 28 de Março e 6 de Abril de 1895, decreto de 28 de Março de 1895.

⁶ Cf. por exemplo:

FONSECA JUNIOR, Joaquim de Sant'Anna (coordenador), *Collecção de Leis sobre a pesca, desde 1860 a 1895*, 2 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894-1895.

Estatística das Pescas Maritimas no Continente do Reino e Ilhas Adjacentes no anno de 1899, comparada com a de 1896, 1897 e 1898, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

informações fragmentárias, desde capítulos específicos em compêndios e monografias, debates legislativos, relatórios anuais dos governadores civis, inquéritos industriais, artigos de imprensa e, naturalmente, os fundos arquivísticos oficiais. É neste contexto que aqui apresentamos um conjunto de pequenos relatórios sobre a pesca e os pescadores, elaborados no ano de 1868 e relativos aos núcleos piscatórios do distrito do Porto.

2. Nos meados do século passado, o inquérito traduz a formalização de um espírito de descoberta por parte do poder. Consciente da ignorância existente sobre as realidades económicas e sociais, o Estado procede, frequentemente, à nomeação de comissões com o objectivo de estas elaborarem inquéritos de forma a apoiar a tomada de decisões administrativas. Conhecer primeiro e decidir depois, numa prática que já estava generalizada nos países mais progressivos, foi o lema que presidiu a inquéritos nos mais variados domínios, cujos relatórios são hoje fontes únicas e imprescindíveis para o conhecimento da realidade da época, tais como os referentes aos inquéritos sobre emigração, arborização, agricultura, indústria, salubridade, etc.

A pesca não fugiu a este movimento de interrogação. Com efeito, o Diário de Lisboa n.º 109 de 13 de Maio de 1868, publica uma portaria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria a nomear uma comissão com o objectivo de «*estudar o estado actual das pescarias fluviais e marítimas do continente do reino e de propor as providencias que julgar mais efficazes para melhorar as condições da indústria da pesca e a sorte dos que a exercem*».

Na sequência desta medida, a Direcção Geral do Comércio e Indústria expediu aos governadores-civis uma circular, segundo a qual estes deveriam utilizar os meios que entendessem para responder aos seguintes quesitos:

1.º — *Enviar todos os documentos originais ou copiados, concernentes à organização administrativa e policial das pescarias, incluindo os compromissos de Montes-Pios ou de outras quaesquer instituições de socorros mutuos, ou de beneficiência e piedade.*

2.º — *Colligir e enviar igualmente todas e quaesquer noticias ou memorias antigas ou modernas, pelas quaes se possa ajuizar acerca do estado geral das pescarias e particularmente do que respeita ao numero de barcos e pessoal n'elles empregados, aos processos e aparelhos de pesca, ás preparações preços e destinos do pescado, aos habitos e costumes dos pescadores, ao seu bem estar, ou ás suas privações.*

3.º — *Ouvir e consultar todas as pessoas, que conhecerem a especialidade, acerca dos meios de melhorar a industria da pesca, e a*

*sorte dos pescadores, e dar conta das informações que n' este sentido obtiver, declarando o grau de confiança que merecem*⁷.

Para se desempenhar da sua missão, o Governo Civil do Porto optou por criar comissões locais junto das administrações dos concelhos com núcleos piscatórios — Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Bouças, 3.º Bairro do Porto e Gondomar —, as quais seriam constituídas por pessoas ligadas à pesca e por um representante da Administração como redactor, com a tarefa de resposta aos quesitos acima transcritos.

Por razões que desconhecemos, mas que, provavelmente, se prendem com as alterações políticas então verificadas (o governo do Conde de Ávila, saído da «Janeirinha», cai a 22 de Julho), ou porque a documentação coligida se apresentava incompleta, esta não chega a ser enviada ao governo central, conservando-se no Arquivo do Governo Civil⁸.

São cinco textos, de extensão e valor desigual, dois dos quais (o de Vila do Conde e Póvoa de Varzim) transcrevem em anexos alguns documentos, como cópias de sentenças e cartas de privilégios. Revelam, na sua globalidade, um bom conhecimento das questões piscatórias, o que não admira, já que este inquérito procurou dar voz aos profissionais. Para além do seu interesse para a problemática da pesca em geral, são importantes sob a perspectiva da história local, já que normalmente a maioria da informação existente se ocupa quase só do núcleo piscatório da Póvoa de Varzim, sem dúvida muito mais importante que os restantes, mas Vila do Conde, Foz, Valbom, apesar das suas dimensões reduzidas, também merecem ser referenciados, até para se compreender a sua ultrapassagem em virtude da introdução na actividade piscatória de mecanismos empresariais, técnicos e portuários que desestruturaram os núcleos baseados em modelos artesanais.

Há uma lacuna importante, pois não existe relatório referente a Vila Nova de Gaia, onde, segundo o inquérito industrial de 1881, o núcleo da Afurada representava uma pequena comunidade piscatória, com 4 companhias de pescadores de mar (cerca de 60 pescadores), além de um milhar de pescadores do Douro e de um número indefinido que se dedicava à apanha de «pilado», espécie de caranguejo apanhado na foz do Douro

⁷ Circular n.º 185 da Direcção Geral do Comércio e Indústria de 18 de Maio de 1868.

⁸ Arquivo do Governo Civil do Porto, Documentação avulsa, Correspondência recebida, M653.

para adubação⁹. Por outro lado, os relatórios não fazem referência explícita aos núcleos mais pequenos de freguesias distantes da sede concelhia. Assim, o relatório da Póvoa não refere A-ver-o-Mar, o de Vila do Conde não indica Labruge e Vila Chã, do mesmo modo que o de Bouças nada diz sobre Lavra.

3. Esboçando uma contextualização para a leitura destes relatórios, observemos que o século XIX foi um período de transformações com grande impacto nas práticas piscatórias tradicionais.

Sob o ponto de vista institucional, podemos mesmo recuar à legislação pombalina que procurou incentivar o consumo e produção do peixe seco e salgado, isentando de direitos a sua circulação pelo país e, «*para mais animar por uma parte as sobreditas salgas, seccas de peixe, conducções e transporte d'elles e pela outra parte o valor das marinhas*»¹⁰, faz pagar em dobro as matanças e portagens a todo o peixe fresco que sair para fora do Reino. Esta medida foi prorrogada várias vezes¹¹, se bem que a sua eficácia não tenha sido muita. Ainda em 1825, D. João VI assinava novo alvará renovando por dez anos as referidas isenções, na convicção de que diminuisse «*muito consideravelmente a introdução de peixe salgado e secco que vem de paizes estrangeiros á custa de grandes sommas de numerario, que por este motivo se exporta d' estes meus dittos reinos e illhas, por sêr o alimento mais frequente e ordinario, muito principalmente das classes mais pobres*»¹². Na verdade, o bacalhau gozava de uma popularidade sempre crescente, incluindo no Norte de Portugal, onde a colónia inglesa do Porto dominava o negócio da sua importação e distribuição¹³, dificultando, assim, os propósitos enunciados pelas leis referidas.

Deste modo, quando em 1828, uma comissão legislativa se debruça ante uma proposta de lei sobre pescarias, a situação encontrada era a idêntica à anunciada em leis e obras anteriores: «*todas as pessoas informantes confessam a decadencia das pescarias; todos concordam no*

⁹ Relatório apresentado ao Ex.^{mo} Snr. Governador Civil do districto do Porto pela sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais, Porto, Tip. de Antonio da Silva Teixeira, 1881, p. 19.

¹⁰ Provisão de 13 de janeiro de 1773.

¹¹ Alvará de 18 de Junho de 1787, decreto de 30 de Março de 1797, alvará de 28 de Agosto de 1815.

¹² Alvará de 15 de Junho de 1825.

¹³ Cf. RIBEIRO, Jorge Martins, *A Comunidade Britânica do Porto durante as Invasões Francesas, 1807-1811*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1990, p. 28.

estado de miseria e abatimento em que vivem os pescadores portugueses, estado que os obriga a expatriarem-se continuamente»¹⁴.

Em 1832, com a chegada da esquadra do Exército Libertador às praias do Mindelo, a questão piscatória vem de novo ao de cima, ou não estivessem em terra de pescadores. Um dos primeiros decretos dados a conhecer é precisamente o de 6 de Novembro de 1830, elaborado em Angra (Açores) e logo publicado no n.º 3 da Crónica Constitucional do Porto, de 16 de Julho, pelo qual se aboliam «*todos os direitos, contribuições, dízimas, gabelas ou imposições debaixo de qualquer nome, título, ou pretexto com que até agora se cobravão ou exigião do peixe pescado em barcos ou navios Portugueses, com Companhas ou tripulações Portuguesas*». Passava a pagar-se apenas uma licença anual por cada barco matriculado, ao mesmo tempo que se anulavam privilégios de companhias, pessoas ou confrarias sobre pescadores ou remeiros, concedendo-se a liberdade de pescar pessoalmente ou por interposta pessoa (através de sociedades) a quem o desejasse.

Mas as «liberalidades» iam durar pouco tempo. Em pleno cabralismo, a lei de 10 de Julho de 1843 regulamentou um imposto de 6% sobre as «*partes ou quinhões*», exceptuando apenas as «*comedorias, caldeiradas, restomengas e carnadas*»¹⁵. Imposto que se considerou vexatório, já que recaía sobre um produto bruto (e não líquido), com condições humilhantes para os pescadores, algumas delas criadas pelos serviços de cobrança, como se pode ver através de um edital publicado na Póvoa de Varzim: «*determino que de futuro, quando os referidos mestres de barcos apontarem a dita enseada com sardinhas não poderão vender porção alguma d' estas sem que primeiramente se lhes faça a competente avaliação ou lotação pelos empregados do imposto do pescado*»¹⁶. O que vai acontecer posteriormente é a tentativa de fuga ao fisco, às vezes gerando alguns tumultos por recusa dos pescadores, outras vezes estes procuram encaminhar o peixe para lugares menos vigiados, ou, então, conluíam-se com os fiscais, quer pela carga pesada que o imposto constituía, quer pela opressão que o modo de cobrança simbolizava, já que em mais nenhuma actividade se processava ou fazia incidir de modo idêntico.

¹⁴ Parecer ao projecto de lei de 12 de Março de 1828, in *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, Tomo IV, p. 429.

¹⁵ *Diário do Governo* de 13 de Julho, n.º 162.

¹⁶ Edital transcrito em anexo ao relatório da Póvoa de Varzim, datado de 15 de Outubro de 1849.

Finalmente, a lei do recrutamento militar de 27 de Julho de 1855, generalizando o dever do serviço militar, vem eliminar o privilégio mais querido de diversas colónias de pescadores, as quais, em tempos recuados, haviam comprado a sua isenção, que agora ficava absolutamente anulada. Foi uma medida de grande impacto emocional junto das classes piscatórias, que sempre tinham visto os reis anteriores a consagrarem a sua isenção do serviço militar com o argumento das dificuldades e perigos que a faina da pesca acarretava, privilégio este que era muito considerado face à obrigatoriedade das restantes classes profissionais.

Façamos, agora, um esforço para apreender, em termos quantitativos, o significado da classe piscatória nacional, por esta época. Vejamos o mapa com a distribuição do número de barcas e de pescadores, que A. Balbi¹⁷ apresenta como sendo de 1821 e que «*Os Documentos para a Historia das Cortes Gerais...*» repetem com algumas correcções¹⁸. Verificamos que a frota pesqueira do Continente se computava, por essa altura, em 2457 barcos e 21159 pescadores. Rodrigues de Freitas apontamos, para 1853, 3430 barcos e 29564 pescadores¹⁹. Segundo Baldaque da Silva, para o ano de 1886, a avaliação para o território continental atingia 6176 embarcações e 29766 pessoas empregadas na pesca²⁰. No final do século, em 1899, o número de profissionais é de 33108 e as embarcações atingem 7369²¹.

Considerando que deverá ter-se verificado uma melhoria na informação estatística (em 1821 há lacunas importantes, como o núcleo de Gaia, por exemplo), podemos dizer que a pesca não apresenta a configuração de uma actividade dinâmica, antes revela uma grande estagnação no que respeita à absorção de mão-de-obra, pois durante meio século o número de profissionais apresenta oscilações insignificantes (Gráfico I). Esta estagnação é tanto mais significativa quanto no dealbar do século XX, a tendência é para a diminuição, já que, em 1911, a população piscatória não ultrapassava 16080. Se encararmos o problema em termos de participação na população activa, a tendência é sempre de declínio: em

¹⁷ *Ob. cit.*, I Tomo, pp. 181-183.

¹⁸ *Ob. cit.*, p. 435-436. O quadro apresentado nesta obra corrige o de Balbi, pois, como este reconhecia, faltavam-lhe os dados de Lisboa, mas por sua vez erra na soma total do número de pescadores, indicando 29594. O número de 21159 acima apresentado é, pois, fruto da correcção por nós efectuada. No entanto, a listagem continua a revelar lacunas evidentes.

¹⁹ FREITAS, J.J. Rodrigues de, *Notice sur le Portugal*, Paris, Imprimerie a Paul Dupont, 1867, pp. 70-72.

²⁰ *Ob. cit.*, p. 421.

²¹ *Estatística das Pescas Marítimas...* pp. 66-67. Os números citados incluem 1848 embarcações de pesca em águas salobras a que correspondem 4927 pessoas.

1853, os pescadores entravam com uma quota de 1.4%, em 1890 desciam para 1.0%, em 1911 passam para 0.7% e, em 1950, apresentavam, finalmente, uma leve recuperação, com 0.9% (e 26460 pescadores) dessa estrutura demo-económica²².

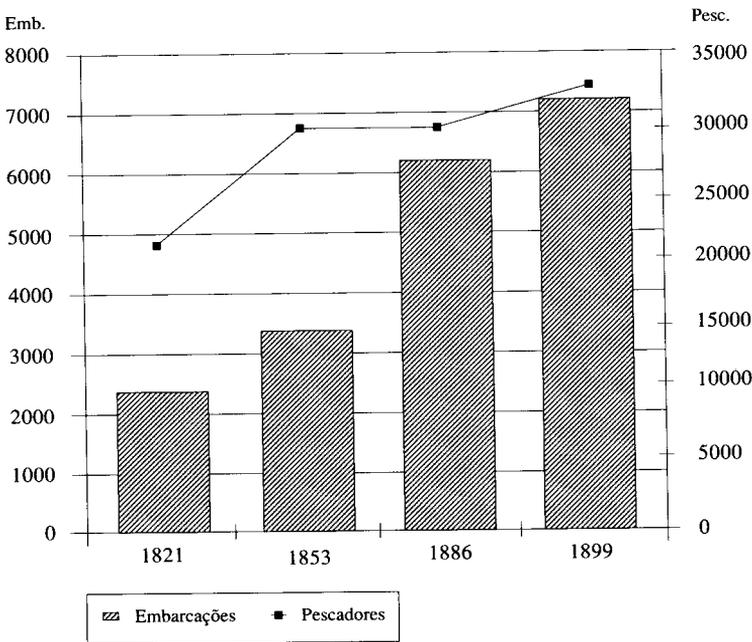
Já o número de embarcações cresce substancialmente, mais do que duplicando durante a segunda metade do século. Mas, mais importantes do que este aumento são as alterações qualitativas que vão surgindo, pois nos anos 80 procede-se à introdução de barcos a vapor, existindo três companhias no Porto com 4 embarcações deste tipo, o que significa uma capacidade acrescida de pescar, com a vantagem da diminuição de pessoal. Estes barcos a vapor utilizam redes de arrastar e provocam conflitos graves com os pescadores tradicionais, os quais representam ao governo contra a insegurança criada (este processo arrastava-lhes as redes usuais, impedia a procriação, destruía as espécies jovens, dada a malhagem apertada e a alta velocidade utilizada). Em 1891, o governo vê-se mesmo obrigado a estabelecer um «*regulamento provisório para a pesca com redes de arrastar pelo fundo*»²³, que será logo contestado pelos armadores dos barcos a vapor.

Quer dizer, a pesca tradicional, que já mostrara dificuldades em se adaptar à liberdade de produção e comercialização criada pelo liberalismo nos anos 30, por virtude de uma tradição arraigada, de características corporativas, passou a enfrentar, na década final do século passado, novos problemas. Confronta-se, agora, com a inovação tecnológica, que dispensava pessoal, colhia maior quantidade de pescado, ainda que de menor qualidade, mas alterando significativamente os preços no mercado, e com a lenta introdução de formas capitalistas de organização empresarial, de que são exemplo as três companhias do Porto e, sobretudo, a «*companhia portuguesa de pescarias de Lisboa*», sociedade anónima, com capital de 100.000\$000, que empregava apenas 70 pessoas em quatro barcos a vapor.

²² Para os dados da população activa no século XIX, cf. REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 2, Lisboa, publicações Alfa, 1990, p. 152. Para 1890, 1911, 1950 seguimos os censos demográficos respectivos.

²³ Regulamento de 30 de Julho de 1891. Cf. ainda o «*Parecer da comissão de pescarias acerca de várias representações, umas pró e outras contra o regulamento de 30 de julho último*», de 12 de Setembro de 1891, in «*Collecção de Leis Sobre a Pescas*». 1.º Volume, Lisboa, 1894, pp. 498-521.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS PESCAS NO CONTINENTE



4. Neste contexto nacional, qual o peso relativo da actividade piscatória do distrito do Porto, considerando os indicadores utilizados acima?

Recorrendo a diversas fontes, observemos a evolução quantitativa de embarcações e pescadores nos concelhos em contacto com o litoral e a foz do Douro. O Quadro I, fornece-nos uma ideia da representação da pesca portuense na totalidade continental, embora apresente algumas discrepâncias e falta de homogeneidade, por derivar de critérios diversos de agrupamento, quer geográfico, quer profissional (o n.º de pescadores da Póvoa, em 1854, só pode ser aceite pela agregação das pessoas de família que trabalhavam em serviços afins, como fabrico e conserto de redes e distribuição do peixe).

Assim, ao nível das embarcações, podemos dizer que, pelos meados do século XIX, o Porto dispunha apenas de cerca de meio milhar, passando a triplicar este número nas duas décadas finais: com esta evolução, o Porto passou de 15% da frota pesqueira nacional nos anos 50

para atingir os 23% nos finais do século. Estes números corroboram o esforço que se conhece ao nível da construção naval, pois ultrapassada a época de construção de veleiros para as travessias atlânticas, os estaleiros nortenhos passaram a orientar-se para as pequenas unidades de pesca²⁴. As estatísticas²⁵ indicam, para 1899, a construção de 192 embarcações de pesca, em conjugação com o momento activo que se vivia no Departamento Marítimo do Norte (de Caminha à Figueira da Foz), o qual foi responsável por 367 novas embarcações nesse ano, ou seja, 66% do total construído em todo o continente. Se observarmos o caso pelo prisma da tonelagem, então essas novas embarcações do distrito do Porto representavam, só por si, 41% do total construído, pois o número de embarcações começa, por esta altura, a ser um indicador mais do que deficiente. Veja-se no Quadro II a distribuição dessas embarcações, observando-se o fenómeno de polarização dos portos da Póvoa e de Leixões a atraírem os barcos de maior tonelagem, restando para o Porto e Vila do Conde os elementos de menor dimensão.

No que respeita à população piscatória, observam-se grandes oscilações nos diversos centros (Quadro I), e os números arredondados dizem-nos da dificuldade de a calcular com exactidão, tanto mais que a pesca no litoral nortenho nem sempre foi uma actividade a tempo inteiro, e, por outro lado, terão existido divergências na contagem (referem-se apenas os pescadores matriculados ou agregam-se os adventícios, incluem-se os menores e os que ficam em terra em tarefas de apoio, fazem-se cálculos aproximados? Nunca o saberemos com rigor, dada a diversidade de origem da informação utilizada).

É, porém, admissível a existência de grandes flutuações, pois, as pescarias sempre foram uma actividade de êxodo mais ou menos permanente, e, no século passado, são frequentes os fluxos emigratórios para o Brasil, que remontam aos anos 50 e 60. Muitos pescadores poveiros partiam mesmo «engajados», isto é, com contratos de locação de serviços para

²⁴ Sobre a crise de construção naval e os esforços de revitalização da marinha mercante nacional nos finais do século passado, cf: VARETA, Bernardino, *A Marinha Mercante e a Economia Nacional*, Porto, 1903.

Comissão Permanente de Defesa da Marinha Mercante Portuguesa, *Representações dirigidas aos poderes publicos sobre a situação da marinha mercante nacional*, Porto, 1898.

Representação dirigida a Sua Magestade El-Rei pelas classes interessadas na construção naval nacional e enviada por intermédio da Associação Comercial do Porto, pedindo que se distribuam pelos estaleiros do norte algumas obras de construção de navios do estado, Porto, 1888.

²⁵ *Estatística das Pescas Marítimas...* p. 104.

zonas piscatórias²⁶. A emigração de pescadores para o Brasil acentuar-se-á nos inícios do nosso século, tendo também vivido a repatriação em massa, quando as políticas autárquicas dos anos 20 impuseram a «nacionalização» da pesca, exigindo que mais de um milhar de «poveiros» se naturalizassem brasileiros para que lhes fosse concedida a respectiva licença. A recusa destes em perderem a nacionalidade portuguesa tornou-se, então, motivo de orgulho nacional, levando a que muitos regressassem à Póvoa, alguns dos quais embarcaram posteriormente para as colónias²⁷. Mas a emigração foi sempre a solução preferida pelo poveiro para resolver a falta de trabalho, já que se tratava de uma população bastante fechada, sob o ponto de vista social, a que não é estranha uma profunda tradição de organização corporativa, mas que dispunha de uma técnica ímpar de pescar ao largo, aplicável mais vantajosamente noutras paragens.

Para além da emigração, os documentos de meados do século XIX referem com alguma insistência, o abandono da pesca por parte dos filhos mais novos dos pescadores para se dedicarem a outros ofícios, em especial, o de marinheiros, o que era frequente nos núcleos do Porto, Matosinhos e Vila do Conde. Muitos embarcavam para as carreiras de longo curso, bem pagas e com salários regulares, superiores aos que aufeririam nas partilhas das pescarias incertas, outros circundavam os navios que chegavam ao Porto, transportando cargas e conduzindo-os pelos difíceis escolhos da barra do Douro. Para estes núcleos, a pesca funcionava, assim, como uma tarefa de iniciação ao mar, que se abandonava na primeira oportunidade e à qual se retornava no declinar da vida. Segundo o inquérito industrial de 1881, em Bouças e Vila do Conde, a pesca era «a aprendizagem ou a reforma dos marinheiros e moços de bordo»²⁸.

Mas há um pormenor que não podemos esquecer neste contexto: os naufrágios. Anos havia que eram desastrosos, umas vezes destruindo o equipamento, reduzindo à miséria aqueles que antes eram pescadores dinâmicos e decididos, obrigando-os a alterar o rumo das suas vidas; outras vezes, resultavam em numerosas perdas de vidas, como em 1887,

²⁶ ALVES, Jorge Fernandes, *Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX*, «Revista de História», vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto, p. 279.

²⁷ Sobre este assunto, cf. GONÇALVES, Flávio, *Os pescadores poveiros em Angola e Moçambique*, «Póvoa de Varzim — Boletim Cultural», vol. VI, n.º 2, 1967, pp. 287-322.

A designação de «praça dos Poveiros», no Porto, constitui uma das muitas homenagens ao patriotismo destes pescadores, promovidas, por essa altura, por organismos oficiais e particulares.

²⁸ *Ob. cit.*, p. 20.

quando morreram afogados 91 pescadores da Póvoa ou, em 1892, cento e três²⁹.

De qualquer modo, os pescadores do distrito do Porto, oscilando entre os 4 a 6 milhares, representavam, em meados do século, 29% da classe piscatória nacional, mas o seu crescimento posterior não acompanhou o crescimento geral que se verificou no Continente, descendo gradualmente a sua representação para 17% ao fechar do século. Não esqueçamos, porém, que a falta de condições do porto da Póvoa levava também muitos dos seus pescadores a fixarem-se nos mais diversos lugares do litoral nacional, incluindo em portos do Centro e Sul do País.

QUADRO II

EMBARCAÇÕES DE PESCA CONSTRUIDAS NO DISTRITO DO PORTO — 1899

Portos	Embarcações	Tonelagem
Póvoa Varzim	51	354,581
V. Conde	55	51,588
Leixões	50	217,177
Porto	36	44,268
Total	192	667,614

De resto, o que mais impressiona é a redistribuição geográfica dos pescadores que se começa a fazer sentir no final do século passado, de acordo com a polarização acima referida. Matosinhos vê crescer rapidamente o seu número de pescadores: muitos poveiros e vareiros, estes de Espinho, aí se radicam, mas, sobretudo, vêm aqui fazer as suas descargas de pescado, conferindo uma nova dinâmica de exportação (para Brasil e Galiza) ao porto de Leixões recém-construído, que aumentará sensivelmente com a fixação das fábricas de conservas de sardinhas, ao raiar do novo século, as quais se tornam o melhor cliente deste tipo de peixe.

²⁹ CALAFATE, Vasques, *O Porto de Pesca da Póvoa de Varzim — necessidade e justificação da sua construção*, Póvoa de Varzim, ed. da Câmara Municipal, 1955, pp. 18-19.

A Póvoa vê diminuir drasticamente a sua população piscatória, por esta altura³⁰: emigração, más condições portuárias e a dificuldade de fazer frente às «artes novas» que se vão generalizando com a entrada do século XX, pois «*não podiam os barcos à vela e a remo dos poveiros competir com os arrastões, com os cercos americanos e as traineiras, nem na quantidade nem no custo das pescarias*»³¹.

Gondomar não perdeu os seus valboeiros, embora o seu número surja, no quadro, agregado ao Porto (que inclui também Gaia), já que os dados fornecidos em 1899 são apresentados por capitánias e suas delegações.

Vila do Conde, por seu turno, apresenta, em 1899, uma imagem de recuperação, face ao quase aniquilamento piscatório de meados do século. É, porém, uma recuperação especial, já que deriva, na sua maior parte, de um enquadramento administrativo que faz da povoação de Caxinas um lugar de Vila do Conde, embora constitua um prolongamento para sul da colónia de «poveiros», que se desenvolveu nos finais do século. Como disse Alberto Pimentel, quando apresentou um projecto de lei para a anexação de Caxinas e Poça da Barca à Póvoa, «*estes colonos são oriundos da Povoia de Varzim, onde tem parentes e interesses, onde exercem a sua industria, embarque, desembarque, lavagem e secagem das redes, e onde realizam todas as suas transacções, pois que em Villa do Conde não ha compradores nem exportadores de peixe*»³².

Mas o verdadeiro efeito da introdução das «artes novas» na pesca, conseguindo mais pescado com menos pescadores, de consequências desastrosas nas populações piscatórias, pois a grande maioria, descapitalizada, não tem possibilidades de adquirir novos equipamentos com que possa fazer face à concorrência, é já claramente observável através da análise comparada dos dados dos recenseamentos de 1890 e 1911 (Quadro III)³³. Aí se observa que a população do Porto ocupada na pesca passa de 5550, em 1890, para 2798 pessoas, em 1911, numa quebra

³⁰ Sobre o processo de decadência e luta pela revitalização da pesca na Póvoa, cf. FILGUEIRAS, Octávio Lixa, *Cooperativas de pesca: primeiros ensaios na Póvoa de Varzim*, «Póvoa de Varzim — Boletim Cultural», Vol. XIX, n.º 1, 1980, pp. 5-34.

³¹ CALAFATE, *ob. cit.*, p. 17.

³² Projecto de lei apresentado na Câmara dos Deputados por Alberto Pimentel a 30 de Junho de 1893. Cit. por VILA COVA, António Ferreira, *Caxinas — Terra do meu coração*, Vila do Conde, Ed. C. Municipal, 1989, pp. 43-44.

Para 1906, Vila Cova apresenta dados que atribuem, 202 barcos inscritos, 106 mestres de pesca, o que, com as tripulações se aproximava de um milhar de pescadores (p. 53).

³³ *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911*, Parte V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

drástica que a reduz em metade, num espaço de cerca de 20 anos. Da participação de 3.4% que os pescadores ocupavam, em 1890, entre a população trabalhadora dos concelhos acima considerados, passa-se para 1.5% em 1911.

Podemos dizer que, com a passagem do século, a Póvoa de Varzim cede o seu lugar de primeiro centro piscatório para Matosinhos, localidade que passa de uma posição insignificante para a liderança, mas, repare-se, com números muito baixos, longe dos tempos áureos da Póvoa. A queda desta é muito brusca, passando dos quatro milhares para cerca de 7

QUADRO III

PESCADORES NA POPULAÇÃO ACTIVA — 1890 e 1911

CONCELHOS	1890		1911	
	Pescadores	% Pop. activa	Pescadores	% Pop. activa
Gondomar	233	1.35	214	1.24
Matosinhos	180	1.24	886	5.99
Porto	189	0.27	202	0.21
Póvoa	4237	32.7	668	6.54
V. Conde	410	3.11	462	3.21
V.N. Gaia	301	0.89	366	0.96
Total	5550	3.44	2798	1.48

centenas de pescadores: se parece exagerada ela é, no essencial, confirmada pela informação qualitativa. Um autor poveiro, Vasques Calafate³⁴, lembra as quarenta lanchas que tinha conhecido, entretanto reduzidas a quatro, e situa o grande êxodo por 1908, quando solicitava, há cerca de 40 anos, a construção do porto da Póvoa, indispensável para que os pescadores pudessem utilizar as modernas embarcações, recuperar a tradição de pescar e... regressar de Matosinhos, do Brasil, de África.

Sublinhe-se que os outros centros piscatórios do litoral portuense não apresentam variações sensíveis, mantendo as escassas centenas de pescadores, pois trata-se de grupos especializados, de pesca junto à costa, raramente se aventurando no mar alto, controlando pequenas faixas de

³⁴ Ob. cit., p. 17-18.

mercado local, longe, portanto, de uma actividade intensiva como a dos poveiros, cujo espaço de manobra (recolha e mercado) foi seriamente afectado por uma concorrência desigual.

A redução da população piscatória do litoral portuense ocorre, como vimos, em consonância com o declíneo da comunidade piscatória nacional. Mais do que um processo de decadência, essa redução significa, sobretudo, uma profunda reestruturação que abrangeu a pesca do mar alto, através de investimentos em técnicas mais eficazes e mecanizadas, em complemento com uma gestão empresarial que importa capitais de meios exteriores à classe piscatória e assegura, através das empresas conserveiras, um mercado regular, ultrapassando, por completo, as práticas e os meios tradicionais, incapazes de responder aos desafios da modernização. Como em todos os processos de reestruturação, a mão-de-obra e os processos de qualidade artesanal foram os elementos sacrificados. Não obstante continua-se, ainda hoje, a viver o paradoxo de um país marítimo ter dificuldade no aproveitamento pleno das potencialidades que o mar lhe oferece.

5. Que imagem nos fornecem, então, os relatórios publicados em anexo? Produzidos em 1868, situam-se a meio caminho no percurso histórico acima descrito, com os pescadores artesanais em plenas dificuldades mas sem sentirem ainda os problemas que a organização empresarial da actividade virá suscitar. As questões levantadas evidenciam apenas o confronto das colónias de pescadores com os problemas emergentes da implantação do Estado Liberal, os quais vêm à superfície por entre outros mais longínquos.

Assim, a problemas tradicionais como a insegurança e perigosidade do trabalho, a instabilidade de rendimentos, a falta de condições portuárias, a carência de amparo para os filhos e viúvas de naufragos, o êxodo da profissão, vêm juntar-se os «vexames» da dura exacção fiscal, da obrigatoriedade de prestação do serviço militar e da liberdade generalizada de pescar sem se estar agregado a confrarias ou outras formas de controlo corporativo.

Quase todos os núcleos se apresentam como decadentes, em 1868, à excepção da Póvoa que, então, se apresentava com todo o seu fulgor, pescando para si, para esse grande mercado urbano que era a cidade do Porto e para todo o Norte de Portugal, exportando para o estrangeiro, sendo o núcleo mais apetrechado tecnicamente, praticando na generalidade a «pesca do alto». (Sublinhe-se que o desenvolvimento urbanístico da Póvoa se processava de uma forma dinâmica, como se pode ver pelo «mappa estatístico» inserto no relatório de 1868, para o que contribuía decisivamente o seu papel de estância balnear, levando à Póvoa cerca de

20.000 veraneantes anuais³⁵). Matosinhos, por exemplo, tinha um núcleo piscatório insignificante, devendo-se o seu movimento ao acolhedor porto de abrigo que possuía, então ainda natural e enquadrado pelos Leixões, aí desembarcando largas dezenas de barcos poveiros para armazenarem a sardinha, antes de seguir o destino da exportação. Um pormenor curioso, ligado directamente à liberdade de pescar criada pelo decreto liberal de 1830, tem a ver com a denúncia feita pelo Porto e Gondomar sobre os pescadores adventícios vindos do Sul, os «varinos» ou vareiros, que viviam nos seus próprios barcos e se eximiam ao imposto, numa prática que antecedeu a sua fixação posterior em Matosinhos.

Sob o ponto de vista económico, a ideia geral é a da dificuldade de sobrevivência, dados os baixos rendimentos, já que o dinheiro fugia para os impostos, os lucros das regateiras, e para a permanente compra de utensílios de pesca, frequentemente destruídos pelo mar. O pescar a crédito, através de empréstimo a juros elevados para a compra de novos equipamentos, era outro problema geral. Isso associado a práticas menos economicistas do quotidiano do pescador explicava a humilhação de homens varonis se sujeitarem a mendigar em período invernosos, quando não pudessem pescar, pois só conseguiam assegurar a sobrevivência do dia-a-dia: *«essa grande riqueza proveniente da pescaria passa pelas mãos dos pescadores, como a onda pelos seus bateis, deixando-lhes apenas o necessário para prolongar uma vida miserável»*³⁶.

Para além das curiosidades locais, sublinhe-se a incapacidade geral para propor medidas tendentes a melhorar a condição de vida dos pescadores e a otimizar a pesca, a não ser a reforma do imposto do pescado, a abolição do recrutamento militar e as, sempre desejadas, melhorias portuárias, a primeira e a última decisivas para estabelecer as condições de arranque para a modernização.

³⁵ Cf. MARTINS, Luís Paulo Saldanha, *Banhistas de Mar no Século XIX — um olhar sobre uma época*, «Revista da Faculdade de Letras — Geografia», I série, Vol. V, Porto, 1989, pp. 45-59.

³⁶ Relatório anexo da Póvoa de Varzim (1868).

ANEXOS

Doc. 1 — Relatório de Vila do Conde

Ex.^{mo} Snr.

A comissão nomeada por V. Ex.^a em Alvará de 27 de Maio para estudar o estado das pescarias nesta Villa, e propor as providencias tendentes a melhorar as suas condições, apesar de reconhecer a sua insuficiência para tratar deste assumpto, contudo, dispondo de pequenos recursos, e possuida da melhor vontade, vae tentar responder aos quesitos, que lhe são indicados no sobredito Alvará.

No primeiro ordena-se a remessa de todos os documentos originaes ou copiados concernentes á administração e policia das pescarias, incluindo os compromissos dos montes-pios, ou de outras quaisquer instituições de socorros mutuos, ou de beneficiência ou piedade. Infelizmente a comissão sente não ter encontrado documento algum, que possa enviar, porque a pescaria desta Villa não tem organização particular, e rege-se por as leis administrativas e policiais que vigoram em todo o Reino.

Não existem monte-pios ou associações de socorros mutuos, nem é possível criarem-se, enquanto esta industria, limitada a um pequeno numero de individuos, caminhar como tem caminhado em uma escala de completa decadencia e tam crescente, que faz quasi pressentir o seu completo aniquilamento.

Apenas existe uma instituição de piedade, sob o nome de Confraria de Nossa Senhora da Guia, criada em tempos remotos, e provavelmente quando a colonia dos pescadores era numerosa, á qual pertencem só pescadores e não era permitida a entrada a pessoas estranhas ás lidas do mar, como se vê em uma reforma dos Estatutos feita em 1766.

Achamos nesses Estatutos a obrigação expressa, que os pescadores tinham de contribuir com uma certa parte do produto da sua pesca, que formava o principal rendimento da Confraria, cuja administração era sempre confiada por eleição annual a pescadores, não podendo nunca entrar nella pessoas estranhas á pescaria. Em compensação a Confraria era obrigada a certos suffragios, e dar a cera para baptizados, casamentos e enterros dos seus confrades.

Esta confraria administrada quasi sempre com honradez, tem seguido as diversas phases da pescaria, e continua a existir com Estatutos recentemente aprovados por o Governo e em harmonia com as leis vigentes.

Nas epochas em que a pescaria gozava de certos privilégios, era sempre a confraria quem os defendia, sustentando os letijios, e provendo às despesas que estes originavam. É ella ainda a depositaria de um privilegio concedido no Reinado da Senhora Dona Maria primeira, que confirmava outros que os Reis seus antecessores tinham concedido aos pescadores, cujo documento a comissão envia junto por cópia.

O segundo quesito na sua primeira parte, que se refere a colligir noticias ou memorias antigas pelas quais se possa avaliar do estado da pescaria, fica quasi respondido no primeiro quesito, porque alli se mostra, que esta Comissão não tem fontes seguras onde possa ir beber subsidios para avaliar o estado remoto da pesca nesta Villa, por falta de documentos aonde se encontrem dados estatisticos.

Tem por isso a Comissão, ainda que recorrer aos livros antigos da Confraria de Nossa Senhora da Guia, aonde se acha lançado o numero de embarcações que contribuiam para a sustentação da Confraria. Destes assentos feitos com bastante irregularidade tomaremos alguns dados para formar um pequeno quadro estatistico das embarcações que se empregavam na industria da pesca desde o anno de 1798 a 1827.

Dividiremos estes em periodos de 10 anos, para lhe tomarmos a media.

Periodos de 10 annos	Lanchas	Bateis	Barcos menores	Total
1798 a 1807	12	14	4	30
1808 a 1817	10	11	5	26
1818 a 1827	8	7	9	24

Não se remonta a Comissão a eras mais remotas, porque embora existam livros mais antigos, tem lacunas que não deixam formar um juizo seguro, deprehendendo-se mesmo por algumas resoluções tomadas em mesa, que não havia muita regularidade, porque alguns pescadores de barcos menores se eximiam á quota que lhes pertencia, com o fundamento de pescarem á linha e não com redes.

Depois de 1828 é que a Comissão não pode encontrar mais bases seguras para poder indicar as phases porque passou a pescaria. Effeitos provaveis das commoções politicas que transformaram as bases fundamentais da Nação e lhe prepararam a sua regeneração politica, não apparece documento algum que sirva de guia, e só no anno de 1838 vamos encontrar na Delegação da Alfandega novo subsidio, consultando as matriculas dos barcos de pesca que começa no dito anno. Abstraindo dessas matriculas as embarcações das povoações ruraes, que se empregavam, e ainda se empregam na industria da pesca, quando o trabalho da lavoura lhes da alguma folga, embarcações alem disso construidas com o fim de poderem ir colher argasso ao mar para adubo das terras e que a comissão não pode considerar como de pesca, tomamos aquellas que consideramos como verdadeiramente tripuladas por homens que vivem do produto da pescaria e damos o seguinte mappa estatistico dellas. Referindo-se este prazo a uma epocha mais recente, dividiremos em periodos de 5 anos.

Cotejando esses dados, a comissão reconhece que não pode haver exactidão no primeiro periodo de 1839 a 1843, porque não era possivel um augmento tam sensivel de barcos menores e attribue isto ao pouco cuidado que havia em obrigar á matricula todas as embarcações de pesca. Vê-se que a verdadeira decadência começa no periodo de 1854 a 1858, cujo motivo a comissão não ignora, mas que reserva para indicar no

terceiro quesito. Agora querendo dar o numero do pessoal é a comissão obrigada a confessar uma triste verdade: nos livros aonde se matriculam as diferentes embarcações da pesca, não ha senão em pequeno numero a matricula da gente que as tripula, em quasi todas indica-se a qualidade e nome da embarcações, o nome do proprietario e do arraes e em quanto à tripulação tem lançada a nota — incerta —. Efectivamente os pescadores andam sempre em continua mudança e não estão agregados aos barcos senão enquanto vivem em harmonia com os arraes, a mais pequena inimizade os faz mudarem-se de um para outros barcos, e só aquelles que possuem redes suas se conservam agregados ás lanchas.

Periodos de 15 annos	Lanchas	Bateis	Barcos menores	Total
1839 a 1843	9	5	4	18
1844 a 1848	8	6	23	37
1849 a 1853	7	3	24	34
1854 a 1858	4	2	18	24
1859 a 1863	3	1	27	31
1864 a 1868	2		28	30

Não podemos portanto responder a uma importante parte do segundo quesito, e só calcularmos o pessoal actualmente em exercicio (não baseado em documento) mas por cálculo em 80 pessoas a maior parte de idade avançada.

Antes de designarmos os appaarelhos de que se servem os pescadores, diremos em que se empregam as diversas embarcações que notamos nos mappas.

As lanchas são embarcações de boca aberta com uma só vela triangular que vão largar redes ao mar colhendo-as vinte e quatro horas depois.

Os bateis, que tem desaparecido, eram lanchas menores.

Os outros barcos a que se dão diversas denominações — catraias, cahiques, miranços, etc. — servem para a pesca á linha.

As redes que empregam as lanchas e a que chamam redes de pescada tem 54 metros de corda e 108 de panno de malha, cada lancha costuma levar 45 redes, e precisa ser tripulada por 15 pessoas.

Largam outros appaarelhos chamados rascas que servem para a pesca da arraia e tem as mesmas dimensões das redes da pescada. Um barco com 40 rascas emprega 7 pessoas.

É ocioso definir pesca á linha, porque empregada em todas as costas, pode haver alguma variedade na qualidade da isca que empregam, grossura de linha, etc., mas o processo é sempre o mesmo.

Seria conveniente e podiam ser usados espinheis, mas não está em uso entre os pescadores d'aqui.

Nos rios pescam com umas redes de arrastar a que chamam bargas, mas pouco producto tiram por causa do mau estado do rio.

A pesca quando florescia, occupava bastante regateiras, que faziam boas salgas e sêccas de peixe, e vendiam aos almocreves do Douro e Tras-os-Montes. Ainda hoje há um arremedo desse tempo, mas tam insignificante, que nem vale mencionar-se.

Contra o que se observa em outras, ou antes, em quasi todas as povoações onde

as colonias de pescadores são grandes e por isso tem habitos e costumes diversos, aqui talvez por o numero de pescadores ser limitado e estarem mesclados com as outras classes os costumes são pela maior parte morigerados e os seus habitos pouco differem do resto da população pobre da Villa.

Soffrem privações inherentes ao estado decadente da pesca, e não é raro encontrarem-se a mendigar nas aldeias, quando o inverno não lhes deixa colher nada no mar.

Julga a comissão ter respondido a todos os pontos do segundo quesito e sente não poder satisfazer por falta de dados em que baseie a sua opinião.

No terceiro é a comissão consultada sobre os meios de melhorar a industria da pesca, e a sorte dos pescadores.

É aqui realmente onde ella se vê mais embaraçada; receia propor alvitres que sejam, geralmente, mal considerados, mas como tem a consciência que dá um voto exclusivamente seu, ha-se dizer, no seu modo de entender, quaes as causas da decadencia da pesca e os remedios de que precisa.

Assignalaremos a causa principal da decadencia: é a falta de pessoal. Os motivos desta diminuição vamos buscalos em tres epochas.

A primeira é no período de 1818 a 1827, em que sabemos, por pessoas ainda vivas e pela tradição, que os pescadores desta Villa sustentaram com as Religiosas do Mosteiro de Santa Clara uma demanda por causa de certas regalias que as Freiras d'aquelle Convento queriam gozar; demanda que durou alguns annos e que sendo afinal vencida pelas Religiosas, foram os pescadores condenados e executados nos barcos e redes que possuíam, ficando por isso muitos sem recursos, nem meios, e deliberando-se os que ficaram nestas circunstancias a emigrarem, embarcando em navios mercantis a maior parte delles.

A segunda epocha foi nos calamitosos tempos das nossas luctas civis de 1831 a 1833, em que agarravam os pescadores mais novos para a Armada e obrigavam outros a irem para os trabalhos das trincheiras e fachinas do cerco do Porto. Quantos pescadores não se perderam nessa epocha? Bastantes necessariamente, o contacto dos acampamentos fez-lhes perder o gosto da pesca, e adoptaram outras profissões, e os que tinham embarcado na Armada quando sahiram seguiram a marinha mercante, nenhum voltou a ser pescador.

Os que ficaram continuaram, a pescaria parecia que voltava a entrar em nova phase, conservava é verdade um estado estacionario, mas prometia melhorar. O inverno de 1854 infelizmente destruiu no mar a maior parte das redes e aparelhos, sem protecção nem recursos deixaram de se fazer novos aparelhos, e a pescaria foi decahindo.

Mas não é esta a epocha em que a comissão considera como terceira de decadencia, essa é aquella em que os pescadores foram encorporados no recrutamento maritimo. Foi essa disposição que aniquilou a industria da pesca. Gozando de isenções e privilegios que eximiam o pescador de todo o serviço, os pais instavam e aconselhavam os filhos a seguirem a mesma profissão.

Hoje não; os lucros dos que se empregam na marinha mercante são muito superiores aos que auferem os pescadores. Sem garantias, isto é, considerados igualmente, são os pais os primeiros a mandarem seus filhos embarcar, e tanto que actualmente não se encontra um unico pescador novo.

Outro motivo que affasta deste porto embarcações vizinhas e que impede os nossos pescadores de não sahirem tantas vezes ao mar como deviam é o mau estado em que se acha a Barra. Sem entrar nas causas do seu mau estado, é de absoluta necessidade olhar para os melhoramentos da entrada do porto d'esta Villa que possui sem disputa o primeiro Estaleiro do Reino. Tem-se feito, é verdade, algumas obras no rio, mas

sempre interrompidas, nunca concluídas, conservam a Barra em um estado deplorável, mormente nestes últimos annos em que não tem havido enchentes do rio para expellirem as areias que se vão accumulando na sua foz.

Podia também o rio ser mais abundante de peixe, mas obstruído por açúdes que o atravessam, não encontra o peixe que vem desovar á agoa doce, passagem e volta para fora, ao que se sustenta nos rios falta-lhes espaço para viver. Estes açúdes além de serem prejudiciaes á criação e desenvolvimento do peixe, são constante obstáculo á corrente do rio que cortada em pontos diversos, perde a sua força e vem sempre fraca desaguar no Oceano, sem poder limpar nunca os bancos que as ondas formam na Barra.

Não considerando como causa de decadência, mas sim como estorvo ao desenvolvimento da pescaria o tributo de 6% chamado imposto de pescado, é effectivamente um onus que não tem razão, nem motivo em que se funde; e o pescador, o homem que vae luctar com o mar para lhe arrancar o valor do seu sustento devia estar isempto de todo e qualquer tributo. Tem-se aventado a ideia de os contribuir por taxa industrial, é querer curar um mal com outro. Extingua-se toda a qualidade de imposto àquela classe, mas não se queira deslocar um tributo para o colocar peor.

A industria de pesca definha, precisa muita protecção para viver, é quase necessario ressuscitá-la, e se querem preparar-lhe uma epocha próxima de engrandecimento, concedam-lhe privilégios. A causa da sua decadência, a principal, é a falta de braços, para os chamar é preciso incentivo; o trabalho procura sempre o maior lucro, e só se sujeita a ganhar menores se para isso gozar de certas regalias.

A unica maneira portanto de a industria da pesca se desenvolver e progredir é, na opinião da comissão, isentarem-na dos recrutamentos de mar e terra. Os pais aconselham os filhos a serem pescadores, entra a mocidade, que é a vida nesta industria, e havendo pescadores jovens e robustos, educados naquele modo de vida, ganham-lhe gosto, enraiza-se-lhe a affeição pela pesca e poderemos em poucos annos contar com uma pescaria que tomando certa importância possa então ser tributada em proveito do Thesouro.

Desejava a comissão desenvolver melhor este seu trabalho, porem, faltam-lhe os recursos, receia tornar-se enfadonha e cansar e por isso conclue fazendo votos para que as pessoas mais competentes se lembrem de alvitre que efficazmente faça attingir a industria da pesca a grande prosperidade que merece esta comissão deveras deseja.

Deus guarda a V.^a Exc.^a.

Villa do Conde, 17 de Junho de 1868

Manuel Gavinho da Cruz
Miguel Estevão Soares
Jose Gomes Caldeira

Doc. 2 — Relatório de Bouças

Illm.^o Snr.

A Comissão nomeada neste Concelho de Bouças para informar sobre os quezitos indicados no Alvará do Governo Civil deste Distrito de 27 de maio último em execução da Portaria do Ministério das Obras Públicas de 13 do mesmo mes vai cumprir este dever da melhor forma que suas facultades lhe permitem.

No 1.º quezito limita-se a Comissão a informar que é verdade ter aqui existido em tempo uma comissão auxiliar da Real Sociedade Humanitaria, que se prestava a fornecer todos os socorros de que se achava provida para acudir aos bateis que frequentemente aportavam ás margens do Rio Leça, obrigados pelas tempestades quando nestes melindrosos e arriscados momentos lhes era vedada a entrada na barra do Porto e caes dos carreiros na Foz; havendo esta Commissão Humanitaria prestado valiosos serviços, á muito que é ignorado o fim que teve, constando porem que ainda existem fundos e alguns aparelhos a cargo da mesma Commissão Humanitaria.

2.º quezito

Antigamente havia uma porção de lanchas de pescaria comparadas ás valboeiras com aparelhos e redes proprias para o alto mar, hoje está resumido a trinta e cinco, ou quarenta barcos proprios para pesca de linha e redes no valor de Rs. 1000\$000, pouco mais ou menos, e os aparelhos no valor de Rs. 200\$000 proprios para pequena altura com o pessoal de cento e sessenta homens pouco mais ou menos, e estes na maior parte invalidos e rapazes que se achão fora da lei do recenseamento, e algum marinheiro do alto mar que enquanto está desembarcado frequenta a vida da pescaria; o destino deste genero é para o Porto, exceptuando algum que é consumido em Leça e Matosinhos e circumvizinhanças; Habitos e costumes desta gente no geral bem intencionada, vivendo na maior indigência por falta de meios; sendo certo que a esta barra se dirigem especialmente nos meses de Setembro e Janeiro cerca de cincoenta a oito bateis poveiros diariamente a fazer a safra da sardinha aonde há grande quantidade de armazéns de deposito sendo d'ali exportada para o Brazil e transportada para o Douro e Minho como se pode ajuizar pelo mappa do rendimento do pescado neste lugar.

3.º quesito

A foz do rio Leça abrigada pelos roxedos chamados Leixões que demorão de O. para N.O. offerece abrigo a toda a classe de pescadores poveiros, valboeiros e catraias de S. João da Foz do Douro, por que quando aponta o vendaval e o mar se agita procurão a Foz do Rio Leça como salvaterra de suas embarcações e vidas.

Esta commissão lembra-se de um melhoramento indispensavel que é fazer um caes de cem a cento e cincoenta metros, desde a cruz do Castello velho até á pedra chamada Michilhozo, para a qual offerece a natureza uma baze solida que se descobre na baixa mar, podendo applicar-se para esta obra o material do Castello que aqui existe, e para o custeio da mesma obra, lembra a mesma Commissão que se lhe poderia aplicar o rendimento do pescado dos annos necessarios até á conclusão da mesma obra, depois do que seria conveniente acabar com tão vexatorio imposto, assim como isentar dos recrutamentos de mar e terra os mancebos que constantemente se empregassem nesta industria para assim ficar melhorada a mesma industria e a sorte dos miseraveis pescadores.

Deos guarda V.ª S.ª.

Villa de Mathozinhos 13 de Junho de 1868.

Manuel Pereira Marques
João Ventura da Silva
Adrião Pereira da Silva

Doc. 3 — Relatório do Porto — 3.º Bairro

Exm.º Snr.

A comissão nomeada por alvará de V. Ex.ª de 2 de Junho do corrente anno, para estudar o estado das pescarias e propor as providencias tendentes a melhorar as suas condições no 3.º Bairro do Porto vem hoje cumprir a sua missão respondendo pela seguinte forma aos tres pontos das instrucções que receberam de V. Exc.ª.

1. Falha completamente de documentos originaes concernentes á organização administrativa e policial das pescarias é contudo sabido que infelizmente nenhuma das classes de pescadores do rio Douro que pertencem ao 3.º Bairro do Porto tem montepios ou instituições de socorros mutuos e a organização administrativa e policial das companhias limita-se apenas ao arrolamento ou matricula de cada uma das embarcações (mormente das que se destinam á pesca do alto mar) feitas pelos respectivos arrais perante o Intendente da Marinha.

As redes com que pescam bem como a embarcação e aprestos não são communs de toda a campanha e quasi sempre a embarcação pertence a quem n'ella não embarca e as redes são não somente dos tripulantes, mas de outros que se com ellas não pescam, as entregam para isso aos pescadores.

Há um ramo das pescarias, o dos saveis, que se faz com as redes denominadas — vargas — em que os aprestos pertencem a um, muitas vezes a dois ou a tres associados que fornecendo as redes aos pescadores recebem a terça parte em cada lanço.

2.º Na falta de documentos escriptos por que apenas se poderão consultar os livros do rendimento do dizimo do tempo dos frades beneditinos, senhores donatarios do Couto de Sm. João da Foz do Douro, livros que devem poisar na repartição de Fazenda do Governo Civil e que esta comissão não pode ter á mão, na falta de documentos escriptos dizemos nós, dilo a tradição, dizemno a recordação do passado e dizemno ainda as pessoas de larga idade, que a industria da pesca já foi muito mais prospera e mais numerosos os que a ella se dedicaram, sobretudo á pesca do alto mar.

Na pesca do alto empregam-se actualmente onze catraias em que exercem a industria da pesca setenta e duas pessoas do sexo masculino, contando-se neste numero alguns menores de quinze annos. Todas estas embarcações pertencem á freguezia da Foz e o valor de cada uma é aproximadamente incluindo embarcação redes e palamenta de Rs. 1000\$000.

As redes de que usam denominam-se saramonas pode custar cada uma Rs. 24\$000; cada catraia pesca ordinariamente com 40 redes.

Na pesca da Barra, da costa e do rio empregam-se da freguesia da Foz quatorze barcos, e quatro em que pescam noventa pessoas do sexo masculino, e da freguesia de Lordello do Ouro cinco barcos e quatro pequenas embarcações denominadas cahiques que são ordinariamente tripuladas por duas pessoas. Exercem a industria da pesca n'estas embarcações vinte e quatro pessoas do sexo masculino que todas residem no lugar de Sobreiras da mesma freguesia. Cada um destes barcos de pesca pode custar com a sua respectiva palamenta mais sem redes Rs 28\$800 e cada cahique Rs. 14\$400.

São diversos os aparelhos com que se pesca n'estas embarcações como são diversos os ramos da industria piscatoria a que se dedicam.

Umaz vezes usam das redes denominadas candas, e lampreeiras que podem custar Rs. 24\$000 cada uma, outras das redes denominadas feiteceiras que podem custar Rs. 10\$000 cada uma, empregando uma canda cada embarcação ou quatro feiteceiras.

Ainda há outras redes denominadas quartos que são empregadas na pesca do rio

e da costa e que podem custar cada uma Rs. 12\$000 levando oito cada uma destas embarcações.

Não é porem somente com redes que se exerce na barra do Douro a industria da pesca. Nos meses de Junho a Setembro pescam-se os robalos por meio de fisgas.

É mister advertir-se que duas terças partes dos tripulantes dos barcos pongos e dos cahiques fazem parte das tripulações das catraias que pescam no alto mar e somente quando as catraias não estão em exercício é que elles trabalham nas embarcações menores. A pesca dos saveis é feita no lugar de Sobreiras, freguesia de Lordelo do Ouro e que se faz nos meses de Fevereiro a Maio occupa cento e corenta pescadores, trabalhando quatro redes denominadas vargas que importão cada uma dellas em Rs 48\$000.

O producto de toda esta pesca é consumido, se não na sua totalidade, pelo menos na sua maior parte em estado de fresco pelo mercado do Porto.

É muito para lamentar que a despeito do muito que para isso trabalhamos não podessemos conseguir qual era o resultado aproximado da importância da pescaria n'esta localidade, mas é muito para acreditar que na repartição da alfandega e perante a escripturação dos direitos do pescado se possa melhor preencher esta lacuna.

Há ainda uma classe de pescadores adventicios procedentes das Costas do sul, a quem aqui denominam varinos, que vivem nas proprias saveiras com que pescam, e que são tripuladas quasi sempre por dous ou tres individuos (quando não encerram toda a familia do pescador) que estanciam em qualquer das margens do Douro e que exercem a industria da pesca por todos os modos, desprezando as leis, prejudicando os outros pescadores e fazendo vida de piratas da pescaria. Não podemos porem relacionar esta classe prejudicial porque não param em parte alguma. O proceder desta gente adventicia está em manifesta contradição com os pescadores da localidade, que apesar da extrema pobreza em que vive a maior parte delles, são pacíficos e morigerados e com quanto se vejam forçados por muitas vezes a mendigarem o pão, fallam bem alto as estatisticas policiaes que não apontam entre os nomes que n'ellas figuram muitos que pertencem a pescadores do 3.º Bairro.

É infelizmente bem triste o estado actual dos pescadores n'esta localidade proveniente sobretudo pela falta de pescarias o que força muitos delles a abandonarem a sua profissão buscando por outra vereda o que pela pesca não podem encontrar.

3.º Parece a esta comissão que para que se melhorasse a sorte dos pescadores e para que a industria da pesca fosse mais productiva para quem a exerce o que trazia consigo o augmento de tão proveitoso ramo de riqueza nacional era mister:

1.º Reformar o tributo do pescado, tributo exagerado e vexatório colhido de uma forma pouco digna, contra o próprio espirito da lei reguladora e mais á vontade de quem fiscaliza do que em cumprimento da lei escripta que manda disimar na propria localidade onde o peixe aporta e não nos mercados publicos distantes muito kilometros do desembarcadouro, como acontecesse n'esta localidade e forçando ainda estes conductores do producto do pescado a virem munidos de huma guia que custa dinheiro que embora seja insignificante quantia não deixa com tudo de ser onerosa para quem pouco ganha sobre tudo porque é uzo quasi estabelecido ser o producto da pesca, rede ou de cada pescador conduzido separadamente para o mercado.

Parece a esta comissão que a continuar em vigor a actual legislação sobre os direitos do pescado seria menos vexatorio para os pescadores e mais útil para a fazenda que as embarcações fossem avençadas porque da forma porque se faz a arrecadação cre esta comissão, que sendo os pescadores como são muito vexados por lhe exagerarem o tributo não aproveita á fazenda com os excessos dos recebedores que parece

trabalharem mais para si do que para o estado. A forma como está n'esta localidade constituido o sistema de arrecadação dá largas margens para esta suposição.

O fazer-se entrar a industria da pesca na contribuição industrial agremiando-a como todas as outras industrias e acabando com a lei do direito do pescado, tambem seria de vantagem para os pescadores e se desta disposição viesse o receio de que elles pela sua pobreza não entrassem nos cofres da fazenda com a quantia com que fossem collectados, poderia ainda remediar-se isto, ordenando que na occasião de cada embarcação fazer a sua matricula o arraes ou o dono d'ella fossem obrigados a prestarem uma fiança para segurarem os pagamentos da contribuição industrial que coubesse á mesma embarcação e não se consentindo que sem licença se podesse pescar quer no alto, quer na costa e quer no Rio. Este ultimo alvitre collocaria a industria da pesca nas circunstancias das demais industrias e acabaria com um tributo especial que pela propria especialização se torna oneroso.

2.º Prohibindo expressa e terminantemente a pesca exterminadora das redes varredouras e de malha estreita, não somente nas praias do rio mas tambem nas do mar, e obstando esta pesca de contrabando que agora se consente n'esta localidade, mormente no concelho de Gaia contra a expressa determinação do Alvará de 3 de Maio de 1802 que ainda não revogado do Código Penal, das posturas municipais e do Edital administrador geral do pescado de 7 de Abril de 1858. Desta prohibição não devem ser exceptuadas aqui as redes varredouras que trabalham no Cabedello (concelho de Gaia). A entrada da barra e que acobertando-se com o apanho do caranguejo pilado fazem um grandíssimo exterminio na criação piscatoria, apanhando continuamente milhares de pequenos peixes de todas as especies a maior parte dos quaes são de tão diminutas dimensões que nem aproveitados são para a allimentação e vão engroçar os montes dos caranguejos que são destinados para o adubo das terras, adubo que nenhuma falta pode fazer á agricultura em localidades como as margens do Douro onde os estrumes animaes e vegetaes e os sedimentos do rio são tão abundantes.

3.º Prohibindo igualmente que se rapem das pedras do rio, da barra e da costa as algas e os moluscos que n'ellas se accumulam e que sendo de extrema conveniencia para a criação e sustentação dos peixes, foram sempre prohibidos de serem rapados na freguesia da Foz, durante o dominio dos frades Benedictinos, que pareciam que já eram conhecedores do que sobre a vegetação das pedras maritimas e sobre moluscos que as encrustam dizem agora o Dr. J.C. Chenu, H. de la Blanchene e Louis Figuiet.

O serviço da policia da pesca deveria estar a cargo dos empregados aduaneiros que poderiam ser coadjuvados pelos proprios pescadores escolhendo-se de entre elles uma corporação policial gratuita á semelhança dos cabos de policia.

4.º Iniciando a criação do estabelecimento de beneficencia de montepios, de escolas nocturnas e incitando os pescadores a mandarem a ellas os seus filhos e para que elles o façam reformar-se a legislação do recrutamento maritimo impondo somente a metade do tempo de serviço ao pescador que sendo recrutado saiba ler e escrever correntemente.

Entende esta commissão que se pozessem em pratica estes alvitres não somente se melhoraria muito a classe dos pescadores, mas que seria mais prospera e productiva a industria da pesca.

Deos guarde a V. Exc.ª.

Foz do Douro, 17 de Julho de 1868

Manuel Luis Monteiro — Presidente
Francisco Soares Lima
M. J. da Silva Rosa Junior

Doc. 4 — Relatório de Gondomar

A comissão encarregada por S. Exc.^a o Snr. Governador Civil por Alvará de 29 de Maio de 1868 de dar a sua opinião ácerca dos meios mais conducentes para o aperfeiçoamento da industria da pesca e de melhorar a sorte dos pescadores deste concelho, tem a honra de apresentar o resultado dos seus trabalhos, imperfeitos de certo, mas a difficuldade do assumpto e a pequenez das suas forças não lhe permittio desenvolvellos com a devida proficiencia, motivo por que a commissão quase se limitou a colligir os dados estatísticos que tem relação com esta industria.

A classe dos pescadores é uma das que menos cuidados e considerações tem merecido aos poderes publicos e á sociedade em geral, apesar de ser uma das que á custa dos maiores sacrificios granjeia a sua parca sustentação; prestando grandes serviços á communidade em geral, e especialmente ás classes menos favorecidas pela fortuna, abastecendo o mercado com os productos que lhe servem de principal conducto.

Para estudarmos a questão que nos foi commetida reconcentramos as nossas atencões na freguesia de Valbom, unica em que se exerce esta industria em maior escala, pois nas outras apenas um ou outro individuo se entretem na pouco proficua pesca do rio Douro, sem caracter de profissão abitual.

É a freguesia de Valbom, povoada, segundo o ultimo recenseamento official por 3356 almas das quaes 630, divididas por 134 familias pertencentes á população pescadora.

Para mais facilmente se poder aludir esta pequena tribu, a Commissão offerece o seguinte mappa dos diferentes individuos por sexos e idades que a constituem:

Idades	Masculinos	Femininos	Total
1 a 10	91	85	176
10 a 15	46	32	78
15 a 20	40	28	68
20 a 30	37	56	93
30 a 40	34	35	69
40 a 50	31	36	67
50 a 60	32	21	53
60 a 70	12	11	23
70 a 80	3	0	3
	326	304	630

É desta população que sahiem as tripulações de 7 lanchas guarnecidas com 25 a 30 homens cada uma, que se empregão durante todo o anno e em quanto o tempo o permite na pesca do alto mar, e de 7 barcos pequenos guarnecidos com 4 a 5 homens cada um, que se empregão na pesca do rio durante todo o anno, desde a Foz até Melres. Alem do capital representado pelo trabalho exercido por aquellas tripulações nesta importante industria, o capital monetario empregado na compra dos barcos, redes e mais utensilios é representado pelos valores abaixo descriptos.

Costa de uma lancha de alto mar e seus respectivos utensilios	400\$000
Redes a 6\$000 rs. cada uma, 80 em cada lancha	480\$000
Custeio da conservação annual	60\$000
Importancia das 7 lanchas	6:580\$000
Custo de cada barco do rio	18\$000
Redes: 1 denominada tremalho	18\$000
» 1 » lampieiro	9\$000
Soma	45\$000
Importão os 7 pequenos barcos do rio em	315\$000
Capital em que importão as lanchas do alto mar e os barcos do rio com os seus respectivos utensilios, aparelhos e redes	6:896\$000
Produto medio da pesca de cada lancha do alto mar durante o anno ..	1:600\$000
Produto medio da pesca das 7 lanchas do alto mar	11:200\$000
O produto da pesca de cada barco que se emprega no rio durante o anno é de termo medio de 30\$000 rs. que multiplicado por 7 barcos importa em	210\$000
Product total da pesca exercida neste concelho	11:410\$000

Dividido este producto por 134 familias pertence a cada familia 85\$149 rs. ou se o dividirmos pelos 630 individuos que constituem esta tribu de pescadores, compete a cada um 18\$118 rs. Deste calculo se vê pois o quanto é insufficiente a quantia que compete a cada um individuo para se alimentar, vistir e pagar renda de casa, etc., e mostra as privações que necessariamente tem de soffrer, nao obsta que esse pequeno producto seja por elles desfalcado para *brodios* e *magustos* no que cada companhia de lancha annualmente dissipa termo medio 60\$000 rs. tomando como motivo para essa despesa o mais pequeno incidente, como por exemplo, concerto de lancha, reforma de verga, mastro novo, etc.

Alem disso nota-se nesta classe mui pouca previdencia, gastando tudo quanto ganhão sem lhes emportar o dia d'amanhã, de modo que quando o inverno é mais rigoroso e continuado e por tanto não podem hir ao mar, não é raro a fome invadir-lhes as suas humildes pousadas acompanhada com todo o seu horrivel cortejo, não sendo porém isso motivo que os obrigue a procurar um outro trabalho; preferindo a ociosidade de mantidos á custa de todos objectos que teem em casa, incluindo as redes que vão pouco a pouco impenhando, a ponto de muitos não poderem hir ao mar quando chegar a nova ceifa por não terem redes, ou não levarem aquellas que ordinariamente costumão levar por se acharem retidas nas garras do agiota sobre que lhes empresta a 100%; obstando desta forma muitas vezes não as poder concertar ou beneficiar no devido tempo porque as redes pertencem a cada um dos pescadores que as concertão e beneficião á sua custa excepto uma que é pertença da companhia, do producto da qual sahie o costeo mais urgente.

De tudo isto resulta grande desequilibrio nas suas finanças, o qual acompanhado de uma má economia domestica dá em resultado a mais negra miseria.

Apesar destas desgraçadas condições a classe dos pescadores em geral é proba e honesta e não obstante a sua muita ignorancia são respeitadores da lei, obedientes as

authoridades, doctados de profundas crenças religiosas e notavel amor de familia, dominando-os em geral o vicio da embriaguez.

Esta commissão mal pode indicar os meios pelos quaes se possa melhorar radicalmente esta classe, por que entende que só com aturado estudo de pessoas competentes se poderá conseguir a melhoria desejada, entretanto a commissão respondendo aos quesitos consignados no Alvará da sua nomiação offerecerá as considerações que lhe sugerirão.

Ao 1.º quesito responde que não existe neste concelho a favor dos pescadores montepios ou instituições de beneficência.

Ao 2.º quesito responde que o bom ou mau estado dos pescadores da actualidade tem sido o normal de todas as epochas. Que se hoje o numero de barcos empregados na pesca é menor o numero das suas tripulações é maior, não havendo noticias escriptas sobre esta industria, a commissão refere-se ás tradicionais.

Ao 3.º quesito responde, propondo a organização de um montepio para o qual cada companhia do alto mar deverá contribuir especialmente com o producto da pesca de duas ou tres redes de cada lancha. E como esta quota voluntaria não pode ser sufficiente para occorrer as suas grandes necessidades lembra a Commissão a cedencia por parte do Governo de 25% do direito do pescado a favor deste montepio, os quaes devem ser sujeitos á fiscalização da autoridade administrativa da localidade. A realização deste montepio entre homens tão rudes e desconfiados deverá ser por certo de difficil execução, contudo pelos meios suasorios e insistencia por parte da autoridade administrativa, pela voz authorizada do clero e dos vizinhos de maior respeitabilidade poder-se-ha conseguir que a luz sancta da organização economica penetre atravez das densas trevas em que se achão estes espiritos obscurecidos pela ignorancia congregando-os nestas beneficas instituições.

A commissão tambem lembra a alta conveniencia e urgentissima necessidade, que a caridade reclama a cada instante, de melhorar os pequenos portos de abrigo que na costa do mar dão azylo contra a tempestade e contra o naufragio para os barcos desta loja; pedindo tambem a colocação e conservação de pharolins que indiquem os escolhos mais temerosos e as barras dos portos de abrigo, podendo talvez sair a receita para estes indispensaveis melhoramentos de outros 25% tirados do imposto do pescado. E desta forma nos subtrahiriamos á severa correcção que a philantropia de virtuosos estrangeiros nos infligem collocando e conservando a sua custa um pharolim na foz do Leça.

A commissão pede tambem as mais completas providencias contra o barbaro e inqualificavel abuso, todos os dias praticado por pescadores nomadas que aportando ao Douro quase sempre sob as trevas da noute, vem sobrepeticivamente pescar com redes de arrastar, aniquilando assim a criação do peixe esterilizando os rios destes preciosos productos. É pois preciso organizar uma policia especial da pesca, composta de pescadores, para cohibirem este abuso, impondo-se graves penas aos transgressores. E não se imponha este serviço á policia estabelecida a qual pela sua inexperiencia maritima é incapaz de a exercer proficuamente.

A commissão mal pode indicar a causa da decadencia que se nota durante os ultimos annos nas pescarias. Ella não é resultante da inaptidão ou inercia dos pescadores actuaes, pois que os seus esforços e actividade parece que redobra todos os dias, não provem tambem da imperfeição dos barcos e seus apparatus e mais processos de pesca, antes pelo contrario se reconhece um certo grau de esmero em todos os processos deste mester. Devemos pois attribuir a actual esterelidade das pescarias antes a phenomenos da natureza, insondaveis aos homes vulgares.

Materia é esta que devia ser submetida a estudo de especialistas transcendentos

a ver se os nossos mercados tornarião a ser abastecidos com aquella abundancia e variedade de que falla a tradição.

A comissão terminado o seu modesto trabalho motiva a demora da sua entrega pelas delongas e embaraços que occorrerão durante a inquirição dos dados estatísticos e mais esclarecimentos que teve de colligir, se mais não fez é por que não pode ou não soube.

Sala da Comissão nos Paços do Concelho de Gondomar 11 de Julho de 1868

Os membros da Comissão

Simão Augusto Guerreiro
Jose de Almeida Fortunato
Antonio Pinto Vieira

Doc. 5 — Relatório da Póvoa de Varzim³⁷

Exmo Snr.

Por alvará de V. Exc.^a com data de 25 de maio de 1868 tiveram os abaixo assignados a honra de serem nomeados para constituirem uma comissão encarregada: 1.º de enviar a v.^a Exc.^a todos os documentos concernentes á administração e policia da pescaria, incluindo compromissos de monte-pios e d'outras instituições de soccorros mutuos, ou de beneficencia e piedade; 2.º d'enviar igualmente quaesquer noticias ou memorias pelas quaes se possa ajuizar do estado geral das pescarias e particularmente do numero de barcos e pessoas que n'elles se empregam, e dos processos e apparatus da pesca, preparação, preços e destinos do pescado, habitos e costumes dos pescadores; e 3.º de consultar sobre os meios de melhorar a industria de pesca e a sorte dos pescadores.

Os abaixo assignados satisfizeram, quanto coube em suas forças, á primeira e segunda incumbência colligindo os quinze documentos juntos, que tem a honra de pôr nas mãos de V. Exc.^a. São elles inteiramente deficientes de esclarecimentos sobre processos e apparatus da pesca, preços, preparações e destinos do pescado, e circumstancias pessoas dos pescadores; e por isso procuraram os abaixo assignados informar-se sobre esses pontos, e vão compendiar o resultado colhido dessas informações.

A Pescaria da Povoia de Varzim tem alta antiguidade, pois que já as memorias de D. Joao 1.º fazem menção d'ella. Todavia o seu maior desenvolvimento data do fim do seculo passado, como se manifesta do grande augmento de edificação moderna que se encontra na villa.

Hoje tres mil e duzentas pessoas ou mais occupam-se na pesca, e a industria das redes, transporte e venda do peixe, não occupam menos de quatro mil setecentas e trinta. Juntando a essas pessoas da villa as que de fora vem ali buscar peixe para o transportarem em barricas e cargas ao interior da provincia do Minho, e até as de Traz

³⁷ O relatório da Póvoa de Varzim e seus documentos anexos são já utilizados por Brito Aranha na sua monografia sobre esta vila. Cf. ARANHA, P. N. de Brito — *Memorias Historico-Estatísticas de Algumas Vilas e Povoações de Portugal*, Lisboa, Liv. A. M. Pereira, 1871, pp. 1-75.

os Montes e Beira Alta, é muito modesto dizer que mais de dez mil pessoas tiram a sua subsistencia d'aquella pescaria, outrora privilegiada pelos Monarchas. E isto mesmo se infere de andarem empregados na pesca 363 barcos, 25:600 redes e 3:000 linhas d'anzoos, como mostra o mapa em o n.º 16.

O peixe que mais abunda é a sardinha, a pescada, o congro, o ruivo, a raia, o cação e a faneca. A ultima especie é vendida em fresco. As outras além da venda em fresco, são salgadas em barricas, ou seccas, vendendo-se a maior parte no paiz, e sendo tambem uma grande quantidade exportada para o Brazil.

Essa grande riqueza proveniente da pescaria passa pelas mãos dos pescadores, como a onda pelos seus bateis, deixando-lhes apenas o necessario para prolongar uma vida miseravel.

Partem para a pesca, e em terra ficam os credores do custo de seus barcos e redes preparando-se para absorverem em juros e amortização do capital uma boa parte dos lucros. Voltam e o Estado começa por lhes levar 6% do peixe que trazem. sem se importar com as vezes em que elles vieram com as mãos vazias, fugindo ao vendaval para salvarem as vidas. Depois do estado vem aquelles credores levar ainda grande parte do producto da pesca. Segue-se a irmandade d' Assumpção (apesar d'ella não cumprir o seu compromisso na parte que mais util era para elles e suas familias). E ultimamente o monte-pio, posto que d'este estabelecimento colhem algum beneficio na conformidade de seu estatuto; e felizes os pescadores quando depois d'essa dizima e redizima lhes sobeja com que ampararem a vida a si e a sua familia.

E ainda as cousas se passam pelo melhor, quando os pescadores voltam sem perdas d'apparelhos nem de vidas. Mas quantas vezes a procella os obriga a largar-lhe as redes e perderem assim um avultado capital? Quantas o mar lhes é sepultura a elles e aos seus barcos? E o mais lastimoso é, que não raro acontece, que vindo os barcos batidos da tempestade e já approando á enseada, a furia do mar os arremessa contra os cachopos que circundam a enseada, dando a morte a muitos pescadores á vista das suas proprias familias.

Néstas cisrcunstancias era da maior justiça abolir aquelle imposto de 6% para o Estado, substituindo-o por uma pequena taxa industrial lançada a cada barco de pesca, ou empregar uma parte d'aquelle imposto em beneficio d'aquella pescaria.

As outras industrias não chegam a contribuir para o Estado com 6% dos lucros liquidos, e todavia exercitam-se livres dos riscos que correm os pescadores, e que n'uma hora lhes annullam os lucros de mezes.

A ellas dá-lhes o estado em segurança e protecção muito mais do que recebe, enquanto que aos pescadores só Deus lhes pode dar a segurança abonando-lhes o mar. Por isso pagar a industria da pesca 6% do producto bruto, é iniquo relativamente ás outras industrias que nem tanto pagam do producto liquido.

Mas quando subsista essa desigualdade, procure ao menos o Estado compensal-a em segurança e protecção. Tem a Povoia de Varzim uma enseada talhada pela natureza; e por mais d'uma vez tem sido lembrada a conveniencia de melhorar essa enseada levantando sobre os rochedos, que a cercam do lado do mar, uma doca, ao abrigo da qual podessem acolher-se seguros os barcos da pesca. Essa doca esta porém por fazer, se bem que principiada por meio d'um paredão do lado do norte, que se acha arruinado, e por falta d'ella aquelles rochedos tem sido, não poucas vezes, instrumento de morte para os pescadores acossados pela tempestade.

São estas as providencias que os abaixo assignados julgam poder o Estado tomar a beneficio da pescaria da Povoia de Varzim: abolir o imposto do pescado substituindo-o por uma pequena taxa industrial lançada a cada barco de pesca segundo a sua lotação — e empregar uma parte d'essa receita publica na construcção d'uma doca

sobre os rochedos que bordam a enseada. Outras providencias, como companhias de seguros, caixas de soccorros, asylos d'invalidos, não os esperam os abaixo-assignados da acção do Governo, mas sim da iniciativa individual, como a já dada com o monte-pio, quando esclarecida pela instrucção.

Deus guarde a V. Exc.^a.

Póvoa de Varzim 18 de Juho de 1868

Francisco Fernandes de Castro

Placido Luis Monteiro

Jose Caetano Calafate

Mappa estatistico da população e seu movimento e das profissões, commercio e industrias, artes ou officios, unicamente da Villa da Povoa de Varzim organizado em 1867

Ano de 1866

Habitações e População:

Numero de casas — 1947

Numero de fogos — 3128

Numero de habitantes — 10577

Movimento da população:

Casamentos — 77

Nascimentos — 385

Obitos — 248

Differentes industrias, commercio, profissoens, artes ou officios:

Advogados por provisão — 1

Agentes de causas legalmente habilitados — 3

Alfaiates — 36

Almocreves — 10

Assedadeiras — 10

Bachareis formados em Direito — 2

Bachareis formados em Medicina — 1

Barbeiros — 24

Botequins com Bilhar — 3

Botequins sem Bilhar — 2

Caiadores — 50

Calafates — 6

Carpinteiros — 64

Cereiros — 2

Cesteiros — 1

Cirurgiões pela antiga Eschola — 2

Cirurgiões pela nova Eschola — 2

Cordoeiros — 18

Costureiras — 70

Doceiras — 3

Eclesiasticos — 18

Empresarios de açougues e marchantes — 9

Enxambladores — 4

Estalagens e hospedarias — 5

- Estucadores — 3
 Fabricas de chapéus — 2
 Ferradores — 5
 Ferreiros — 7
 Fogueteiros — 2
 Funileiros — 3
 Latoeiro — 1
 Lojas de fazendas de lã e algodão, de pezo, mercearia, tabernas, etc. — 188
 Mercadores de louças — 7
 Padarias — 29
 Pharmacias — 4
 Pedreiros — 19
 Pilotos de navio — 6
 Pintores — 5
 Sapateiros — 11
 Sebeiro — 1
 Tamanqueiro — 11
 Tanoeiro — 4
 Tecedeiras — 7
 Vehiculos de quatro rodas — 13
 Diligencias diarias, a horas certas, da Povia de Varzim á cidade do Porto — 4
 Diligências diarias de Vianna do Castelo e Barcellos para o Porto, e que recebem passageiros na e para a Povia de Vrazim — 3
 (Além das diligencias diarias que ficam mencionadas, ha durante a estação de banhos outras mais para Barcellos, Braga, Guimaraens, Fafe, Lameira, Cerdeira e Porto.)
 Numero de carros e cargas de fazendas e vinhos que vem do Porto annualmente para a Povia de Varzim — 2:600
 Numero de carros e cargas que de diferentes terras entrão nesta villa annualmente com diversos objectos e generos de primeira necessidade:
 carros — 30:600
 cargas — 24:000
 Numero de pessoas que das provincias do Minho e Tras os Montes affluem annualmente a esta villa para uso de banhos do mar — 20:000
 Numero de barcos de pesca — 320 (*Nota: em 1868, os barcos de pesca eram 363, assim distribuidos: lanchas — 64, bateis — 75, catraias — 224*)
 Numero de redes — 25:600
 Numero de linhas de anzoes — 3:000
 Valor das redes — 204:795\$000
 Valor das linhas — 720\$000
 Pessoas empregadas na pesca — 3:200
 Pessoas empregadas na pesca, feita e concerto de redes, etc. — 7:930
 Importancia do imposto que os pescadores pagam annualmente ao estado pela pescaria que vendem nesta Villa — 5:000\$000
 Productos em reis do negocio effectuado nesta villa, tanto pelos pescadores como pelos negociantes de pescado — 230:000\$000
 Productos em reis da pescaria vendida pelos pescadores d'esta villa nos diferentes portos desde Caminha até á Figueira, onde tambem pagam o imposto de 6% — 180:000\$00
 Numero de barricas de sardinha que annualmente se exporta para a cidade do Porto — 1:600

Numero de cargas de peixe que annualmente se exporta para a cidade do Porto — 3:100

Numero de cargas de peixe para as provincias do Minho, Tras os Montes e Beira Alta — o numero de cargas de peixe que se exporta para o Minho, Tras os Montes e Beira Alta é tão extraordinaria que mencionando-se neste mapa pareceria fabulosa ás pessoas que não presenciam esta exportação.

Nota: outro mapa, organizado em 1861, cuja informação se inclui quase completamente no de 1867, acrescenta:

Alem do peixe que se exporta por terra para a cidade do Porto, vai outro conduzido em barcos ja depois de comprado pelos negociantes do pescadeo, quando não ha numero sufficiente de carros e cargas para conduzir a tempo.

Numero de barcos de sardinha que annualmente se exporta desta Villa para a cidade do Porto — 1:200

Numero de cargas de peixe que annualmente se exporta para a mesma Cidade — 2:000

O mesmo mapa fornece ainda a seguinte

Noticia sobre recrutamento da pescaria da Povia de Varzim, e privilegios da mesma que se observavam ate o anno de 1834

Tinha a Villa da Povia de Varzim um privilegio antigo de se não fazerem soldados pagos nem auxiliares aos pescadores, e seus filhos, que tambem o fossem, em razão de que antigamente estavam alistados nas vintenas do mar, para armação das galés e armadas, de que foram izentos pelos reis deste reino, por um contacto oneroso, que os pescadores com elles celebraram, de lhes pagarem uma Dizima do pescadeo, a qual depois administrou e recebia a Serenissima Casa de Bragança; cujo privilegio lhes foi mandado guardar pelos Governadores das Armas do Porto D. Luis Jose de Almada em 8 de janeiro de 1704, e Francisco da Veiga Cabral em 6 de janeiro de 1716; e Sua magestade El-Rei D. João 5.º em 25 d'Agosto de 1736, lho confirmou por rezolução sua, mandando que se lhe observasse, e declarando que havia confirmado a Graça dos Senhores Reis seus antecessores feita por contracto oneroso, a que fez dar cumprimento o Governador das Armas do Porto D. Diogo de Sousa.

DUAS VISÕES PORTUGUESAS
DA URBANIZAÇÃO DE S. PETESBURGO
(1780 E 1896)

Por Victor de Sá*

1. No desconhecimento em que tradicionalmente nos mantemos no que se refere aos problemas, digamos íntimos, da vida na Rússia, nomeadamente no que diz respeito às fases de crescimento da sua antiga capital imperial, não será de todo descabido introduzir o tema nesta reunião que privilegia os aspectos e problemas do urbanismo.

E não sendo eu um especialista neste tema, também não se estranhará que me incline para as perspectivas históricas que se possam colher. Nem tão pouco que seja sobre uma cidade tão distante, e do tempo do império czarista. A verdade é que apesar da distância quilométrica e do nosso geral desconhecimento, até houve um português ligado à construção daquela cidade, em princípios do século XVIII (1703).

Embora pouco lembrado, é sabido que nesse arrojado empreendimento de Pedro-o-Grande, o imperador ocupou um nosso compatriota, António Manuel Luís Vieira, em funções preponderantes. Tendo-o conhecido na sua viagem de 1697 à Holanda e à Inglaterra, no regresso levou consigo esse jovem e ágil grumete, a quem terá confiado funções de responsabilidade no ordenamento da nova cidade, pelo que viria a

* Trabalho apresentado no Colóquio «Urbanismo no Séc. XVIII», em Lisboa, Novembro 1991, promovido pela Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, na Biblioteca Nacional.

atingir a dignidade de conde, o conde Vieira, e também de Generalíssimo Primeiro do Mar e Regedor de Justiças. Com a morte do imperador em 1725, foi exilado para o extremo oriental da Sibéria, onde também participou em obras de um novo porto no Pacífico (Okhotsk). Passados quase vinte anos pôde regressar, com a subida ao poder (1741) da filha de Pedro-o-Grande, Imperatriz Isabel, que lhe restituiu as dignidades e o nomeou director da polícia, cargo em que a morte o colheu pouco depois.

A despeito desta surpreendente participação de um compatriota nosso no ordenamento da nóvel cidade, não seriam frequentes os contactos portugueses com aquela capital. Ao longo do século XVIII, segundo Rómulo de Carvalho¹ terão ido à Rússia uns 40 portugueses (entre eles os Abades Tomás da Silva Avelar e Vicente de Oliveira Durão, em 1724; o príncipe Manuel, irmão de João V, em 1730; o sábio médico Ribeiro Sanches, que na Rússia se instalou a partir de 1731; do Duque de Lafões em 1774²; e, mais tarde, os militares Gomes Freire de Andrade e Pamplona Corte Real que, entre 1788 e 1791, participaram numa guerra contra a Turquia, ao lado do General Potenkine).

Embora raros, os contactos entre portugueses e russos eram amigáveis e encaminhavam-se para o estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas directas. Estas, porém, só vieram a estabelecer-se em 1780 (com Francisco José da Horta Machado, deslocado de Haia no tempo da nossa Maria I, e o conde alemão William Nosseldorf, nomeado por Catarina II). No ano seguinte demandará as costas portuguesas a primeira esquadra russa, ano em que será constituída em S. Petesburgo uma Casa Portuguesa de Comércio. Em 1782 será estabelecido o Tratado de Neutralidade da Armada, sob pressão de Catarina II.

2. Das viagens comerciais marítimas que nesse ano se intensificaram, temos uma curiosa descrição da cidade de S. Petesburgo observada por um praticante da Aula Náutica do Porto, António José Luís Pereira, nomeado pela Companhia do Alto Douro para seguir na corveta Pérola. Testemunha o que era ainda a primeira edificação da capital, iniciada apenas há sete décadas.

Saído do Porto a 3 de Maio e regressado a 12 de Setembro de 1780, permaneceu 40 dias no canal de S. Petesburgo (rio Adigue, braço do Neva) e 8 a observar a cidade, portanto no tempo das noites brancas, como hoje diríamos.

¹ Relações entre Portugal e a Rússia no Século XVIII, Sá da Costa, 1979.

² Neste mesmo ano de 1774 é fundada a Academia Real de Ciências de Lisboa, à qual é enviada pelo poeta Sumarkov uma saudação em que se lê: «O Sol que ilumina a Rússia é o mesmo que ilumina Portugal».

Depois de descrever as formalidades para a descarga dos vinhos que levava a bordo, começa por observar o grande Armazém em madeira com cobertura de tábuas, onde se obtém o necessário para o sustento dos navegantes. Lá se encontram «infinitas embarcações estrangeiras» vindas ao longo do ano de «mais de 800 diferentes Reinos» — diz ele —, com uma parte reservada só para embarcações russas que é a Ribeira das Naus.

«Principia neste Adigue — descreve — um cerco de muralha feita de madeira desde o extremo da ilha («Constrate») até meio dela», com 24 peças de artilharia, umas de ferro, outras de bronze, à distância de 4 léguas da Corte. «Na terra firme do Sul tem duas cidades pequenas, e do Norte uma vila». Vê-se portanto que a zona meridional é mais importante que a setentrional.

Como primeira grande fronteira da ilha há um enorme palácio em tijolo, onde funcionam Aulas de artes liberais e as Escolas de Gramática, Engenharia, Arquitectura, Música, Náutica e a Academia, de onde saem os oficiais para serviço do Império.

Há também outros Palácios de Ofícios militares, Arsenais da Contadoria do Império e Casa da Alfândega, cujas paredes são de madeira com frinchas calafetadas e cobertas com tábuas, mas sem sobrados. Só algumas destas casas são telhadas por telhas ou folhas de ferro. Alguns palácios assentam em alicerces de pedra, com paredes de tijolo e são rebocadas a cal, com vidraças nas janelas.

Observa que há também grande número de lojas com fazendas de todas as qualidades, tanto nacionais como estrangeiras.

Quanto a edificações religiosas, refere que, dos quatro templos russos que encontrou, dois têm paredes de madeira, telhados de tabuado, com torre e muito bons sinos; um é dos Arménios, e outro, o principal, é construído com tijolo e telhado com folhas de ferro.

Na ilha não há chafarizes, a água que se bebe é do rio ou de alguma cisterna. O chão é plano e sem ladrilhos, em terra batida, com alguns passadiços de madeira por causa da chuva. Na parte norte da ilha há uma trincheira feita de paus e terra com artilharia de ferro.

Na continuação do seu Relatório, depois de descrever formas de vestir e de alimentação, bem como as unidades de peso, medida e dinheiro (em prata e papel), fala da Bolsa, «onde à uma hora da tarde de cada dia se juntam todos os homens da praça e comerciantes, que entre si ajustam as compras e vendas», fechando às 3 horas. Esta Alfândega ocupa um grande terreno e, à borda do rio, dispõe de um cais em madeira.

Nota que há muitas ruas largas de uma légua e mais compridas, pavimentadas com seixos pequenos, que no verão são regadas.

Nota ainda que há grandes casas e palácios com rico e vistoso ornato. Diz que junto à Capela Romana Católica está a construir-se outro

templo com paredes de tijolo; e conta que há um convento de frades, tendo ouvido que também há um de freiras.

Nas partes divididas pelo rio há cais de pedra de cantaria com varandas de ferro.

Considera o palácio da Imperatriz (Catarina II, czarina entre 1762, quando manda matar o marido Pedro III, e 1796) admirável tanto pela sua grandeza como pela decoração. De planta quadrada, com três pisos, varandas e janelas de sacadas com vidraças, telhado de cobre, cercado por lampiões, como nas ruas da cidade, que à noite são acesos. A Oeste do palácio há um braço longo do rio, e uma fortaleza em frente com uma grande torre dourada. Não lhe refere o nome, mas são as fortalezas Pedro e Paulo. Junto fica a Ribeira das Naus onde se fabricam as fragatas, e um palácio real, seguindo-se uma grande ponte de barcas com largura que permite a passagem de três carrinhas a par. Próximo da ponte é a grande rua do interior da cidade, onde se acham as melhores casas comerciais. Também não lhe refere o nome (avenida Nevski).

Há recreios de quintas, como a do Príncipe que «é muito agradável, e o de que mais me recordo — diz ele — é o ver cercada de grades de ferro grossas, com muitas ruas e passeios de sombras com repuxos pelo meio; tem um viveiro de peixes e outro de pássaros; tem pelas ruas do passeio muitas figuras de mármore branco; tem alpendres para jogos; mas não tem qualidade alguma de flor, murta ou árvores frutíferas, e as que tem, suposto que infrutíferas, são vistosas e engraçam muito pela ideia com que estão dispostas. Este jardim ou Campanha sempre está aberto para todos os Fidalgos da Corte e pessoas mais qualificadas que a ela se querem ir divertir, e nele a cada passo encontra a Nobreza da terra».

São esses, enfim, os aspectos urbanísticos que mais impressionaram o praticante aulista do Porto, António José Luís Pereira. Colheu da sua estadia de uma semana em S. Petesburgo uma visão cosmopolita, mas uma fase de urbanização, embora delineada no essencial, ainda geralmente provisória, com edificações inconsistentes, feitas com materiais anteriores à moderna industrialização.

3. Outra descrição que temos da capital do império russo data de 1896, mais de um século volvido. Trata-se de impressões colhidas por um português culto que demandou a Rússia atraído pelo que a literatura contava do seu povo. Foi o professor do Curso Superior de Letras de Lisboa e presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Zófimo Consiglieri Pedroso, propagandista dos ideais republicanos, falecido um mês antes da proclamação da República.

Viagem feita a pretexto de levar à Sociedade Imperial de Geografia de S. Petesburgo o convite da congénere de Lisboa para se fazer repre-

sentar nas festas do centenário da Índia, Consiglieri Pedroso registou metodicamente as suas impressões, a um tempo históricas e críticas, que ficaram até hoje esquecidas nas colunas de uma revista lisboeta (Serões, entre 1903 e 1909). Esse republicano de espírito culto já previa aí que «um dia virá, sem dúvida em que a Rússia passará também pela evolução... em que as suas cidades invadidas pela onda de uma população rural que os campos já não poderão alimentar, hão-de vir engrossar em grandiosas proporções o vasto exército do proletariado internacional».

A sua visão observa portanto uma capital em franco progresso, já muito diferente da cidade primitiva que era ainda a de 1780.

Sobre a cidade de S. Petesburgo, «a menos russa de todas as cidades do império», dá-nos uma perspectiva mais próxima da sua configuração urbanística actual, já então com um milhão e meio de habitantes, «população expansiva, alegre, comunicativa». Testemunha, portanto, uma capital resultante do desenvolvimento económico e social produzido pelo desenvolvimento industrial de uma época em que o acontecimento mais determinante tinha sido a libertação dos servos em 1861.

Considera a cidade «uma das mais belas capitais da Europa, senão a mais bela de todas», com as ruas das mais largas que conhece e extensíssimas, não raro medindo quilómetros de comprimento. Regista o número de 25 mil trens de aluguer que circulavam então na cidade.

Entre as 64 praças públicas que conta, refere as do Almirantado, a do Senado e a Rasvodny como «uma admirável trilogia de sumptuosos edifícios»; na de Alexandra aponta o monumento a Catarina II mandado construir em 1873 por Alexandre II (czar de 1855 a 1881, cujo assassinato foi atribuído aos nihilistas).

Descreve a avenida de Nevsky (Névsky prospékt) como «a mais extensa, a mais larga e a mais animada de todas as grandes artérias da capital», então com 5 quilómetros de comprimento (hoje com 7) e uma largura que regula por 35 metros.

Formada por 40 ilhas, conta que a parte principal de S. Petesburgo já não fala da ilha da Cronstadt) está situada na margem esquerda do Neva e nelas se estendem muitas centenas de *dátchas*, pequenos mas originalíssimos *chalets*, vivendas «a um tempo opulentas de decoração e adoráveis de singeleza», com rés-do-chão e primeiro andar, «de janelas rasgadas e envidraçadas com elegância, por detrás das quais, entre cortinados de seda branca ou de linho alvo debruado a cores vistosas se vêem artisticamente dispostos os vasos de flores que constituem o indispensável adorno de toda a casa de campo», dominando a paisagem com a mais garrida policromia.

Descreve a catedral de S. Isaac como sendo «a mais vasta, a mais rica e a mais grandiosa igreja de S. Petesburgo». Construída primeiro em

madeira no tempo de Pedro-o-Grande entre 1710 e 1727, depois incendiada por um raio (1735), a actual, em pedra, foi edificada entre 1819 (Alexandre I) e 1858 (Alexandre II), com 16 enormes colunas monolíticas de granito vermelho da Finlândia.

Historia ainda como «o chão de S. Petesburgo, ganho há pouco tempo ainda relativamente às águas do Neva e do Golfo da Finlândia não apresentava a suficiente consistência para aguentar uma tal mole (catedral de S. Isaac), pelo que foi necessário enterrar florestas inteiras, sob forma de estacaria».

Como se vê, esta capital, embora a mesma, era já urbanisticamente nova, consolidada, intensamente povoada e embelezada. Já não era uma cidade habitada predominantemente pela nobreza, como há um século antes, mas por uma burguesia endinheirada, como se adivinha pela profusão de *dátchas* e pela ostensiva riqueza das construções monumentais da cidade, com materiais nobres como o mármore, e não provisórios como a terra batida e a madeira.

O contraponto destas duas descrições permite, assim, ficar com uma retrospectiva da edificação da cidade hoje também conhecida pela Veneza do Báltico, iniciada com a participação de um português em princípios do século XVIII; descrita em finais do século por outro compatriota que detectou uma urbe ainda aristocrática e ruralizada, digamos, uma visão da cidade feudal; e um século mais tarde já reconhecida por terceiro como uma das mais belas capitais da Europa, burguesa e com uma urbanização característica da era industrial.

REPERCUSSÕES ELEITORAIS
DA REVOLTA DE 31 DE JANEIRO DE 1891
NA CIDADE DO PORTO

Por **Maria Antonieta Cruz**

1 — Introdução

A década de 90 do século passado foi atravessada por um ciclo económico depressivo que afectou toda a Europa Ocidental e a América do Norte¹. Em Portugal os seus reflexos traduziram-se em aumentos de dívida pública, depreciação da moeda, contracção dos investimentos e colocaram mesmo alguns bancos em situação de falência. As medidas governamentais implementadas para evitar a eminente ruína de algumas instituições bancárias não lograram ultrapassar as dificuldades. O curso forçado juntamente com o aumento da emissão de papel moeda reflectiram-se negativamente nos preços e nos salários e vencimentos reais. O desemprego aumentou quer no comércio quer na indústria. Também a agricultura estava vivendo dificuldades, nomeadamente a produção vinícola, um dos sectores mais importantes da economia nacional, e que se encontrava ainda a braços com a filoxera e as suas nefastas consequências. Toda esta situação económica-financeira intensificou os caudais da já forte e constante emigração para o Brasil.

Nos meses que precederam a revolta do 31 de Janeiro a opinião pública portuguesa, abalada pelas dificuldades materiais, agitou-se forte-

¹ Esta depressão atingiu a área referida de 1873 até cerca de 1896.

mente, perante o ultrajante ultimatum inglês que exacerbou o nacionalismo e o anti-monarquismo, com o conseqüente aumento das fileiras republicanas.

A ponderação de cada um dos factores que possam ter contribuído para o despoletar da revolta do 31 de Janeiro (crise económico-financeira, ultimatum ou mesmo o incentivo carido pela implantação da República em alguns países) extravasa o nosso objectivo de momento que se consubstancia na procura das suas eventuais conseqüências eleitorais na cidade do Porto.

Terá a revolta do 31 de Janeiro de 1891 despertado/acelerado a consciência republicana dos votantes?

2 — O Porto e os eleitores portuenses

A cidade do Porto que fora berço do liberalismo português, que tivera papel determinante nos movimentos políticos da primeira metade do século XIX e que elegera o primeiro deputado republicano português, o Dr. José Joaquim Rodrigues de Freitas, foi também palco da primeira tentativa de abolição do sistema monárquico. De que forma esta revolta se terá reflectido no comportamento eleitoral dos portuenses?

Procuraremos conhecer quem eram os eleitores da cidade pois que, como é sabido, nem todos tinham o direito de voto estando o sufrágio universal muito longe de ser alcançado.

A população do Porto² em 1890, ano da realização do terceiro censo populacional³, ocupava 35 Km² e rondava as 138 860 almas, fruto de um crescimento acumulado desde 1864 da ordem dos 60% (86 751 habitantes em 1860; 105 838 em 1878 e 138 860 em 1890).

O aumento demográfico acelerado é, como é sabido, característico do século XIX europeu, mercê da prosperidade e paz que então se viveram, conjugadas com os progressos no âmbito da saúde e higiene. Porém a cidade do Porto estava longe de alcançar os níveis europeus de

² Consideramos a «população de facto» pois só assim podemos utilizar todas as informações contidas nos censos populacionais. Entende-se como tal o conjunto de todas as pessoas que se encontravam na cidade no dia da realização do respectivo censo. Isto é incluem-se os residentes estrangeiros e a população flutuante (transeuntes) excluindo-se os acidentalmente ausentes. O mapa anexo n.º 9 permite-nos conhecer o número de residentes de nacionalidade estrangeira recenseados em 1890.

³ «Censo da População do Reino de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 3 vols., 1896-1900.

⁴ A densidade da população no concelho do Porto era superior à da de Lisboa, 3 967 habitantes/km² e 3 774 habitantes/km² respectivamente, cf. «Censo Populacional do Reino de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 3 vols., 1896-1900.

salubridade. As populosas e numerosas «ilhas» são apenas a face mais visível das deficientes condições de alojamento então existentes, a que se podem acrescentar a falta de água potável e de esgotos aceitáveis. No que concerne à capital do Norte, o acréscimo verificado, embora bastante superior ao encontrado para o continente que se ficava por escassos 22%, (3829618 em 1864; 4160315 em 1878; 4660095 em 1890) é contudo inferior aos valores apresentados pela capital — [83,93%, (163763 em 1864; 187404 em 1878 e 301206 em 1890)] patentando assim a alteração da situação relativa das duas cidade em termos de crescimento demográfico. De facto, neste âmbito, Lisboa passava para o primeiro lugar, sobretudo a partir da década de 1870, isto num contexto em que ambas as cidades permaneciam com elevadas taxas de mortalidade.

Aprofundando um pouco mais a evolução do Porto, verificamos terem sido Paranhos e Campanhã as freguesias que maior índice de crescimento apresentaram. Ambas pertencem à zona oriental da cidade, que Júlio Dinis considerava ser o bairro brasileiro, visto que era ocupado predominantemente pelos «capitalistas» regressados da ex-colónia portuguesa⁵. São limítrofes e, anteriormente, tinham pequena dimensão. Passaram respectivamente da representatividade de 3,79% e 4,94% para 7,06% e 7,14%. (Ver mapa anexo n.º 1)

A capital do norte estava inserida num distrito sobretudo rural que entre 1864 e 1890 apenas aumentara 4,4% a sua população urbana contra os 10,5% apresentados pelo distrito de Lisboa. (Ver mapa anexo n.º 2 e gráfico 1)

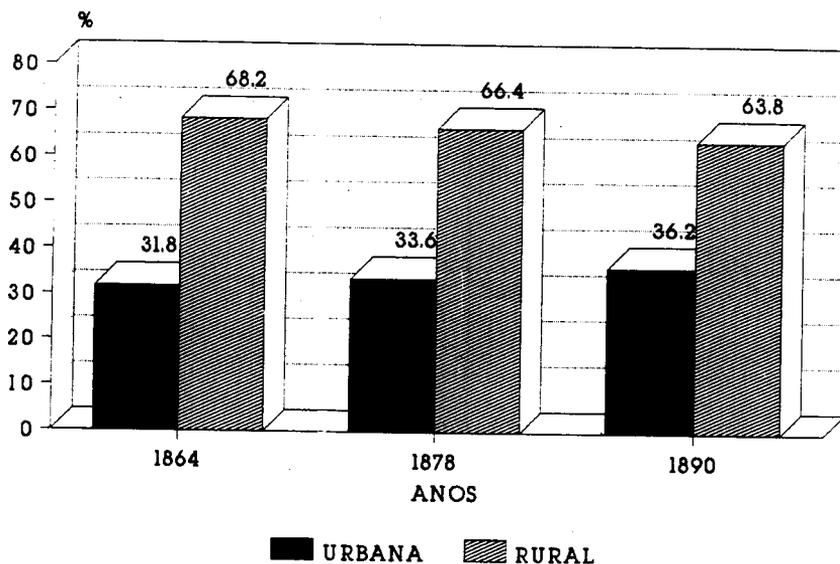
A ocupação profissional dos portuenses activos⁶ recaía maioritariamente no sector terciário — 52,16% —, seguido de perto do secundário — 43,94%, ficando-se o primário por escassos 3,90%. (Ver mapa anexo n.º 3)

Creemos ser importante salientar a composição do primeiro dos sectores indicados. Com efeito, verifica-se a manutenção da representatividade do comércio (29,87%) que sempre desempenhou, ao longo de toda a nossa história, um papel muito importante na economia nacional. — Não vislumbramos, porém a existência de incremento assinalável das actividades terciárias ligadas ao desenvolvimento das sociedades industrializadas. Assim constatamos que não houve uma efectiva ultrapassagem do terciário típico do Antigo Regime. (Mapa n.º 1)

⁵ DINIS, Júlio, *Uma Família Inglesa*, Porto, Civilização, 1970, pgs. 41, 42.

⁶ Foram excluídos os que viviam apenas de rendimentos e ainda os improditivos, as «pessoas de família sem ocupação lucrativa» e as de profissão desconhecida.

GRÁFICO 1
POPULAÇÃO RURAL E URBANA
DO PORTO — 1860/1878/1890



FONTE: Censo da população de 1890

A distribuição profissional dos portuenses apresentava uma clivagem em relação à capital em que o sector secundário rondava os 35,39% e o terciário os 61,27%. (Ver Mapa anexo n.º 4). Estas cidades estavam inseridas num continente onde os trabalhos agrícolas, a pesca, e as actividades mineiras ocupavam quase 1,5 dos seus cerca de 2,4 milhões de profissionais de todas as idades. (Ver mapa anexo n.º 5).

Analizada sumariamente a evolução e enquadramento demográficos da cidade do Porto, bem como a distribuição profissional da sua população, pensamos ser útil referir que a instrução dos seus habitantes apesar de ter progredido entre 1878 e 1890, permanecia com um índice de analfabetismo muito elevado (54,05%), superior ao de Lisboa (47,56%), embora bastante inferior à média do continente (79,2%). (Ver mapas anexos n.ºs 6, 7 e 8; gráfico 2)

Através do mapa n.º 2 podemos constatar:

MAPA N.º 1

DISTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO ACTIVA
DO SECTOR TERCIÁRIO — CIDADE DO PORTO — 1890

PROFISSÕES	BAIRRO ORIENTAL		BAIRRO OCIDENTAL		CIDADE DO PORTO	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
Transportes	1398	8,58	1691	9,37	3089	8,99
Comércio	5324	32,67	4936	27,35	10260	29,87
Força Pública	581	3,56	2631	14,58	3212	9,35
Administração Pública	969	5,95	601	3,33	1570	4,57
Profissões Liberais	1057	6,49	990	5,48	2047	5,96
(a) Trabalhos Domésticos	3462	21,25	2361	13,08	5823	16,96
Serviçais Empregados no Serviço Doméstico	3504	21,50	4840	26,81	8344	24,30
TOTAIS	16295	100,00	18050	100,00	34345	100,00

- (a) Como o próprio censo de 1890 refere nesta designação se incluíram:
1. Cocheiros e moços de estrebaria
 2. Cozinheiros
 3. Porteiros e guardas de armazém
 4. Sinciros, sacristães (nas aldeias)

FONTE: *Censo da População do Reino de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 3 vols., 1896-1900.

1.º Homens e mulheres das 0 aos 9 anos tinham taxas de analfabetismo semelhantes.

2.º Os homens dos 10 aos 39 anos apresentam índices de instrução crescentes. Depois dos 40 anos a tendência inverte-se sendo os grupos de idades mais elevadas que apresentam valores mais baixos.

3.º Para as mulheres o acesso à instrução é tanto menor quanto maior fôr a idade considerada, sendo os índices progressivamente inferiores aos dos homens. (Gráfico 3)

Concluindo parece-nos que na cidade do Porto em 1890 se vislumbra um crescimento da instrução incidindo nas camadas mais jovens. Manter-se-ão, porém, as mulheres afastadas deste progresso.

Cumpramos averiguar a parcela desta população que podia manifestar, através do voto, a sua opinião política.

GRÁFICO N.º 2

INSTRUÇÃO DOS PORTUENSES — 1878 e 1890

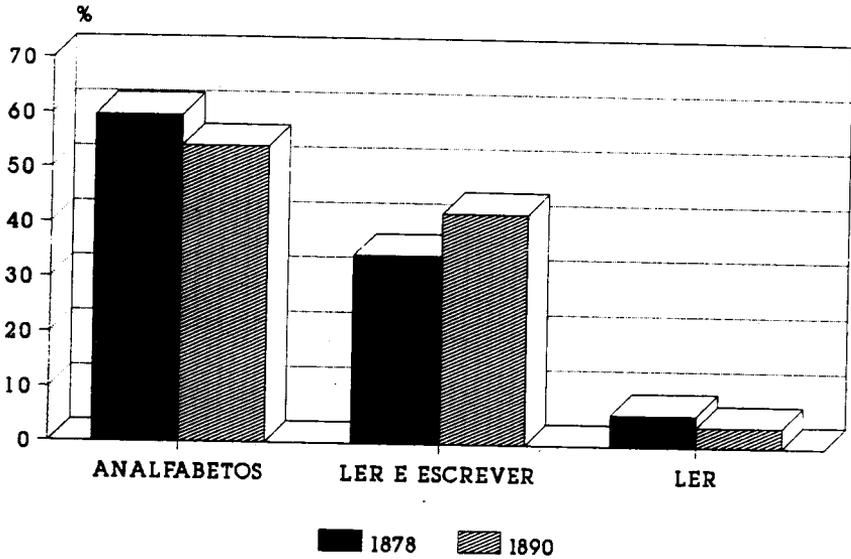
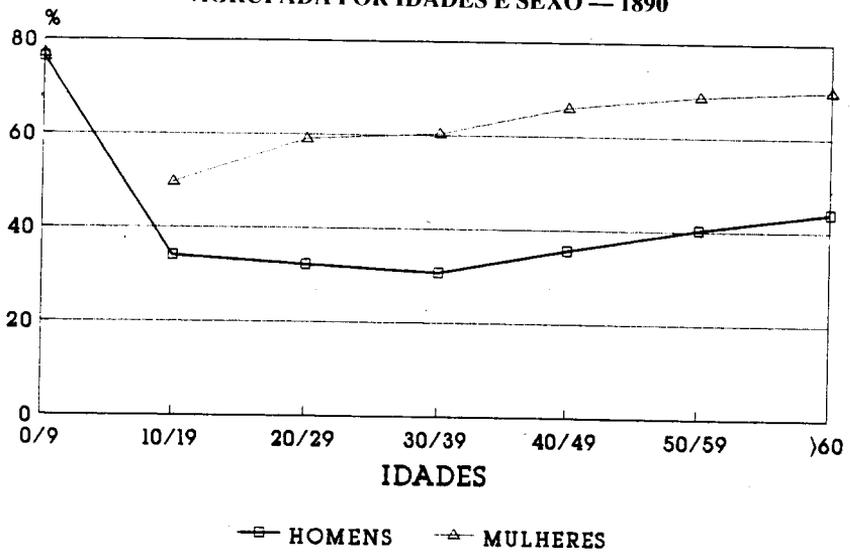


GRÁFICO 3

POPULAÇÃO PORTUENSE ANALFABETA AGRUPADA POR IDADES E SEXO — 1890



MAPA N.º 2

INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUENSE EM 1890 AGRUPADOS POR IDADES E SEXO

IDADES	POPULAÇÃO DE FACTO		ANALFABETOS				SABEM LER				SABEM LER E ESCREVER			
	H	M	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES	
			N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
de 0 a 9 anos	14338	13860	10932	76,24	10670	76,98	228	1,59	208	1,50	3178	22,17	2982	21,52
De 10 a 19 anos	14730	13626	5035	34,18	6774	49,71	654	4,44	666	4,89	9041	61,38	6186	45,40
De 20 a 29 anos	12607	13797	4074	32,31	8144	59,03	626	4,97	613	4,44	7907	62,72	5040	36,53
De 30 a 39 anos	9292	10423	2856	30,74	6291	60,36	480	5,16	420	4,03	5956	64,10	3712	35,61
De 40 a 49 anos	7123	8632	2544	35,72	5713	66,18	246	3,45	328	3,80	4333	60,83	2591	30,02
De 50 a 59 anos	4286	5702	1727	40,29	3920	68,75	179	4,18	198	3,47	2380	55,53	1584	27,78
De 60 ou + anos	3792	5827	1665	43,91	4082	70,05	182	4,80	194	3,33	1945	51,29	1551	26,62
De idade desconhecida	411	414	307	74,70	324	78,26	6	1,46	12	2,90	98	23,84	78	18,84
TOTAIS	66579	72281	29140	43,77	45918	63,53	2601	3,91	2639	3,65	34838	52,32	23724	32,82

FONTE: Censo da População de 1890

Tal objectivo carece de uma abordagem, ainda que resumida, da legislação eleitoral então vigente⁷.

Em 1890 podiam exercer o direito de voto todos os cidadãos de maioridade (21 anos) que se encontrassem em pelo menos uma das seguintes condições:

- tivessem rendimento mínimo de 100\$000 (art.º 1.º da lei de 30 de Setembro de 1852 e art.º 2.º da lei de 24 de Novembro de 1859 não revogados pela legislação de 1878 e de 1884)⁸
- fossem chefes de família⁹ (art.º 1.º da lei eleitoral de 1878)
- soubessem ler e escrever (art.º 1.º da lei eleitoral de 1878)¹⁰.

⁷ Cf. sobretudo as leis de:

30 de Setembro de 1852
24 de Novembro de 1859
8 de Março de 1878
23 de Maio de 1884

⁸ A lei de 30 de Setembro de 1852, no seu artigo 5.º, permitia aos cidadãos portugueses, no perfeito gozo dos seus direitos civis serem considerados eleitores desde que, tendo maioridade legal, possuíssem uma «renda líquida anual (de) 100\$000 provenientes de bens de raiz, capitais, comércio, indústria, ou emprego inamovível.»

⁹ Artigo 1.º da *Lei eleitoral*, de 8 de Março de 1878:

«São eleitores e para isso considerados como tendo a renda do artigo 5.º, n.º 1.º do decreto eleitoral de 30 de Setembro de 1852, os cidadãos portugueses de maior idade que souberem ler e escrever, ou forem chefes de família».

¹⁰ A consagração do direito de voto aos indivíduos com maiores habilitações literárias, num claro reconhecimento da sua importância na formação da consciência política e na obtenção de maturidade individual, fora já considerado no artigo 7.º da lei de 30 de Setembro de 1852. Com efeito esta disposição legislativa alargava o conceito de maioridade legal (atribuída então apenas aos que tinham, pelo menos, 25 anos), englobando nele todos os maiores de 21 anos desde que casados ou oficiais do exército e da armada. O mesmo artigo conjugado com o artigo 8.º permitia a votação, *sem prova de censo* a todos os que tendo a idade atrás referida, fossem bachareis formados pela universidade de Coimbra, tivessem algum dos cursos da escola politécnica de Lisboa, da academia politécnica do Porto, da escola naval, da escola do exército, ou das escolas médico-cirúrgica do Porto e Lisboa. Na mesma situação se encontravam ainda os professores de instrução pública secundária ou superior, os possuidores do curso do liceu, os detentores de graus de doutores e bachareis obtidos em universidades ou academias estrangeiras, desde que reconhecidos em Portugal. Por fim também os membros da academia real das ciências e os clérigos de ordens sacras eram incluídos neste grupo.

(A lei de 1884 nada acrescentava à capacidade eleitoral consagrada nos diplomas anteriores).

Nesta conformidade, da população portuense, constituída em 1890 por 138 860 pessoas, como já referimos, afastadas as 72 281 mulheres (52,05%), pelo simples facto de o serem, restam 66 579 indivíduos do sexo masculino. Todavia estes não podem ser considerados todos *recenseáveis* já que os menores eram excluídos deste grupo, assim como os incapacitados¹¹ e os estrangeiros. Estes últimos totalizavam 5 746, isto é 4,14% da população em estudo. (Ver Mapa anexo n.º 9¹²).

Na cidade do Porto a «população de facto» do sexo masculino e maior de 21 anos atingia os 35 844¹³. Para conhecermos o número de indivíduos que virtualmente se encontravam em condições de exercer o direito de voto deveríamos subtrair a este número os estrangeiros e os feridos de incapacidades, maiores de 21 anos. Porém os dados de que dispomos não nos permitem o conhecimento da classificação etária destes dois pequenos grupos. Assim, salvaguardando esta imprecisão, tomaremos o número 35 844 como representando os votantes potenciais

¹¹ Os dados de que dispomos, fornecidos pelo censo da população de 1890, indicam a existência, no concelho do Porto, de 719 pessoas padecendo de cegueira, surdez-mudez e alienação mental. Apesar deste número não ter uma correspondência directa com o dos incapacitados permite-nos, cremos, considerar diminuta a sua importância no computo geral da população da cidade em estudo.

¹² A nacionalidade dos estrangeiros constantes do mapa anexo n.º 9 era a seguinte:

	Sabendo escrever e ou ler	
Espanhóis	3408	1904
Brasileiros	1285	1067
Ingleses	485	362
Franceses	236	212
Alemães	172	151
Italianos	62	45
Belgas	20	12
Outros	78	59
Totais	5746	3812

[3709 Homens: 2037 Mulheres]

¹³ De acordo com os dados fornecidos pelo censo populacional de 1890. No entanto o *Censo Eleitoral da Metrópole* indica a existência de uma população portuense, masculina e maior de 21 anos de 36.360 indivíduos. (Cf. *Censo Eleitoral da Metrópole*, Lisboa, I.N., 1916, p. 40.

do Porto em 1890¹⁴. Destes apenas serão recenseados como eleitores no ano em análise 17 765¹⁵. Na realidade, como vemos, a legislação em vigor retirava a cerca de metade dos virtuais eleitores o direito de voto.

A mapa n.º 3 permite-nos verificar que, no continente, entre 1864 e 1890, cresceu o número e a percentagem de indivíduos com capacidade para participar nos diversos actos eleitorais. Relativamente a Lisboa e Porto a situação é porém diferente. De facto a um aumento da referida percentagem entre 1864 e 1878 segue-se um decréscimo, pequeno para a segunda cidade do país, mas rondando já os 4% para a capital. (Ver mapa 3)¹⁶. Tal decréscimo, inserido num contexto de crescimento populacional detectado nas duas principais cidades do país, tradicionais centros de captação de mão de obra, poderá justificar-se, a nosso ver, pela afluência aos centros urbanos de homens pobres e analfabetos, eventualmente vivendo longe do seu agregado familiar, fruto de migrações internas intensas e que, a breve prazo, muitas vezes, acabariam por engrossar o caudal daqueles que perseguiram em terras estrangeiras, sobretudo no Brasil, o sonho de êxito e de fortuna.

Relativamente ao Porto a maior parte da população a quem era retirado o direito de voto por não possuir o censo legal permanecerá ausente dos actos eleitorais após as alterações introduzidas pela lei de 8 de Março de 1878. Com efeito em 1890 dos 17 765 eleitores apenas 355 (2%) obtiveram o direito de voto por motivo distinto do censitário. Em

¹⁴ Dos 35.844 homens maiores de 21 anos 21.742 (60,66%) sabiam ler e escrever, 1.624 (4,53%) apenas ler e 12.478 (34,81%) eram analfabetos.

De acordo com a legislação vigente pelo menos os primeiros deveriam ter assegurado o seu direito de voto. Porém, como veremos, o número de recenseados foi de 17.765. Tal discrepância poderá, a nosso ver, resultar apenas parcialmente da inclusão dos estrangeiros na «população de facto» com que tivemos de trabalhar.

¹⁵ Conforme livro 1.782 do Arquivo do Governo Civil do Porto.

¹⁶ Em números absolutos os recenseados para os actos eleitorais, na cidade do Porto, entre 1884 e 1894, foram os seguintes:

1884	14 527
1885	15 101
1886	16 646
1887	17 255
1888	16 640
1889	16 177
1890	17 765
1891	14 842
1892	15 209
1893	15 146
1894	14 698

MAPA N.º 3

POPULAÇÃO MASCULINA ³ 21 ANOS E RECENSEADOS

ANOS REGIÃO	1864			1878			1890		
	Popul. masc. ≥ 21 anos	Recenseados	$\frac{\text{Recenseados}}{\text{PM} \geq 21} \times 100$	Popul. masc. ≥ 21 anos	Recenseados	$\frac{\text{Recenseados}}{\text{PM} \geq 21} \times 100$	Popul. masc. ≥ 21 anos	Recenseados	$\frac{\text{Recenseados}}{\text{PM} \geq 21} \times 100$
	Continente	1 032 034 (1)	344 173 (3)	33,35%	1 109 661 (1)	580 214 (3)	52,29%	1 211 496 (1)	874 538 (3)
Lisboa	55 793 (3)	17 792 (3)	31,89%	64 171 (1)	24 588 (3)	38,32%	99 041 (1)	34 025 (3)	34,35%
Porto	23 016 (1)	8 334 (2)	36,21%	28 118 (1)	14 058 (2)	50,00%	35 844 (1)	17 765 (2)	49,56%

FONTES: (1) Censos da População de 1864, 1878 e 1890;

(2) Governo Civil do Porto, Livros 1780, 1781, 1782;

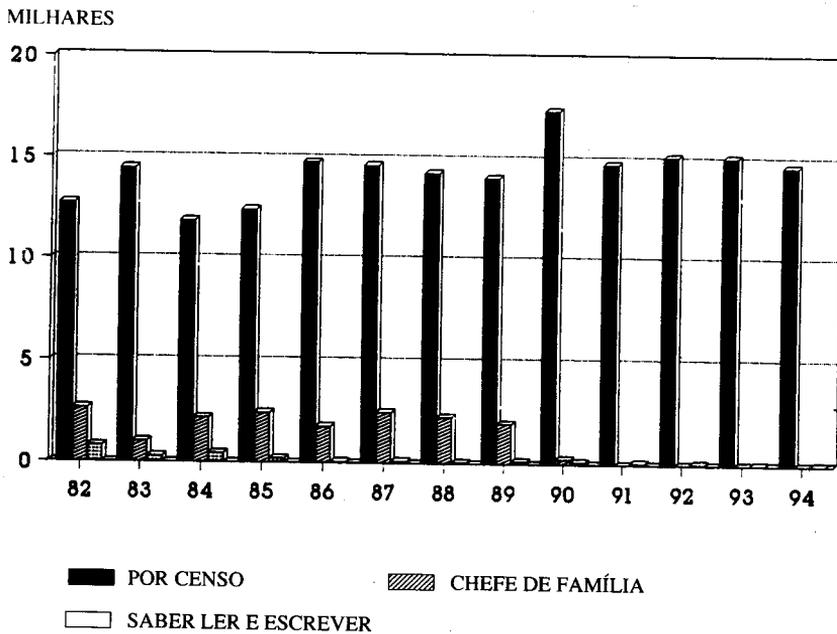
(3) *Censo Eleitoral da Metrópole*, Lisboa, I.N., 1916.

NOTAS: 1. Sempre que foi possível utilizamos as fontes indicadas como (1) e (2) por nos parecerem mais credíveis. O Censo Eleitoral da Metrópole foi uma fonte de recurso que confrontada com as restantes apresenta valores diversos. As diferenças não são, no entanto relevantes na quase totalidade dos casos testados.

2. Os valores percentuais apresentados, sobretudo no que concerne às duas cidades, são necessariamente inferiores aos reais pois, como já referimos não nos foi possível retirar da «população de facto» masculina (maior de 21 anos) os indivíduos que pertencendo ao mesmo escalão etário se encontravam feridos de incapacidade ou eram residentes estrangeiros.

1892 dos 15 209 recenseados apenas 50 (0,33%) o foram exclusivamente por saberem ler e escrever. (ver mapas anexos n.ºs 10 e 11). Podemos constatar que esta situação se manteve, pelo menos, entre 1882 e 1894. Ver gráfico 4.

GRÁFICO 4
ELEITORES PORTUENSES
1882/1894



LIVRO 1782 — GOVERNO CIVIL DO PORTO

Tal constatação permite-nos afirmar que, na segunda cidade do país, a instrução permanecia afastada dos sectores de economia mais débil mas é sobretudo decorrência do próprio sistema eleitoral português que, baseado, para determinação do censo, nas contribuições pagas pelos cidadãos, dava o direito de voto a um conjunto mais vasto de população nas grandes cidades (Porto e Lisboa).

De facto a contribuição industrial, por exemplo, era paga tendo em conta a ordem da terra a que pertencia o contribuinte, sendo mais gravosa

para os que estavam sediados nos grandes centros populacionais e que assim atingiam mais facilmente o censo legal.¹⁷

3 — **Votantes nas eleições para Deputados — Porto — 1890 e 1892**

Conhecedores da parcela da população portuense que se encontrava legalmente recenseada para os actos eleitorais cumpre-nos, em seguida, averiguar quem efectivamente exerceu o seu direito de voto.

De acordo com o Mapa anexo n.º 12 a percentagem de votantes oscilou em 1890 entre os 53,06%, na assembleia da Misericórdia (freguesia da Sé), e os 91,33% na assembleia da Vitória (freguesia do mesmo nome). Notemos que este valor mais elevado se encontra muito acima dos valores mais frequentes que rondam os 60%-70%.

Em 1892 a mesma proporção oscilará entre os 57,44%, na assembleia da Lapa, e os 82,67% na de Miragaia. (ver Mapa n.º 13¹⁸).

¹⁷ Com base em documentação existente no arquivo do Governo Civil do Porto — livro 1782 — podemos afirmar que a legislação de 1878, que vimos referindo, teve um impacto muitíssimo mais assinalável nos outros concelhos do distrito do Porto, onde a condição de chefe de família e a aptidão para a leitura e a escrita fizeram saltar o número de eleitores para valores muito superiores aos determinados pela via censitária.

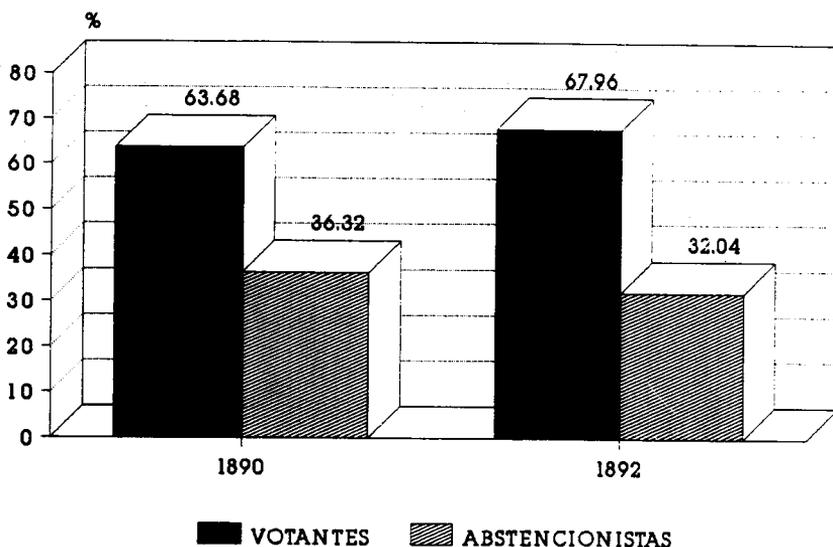
EXEMPLIFICANDO:

Ano	Concelho	Censo	Chefe de Família	Ler e Escrever
1890	Vila do Conde	1519	2191	564
1890	V. N. Gaia	3688	6139	267
1890	Paredes	1280	1602	1215
1892	Vila do Conde	1294	2132	419
1892	V. N. Gaia	3523	6087	271
1892	Paredes	1233	3064	2283

¹⁸ Existem diferenças entre os dados fornecidos pelo livro n.º 1782 do Arquivo do Governo Civil, utilizados nos mapas 10 e 11, e os cadernos de descarga utilizados nos mapas anexos 12 e 13. O «Censo Eleitoral da Metrópole» apresenta valores diferentes das duas fontes citadas. Decidimos utilizar as informações contidas nos documentos citados, visto que são complementares e o erro provável nos pareceu aceitável no tipo de análise que pretendemos fazer. Sublinhamos porém que os cadernos de descarga apresentam frequentemente adições de nomes no final. Estas constatações patenteiam, parece-nos, a falta de rigor organizativo que envolveu alguns dos actos eleitorais do século XIX.

Analisando a participação dos portuenses nas eleições de 1890 e 1892, isto é antes e depois da Revolta do 31 de Janeiro, verifica-se que cresceu globalmente o número de votantes o mesmo acontecendo em quase todas as assembleias. Gráfico 5

GRÁFICO 5
VOTANTES E ABSTENCIONISTAS
NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS DE 1890 E 1892



Tal incremento de participação pode, a nosso ver, ser reflexo do despartar das consciências para a problemática política que poderá, eventualmente, estar ligada à primeira tentativa de instauração da república. Cremos, no entanto, que só a determinação, que tentaremos fazer ao longo deste trabalho, do sentido de voto deste maior número de votantes, permitirá aprofundar o conhecimento da motivação deste aumento.

Obtido o conhecimento da participação eleitoral dos portuenses surgem-nos novas questões. Quem eram os votantes? E os abstencionistas? As respostas a estas perguntas podem ser encontradas nos cadernos de descarga preenchidos nas próprias assembleias eleitorais no momento de votação. Torna-se porém inviável, no âmbito desta comunicação, analisar 17 765 recenseados em 1890 e 15209 em 1892, mesmo utilizando um dos métodos de amostragem adoptáveis no caso vertente. Tal objectivo, sem dúvida aliciante, fará parte de um outro trabalho que temos já em adiantado estado de elaboração.

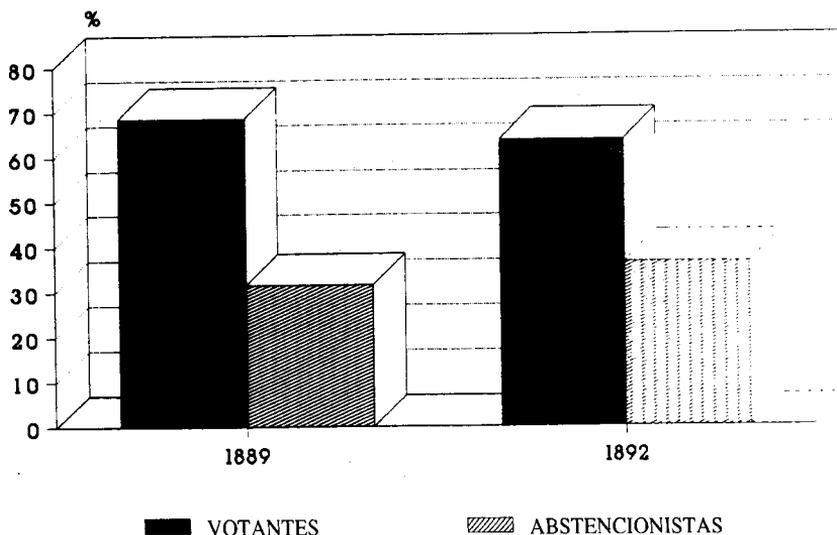
4 — Votantes nas eleições para a Câmara Municipal do Porto — 1889 e 1892

Os mapas anexos 14 e 15 e o gráfico 6 elucidam-nos acerca da participação dos portuenses nas eleições para a Câmara Municipal do Porto.

Como podemos constatar pelos elementos fornecidos nos mapas anexos n.ºs 12, 13, 14 e 15, a participação dos portuenses nas eleições para deputados e outrossim para a Câmara Municipal era, em termos quantitativos,

GRÁFICO 6

ELEIÇÕES PARA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO — NOV.º 1889 e NOV.º 1892



muito semelhante, sendo nestas, no entanto, um pouco inferior. No que concerne ao exercício do direito de voto nos diferentes actos eleitorais, verificamos que em 1890 e 1892 apenas 63,68% e 68,58%, respectivamente, dos portuenses contribuíram para a escolha dos seus representantes na Câmara dos Deputados. A vereação da cidade foi eleita em 1889 (para o triénio 1890/92) por 68,56% e em 1892 (para o triénio 1892/95) por 63,65% dos seus eleitores.

A ausência dos cadernos de descarga dos actos eleitorais locais, cuja existência desconhecemos, apesar da pesquisa exaustiva que levamos acabo, não nos permite verificar se eram os mesmos recenseados que participavam nos dois tipos de eleições. Ficamos assim impossibilitados de dar respostas ao nosso desejo de conhecer a existência ou não de eventuais ligações preferenciais de certos sectores sócio profissionais aos interesses locais e ou centrais.

5 — Portuenses ilegíveis

Julgamos deter neste momento, um razoável conhecimento dos eleitores do Porto quer em 1890 quer em 1892. Averiguaremos em seguida quem podia ser eleito. Recorrendo à legislação vigente conclui-se que apenas se encontravam aptos os possuidores de renda anual líquida superior a 400\$000 provenientes de bens de raiz, capitais, comércio, indústria ou emprego inamovível, e os detentores dos graus e títulos literários que os dispensavam de toda a prova de censo, como já referimos para a capacidade eleitoral (artigo 10.º da lei eleitoral de 1 de Outubro de 1852). O artigo 11.º caracteriza a forma de determinação da renda referida no artigo anterior que deverá ser completado com o artigo 3.º da lei eleitoral de 24 de Dezembro de 1859.

Na cidade do Porto, quer em 1890, quer em 1892, o número de ilegíveis para deputados é muito inferior ao dos eleitores e traduz-se, para grande parte da população, na impossibilidade de participar activamente nos destinos do país. No mapa anexo n.º 10 podemos verificar que em 1890 dos 17 765 recenseados como eventuais votantes apenas 7 291 poderiam aspirar a ser escolhidos, o que corresponde a uma percentagem de 41,04%. Quanto ao ano de 1892, de acordo com os dados fornecidos pelo mapa anexo n.º 11, esta percentagem sobe para 46,58%. Permanecerá, portanto, afastada da hipótese de colaborar no exercício do poder, uma parcela da população votante (já de si diminuta) de mais de 50%.

Notemos ainda que o acréscimo referido entre os anos 1890 e 1892, não nos permite concluir da existência de um aumento de capacidade

electiva dos portuenses. Na realidade, no mapa anexo n.º 16, e podemos verificar que de 1882 a 1894 a variação percentual de ilegíveis para deputados não apresenta aumento substancial sustentado.

Situação diferente se detecta em relação aos ilegíveis para cargos municipais cujo número tende nitidamente para o crescimento, atingindo na década de 90 valores muito próximos dos 100%. (Ver mapa anexo n.º 17 e gráfico 7.

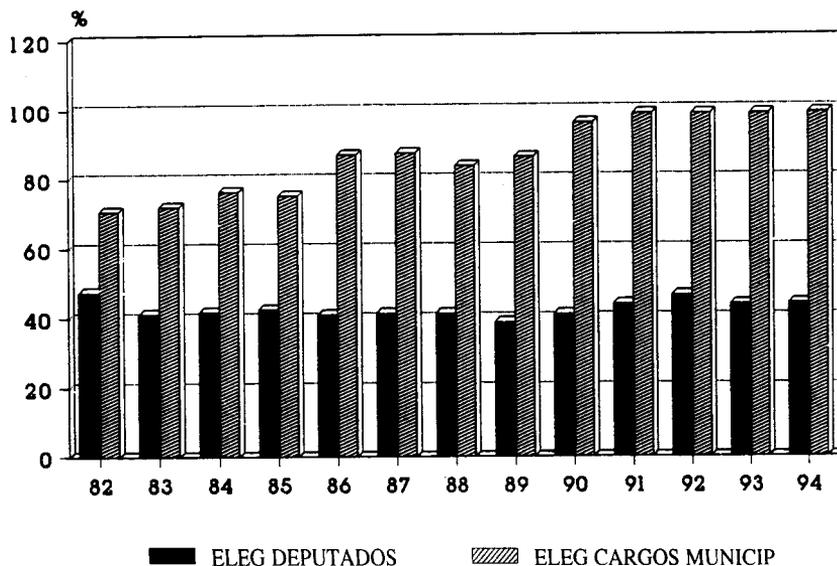
6 — Deputados eleitos pelo Porto em 1890 e 1892

Tendo por base as actas das assembleias eleitorais elaboramos os mapas anexos n.ºs 18 e 19 onde resumimos a votação nas 22 assembleias que funcionaram na cidade do Porto no dia 30 de Março de 1890 e 23 de Outubro de 1892 respectivamente.

Assim, em 1890, foram eleitos deputados nesta cidade o Conselheiro João Marcelino Arroio, Manuel Vieira de Andrade e António de Oliveira Monteiro. Em 1892 José Joaquim Rodrigues de Freitas e os Conselheiros Francisco António da Veiga Beirão e Joaquim Pedro de Oliveira Martins.

GRÁFICO 7

ELEGÍVEIS — PORTO — 1882/94



JOÃO MARCELINO ARROIO, que não se encontrava recenseado na cidade que o elegeu, recolheu 5866 votos. Era lente da Universidade e foi o partido REGENERADOR que, neste ano, apresentou a sua candidatura¹⁹. Figura política sobejamente conhecida na época, foi deputado nas legislaturas de 1884-87; 1887-89; 1890; 1890-92; 1893; 1894; 1896-97; 1897-99; 1900; 1901; 1902-04; 1904. Exerceu ainda as funções de Vogal suplente do Tribunal de Contas — 1886 (como consequência perde o lugar de deputado); Ministro da Marinha e Ultramar — 14/1/1890; Ministro da Instrução Pública — 5/4/1890; Ministro dos Estrangeiros — 15/6/1900; Par do Reino — 10/5/1902.

MANUEL VIEIRA DE ANDRADE, recenseado na assembleia do Terço, freguesia da Sé, obteve 5551 votos. Director de uma companhia, morava na rua das Fontainhas e representava o partido REGENERADOR e esta foi a primeira e última vez que exerceu funções parlamentares. Não lhe conhecemos quaisquer outras funções políticas.

ANTÓNIO DE OLIVEIRA MONTEIRO, médico, residente na Cordoaria Velha, exerceu o seu direito de voto na freguesia de Miragaia a que pertencia. Foi eleito deputado nas legislaturas de 1890, 1890-92 e 1894 tendo nas duas primeiras optado pelo lugar de par do reino electivo. Pertencia ao partido PROGRESSISTA.

FRANCISCO ANTÓNIO DA VEIGA BEIRÃO, advogado e lente do Instituto Industrial de Lisboa, obteve 5359 votos que lhe permitiram representar no parlamento o partido PROGRESSISTA. Foi eleito em 1869-70; 1870-71; 1880-81; 1884-87; 1887-89; 1890; 1890-92; 1893; 1894; 1897-99; 1900; 1901; 1902-04; 1904²⁰.

¹⁹ O «Jornal do Porto», órgão do Partido Regenerador, nos números publicados imediatamente antes das eleições de 30 de março de 1890, apresentava os nomes de Dr. João Marcelino Arroio e Manuel Vieira de Andrade como sendo os propostos pelo referido partido. Aquando das eleições seguintes, o mesmo diário, iniciará em 17 de Outubro de 1892 a campanha a favor do segundo, sublinhando que a manutenção da candidatura do primeiro era fruto do seu «amor próprio». Salientava ainda a ausência de qualidades do candidato anteriormente tão elogiado.

«...ora esses requisitos indispensáveis para formar uma reputação duradoura não os tem, não os poderá ter nunca o Snr. João Arroyo. Ambicioso com discutíveis escrúpulos...»

Atacá-lo-á ainda em 21 de Outubro e afirmará, no dia seguinte, que ele dera na sua «carreira curta de homem político» testemunho de «ausência de senso moral e de baixeza de carácter...».

²⁰ Apesar de eleito em 1904, Francisco António da Veiga Beirão não se apresentou. Cfr. BESSA, José Marcelino de Almeida, Anexo ao Manual Parlamentar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, p. 175.

JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA MARTINS, muitíssimo conhecido e prestigiado, publicista, nas eleições de 1892 conseguiu obter 5089 votos Representava o partido PROGRESSISTA. Foi deputado nas legislaturas de 1884-87; 1887/89; 1890; 1890-92; 1893. Residiu vários anos no Porto mas a partir de 1888 encontrá-va-se já em Lisboa. De 17/1/1892 a 27/5/1892 exerceu as funções de Ministro da Fazenda.

JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES DE FREITAS, lente da Academia Politécnica do Porto, DEMOCRATA, obteve 3805 votos. Foi o primeiro deputado republicano português. Foi ainda eleito para o mesmo cargo nas legislaturas de 1870/71; 1871/74; 1879; 1880/81; 1884/87; 1890; 1893²¹;

Os elementos apresentados demonstram que, em termos de resultados eleitorais, o partido republicano estava longe de alcançar posição de relevo na cidade do Porto²². Assim em 1890 este círculo (o 24.º) elege dois regeneradores e um progressista. A fazer fé no jornal «O Comércio do Porto» de 2 de Abril de 1890, foi a seguinte a votação para os candidatos democratas e do partido operário.

Augusto Manuel Alves da Veiga	—	627	votos
Zophino Consiglieri Pedroso	—	563	»
Eduardo de Carvalho Cunha	—	110	»
Francisco Vitervo de Campos	—	108	»

Uma análise dos partidos mais votados em todo o continente demonstra que nesta área geográfica, tal como na capital do Norte, foi o partido regenerador o mais votado — 70,50% dos deputados eleitos. Quanto aos democratas obtiveram apenas 5 lugares (4 em Lisboa — José Elias Garcia, José Maria Latino Coelho, Manuel de Arriaga e Eduardo de Abreu — e um em Lagos — Bernardino Pereira Pinheiro proclamado depois por acórdão Tribunal de Verificação de Poderes²³. (Ver mapa anexo n.º 20)

²¹ Na legislatura de 1884-87 José Joaquim Rodrigues de Freitas foi «chamado para preencher o lugar de Deputado pelo círculo n.º 24, Porto, que se achava vago por haver o seu representante sr. Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro, tomado assento na Câmara dos Dignos Pares do Reino».

Na legislatura de 1890 não compareceu. Na de 1893, a 3 de Fevereiro, pediu renúncia que não foi aceite.

²² Esta conclusão pode aliás ser reforçada pelos resultados eleitorais de 21 de Agosto de 1881, 29 de Junho de 1884, 6 de Março de 1887 e 20 de Outubro de 1889 que apresentamos em anexo e constituem os documentos números 1, 2, 3 e 4.

²³ O acórdão foi publicado no Diário da Câmara dos Senhores Deputados de 24 de Maio de 1890.

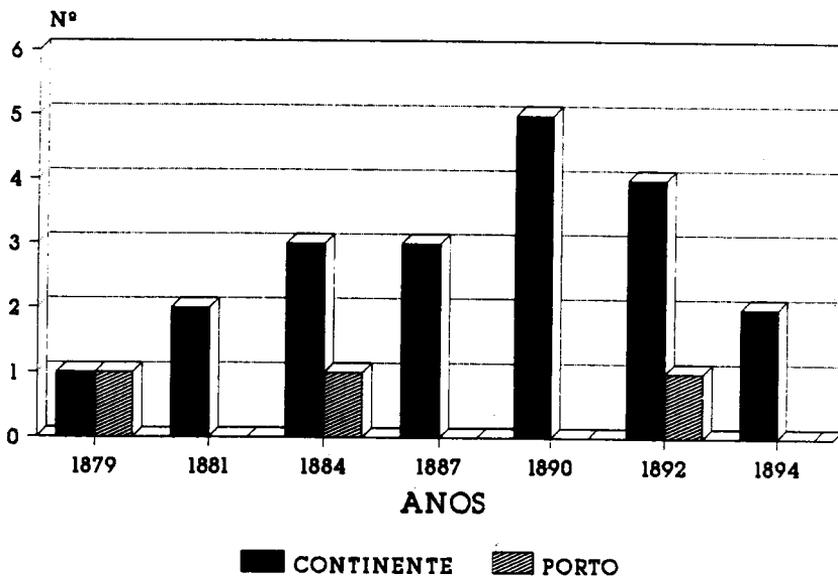
Relativamente ao acto eleitoral de 1892, se no Porto os republicanos conseguiram colocar no parlamento José Joaquim Rodrigues de Freitas (3805 votos), em termos continentais o número de deputados deste partido desceu de 5 para 4. Lisboa elege Eduardo de Abreu, José Jacinto Nunes e Francisco Teixeira de Queirós. (Ver mapa anexo n.º 21)

O gráfico 8 mostra-nos que, apesar da pequena implantação parlamentar do partido Republicano, o número dos seus deputados aumentou em 1890, cremos que em consequência do ultimatum do mesmo ano, pois que, logo em seguida, a tendência foi decrescente.

7 — Vereação eleita pelos portuenses em 1889 e 1892

Ao tentarmos averiguar as consequências eleitorais da Revolta do 31 de Janeiro, não podemos deixar de salientar as eleições locais pois que, a nosso ver, nelas se poderão detectar mais facilmente as eventuais

GRÁFICO 8
DEPUTADOS REPUBLICANOS



repercussões políticas da «república das 8 horas» e sobretudo da forma violenta como foi reprimida com recurso a deportações, prisões e suspensão das liberdades individuais. Terá a população votante repudiado a vereação portuense que em sessão extraordinária de 1 de Fevereiro de 1891 tão vivamente se insurgira contra a abortada tentativa de implantação da república, que lamentou e condenou²⁴? Na realidade «a comissão municipal em vista do assombro que causaram os lamentáveis acontecimentos do dia trinta e um de janeiro em que uma insurreição militar, acompanhada de alguns poucos paisanos, pretendeu attentar contra as instituições vigentes, deliberou pedir ao senhor governador civil convocação extraordinária da Camara porque êntendera que todas as colectividades deviam pronunciar-se sobre aquelle successo da maior gravidade: que o primeiro lugar nessa manifestação competia sem duvidas á Camara não só como representante da maior parte da cidade mas também porque fôra nos Paços do Concelho e especialmente na sala onde se estava funcionando, que se tinham praticado os actos mais lamentáveis...»

Nesta sessão a Câmara tomou conhecimento de que o seu presidente «se apressara a dirigir a El Rei um telegrama de felicitação por se ter mallogrado a tentativa»²⁵. A comissão municipal «deliberou agradecer aos militares que concorreram para o restabelecimento da ordem, e muito especialmente aos officiaes e praças da guarda municipal, a quem se deve o mais relevante serviço em tão crítica conjuntura e que é merecedôra dos maiores encomios de todos os que pregam a ordem»²⁶.

O unânime repúdio da revolta, patente em todas as intervenções dos vereadores, baseava-se sobretudo no receio de que tal intervenção pudesse pôr em perigo a existência de Portugal como nação num momento de particular dificuldade de relacionamento do nosso país com uma «poderosa nação», a Grã-Bretanha.

De facto o vereador Eduardo Augusto de Sousa Pires de Lima, demonstrando uma certa condescendência para com os revolucionários, embora repudindo o movimento, afirmou que «se houve homens que arruinaram a sua vida, combatendo por uma idéa, era isso uma atenuante»²⁷.

Também o presidente, o médico António de Oliveira Monteiro, «entendia que as revoluções nem sempre eram condenáveis: que em diferentes épocas as tem havido para defender direitos ou interesses

²⁴ Cfr. acta da sessão extraordinária da Câmara Municipal do Porto que teve lugar em 12 de Fevereiro de 1891 — Arquivo Histórico da Cidade do Porto, livro de Vereações n.º 132.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

legítimos ofendidos»²⁸. Considerava no entanto não ser esta a situação vivida em Portugal, embora não se coibisse de apontar a existência de «um certo mal estar que ha muito se notava no paiz resultante de erros accumulados de longa data...»²⁹.

O vereador José diogo Arroio ao usar da palavra para apoiar o projecto de mensagem a entregar ao monarca, elogiará o facto de nela se reconhecer «quanto o país necessitava dos esforços combinados de todos para a sua futura prosperidade» e sublinhará o facto de o movimento revolucionário do Porto ter sido renegado pelo «proprio directório do partido republicano em Lisboa»³⁰.

A Câmara decidiu, por fim, deslocarse a Lisboa para depositar» nas maos de Sua Magestade El Rei» a mensagem que unanimemente aprovara.

O teor deste documento reflecte, a nosso ver, não apenas o repúdio da acção levada a cabo pelos homens do 31 de Janeiro e a confirmação da solidariedade para com a monarquia mas, sobretudo, uma forte preocupação pela fragilidade da independência nacional, reflexo da crise que então se vivia provocada principalmente pelo conflito que opunha Portugal à sua velha aliada, Grã-Bretanha. Os autarcas não se coibiram de afirmar que «não basta repellir e condemnar os factos: é mister mais que tudo inquirir das causas...». Neste sentido reconhecerão existirem «erros de muitos annos» enunciá-los-ão considerando que «a Camara Municipal do Porto n'este momento interprete dos sentimentos da cidade entende que faltaria ao seu dever se não chamasse a atenção de Vossa Magestade sobre estes males...»³¹.

Notemos que, em toda a referida sessão extraordinária, não há, da parte de qualquer dos intervenientes, agressividade contra o republicanismo mas antes o salientar do repúdio da revolta feito pelo directório do partido republicano em Lisboa, como já referimos, e o reafirmar a convicção de ser a monarquia liberal a melhor forma de governar o Portugal de então.

A acta da sessão que temos vindo a citar foi assinada por todos os membros da câmara.

Nos mapas anexos n.ºs 22 e 23 apresentamos os resultados das eleições para os vereadores que exerceram funções nos triénios de 1890/1892 e 1893/95 respectivamente.

Na realidade, apenas os partidos Progressista e Regenerador lograram eleger vereadores, porém as votações alcançadas nos dois actos eleitorais (1889 e 1892) apresentam tendências bem diversas. Com efeito, estes

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Ver a mensagem em anexo — documento n.º 5.

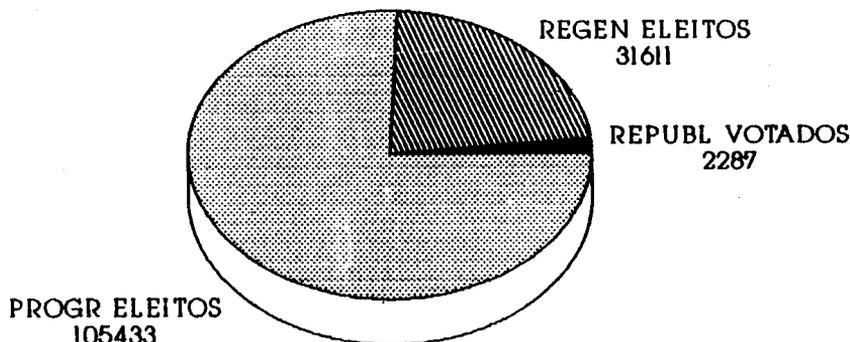
dois partidos, *apesar de manterem os seus lugares* na Câmara Municipal do Porto *perderam um número avultado de votos* em favor dos anti-monárquicos.

Os mapas anexos n.ºs 24 e 25 tornam visível esta alteração da opção eleitoral dos portuenses. De facto, em 3 de Novembro de 1889, os republicanos candidatos a vogais efectivos obtiveram apenas 2287 votos. Em 6 de Novembro de 1892 os democratas alcançaram 34704. Tal acréscimo, como já referimos, foi obtido à custa duma acentuada diminuição dos partidos maioritários. (Ver gráficos 9 e 10)

Esta constatação não pode, porém, iludir-nos visto que uma análise mais dilatada no tempo demonstra que o partido republicano alcançara já, em actos eleitorais anteriores, votações muito mais significativas que as de 1889. (Ver documentos números 6, 7 e 8 em anexo, relativos às eleições locais de 1881, 1883 e 1886).

GRÁFICO 9

ELEIÇÕES CÂMARA MUNICIPAL PORTO — NOV.º 1889

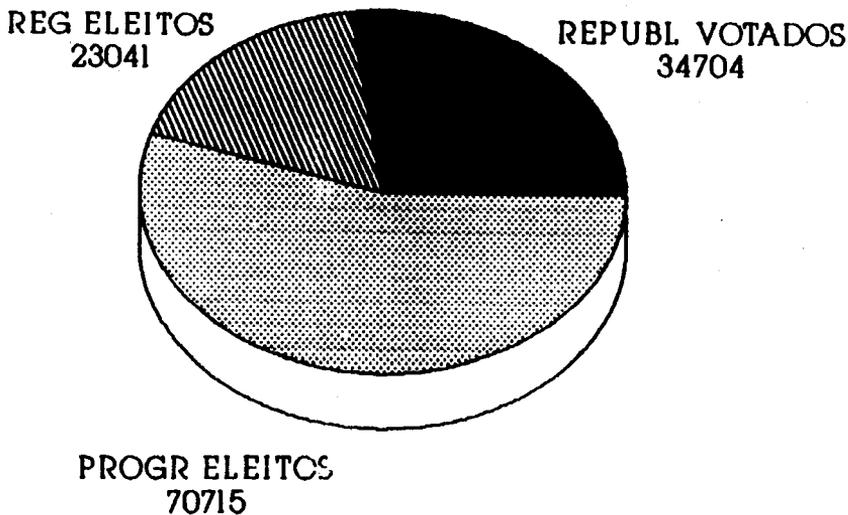


8 — Conclusão

Definimos ao longo deste trabalho quem participava na vida política da cidade. A legislação vigente, como vimos, apenas permitia o exercício do direito de voto a uma parcela minoritária da população.

GRÁFICO 10

ELEIÇÕES CÂMARA MUNICIPAL PORTO — NOV.º 1892



Desta, um número decrescente, mas ainda significativo abdicava deste direito mantendo uma postura abstencionista. Quanto à opção maioritária dos votantes, quer nas eleições para deputados quer nas eleições para a câmara municipal, foram premiados claramente os partidos monárquicos de maior expressão, isto é, o progressista e o regenerador. No entanto o Porto levará ao parlamento, em algumas legislaturas, o candidato republicano. Quanto às eleições locais e, apesar do notável aumento de votos nos democratas no acto eleitoral levado a cabo em 6 de Novembro de 1892 para escolha da nova câmara municipal, nenhum deles logrou ser eleito.

Parece-nos pois que, tendo por base os elementos apresentados, no Porto, segunda cidade do país, centro difusor dos movimentos revolucionários do século XIX, não terá existido, nem mesmo a nível local, um incremento do número de votantes republicanos como consequência *directa* da revolução do 31 de Janeiro de 1891. Pensamos que os resultados eleitorais apresentados, bem como a própria revolução se podem inserir na tendência crescente da opinião pública nacional que se opunha ao regime vigente, incapaz, a seus olhos, de presentificar o passado glorioso do país e de resgatar Portugal. A par do desprestígio das instituições monárquicas aumentaram as adesões ao republicanismo, por vezes mais

afectivas que ideológicas, num movimento crescente a que não ficaram indiferentes nem mesmo alguns sectores do partido progressista que, num claro desnorteamento face aos objectivos políticos que prosseguiam, chegaram mesmo a apelar ao voto nos candidatos republicanos. Efectivamente, podemos afirmar, que no dealbar da década de 90 do século passado, a importância eleitoral e social do P.R.P. era crescente e inegável, fazendo-se sentir sobretudo nos grandes centros populacionais. Em termos nacionais, porém, esta força política permanecia ainda largamente minoritária em relação aos partidos monárquicos.

DOCUMENTOS ANEXOS

DOCUMENTO N.º 1

ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS — 21 DE AGOSTO DE 1881

38.º CÍRCULO — ORIENTAL

JOAQUIM ANTÓNIO GONÇALVES — REGENERADOR	1414	VOTOS
MARIANO CIRILO DE CARVALHO — PROGRESSISTA	944	«
AUGUSTO ANTÓNIO DA ROCHA — REPUBLICANO	57	«
ALFREDO CÉSAR DA SILVA	4	«
DR. LUÍS MARIA DA SILVA RAMOS	3	«
DR. LICÍNIO PINTO LEITE	1	«
DR. ANTÓNIO DOS SANTOS MONTEIRO	1	«
JOSÉ FRUTUOSO	1	«

39.º CÍRCULO — CENTRAL

LICÍNIO PINTO LEITE — REGENERADOR	1426	VOTOS
DR. AUGUSTO MANUEL ALVES DA VEIGA — REPUBLICANO	995	«
ENDIXIO CÉSAR AZEDO GNECO	3	«
MANUEL EMÍDIO GARCIA	3	«
ANTÓNIO PEREIRA DE SEQUEIRA	2	«
DR. FRANCISCO GOMES TEIXEIRA	2	«
ANTÓNIO AUGUSTO DE ALMEIDA PINTO	1	«
LUCÓLO PAULO LITO	1	«
FRANCISCO JOSÉ PATRÍCIO	1	«
JOSÉ FRUTUOSO AIRES DE GOUVEIA	1	«
JOSÉ FRUTUOSO AIRES DE GOUVEIA OSÓRIO	1	«

40.º CÍRCULO — OCIDENTAL

FRANCISCO JOSÉ PATRÍCIO — REGENERADOR	1910	VOTOS
MANUEL EMÍDIO GARCIA — REPUBLICANO	870	«
ADRIANO DE ABREU CARDOSO MACHADO	4	«
LICÍNIO PINTO LEITE	2	«
MANUEL EMÍDIO DA SILVA	1	«
AUGUSTO MANUEL ALVES DA VEIGA	1	«
DR. ANTÓNIO DOS SANTOS MONTEIRO	1	«
FRANCISCO SOARES FRANCO FERREIRA LISBOA	1	«
ANTÓNIO TOMÁS DOS SANTOS	1	«
JOÃO BAPTISTA DE LIMA JÚNIOR	1	«

FONTES: ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR — A.E.M. CAIXA 1386.
JORNAIS DA ÉPOCA.



DOCUMENTO N.º 2

ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS — 29 DE JUNHO DE 1884

DR. JOSÉ AUGUSTO CORREIA DE BARROS — P	5786	VOTOS
DR. ALBINO PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO — P	3658	«
CONSELHEIRO ERNESTO RODOLFO HINTZE RIBEIRO — R	3567	«
MARIANO CIRILO DE CARVALHO	2308	«
ANSELMO JOSÉ BRANCAMP	1933	«
JOSÉ GUILHERME PACHECO	1090	«

JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES DE FREITAS	566	«
AUGUSTO MANUEL ALVES DA VEIGA	404	«
DR. ANTÓNIO AUGUSTO COSTA SIMÕES	198	«
JOSÉ DE SALDANHA OLIVEIRA E SOUSA	141	«
PADRE JOSÉ JOAQUIM DE SENA FREITAS	60	«
JOAQUIM TEÓFILO BRAGA	27	«
TOMÁS FREDERICO PEREIRA BASTOS	20	«
FERNANDO MARIA DE ALMEIDA PEDROSO	19	«
FERNANDO CALDEIRA	16	«
FREDERICO SOARES DE ANCEDE	12	«
JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA E SILVA	8	«
FRANCISCO JÚLIO BORGES	7	«
JOÃO DO RIO JÚNIOR	5	«
ALBERTO PIMENTEL	4	«
MIGUEL AUGUSTO PACHECO	4	«
JOÃO BAPTISTA DE LIMA JÚNIOR	2	«
DIVERSOS (26) COM	1	«

LEGENDA: R = REGENERADOR

P = PROGRESSISTA

FONTES: ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR, A.E.M. CAIXA 1489.
JORNAL DA ÉPOCA.

◆
DOCUMENTO N.º 3

ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS — 6 DE MARÇO DE 1887

FRANCISCO ANTÓNIO VEIGA BEIRÃO — P	5746	VOTOS
JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA MARTINS — P	5404	«
DR. JOÃO MARCELINO ARROIO — R	5005	«
DR. AUGUSTO MANUEL ALVES DA VEIGA — **	865	«
MANUEL DUARTE GUIMARÃES PESTANA SILVA — *	685	«
CONSELHEIRO JÚLIO MARQUES DE VILHENA — *	683	«
JOÃO PINTO RODRIGUES DOS SANTOS — *	636	«
MANUEL VIEIRA BORGES	456	«
JOAQUIM TEÓFILO BRAGA — **	430	«
WENCESLAU SOUSA PEREIRA LIMA — *	422	«
INÁCIO FRANCISCO SILVEIRA MOTA — *	336	«
JOSÉ ANTÓNIO SIMÕES RAPOSO — *	281	«
JOSÉ ABREU COUTO AMORIM NOVAIS — *	239	«
ALEXANDRE ALBERTO ROCHA SERPA PINTO — *	230	«
JOSÉ JACINTO NUNES — *	192	«
FERNANDO CALDEIRA — *	71	«
ANTÓNIO LOPES FIGUEIREDO — *	31	«
TOMÁS ANTÓNIO OLIVEIRA LOBO —	19	«
JOSÉ CUNHA NAVARRO PAIVA — *	12	«
SEBASTIÃO SOUSA DANTAS BARACHO — *	5	«
ANTÓNIO SILVA LISBOA	4	«
MANUEL JOSÉ SOUSA GUIMARÃES	4	«
ANTÓNIO MANUEL MARTINS	3	«

ANTÓNIO FERREIRA MACEDO	3	«
JOSÉ MARCELINO ARROIO	2	«
EGÍDIO TEIXEIRA DUARTE	2	«
FRANCISCO ALVES MOREIRA	2	«
JOÃO PEDRO OLIVEIRA MARTINS	2	«
ZEFERINO CONSILIERI PEDROSO	1	«
MANUEL FERREIRA APOLINÁRIO	1	«
JOSÉ ANTÓNIO RIBEIRO REGRA	1	«
FRANCISCO JOSÉ PATRÍCIO	1	«
ANTÓNIO FERREIRA COSTA GUIMARÃES	1	«
JOSÉ RIBEIRO SANTOS	1	«
ETC. ETC.		

LEGENDA: P = PROGRESSISTA
 R = REGENERADOR
 * = CANDIDATO POR ACUMULAÇÃO
 ** = CANDIDATO POR ACUMULAÇÃO — REPUBLICANO

FONTES: ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR, A.E.M. CAIXA 1573.
 JORNAIS DA ÉPOCA.



DOCUMENTO N.º 4

**ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS
 REALIZADAS EM 26 DE OUTUBRO DE 1889**

JOÃO MARCELINO ARROIO — R	5422	VOTOS
ANTÓNIO DE OLIVEIRA MONTEIRO — P	5237	«
FRANCISCO ANTÓNIO DA VEIGA BEIRÃO — P	4686	«
RICARDO DE ALMEIDA JORGE ¹ — P	3367	«
ALBERTO ANTÓNIO DE MORAIS CARVALHO — *	948	«
SEBASTIÃO DE SOUSA DANTAS BARACHO — *	753	«
JOSÉ DE ABREU COUTO AMORIM NOVAIS — *	729	«
LUCIANO CORDEIRO — *	614	«
AUGUSTO MANUEL ALVES DA VEIGA — *	397	«
ALEXANDRE ALBERTO DA ROCHA SERPA PINTO — *	579	«
JOSÉ MARIA LATINO COELHO — *	164	«
LUÍS SOARES — *	159	«
FRANCISCO MARTINS — *	64	«
JOSÉ DE AZEVEDO CASTELO BRANCO — *	14	«
JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES DE FREITAS	5	«
FRANCISCO JOSÉ CARDOSO	10	«
CONSELHEIRO CAETANO PEREIRA SANCHES DE CASTRO — *	10	«
MANUEL PINHEIRO CHAGAS	10	«
RODRIGO ANTÓNIO FERREIRA DIAS	6	«
ADOLFO PIMENTEL	2	«
ANTÓNIO JOAQUIM FÉLIX	2	«
JOÃO MACHADO DE CARVALHO GUIMARÃES	2	«
DIVERSOS (71) COM	1	«

LEGENDA: P = PROGRESSISTA
 R = REGENERADOR
 * = CANDIDATO POR ACUMULAÇÃO

FONTES: ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR, A.E.M. MAÇO 1637.
 JORNAIS DA ÉPOCA.

1 Vários jornais da Cidade referem a existência de um acordo para a inclusão deste candidato na lista progressista apesar da oposição de alguns sectores deste partido.



DOCUMENTO N.º 5

MENSAGEM DA C.M.P. PARA SUA Magestade EL REI (Aprovada por unanimidade na sessão extraordinária de 12/12/1891)

LIVRO DE VERAÇÕES N.º 132

«Senhor!

A cidade do Porto, de cujos sentimentos se considera interprete a sua Camara Municipal, viu com dor e indignação a insurreição militar que se manifestou dentro dos seus muros no dia trinta e um de janeiro. Nesse nefasto dia uma parte da guarnição esquecendo o juramento de fidelidade a sua bandeira, e às instituições que nos regem e não menos o dever da disciplina e da manutenção da ordem e da tranquilidade publica, praticaram o maior attentado contra a patria que na occasião actual se poderia commetter. Attentando contra a monarchia liberal, que é o mais seguro esteio da independência nacional, nem ao menos se ponderaram as criticas circumstancias em que nos collocaram, no actual momento as pretenções d'uma poderosa nação, sobre o nosso dominio africano e a situação da fazenda pública. E quando todo o cidadão que verdadeiramente ama o seu paiz, sente o impreterivel dever de não crear o menor embaraço, nem levantar o menor estôrvo à melhor solução d'aquelas difficuldades e perigos é que uns poucos de militares e um insignificante numero d'individuos da classe civil intentam, verdadeiramente obcecados, mudar a natureza das instituições fundamentaes, abolir a monarchia e precipitar o paiz na revolução á mão armada! Lamentando e condemnando estes actos, cujas deploraveis consequencias ninguem póde calcular se por desgraça a insurreição houvesse triunfado, mas que desde logo, como sempre, trouxeram consigo sangue e lagrimas afora a perturbação economica e social, seus naturaes corollarios, não pode esta Camara Municipal deixar de consignar o facto de que a insurreição não foi acolhida pela cidade do Porto. Os Habitantes d'esta populosa cidade conservaram-se alheios ao movimento considerando-o um attentado que punha em risco a independencia nacional, que tem na monarchia mais liberal do mundo, e na dynasthia que a representa o mais seguro penhor d'essa independencia, que mais de sete seculos tem radicado, e que sessenta annos de dominação estrangeira nunca póderam enfraquecer nem abalar. Como é porém em taes circumstancias foi possível realisar-se aquella deploravel insurreição que veio accrescentar mais uma ás grandes difficuldades que temos de resolver e a debellar? Não basta repellir e condemnar os factos: é mister mais que tudo inquirir das causas que as tornaram possiveis e mesmo faceis. E a consciencia nacional interrogada responde sem hesitar que erros de muitos annos, abusivas tolerancias em toda a especie de deveres sociais e publicos, quebras frequentes

de disciplina tanto na classe militar como em toda a ordem de serviços publicos, relaxação no cumprimento das obrigações de cada um, irresponsabilidade frequente para faltas de toda a ordem, deploraveis complacencias acobertadas com o que abusivamente se chama a doçura dos nossos costumes, taes parecem ser as causas gerais que permittiram e facilitaram tão deploraveis acontecimentos. E a Camara Municipal do Porto n'este momento interprete dos sentimentos da cidade entende que faltaria ao seu dever se não chamasse a attenção de Vossa Magestade sobre estes males que é dever de todos os cidadãos, desde a mais elevada yerarchia até á mais humilde condição, combater e destruir a todo o custo se quizermos salvar a nossa patria do inevitavel naufragio das nações que chegam a semelhante estado. Se ambicionamos viver como nação independente, pequena sim no territorio, na população e nos recursos, mas grande pela sua historia, respeitavel pelo seu patriotismo, e benquista pelo seu bom juizo e honestidade é mister que todos, governantes e governados tenhamos como norma unica de proceder a mais escrupulosa observancia dos deveres individuais e sociais, o cumprimento exacto e escrupuloso das leis, a modestia e a economia nos serviços publicos, a educação moral da população e aquelle espirito viril e forte com que nossos avós fizeram respeitada a nação portuguesa. Digne-se Vossa Magestade receber e acceitar os protestos de dedicação á patria, ás instituições e á dynastia reinante que em nome da cidade do Porto tem a honra de apresentar a Vossa Magestade esta Camara Municipal.»



DOCUMENTO N.º 6

**ELEIÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
NOVEMBRO 1891**

ARNALDO ANSELMO FERREIRA BRAGA (Vereador) — P	5032	VOTOS
JOSÉ CARNEIRO DE MELO (Vereador) — P	5003	«
MANUEL CARNEIRO ALVES PIMENTA (Vereador) — P	4993	«
RICARDO PINTO DA COSTA (Vereador) — P	4974	«
MANUEL FRANCISCO MOREDA (Vereador) — P	4950	«
ALEXANDRE CARNEIRO DE VASCONCELOS (Vereador) — P	4950	«
VISCONDE MOREIRA DE REI — R	4000	«
TOMÁS JOAQUIM DA SILVA — R	3980	«
CONSTANTINO DO VALE COELHO CABRAL — R	3983	«
PEDRO JOAQUIM MARTINS — R	3946	«
MANUEL VIEIRA DE ANDRADE — R	3919	«
GUILHERME GOMES FERNANDES — R	3940	«
JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES DE FREITAS	7	«
FRANCISCO INÁCIO XAVIER	5	«
LUÍS CARDOSO PEREIRA	5	«
FRANCISCO ANTÓNIO DE LIMA	5	«
JOSÉ ANTÓNIO LOPES COELHO	3	«
TOMÁS JOAQUIM DIAS	3	«
ANTÓNIO LUÍS PINTO	3	«
ANTÓNIO JOAQUIM DE MORAIS	3	«
VISCONDE ALVES MACHADO	2	«
JOAQUIM ALBINO DIAS DE CASTRO	2	«
RICARDO GOMES DA COSTA	2	«

INÁCIO PINTO DA FONSECA	2	«
FRANCISCO JOSÉ DE ARAÚJO	2	«
JOAQUIM ANTÓNIO GONÇALVES	2	«
DIVERSOS (41) TODOS COM	1	«

LEGENDA: P = PRÓGRESSISTA
R = REGENERADOR

FONTES: ARQUIVO DO GOVERNO CIVIL DO PORTO
ELEIÇÕES PARA ORGÃOS LOCAIS, MAÇO 1139/1140.

NOTA: Cremos que não foi apresentada lista republicana neste acto visto que, ao contrário do que era habitual, estas eleições não foram objecto de grande atenção dos jornais republicanos, nomeadamente da «FOLHA NOVA» extremamente activa nesta matéria.



DOCUMENTO N.º 7

ELEIÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO NOVEMBRO 1883

1 — ELEITOS

	VOTOS
JOSÉ AUGUSTO CORREIA DE BARROS	6606
FULGÊNCIO JOSÉ PEREIRA	6527
FRANCISCO JOSÉ DE ARAÚJO	6504
ANTÓNIO JOSÉ DA COSTA BASTO	6450
ANTÓNIO RIBEIRO MOREIRA	6430

2 — LISTA REPUBLICANA

	VOTOS
JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES DE FREITAS	1659
JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA MARTINS	1358
AUGUSTO MANUEL ALVES DA VEIGA	1276
JOAQUIM JOSÉ MARQUES MARINHO	1232
JOAQUIM BESSA DE CARVALHO	1216

FONTES: ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
ELEIÇÕES — LIVRO N.º 176.
(COTA PROVISÓRIA), PÁGINAS 14 A 158.
JORNAIS DA ÉPOCA.

DOCUMENTO N.º 8

ELEIÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
— NOVEMBRO 1886

1 — ELEITOS

MANUEL CARNEIRO ALVES PINHEIRO — P	5417	VOTOS
JOSÉ FRUTUOSO AIRES DE GOUVEIA OSÓRIO — P	5397	«
LUÍS INÁCIO WOODHOUSE — P	5396	«
JOSÉ FRANCISCO VILARINHO — P	5389	«
JOSÉ GOMES DE CARVALHO — P	5389	«
JOSÉ AUGUSTO CORREIA DE BARROS — P	5235	«
JOSÉ BENTO RAMOS PEREIRA — P	5091	«
JOÃO BAPTISTA LIMA JÚNIOR — P	4922	«
ANTÓNIO JÚLIO MACHADO — P	4914	«
ANTÓNIO DE OLIVEIRA MONTEIRO — P	4904	«
CARLOS JOSÉ ALVES — P	4896	«
JOAQUIM SOARES DA SILVA MOREIRA — P	4890	«
AUGUSTO CARLOS CHAVES DE OLIVEIRA — P	4865	«
EGÍDIO TEIXEIRA DUARTE — P	4740	«
MANUEL JOSÉ MOREIRA MONTEIRO — P	3060	«
ANTÓNIO DE AZEVEDO MAIA — P	3034	«
JOSÉ MARIA FERREIRA — P	3007	«
VASCO FERREIRA PINTO BASTO — P	2995	«
VISCONDE DE GANDARA — P	2990	«
ANTERO FERREIRA ARAÚJO E SILVA — P	2988	«
AUGUSTO CÉSAR RIBEIRO DA FONTE — P	2980	«

2 — LISTA REPUBLICANA

JOAQUIM JOSÉ MARQUES MARINHO	2164	VOTOS
ALEXANDRE JOSÉ DA SILVA BRAGA	2146	«
ANTÓNIO RODRIGUES PADIM	2058	«
JÚLIO XAVIER DE MATOS	2052	«
MANUEL MONTEIRO DE SOUSA	2052	«
CÂNDIDO AUGUSTO CORREIA DE PINHO	2051	«
TITO JORGE DE CARVALHO MALTA	2043	«
BRUNO TELES DE MENEZES E VASCONCELOS	2037	«
JOSÉ PEREIRA SAMPAIO	2026	«
EMÍDIO JOSÉ DE OLIVEIRA	1978	«
RICARDO DE ALMEIDA JORGE	1936	«
JOAQUIM BESSA DE CARVALHO	1920	«
AUGUSTO MANUEL ALVES DA VEIGA	1920	«
ANTÓNIO PLÁCIDO DA COSTA	1912	«

FONTES: ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
ELEIÇÕES — LIVRO N.º 177.
(COTA PROVISÓRIA).
JORNAIS DA ÉPOCA.

MAPAS ANEXOS

MAPA ANEXO N.º 1
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE FACTO NO PORTO

ANOS FREGUESIAS	1864	1878		1890	
	fi	f̂	$\frac{fi}{f̂} \times 100$	f̂	$\frac{fi}{f̂} \times 100$
BONFIM	10320	15048	145,81	22633	219,31
CAMPANHÃ	4286	6278	146,48	9908	231,17
PARANHOS	3286	5178	57,58	9805	298,39
SANTO ILDEFONSO	14307	16196	113,20	19997	139,77
SÉ	12041	13596	112,91	14047	116,66
CEDOFEITA	11828	16093	136,06	22668	191,65
FOZ DO DOURO	2904	3662	126,10	5081	174,97
LORDELO DO OURO	2950	3633	123,15	5389	182,68
MASSARELOS	4369	5136	117,56	7173	164,18
MIRAGAIA	5049	5743	113,75	6445	127,65
S. NICOLAU	6708	6367	94,92	5689	84,81
VICTÓRIA	8703	8908	102,36	10025	115,19
	86751	105838	122,00	138860	160,07

FONTES: Censos da População do Reino de Portugal de 1864, 1878 e 1890.



MAPA ANEXO N.º 2
POPULAÇÃO URBANA E POPULAÇÃO RURAL

REGIÕES	POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO RURAL		
	1864	1878	1890	1864	1878	1890
CONTINENTE	27,5	28,2	31,0	72,5	71,8	69,0
DISTRITO DE LISBOA	57,1	57,5	67,6	42,9	42,5	32,4
DISTRITO DO PORTO	31,8	33,6	36,2	68,2	66,4	63,8

FONTES: Censo da População do Reino de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 3 vols., 1896-1900.

MAPA ANEXO N.º 3

DISTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO ACTIVA
CIDADE DO PORTO — 1890

SECTORES PRODUTIVOS	PROFISSIONAIS					
	Bairro Oriental (a)		Bairro Ocidental (b)		Cidade	
	Número	%	Número	%	Número	%
PRIMÁRIO	1558	4,38	1013	3,34	2571	3,90
SECUNDÁRIO	17697	49,78	11237	37,09	28934	43,94
TERCIÁRIO	16295	45,84	18050	59,57	34345	52,16
TOTAIS	35550	100,00	30300	100,00	65850	100,00

(a) O Bairro Oriental inclui as freguesias de: Bonfim, Campanhã, Paranhos, Sé e Santo Ildefonso.

(b) O Bairro Ocidental inclui as freguesias de: Cedofeita, Foz do Douro, Lordelo do Ouro, Massarelos, Miragaia, S. Nicolau e Victória.

FONTE: Censo da População de 1890.



MAPA ANEXO N.º 4

DISTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO ACTIVA
— CIDADE DE LISBOA — 1890

SECTORES PRODUTIVOS	PROFISSIONAIS	
	NÚMERO	PERCENTAGEM
PRIMÁRIO	4924	3,34
SECUNDÁRIO	52141	35,39
TERCIÁRIO	90260	61,27
	147325	100,00

FONTE: Censo da População do Reino de Portugal, Lisboa, I.N., 3 vols., 1896-1900.

MAPA ANEXO N.º 5
DISTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO ACTIVA
DO CONTINENTE — 1890

SECTORES PRODUTIVOS	PROFISSIONAIS	
	NÚMERO	PERCENTAGEM
PRIMÁRIO	1 469 986	62,25
SECUNDÁRIO	427 440	18,10
TERCIÁRIO	463 905	19,65
	2 361 331	100,00

FONTE: «Censo da População do Reino de Portugal», Lisboa, I.N., 3 vols. 1896-1900



MAPA ANEXO N.º 6
INSTRUÇÃO DOS PORTUGUESES EM 1878

FREGUESIAS	Sabendo Ler e Escrever		Sabendo Ler		Analfabetos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
BONFIM	4339	28,83	865	5,75	9844	65,42
CAMPANHÃ	915	14,57	288	4,59	5075	80,84
PARANHOS	1060	20,47	222	4,29	3896	75,24
SANTO ILDEFONSO	6129	37,84	1258	7,77	8809	54,39
SÉ	6066	44,17	885	6,51	6705	49,32
CEDOFEITA	5877	36,52	911	5,66	9305	57,82
FOZ DO DOURO	817	22,31	271	7,40	2574	70,29
LORDELO DO OURO	812	22,35	185	5,09	2636	72,56
MASSARELOS	1637	31,87	340	6,62	3159	61,51
MIRAGAIA	2195	38,22	280	4,88	3268	56,90
S. NICOLAU	2558	40,18	416	6,53	3393	53,29
VICTÓRIA	4044	45,40	350	3,93	4514	50,67
TOTAIS	36389	34,38	6271	5,93	63178	59,69

FONTE: «Censo da População do Reino de Portugal», Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

MAPA ANEXO N.º 7
INSTRUÇÃO DOS PORTUENSES EM 1890

FREGUESIAS	ANALFABETOS		SABENDO LER		SABENDO LER E ESCREVER	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
BONFIM	13254	58,56	829	3,66	8550	37,78
CAMPANHÃ	7208	72,75	263	2,65	2437	24,60
PARANHOS	6242	63,66	188	1,92	3375	34,42
SANTO ILDEFONSO	9377	46,89	1021	5,11	9599	48,00
SÉ	7220	51,40	640	4,56	6187	44,04
CEDOFEITA	11499	50,73	801	3,53	10368	45,74
FOZ DO DOURO	2423	47,69	203	3,99	2455	48,32
LORDELO DO OURO	3561	66,08	204	3,78	1624	30,14
MASSARELOS	3789	52,82	289	4,03	3095	43,15
MIRAGAIA	3195	49,57	208	3,23	3042	47,20
S. NICOLAU	2817	49,52	224	3,94	26,48	46,54
VICTÓRIA	4473	44,62	370	3,69	5182	51,69
TOTAIS	75058 (1)	54,05	5240 (2)	3,78	58562 (3)	42,17

(1) Destes 29140 eram homens (38,82%) e 45918 mulheres (61,18%).

(2) Destes 2601 eram homens (49,64%) e 2639 mulheres (50,36%).

(3) Destes 34838 eram homens (59,49%) e 23724 mulheres (40,51%).

FONTES: Censo da População do Reino de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 3 VOL., 1896-1900.



MAPA ANEXO N.º 8

ANALFABETOS

REGIÕES	1878		1890	
	N.º	%	N.º	%
CIDADE DO PORTO	63178	59,70	75058	54,05
CIDADE DE LISBOA	95089	50,74	(a) 143257	47,56
CONTINENTE	3420763	82,22	3690995	79,20

FONTE: Censos da População do Reino de Portugal de 1878 e 1890.

MAPA ANEXO N.º 9
RESIDENTES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA
NA CIDADE DO PORTO — 1890

FREGUESIAS	RESIDENTES ESTRANGEIROS	RES. EST. ————— × 100 POP.DE FACTO
1.º BAIRRO (ORIENTAL)		
BONFIM	749	3,31
CAMPANHÃ	114	1,15
PARANHOS	199	2,03
SANTO ILDEFONSO	126	5,63
SÉ	674	4,80
TOTAL DE BAIRRO	2862	3,75
2.º BAIRRO (OCIDENTAL)		
CEDOFEITA	946	4,17
FOZ DO DOURO	183	3,60
LODELO DO DOURO	230	4,27
MASSARELOS	318	4,43
MIRAGAIA	276	4,28
S. NICOLAU	381	6,70
VICTÓRIA	550	5,49
TOTAL DE BAIRRO	2884	4,42
TOTAL DE CIDADE	5746	4,14
REGIÃO	RESIDENTES ESTRANGEIROS	RES. EST. ————— × 100 POP.DE FACTO
CIDADE DO PORTO	5746	4,14
CIDADE DE LISBOA	18217 (b)	6,05
CONTINENTE	39402 (a)	0,85

FONTE: Censo de 1890.

MAPA N.º 10

ELEITORES E ELEGÍVEIS DA CIDADE DO PORTO — 1890

Freguesias	Eleitores			Elegíveis	
	Censo	Chefes de Família	Ler e Escrever	Para Cargos Administrativos	Para Deputado
SÉ	2336	—	2	2306	1044
SANTO ILDEFONSO	2208	—	30	2179	1572
BONFIM	2525	—	12	2524	1148
CAMPANHÃ	1533	5	7	1540	269
PARANHOS	1146	—	10	1151	245
SUB-TOTAL	9748	5	61	9700	4278
CEDOFEITA	2731	69	23	2690	1330
VICTÓRIA	1577	—	—	1483	829
S. NICOLAU	651	21	13	660	194
MIRAGAIA	576	—	—	520	165
MASSARELOS	685	34	6	686	164
LORDELO DO OURO	702	92	5	603	97
FOZ DO DOURO	740	23	3	734	234
SUB-TOTAL	7662	239	50	7376	3013
TOTAL	17410	244	111	17076	7291

FONTE: Livro 1782 do Arquivo do Governo Civil do Porto.

MAPA N.º 11

ELEITORES E ELEGÍVEIS DA CIDADE DO PORTO — 1892

Freguesias	Eleitores			Elegíveis	
	Censo	Chefes de Família	Ler e Escrever	Para Cargos Administrativos	Para Deputado
SÉ	2189	—	4	2178	1135
SANTO ILDEFONSO	1835	—	8	1825	1475
BONFIM	2447	—	9	2441	1079
CAMPANHÃ	1225	—	21	1242	231
PARANHOS	820	—	8	823	230
SUB-TOTAL	8525	—	50	8509	4150
CEDOFEITA	2667	—	—	2598	1394
VICTÓRIA	1293	—	—	1248	720
S. NICOLAU	606	—	—	601	301
MIRAGAIA	329	—	—	327	95
MASSARELOS	448	—	—	487	123
LORDELO DO OURO	637	—	—	633	86
FOZ DO DOURO	614	—	—	609	192
SUB-TOTAL	6634	—	—	6503	2911
TOTAL	15159	—	50	15012	7061

FONTE: Livro 1782 do Arquivo do Governo Civil do Porto.

MAPA ANEXO N.º 12

ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS REALIZADAS EM 30 DE MARÇO DE 1890

ASSEMBLEIAS	FREGUESIAS	RECENSEADOS		VOTANTES		ABSTENÇÕES	
		NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
Misericórdia (Igreja de) — Rua das Flores Terço (Igreja do) — Rua Címo de Vila Sé (Igreja Matriz da Sé Catedral) Totais de freguesia	Sé	850	100%	451	53,06	399	46,94%
	Sé	865	100%	513	59,31%	352	40,69%
	Sé	608	100%	365	60,03%	243	39,97%
	Sé	2323	100%	1329	57,21%	994	42,79%
Trindade (Igreja da) Congregados (Igreja dos) Santo Ildefonso (Igreja Matriz) Totais de freguesia	Santo Ildefonso	667	100%	396	59,37%	271	40,63%
	Santo Ildefonso	781	100%	449	63,89%	282	36,11%
	Santo Ildefonso	519	100%	322	62,04%	197	37,96%
	Santo Ildefonso	1976	100%	1217	61,87%	750	38,13%
Padrão (Capela do) — Rua do Heroísmo Boavista (Capela do Senhora da) Rua Montebelo Bonfim (Igreja Matriz) Totais de freguesia	Bonfim	649	100%	424	65,33%	225	34,67%
	Bonfim	1089	100%	624	57,30%	465	42,70%
	Bonfim	760	100%	470	61,84%	290	38,16%
	Bonfim	2498	100%	1518	60,77%	980	39,23%
S. Roque da Lameira (Capela de) Campanhã (Igreja Matriz) Totais de freguesia Paranhos Totais do Bairro Oriental	Campanhã	841	100%	568	67,54%	273	32,46%
	Campanhã	660	100%	386	58,48%	274	41,52%
	Campanhã	1501	100%	954	63,56%	547	36,44%
	Paranhos	1098	100%	621	56,56%	447	43,44%
		9387		5639	60,07%	3748	39,93%

ASSEMBLEIAS	FREGUESIAS	RECENSEADOS		VOTANTES		ABSTENÇÕES	
		NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
Cedofeita (Igreja Matriz) Lapa (Real Capela de N.ª Senhora da) Ramada Alta (Capela da) Totais de freguesia	Cedofeita	903	100%	545	60,35%	358	39,65%
	Cedofeita	1180	100%	704	59,66%	476	40,43%
	Cedofeita	599	100%	399	66,61%	200	33,39%
	Cedofeita	2682	100%	1648	61,45%	1034	38,55%
Carmo (Igreja de N.ª Senhora do) Extintos Carmelitas Victória (Igreja Matriz) Totais de freguesia	Victória	680	100%	399	58,68%	281	41,32%
	Victória	669	100%	611	91,33%	58	8,67%
	Victória	1349	100%	1010	74,87%	339	25,13%
S. Nicolau Miragaia Massarelos Lordelo do Ouro S. João da Foz do Douro Totais do Bairro Ocidental Totais Gerais	S. Nicolau	698	100%	505	72,35%	193	27,65%
	Miragaia	588	100%	428	72,79%	160	27,21%
	Massarelos	611	100%	441	72,18%	170	27,82%
	Lordelo do Ouro	800	100%	566	70,75%	234	29,25%
	S. João da Foz do Douro	699	100%	470	67,24%	229	32,76%
Totais do Bairro Ocidental	7427	100%	5068	68,24%	2359	31,76%	
Totais Gerais	16814	100%	10707	63,68%	6107	36,32%	

FONTE: Cadernos de descarga das 22 assembleias eleitorais do círculo n.º 24 (Porto) — Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Eleitorais Monárquicas, Caixa 1709.

NOTA: Dos 3 deputados eleitos apenas João Marcelino Arroio não estava inscrito em qualquer uma das 22 assembleias de voto existentes na cidade.

Com efeito, António Oliveira Monteiro, médico morador na Cordoaria Velha estava recenseado na freguesia de Miragaia onde exerceu efectivamente o seu direito de voto. Quanto ao Director da Companhia Manuel Vieira de Andrade, morador na Rua das Fontainhas, 87, estava recenseado, e votou, na assembleia do Terço pertencente à freguesia da Sé. Cf. Cadernos de descarga citados e livros de recenseamento no ano de 1890 (Arq. Histórico da Cidade do Porto) Livro n.º 25 (cota provisória).

MAPA ANEXO N.º 13

ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS REALIZADAS EM 23 DE OUTUBRO DE 1892

ASSEMBLEIAS	FREGUESIAS	RECENSEADOS		VOTANTES		ABSTENÇÕES	
		NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
Misericórdia (Igreja de) — Rua das Flores Terço (Igreja do) — Rua Cimo de Vila Sé (Igreja Matriz da Sé Catedral) Totais de freguesia	Sé	739	100%	498	67,39	241	32,61%
	Sé	773	100%	492	63,65%	281	36,35%
	Sé	610	100%	414	67,87%	196	32,13%
	Sé	2122	100%	1404	66,16%	718	33,84%
Trindade (Igreja da) Congregados (Igreja dos) Santo Ildefonso (Igreja Matriz) Totais de freguesia	Santo Ildefonso	551	100%	346	62,79%	205	37,21%
	Santo Ildefonso	692	100%	444	64,45%	246	35,55%
	Santo Ildefonso	599	100%	364	60,77%	235	39,23%
	Santo Ildefonso	1842	100%	1156	62,76%	686	37,24%
Padrão (Capela do) — Rua do Heroísmo Boavista (Capela do Senhor da) Rua Montebelo Bonfim (Igreja Matriz) Totais de freguesia	Bonfim	588	100%	422	71,77%	166	28,23%
	Bonfim	1098	100%	728	66,30%	370	33,70%
	Bonfim	770	100%	500	64,94%	270	35,06%
S. Roque da Lameira (Capela de) Campanhã (Igreja Matriz) Totais de freguesia	Bonfim	2456	100%	1650	67,18%	806	32,82%
	Campanhã	700	100%	519	74,14%	181	25,86%
	Campanhã	546	100%	405	74,18%	141	25,82%
Paranhos	Campanhã	1246	100%	924	74,16%	322	25,84%
	Paranhos	827	100%	596	72,07%	231	27,93%
Totais do Bairro Oriental		8493	100%	5730	67,47%	2763	32,53%

MAPA ANEXO N.º 13

ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS REALIZADAS EM 23 DE OUTUBRO DE 1892

ASSEMBLEIAS	FREGUESIAS	RECENSEADOS		VOTANTES		ABSTENÇÕES	
		NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
Cedofeita (Igreja Matriz) Lapa (Real Capela de N.ª Senhora da) Ramada Alta (Capela da) Totais de freguesia	Cedofeita	875	100%	531	60,69%	344	39,31%
	Cedofeita	1217	100%	699	57,44%	518	42,56%
	Cedofeita	607	100%	377	62,11%	230	37,89%
	Cedofeita	2699	100%	1607	59,54%	1092	40,46%
Carmo (Igreja de N.ª Senhora do) Extintos Carmelitas Victória (Igreja Matriz) Totais de freguesia	Victória	644	100%	467	72,52%	177	27,48%
	Victória	649	100%	478	73,65%	171	26,35%
	Victória	1293	100%	945	73,09%	348	26,91%
S. Nicolau Miragaia Massarelos Lordelo do Ouro S. João da Foz do Douro	S. Nicolau	606	100%	466	76,90%	140	23,10%
	Miragaia	329	100%	272	82,67%	57	17,33%
	Massarelos	488	100%	369	75,61%	119	24,39%
	Lordelo do Ouro	636	100%	460	72,33%	176	27,67%
S. João da Foz do Douro	S. João da Foz do Douro	613	100%	451	73,57%	162	26,43%
	do Douro	6664	100%	4570	68,58%	2094	31,42%
Totais do Bairro Ocidental		15157	100%	10300	67,96%	4857	32,04%
Totais Gerais							

FONTE: Cadernos de descarga de 22 assembleias eleitorais do círculo n.º 24 (Porto) — Arquivo Histórico Parlamentar. Assembleia Eleitorais Monárquicas, Caixa 1780.

MAPA ANEXO N.º 14

ELEIÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADAS EM 6/11/1889

FREGUESIAS	ELEITORES		VOTANTES	
	N.º (E)	$\frac{E \times 100}{TE}$	N.º (V)	$\frac{V \times 100}{E}$
SÉ	2338	13,26	1491	63,77
SANTO ILDEFONSO	2238	12,60	1394	62,29
BONFIM	2537	14,28	1992	78,52
CAMPANHÃ	1545	8,70	1024	66,28
PARANHOS	1156	6,51	849	73,44
CEDOFEITA	2823	15,89	1791	63,44
VICTÓRIA	1577	8,87	963	61,10
S. NICOLAU	685	3,86	546	79,71
MIRAGAIA	576	3,24	479	83,16
MASSARELOS	725	4,08	480	66,21
LORDELO DO OURO	799	4,50	644	80,60
S. JOÃO DA FOZ DO DOURO	766	4,31	527	68,80
TOTAIS	17765	100,00	12180	68,56

FONTES: Arquivo do Governo Civil do Porto — livro 1782.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto — livro 178.

(cota provisória) [Acta de Apuramento Geral de 10 de Novembro de 1889].

MAPA ANEXO N.º 15

ELEIÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADAS EM 6/11/1892

FREGUESIAS	ELEITORES		VOTANTES	
	N.º (E)	$\frac{E \times 100}{TE}$	N.º (V)	$\frac{V \times 100}{E}$
SÉ	2202	14,48	1262	57,31
SANTO ILDEFONSO	1843	12,12	1038	56,32
BONFIM	2456	16,15	1483	60,38
CAMPANHÃ	1246	8,19	995	79,86
PARANHOS	828	5,44	550	66,43
CEDOFEITA	2667	17,54	1478	55,42
VICTÓRIA	1293	8,50	883	64,42
S. NICOLAU	606	3,98	462	76,24
MIRAGAIA	329	2,16	265	80,55
MASSARELOS	488	3,21	358	73,36
LORDELO DO OURO	637	4,19	480	75,35
S. JOÃO DA FOZ DO DOURO	614	4,04	426	69,38
TOTAIS (TE)	15209	100,00	9680	63,65

FONTES: Arquivo do Governo Civil do Porto — livro 1782.
Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto — livro 178.
(cota provisória)

MAPA ANEXO N.º 16
ELEITORES E ELEGÍVEIS PARA DEPUTADOS
PORTO — 1882/1894

ANOS	ELEITORES	ELEGÍVEIS PARA DEPUTADOS	ELEGÍVEIS DEP. ————— × 100 ELEITORES
1882	16189	7680	47,44%
1883	15794	6506	41,19%
1884	14527	6058	41,70%
1885	15101	6412	42,46%
1886	16646	6815	40,94%
1887	17255	7137	41,36%
1888	16640	6865	41,26%
1889	16177	6255	38,67%
1890	17765	7291	41,04%
1891	14842	6505	43,83%
1892	15209	7061	46,43%
1893	15146	6625	43,74%
1894	14698	6469	44,01%

FONTE: Livro 1782, do Arquivo do Governo Civil do Porto.

MAPA ANEXO N.º 17

ELEITORES E ELEGÍVEIS PARA CARGOS MUNICIPAIS
PORTO — 1882/1894

ANOS	ELEITORES	ELEGÍVEIS P/ CARGOS MUNICIPAIS	$\frac{\text{ELEGÍVEISP/ CARGOSMUNICIPAIS}}{\text{ELEITORES}} \times 100$
1882	16189	11428	70,59%
1883	15794	11360	71,93%
1884	14527	11080	76,27%
1885	15101	11343	75,11%
1886	16646	14466	86,90%
1887	17255	15075	87,37%
1888	16640	13914	83,62%
1889	16177	13945	86,20%
1890	17765	17076	96,12%
1891	14842	14651	98,71%
1892	15209	15012	98,70%
1893	15146	14940	98,64%
1894	14698	14538	98,91%

FONTE: Livro 1782 — Arquivo do Governo Civil do Porto

MAPA ANEXO N.º 20
RESULTADOS DAS ELEIÇÕES
EM 30 DE MARÇO DE 1890 — CONTINENTE

CÍRCULO		NÚMERO DE DEPUTADOS ELEITOS		
N.º	Denominação	Partido Democrata	Outros Partidos	Ligação partidária desconhecida
1	VIANA	—	4	
2	MONÇÃO	—	1	
3	VALENÇA	—	1	
4	CAMINHA	—	1	
5	BRAGA	—	3	
6	ESPOSENDE	—	1	
7	BARCELOS	—	1	
8	GUIMARÃES	—	1	
9	VILA VERDE	—	1	
10	PÓVOA DO LANHOSO	—	1	
11	CABECEIRAS DE BASTO	—	1	
12	FAFE	—	1	
13	CELORICO DE BASTO	—	1	
14	VILA REAL	—	3	
15	MONTALEGRE	—	1	
16	CHAVES	—	1	
17	VALPAÇOS	—	1	
18	ALIJÓ	—	1	
19	PESO DA RÉGUA	—	1	
20	BRAGANÇA	—	3	
21	TORRE DE MONCORVO	—	1	
22	MIRABDELA	—	1	
23	MOGADOURO	—	1	
24	PORTO	—	3	
25	VILA DO CONDE	—	1	
25A	PÓVOA DO VARZIM	—	1	
26	SANTO TIRSO	—	1	
27	FELGUEIRAS	—	1	
28	AMARANTE	—	1	
29	MARCO DE CANAVESES	—	1	
30	PENAFIEL	—	1	
31	PAREDES	—	1	
32	BOUÇAS	—	1	
33	GAIA	—	1	
34	AVEIRO	—	3	
35	FEIRA	—	1	
36	AROUCA	—	1	
37	OLIVEIRA DE AZEMÉIS	—	1	

MAPA ANEXO N.º 18 — ELEIÇÃO DE DEPUTADOS — CÍRCULO PLURINOMINAL, N.º 24 — PORTO
30 DE MARÇO DE 1890

ASSEMBLEIAS

Partido	Nome dos votados	Totais Acta de opor. Assen- geral	Totais Sumas das Assen- bléas	Misericórdia	Terço	Sé	Trindade (c)	Congregados (c)	Santo Ildefonso	Padrão (c)	Boavista (c)	Bonfim (c)	S. Roque	Campanhã	Paranhos	Lapa	Ramada Alta	Cedofeita (c)	Carmo (c)	Victória (c)	S. Nicolau (c)	Miragaia (c)	Massarelos	Lordelo	Foz	Profissão
Regenerador	Total de Listas Estranhas	448	448	513	367	394	512	333	433	680	516	568	384	655	700	393	545	401	602	507	427	465	561	933		
Regenerador	Listas em Branco e inutilizadas	7	7	19	5	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
Regenerador	N.º Real de Votos	883	988	724	759	1021	668	834	1358	1020	1128	766	1306	1400	781	1096	798	1194	1010	854	921	1086	933			
Progressista	Condecelho João Marcelino Arroyo	5866	5871	203	193	218	180	204	211	286	325	232	294	335	313	158	266	223	289	206	276	304	267	249	249	Int. Un. Com.; Juris.; Med.; Pol.
Progressista	Manuel Vazara de Andrade	5551	5551	184	382	219	288	202	272	297	214	300	284	348	305	147	239	195	363	391	259	288	234	249	249	Director da Comp.
Progressista	António d'Olivera Monteiro	4453	4453	175	68	95	166	155	71	132	528	264	91	284	343	212	268	127	311	286	156	148	275	219	219	Médico
Republicano	Dr. Augusto Manuel Alves da Veiga (a)	4164	4164	156	60	95	153	128	63	137	304	252	80	280	354	211	253	127	290	285	135	152	264	215	215	Jur.; Pol. L.C.; Int. Un.; Pol.
Republicano	Zepalino Gonçalves Fereiro (a)	629	629	86	54	43	54	69	56	15	20	15	9	13	45	10	10	23	55	22	13	22	10	1	1	Jur.; Dir.; Jems.; Político
Republicano	Francisco Viçente de Campos (a)	564	564	54	34	38	24	62	54	12	20	5	2	4	12	4	12	2	55	22	13	8	8	5	5	Profr. Cal. Cor. Sup. Let.; Esc.; Pol.
Republicano	Eduardo Carvalho e Cunha (a)	120	115	1	4	8	6	5	3	4	6	5	10	4	3	2	2	4	2	4	4	1	1	1	1	
Republicano	João Maria d'Alpoim Cerej. B. Cabral (a)	116	116	1	3	4	16	5	3	4	5	5	10	4	3	2	2	4	2	4	4	1	1	15	1	
Republicano	Quilimberto Augusto de Barros (b)	21	23	1	2	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Com. José Augusto Cor. de Barros (b)	9	9	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Joaquim Pedro d'Olivera Martins (b)	4	4	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Luis Gonzaga dos Reis Torral	3	3	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	João Joaquim Rodrigues de Freitas	3	3	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Dr. Bernardino Joaquim Moreira	3	3	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Júlio Claudio de Freitas Ribeiro	2	2	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Francisco Feliberto Dias da Costa	2	2	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Francisco Alves Marinho	2	2	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Francisco de S. M. Madeira	1	1	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Adolfo da Cunha Pimental	1	1	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Dionísio Ferreira dos Santos Silva	1	1	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Manuel Alves da Veiga	1	1	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	António Luís Pinto Junior	1	1	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Barão de S. João de Cuncas	1	1	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Diogo Leite Pereira de Melo	1	1	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Tito José Leite	1	1	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Manuel Rodrigues Machado	1	1	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Manuel José Gomes Machado	1	1	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	João Maria Lúcio Coelho	1	1	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	D. João Francisco Arroyo	1	1	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	Vinício de Campos	1	1	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Republicano	António Narciso de Sousa Andrade	1	1	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	

(a) Candidatos democratas e do partido operário.

(b) Candidatos por acumulação de votos.

(c) Nessas assembleias foram apresentados accordos da Relação que endossaram a acção de votos de alguns eleitores.

LEGENDA. — Int. Un. Com. — Int. da Universidade de Coimbra; Juris. — Jurisconsulto; Med. — Médico; Comp. — Contador; Pol. L.C. — Professor do Instituto Commercial; Int. Un. — Int. da Universidade de Coimbra; Juris. — Jurisconsulto; Med. — Médico; Comp. — Contador; Pol. L.C. — Professor do Instituto Commercial; Int. Un. — Int. da Universidade de Coimbra; Juris. — Jurisconsulto; Med. — Médico; Comp. — Contador; Pol. L.C. — Professor do Instituto Commercial.

FONTE: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto — Livro 230 (cota provisória)

ELEIÇÃO DE DEPUTADOS REALIZADAS EM 23 DE OUTUBRO DE 1892
CIRCULO N.º 24 — PORTO

Partido	Nome dos votados	Totais	ASSEMBLEIAS																			Profissão		
			Mitridáteis	Tejo	84 (h)	Trindade (h)	Companhas	Santo Ildefonso	Paizós	Boavista	Rosifim	S. Roque (h)	Campomai	Parranhos	Lagoa	Ribeirão Alta	Coladães (h)	Corroto (h)	Videira (h)	S. Nhofores (h)	Mansarros		Lordelo	Paiz
	Total de Listas Estranhas	10311	552	490	413	344	447	364	425	721	500	525	405	591	670	375	551	465	477	466	270	369	460	461(f)
	Listas em Branco e inutilizadas					7																		
	N.º Total de Votos	19375	1080	882	767	644	806	648	815	1377	935	1007	794	1137	1282	736	992	889	915	907	534	712	854	852
Progressista	Francisco António de Veiga Brilhido	5359	209	116	126	180	140	224	455	261	415	295	375	304	243	227	140	229	310	188	212	323	277	Advg.; lente do L.L. Lisboa
Progressista	Conselheiro Joaquim Pedro de Oliveira Martins	5089	202	102	112	157	81	213	473	265	424	304	375	277	232	221	133	197	266	177	215	307	239	Publicista
Democrata	José Joaquim Rodrigues de Freitas	3805	306	275	179	129	257	214	169	209	182	41	40	120	280	162	251	209	168	65	116	111	126	Letras da Ac. Polit. Porto
Independente	José Joaquim Rodrigues de Freitas	1787	110	113	120	52	89	65	78	68	82	79	56	97	114	32	121	94	94	39	78	48	75	Letr. Univ. Coimbra; J.º Mús. Pol.
(antierromente)	António Joaquim Marcelino Arroyo																							
Republicano	José Pêlopho Chagas (h)	1436	120	94	63	51	88	79	69	91	58	12	11	35	156	52	113	112	97	31	15	36	31	Político e jornalista
Republicano	Manuel Vieira de Andrade	1040	53	111	76	40	76	58	28	35	32	14	55	78	72	29	39	44	32	27	14	37	38	Director de Comp.ª
Republicano	Albino José de Sousa Lobo (h)	212	40	19	13	3	8	12	13	10	4	17	20	9	4	2	3	9	9	4	2	5	8	
	Bacharel Sebastião de Souza Dantas Baracho (h)	200	4	5	1	4	1	1	4	1	1	1	1	1	17	3	20	33	6	3	15	5	6	29
	Carlos Zefelino Pinto Coelho (h)	197	28	14	12	5	9	6	2	10	14	3	1	6	13	3	11	16	8	1	2	8	26	6
	D. José de Saldanha Oliveira e Sousa (h)	213(g)	12	24	12	9	7	1	6	23	1	4	6	30	8	17	16	22	5	3	1	4	2	
	Bacharel António Sérgio da Silva de Castro (h)	67	1		1	1	3		3	7	10	9	1	13	7		1		1					
	Dr. Joaquim Alves Matos	29												1	2				1		1			
	Francisco José Modesto	22											19											1
	Joaquim Martins de Castro (c)	15					1	2	2	3														
	António Baptista Alves de Lemos	14																14						
	Victorino José Pinto Carvalho (c)	7																						
	Manuel José de Lima	6			1	3																		
	Augusto Manuel Alves da Veiga (c)	6																						
	Duarte Brito Vidal	5																						
	Manuel Francisco da Costa	3			2																			
	António de Oliveira Monteiro	3																						
	Fernando Pereira Pálha Odeiro Cabral (h)	3								3	2													
	Júlio Drago Arroyo	2																						
	Leite Soares	2																						
	António Lemos	2			1																			
	Zefelino Pinto Coelho	1			1																			
	Eduardo de Carvalho e Cunha	1											1											
	Joaquim Antero de Serpa Pinto	1																						
	Júlio Gomes da Mota (T)	1																						
	Francisco Cardoso da Silva Maia	1																						
	Joaquim de Sousa Santos	1																						
	Joaquim Pinto dos Santos	1																						
	Francisco Alegre da Paiva Rolêdo	1																						
	António Ribeiro da Costa Almeida Júnior	1																						
	Conde de Alva Morais	1																						
	essa lista em branco	1																						
	Manuel Pinheiro Chagas	1																						
	Venceslao de Sousa Pereira Lima	1																						
	Sebastião Moreira da Cruz	1																						
	António Eduardo Vilaga	1																						
	Mariano Cyrillo de Carvalho	1																						
	José Soares da Cunha e Costa	1																						
	Alfredo Ferreira Dias Guimarães	1																						
	Guilherme Casarao Gomes da Silva	1																						
	Pedro Joaquim de Oliveira Martins	1																						
	Agostinho António Lopes Cardoso	1																						
	Bárbulo de Barros Freire	1																						
	Domingos José Fernandes	1																						
	António Cláudio de Figueiredo	1																						
	Domingos do Espírito Santo Guimarães	1																						
	Júlio de Rocha Felgarira	1																						
	Carlos da Silva Ferreira	1																						
	José Alves Veludo	1																						
	Júlio Marcelino Reis	1																						
	José Marcelino	1																						
	José Joaquim Pereira Fidalgo	1																						
	Dr. António Simões Ruygoso	1																						
	António Ferreira Guimarães	1																						
	José d'Almeida do Couto Acetim Novais	1																						
	Manuel António Veiga Brilhido (c)	1																						
	Maximino Gomes da Fonseca	1																						
	Henrique José dos Santos Cardoso	1																						
	Conde de Castelo de Paiva (c)	1																						
	José Monteiro Catarino Júnior (c)	1																						
	Francisco de Oliveira Monteiro (c)	1																						
	David Ferreira da Silva (c)	1																						
	António da Cunha Menez (c)	1																						
	Júlio Chagas	1																						

(a) Não existe a acta desta assembleia de que foi portador no apuramento Francisco d'Oliveira Sampaio. Calculamos a votação dos candidatos subtraindo ao total de votos que cada um obteve conforme acta de apuramento geral ou allocations nos restantes mesas eleitorais.

(b) Candidatos por Alternancia.

(c) Operários.

(d) Não consta da Acta de Apuramento Geral.

(e) Consta da Acta de Apuramento Geral mas não aparece em nenhuma das 21 actas que existem. Assim consideramos terem sido votados na Assembleia da Sé para a qual, como já referimos, não existe acta.

(f) A Acta desta Assembleia (Foro do Douro) faz referência expressa à existência de duas listas a mais sem outro qualquer comentário.

(g) A Acta de Apuramento indica o total de 161 votos. As votações das 21 assembleias, para as quais não existem actas, somam 213 votos. Descontamos a causa de tão significativa diferença.

(h) A Acta desta assembleia afirma: «... e foi contat as listas que se encontravam na urna, verificando-se serem quinhentos e sete e cinco, sendo o número de descurtos quinhentos e dezessete, fôitas nos cadernos do recenseamento... extendendo a lista do presidente da assembleias».

FONTES: Arquivo Histórico Parlamentar; Assembleias Eleitorais Monárquicas Caixa n.º 1780.

CÍRCULO		NÚMERO DE DEPUTADOS ELEITOS		
N.º	Denominação	Partido Democrata	Outros Partidos	Ligação partidária desconhecida
38	OVAR	—	1	
39	ANADIA	—	1	
40	COIMBRA	—	3	
41	CANTANHEDE	—	1	
42	FIGUEIRA DA FOZ	—	1	
43	MONTEMOR-O-VELHO	—	1	
44	LOUSÃ	—	1	
45	ARGANIL	—	1	
46	OLIVEIRA DO HOSPITAL	—	1	
47	PENACOVA	—	1	
48	VISEU	—	3	
49	SANTA COMBA DÃO	—	1	
50	TONDELA	—	1	
51	VOUZELA	—	1	
52	CINFÃES	—	1	
53	LAMEGO	—	1	
54	ARMAMAR	—	1	
55	MOIMENTA	—	1	
56	PESQUEIRA	—	1	
57	GUARDA	—	4	
58	PINHEL	—	1	
59	FIG. DE CAST. RODRIGO	—	1	
60	TRANCOSO	—	1	
61	CEIA	—	1	
62	CASTELO BRANCO	—	3	
63	COVILHÃ	—	1	
64	IDANHA-A-NOVA	—	1	
65	FUNDÃO	—	1	
66	LEIRIA	—	3	
67	FIGUEIRÓ DOS VINHOS	—	1	
68	POMBAL	—	1	
69	CALDAS DA RAINHA	—	1	
70	LISBOA	3 (a)	1	2
71	CADAVAL	—	1	
72	ALENQUER	—	1	
73	TORRES VEDRAS	—	1	
74	MAFRA	—	1	
75	SINTRA	—	1	
75	BELÉM	—	1	
77	OLIVAIS	—	1	
78	ALMADA	—	1	
79	ALDEIA GALEGA	—	1	
80	SETÚBAL	—	1	

CÍRCULO		NÚMERO DE DEPUTADOS ELEITOS		
N.º	Denominação	Partido Democrata	Outros Partidos	Ligação partidária desconhecida
81	S. TIAGO DO CACÉM	—	1	
82	SANTARÉM	—	3	
83	CARTAXO	—	1	
84	TORRES NOVAS	—	1	
85	TOMAR	—	1	
86	ABRANTES	—	1	
87	PORTALEGRE	—	4	
88	ÉVORA	—	4	
89	BEJA	—	3	
90	ODEMIRA	—	1	
91	MÉRTOLA	—	1	
92	FARO	—	3	
93	VILA REAL DE S. ANTÓNIO	—	1	
94	TAVIRA	—	1	
95	SILVES	—	1	
96	LAGOS	(b)	1	
	TOTAIS: N.º %	3 2,17%	133 96,38%	2 1,45%

FONTES: Jornais o «Comércio do Porto» e «O Jornal do Porto»

- (a) Não está incluído o deputado Eduardo de abreu que prestou juramento em 12 de Maio de 1890.
- (b) Não está incluído o deputado Bernardino Pereira Pinheiro que foi proclamado pelo acordo do Tribunal de Verificação de poderes (Diário da Câmara de 24 de Maio de 1890).

MAPA ANEXO N.º 21
RESULTADOS DAS ELEIÇÕES
REALIZADAS EM 23 DE OUTUBRO DE 1882 — CONTINENTE

CÍRCULO		NÚMERO DE DEPUTADOS ELEITOS		
N.º	Denominação	Demo- cratas	Outros	Profissões
1	VIANA	—	4	2 Proprietários; 1 Engenheiro
2	MONÇÃO		1	Proprietário
3	VALENÇA		1	Juíz de Direito
4	CAMINHA		1	Proprietário
5	BRAGA		3	1 Abade; 2 altos funcionários
6	ESPOSENDE		1	Prior
7	BARCELOS		1	Proprietário
8	GUIMARÃES		1	Alto funcionário do Tribunal
9	VILAVERDE		1	Diplomata
10	PÓVOA DE LANHOSO		1	Juíz de Direito
11	CABEZEIRAS DE BASTO		1	Proprietário e Advogado
12	FAFE		1	Redactor da Câmara dos Pares
13	CELORICO DE BASTÕ		1	Director do Banco de Portugal
14	VILA REAL		3	1 Prop.; 1 alto func.; 1 advogado
15	MONTALEGRE		1	Director Geral
16	CHAVES		1	Lente
17	VALPAÇOS		1	Jornalista (formado)
18	ALIJÓ		1	Médico
19	RÉGUA		1	Alto funcionário
20	BRAGANÇA		3	1 Juíz Direito; 1 Cap.; 1 Ins. Alf.
21	MONCORVO		1	Alto funcionário
22	MIRANDELA		1	Advogado
23	MOGADOURO		1	Coronel
24	PORTO	1	2	2 lentes; 1 publicista
25	VILA DO CONDE		1	Alto funcionário
25-A	PÓVOA DE VARZIM		1	Redactor na Câmara dos Deputados (Formado) Pres. da Câmara
26	SANTO TIRSO		1	Advogado
27	FELGUEIRAS		1	Proprietário(formado)
28	AMARANTE		1	Cirurgião
29	MARCO DE CANAVEZES		1	Coronel
30	PENAFIEL		1	Lente da Escola Naval
31	PAREDES		1	Inspector da Alfândega
32	BOUÇAS		1	Proprietário e Industrial
33	GAIA		3	1 Of. Exérc.; Pres. Câmara; Conselh.
34	AVEIRO		1	Formado
35	FEIRA		1	Lente da Escola do Exército
36	AROUCA		1	Capitão
37	OLIVEIRA DE AZEMEIS		1	Alto funcionário (Formado)
38	OVAR		1	Advogado
39	ANADIA		1	

CÍRCULO		NÚMERO DE DEPUTADOS ELEITOS		
N.º	Denominação	Democratas	Outros	Profissões
40	COIMBRA		3	1 Cap.; 1 Prop. e Capit.; 1 Juíz da Rel.
41	CANTANHEDE		1	Proprietário formado
42	FIGUEIRA DA FOZ		1	Capitão
43	MONTEMOR-O-VELHO		1	Capitão
44	LOUSÁ		1	Formado
45	ARGANIL		1	Formado
46	OLIVEIRA DO HOSPITAL		1	Alto funcionário
47	PENACOVA		1	Proprietário e Médico
48	WISEU		3	1 Alto funcionário; 1 Cirurgião;
49	SANTA COMBA DÃO		1	Delegado
50	TONDELA		1	Lente da Universidade
51	VOUZELA		1	Engenheiro
52	SINFÃES		1	—
53	LAMEGO		1	Formado
54	ARMAMAR		1	Cirurgião do Exército
55	MOIMENTA		1	Juíz de Direito
56	PESQUEIRA		1	Juíz de Direito
57	GUARDA		4	3 Formados; 1 futuro Governador Civil
58	PINHEL		1	Juíz de Direito
59	FIG. CAST. RODRIGO		1	Formado
60	TRANCOSO		1	Médico
61	CEIA		1	Advogado
62	CASTELO BRANCO		3	3 Formados
63	COVILHÃ		1	Director Geral da Agricultura
64	IDANHA-A-NOVA		1	Conde
65	FUNDÃO		1	Formado
66	LEIRIA		3	Engenheiro; Industrial; Médico
67	FIGUEIRÓ DOS VINHOS		1	Alto funcionário (Formado)
68	POMBAL		1	Cirurgião
69	CALDAS DA RAINHA		1	Capitão
70	LISBOA	2 (a)	4	Ten.-Cor.; Prop. e capitão; lente Esc. Politécnica Cap. e méd.; advog. prop.; neg. Formado
71	CADAVAL		1	Formado
72	ALENQUER		1	Formado
73	TORRES VEDRAS		1	—
74	MAFRA		1	Tenente-Coronel
75	SINTRA		1	—
76	BELÉM		1	—
77	OLIVÃES		1	Ministro da Marinha
78	ALMADA		1	Director do Banco de Portugal
79	ALDEIA GALEGA		1	—
80	SETÚBAL		1	Presidente da Câmara de Cascais
81	S. TIAGO DO CACÉM		1	—
82	SANTARÉM		3	Fun. superior; 2 capitães
83	CARTAXO		1	Lente da Escola Politécnica
84	TORRES NOVAS		1	—
85	TOMAR		1	Banqueiro

CÍRCULO		NÚMERO DE DEPUTADOS ELEITOS		
N.º	Denominação	Democratas	Outros	Profissões
86	ABRANTES		1	Tenente-Coronel
87	PORTALEGRE		4	Cap. e prof.; —; eng.; lente da Univ.
88	ÉVORA		4	Prop.; —; alto func.; cirurgião
89	BEJA		3	Eng.; Lente da Universidade; formado
90	ODEMIRA		1	Formado
91	MÉRTOLA		1	Tenente-Coronel
92	FARO		3	Eng.-civil; capitão; formado
93	VILA REAL DE S. A.		1	Engenheiro Civil
94	TAVIRA		1	Juíz de direito
95	SILVES		1	Tenente-Coronel
96	LAGOS		1	Engenheiro Civil
	TOTAIS	3	135	
	TOTAIS PERCENTUAIS	2,17%	97,83%	

FONTES: Jornais o «Comércio do Porto» e «O Jornal do Porto»

a) não está incluído o nome de FRANCISCO TEIXEIRA QUEIRÓS que prestou juramento como deputado a 16 de Janeiro de 1893.

(cf. Bessa, José Marcelino — Anexo ao Manual Parlamentar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905).

ABREVIATURAS: Alto func. — Alto funcionário; Cap. — Capitalista; Ins. Alf. — Inspector de Alfândega; Of. Exérc. — Oficial do Exército; Pres. Câmara — Presidente da Câmara; Conselh. — Conselheiro; Prop. — Proprietário; Juíz da Rel. — Juíz da Relação; Ten.-Coronel — Tenente Coronel; Lente Esc. Politéc. — Lente da Escola Politécnica; Neg. — Negociante; Méd. — Médico; Prof. — Professor; Eng. — Engenheiro; Lente da Univ. — Lente da Universidade.

MAPA ANEXO N.º 22
ELEIÇÕES — VEREADORES — PORTO
1890/1892

Nome dos Votados	Número de Votos	Partido
António de Oliveira Monteiro	7615	P
António Ribeiro da Costa e Almeida	7572	P
Pedro Maria da Fonseca Araújo	7561	P
João Baptista de Lima Araújo	7547	P
António Maria Esteves MendesCorreia	7545	P
Antero Ferreira de Araújo e Silva	7542	P
Egídio Teixeira Duarte	7540	P
Augusto Carlos Chaves de Oliveira	7536	P
Manuel Rodrigues da Silva Pinto	7526	P
Eduardo Augusto Sousa Pires de Lima	7499	P
Francisco Cardoso da Cunha	7495	P
Manuel José Moreira Monteiro	7488	P
José da Silva Ferreira Baía	7487	P
Joaquim Soares da Silva Moreira	7480	P
José Moreira da Fonseca	4628	R
José Diogo Arroio	4558	R
António Pinto Mesquita Carvalho Magalhães	4542	R
Adelino Adélio Leão da Costa	4540	R
Manuel Vieira de Andrade	4488	R
Cristiano Vanzeler	4456	R
Tito Augusto Fontes	4399	R

LEGENDA: P = PROGRESSISTA / R = REGENERADOR

FONTES: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto — livro 178 — eleições (cota provisória); Jornais da época.

MAPA ANEXO N.º 23
ELEIÇÕES — VEREADORES — PORTO
1893/1895

Nome dos Votados	Número de Votos	Partido
Adriano Antero de Sousa Pinto	5343	P
António Ribeiro da Costa e Almeida	5249	P
Abel Eduardo Pereira Brandão	5223	P
Joaquim Ventura da Silva Pinto	5220	P
Álvaro de Azevedo Meireles	5205	P
Isidoro da Fonseca Moura	5193	P
Emílio Augusto Dias	5145	P
José Pinto da Silva Tapada	4984	P
José da Silva Ferreira Baía	4852	P
José Moreira Pimenta da Fonseca	4843	P
José António Moreira dos Santos	4836	P
Pedro Maria da Fonseca Araújo	4826	P
José António Forbes de Magalhães	4809	P
Manuel José Barreto	4790	P
Francisco Gomes Teixeira	3318	R
Manuel Eleutério Pereira da Fonseca	3294	R
Manuel Rodrigues Sequeira de Araújo	3289	R
Manuel de Sousa Avides	3307	R
Ezequiel Augusto Ribeiro Vieira de Castro	3306	R
Domingos Gonçalves de Sá	3264	R
José Novais da Cunha	3263	R

LEGENDA — P = PROGRESSISTA / R = REGENERADOR

FONTES: Arquivo Histórico da Cidade do Porto — livro 179 — Eleições (cota provisória); Jornais da época.

MAPA ANEXO N.º 24

**ELEIÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADAS EM 3/11/1889
VOTOS ATRIBUIDOS À LISTA REPUBLICANA**

VOGAIS EFECTIVOS	N.º DE VOTOS
José Joaquim Rodrigues de Freitas	301
Augusto Manuel Alves da Veiga	283
Joaquim José Marques Marinho	254
Joaquim Bessa de Carvalho	250
Alexandre José da Silva Braga	255
António Joaquim Salgado Lencard	119
Basílio Teles	103
Dr. António Plácido da Costa	106
José Ferreira Gonçalves	104
Francisco Luís Ferraz	98
Manuel Dias Machado	105
Francisco Miranda Castro	105
Dr. Aureliano de Sousa Cirne Vasconcelos	105
Dr. Júlio Augusto de Matos	99

FONTES: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto — Eleições — livro 178 — cota provisória; jornais da época.

MAPA ANEXO N.º 25

**ELEIÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADAS EM 6/11/1892
VOTOS ATRIBUÍDOS À LISTA DEMOCRÁTICA**

VOGAIS EFECTIVOS	N.º DE VOTOS
Joaquim José Marques Marinho	2530
Augusto Henriques Almeida Brandão	2549
António Rodrigues Padim	2547
Joaquim Azevedo Sousa Vieira da Silva Albuquerque	2531
Maximiano Augusto de Oliveira Lemos Júnior	2530
Joaquim Bessa de Carvalho	2525
José Nunes da Ponte	2314
Cândido Augusto Correia de Pinho	2465
Duarte Leite Pereira da Silva	2466
Francisco Felisberto Cunha Sotto Maior	2444
Bruno Teles de Menezes e Vasconcelos	2460
José Maria Cândido de Paiva	2459
Manuel José Rebelo Duarte	2442
Francisco Miranda Castro	2442

FONTES: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto — Eleições — livro n.º 179 — cota provisória; jornais da época.

VER GRÁFICOS 11 e 12

HOMENAGEM

Ao Prof. Doutor Artur Nobre de Gusmão

Os estudos que formam este pequeno conjunto sobre História de Arte foram elaborados com bastante entusiasmo e um muito especial empenho. Eles estavam destinados a aparecer num «Livro de Homenagem ao Prof. Doutor de Gusmão», que deveria publicar-se por altura da sua jubilação como professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. São textos que estão muito presos a essa circunstância e, porque tardava demasiadamente o seu aparecimento, achamos por bem promover, nesta forma, a sua publicação.

Institucional e pessoalmente, os autores e o Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto devem muito ao Prof. Doutor A. Nobre de Gusmão o que, aqui e assim, testemunhamos. Só lamentamos que as limitações de apresentação e a pequenez do conjunto fiquem muito aquém do que seria desejável e era devido.

C. A. Ferreira de Almeida

A RODA DA FORTUNA / RODA DA VIDA DO TÚMULO DE D. PEDRO, EM ALCOBAÇA

Por C. A. Ferreira de Almeida

A Roda da Fortuna é, sem dúvida, um dos temas mais característicos e dos mais glosados na Idade Média final. A partir do século XIII, ela parece estar omnipresente nos comentários, nas explicações e nas ilustrações da mundividência desse tempo. Mas a circunstância deste motivo estar mais ligado ao quotidiano e ao profano que à cultura religiosa não favoreceu a conservação dos seus testemunhos, mormente os iconográficos¹.

¹ Para uma consulta de exemplos iconográficos veja-se P. Courcelle, *La consolation de philosophie dans la tradition littéraire*, Paris, 1967; H. Patch, *The goddess Fortuna in medieval literature*, Londres, 1967; Kurose, *Miniatures of goddess Fortuna in medieval manuscripts*, Tóquio, 1977; Mersman, *Rosenfenster und Himmelskreise*, Mittenwald, 1982.

Na Península Ibérica, conhecemos, para além do caso que estudamos uma outra representação, em fresco, a do Castelo de Alcañiz (Teruel) Santiago Sebastián, *Teruel y su Provincia*, Barcelona, 1959, p. 158). Literariamente, *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria de D. Pedro*, (Porto, 1940), glosa o tema diversas vezes, aludindo sempre à precaridade dos bens desta vida. Elucidativa, quanto à aceitação do tema, é a notícia de que nos festejos feitos, em 1428, em Valladolid, por motivo da chegada da infanta de Navarra, havia, entre a decoração levantada, uma fortaleza de madeira e um rico pano onde se representava uma grande roda, doirada, dita «Rueda de la Ventura». Para mais exemplos, em Castela, veja-se Juan de Rios Mendoza Negrillo, *Fortuna y Providencia en la literatura Castellana del siglo XV*, Madrid, 1973. Ver também *Studi in Memoria de Enzo Giüdici — Il tema della Fortuna nella Litteratura francese e italiana del Rinascimento*, Florença, 1990.

A Roda da Fortuna foi um tema já bastante glosado na Antiguidade, em autores como Séneca, Cícero, Amiano Marcelino, Claudiano, e outros. É, porém, Boécio, com a sua obra *De Consolatione Philosophiae* que a Idade Média tanto estimou, o grande responsável pela introdução deste motivo na cultura medieval, onde a Roda da Fortuna encontrou um campo propício à sua difusão e para as suas recriações. O entendimento da vida como uma roda, com as venturas e os infortúnios distribuídos pelo seu andar ou desandar, é muito característico dos finais da Idade Média. Sabemos que, então, foi prática corrente, em Portugal e na Europa, oferecerem-se rodas a Santa Catarina — por analogia com a do seu martírio — e a outros santos para testemunhar a «boa sorte» alcançada ou para a pedir.

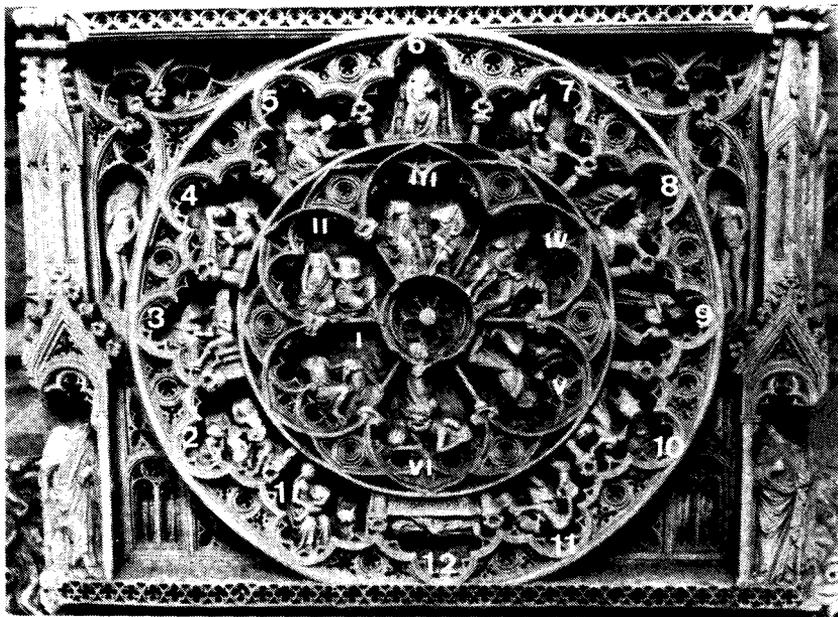
Se, como tema-referente, a Roda da Fortuna tem na Idade Média um desenvolvimento muito maior que na Antiguidade também, neste período, a sua iconografia é muito diferente, muito mais rica e mais inovadora. A representação clássica da Fortuna como uma mulher, alada ou não, de pé, sobre esfera, em equilíbrio instável, a Idade Média preferiu representá-la como uma mulher, umas vezes com dupla cabeça e outras com os olhos vendados, ou com metade do seu corpo em cor preta e a outra parte em branco, presidindo a uma roda que move e pára com suas mãos, em cujo perímetro, no sentido ascendente, há figurantes afortunados e pessoas desafortunadas no sentido descendente. Na iconografia mais divulgada da Roda da Fortuna é habitual haver quatro figurantes, sendo a figura do cimo a de um rei, acompanhada da legenda: *regno*. Contrapõe-se-lhe, na parte inferior, a representação de um homem, sem coroa ou com ela caída, com o dístico: *regnavit* ou *sum sine regno*.

A partir do século XIII, a iconografia da Roda da Fortuna teve desenvolvimentos muito distintos relativamente aos textos que ilustra. Evolve com uma grande autonomia para novas apresentações dotadas de uma riqueza significativa muito superior à das glosas escritas sobre o tema². As muitas dezenas de representações de rodas de fortuna que nos chegaram são muito variadas e miscegenam-se, muitas vezes, com a Roda da Vida e a das Idades. Algumas entram até na ambiência das danças macabras. Os miniaturistas gostaram de representar diagramas de

² Este fenómeno é muito frequente na arte medieval, o que torna mais difícil a apreensão global do significado das representações. Neste aspecto, a iconografia medieval não é apenas uma «Bíblia dos ignorantes», nem um simples reflexo das diferentes enciclopédias, como Mâle pretendeu demonstrar. A procura de uma grande riqueza significativa estava bem interiorizada na *Kunstwollen* da época e dos artistas medievais.

mnemónica na forma de rodas, tais como a do Zodíaco, a do Velho ou a do Novo Testamento, a das Virtudes ou a dos Vícios, a das Artes Liberais ou a das Idades da Vida³. Nenhuma, porém, foi tão divulgada e enriquecida como a da Fortuna ou da «Ventura», como também se dizia. E, por isto, as suas representações são uma ótima via para fazer uma devassa semiótica à cultura medieval do seu tempo.

A Roda da Fortuna/Roda da Vida, esculpida na testeira do túmulo de D. Pedro, em Alcobaça, embora continue a ser ignorada na bibliografia internacional que trata deste assunto⁴, deve considerar-se como



uma das suas mais notáveis e ricas realizações plásticas, medievais, em toda a Europa. Foi M. Vieira Natividade o primeiro erudito⁵ que redescobriu na rosácea desse sarcófago a representação de passos da vida

³ Veja-se J. Friedman, *Les Images mnémotechniques dans les manuscrits de l'époque gothique*, «*Jeux de mémoire*», Montréal, 1985, p. 169-184.

⁴ Conheço apenas a parca e empobrecedora referência de L. Réau em *Iconographie de l'art chrétien*, t. II, 2.^a parte, Paris, 1957, p. 640.

⁵ Racynski e outros eruditos do século XIX falaram já da existência de cenas da vida de D. Pedro no seu túmulo. Fizeram-no vagamente sendo provável que tivessem em mente as edículas dos pés onde se representa o rei a receber os últimos sacramentos.

amorosa e trágica de D. Pedro e de D. Inês de Castro, conforme nos revela em artigo publicado, em 1902, estudo que depois desenvolveu no livro, *Ignes de Castro e Pedro, o Crú, perante a iconografia dos seus túmulos* (Lisboa, 1910). As conclusões deste trabalho foram, geralmente, aceites, embora suscitassem algumas reacções discordantes, como a de Reinaldo dos Santos⁶. Alguns anos depois, com outro apoio historiográfico, o D. António de Vasconcelos (*Inês de Castro*, Porto, 1918; 2.^a edição, revista, 1933) confirmava algumas cenas e aprofundava e descobria novas identificações. Mais recentemente, Montalvão Machado (*Amores de D. Pedro e D. Inês*, Lisboa, 1966) voltou ao tema, aceitando, no geral, as interpretações de António de Vasconcelos. Côncios de que há ainda algumas dificuldades na identificação de algumas das cenas, por não conhecermos minuciosamente as vidas de D. Pedro e de D. Inês e porque, infelizmente, grande parte das figuras têm as mãos ou as cabeças partidas⁷. Isto dificulta imenso a leitura iconográfica, dada a importância da expressão e do significado dos rostos e da barba e devido às potencialidades expressivas da linguagem gestual, já tão desenvolvida na plástica do século XIV⁸.

Com um jacente *ao vivo*, de grande tamanho, o túmulo de D. Pedro deve ter sido lavrado entre 1361 e 1367, ano em que o monarca morreu. Trata-se, sem dúvida, de uma grandiosa realização, onde tudo nos lembra e desmesura do encomendador e o empenho que o rei colocou no seu aparato e na sua temática narrativa⁹. As cenas da vida de Cristo do sepulcro de D. Inês, D. Pedro preferiu ter nas edículas do seu túmulo episódios da vida de S. Bartolomeu, o seu santo protector¹⁰. No facial dos

⁶ Reinaldo dos Santos, até porque algumas das interpretações de Vieira Natividade, casos da Fonte dos Amores e da Fonte das Lágrimas, eram muito forçadas, não aceitou este entendimento da rosácea, falando antes numa significação moral e religiosa, ainda desconhecida (*A iconografia dos túmulos de Alcoçaba*, «Lusitania», vol. I, 1924, p. 83-90).

⁷ Esta mutilação de cabeças e mãos sobre a rosácea do túmulo é tão sistemática que nos parece ter sido intencional. Será difícil sabermos em que época e quais os motivos, talvez poderosos, porque foi feita.

⁸ Se a perda das cabeças nos retira a possibilidade de distinguirmos, bem, os reis (com coroa), os nobres (com barba), e os plebeus (sem barba) e a respectiva expressão dos seus rostos, mais limitativa é ainda a perda de grande parte da linguagem dos gestos. Cfr. Moshe Barach, *Giotto and the language of gesture*, Cambridge, 1987.

⁹ O túmulo de D. Pedro patenteia-nos um narrativismo muito prolixo, próprio do século XIV e da fase avançada do gótico cortês.

¹⁰ As cenas que nos relatam a infância de S. Bartolomeu, onde vemos o seu nascimento e o diabo a raptá-lo do berço (deixando no lugar do santo um filho seu, raquítico), indo depois abandoná-lo em um monte onde uma águia o protegeu, são episódios idênticos a outros pintados num retábulo de Tarragona e de que há relatos

pés, temos duas cenas testemunhando a «boa morte» do rei e nos frisos superiores, onde no túmulo de D. Inês há toda a série dos músicos do Apocalipse que realçam a ambiência sagrada das suas representações, vemos neste uma longa sequência de episódios alusivos à vida do rei¹¹. É porém na testeira do túmulo de D. Pedro que mais doutra e expressivamente se representa a vida amorosa e trágica do nosso rei.

A rosácea da cabeceira do túmulo de D. Pedro apresenta duas rodadas de figurações¹² tendo em cada uma delas a sua própria estrutura narrativa, embora ambas evidenciem uma significação bastante aparentada. Não se deve colocar, como um problema fundamental, a questão da sucessão cronológica de cada uma delas e das respectivas cenas no seu interior, como têm feito os diversos estudiosos, desde Natividade a Montalvão Machado. A sequência cronológica das cenas é mais aparente que estrutural. A leitura ou, melhor, o entendimento de cada uma das rodadas tem de ser global, abrangendo simultaneamente as cenas de cima e de baixo e de ambos os lados, ascendentes e descendentes. Como na análise de lendas ou de contos¹³ e como já Aristóteles, na sua *Poética*, defendia para a tragédia, o entendimento de uma Roda de Fortuna tem de ser global, porque a aparente sucessão cronológica que mostra só se resolve no entendimento do conjunto¹⁴. Parece certo, até pela análise dos programas iconográficos de muitas outras rosáceas góticas, que a parte central tem mais importância e um maior relevo na estrutura narrativa.

medievais na vida do Santo, como revela um estudo de De Gaiffier (*Études critiques d'hagiographie et d'iconologie*, Bruxelas, 1967, p. 176 e segs.). Este bolandista ignora o nosso caso. Curiosamente, este episódio, acontecido a S. Bartolomeu quando era ainda bebé, não vem referido na *Legenda Dourada* nem no manuscrito alcobacense *Vidas e Paixões dos Apóstolos*. Ele seria, contudo, bem conhecido da tradição medieval portuguesa porque devido a este episódio, S. Bartolomeu é o advogado das crianças que têm medos ou são gagas ou têm epilepsia. Porque D. Pedro era muito gago, como nos diz o seu cronista, e talvez tivesse na infância alguns problemas psíquicos, S. Bartolomeu era o seu patrono, como ainda hoje acontece às crianças que mostram os mesmos problemas.

¹¹ Com duas ou três figuras, geralmente sentadas, estas numerosas cenas, certamente ligadas à vida familiar de D. Pedro, apresentam grandes dificuldades de interpretação correcta e convincente.

¹² Não são frequentes as iconografias da Roda da Fortuna com dupla rodada de figurantes. Alguns casos em Patch, *The goddess Fortuna*, Londres, 1967, est. 8 e 9, e em M. Schilling, *Rota Fortunae*, in «Deutsche Literatur des späten Mittelalters-Hamburger Colloquium — 1973.», est. 3.

¹³ Para esta questão, veja-se R. Barthes, *L'Analyse structurale du récit*, Paris, 1981, p. 18.

¹⁴ Boa exposição sobre este problema em F. Thürlemann, *Die narrative sequenz mit doppelter Figurenentität — zur Erzählstruktur der Rota Fortunae*, in «Variorum Munera Flora. Festschrift für H. F. Haefele», Sigmarigen, 1985, p. 141-156.

É o caso desta, como veremos. Conforme é mais comum, as rodas da Fortuna devem começar a ler-se de baixo para cima e da nossa esquerda para a direita, isto é, dos estados mais felizes para os da adversidade.

A rosácea do túmulo de D. Pedro mostra-nos, a partir de um nódulo circular, central, uma estrutura radial de seis grandes pétalas cujo remate é preenchido por moldura bilobada. No espaço de cada uma destas pétalas há uma cena, sempre com D. Pedro e D. Inês, as quais numeramos de I a VI.

I — D. Pedro acaricia D. Inês que está sentada à sua esquerda, certamente porque ainda não estavam casados¹⁵.

II — D. Inês senta-se à direita de D. Pedro, porque haviam casado. As mãos esquerdas uniam-se e apertavam-se sobre o peito de D. Pedro, conforme garante a sua direcção e a cicatriz da partição, simbolizando o seu casamento¹⁶.

III — Sentados no mesmo banco, D. Pedro com espada e perna cruzada, numa atitude de nobre¹⁷, preparavam-se para governar e ser felizes.

IV — D. Afonso IV tem D. Inês sentada à sua esquerda e, mostrando-nos a palma da mão direita e o dedo indicador da esquerda virado a D. Inês, indica-nos que lhe comunica uma resolução incriminatória¹⁸.

V — D. Inês, tendo em atenção as atitudes e os vestígios das mãos, repele um homem com barba que tudo sugere ser D. Afonso IV, o qual se prosta a chorar com as mãos na cabeça¹⁹.

¹⁵ Esta é a única cena em que D. Inês está à esquerda de D. Pedro. Esta posição de D. Inês repete-se na pétala IV, no encontro com D. Afonso IV.

¹⁶ Este é o gesto normal, embora se utilizem as mãos direitas, para simbolizar que um homem e mulher estão casados. Compare-se os jacentes de D. João I e D. Filipa e o de D. Duarte, na Batalha.

¹⁷ A perna cruzada era símbolo de nobreza e de poder. Encontramos esta atitude até em muitos jacentes ocidentais. No túmulo de D. Inês, Pilatos tem perna cruzada. Não faltam exemplos. Esta cena, posta no cimo, tem o seu oposto na representação do fundo.

¹⁸ Isto está de acordo com o significado dos gestos e com o que sabemos, historicamente.

¹⁹ Há notícia histórica sobre este drama de D. Afonso IV, mas não da altivez, à maneira nobre, de D. Inês.

VI — D. Inês e D. Pedro, prostrados no chão, um para cada lado, estão tragicamente subjulgados pelas garras de um animal monstruoso de cujo costado emerge uma figura feminina que agarra uma parte do eixo da rosácea²⁰. Esta figura híbrida, de monstro e de mulher dominante, representa a Fortuna e o Infortúnio, à Boécio, e pode comparar-se às figuras que nos mostram a Fortuna bifronte, com duas caras diferentes, e também às representações que no-la apresentam com a metade superior do corpo em preto e a outra parte em branco. Na Roda da Fortuna de Alcañiz, Saragoça, vemos, na sua direita, um galo que significará a aurora e a esperança e, na esquerda, um lobo que simboliza a noite e o mal.

No fundo da parte central da rosácea alcobacense, a Fortuna segura com as mãos o eixo da roda onde, parece, colocou um cravo que nos indica ter a vida de D. Pedro parado para sempre²¹.

Trata-se sem dúvida, em oposição à cena superior, de uma representação sumamente trágica.

A orla exterior da rosácea do túmulo de D. Pedro tem uma sequência de doze largos alvéolos, de remate trilobado, com outras tantas cenas que enumeramos de 1 a 12.

1 — D. Inês, sentada, acalenta-se e tem no regaço o seu primeiro filho que entretanto morreu. Vê-se, nitidamente, ao lado, uma lareira onde arde o fogo e se cozinha. Não é pois a Fonte dos Amores que Vieira Natividade e outros pretenderam²². Não nos parece que represente a infância de D. Pedro.

2 — D. Inês e D. Pedro, já casados, convivem com os seus três filhos, afagando dois deles.

²⁰ Parece-me indiscutível que se não represente aqui a Fonte das Lágrimas, como acreditou Vieira Natividade. A figura feminina que emerge também não pode ser a personificação do espírito de D. Constança, primeira mulher de D. Pedro, como escreveu António de Vasconcelos. Por tudo e porque está ligada à roda só poderá ser a Fortuna que emparceira com o Infortúnio para dominar D. Inês e D. Pedro. Como outra Eva, a Fortuna sai do costado do Infortúnio.

²¹ O pequeno tomo que vemos cravado na parte interior do aro do círculo do eixo da roda deve ser um cravo para a fazer parar. No Cancioneiro de Baena, na composição n.º 547 onde se glosa a Roda da Fortuna, diz-se: «Tyren el clavo e ande la rueda». A sugestão que se poderá ter de que esta saliência poderia representar a união dos pulsos donde saíam umas mãos erguidas não me parece provável.

²² É pois uma representação de um interior de cozinha com lareira, a significar a privacidade, isolada, em que se encontrava D. Inês, antes de morrer D. Constança. Verifica-se assim que a ligação da Fonte dos Amores à vida de D. Inês será mais tardia, como já sugerira Carolina Michaëlis.

3 — D. Inês e D. Pedro jogam o xadrez²³.

4 — D. Inês e D. Pedro mostram-se em doce convívio. Numa atitude nobre, D. Pedro tem uma perna cruzada.

5 — É uma cena difícil de ler. Parece que D. Inês subjuga uma figura, talvez de mulher, que está no chão²⁴.

6 — Majestático, de pernas abertas, D. Pedro reina²⁵. Como o eixo semântico de qualquer roda da vida é o vertical, a esta cena opõe-se, no fundo, a de D. Pedro no túmulo.

7 — Ao que parece, vemos um conselheiro do reino calcando D. Inês. Levará na mão um rolo de legista²⁶.

8 — D. Inês reage e, nobremente, despreza e calca o mesmo conselheiro de D. Afonso IV.

9 — Figura da Justiça indica a sentença do conselho do rei: a degolação de D. Inês. Terá uma morte pouco nobre, «mísera e mesquinha».

10 — Algoz, sem barba e veste curta, executou D. Inês cuja cabeça, de belo rosto, jaz no chão.

11 — Dois algozes matam o conselheiro Pero Coelho, de barba comprida, apunhalado pelo peito.

12 — D. Pedro jaz no seu túmulo até ao Juízo Final, conforme nos diz a inscrição, inspirada no símbolo dos Apóstolos: A(qui) E(spero) A FIN DO MU(n)DO.

²³ Vieira Natividade disse que estavam a ler. Montalvão Machado falou em tabuleiro de damas, mas será antes de xadrez, jogo nobre, como diz D. João I no *Livro da Montaria*, o qual se divulgou pela Europa nos finais do século XI. Veja-se M. Pastoureau, *L'échiquier de Charlemagne*, Paris, 1990.

²⁴ António Vasconcelos entendeu, simbolicamente, que se representa D. Inês vencendo a Intriga.

²⁵ Os eruditos que têm tratado da significação desta rosácea têm visto, nesta figura, D. Afonso IV. A estrutura narrativa da Roda da Vida não permite esta identificação. Se, em baixo, no túmulo, está D. Pedro, em cima, também é ele, reinando, isto por força do eixo semântico.

²⁶ O facto de ser uma figuração de personagem com barba não permite a sua identificação como sendo um algoz, como pensava A. Vasconcelos.

A Roda da Fortuna/Roda da Vida do túmulo de D. Pedro tem um nítido e muito original enquadramento de rosácea arquitectónica. Tanto que lhe tem merecido, sistematicamente, a designação de rosácea²⁷. Mas a sua fundamental razão de ser está nas duas rodadas de relevos cénicos onde se glosa e mistura a noção de precaridade do bem estar e o da fragilidade da vida com um sentido trágico muito forte, bem ao gosto desses tempos de pós-Peste Negra, tempos em que se inventa o jacente *em transe* e se preparam as danças macabras.

Este sentido da precaridade dos bens da vida, «porquanto a Roda da Ventura nunca pode sossegar, e continuamente exalçando huuns abayxa os outros», como escrevia D. Pedro na *Virtuosa Bemfeitoria*, e deste mundo como «vale de lágrimas» é ambientado e explicado pela presença de Adão e Eva, após o seu pecado. Adão assiste, de corpo envergonhado, à direita da roda e Eva representa-se na parte esquerda.

As duas rodadas de cenas desta rosácea têm, como vimos, um significado global bastante afim. A roda central, sempre alusiva à vida comum de D. Pedro e D. Inês, é mais nobre e patenteia-nos um sentido mais denso e trágico. Está mais próxima de uma Roda da Fortuna. O circuito narrativo exterior é mais prolixo, tem cenas mais particularizadas e mais alusivas à vida pessoal do rei D. Pedro. Está mais perto de uma Roda da Vida do rei.

Por tudo isto, a rosácea do túmulo de D. Pedro é uma preciosa fonte monumental para a história e cultura do seu tempo e, no seu género, uma realização sem par em toda a Europa.

²⁷ Esta miscigenação da composição da Roda da Fortuna com a da rosácea foi, então, frequente. Cfr. V. Beyer, *Rosaces et roues de Fortune à la fin de l'art et au début de l'art gothique*, «Zeitschrift für schweizerische Archäologie und kunstgeschichte», t. 22, 1962, p. 34-43.

ARQUITECTURA EFÉMERA

— Construções de madeira no final da Idade Média

Por José Custódio Vieira da Silva

O levantamento e análise dos problemas ligados ao conceito e às manifestações da festa na sociedade tardo-gótica, desenvolvidos no Seminário de História da Arte Medieval que o Prof. Doutor Artur Nobre de Gusmão, no âmbito do mestrado de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, regeu no ano lectivo de 1988-89, sugerem-me algumas considerações sobre um tema que, até agora, não tem sido alvo de atenção na sua globalidade. Refiro-me às construções de madeira, estruturas efémeras erguidas em ocasiões em geral festivas e que, pelas descrições que delas nos dão notícia, permitem, talvez, apelidá-las de autêntica arquitectura de madeira.

Ao tentar alinhar algumas ideias sobre este tema, penso poder prestar, desta forma, a minha homenagem ao Prof. Doutor Artur Nobre de Gusmão — à sua intuição, ao seu saber, à sua permanente insatisfação e questionar constante dos problemas artísticos, à sua preciosa amizade, devo muito do meu percurso intelectual.

1. O final da Idade Média parece cada vez mais assumir-se como uma época de grande energia criadora. É uma sociedade em mudança que, a par da consciência, mesmo que difusa, de certas transformações que nela se operam, se preocupa, curiosamente, em manter e até reavivar aspectos tradicionais que, em última análise, se tornam fonte legitimadora

dessa mudança. Época de paradoxos, de tomadas de posição por vezes antagónicas, é nessa contradição que se encontra, precisamente, a sua grande riqueza¹.

Neste contexto, a *festa* (que tem a sua curiosa antítese na *tristeza*, o mal melancólico que «é uma doença característica dos fins da Idade Média»)² assume-se como uma das facetas mais elucidativas para a compreensão da sociedade tardo-gótica. Quer as manifestações religiosas, particularmente as procissões, quer as festas profanas (progressivamente *sacralizadas*) constituem-se em acontecimentos dotados de grande espectacularidade, numa condensação *ritual* que pretende intervir na definição de novos momentos-força do viver colectivo³. A consciência desta situação é bem visível nos cronistas que, de Fernão Lopes a Garcia de Resende, vão alargando nas suas crónicas o espaço (e até o entusiasmo) concedido a algumas dessas ocasiões de festa. A este facto, aliás, se fica a dever, em grande medida, a possibilidade de avaliar a importância que a arquitectura de madeira terá desempenhado no viver colectivo da sociedade tardo-medieval.

Efémere era a festa; efémere era, também, a arquitectura que ela originava. Mas se o brilho do espectáculo se reflectia, como em espelho, nessas construções de madeira, também estas contribuía para o deslumbramento que a memória colectiva se encarregava de perpetuar. A descrição exaustiva, e em capítulo próprio da Crónica, da grande sala de madeira erguida em Évora para os esponsais do filho de D. João II, não pode ser entendida apenas como um sinal do poder do rei ou da admiração pessoal que Garcia de Resende lhe devotava; ela terá de ser entendida também pela sua condição de arquitectura de madeira que, *como tal*, excedia, pela sua grandiosidade, tudo o que até aí fora visto. Este exemplo é, aliás, o culminar de uma situação que, ao longo do século XV, parece progressivamente tornar-se mais notória: a importância que o trabalho da madeira — particularmente a arquitectura efémere usada em dias de festa — adquire no contexto das manifestações artísticas.

¹ Veja-se, para este problema, F. W. Fischers e J. J. M. Timmers, *Le Gothique Tardif, entre le Mysticisme et la Réforme*, Paris, Albin Michel, 1976 e José Custódio Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal. A Arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

² Joseph M. Piel, «Introdução» ao *Leal Conselheiro*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1942, p. XVIII.

³ Para análise da problemática de algumas destas festas medievais vejam-se, entre outros, Ana Maria Alves, *As Entradas Régias Portuguesas. Uma Visão de Conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d. e *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino*, Lisboa, INCM, 1986 e ainda Jacques Heers, *Festas de Loucos e Carnavais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

2. Em Outubro de 1451 chegavam a Lisboa dois enviados do imperador Frederico III para, como procuradores, receberem por esposa a infanta D. Leonor, filha de D. Duarte. Um deles — Nicolau Lanckman de Valckenstein, capelão do imperador — escreveu circunstanciado relato de toda a viagem⁴. Na descrição que faz das festas sumptuosas organizadas por D. Afonso V em Lisboa, por motivo do casamento de sua irmã, merece particular destaque o paço de madeira propositadamente construído para servir de residência ao rei: «Et venerunt sic per civitatem processionaliter ad unum palatium magnum, ex lignis et asseribus ad hoc constructum, cum duabus turribus altis. Turres et tecturae palacijerant coopertae cum bono panno griseo et nigro, intinctis auro et argento, in quo Palatio Rex habitabat»⁵. A explicação para a construção deste palácio efémero não pode, naturalmente, encontrar-se na inexistência de outras moradias nobres na capital do Reino. O paço da Alcáçova, o paço dos Duques e outros existentes em Lisboa seriam suficientes para albergar todos os convidados. Aliás, as cerimónias mais importantes das festas do casamento decorreram alternadamente em alguns desses edifícios. A explicação passará, antes, pela necessidade de D. Afonso V manifestar o seu poder e magnificência através da construção de um palácio grandioso, ainda que de existência efémera limitada ao tempo de duração das festas. A par dos cortejos, recebimentos, jantares e jogos, esse paço de madeira era o sinal, entre todos mais duradouro, da grandiosidade do acontecimento oferecido a toda a população de Lisboa, o objecto materializado da essência da própria festa: era a «casa das festas da eperatriz»⁶. O relato do capelão de Frederico III parece confirmar esta ideia, quando insiste no facto de o paço de madeira ter sido erguido apenas para esse momento: «Dominus Rex Portugalliae fecit grande convivium, in quodam palatio, specialiter illo tempore constructo, quod palatium tapetis diversorum colorum et imaginibus figurarum et historiarum intextis, pulcherrime ornatum erat»⁷.

Assente em estacaria, com duas altas torres cobertas de panos cinzentos e negros pintados a ouro e prata, o palácio alteraria, por completo, a fisionomia tradicional da cidade, originando um impacto urbanístico

⁴ António Caetano de Sousa, «Diário da viagem, e jornada da Infanta D. Leonor, Emperatriz da Alemanha», in *Provas Genealógicas...* Tomo I, Livro III, Coimbra, Atlântida Editora, 1947, pp. 331-350. Consulte-se também a tradução efectuada por Luciano Cordeiro, *Uma Sobrinha do Infante, Imperatriz da Alemanha e Rainha da Hungria*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894.

⁵ António Caetano de Sousa, *ob. cit.*, p. 341.

⁶ F. M. Sousa Viterbo, «D. Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha», in *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, Lisboa, 1909, p. 435.

⁷ António Caetano de Sousa, *ob. cit.*, p. 345.

que as palavras de Nicolau de Valckenstein facilmente deixam perceber. A madeira de que era construído possibilitava, por outro lado, uma escala monumental («palatium magnum... cum duabus turribus altis») que os paços de pedraria existentes talvez não exhibissem.

3. Em 27 de Novembro de 1490 entrava em Évora a filha dos Reis Católicos. Para o seu casamento com o príncipe D. Afonso, preparara el-rei D. João II as maiores «honras, festas e ceremonias que nunca a outra Princesa, nem Raynha forão feitas»⁸. De entre esses preparativos avultavam duas construções de madeira: uma, a grandiosa *sala de madeira*, suficientemente espaçosa para receber, em banquetes que ficaram célebres, todos os convidados régios; a outra, uma fortaleza também de madeira, destinada a servir de pousada aos oficiais do rei.

A sala de madeira, descrita por Garcia de Resende no capítulo CXVIII da sua *Crónica*, ocupava a horta do Mosteiro de S. Francisco. Com cerca de 67,5 metros de comprimento, 16,90 de largura e 15,80 de altura, foi construída com grandes e fortes mastros trazidos de Lisboa, sendo as paredes, entre os mastros, feitas de taipa; na cobertura utilizaram-se mastros mais delgados, tudo «calafetado, e breado como nao de madeyra, que não podia chouer nella gotta d'agoa»⁹. No interior, a sala, para além de toda revestida de «ricos e fermosos lambeis, cousa noua, que parecia muyto bem polla differença que tinha dos brocados e tapeçaria»¹⁰, dispunha (no topo sul, fronteiro à grande porta de entrada) de um grande estrado real que ocupava toda a largura da parede e ao qual se acedia por «muitos degraus». Lateralmente, dois grandes arcos em cada parede serviam para a música de cordas, enquanto os metais se distribuíam por um grande cadafalso à esquerda da porta de entrada. Defronte deste, a copa, «ha maior que nunca vi»¹¹; ao longo da sala, estrados altos, protegidos por grades, recebiam catorze grandes mesas (sete de cada lado), com os assentos encostados às paredes. A iluminação, finalmente, era obtida com cerca de trezentas tochas e brandões que tornavam a sala tão clara como se fosse de dia.

A grandiosidade desta construção, mesmo tendo em conta o seu carácter efémero, deverá ter impressionado vivamente os contemporâneos; o próprio Garcia de Resende, para além da atenta descrição na *Crónica*

⁸ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânia*, Lisboa, INCM, 1973, p. 156.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 162.

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ Idem, *ibidem*.

de *D. João II*, dedica-lhe de novo alguns versos na *Miscelânea* — «E que sala de madeira, / que ficara por memoria, / real em tanta maneira, / de perfeições tam inteira, / de tanta mundana gloria?»¹² —, o que parece não deixar dúvidas quanto ao aparato e carácter excepcional desta arquitectura de madeira.

De qualquer modo, é a importância e a qualidade do trabalho dos mestres carpinteiros desta época que ganham, talvez, uma dimensão inesperada. Se a sala era espectacular pela grandiosidade das suas dimensões, a mesma espectacularidade parece sobressair de um pormenor que não escapou à observação de Garcia de Resende: os trabalhos de miniatura que, no segundo banquete oferecido na referida sala, ornamentavam as mesas. Eram trinta tendas e catorze castelos, todos cheios de iguarias, destacando-se o castelo da mesa do meio: com forma de turbulo, era feito de «madeira sutil, e pano de tafeta dourado, com tantos chapiteos, e bandeyras, tudo dourado, que era muyto fermosa cousa, e de muyto custo»¹³. O destino dado a essas construções em miniatura, que pareciam concorrer com trabalho de ourives, é também revelador da qualidade do trabalho dos artistas que as realizaram: entregues a pessoas que os pediam, foram colocados, a modo de troféus, em mosteiros e igrejas «em que estiveram muyto tempo pendurados, e pareciam muyto bem»¹⁴.

Uma outra grande construção de madeira se ergueu em Évora por essa mesma altura. Na praça escolhida para cenário das justas reais (a actual Praça do Geraldo), levantou-se a *teia* régia, decorada com as cores e o símbolo do rei e, para cenário bélico desses jogos guerreiros, uma verdadeira fortaleza, «pregada na praça como fortaleza de guerra»¹⁵. Ocupava todo o vão da Rua dos Mercadores, «as casas onde ora he a camara, e as outras da outra parte»¹⁶ e, como um verdadeiro castelo, possuía também as suas torres e cubelos. Infundas bandeiras a decoravam, atingindo o espectáculo o seu momento mágico à noite, quando a luz de «muytas e claras lanternas» parecia incendiar por fora a fortaleza, concorrendo com a iluminação também festiva da própria praça. «Cousa muyto fermosa», comenta o cronista; deslumbramento de luz e cor, apetece acrescentar. É que, para além do seu carácter *decorativo*, a fortaleza foi também aproveitada para instalar os oficiais do rei, que nela pou-saram durante a realização dos festejos do casamento: «tudo era rica-

¹² Idem, *ibidem*, p. 340.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 175.

¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 177.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

mente armado com ricas camas» e dentro da fortaleza se passaram também muitas festas, banquetes e prazeres.

Se, por um lado, estas festas confirmam o carácter espectacular que a Idade Média emprestou a esses momentos de celebração colectiva, num procedimento ritual que, de certa forma, se manteve até aos dias de hoje, ter-se-á de aceitar, por outro, a realidade de uma *arquitectura de madeira* especialmente vocacionada para ampliar os efeitos cénicos da magia desses momentos.

4. No entanto, essa arte de construir não terá ficado limitada a edifícios necessários a essas ocasiões festivas. Uma carta escrita por Afonso de Albuquerque a D. Manuel, em 30 de Setembro de 1512, permite questionar a existência de uma tradição de construções militares em madeira, neste caso directamente ligada ao esforço militar que a Expansão e os Descobrimentos exigiam. Embora já publicada, valerá a pena transcrever de novo essa missiva.

«Senhor

A mim me disseram que Vossa Alteza tinha hum castelo de madeira que abastaria pera cinquent'omeens ou sesemta terey em merce a Vossa Alteza mamdar mo porque he cousa muito necesarea pera logo segurar qualquer cousa de que quiserdes que lancemos mão e daly em diamte lavar se a fortaleza ou qualquer outra obra que comprir porque ja por vezes me vy em gram necessidade diso e aimda pera qualquer lugar que comprir destruir se de todo nam ha hy nenhũa cousa tam booa como he meter demtro hum castelo de madeira pera dy ho poer per terra e levamtar ho castelo de madeyra se comprir leixa lo e pera quaesquer outras cousas piquenas e grandes omde se comprir ter cimquent'omens ou sesemta. Todavia mo mande Vosa Alteza porque asy em Malaca Ormuz e em Goa sempre vy desposysam e cousa em que me fora muy proveitoso portamto vos beijarey as mãos. Todavia me se a Deus aprouver eu ho terey melhor gramjeado do que qua foy a vinda de madeira que qua mamdastes e venha muy concertado e mestre dele que ho sayba concertar com 'ho armemos e nam seja muito grande.

Esprita em Cochim a xxx dias de Setembro de 1512.

Feytura e servidor de Vosa Alteza

Afonso d'Albuquerque»¹⁷.

¹⁷ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 302-303.

Ressalta deste documento, sem dúvida, a tática militar portuguesa na utilização de fortalezas de madeira: fáceis de transportar, fáceis de erguer, possibilitavam ataques rápidos e eficazes e uma utilização repetida em todos os locais que o justificassem. Com capacidade para 50 ou 60 homens, necessitavam, no entanto, de um técnico especializado que as soubesse erguer e consertar após cada utilização. É o que se depreende da observação de Afonso de Albuquerque, pedindo que D. Manuel envie, com o castelo de madeira, «mestre dele que ho sayba concertar com'o armemos».

5. Estes exemplos de *arquitectura de madeira* do final da Idade Média poderiam ser confirmados e ampliados com muitos outros, retirados de Crónicas e demais documentos. Os casos analisados, no entanto, poder-se-ão considerar, pela sua importância e dimensão, paradigmáticos de uma importante tradição de construir em madeira que, de modo particular no âmbito das festas espectaculares que a sociedade medieval encenou, teve, inclusive, continuidade nas épocas subsequentes. O que se passava em Portugal era, aliás, comum à Europa: em Junho de 1520, para a entrevista de Henrique VIII com Francisco I no Camp do Drap d'Or, os ingleses construíram um palácio provisório assente num quadrilátero de tijolo com cerca de 100 metros de lado e cujo primeiro andar, destinado aos aposentos régios, tinha paredes de tela pintada montada em quadros de madeira, com cerca de 10 metros de altura. Mais de três meses durara a construção deste palácio¹⁸!

Compreender-se-á também melhor o alcance dos trabalhos em madeira, ao longo do século XV, se se tiver presente o grande esforço de construção naval em que os portugueses estavam empenhados, mercê da tarefa dos Descobrimientos. A importância que essa mão-de-obra qualificada grangeou é demonstrada pela quantidade de carpinteiros e calafates portugueses ao serviço da corte de Borgonha: em 1439-40 encontravam-se aí a trabalhar quarenta desses mestres, de acordo com o recenseamento que deles fez Joaquim de Vasconcelos¹⁹.

Neste contexto, a observação de Riccardo Averini parece ganhar outro alcance: ao comparar a arquitectura do período manuelino com a sua congénere centro-europeia, afirma assemelhar-se a construção das

¹⁸ Sydney Anglo, «Le Camp du Drap d'Or et les Entrevues d'Henri VIII et de Charles V», in *Les Fêtes de la Renaissance*, vol. II, Paris, CNRS, 1975, pp. 116-117.

¹⁹ Joaquim de Vasconcelos, *Albrecht Dürer e a sua influência na Península Ibérica*, 2.^a ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, pp. 5-6.

igrejas portuguesas a uma gigantesca operação de carpintaria naval²⁰! Esta transposição de motivos e de técnicas de carpintaria para a arquitectura e, particularmente, para a escultura decorativa, poderá ser, afinal, uma das indicações mais precisas da influência dos Descobrimentos na Arquitectura portuguesa deste período. Não propriamente de motivos marítimos ou de exotismos de outras paragens, como uma historiografia mais tradicional defendeu com insistência e que Paul Évin, sobretudo, há muito contestou²¹, mas através de mestres carpinteiros empenhados e de mão adestrada à construção das naves das Descobertas. Esta *promiscuidade* é, aliás, ainda bem notória no Regimento dos Oficiais Mecânicos da Cidade de Lisboa, de 1572: no capítulo XXXIV, dedicado aos Pedreiros e Carpinteiros, proíbe-se, no artigo 19, que os pedreiros tomem as obras dos carpinteiros e estes as daqueles, para «evitar diferenças entre os officiaes e o dano que disso se segue aa rēpublica»²².

De resto, a influência do talhe da madeira na decoração escultórica da arquitectura manuelina e isabelina já havia sido detectada quer por historiadores da Arte portugueses quer espanhóis. De João Barreira e Mário Tavares Chicó a Pedro Dias e de Leopoldo Torres Balbás a Fernando Chueca Goitia, todos insistem no papel que a carpintaria teve na decoração deste período: «técnica de carpinteros, de tallistas, transpuesta a la piedra, repetimos, fué la que creó muchas de las decoraciones arquitectónicas isabelinas», afirma Leopoldo Torres Balbás²³; «o que é verdadeiramente original é o modo como são interpretados os motivos extraídos dos cadeirais e dos grandes retábulos góticos de talha dourada: os vários arcos abatidos e polilobados, as pequenas esculturas alegóricas e os baldaquinos aguçados e aéreos que protegem imagens de expressão triste e de proporções atarracadas que largos panejamentos envolvem», acrescenta Mário Tavares Chicó²⁴.

²⁰ ...«come se la costruzione delle chiese fosse una gigantesca operazione di carpenteria navale». Riccardo Averini, «Storia dell'Arte Portoghese», in *Estudos Italianos em Portugal*, Lisboa, Instituto Italiano de Cultura, 31-32, 1970, p. 43.

²¹ Paul Évin, «Faut-il voir un symbolisme maritime dans la décoration manuéline?» in *XV.º Congrès International d'Histoire de l'Art*, vol. II, Lisboa-Porto, 1949, pp. 193-198.

²² Virgílio Correia, *Livro dos Regimētos dos Officiaes Mecanicos da Mui Nobre e Sēpre Leal Cidade de Lixboa (1572)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 108.

²³ Leopoldo Torres Balbás, «Arquitectura Gotica», in *Ars Hispaniae*, vol. VII, Madrid, Plus-Ultra, 1949, p. 326.

²⁴ Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal*, vol. II, Porto, Portucalense Editora, 1948, pp. 305-306.

A importância que os mestres carpinteiros detêm na arte do final da Idade Média, assim explicitada, permite, pois, entender o destaque que a arquitectura de madeira, nesse mesmo período, alcançou. Essencialmente ligada a ocasiões de festa ou a momentos marcantes do viver social, ela caracterizava-se, de acordo com os exemplos apresentados, por uma grandiosidade que tinha tanto de espectacular como de efémero. Mas que permite não só chamar a atenção para o papel que esta arquitectura efémera desempenhou no final da Idade Média como para a influência que terá tido na *construção do espectáculo* que a Arte Barroca levará, talvez, até ao limite.

ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA ARTÍSTICA
DA SÉ DO PORTO
NOS SÉCULOS XVII-XVIII (I)

Nótula sobre algumas obras (1665-1709)

Por Joaquim Jaime B. Ferreira Alves

1 — Introdução

A Sé do Porto foi durante os séculos XVII e XVIII um centro de intensa actividade artística, transformando-se ao longo dessas duas centúrias, e de uma forma especial em determinadas épocas, num local privilegiado da arte portuense. Para trabalhar na Catedral vieram para o Porto artistas nacionais e estrangeiros que, ao lado dos naturais da cidade e seu termo, contribuíram para a sua renovação. Com as alterações feitas na estrutura medieval e com a preocupação de enriquecê-la através de uma decoração mais faustosa, vemos, por vezes, introduzir-se um vocabulário artístico que, ensaiado na Sé, irá passar para outros edifícios da cidade e para toda uma vasta área que o Porto influencia.

Ao longo de seiscentos e setecentos encontramos a Catedral em obras de uma forma quase permanente, ainda que dois períodos mereçam uma referência especial. No primeiro, sendo bispo D. Frei Gonçalo de Morais (1603- 1617), substituiu-se a capela-mor medieval por uma nova. No segundo, em tempo de Sede Vacante (1717-1741), foram introduzidas grandes transformações em todo o edifício, que lhe deram uma profunda marca barroca.

Estas obras e outros aspectos artísticos da Sé do Porto, para o período em causa, receberam a atenção de diversos investigadores, entre os quais salientamos Carlos de Passos, Artur de Magalhães Basto, Bernardo-Xavier Coutinho, António Cruz, Flávio Gonçalves, D. Domingos de Pinho Brandão e Natália Marinho Ferreira Alves. Apesar dos contributos dados por todos eles, a história artística da Sé do Porto (séculos XVII-XVIII) tem ainda enormes lacunas. Para preenchê-las é necessária uma investigação sistemática, nem sempre fácil e sempre lenta.

A investigação iniciada por nós há alguns anos sobre a Catedral portuense, vai permitir a divulgação de novos elementos que iremos publicando, procurando assim, com aquilo que já foi escrito, criar uma base sólida para o conhecimento de uma das fases mais significativas da história da Sé do Porto.

Os documentos de que nos ocuparemos neste trabalho situam-se cronologicamente entre 1665 e 1709. Neste espaço de tempo a diocese do Porto esteve em Sede Vacante (1639-1671) ou foi governada pelos bispos D. Nicolau Monteiro (1671-1672), D. Fernando Correia de Lacerda (1673-1683), D. João de Sousa (1684-1696) e D. Frei José de Santa Maria Saldanha (1697-1708). O último documento, de Janeiro de 1709, antecede em alguns meses a chegada ao Porto de D. Tomás de Almeida (1709-1717). Todos eles estão relacionados com obras que naquele período se efectuaram na Sé, algumas das quais de grande importância como as que se realizaram na sacristia e na Capela do Santíssimo Sacramento.

2 — Concerto da torre sul ou torre do relógio (1665-1666)

A partir do início do século XV, ou mesmo «desde os fins do século XIV»¹, existia na Sé do Porto o sino do relógio, colocado numa das torres da sua fachada². No princípio as horas eram tangidas manualmente, situação que mais tarde seria alterada ao colocar-se um relógio mecânico — finais do século XV/começos do século XVI — que em 1540 se encontrava já estragado, sendo necessário mandar vir «novos engenhos da Flandres»³.

¹ SILVA, Francisco Ribeiro da — *O Porto e o seu tempo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*, vol. II, Porto, 1988, p. 640.

² «Vereações». *Anos de 1390-1395*, Porto, s/d, p. 377 (Comentários e notas de A. de Magalhães Basto).

³ *Idem*, pp. 378-379.

A torre da fachada de Sé, onde estava colocado o relógio, era a torre sul — «el Relox, que està en la (torre) que mira el Palacio Episcopal»⁴. Aí permaneceu até à segunda metade do século XVII, sendo então retirado pela Câmara. Esta alegava «que o Relógio não fazia falta, pela abundancia que dêles havia na Cidade»⁵. Assim ficaria a Sé sem relógio até 1685, ano em que pela Carta Régia de 30 de Janeiro se determinou que, tanto aquele como o sino (dado pela Câmara ao Convento de S. João Novo) voltassem para a Catedral⁶. Em 1732 encontrava-se o relógio na torre⁷, enquanto que nas *Memórias Paroquiais de 1758*, o pároco da freguesia da Sé diz-nos que «o frontespicio (da Catedral) hé de excelente architectura com duas grandes torres, e no meyo destas o relógio»⁸. Depois das grandes obras de transformação feitas no edifício entre 1717-1741, o relógio foi colocado numa «espécie de arco de triunfo [...] erguido sobre a zona central»⁹ levantado na fachada, entre as duas torres, como se pode ver num desenho executado pelo architecto Alfredo Machado em 1918 (Fot. 1), e onde se deve ter mantido até às obras de restauro executadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

O documento agora apresentado está relacionado com o concerto que se fez na torre sul (1665-1666), «aonde de antes estava o relógio», altura, como já referimos, em que o relógio tinha sido retirado pela Câmara. Naquele ano, a 13 de Outubro¹⁰, em período de Sede Vacante

⁴ NOVAIS, Manuel Pereira de — *Anacrisis Historial*, Tomo IV (II Parte), Porto, 1918, p. 146.

⁵ «*Vereacoens*»..., p. 379.

⁶ Idem, pp. 379-380.

⁷ Idem, p. 380.

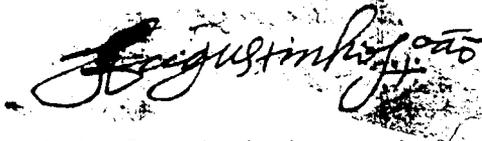
⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Memórias Paroquiais*, vol. 30, Porto — Freguesia da Sé, fl. 1630.

⁹ SMITH, Robert C. — *Nicolau Nasoni. Architecto do Porto*, Lisboa, 1966, p. 74.

¹⁰ Arquivo Distrital do Porto (A.D.P.), Secção Notarial, Po-8, n.º 25, fls. 132-134.

Fiador: *Agostinho João*, ensamblador, residente na rua Chã (Porto).

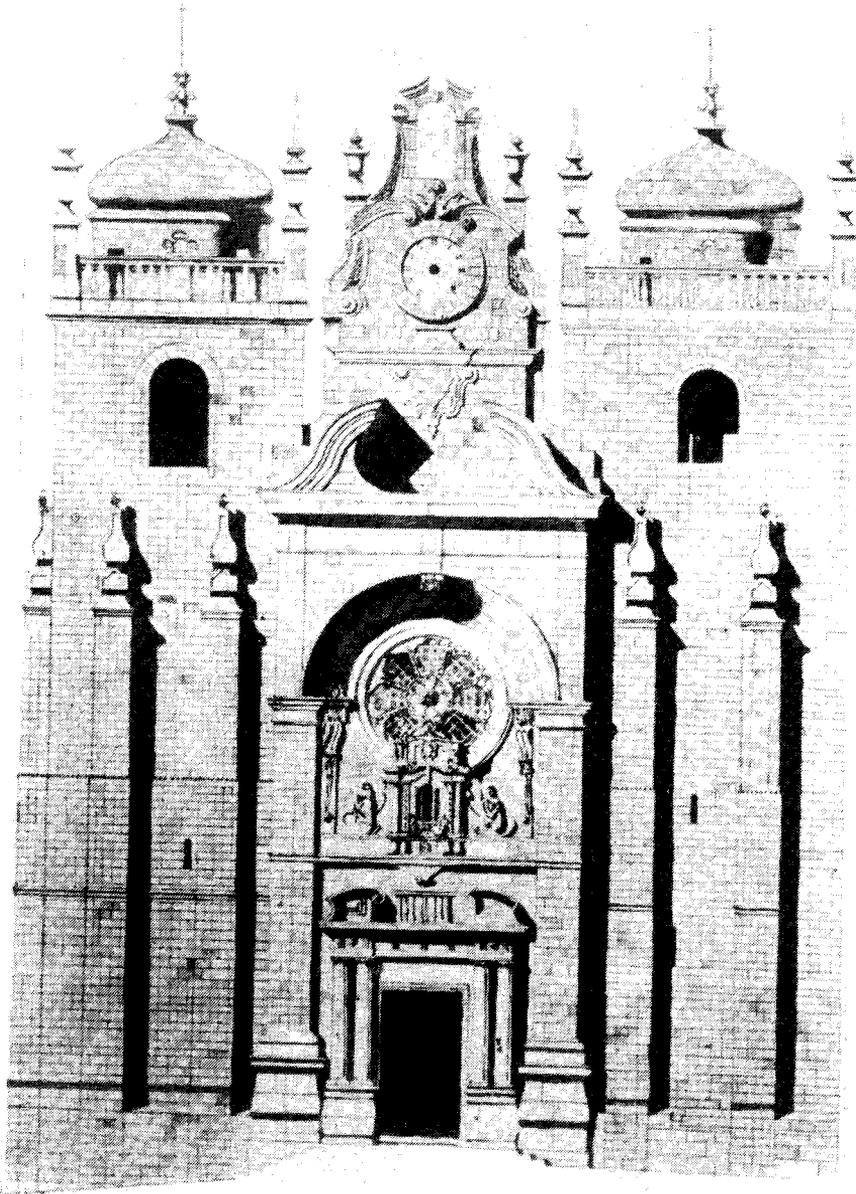
Abonador do fiador: Manuel Fernandes, lavrador, residente em São Vicente do Pinheiro (São Vicente do Pinheiro de Vandoma), Penafiel.



Testemunhas: António Fernandes, ferreiro. «morador fóra da Porta da rua de Carros» (Porto);

António da Silva, porteiro «do júzo eclesiastico»;

Domingos de Oliveira, residente na rua das Freiras de São Bento.



Fot. 1 — PORTO — Sé — Fachada antes do restauro segundo o desenho de Alfredo Machado. (Reprodução feita de: SMITH, Robert C. — Nicolau Nasoni. Arquitecto do Porto).

(1639-1671), foi elaborado um contrato, no claustro da Sé, entre os reverendos João de Araújo Costa, arcediogo de Oliveira do Douro, Dr. João Rodrigues de Araújo, provisor e vigário geral, e Pantaleão Beleza, e o mestre de pedraria *Simão de Sousa*, «da freguesia de Fonte Arcada da comarca de Penafiel», que havia arrematado a obra¹¹, em 11 de Outubro.

Simão de Sousa, segundo o auto de arrematação, tinha que fazer o «comserto da torre da See aonde de antes estava o relógio» para ficar com a altura que tinha anteriormente, «e somente com ameias, o sino campanario que dantes tinha e com a mesma grosura da parede e canos pera lançar as augoas fora». Para a execução do trabalho foram entregues ao mestre pedreiro apontamentos¹², recebendo pela obra duzentos e cinquenta mil réis. O prazo estipulado para a sua conclusão era de sete meses, de Novembro de 1665 até ao último dia de Maio de 1666.

3 — Ampliação da sacristia (1700)

A sacristia levantada no tempo de D. Fr. Gonçalo de Moraes, bispo do Porto de 1603-1617¹³, foi acrescentada no início do século XVIII. Em 9 de Junho de 1700¹⁴, na rua do Penedo (ou de Santo António do Penedo),

¹¹ A.D.P., Idem, ibidem, fls. 132v.-133. Foram testemunhas do auto de arrematação: *Domingos Luís*, mestre de pedraria, e Amaro Ribeiro.

¹² «... apontamentos que mandaram fazer os Reverendos Senhores do Cabido como guovernadores da Mitra e seu fabriqueiro o reverendo senhor Domingos de Araújo Costa, Arsediago de Oliveira, na sua torre onde estava o relógio = primeiramente se ha de derubar o cunhal que esta pera a banda do Passo athe o direito donde acaba a mão do relógio = comesara em sima onde bate o cano de auguoa augusa e viram escarpando athe segurar o cunhal com grandes cunhais e pedras de juntouros pera que fique com grande segurança = logo do outro cunhal que fica para a banda da See o desfaram athe sinco fiadas e viram desfazendo, athe huma genelinha por onde se sahia para pintar a mão do relógio e se desfara athe onde acaba a pintura da mão do relógio e dai para riba tornarão a comesar a obra com grande segurança com pedras de juntouros na mesma grosura que dantes estava comsertando se tudo como de antes estava que sam os canos e alguma pedra que estiver descomposta não se fala = aqui no campanario porque se me disse que não tratasse delle = o mestre que tomar esta obra sera obrigado a dar esta obra feita no tempo que se lhe asentar com grande segurança = e o Reverendo Cabido não sera obrigado a mais que a dar o dinheiro que com elle asentar = e a cal que for nesaria que as mais couzas todas pranchas cabos gindastes e saibro tudo corre por conta do dito mestre que tomar a dita obra o que fara com grande segurança...». A.D.P., Idem, ibidem, fls. 132-132v.

¹³ FERREIRA, J. Augusto — *Memorias Archeologico-historicas da Cidade do Porto (Fastos Episcopales e Politicos)*. Séc. VI-Séc. XX, vol. II, Braga, 1924, p. 197.

¹⁴ A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 3.ª série, n.º 4, fls. 25-26.

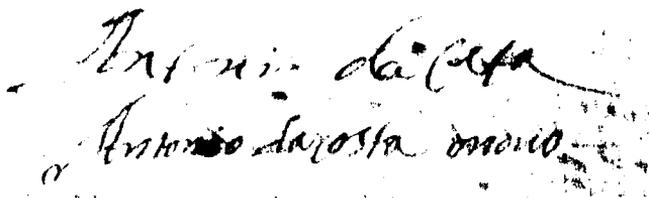
Testemunhas: Pantaleão da Silva Vasconcelos e *João Gonçalves*, carpinteiro, este, residente defronte da Sé.

em casa de Frei Gaspar da Silva Guimarães, «thezoureiro da Mitra deste bispado e arendador das rendas e obras pertensentes a ella», foi elaborado um documento notarial pelo qual seriam contratados os mestres pedreiros *António da Costa* e seu filho *António da Costa, o novo*¹⁵, para executarem a obra da ampliação¹⁶ da sacristia da Sé, que haviam arrematado em 31 de Maio¹⁷.

Os dois artistas tinham que levar a efeito a obra segundo os «apontamentos e planta e trasa» que lhes foram entregues e que tinham sido apresentados no auto de arrematação. Os apontamentos, que permitiriam conhecer o que nessa altura foi acrescentado na sacristia, não foram transcritos no documento em causa, o que não permite, de momento, saber com pormenor as alterações então efectuadas.

O aumento da sacristia estaria, provavelmente, concluído em Março de 1701. Em 31 daquele mês foram contratados os pintores-douradores *Manuel Leão* e *Mateus Nunes de Oliveira* para pintarem e dourarem a sacristia¹⁸ — «fazer-se o brutesco e dourado e mais pinturas na sacristia da Sé». Através deste contrato, rico em pormenores em relação à decoração então feita na sacristia, obtemos algumas informações acerca da sua estrutura arquitectónica: cobertura abobadada com seus

¹⁵ Residentes na freguesia de Santo Ildefonso (Porto).



António da Costa
o novo

¹⁶ «em razão da sãochrestia da See desta cidade necessitar de ser acrescentada e fazer a nova obra conforme a planta e apontamentos que para isso se tem feito para a obra de pedraria». A.D.P., Idem, ibidem, fl. 25.

¹⁷ «para que viesse noticia aos officiaes que nella quizesse lansar se mandou por editais nas portas e lugares costumados desta cidade para que qualquer pesoa que nella quizesse lançar viesse ao pateo dos Passos Piscopaes desta cidade em os trinta e hum dias do mes de Maio passado deste prezente anno que ai se avia de rematar a quem por menos preso a quizesse fazer, e com effeito sendo no sobredito dia de tarde andou a dita obra a lansos em o dito sitio em que ouve varios lansadores que nella derão seus lansos porem os que menos derão e lansarão para fazer a dita obra na forma da planta e apontamentos que ai lhe forão mostrados forão os sobreditos mestres pedreiros Antonio da Costa e seu filho Antonio da Costa que lansarão duzentos e noventa e cinco mil reis e por não haver quem por menos nem por tanto a quizesse fazer senão os sobreditos que se obrigarão a fazella na sobre dita quantia». A.D.P., Idem, ibidem, fls. 24-25v.

¹⁸ PINHO BRANDÃO, D. Domingos — *Obra de talha dourada, ensablagem e pintura na cidade do Porto. 1700-1725*, II, Porto, 1985, pp. 71-77.

arcos assentes em pilastras, que a dividiam em tramos; nicho de pedra, destinado a receber um retábulo para albergar um crucifixo; quatro aberturas e um óculo.

As transformações feitas na sacristia, arquitecturais e decorativas¹⁹, são referidas por Frei Henrique Florez quando se reporta ao bispo D. Frei José de Santa Maria Saldanha — «Adornó la Sacristia de la Cathedral com molduras, y una Cajoneria vistosa»²⁰.

Seria esta sacristia reformada com as suas pinturas de «brutesco» que Nicolau Nasoni encontrou quando chegou ao Porto em 1725, para pintar o interior da Sé, pinturas que desapareceram com o incêndio de 1731, o que levou a que o pintor-arquitecto italiano se ocupasse a partir dessa data da decoração da sacristia da Sé.

4 — Algumas obras na Capela do Santíssimo Sacramento (1707-1708)

A Capela do Santíssimo Sacramento, capela colateral do lado do Evangelho, na Sé do Porto, sofreu obras importantes na primeira década do século XVIII, documentadas através de três contratos, dois de 1707 e um de 1708.

Os dois primeiros documentos, de Março de 1707, foram feitos respectivamente no dia 1 e no dia 29. Pelo primeiro contrato²¹, o Cabido da Sé do Porto, do qual era deão João Freire Antão, autorizava a Confraria do Santíssimo Sacramento²² da Sé a demolir a Capela de São Gregório²³

¹⁹ Já em 19 de Julho de 1700, tinham sido encomendados aos mestres ensambladores *Valério da Silva* e *António Moutinho* três caixões (arcazes) e dois guarda-roupas (armários contadores) para a sacristia, assim como o estrado para os arcazes. Idem, *ibidem*, pp. 39-50.

²⁰ *Theatro Geographico Historico de la Iglesia de España*, XXI, Madrid, 1766, p. 229.

²¹ A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 220, fls. 90v.-91v.

Testemunhas: Manuel Pinheiro Gomes; Domingos do Couto e Manuel Almeida de Loureiro.

²² A Confraria do Santíssimo Sacramento estava representada por:
cónego José Lopes da Fonseca, mordomo;
Manuel de Freitas de Faria, mordomo;
Manuel Telo da Veiga, escrivão;
Gaspar de Miranda, procurador;
António Vieira da Silva, procurador;
Bento de Campos Silveira, procurador;
Bento Aranha de Araújo, procurador.

para poderem alargar a Capela do Santíssimo Sacramento para a parte onde se encontrava a primeira capela. Os mordomos, escrivão e procuradores reforçavam a necessidade de se efectuarem as obras na sua capela por ser «muito antiga» e ameaçar ruína²⁴. Comprometiam-se a reedificá-la «com toda a desensia para se dizer missa nella com os mesmos materiais assim de paredes como do teto retabollo altar portas e grades como de presente esta»²⁵. A reconstrução da Capela de São Gregório teria de ser feita sem que houvesse «prejuizo algum da luz da fresta» da capela-mor da Sé «contiga a dita Capella de S. Gregorio» ou qualquer impedimento da «serventia que pasa por diante» da mesma capela²⁶.

Autorizados pelo Cabido a fazerem as obras que pretendiam na Capela do Santíssimo Sacramento, logo em 29 de Março²⁷ fazem novo contrato, desta vez com os mestres pedreiros que se iam responsabilizar pelo trabalho. Para isso contrataram os mestres pedreiros *Manuel Mendes, o velho, Custódio Ferreira, Mateus Vieira, Manuel Mendes e Mateus Nogueira*²⁸. Estes comprometeram-se a executar a obra

²³ A Capela de São Gregório foi mandada edificar pelo bispo D. Fr. Gonçalo de Moraes (1603-1617), junto à Sé «onde hoje existe a Secretaria da Devoção de SS. Sacramento, e, portanto, o Aljube no tempo do Bispo Moraes ficava noutro lugar. Mudado o Aljube, é claro, a Capella não tinha razão de ser alli». Destinava-se a Capela de São Gregório «para nella ouvirem Missa os presos» do Aljube. Cf. FERREIRA, J. Augusto — Ob. cit., vol. II, p. 215. A Capela de São Gregório foi demolida em 1792.

²⁴ A.D.P., Idem, ibidem, fl. 90v.

²⁵ «querião desfazer e redeficar de novo e alargar mais para a parte de São Gregorio contiga da parte de fora com a capella do dito Senhor». A.D.P., Idem, ibidem, fl. 90v.

²⁶ «e que no recanto que ha de ficar entre huma e outra capella senão aproveitarão della mais do que somente para dispensa da fabrica do dito Senhor». A.D.P., Idem, ibidem, fl. 91.

²⁷ A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 220, fls. 125-127v.

Fiadores: Manuel de Sousa; Manuel Vieira; António dos Santos e Bento Coelho. Testemunhas: Gaspar da Rocha Cardoso; Tomás Barbosa Dinis, Vicente Lopes e Manuel de Almeida de Loureiro.

²⁸ «E logo no dito dia mes e anno fui eu tabaliam as cazas e moradas de Costodio Ferreira pedreiro que são sitas na freguezia de Santo Ilofonso extramuros desta cidade aonde perante mim e testemunhas ao diante assignadas apareserão presentes sua mulher Pascoa Maria e Maria do Rozario mulher de Manoel Mendes o velho e Maria Gonçalves mulher de Matheos Vieira e Maria de Souza mulher de Manoel Mendes o novo e Maria Ferreira mulher de Matheos Nogueira todas mulher dos sobreditos pedreiros que tomarão a dita obra e asim mais pareserão presentes Maria dos Santos mulher de Manoel de Souza e Luiza Ferreira mulher de Manoel Vieira e Maria Ferreira mulher de Antonio dos Santos e Mariana Josepha mulher de Bento Coelho mulheres todas dos fiadores e principais pagadores [...] sendo a tudo testemunhas presentes Antonio

segundo a planta, cuja autoria não é referida, e apontamentos²⁹ que lhes foram entregues, recebendo pelo trabalho quatrocentos mil réis. Segundo o contrato, os artistas que arremataram a obra tinham de fazê-la no espaço de seis meses, a partir do dia da escritura, devendo ficar concluída em Setembro de 1707.

Fernandes ferrador e Manoel Monel Ferreira ferrador e Antonio Ferreira agulheiro todos moradores no rua Nova que vai para Mijavelhas...». A.D.P., Idem, ibidem, fls. 127-127v.

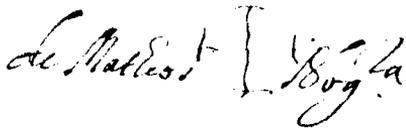
²⁹ «= Primeiramente se mudara a Capella de São Gregorio que hoje esta mistica com a dita Capella do Senhor para o lugar desenhado na planta que para iso se mandou fazer tomando a a por asim e da mesma sorte que oje esta deixando algumas adentasois para a parte da Capella do Senhor na parede que divide a dita capella da caza que ha de servir para a fábbrica de Senhor e ao depois de mudada a dita capella se desmanchara a que oje esta servindo ao dito Senhor e depois de descuberta a aria se altiara a dita capella ficando da capella maior para fora trinta e hum palmo e do arco da emtrada da dita capella para o respaldo vinte e sinco palmos pela parte de fora emchendo os aliserses athe a superfície da capella que hoje esta em grosura de sete palmos e dahi se releixara o que for nesario para as tres meias laranjas na forma que a planta as mostra deixando tambem os vanos para os almarios que a mesma planta mostra deixando no meio hum coadro perfeito de vinte e hum palmo para huma parte e de vinte para a outra a coal obra se continuara athe altura de nove palmos com os vaos asima ditos e dahi para sima se continuara moficando a parede sobre os ditos almarios o que nesario for para o encontro do barrete que sobre ella ha de fechar esta parte da Capella de São Gregorio se fecharão dous archetes sobre o corredor que se ha de comonicar para a caza da fabrica em o coal corredor avera huma porta no lugar donde a planta a mostra ou donde mais comviniente for e o dito corredor sera coberto de pavieiras de pedra em grosu digo de pedra emtregando nas duas paredes o que nesario for para a seguransa dellas e o corredor que fica pello lado da capella que ha de servir para as opas dos irmãos se fara da mesma forma cuberto tambem por sima com as mesmas pavieiras muito bem justas e lavradas de escoda para a parte de baixo a parede que ha de cordear com a fronteira da Capella de São Gregorio se emlegera athe a superfície da rua da grosura de coatro palmos em a dita superfisia da rua releixara meio palmo para dentro e dahi emte a superfície da capella se continuara nos tres e meio adonde releixara pela parte de dentro o que mostra no clarado a meio para dar largura ao corredor em o coal corredor

As obras na Capela do Santíssimo Sacramento continuariam no ano seguinte. Em 2 de Abril de 1708³⁰ fez-se um novo documento notarial, através do qual o mestre pedreiro *Custódio Ferreira*³¹, que já em 1707 trabalhara na capela, foi contratado pelos mordomos, procuradores,

avera huma porta para o brasso do cruzeiro como na mesma planta se mostra e no prepianho que se continua do dito corredor the altura da Capella de São Gregorio se meterão duas frestas no lugar donde a planta do perfil as mostra sobre o coal prepianho correrá o emtabolamento na forma da Capella de São Gregorio e asim mais se farão em o dito prepianho pela parte de fora dous cunhais na forma que no perfil se mostra hum junto ao botareo e outro que comresponda ao que se continua the o telhado da capella que este sera dobrado fazendo duas fasses aos dous meios redondos dos lados da capella os coais cunhais e parede correrá tambem seu emtabolamento pegando do botareo da Senhora do Prezepio emte ficar no lado da capella mor os coais cunhais do telhado do corredor e São Gregorio para sima serão trespelados para ambas as bandas que fasão ao menos dous dedos de resalto e tantos os cunhais como parede sera de silharia na forma que esta a capella maior e a boca do arco da Capella do Senhor se metara o que nesenario for que fique de vinte palmos esforsados de vão metendo lhe hum arco escasoado muito bem feito que fique pela parte de sima em altura de trinta e tres palmos que he a altura aonde ha de prinsipiar abobeda de barrete o coal se ha de de firmar em coatro arcos de pedra que hão de sahir dos coatro cantos a fechar em hum anel que no meio ha de levar que ha de ter sete palmos de vão sobre o coal anel se ha de firmar a litera da altura que for comviniente para o que lhe dara o risco e os panos que ficão emtre os arcos de pedra se farão de tijollo como tambem na caza da fabrica a coal caza e corredores e capella sera tudo muito bem lagiado de pedra muito bem junta as fiadas exseto a capella que esa sera de lepinja e os degraos que forem nesenario para o presbiterio e asim mais se revocara o restante da grosura da parede aonde se ha de meter o arco para volver abobeda como dahi athe o chão para o dezafoego da capella e o mestre que tomar esta obra sera obrigado abrir todos os aliserses athe altura de sinco palmos e se for nesenario mais altura em alguma parte se avera com quem der esta obra e todo o official que tomar a dita obra sera obrigado a dar para ella todo o saibro e tijollo nesenario para ella e telha que faltar ...». A.D.P., Idem, ibidem, fls. 125v.-126.

³⁰ A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 222, fls. 112-113v.

Fiadores: António dos Santos Pinto, «vendeiro», casado com Maria Ferreira; *Mateus Nogueira*, pedreiro, casado com Maria Ferreira, a nova



Testemunhas: Vicente Lopes e António Coelho.

³¹ Casado com Páscoa Maria, moradores na freguesia de Santo Ildefonso, Porto.

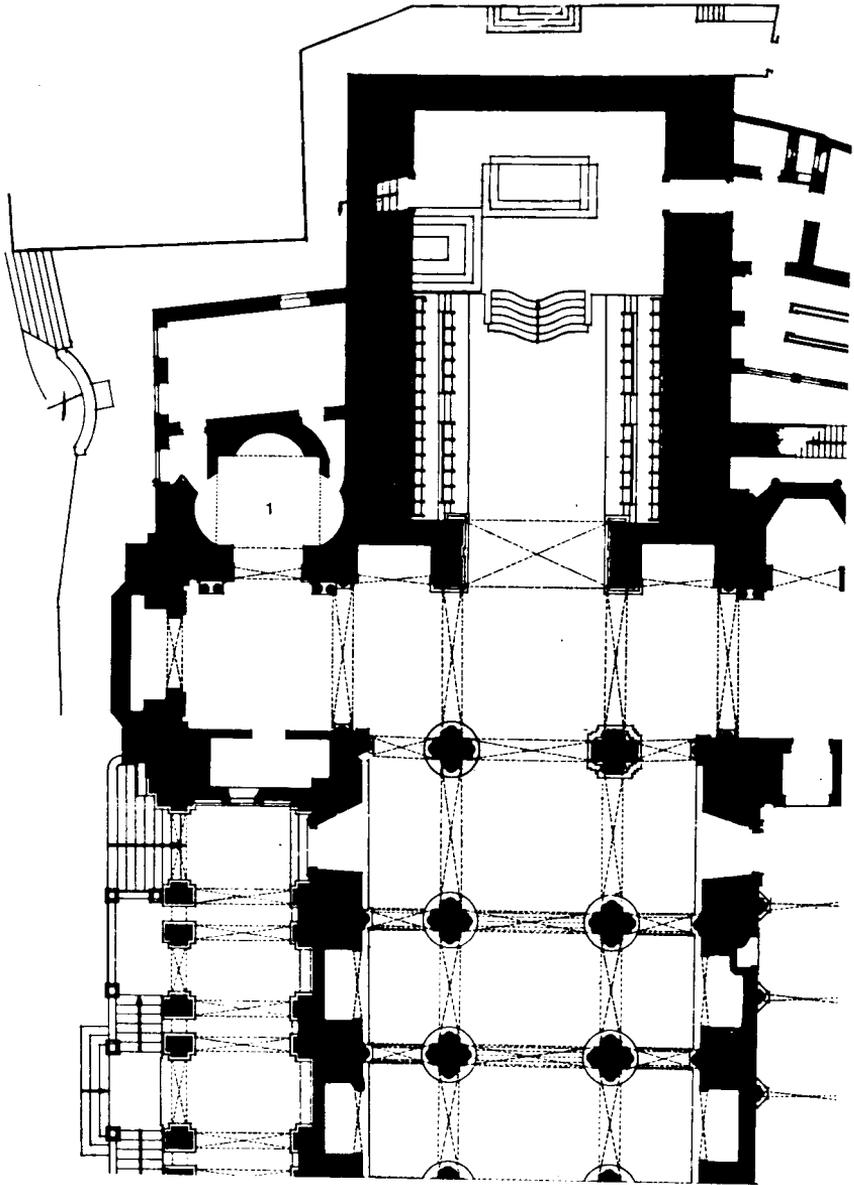
escrivão e tesoureiro da confraria³², para fazer um corredor³³ por trás da capela. Por esta obra receberia oitenta e cinco mil réis.

Os trabalhos realizados entre 1707 e 1708 na Capela do Santíssimo Sacramento, alteraram-lhe a forma primitiva, dando-lhe a que actualmente mantém (Fot. 2) — capela de planta centrada com três lados formados por segmentos de círculo³⁴.

³² A Confraria do Santíssimo Sacramento estava representada por:
reverendo Dr. Carlos da Rocha Pereira, mordomo;
José de Miranda e Vasconcelos, mordomo;
Manuel Telo da Veiga, escrivão;
Bento Aranha de Araújo, procurador;
Gaspar de Miranda, procurador;
José de Freitas Veloso, procurador;
António Álvares Ferreira, procurador;
Tomás Barbosa Dinis, tesoureiro.

³³ «Ha de ter o corredor que se pretende fazer no grosso da parede que fica em frente da Capella do Senhor vinte e coatro palmos de comprido e sete palmos de largo ou mais se o sitio o permitir para isto se ha de romper a dita parede metendo lhe hum arco de pedra muito bem feito e seguro o coal ha de ter alem de toda a grosura da parede hum palmo mais para a parte do adro para a rua dar a parede que se fizer por aquella parte para fechar o corredor a coal se for parede tera dous palmos e meio de largo e se for prepianho sera de palmo e meio coal os mordomos quizerem porem ou seja prepianho ou paredo sempre pela parte de fora que fica para o adro ha de ser de fiadas na forma que agora esta e pela parte de dentro da igreja se fechara o corredor com prepianho de palmo e torno de grosura e neste prepianho ficarão duas portas trespiladas cada huma dellas em seu lado de sorte que a fresta fique proposionadamente no meio dellas e a medida destas portas se darão a seu tempo e se declarara se hão de abrir para dentro ou para fora o arco tera o paramento que se criar vendo dentro no corredor todo escodado o chão do corredor ha de ser muito bem ladrilhado as fiadas de pedra boa rija e alva todas as mais paredes por dentro muito bem rebocadas goarnesidas e estucadas a fresta que esta nesta parede se ha de rasgar por dentro e por fora o que parecer conviniente athe tomar com o arco e o qual se romper se ha de tornar a goarneser muito bem na forma que esta a fresta serão obrigados os mestres que tomarem esta obra a dar todo o saibro nesario para ella e a repor o telhado do adro que se disfizer por rezão da dita obra outra vez na forma que estava serão tambem obrigados a tirar o azulejo com todo o cuidado para que se não quebre e o tornarão asentar a sua conta por mestre que bem o saiba fazer e os mordomos só serão obrigados a dar lhe a cal nesaria para toda a obra e algum azulejo no cazo que falte e se parecer conviniente metera alguma fresta na parede da parte do adro serão obrigados a fazella donde parecer mais nesario e conviniente e a tornar a por o asento que esta no adro na mesma forma que esta. Porto vinte e oito de Fevereiro de mil setesentos e oito annos = Miranda = E no caso que o propianho seja mais para o adro do que asima se dis serão obrigados os pedreiros a tapar por cima com treseiro arco de propianho para o arco do grosso da parede e não se continha mais nos ditos apontamentos...». A.D.P., Idem, ibidem, fls. 112v-113.

³⁴ Este tipo de planta aparece designada por: «Planta cuadrada con énfasis axial mediante alas semicirculares». Cf. HANEMAN, J. Th. — *Elementos de composicion arquitectonica*, Barcelona, 1985.



Fot. 2 — PORTO — Sé — Planta da Sé (Pormenor). 1. Capela do Santíssimo Sacramento (Reprodução de: B.D.G.E.M.N., n.º 40-43)

5 — Obra na igreja e claustro (1709)

Em 1709³⁵ foi contratado o mestre pedreiro *Domingos Pinto*³⁶ para fazer as sepulturas no interior da igreja e no claustro. Toda esta obra seria executada segundo os apontamentos³⁷ feitos por *João Pereira dos Santos*, notável mestre pedreiro e arquitecto do Porto dos finais do século XVII e primeiro quartel do século XVIII.

6 — Conclusão

Entre 1665 e 1709 fizeram-se diversas obras na Sé do Porto. Aquelas não foram mais do que alguns elos de uma grande cadeia que é a conservação e transformação de um edifício. A Sé do Porto exemplifica bem as mutações architectónicas e decorativas que se operaram, de forma quase sistemática, nas grandes construções religiosas: igrejas (e edifícios anexos) e conventos.

³⁵ Em 16 de Janeiro.

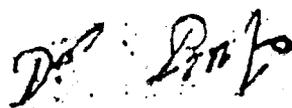
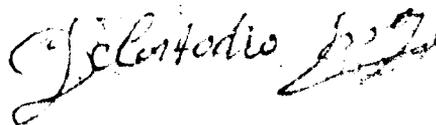
A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 224, fls. 1v.-3

Fiadores: António Martins, casado com Madalena de Oliveira, residente no Padrão das Almas;

Manuel Martins, casado com Ana de Sousa, residente em São Lázaro.

Testemunhas: António Coelho, residente nos Açougues;

Lourenço de Freitas, oleiro, residente em São Lázaro. *Custódio Ferreira*, mestre pedreiro, residente em São Lázaro.

³⁶ Casado com Joana de Sousa. Viviam na freguesia de Santo Ildefonso.

³⁷ «Na igreja se farão as sepulturas do cruzeiro athe a Capella de Nossa Senhora do Prezepio e athe a porta da sancristia e as duas naves athe abaixo e entrada da porta principal e o claustro todos os coatro lansos, as sepulturas do Cruzeiro humas que tem humas armas se farão os paramentos a que fiquem bem coadradas e dahi se farão os rebaixos em altura de meio palmo e hum coadro de palmo de largo para asentarem as faixas isto se emtende somente as que tiverem as armas e se lhe fara furo para as levantar onde millhor acomodar ou se tiver modo de se cortar por baixo das armas se cortara e no fexo se abraira o buraco todas as mais serão ditas sepulturas de tres palmos e meio de largo ou de coatro a respeito das naves não caberem senão duas e estas hão de ser todas de nove palmos e meio de comprido e de tres pedras iguais e na do meio furada para se levantar e o releixo para asentar na faixa ha de ter meio palmo de alto e hum coarto de largo e as que tiverem dono e titollo se lhe far[a] na forma da que se tirar e

Das obras referidas no presente trabalho, queremos salientar a ampliação da sacristia em 1700 e sua respectiva decoração, e as alterações que se fizeram entre 1707 e 1708 na Capela do Santíssimo Sacramento. Estas foram as duas grandes transformações realizadas na Sé, antes das obras efectuadas a partir de 1717 que lhe dariam o cariz barroco que, em parte, ainda hoje conserva.

estas pedras hão de ter ao menos hum palmo craveiro de grosso muito escadrada sem falha nenhuma tanto por baixo como por sima a pedra sera bem alva e dura e que seria de escoda e toda a pedraria sera bem teza e alva e não sardinhenta sem pellos as faixas sera a pedra da mesma qualidade no lavrado e dureza e serão estas de duas pedras no comprimento e as da largura huma athe o meio outra ajusta a faixa nas cabessas e pes e terão de alto palmo e meio e de largo (?) pal[mo] e hum coarto para cada parte do emcaixe e meio de alto dito emcaixe para fa[zer] a faixa livre de hum palmo ditas faixas hão de correr direitas pelos pillares das naves e conforme a largura e se emtre pillar e pillar ficar lugar bastante para emterrarem criansas também fara fechos na forma dita para se levantarem para o que se valisa(sic) das sepulturas que estão para que cortadas e para ditas sepulturas ou para faixas nas emtradas para que fiquem como novas tendo a grosura atras dita e não a temdo não servirão que a mais pedra miuda se lhe dara as sepulturas de toda a coadra do claustro tambem ha de ser na mesma forma das da igreja com as mesmas circunstansias e se repetira conforme a largura do claustro mas que não fique menos das outras e tambem emtre as vasas dos arcos se meterão os fechos que couberem para minimos e com boa repartição e tudo bem ao nivel e muito bem apertadas nas juntas e se lhe dara toda a pedra que se tirar para se aproveitar della para outra obra que para esta não serve e toda esta obra o mestre que a tomar sera obrigado a trazer nella officiaes ao menos quinze homens emtre lavristas e asentadores e trabalhadores e fora os cortadores do monte e faltando a isto se lhe meterão ditos officiaes a sua custa ...».

A.D.P., Idem, ibidem, fls. 1v.-2.
 (?) — Palavra ilegível.

O ENTALHADOR SEBASTIÃO DINIS DA FONSECA: ALGUNS DADOS SOBRE A SUA ACTIVIDADE

Por Natália Marinho Ferreira Alves

1. Introdução

O Porto, nas últimas três décadas do século XVII é marcado na arte da talha pelas figuras de Domingos Lopes, António Gomes, Domingos Nunes e Filipe da Silva, cujas obras executadas por responsabilidade assumida individualmente ou de parceria (entre si ou com outros artistas), lhes conferiram com justiça a fama de que gozavam na época¹. Este facto, sem dúvida importante, fez, porém, com que outros nomes passassem despercebidos e os seus trabalhos, alguns de grande mérito, fossem relegados para segundo plano ou pura e simplesmente esquecidos.

É neste grupo que se insere a figura do padre Sebastião Dinis da Fonseca que, apesar dos poucos dados de que dispomos, pensamos não ter sido unicamente mais um entalhador a trabalhar no Porto e nas áreas influenciadas pela cidade. Com efeito, a sua actividade não se teria limitado ao ofício de entalhar mas estender-se-ia também à feitura de riscos,

¹ Sobre estes artistas e a actividade que desenvolveram ver: FERREIRA ALVES, Natália Marinho — *A arte da talha no Porto na época barroca (Artistas e clientela. Materiais e técnica)*, Porto, Documentos e Memórias para a História do Porto — XLVII, 1987, 2 vols.

evidenciando-se desta forma uma faceta que o demarca da mera função de artífice².

2. Sebastião Dinis da Fonseca: o entalhador e o autor de riscos

A primeira referência conhecida sobre este artista surge-nos em 13 de Setembro de 1667. Nesta data é arrematada por Manuel de Sousa Sampaio³ a obra de pintura e douramento do retábulo mor da igreja do convento de Santa Clara do Porto⁴. Graças aos pormenores que nos são facultados nesta escritura, podemos concluir que o retábulo não era uma obra de pequena envergadura mas, pelo contrário, era uma espécie notável. Infelizmente o seu autor permanece mergulhado no anonimato. Porém, como Sebastião Dinis da Fonseca assina o mencionado documento, será uma hipótese a considerar em futuras investigações a sua ligação a este retábulo.

Nesse mesmo ano o artista é apontado como autor dos modelos de madeira das imagens dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo para o trono do sacrário da Sé, que seriam feitas em prata entre 1667 e 1668⁵.

Dois anos mais tarde⁶, o padre Sebastião Dinis da Fonseca assina com a confraria do Santíssimo Sacramento da igreja de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia o contrato de arrematação para a execução do retábulo mor da referida igreja. O artista, designado como «sacerdote de missa» e «emsigne escultor» é incumbido de fazer o retábulo segundo a traça e os apontamentos que tinham sido feitos para esse fim, recebendo pelo seu trabalho de entalhador a quantia de 137 500 réis.

Pela leitura dos apontamentos entregues ao artista sabemos que a obra deveria obedecer aos cânones estéticos em vigor, já que a estrutura

² Utilizamos aqui a palavra *artífice* para designar aquele que trabalha a madeira, dominando a técnica do entalhe.

³ Manuel de Sousa Sampaio comprometia-se a executar toda a empreitada pela quantia de 400 000 réis. Cf. BRANDÃO, Domingos de Pinho — *Obra de talha dourada, ensablagem e pintura na cidade e na diocese do Porto. Documentação I, séculos XV a XVII*, Porto, 1984, pp. 363-366 e FERREIRA ALVES, Natália Marinho — ob. cit., II, p.498.

⁴ Este retábulo tinha sido recentemente concluído. Seria substituído em 1730 pelo retábulo executado por Miguel Francisco da Silva, que ainda persiste. A este artista ficaria também a dever-se toda a restante talha da capela mor, arco cruzeiro e ilhargas, criando um dos conjuntos mais equilibrados e esplendorosos do joanismo portuense.

⁵ Ver BRANDÃO, Domingos de Pinho — ob. cit., p. 394.

⁶ Em 2 de Novembro de 1670. Cf. BRANDÃO, Domingos de Pinho — ob. cit., pp. 394-398 e FERREIRA ALVES, Natália Marinho — ob. cit., I, p. 186 e II, p. 381.

retabilística e os elementos decorativos recomendados se enquadram nos esquemas tipológicos do tempo. Assim: «na fronteira dos pedestais levava talha com passaros e sarafins [...] as colunas maiores serão [...] quorintya e nos terços levava cada hua hua figura de meio relevo [...] as cavas das colunas serão todas revestidas de talha com seus passarinhos e fruteiras»⁷.

O mestre entalhador comprometia-se a dar a obra concluída da sua mão até ao início do mês de Junho de 1671, enquanto que as despesas de pedraria e carpintaria necessárias à colocação de toda a talha seriam da responsabilidade da confraria. No entanto, devido a diversas dificuldades, os mordomos viram-se obrigados a pedir dinheiro a juros — 120 000 réis a 5% — ao estalajadeiro João Dias. Este empréstimo, acordado entre ambas as partes em 26 de Novembro de 1671⁸, possibilitou o assentamento do retábulo executado por Sebastião Dinis da Fonseca. Por certo os contratemplos de ordem financeira foram ultrapassados, pois em 23 de Março de 1672 assistimos à assinatura do contrato de arrematação da pintura e douramento do retábulo por dois dos melhores mestres douradores de então: Mateus Nunes de Oliveira¹⁰ e Francisco da Rocha¹¹.

Teremos de esperar até 1691 para encontrarmos Sebastião Dinis da Fonseca, desta vez não só como entalhador, mas também como autor de risco. Com efeito, será em 20 de Novembro desse ano que o artista, agora designado como «reverendo prior do Codal»¹², arremata a obra do retábulo e sacrário para o altar do Santíssimo Sacramento da igreja de S. Miguel de Aveiro.

⁷ Ver BRANDÃO, Domingos de Pinho — ob. cit., p.395.

⁸ Obrigação de dinheiro a juros feita pelos mordomos da confraria do Santíssimo Sacramento da igreja de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia, em 26 de Novembro de 1671. Cf. BRANDÃO, Domingos de Pinho — ob. cit., pp. 399-400.

⁹ Contrato de douramento e pintura do retábulo da capela mor da igreja de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia. Cf. BRANDÃO, Domingos de Pinho — ob. cit., pp. 402-404 (indicação da fonte notarial incorrecta), e FERREIRA ALVES, Natália Marinho — ob. cit., I, p. 186 e II, p. 411 e p. 423.

¹⁰ Para se estudar a actividade de Mateus Nunes de Oliveira como mestre dourador ver FERREIRA ALVES, Natália Marinho — ob. cit., II, pp. 410-413 e 628-629.

¹¹ Francisco da Rocha foi outro grande mestre dourador, sendo muitas e importantes as obras que executou, destacando-se entre elas: o douramento do retábulo mor da igreja do colégio de Nossa Senhora da Graça dos Órfãos, em 1684, e o douramento do retábulo mor da igreja do convento de Santo Elói, em 1686 (ambos no Porto). Sobre este artista ver FERREIRA ALVES, Natália Marinho — ob. cit., II, pp. 423-426 e 647-648.

¹² Termo de Macieira de Cambra, bispado de Coimbra, segundo o documento.

No contrato celebrado com a confraria do Santíssimo Sacramento¹³, menciona-se que, pela quantia de 135 000 réis, Sebastião Dinis da Fonseca ficaria obrigado a fazer toda a referida talha de acordo com uns «apontamentos e declarassois» da sua autoria, comprometendo-se a dá-la pronta e assentá-la na igreja por todo o mês de Novembro de 1692. Por seu lado, a confraria pagaria toda a despesa respeitante ao transporte da talha desde a casa do artista até à igreja de S. Miguel.

3. O retábulo mor da ermida de S. Miguel, o Anjo e a revelação da sua autoria

O nosso conhecimento sobre o artista e as suas obras deparava até há pouco com dois hiatos: entre 1668 e 1670 e 1670 e 1691. O documento que agora apresentamos resolve precisamente a primeira lacuna.

A 6 de Março de 1669¹⁴, o «majinario» Vicente da Rocha¹⁵, morador em Vila Nova de Famalicão, trespassa a obra do retábulo mor da ermida de S. Miguel, o Anjo (Porto) ao reverendo padre Sebastião Dinis da Fonseca, à altura residente na rua de Santo Ildefonso¹⁶.

Nos termos da arrematação feita por Vicente da Rocha, a obra em questão compreendia o retábulo propriamente dito e a imagem do Anjo para o mesmo retábulo, pelos quais os oficiais da câmara do Porto pagariam respectivamente 100 000 réis e 7 000 réis.

Sebastião Dinis da Fonseca, que tomava a empreitada de trespassar, ficava vinculado às cláusulas aceites por Vicente da Rocha, nomeadamente a quantia a receber e o prazo de entrega da obra. Da mesma forma, assumia o compromisso de seguir a traça e os apontamentos mandado fazer pelos oficiais da Câmara, anteriormente entregues ao entalhador de Famalicão e agora colocados em seu poder¹⁷.

Assim, embora sintético — como aliás é próprio de uma escritura de trespassar — o documento que revelamos permite-nos ligar a figura de

¹³ Cf. BRANDÃO, Domingos de Pinho — ob. cit., pp. 735-736.

¹⁴ Ver documento agora publicado.

¹⁵ Vicente da Rocha foi o autor do coro e de outras obras de talha feitas na Sé da Guarda em 1654. Sobre este artista ver BRANDÃO, Domingos de Pinho — ob. cit., pp. 305-306.

¹⁶ Em 1670 Sebastião Dinis da Fonseca continua a morar na rua de Santo Ildefonso, no Porto, como se pode constatar pelo contrato mencionado na nota 6. Porém, em 1691, é referido como «prior do Codal». Cf. documento citado na nota 13.

¹⁷ Infelizmente não conhecemos o teor desses apontamentos que nos dariam uma descrição pormenorizada do retábulo.

Sebastião Dinis da Fonseca ao retábulo mor da ermida de S. Miguel, o Anjo.

4. Conclusão

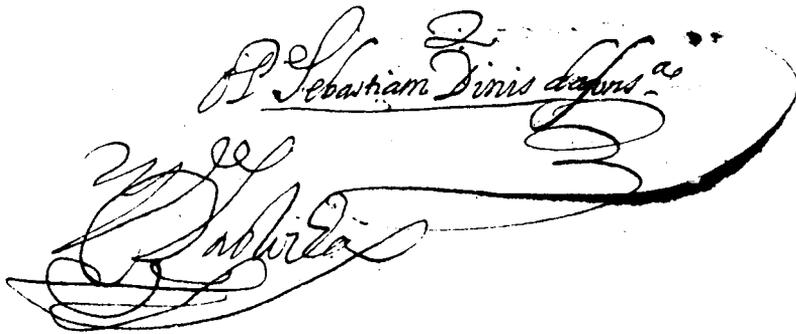
Ponderando todos os dados conhecidos sobre o padre Sebastião Dinis da Fonseca, não temos qualquer dúvida em afirmar que foi uma figura com uma certa influência no panorama da talha nortenha, no período que abarca os três últimos decénios de seiscentos. Contudo, falta-nos ainda encontrar solução para o problema levantado pela inexistência de elementos entre 1670 e 1691, datas dos contratos respectivamente do retábulo mor da igreja de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia e do retábulo do Santíssimo Sacramento da igreja de S. Miguel de Aveiro. Esperemos que, num futuro próximo, as nossas pesquisas nos permitam seguir os passos deste artista nesses vinte anos de silêncio.

DOCUMENTO

«Saibão quantos este publico instrumento de trespasso da obra ao diante declarada obrigação e fiança ao comprimento della tudo na melhor forma que em direito haia lugar virem que no anno do nasimento de Noso Senhor Jhesus Christo de mil e ceissentos e sesenta e nove anos em os ceis dias do mes de Maio do dito anno nesta muito nobre e sempre leal cidade do Porto na rua das Flores della escritorio do Doutor Manoel da Costa Nunes advogado nos auditorios desta Relação e cidadão desta cidade aonde elle ahi estava presente e bem asim Vicente da Rocha majinario morador em Vila Nova de Famelicão termo da villa de Barcellos e o reverendo padre Sebastiam Dinis da Fonsequa morador a Santo Ildefonso extra muros desta cidade todos pessoas por mim tabalião reconhecidas e logo por elle Visente da Rocha foi dito em minha presensa e das testemunhas ao diante escritas e asinadas que pella Camera desta cidade e ofesiaais della mandavão por a pregão a obra do retabollo para o altar mor da ermida de São Miguel o Anjo desta cidade em a coal lansara sem mil reis e asim mais sete mil reis pella imagem do Anjo para o mesmo altar e neste presso elle rematava o dito retabollo e imagem o que tudo elle se obrigava a fazer e asentar pella traça e apontamentos relatados no asento he obriga (sic) que elle Visente da Rocha fisera na dita Camera de presente por sertos ajustos respeitos estava contratado com o dito reverendo padre Sebastiam Dinis da Fonsequa para lhe largar e trespassar a dita obra como em efeito deu largou e trespassou asim e na conformidade que a havia tomado e pello mesmo prezo de sento e cette mil reis pera que elle a faça he asente no tempo e pella maneira e traza que se declara no dito asento e obriga que elle Vicente da Rocha tem feito elle dava poder e lugar a elle reverendo padre para cobrar da Camera a dita contia de sento e sette mil nos tempos e pello modo contheudo no dito asento e se obrigava a não hir contra este trespasso nem pedir couza alguma ao dito reverendo padre quer elle ganhe quer perca na dita obra que para iso obrigava sua pesoa e bens e por elle reverendo padre foi dito que elle aseitava este trespasso e se obrigava como em efeito obrigou por este publico instrumento a fazer o dito retabollo e imagem com toda a pefeisão que se declara no sobredito asento e a fazella e asentalla no tempo em que o dito Visente da Rocha estava obrigado e que sendo caso que a não faça da maneira e traça em que foi rematada ou a não asente no tempo que he obrigação e tendo o dito Visente da Rocha por tal respeito alguma perda ou dano de tudo elle lhe pagar e satisfazer e se obrigava a de tudo o tirar a pax he salvo porquanto tomava e removia sobre si a dita obrigação que elle dito Vicente da Rocha tinha feito que para o comprimento de tudo obrigava sua pesoa e bens

móveis e de rais presentes e futuros e pello dito Manuel da Costa Nunes foi dito que elle ficava por fiador do dito reverendo padre Sebastiam Dinis da Fonseca a que elle faza a dita obra atras declarada tudo na forma que dito fica e ce (sic) contem na obrigação e apontamentos feitos na Camera sob pena de que não na fazendo e tendo o dito Visente da Rocha por ese respeito alguma perda de tudo elle lhe pagar a satisfazer que para iso obrigava sua pesoa e bens moveis e de rais presentes e futuros assim o dizerão huns e o soutros quizerão outorgarão e aseitarão e requererão a mim tabalião assim lho escrevese nesta nota e della lhe dece os treslados neserarios he eu tabeliam como pesoa publica estipulante he aseitante o estepulei he aseitei delles outorgantes em favor das pessoas a que pode tocar não presentes coanto em direito se requer e poso por razão de meu officio sendo a todo per testemunhas presentes Gonçalo Pinto morador na rua Cham e Manuel Martins Ferreira morador na Ferraria Nova que todos aqui asinarão na nota depois de por mim tabalião lhe ser lido he eu tabaliam Antonio de Carvalho que o escrevi.

Manoel da Costa Nunes
Gonçalo Pinto
O padre Sebastiam Dinis da Fonseca
Vicente da Rocha
Manuel Martins Ferreira.»



The image shows two handwritten signatures in black ink. The top signature is written in a cursive script and reads "P. Sebastiam Dinis da Fonseca". Below it is another signature, also in cursive, which reads "Antonio de Carvalho". The signatures are connected by a long, sweeping horizontal line that extends to the right.

(Arquivo Distrital do Porto, Po-1.º, 4.ª série, n.º 162, fls. 208-208v.)

NÓTULA PARA A HISTÓRIA DO MOSTEIRO DE SANTO AGOSTINHO DA SERRA

Por Joaquim Jaime B. Ferreira Alves

I — Introdução

A igreja e claustro do Mosteiro de Santo Agostinho da Serra¹, construídos nos finais do século XVI, sofreram alterações no início do último decénio do século XVII: o claustro foi deslocado do local primitivo e edificou-se um novo coro. A estas obras estão ligados dois artistas cuja actividade foi notável no Porto e na sua área de influência — o capitão Domingos Lopes e Manuel do Couto.

O capitão Domingos Lopes, cuja obra documentada permite considerá-lo como uma das figuras mais importantes da arte portuense da segunda metade do século XVII, principalmente no campo da arte da talha², foi um artista com uma actividade diversificada. Exercendo sobretudo a função de entalhador-imaginário-escultor, aparece também como arquitecto e como mestre de carpintaria. Como autor de traças

¹ Localizado em Vila Nova de Gaia e comumente designado por Mosteiro da Serra do Pilar.

² Sobre a actividade do capitão Domingos Lopes consultar principalmente: PINHO BRANDÃO, D. Domingos de — *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e na diocese do Porto. Documentação I. Séculos XVI a XVII*, Porto, 1984 e FERREIRA ALVES, Natália Marinho — *A arte da talha no Porto na Época Barroca. (Artistas e clientela. Materiais e técnica)*, Porto, 1989.

deve-se-lhe um projecto, não concretizado, para uma praça³ que no Porto se pretendeu fazer, por cima do Rio da Vila, na zona da Ponte Nova, onde residia.

Manuel do Couto, mestre pedreiro e «arquitecto», foi um artista de grande mérito, e cujas obras — conhecidas até ao momento — limitam-se cronologicamente entre 1677 e 1696. A partir de 1677, juntamente com o mestre pedreiro Gregório Fernandes, foi responsável pela renovação da Fonte da Arca, da cidade do Porto, sendo as transformações feitas segundo um projecto do arquitecto padre Pantaleão da Rocha Magalhães⁴. Ao longo de 1683 vamos encontrá-lo em Amarante, ligado a duas obras executadas no Convento de São Gonçalo. A primeira está relacionada com a portada lateral da igreja e a segunda com a varanda — Varanda dos Reis — que aparece na parte superior da mesma parede⁵. Em 1696, de parceria com o mestre pedreiro António da Costa, arrematou a construção do novo dormitório do Convento de São João Evangelista, no Porto⁶.

II — A mudança do claustro e a construção do novo coro

Em 23 de Agosto de 1690⁷ foi feito um contrato entre o prior do Mosteiro de Santo Agostinho da Serra, D. Jerónimo de São Tomé, e o

³ Planta publicada por: CARVALHO, Ayres de — *As obras de Santa Engrácia e os seus artistas*, Lisboa, 1971 e MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse — *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*, Porto, 1986.

⁴ FERREIRA ALVES, Joaquim J.B. — *Aspectos da actividade arquitectónica no Porto na segunda metade do séc. XVII*, Porto 1985, pp. 6-8.

⁵ SARDOEIRA, Albano — *Notícia de alguns artistas que trabalharam em Amarante*, Porto, 1957, pp. 20-27.

⁶ FERREIRA ALVES, Joaquim J. B. — ob. cit., p. 12.

⁷ A.D.P. (Arquivo Distrital do Porto), Po-5, 1.ª série, n.º 92, fls. 43v.-45v.

Fiadores da escritura: capitão Domingos Lopes e Manuel Ramos.

Testemunhas da escritura: Domingos Fernandes Mil Homens; Domingos Gonçalves de Trancoso e Manuel Ferreira.



Manuel do Couto

mestre de pedraria Manuel do Couto, «morador a Porta de Carros da cidade do Porto». Segundo o documento, os religiosos do Mosteiro da Serra do Pilar pretendiam acrescentar a capela-mor e coro, sendo necessário para isso: «desfazer o claustro do dito mosteiro e mudallo para outra parte onde se tornasse a fazer e asentar na mesma forma em que estava»⁸.

Esta obra, que Manuel do Couto deveria concluir em sete meses, seria executada da forma seguinte: o claustro seria apeado e novamente levantado noutra local, mas ficaria como «dantes estava com todas as portas e capelas e canteiros e chafariz»⁹. O mestre pedreiro seria obrigado, ainda, a fazer a parede «da parte da cappella maior com grossura e alicerses que for necessario para nella se poder asentar a parede que se ha de fazer para o coro»¹⁰.

Segundo estipulava o contrato, Manuel do Couto receberia pelo trabalho 550 000 réis aos quais seria acrescentada «huma ração todos os dias para seu sustento»¹¹. Os religiosos comprometiam-se a fornecer toda a cal e o saibro que fosse necessário, bem como os tijolos que faltassem e pagariam também os carros necessários para a obra¹².

Feito o contrato para a mudança do claustro, em 12 de Novembro do mesmo ano¹³, Manuel do Couto ajustou-se com os religiosos do Mosteiro de Santo Agostinho da Serra para construir um novo coro. Seria esta obra que, para ser concretizada, levou à deslocação do claustro.

A razão da edificação do novo coro aparece justificada no documento. Segundo o prior D. Jerónimo de São José, o novo coro era muito necessário para «com todo o recolhimento servirem a Deos no culto divino porque o que tinham no dito mosteiro lhes ficava muito devasso e se divertião os religiosos com a multidão da gente que passava por elle para fazerem suas nuvenas a Nossa Senhora do Pilar com que os perturbavão»¹⁴.

Associado nesta obra ao mestre pedreiro João da Maia¹⁵, Manuel do Couto teria de executar o novo coro segundo os apontamentos e traças que para esse fim tinha feito o capitão Domingos Lopes, «morador a Ponte

⁸ A.D.P., Idem, fl. 44.

⁹ A.D.P., Idem, fls. 44-44v.

¹⁰ A.D.P., Idem, fl. 44v.

¹¹ A.D.P., Idem, fl. 44v.

¹² A.D.P., Idem, fl. 44v.

¹³ A.D.P., Po-5, 1.^a série, n.º 92, fls. 181-183v.

Fiador da escritura: capitão Domingos Lopes.

Testemunhas do contrato: André dos Santos Carneiro e Simão Luís.

¹⁴ A.D.P., Idem, fls. 181-181v.

¹⁵ A.D.P., Idem, fl. 181.

Nova da cidade do Porto», que serviu de fiador nas duas escrituras. A obra agora arrematada deveria estar concluída em Setembro de 1691¹⁶.

Se as traças feitas pelo capitão Domingos Lopes não chegaram até nós, o mesmo não sucedeu com os apontamentos que as acompanhavam já que foram transcritos pelo tabelião no contrato¹⁷ e segundo os quais se estabeleciam as directrizes para a construção do novo coro.

As instruções dadas pelo capitão Domingos Lopes, «homem idoneo e suficiente», incidiam principalmente nos seguintes aspectos:

- 1) o novo coro teria de ser construído como mostravam as traças, com «bons alisresses»;
- 2) «as portas serão muito bem feitas de boas pedras e serem feitas na forma que mostra a trassa e muito bem acabadas e as frestas serão mesmo assim como mostra a planta com muito bons rasgamentos para darem lux e mesmo sera o espelho»;
- 3) os frisos seriam da mesma forma dos da capela-mor;
- 4) a abóbada seria repartida em «sete paineis em volta e sinquo no comprimento e sera feita a imitação da capella mor muito bem feita revoquada e cahiada assim como a da capella maior»;
- 5) «a impenna desta obra pela parte do nascente donde vai riscado o olho sera muito bem acabada assim como vai riscada com sua caris (sic) e pedrastais e piramidais»;
- 6) «em o topo desta capella mor por baixo desta caza se fara hum arco de pedra»;
- 7) «metera as quatro portas no claustro no sitio aonde for mais conveniente o que se aproveitara de hum portal que la esta onde hera corredor serão estas portas feitas na forma de huma que la esta mas bem feitas em tudo muito bem metidas em arte».

¹⁶ A.D.P., Idem, fl. 182v.

¹⁷ A.D.P., Idem, fls. 181v.-182v.

¹⁸ O novo coro, situa-se a nascente da igreja. É um espaço rectangular profusamente iluminado: três janelas e um óculo na parede do nascente; três janelas na parede sul e duas na parede norte. A parede do poente é a que faz a ligação com a capela-mor.

¹⁹ Sobre a igreja e claustro do Mosteiro da Serra do Pilar ver: FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e — *O Mosteiro da Serra do Pilar no século XVI. Notas de história e arte*, in «O Mosteiro da Serra do Pilar», Vila Nova de Gaia, 1984, pp. 1-23;

GONÇALVES, A. Nogueira — *O claustro do Mosteiro da Serra do Pilar na arquitectura portuguesa*, in «O Mosteiro da Serra do Pilar», Vila Nova de Gaia, 1984, pp. 25-51;

KUBLER, George — *A arquitectura portuguesa chã. Entre as especiarias e os diamantes 1521-1706*, Lisboa, Vega, 1988, pp. 67-71.

Não estando no âmbito deste trabalho o estudo do novo coro¹⁸ e do claustro do Mosteiro da Serra do Pilar¹⁹, mas sim dar notícia da construção do primeiro e conseqüente mudança do segundo, em 1690-1691, não queremos deixar de salientar três aspectos que nos parecem importantes para um melhor conhecimento do edifício:

— a erecção do novo coro no início do último decénio de seiscentos, dentro do gosto maneirista que se manifesta noutras construções feitas no Porto nesse mesmo período;

— a não correspondência da actual disposição igreja-claustro com o projecto inicial;

— a inexistência de qualquer referência a acrescentos no claustro efectuados na altura da mudança.

Podemos ainda concluir que antes da alteração efectuada em 1690-1691, o claustro encontrava-se muito chegado à rotunda da igreja tendo então o conjunto a configuração de dois círculos quase tangentes que de forma alguma é o aspecto actual.

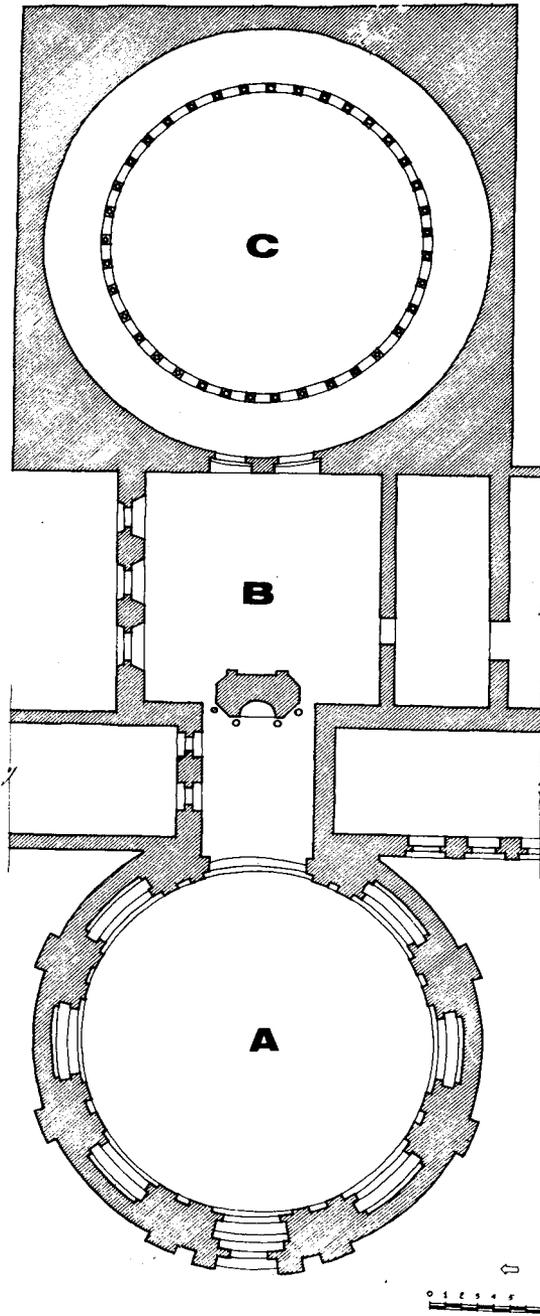


Fig. 1 — Vila Nova de Gaia. Mosteiro de Santo Agostinho da Serra.
A — Igreja; B — Novo coro (1690-1691); C — Claustro

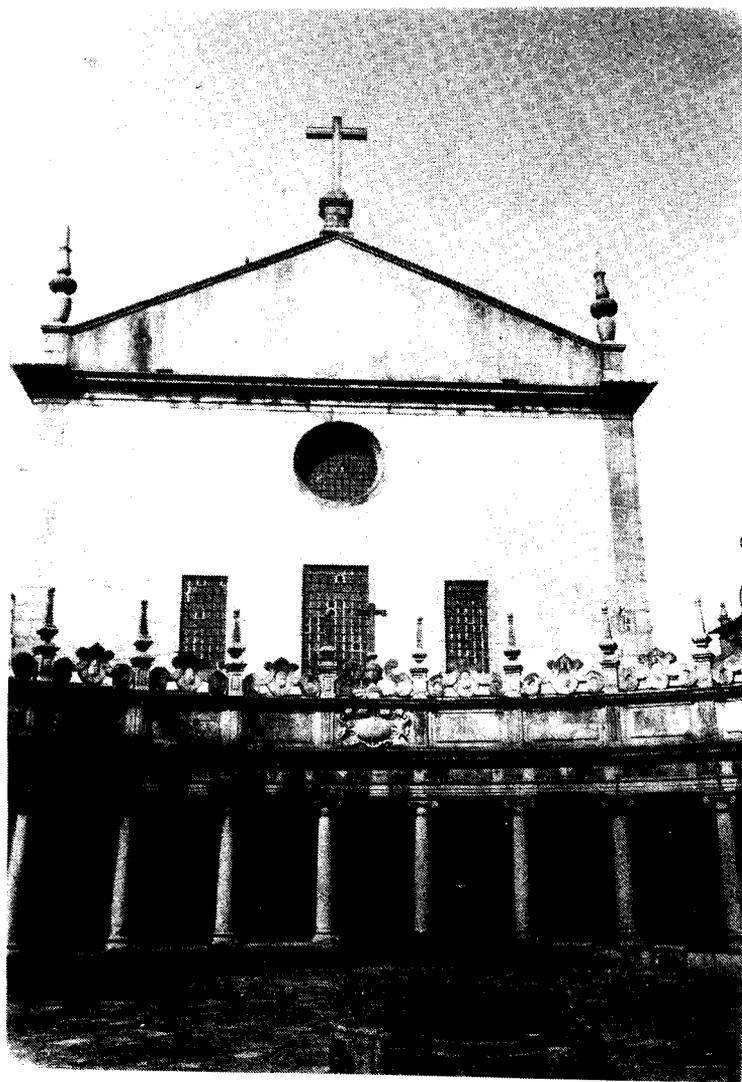
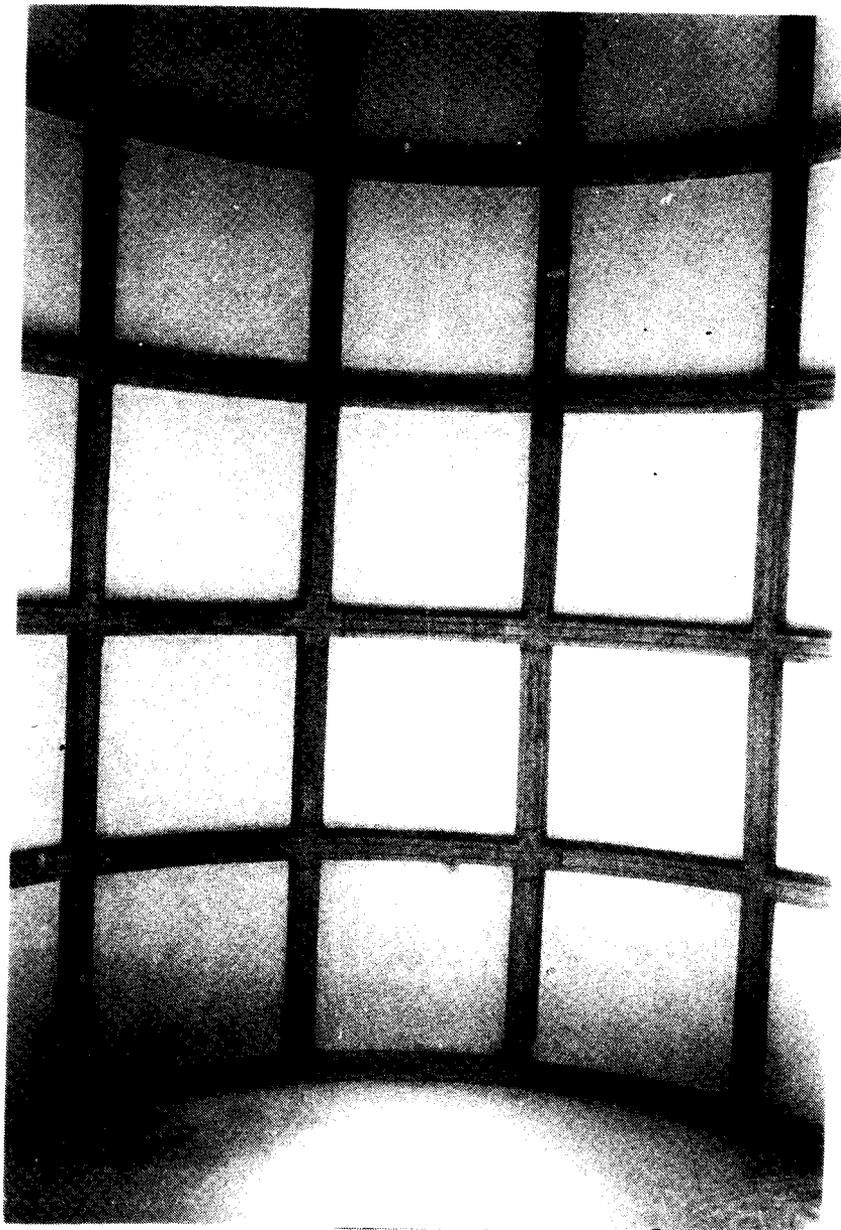


Fig. 2 — Vila Nova de Gaia. Mosteiro de Santo Agostinho da Serra.
O novo coro visto do claustro.



**Fig. 3 — Vila Nova de Gaia. Mosteiro de Santo Agostinho da Serra.
Novo coro. Abóbada.**

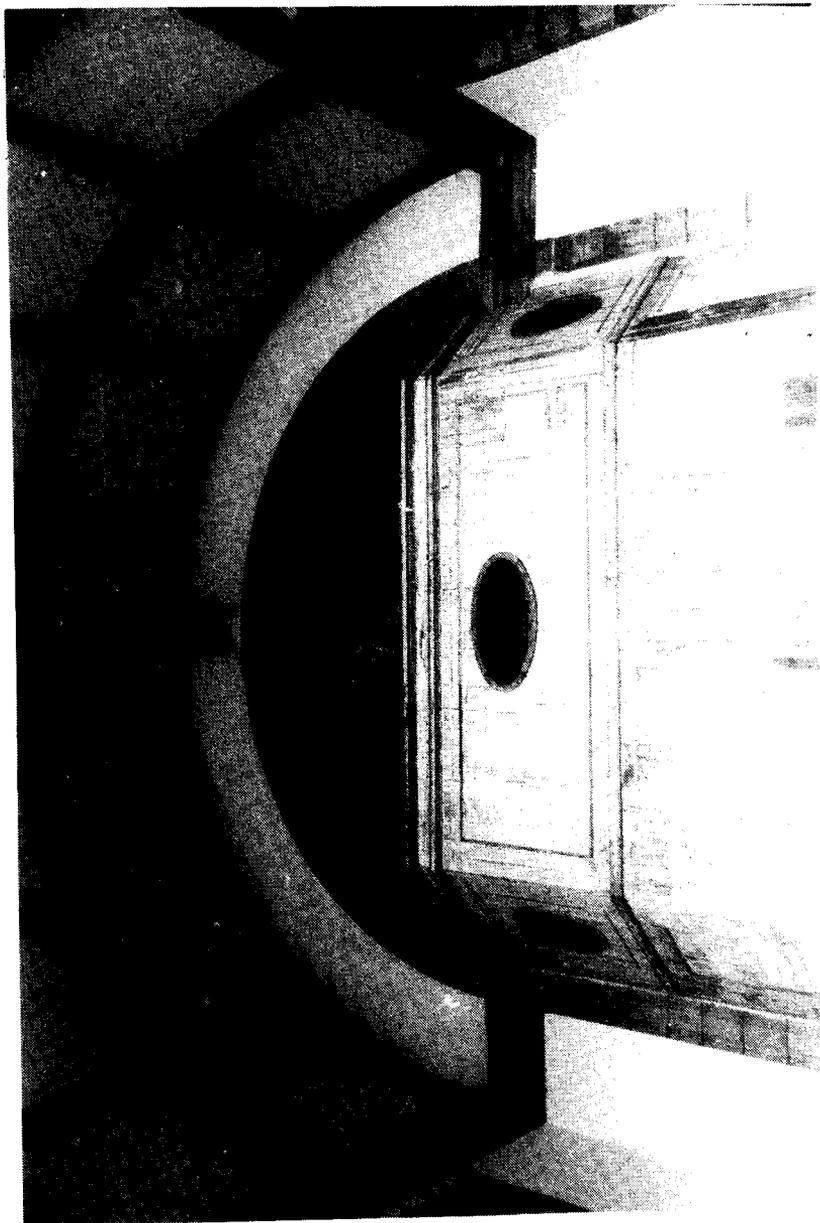


Fig. 4 — Vila Nova de Gaia. Mosteiro de Santo Agostinho da Serra.
Novo coro. Aspecto interior.

NÓTULA PARA O ESTUDO DA PARAMENTARIA BRACARENSE NO SÉCULO XVIII

Por Natália Marinho Ferreira Alves

1 — Introdução

As artes decorativas manifestam em Portugal, através da exuberância e da riqueza, a forma como os artistas portugueses entenderam e aderiram à estética barroca. A paramentaria — em associação estreita com a ourivesaria e a imaginária, devidamente enquadradas pela talha dourada — é neste período¹, uma expressão artística que merece ser estudada com o cuidado devido, o que não tem acontecido até ao momento presente.

Para se compreender a importância da arte do bordado dos ornatos litúrgicos, deve ter-se em consideração o espaço sacro para o qual estes são concebidos². No interior de uma igreja barroca conjugam-se diversos elementos — o ouro da talha, a profusão das imagens, a música sacra, a atmosfera enevoadada pelo incenso, a melopeia das orações, a cadência dos cantos — criando-se um cenário mágico onde o sacerdote desempenha

¹ Na segunda metade do século XVII, e particularmente nos dois primeiros terços do século XVIII, a paramentaria atinge um esplendor inigualável.

² Ver FERREIRA ALVES, Natália Marinho — *A arte da talha no Porto na época moderna (Artistas e clientela. Materiais e técnica)*, I, Porto, Documentos e Memórias para a História do Porto, XLVII, pp. 45-47.

um papel primordial³. Neste contexto, a função dos paramentos ricamente bordados não é meramente decorativa mas, e em primeiro lugar, é de reforço do mecanismo de atracção dos sentidos dos crentes. Além deste aspecto, inserido numa política de propaganda da Fé empreendida pela Igreja Católica, não podemos esquecer que, de acordo com o sentimento profundamente assumido na época, a Deus é devido tudo o que de melhor, mais rico e magnífico o artista puder realizar⁴. Este é o espírito que, da mesma forma, preside à feitura da talha dourada e ao bordamento dos paramentos litúrgicos.

A importância desta arte pode facilmente comprovar-se pela quantidade e qualidade de espécies que encontramos espalhadas pelos museus e igrejas do país, sendo os inventários⁵ preciosos campos de pesquisa; contudo, ainda que alguns primem pela descrição pormenorizada das peças, na maioria das vezes apresentam lacunas quanto à sua origem, autoria e datação.

Segundo a tradição, era nos conventos que preferencialmente se executava este género de bordado⁶, mas graças aos dois contratos agora publicados, é-nos lícito inferir que, como noutras zonas da Europa — com particular destaque, pela proximidade, na Espanha⁷ — esta actividade era também desempenhada por homens. Uma hipótese que hoje consideramos é inclusivamente a possibilidade da existência de oficinas especializadas neste tipo de trabalho.

Interessante é, por outro lado, a ligação entre a paramentaria e a arte da talha já que são notórias as afinidades entre ambas. Nos contratos de pintura e douramento, muitas vezes entre as cláusulas a observar pelos artistas, figura a obrigação de executarem as suas obras tomando como ponto de referência os tecidos na sua variedade sumptuosa. Assim, por

³ A riqueza dos tecidos e dos bordados dos paramentos litúrgicos é utilizada como uma forma de afirmação da própria figura do sacerdote. Cf. MORRAL I ROMEU, Eulàlia/SEGURA I MAS, Antoni — *La seda en España. Leyenda, poder y realidad*, Barcelona, 1991, p. 71.

⁴ Cf. FERREIRA ALVES, Natália Marinho — ob. cit., pp. 183-185; IDEM — *A actividade de pintores e douradores em Braga nos séculos XVII e XVIII*, in «Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga», vol. II/2, Braga, 1990, p. 315.

⁵ Vejam-se, a título de exemplo, os inventários do Tesouro da Sé de Braga publicados por COSTA, P.º Avelino de Jesus da — *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, 1984.

⁶ Cf. BORGES, Nelson Correia — *A História da Arte em Portugal. Do barroco ao rococó*, Lisboa, 1986, p. 88.

⁷ Cf. EISMAN LASAGA, Carmen — *El arte del bordado en Granada: siglos XVI al XVIII*, Granada, 1989. Curiosamente, numa lista de artífices apresentada pela autora, só se mencionam cinco mulheres, sendo três freiras e duas casadas com bordadores.

exemplo, recomenda-se a utilização do «estofado» nas vestes das imagens⁸, do «damasco branco» ou «damasco roixo»⁹ para os frontais dos altares ou ainda a pintura de «seda de matizes com algumas sementes de ouro»¹⁰ em áreas específicas, em geral os respaldos das tribunas.

A presente nótula, se é um contributo significativo para o conhecimento da paramentaria bracarense do século XVIII e dos artistas que a ela estão associados, é essencialmente por nós entendida como o início de uma futura investigação, cuja vertente principal será a comparação entre as artes do bordado dos ornatos litúrgicos e a da talha, já que a sua influência recíproca é hoje para nós um facto indiscutível.

2 — Os bordadores bracarenses e as encomendas de 1738

Como atrás referimos, não encontramos facilmente no nosso país contratos notariais que visem a elaboração de bordados de paramentos; daí a importância dos dois documentos em análise. Feitos com quatro dias de intervalo têm vários pormenores em comum, sendo um dos mais relevantes a categoria do cliente: o *Cabido da Sé de Braga*.

O Cabido, na sua faceta de encomendador exerce uma acção significativa no Arcebispado no período de Sede Vacante que medeia entre 1728 e 1741¹¹. Com efeito, após a morte de D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) até ao provimento de um novo Arcebispo em 1741 — D. José de Bragança (1741-1756) — competirá ao Cabido bracarense o governo do poderoso Arcebispado¹².

Das muitas obras feitas por ordem do Cabido durante os treze anos de vacância, temos de destacar duas, não só pela sua envergadura, mas principalmente pelo nível dos artistas responsáveis pela sua autoria e execução: os magníficos órgãos¹³ — de Marceliano de Araújo, um dos

⁸ Cf. FERREIRA ALVES, Natália Marinho — *A arte da talha no Porto...*, pp. 215-218.

⁹ IDEM — *A actividade de pintores e douradores em Braga...*, p. 333, doc. n.º 10.

¹⁰ IDEM, *ibidem*, p. 356, doc. n.º 37; p. 358, doc. n.º 39; pp. 358-359, doc. n.º 40.

¹¹ Sobre este período de vacância, ver FERREIRA, Monsenhor J. Augusto — *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (séc. III-séc. XX)*, III, Braga, 1932, pp. 269-276.

¹² Para o conhecimento destes dois notáveis Arcebispos é obrigatória a consulta da obra referida na nota anterior, pp. 225-268 e 277-322.

¹³ As caixas dos órgãos foram feitas entre 1737 e 1739. Cf. SMITH, Robert C. — *Marceliano de Araújo. Escultor bracarense*, Porto, 1970, pp. 40-48.

melhores escultores bracarenses do seu tempo — e os cadeirais do coro alto¹⁴, de Miguel Francisco da Silva, considerado como um dos maiores vultos da arte da talha portuguesa de setecentos¹⁵.

Nos anos de 1737 e 1738 processam-se alterações no interior da Sé de Braga que irão conferir-lhe uma feição barroca. Esta é também a altura escolhida pelo Cabido para enriquecer a sua Catedral com ricos paramentos que estivessem de acordo com as novas preferências estéticas.

Temos conhecimento, por um decreto do Cabido de 29 de Agosto de 1737 transcrito em ambas as escrituras, que havia sido comprado um ornamento para a Sé em seda branca bordada a ouro¹⁶; porém, como faltavam muitos dos paramentos necessários para a celebração dos ofícios divinos, o Cabido mandou dois representantes — os Cónegos Prebendados reverendos Pantaleão de Seabra e Sousa¹⁷ e Bento da Silva Teles, para contratarem a feitura de tudo o que julgassem preciso com artistas da cidade, uma vez que consideravam que em Braga havia «oficiaes capazes»¹⁸ de tal incumbência.

Os dois contratos foram celebrados na casa do reverendo Pantaleão de Seabra e Sousa, na rua Nova: o primeiro em 20 de Janeiro de 1738 e o segundo em 24 do mesmo mês.

A primeira obra, bordamento de dois panos para os púlpitos da Sé¹⁹, foi arrematada pelo bordador Simeão da Costa. De acordo com as cláusulas que contam da escritura, os panos, que o artista entregaria com

¹⁴ Obra arrematada em 1737 por Miguel Francisco da Silva. Cf. IDEM — *Cadeiras de Portugal*, Lisboa, 1968, pp. 49; 61-62; 110, nota 9; p. 111, nota 55; BRANDÃO, Domingos de Pinho — *Obra de talha dourada, ensablagem e pintura na cidade e na diocese do Porto*, III, Porto, 1986, pp. 343-347; MEIRELES, R. de Castro — *Miguel Francisco da Silva e a obra do «coro de cima» da Sé de Braga*, in «Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga», vol. II/2, Braga, 1990, pp. 405-411.

¹⁵ Miguel Francisco da Silva é um dos artistas que nos tem vindo a merecer uma atenção particular. Vejam-se os nossos estudos parcelares: *Silva, Miguel Francisco da*, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, 1989, pp. 450-451; *De architecto a entalhador. Itinerário de um artista nos séculos XVII e XVIII*, in «Actas do I Congresso Internacional do Barroco», I, Porto, 1991, pp. 355-369 (por lapso, a data indicada para o cadeiral é 1739 e não 1737); e *A expressão portuense do estilo joanino e a figura de Miguel Francisco da Silva* (no prelo).

¹⁶ A variedade dos tecidos utilizada na paramentaria era enorme e de uma riqueza magnífica. Cf. COSTA, P.º Avelino de Jesus da — ob. cit., pp. 70-71. Provavelmente este ornamento em seda branca bordada a ouro será «o ornamento que se comprou bordado da cidade de Lisboa» que se menciona nos dois contratos. Ver documentos I e II.

¹⁷ O cónego Pantaleão de Seabra e Sousa foi um dos intervenientes no contrato de 19 de Agosto de 1737, assinado com Miguel Francisco da Silva para a execução dos cadeirais do coro alto da Sé de Braga. Cf. nota 14.

¹⁸ Ver documentos I e II.

a brevidade possível, seriam executados em seda de prata igual ao ornamento comprado.

As indicações dadas ao bordador eram muito rigorosas: cada pano do púlpito seria bordado e repartido com galões como os que «se fizeram de seda rouxa», mas levando mais um galão «no fundo»; os galões seriam tecidos como «os da vestimenta mas dobrados na largura»; a sanefa de cima dos púlpitos seria bordada à imitação «dos sabastos da vestimenta», enquanto que, da sanefa para baixo todo o campo dos panos seria bordado à imitação «das ilhargas da vestimenta», segundo riscos previamente feitos. Por conta do mestre seria a franja das sanefas de cima dos púlpitos, enquanto que os cônegos pagariam a franja de baixo. As cortinas dos dois púlpitos, por sua vez, seriam executadas por um risco feito pelo artista que fôsse do agrado dos clientes.

Relativamente ao pagamento, seguir-se-ia, como ponto de referência, o custo do bordado comprado em Lisboa — três mil cruzados e cem mil réis — retirando-se «o vallor justo que entenderem valle o veo de onbros», repartindo-se a quantia restante pelos côvados que se julgasse ter «o mais ornamento», sendo esse o preço a pagar ao artista por cada côvado que bordasse. Como primeira fracção do montante total receberia no acto da escritura noventa e seis mil réis, ficando ainda estipulado que se lhe iria pagando conforme ele fôsse executando a obra. No caso de aceitar bordar mais alguma peça para o «ornamento», seria feito novo ajuste.

A segunda obra — o bordamento de três dalmáticas, uma grande e duas pequenas, e um pano de estante — foi arrematada por outro mestre bordador bracarense, Francisco Lopes de Araújo²⁰ que, como Simeão da Costa, tinha instruções precisas para a execução do trabalho.

Assim, a dalmática grande seria feita como as duas pequenas que se haviam comprado, e as outras duas «pello mesmo risco goardando a porposião da sua grandeza»; para o pano da estante faria o mestre um risco a dizer com a restante obra, depois de visto e aprovado pelos cônegos que, por outro lado, dariam a franja de ouro a ser aplicada.

Tal como acontecera no contrato anterior, ao artista competiria o fornecimento dos materiais necessários, e da mesma forma seria idêntico o critério seguido para se efectuar o pagamento. Recebendo como primeira fracção a quantia de setenta e dois mil réis, Francisco Lopes de Araújo, se não cumprisse o prazo de entrega da obra — dia de São João de 1738 — perderia cinquenta mil réis do preço ajustado para as «obras da lanterna da dita Santa See».

¹⁹ Ver documento I.

²⁰ Ver documento II.

3 — Conclusão

Os mestres bordadores Simeão da Costa e Francisco Lopes de Araújo são os dois artistas que, em 1738, o Cabido bracarense considerou aqueles que, entre os «oficiaes capazes», melhor correspondiam à exigência da sua encomenda. Esta atitude faz-nos pressupor que, à data, Braga era um centro onde a arte do bordado tinha atingido um alto nível, sendo os seus artistas (e respectivas oficinas) muito reputados.

APÊNDICE DOCUMENTAL

DOCUMENTO I

«Contrato da obra do bordamento dos panos dos pulpitos da Santa See com Semião da Costa desta cidade.

Em nome de Deos Amen. Saibão quantos este publico instrumento de contrato de obra de bordamento de panos e obrigaçam virem que nõ anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos [...] e trenta e oito annos aos vinte dias do mes de Janeiro do dito anno nesta cidade de Braga na rua Nova della e cazas de morada do muito reverendo Patalião de Seabra e Souza capellão fidalgo da Caza de Sua Magestade que Deos guarde conigo provendado na Santa See primacial que são na dita rua e onde eu tabeliam geral fui vindo ahi perante mim e as testemunhas ao diante asinadas apparecerão presentes elle muito reverendo conigo Pantalião de Seabra e Souza e o muito reverendo Bento da Silva Telles conigo provendado na dita Santa See de huma parte e da outra Semião da Costa bordador e morador na rua da Fonte da Cercoda desta dita cidade pessoas por mim reconhecidas e por elle reverendos senhores conigos foi dito que elles tinham hum decreto do Illustrissimo Cabbido Sede Vacante Primas para poderem ajustar os panos para os pulpitos da Santa See o coal logo apresentarão cujo theor delle de verbo ad verbum he o seguinte: porcoanto o ornamento que compramos para a nossa See de seda branca bordada de ouro se não acha porfeito por lhe faltarem muitos dos paramentos semelhantes e necessarios pera as fonçons dos officios devinos e advertendo que nesta cidade ha officiaes capazes de obrar com primuroza semelhança os que faltão cometemos os nossos irmaons os reverendos senhores conigos Bento da Silva Telles e Pantalião de Seabra e Souza a delegação de ajustar com elles o comprimento desta obra tão necessaria e tudo o que fizerem e ajustarem o haveremos por bem feito. Braga em Cabbido Sede Vacante vinte e nove de Agosto de setecentos e trinta e sete // o chantre // o mestre escollar // o thizoureiro mor // Meira // Ribeiro / / Morim // Correa // Vasconcelos // Pacheco // Doutor Santos // Borges a que me reporto que tomaria entregar a elles muito reverendos senhores conigos pellos coais foi dito que por vertude do dito decreto estavão contratados com elle dito Simião da Costa a lhe bordar dois panos para os pulpitos da Santa See os coais serão bordados em seda de prata

irmão do ornamento que se comprara a saber que cada pano do pulpito sera bordado e repartido com gallons como os que se fizerão de seda rouxa excepto que por baixo não levará mais que hum galão no fundo e os gallons serão tecidos como os da vestimenta mas dobrados na largura e que a sanefa de sima dos ditos pulpitos sera bordada a imitação dos sabastos da vestimenta e da sanefa para baixo todo o campo dos panos será bordado a imitação do bordado das ilhargas da vestimenta por riscos que serão asinados e por elles reverendos senhores conigos e dito mestre e mais lhe porá por sua conta elle dito mestre a franja das sanefas dos pulpitos e a que ha digo dos pulpitos de sima e a franja de baixo será por conta delles ditos reverendos senhores conigos e tambem elle dito mestre fara duas sanefas para as cortinas dos dois pulpitos por risco que elle fara a prazer delles reverendos senhores conigos e o presso desta obra sera na forma seguinte que o ornamento que se comprou bordado da cidade de Lisboa custou tres mil cruzados e sem mil reis destes se tirara o vallor justo que entenderem valle o veo de onbros por ser pella mais inferior e o dinheiro que restar se repartira pellos covados que se achar tem o mais ornamento todo tanto por cada covado igualmente repartido e assim se lhe pagara por cada covado que elle dito mestre obrar o mesmo por que ficaram cada covado do dito ornamento dando elle dito mestre todos os aparelhos da obra e fazendo tudo a sua custa excepto o franião (sic) dos pulpitos que asima fica declarado e o das sanefas das cortinas que elles tambem se lhe derão e que feita esta obra se elle dito mestre aseitar mais alguma obra bordada para o dito ornamento se ajustara a forma della e por elle dito mestre Simão da Costa foi dito que elle se obrigava a fazer a dita obra dos ditos pãnos na forma atras declarada a sua custa com toda a brevidade posivel e não largara mão da obra athe com efeito a findar a coal fara com toda a perfeição imitando o dito ornamento e na mesma forma delle ao que obrigava sua pessoa e todos seus bens moveis e de rais havidos e por haver e terço de sua alma que tudo expressamente hipotecava sob pena de pagar de pena em nome della a elles reverendos senhores conigos todas as perdas e danos que por esse respeito receberem e para mais segurança delles reverendos senhores conigos estando presente Agostinho Marques da Silva ourives morador na rua Nova desta cidade pessoa outrosim por mim reconhecida e por elle foi dito que de sua livre vontade fiava ficava por fiador e principal pagador delle dito mestre Simião da Costa a que elle fara a dita obra com toda a porfeição e brevidade que puder ser e de tudo o que se lhe entregar para a dita obra asim ouro como dinheiro e tomava e removia sobre si in solidum toda esta obrigaçam como fiador e principal pagador devedor e obrigado e como tal se constetuhia e sobmetia a todas as ditas condiçõs penas e obrigaçõs atras e a paga e comprimento de tudo obrigava como obrigou sua pessoa e todos seus bens moveis e de rais havidos e por haver e terço de sua alma que tudo expressamente hipotecava sob as penas atras e por elles reverendos senhores conigos foi dito que comprindo elle dito mestre com tudo o atras dito se lhe satisfara todo o custo da dita obra e logo em principio de pagamento derão e entregarão a elle dito mestre noventa e seis mil reis em dinheiro de contado pella moeda de ouro corrente neste reino que elle contou e recebeo em si e delles se deu e ouve por bem pago entrege (sic) e satisfeito e o mais custo se lhe dara e pagara conforme a obra for correndo e por elle dito mestre foi dito que da mesma maneira que atras esta obrigado se obrigava a tirar a pas e salvo a elle seu fiador de toda esta fiança e obrigaçam que por elle fas com todas as perdas e danos que por este respeito receber e huns e outros asima dicerão e outrogarão e ajustarão de parte a parte e mandarão fazer o presente instrumento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pessoa publica estepulante e aseitante tudo estipullei e aseitei em nome das mais pessoas a que toca e tocar pode estando a tudo presentes por testemunhas Francisco da Silva e João Francisco fameliars delle muito reverendo conigo Pantalião de Seabra e Souza que todos aqui asinarão Rafael da Rocha Malheiro tabeliam geral que o escrevi,

Bento da Silva Telles
Semeão da Costa



Pantalião de Seabra e Souza
Agostinho Marques da Silva
João Francisco de testemunha
Francisco da Silva de testemunha.»

(Arquivo Distrital de Braga, *Nota Geral*, n.º 664, fls. 128-129)

DOCUMENTO II

«Contrato da obra de bordamento de huma dealmatiga grande e duas pequenas para o uzo dos officios divinos da Santa See com Francisco Lopes de Araújo bordador desta cidade.

Em nome de Deos Amen. Saibão quantos este publico instrumento de contrato de obra e obrigaçam virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e trinta e oito annos aos vinte e coatro dias do mes de Janeiro do dito anno nesta cidade de Braga na rua Nova della e cazas de morada do muito reverendo Pantalião de Seabra e Souza capellão fidalgo da Caza de Sua Magestade que Deos guarde e conigo prevendado na Santa See Primacial que são na dita rua aonde eu tabeliam geral fui vindo ahi perante mim e as testemunhas ao diante asinadas apparecerão prezentes elle reverendo conigo Pantalião de Seabra e Souza e o muito reverendo Bento da Silva Telles tambem conigo provendado na dita Santa See e administrador da fabrica della de huma parte e da outra Francisco Lopes de Araújo bordador e morador na rua do Campo desta dita cidade pessoas por mim reconhecidas e por elles muito reverendos senhores conigos foi logo aprezentado hum decreto que tinhão do Illustrissimo Cabbido Sede Vacante Primas em o coal lhe davão poder para darem a obra dos paramentos que faltão para o ornamento do culto devino para a dita Santa See cuiu theor delle de verbo ad verbum he o seguinte porquanto o ornamento que compramos para a nossa See de seda branca bordada de ouro se não acha porfeito por lhe faltarem muitos dos paramentos semelhantes e necessarios para as funções dos officios divinos e advertindo que nesta cidade ha ofeciais capazes de obrarem com primorosa semelhança os que faltão cometemos os nossos irmaons os reverendos senhores conigos Bento da Silva Telles e Pantalião de Seabra e Souza a delegação de ajustar com elles o cometimento desta obra tão necessaria e tudo o que fizerem e ajustarem haveremos por bem feito. Braga em Cabbido Sede Vacante vinte e nove de Agosto de mil e setecentos e trinta e sete. O chantre // o mestre escollar // o thizoureiro mor // Meira // Ribeiro // Morim // Correa // Vasconcelos // Pacheco // Doutor Santos // Borges // a que me reporto a tornar a entregar a elles reverendos senhores conigos

pellos coais foi dito que por vertude do dito decreto estavam contratados com elle dito mestre bordador Francisco Lopes de Araújo de lhe fazer e bordar tres dialmaticas huma grande e duas piquenas e hum pano de estante para a dita Santa See a coal dialmatica grande sera igualmente feita como as duas que se comprarão e as duas pequenas serão feitas pello mesmo risco goardando a porposão da sua grandeza e o pano da estante fara elle dito mestre hum risco que condiga com a mesma obra e sera visto e aprovado por elles reverendos senhores conigos e a franja de ouro para o dito pano lhe darão elles reverendos senhores conigos e o presso desta obra sera na forma seguinte que o ornamento que se comprou bordado da cidade de Lisboa custou tres mil cruzados e cem mil reis destes se tirara o vallor justo que entenderem valle o veo de onbros por ser pella mais inferior e o dinheiro que restar se repartira pellos covados que se achar ser o ornamento todo tanto por cada covado igualmente repartido e assim se lhe pagara por cada covado que elle dito mestre obrar o mesmo por que ficarem cada covado do dito ornamento dando elle dito mestre todos os aparelhos da obra e fazendo tudo a sua custa e dando as ditas dialmaticas feitas e acabadas na mesma forma que estão as que se comprarão a coal obra dará feita e acabada athe dia de São João primeiro vindouro deste presente anno de mil e setecentos e trinta e oito annos e não a dando feita no dito tempo perderá sinquenta mil reis do presso da dita obra para as obras da lanterna da dita Santa See e por elle dito mestre Francisco Lopes de Araújo foi dito que elle se obrigava a fazer a dita obra de tres dialmaticas huma grande e duas pequenas na forma atras declarada com toda a perfeição e pello mesmo modo e feitio e bordamento que estão as que se comprarão dentro no dito tempo e presso atras declarado a que tudo obrigava sua pessoa e todos os seus bens moveis e de rais havidos e por haver e terço de sua alma que tudo espressamente hipotecava sob as penas atras declaradas e para mais segurança delles reverendos senhores conigos estando presente Luis da Maia escrivão dos livros findos nesta cidade morador no Campo da Vinha della pessoa outrosim por mim reconhecida e por elle foi dito que de sua libre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma fiava e ficava por fiador e principal pagador delle dito mestre Francisco Lopes de Araújo a que elle de comprimento a esta obra na forma atras declarada e no dito tempo com toda a porfeição e dentro no dito tempo e de tudo o que se lhe entregar assim de dinheiro como de ouro e mais aparelhos para a dita obra e tomava e removia sobre si in solidum toda esta obrigaçam como fiador e principal pagador devedor obrigado e como tal se constetuhia e sobmetia a todas as clausulas e condiçons penas e obrigaçons atras e a paga e comprimento de tudo obrigava como obrigou sua pessoa e todos seus bens moveis e de rais havidos e por haver e terço de sua alma que tudo expressamente hipotecava sob as penas atras dizendo mais elle dito mestre que da mesma maneira que atras esta obrigado se obrigava a tirar a pas e a salvo a elle seu fiador de toda esta fiança e obrigaçam que por elle fas com todas as perdas e danos que por esse respeito receber e por elles reverendos senhores conigos foi dito que comprindo elle dito mestre com tudo o atras dito se lhe satisfara todo o custo da dita obra e logo em principio de pagamento derão e entregarão a elle dito mestre setenta e dois mil reis em dinheiro de contado pella moeda de ouro corrente neste reino que elle contou e recebeo em si e delles se deu e ouve por bem pago entregue e satisfeito e o mais custo se lhe dara e pagara conforme a dita obra for correndo e huns e outros assim o dicerão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o presente instrumento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pessoa publica estipullante e aseitante tudo estepullei e aseitei em nome das mais pessoas a que toca e tocar pode estando a tudo presentes por testemunhas Gabriel Pereira Loução e Manuel Guedes Botelho asistentes nesta caza que todos aqui asinarão Rafael da Rocha Malheiro tabeliam geral que o escrevi.

Bento da Silva Telles
Francisco Lopes de Araújo

A handwritten signature in black ink, written in a cursive style. The text of the signature is "Francisco Lopes de Araújo". The signature is written on a white background and is positioned below the printed names of Bento da Silva Telles and Francisco Lopes de Araújo.

Manuel Guedes Botelho
Pantalião de Seabra e Souza
Luís da Maia
Gabriel Pereira Loução.»

(Arquivo Distrital de Braga, *Nota Geral*, n.º 664, fls. 134-135)

AS OBRAS SEISCENTISTAS NO MOSTEIRO DE S. SALVADOR DE GANFEI*

Por **Lúcia Maria Cardoso Rosas**

«Não chegão os documentos do arquivo ao tempo da fundação, motivo porque seguirei a opinião mais comum que atribui a primeira fábrica de Ganfey a S. Martinho Dumiense ou a S. Fructuoso, consta porém que existia antes do ano 691 no qual deu ao mosteiro de Azere para prior, o monge Frei Sisnando»¹.

Esta história sobre a fundação do mosteiro de S. Salvador de Ganfei foi fixada nas crónicas do século XVII. Repetida, posteriormente, na Corografia Portuguesa e no Portugal Antigo e Moderno, insere-se no gosto da literatura monástica da época em atribuir grande antiguidade às

* O presente texto desenvolve alguns aspectos aflorados no nosso trabalho «*A Escultura românica nas igrejas da margem esquerda do rio Minho*», provas científico-pedagógicas/Fac. de Letras, 2 v., dactil., Porto, 1987, trabalho este orientado pelo Prof. Doutor Artur Nobre de Gusmão, cremos que melhor homenagem não encontraríamos que a exploração de aspectos para os quais a nossa atenção foi desperta por este Mestre e Amigo.

¹ Frei António da Assumpção Meirelles, *Memórias para a história geral da congregação de S. Bento de Portugal. Memórias para a história particular do Mosteiro de Ganfey fundadas nos documentos do arquivo do mesmo Mosteiro, que examinei no ano de 1776*, fl. 3. Ms, Mosteiro de Singeverga.

casas religiosas, ligando-as, sempre que possível, a um prestigiado fundador.

A origem de S. Teotónio — «vico ganfei oriundus»² — a presença das relíquias de S. Ganfei e a sua fama em Portugal e na Galiza³, a proximidade da estrada para Santiago, a permanência no mosteiro de Pedro Afonso, conde de Barcelos aquando das guerras com Castela⁴ e a acção dos monges de Ganfei nos combates travados na fronteira galega durante as guerras da restauração, tão vivamente exaltada por Frei Leão de S. Tomás⁵, contribuíram para rodear de prestígio este mosteiro beneditino do padroado real⁶, um dos mais importantes da Ribeira Minho em riqueza e programa construtivo.

Pela sua proximidade da estrada, que de Braga seguia para Santiago, o mosteiro deve ter desempenhado, desde cedo, a função de acolher viajantes e peregrinos, prática comum na época medieval quando não existiam instalações próprias como albergarias ou estalagens⁷.

Na Idade Moderna assim era. Tinha «cerca larga e sobretudo largueza na charidade para com os pobres hospedes e Peregrinos, que continuamente a ella acodem por estar a caza edificada junto à estrada Real para Santiago»⁸.

As relíquias de S. Ganfei que o mosteiro guarda — hoje na capela-mor — foram célebres pelo menos a partir do século XVII, e o seu afamado poder miraculoso contra «o mal da tosse» fazia acorrer a Ganfei peregrinos portugueses e galegos^{8a}.

O programa da sua igreja de três naves, pouco habitual no românico português do Entre-Douro-e-Minho⁹, assim como as reformas e ampliações

² P. M. H., *Scriptores*, I, Lisboa, 1888, p. 80.

³ António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, 1.º V., Lisboa, 1706, p. 242.

⁴ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*.

Prefácio e Notas de José Mattoso, P. M. H., Nova Série, V. II, Academia das Ciências, Lisboa, 1980, p. 277.

⁵ José Mattoso, Prefácio a *Benedictina Lusitana* de Frei Leão de S. Tomás, J. N. C. H., Lisboa, 1974, p. XXVIII.

⁶ P. M. H. — *Inquisitiones* (Inquirições de D. Afonso III — 1.º alçado), Lisboa, 1881, T. I, P. 365.

⁷ C. A. Ferreira de Almeida, *Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho*, tese de licenciatura policopiada, Porto, 1968, p. 79.

⁸ Frei Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, Lisboa, J. N. C. M., 1974, 2.ª edição, V. I, parte II, p. 421.

^{8a} Idem, *ibidem*.

⁹ C. A. Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, tese de doutoramento policopiada, Porto, 1978, V. II, p. 93.

que recebeu ao longo das épocas medieval e moderna, são aspectos que poderão estar relacionados com essa função.

Da fundação do mosteiro nenhum documento chegou até nos, nem da sua reedificação «pellos annos de Cristo de 1018»¹⁰.

António de Assunção Meirelles refere uma epígrafe que relataria esta acção de D. Ganfredo numa «pedra achada no edifício antigo e que se enterrou nos alicerces da obra nova»¹¹. Nada aconselha a basearmo-nos nesta notícia, com muito poucas probabilidades de ser autêntica. A datação pelo ano de Cristo parece indicar uma tradição firmada na época moderna e a estória da pedra enterrada no edifício novo não faz sentido, já que se tivesse sido realmente encontrada os monges de Ganfei não perderiam a oportunidade de a juntar às preciosas relíquias do seu santo.

O próprio Assunção Meirelles no índice do arquivo de Ganfei, datado de 1796, escreve que apesar de o mosteiro ser um dos mais antigos da congregação «não aparece no cartório documento algum antes da era de 1304»¹².

A mais recuada referência a S. Salvador de Ganfei constava de um documento hoje perdido, e citado nas Inquirições de D. Afonso III. Trata-se de uma doação feita por D. Teresa, de S. Paio de Mozelos (Paredes de Coura), a Paio Guterres, com a condição de, por sua morte, o deixar aos mosteiros de Santa Maria de Oia e de S. Salvador de Ganfei¹³.

O mosteiro estaria assim fundado ao tempo do governo de D. Teresa (1112-1128). É provável a tradição que o liga a D. Ganfrido / S. Ganfei tenha fixado uma fundação do século XI, época que sabemos fértil na fundação de igrejas¹⁴, altura da introdução da regra de S. Bento na Península e da renovação na liturgia, que orientou muitas vezes a construção de novos edifícios¹⁵.

¹⁰ Frei Leão de S. Tomás, *op. cit.*, p. 420.

¹¹ Frei António da Assumpção Meirelles, *Ms. cit.*, fl. 3.

¹² Idem, A. N. T. T., *Índice do Arquivo de Ganfei*, conventos de Viana do Castelo, sala 1, 353.

¹³ P. M. H., *Inquisitiones* (Inquirições de D. Afonso III — 1.ª alçada), Lisboa, 1888, T. I, p. 357.

Vd. também *Documentos Medievais Portugueses*, ed. de Rui de Azevedo, Lisboa, 1940, T. II, I, p. 517.

¹⁴ C. A. Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, tese de doutoramento policopiada, Porto, 1978, V. I, p. 43.

¹⁵ Sobre estes dois temas veja-se, José Mattoso «A introdução da regra de S. Bento na Península Ibérica» e «Data da introdução da Liturgia romana na Diocese de Braga», in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, I. N. C. M., Lisboa, 1982, pp. 73-90 e 91-102, respectivamente. Veja-se também, do mesmo autor, «A Nobreza Medieval Portuguesa». As correntes monásticas dos séculos XI e XII» in *Portugal Medieval — Novas interpretações*, I. N. C. M., Lisboa, 1985, pp. 197-223.

No reinado de D. Sancho I (1185-1211) devia o mosteiro ser bastante próspero porque o seu abade fez em Valença «(...) outra ecclesia, fora do muro que ora é contra o rio, que chamam Sanctus Vicentius (...)»¹⁶, participando activamente no povoamento promovido pelo rei e para o qual muito contribuiu o próprio bispo de Tuy¹⁷.

Na Monarquia Lusitana, escreveu Frei Francisco Brandão que o mosteiro foi reedificado por D. Pedro, conde de Barcelos, aquando da sua presença em Riba Minho por ocasião das guerras com Castela¹⁸. Se Assunção Meirelles não encontrou no arquivo as «memórias» que Frei Francisco diz terem sido a sua fonte¹⁹, parece ter sido real a estadia do conde de Barcelos no mosteiro por 1336, conforme refere o seu livro de Linhagens²⁰ que, no entanto, não menciona qualquer reedificação.

Cerca de trinta anos depois da permanência de D. Pedro, sabemos que a instituição passara por dificuldades que D. Pedro I tentou compensar em carta 1363 «per que o dito mosteiro possa aver e teer os beens que lhe deixaren»²¹.

Explica o abade Vicente Fernandez, ao rei, que se encontrava em Valença, «que o dito mosteiro foi delapidado e dāpnificado per tal guisa que non avia en el nehũa cousa de mantijmento (...). E que veendo el em como o dicto moesteiro assi ficava desemparado que se foy pera el com grande algo que tijna o qual despēdo em mantijmento e repayramento do dicto moesteiro»²².

O estado precário de S. Salvador de Ganfei deverá relacionar-se com o fenómeno mais vasto de crise dos mosteiros beneditinos, que ao longo do século XIII viram os seus celeiros pilhados por patronos ou cavaleiros e que, a partir de meados do século XIV iniciaram um período de nítida degradação que iria levar em 1567 ao aparecimento da congregação de S. Bento de Portugal²³.

¹⁶ P. M. H. *Inquisitiones* (Inquirições de D. Afonso III — 1.ª alçada), Lisboa, 1888, T. I, p. 365.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Frei Francisco Brandão, *Monarchia Lusitana*, V parte, 1650, p. 184.

¹⁹ Frei António da Assumpção Meirelles, *Ms. cit.*, *Memórias para a História particular* (111), fl. 6.

²⁰ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Prefácio e Notas de José Mattoso, P. M. H., Nova Série, V. II, Academia das Ciências, Lisboa, 1980, p. 277.

²¹ *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, I. N. C. M., Lisboa, 1984, Doc. 960.

²² Idem, *ibidem*.

²³ Sobre a periodização da história dos beneditinos em Portugal. Veja-se, José Mattoso, «Panorâmica da História Beneditina Portuguesa durante a Idade Média» in *Portugal Medieval. Novas interpretações*, I. N. C. M., Lisboa, 1985, pp. 259-272.

Apesar de a carta de D. Pedro I, não garantir qualquer obra na igreja ou mesmo nos aposentos conventuais — o «*repayramento*» pode dizer respeito à instituição e não aos edifícios — a *recuperação* do mosteiro, que o documento testemunha, pode ter sido acompanhado de obras importantes.

O curto espaço de tempo que mediou entre a estadia do Conde de Barcelos — 1336-1340 (?) — e a acção renovadora do abade Vicente Fernandez — já em 1350 abade de Ganfei²⁴ — pode ter contribuído para que se formasse a tradição de ter sido Pedro Afonso o reedificador.

O nome do conde de Barcelos prestigiaria as obras que devem de facto ter sido realizadas por meados do século XIV. Voltaremos a este assunto.

A partir de 1499, por doação de D. Manuel, os marqueses de Vila Real passam a deter o padroado e a nomear os comendatários do mosteiro²⁵.

Do relatório de Frei Alonso Zorilla de 1562-1565 consta que estavam sovegados, os mosteiros de «Ganfe, St. Finx y St. Joan do Longavares», e o reformador sugere que «juntados todos los dichos podrian hazer una massa gruesa por que sua Alteza haga una casa muy principal de la Ordem de S. Bento en este reyno»²⁶, recomendação que não se concretizou. Sanfins de Friestas e Longos Vales irão pertencer aos jesuítas, e só Ganfei será atingido pela Reforma e incorporado na Congregação de S. Bento em 1588, com resistências dos marqueses de Vila Real que mantiveram um litígio até 1617²⁷.

As guerras da Restauração agitaram a vida do mosteiro que em 1641 aquartelou as tropas que guardavam a praça de Valença e em 1658 foi assaltado pelos espanhóis, que destruíram portas e janelas²⁸.

Os edifícios do mosteiro devem ter sofrido graves danos por esta altura. Nos anos seguintes iriam receber reformas importantes, continuando uma série de obras que podemos conhecer desde 1629, através dos

²⁴ Frei António da Assumpção Meirelles, *Ms. cit., Memórias para a história particular (...)*, fl. 6 v.

²⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶ E. Zaragoza Pascual, «Reforma de los Benedictinos portugueses (1564-1565)» in *Bracara Augusta*, XXXV, 1981, p. 288.

²⁷ Frei António da Assumpção Meirelles, *Ms. cit., Memórias para a história particular (...)*, prova n.º 6.

²⁸ Idem, *ibidem*, prova n.º 8, sobre este assunto veja-se igualmente: Ângelo Pereira, «Os frades portugueses e as guerras da independência», in *Ocidente*, T. IX, 1940, p. 290.

Registos trienais dos Livros dos Estados dos Mosteiros que a Congregação de S. Bento de Portugal obrigou a redigir a partir de 1629/32²⁹.

Durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a igreja e os edifícios conventuais de S. Salvador de Ganfei estiveram constantemente em obras. Referir-nos-emos às mais importantes.

Em 1632, ano em que se começava a construir «a fundamentis», o 1.º lanço do claustro, «fecharam-se as duas portas que estavam na galeria de pedra e cal e as tres frestas que chaem sobre a igreja da mesma banda»³⁰.

De 1635 data o registo de importantes obras porquanto «no princípio do triénio servia de igreja hũm dormitório, se fez toda a força por acabar a obra da igreja velha que estava comessada (...)»³¹.

Uma nova igreja estava pois iniciada, o que não implica que possamos datar deste triénio a sua construção.

Nestes anos «se levantou de novo de cantaria a parte do frontespício que estava caida e juntamente a parte por detras da igreja lhe responde»³², aludindo-se certamente à cabeceira da igreja que teria sido nesta altura *reparada*, uma vez que a nova capela-mor, só viria a ser construída «a fundamentis» no triénio de 1759/61³³. Mas antes desta reforma maior, teve a cabeceira da igreja outras obras, no triénio de 1680/83, quando «veyo abaixo toda a impenna de sobre a capella-mor e se tornou alevantar»³⁴. O mesmo terá acontecido na fachada da igreja. Como vimos, ela teve obras entre 1632 e 1635, mas devem ter sido obras de *reparação* porque o novo frontespício iria ser feito «a fundamentis» cerca de trinta anos mais tarde, obra registada no Relatório do triénio de 1681/83³⁵.

A fachada foi feita «ao moderno, obra liza e magestosa, que assi como está no monte, poderia estar na cidade»³⁶. É com orgulho que os monges de Ganfei noticiam a sua construção. O gosto de fazer «ao moderno», não exclui contudo que parte da igreja antiga tivesse sido mantida.

²⁹ António Cruz, *Alguns fundamentos económicos e sociais da renovação seiscentista na ordem beneditina*, sep. de *Bracara Augusta*, V. XXVII, Fasc. 63 (75), 1973, Braga, 1974, p. 5.

³⁰ A. D. B. *Congregação de S. Bento de Portugal. Estados dos Mosteiros Ganfei — 1629 — 1758*. 1632.

³¹ *Idem*, 1635.

³² *Idem*, *ibidem*.

³³ *Idem*, 1761.

³⁴ *Idem*, 1683.

³⁵ *Idem*, *ibidem*.

³⁶ *Idem*, *ibidem*.

No mesmo triénio em que foi feita a nova fachada «desfizeram-se os arcos que compõem as naves e se tornaram a levantar»³⁷, o que coloca problemas de vária ordem no estudo desta igreja, já que precisamente os arcos formeiros e os seus capitéis são, com os absidiolos e o muro do lado do Evangelho³⁸, os elementos considerados medievais da igreja de Ganfei.

Pensamos que, em primeiro lugar, é de realçar o facto de estes arcos e os seus capitéis não terem sido substituídos numa época em que a igreja esteve tanto tempo em obras e em que a nova moda de construir atraía, como vimos, os monges de Ganfei. Poder-se-ia falar em falta de meios para reconstruir a igreja, mas essa hipótese não é plausível, uma vez que as obras são constantes, e que os próprios arcos foram deitados abaixo e novamente construídos, o que implica que deliberadamente não foram substituídos por outros.

O aparelho das enjuntas apresenta a irregularidade do aparelho da parede exterior da nave do Evangelho, o que constitui mais um indicador das reformas destes elementos.

As provas da antiguidade de uma fundação são, na época moderna, de grande valor porque conferem prestígio. Julgamos que em Ganfei se associam as duas atitudes dos homens da época moderna, cujo conhecimento é importante no estudo dos nossos edifícios religiosos: o gosto em construir conforme as novas modas — acompanhado da criação de novos espaços, cenários de um culto cada vez mais espectacular — tendo, para isso, de destruir o antigo, e o desejo de conservar a memória prestigiante do passado, não unicamente através da palavra escrita (veja-se como nas crónicas as fundações dos mosteiros são recuadas no tempo), mas materialmente, através da permanência de parte das construções e da sua escultura.

É importante sabermos que os arcos foram mexidos, o que que poderia ter alterado a sua proporção com as dimensões da igreja.

Tem sido chamada a atenção para a semelhança dos pilares de Ganfei com os da próxima igreja de S. Bartolomeu de Rebordans³⁹. S. Bartolomeu é uma igreja que Bango Torviso data dos princípios do século XII, mas que relaciona com a tradição hispânica⁴⁰, o que os pilares

³⁷ Idem, *ibidem*.

³⁸ Como a igreja de Ganfei não se encontra canonicamente orientada, utilizaremos, para maior clareza de exposição, as designações: lado do Evangelho e lado da Epístola.

³⁹ C. A. Ferreira de Almeida. *A arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, tese de doutoramento policopiada, Porto, 1978, V. II, p. 106.

⁴⁰ J. G. Bango Torviso, *Arquitectura Românica en Pontevedra*, F. Pedro Barrié de la Maza, Pontevedra, 1979, p. 235.

— de secção rectangular — e o espaço «apertado» sugerem. A espacialidade de Ganfei é completamente diferente porque diferentes são também as proporções. O corpo da igreja é mais alongado e a nave central é também, relativamente às colaterais, mais larga em Ganfei. A medida da secção dos pilares é pouco maior que em Rebordans e os pilares estão mais afastados uns dos outros. A dimensão dos vãos é, pois, muito mais dilatada. No entanto, a pouca altura e a fraca profundidade dos absidíolos parecem corresponder a um corpo menos alongado e mais compartimentado, apesar de ser frequente na Galiza o tipo de igreja de absides muito baixas relativamente às naves⁴¹.

Na Galiza encontrámos um tipo de espaço semelhante em Santa Maria de Acibeiro, que Torres Balbás data de c. 1200, enquanto Bango Torviso e Angel del Castillo optam por uma datação na segunda metade do século XII⁴² e na transformada igreja de San Salvador de Camanzo, a que Bango Torviso atribui uma cronologia que vai de 1160 a 1200⁴³.

Apesar de certas afinidades com estes exemplos galegos, o sentido longitudinal das naves de Ganfei, a verticalidade dos vãos — repare-se que os arcos ficam a pouca distância da cobertura da igreja — e a sua altura conjugam-se para criar um espaço amplo e aberto que nos recorda a arquitectura praticada pelas ordens mendicantes, apesar do arcaísmo dos pilares.

Tanto em Portugal como na Galiza, as construções das ordens franciscana e dominicana terão começado a surgir no primeiro quartel do século XIII⁴⁴, prolongando-se no século seguinte. As suas influências poderão ter chegado a Ganfei nesse período.

Terá sido o corpo da igreja reformado no século XIV, como indica a tradição já atrás referida e como sugere o espaço?

Actualmente a igreja apresenta uma luminosidade barroca, e como já vimos, as obras da Época Moderna alteraram a altura das naves. O que nos parece claro é que o corpo da igreja de Ganfei não possui uma espacialidade românica apesar da escultura que apresenta.

⁴¹ J. J. Martin Gonzalez, *Iglesias inclinadas de Galicia*, separata de *Archivo Español de Arte*, t. XXXVII, n.º 145, 1974, Madrid, Instituto Diego Velazquez, 1964.

⁴² J. G. Bango Torviso, *op. cit.*, p. 152. Santa Maria de Acibeiro adere à Ordem de Cister, em 1225, como refere Bango Torviso e confirma José Carlos Valle Perez in *Arquitectura Cisterciense in Galicia*, F. Pedro Barrié de la Maza, Pontevedra, 1982, V. I, p. 25. Ambos consideram que o programa construtivo de Acibeiro nada tem a ver com a arquitectura praticada pelos cistercienses, na Galiza.

⁴³ J. G. Bango Torviso, *op. cit.*, p. 164.

⁴⁴ Mário Tavares Chicó, *Arquitectura Gótica em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 1979, pp. 85-98. Veja-se igualmente J. M. Caamaño Martinez, *Contribucion al estudio del gótico en Galicia* (Diocesis de Santiago), Valladolid, 1962, p. 11.

ARTE E NACIONALIDADE
— UMA PROPOSTA DE YRIARTE
A PROPÓSITO DA EXPOSIÇÃO DE ARTE
ORNAMENTAL PORTUGUESA E ESPANHOLA DE 1882

Por **Lúcia Maria Cardoso Rosas**
Maria da Conceição Meireles Pereira

Suscitada pelo interesse e sucesso alcançados na capital britânica pela Exposição de Arte Ornamental Luso-Espanhola, realizada no South Kensington Museum e inaugurada em Maio de 1881, a Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882 congregou em Lisboa as mais prestigiadas colecções de artes decorativas dos dois países ibéricos.

O antigo palácio do Marquês de Pombal às Janelas Verdes, desde há dois anos alugado para museu nacional, foi o cenário escolhido para esta mostra de dimensões até então invulgares, e apesar das obras a que na altura foi submetido para o efeito, o espaço revelou-se insuficiente para albergar os milhares de objectos seleccionados¹.

As proporções que esta exposição assumiu derivaram por um lado de uma concertada vontade política e, por outro, beneficiaram das estruturas anteriormente criadas para a sua congénere de Londres. Sob as directrizes de uma comissão especializada oficialmente nomeada, ini-

¹ Cf YRIARTE, Charles — *Exposition Retrospective de Lisbonne. L'Art en Portugal (Deuxième article)*, «Gazette des Beaux-Arts», Paris, 24.º Ano, 2.º Período, t. 25, 1 jun. 1882, p. 556. O autor refere um total de vinte mil objectos.

ciara-se um processo inédito de recolha de peças a nível nacional, sobretudo em igrejas e mosteiros do interior do país², num esforço pouco comum de inventariação do património português abrangendo um período de cerca de dez séculos, desde a proto-nacionalidade até ao século de Pombal.

Um dos mais curiosos testemunhos deste evento saído da pena de um estrangeiro, intitula-se «Une visite à l'Exposition Retrospective de Lisbonne», publicado na *Revue des Deux Mondes*, periódico francês de grande longevidade, sobre cultura, arte e pensamento, que marcou a Europa oitocentista pelo brilhantismo das suas monografias e alargada recepção nos vários continentes³.

O autor deste artigo, Charles Yriarte, retomará o tema na *Gazette des Beaux-Arts*, a mais antiga das revistas francesas actualmente publicadas, dirigida inicialmente a um público cultivado de apreciadores e mecenas⁴.

Foi na qualidade de delegado do governo francês que este literato e desenhador de origem espanhola, inspector de Belas-Artes e colaborador da melhor imprensa parisiense, visitou a exposição de Lisboa⁵.

A pertinência da evocação desta exposição afigura-se derivar por um lado, da sua contextualização político-histórico-diplomática e, por outro, da sua responsabilidade como catalizadora de uma polémica fulcral para a emergência da História de Arte em Portugal.

A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola constituiu um dos pratos fortes das celebrações realizadas quando da polémica visita dos monarcas espanhóis a Portugal, a qual marcou indiscutivelmente a vida lisboeta nesse início de 1882.

O relacionamento entre os países ibéricos tinha conhecido ao longo das últimas décadas situações várias que impressionaram profundamente

² Cf. ANDRADE, Ruy — *Vida de um artista português no século XIX em Itália*, Lisboa, 1966, p. 125. O autor refere especificamente uma comissão composta por seu pai Alfredo de Andrade, Carlos Relvas e Rangel de Lima, a qual percorreu diversas regiões, tendo visitado numerosos mosteiros, desde Lorvão a Ceíça, passando por Vinhais e Bragança.

³ Cf. sv. *Revue des Deux Mondes, Grand Larousse Encyclopédique*, vol. 9, Paris, Librairie Larousse, 1964, p. 243.

⁴ Este estudo foi publicado em três números sucessivos, respectivamente Maio, Junho e Julho de 1882, com o título «Exposition Retrospective de Lisbonne. L'Art en Portugal».

⁵ Entre os periódicos em que colaborou saliente-se: *Monde Illustré, Vie Parisienne, Figaro*. Relativamente às obras deste autor destacamos: *La société espagnole* (1861), *Goya, sa vie et son oeuvre* (1867), *Venise* (1877), *Florence. L'histoire, les Medicis, les humanistes, les lettres, les arts* (1880), *Autour des Borgia* (1890). Cf sv. YRIARTE, Charles — *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, t. 51, Madrid, Espasa Calpe, 1926, p. 148.

a opinião pública portuguesa, desde a intervenção militar espanhola durante a guerra civil de 1846-47 e disposições da Convenção de Gramido, até à emergência e evolução da questão ibérica e de teorizações iberistas que vinham promovendo a radicalização de posições e o exacerbamento de posturas nacionalistas marcadamente anti-hispanistas. Esta situação atingiu o seu auge na década de oitenta, pontificando então os grandes centenários como exaltação histórica de um passado nacional, testemunho e justificação da independência e liberdade de Portugal, a cujas manifestações aderiram vastas franjas da população.

No entanto, e sem contradição aparente, políticos e intelectuais portugueses não deixavam de evocar a necessidade de cooperação e intercâmbio a vários níveis entre as duas nações que, embora ciosas da sua autonomia, permaneciam irmãs e vizinhas⁶.

O clima na Península Ibérica oscilava pois entre a atracção e a repulsa ou, como afirma Veríssimo Serrão «nenhum outro país teve com Portugal, na segunda metade do século XIX, relações mais estreitas e melindrosas»⁷.

É neste contexto que deve inserir-se a visita do jovem Afonso XII que, embora sem a mesma pompa e circunstância, visitara Portugal três anos antes, quando da inauguração de uma nova linha férrea, avistando-se com D. Luís numa entrevista e almoço, para o que foi instalado um luxuoso pavilhão à esquerda da gare da estação do caminho de ferro em Elvas⁸.

Entre essa fugaz visita de poucas horas em jeito de reunião de trabalho e a visita de Estado de 1882, poucas são as semelhanças. Para os oito dias de permanência de Afonso XII e Maria Cristina estabeleceu-se um programa repleto, no qual além de récitas e bailes de gala, paradas, corridas de cavalos e fogos de artifício, constou a inauguração da Exposição de Arte Ornamental em 12 de Janeiro⁹.

⁶ O Primeiro de Janeiro ao comentar a polémica instalada nas diferentes folhas de Madrid acerca da visita dos monarcas espanhóis a Portugal, refere que o periódico *El Globo* estranhou que «o sr. Thomaz Ribeiro, ministro do reino, pozesse uma gran-cruz hespanhola no dia da chegada dos reis de Hespanha, tendo tido o atrevimento de escrever o *D. Jayme*, um poema rasgadamente anti-ibérico. Cf. *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 18 Jan. 1882, p. 2.

⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal (1851-1890)*, vol. 9, Editorial Verbo, 1986, p. 157.

⁸ Cf. REBELLO, Brito — *Entrevista dos Reis de Portugal e Hespanha em Elvas*. «O Occidente», Lisboa, vol. 2, 2.º Ano, n.º 29, 1 Mar. 1879, p. 37.

⁹ Alguns observadores da época registaram esta exposição como razão fundamental desta visita. Atente-se, por exemplo, no seguinte excerto: «A causa que deu logar ao delicado convite que el-rei o sr. D. Luiz fez aos reis de Hespanha para virem visitar

À capital afluíram pessoas dos vários pontos do país, enchendo-se de «provincianos» que usufruíam de tarifas reduzidas nas linhas férreas do sul e sueste entre os dias 8 e 20, provocando um movimento desusado que se repercutiu em sucessivos atrasos de comboios¹⁰. Igualmente elevada foi a afluência à Exposição de Arte Ornamental iluminada a luz eléctrica pela Cohen & C^a, calculando-se que duas semanas após a sua inauguração havia já sido visitada por mais de 15 mil pessoas, tendo-se por vezes verificado a necessidade de suspender a venda de bilhetes para que se desocupassem as salas¹¹.

Mas apesar de Lisboa fervilhar de gente, de apresentar um ar de festa¹² e os preparativos oficiais não olharem a despesas¹³, os numerosos jornalistas espanhóis que em Lisboa faziam a cobertura do acontecimento, foram unânimes em sentir certa frieza na recepção aos seus monarcas, impressão que mais ou menos radicalizada fizeram chegar aos seus jornais. O correspondente do *Liberal*, por exemplo, escrevia: «O publico não fez demonstrações que não fosse a de uma viva curiosidade. Toda a gente permanecia de chapeo na cabeça, e só de vez em quando se via agitar um lenço em alguma janella. Não estranhámos esta recepção silenciosa e excessivamente fria da parte do povo, desde que vimos os ministérios, que demoram na praça do Commercio e entrada da rua Augusta, sem nenhuma colgadura, adorno ou emblema»¹⁴.

Certamente que as afirmações dos jornalistas espanhóis não estavam totalmente isentas de fundamento; apesar da correcção com que se desejava receber Afonso XII que, como Pinheiro Chagas dizia, «sabia restrin-

Lisboa, foi o assistirem à grande festa industrial e artistica da abertura da exposição da arte ornamental e decorativa da península, que ao principio se dissera devia abrir-se em novembro último, sendo finalmente fixada a sua inauguração para o dia 12 do corrente janeiro. Foi pois esta a única solemnidade de significação pretadia a que assistiram os nossos augustos hospedes». Cf. *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental em Lisboa*. «O Occidente», Lisboa, vol. 5, 5.º Ano, n.º 111, 21 Jan. 1882, p. 22.

¹⁰ Segundo noticia *O Primeiro de Janeiro*, pelo caminho de ferro do norte e leste chegaram a Lisboa para assistir aos festejos entre os dias 8 e 15, 8186 passageiros, sendo 1210 de 1.ª classe, 1906 de 2.ª e 5070 de 3.ª, tendo a companhia vendido 2650 bilhetes de ida e volta e 5536 ordinários. Cf. *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 21 Jan. 1882, p. 2.

¹¹ *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 26 Jan. 1882, p. 1.

¹² O Tejo foi um dos palcos privilegiados deste ambiente de festa procedendo-se à iluminação dos navios aí ancorados; enquanto o *Vasco da Gama* teve honras de luz eléctrica, para as outras embarcações foram encomendadas 6 mil lanternas em várias regiões do país. Cf. *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 10 Jan. 1882, p. 2.

¹³ Em finais do ano D. Fernando II, a propósito da necessidade de controle das despesas reais, lembrava ainda a seu filho as dívidas causadas pela recepção ao rei de Espanha. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *Op. cit.*, p. 69.

¹⁴ Cit. por *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 13 Jan. 1882, p. 2.

gir-se ao seu papel constitucional, garantir as liberdades de Hespanha, e fazer enfim o que ha de mais difficil no seculo XIX — a reconstituição de uma tradição monarchica quebrada pelas revoluções»¹⁵, a opinião pública portuguesa encontrava-se fragilizada por uma desconfiança que recrudesecera nas últimas décadas relativamente às intenções dos seus vizinhos. A título exemplificativo, atente-se num excerto do editorial de *O Primeiro de Janeiro* do dia seguinte à chegada dos visitantes: «Não temos de reproduzir o que a respeito d'estas inintimidades e alianças temos dito, mas tambem nada temos que corrigir ou emendar. Estimamos sinceramente que se apertem as relações de visinhança entre as duas nações; desejamos que uma à outra melhor se apreciem do que quasi sempre o tem feito até agora; applaudiremos que se auxiliem no que fôr de commum interesse para ambas; mas desadoramos qualquer pensamento de solidariedade entre ellas, e combateremos energicamente quaesquer tentativas e esforços, tendentes a confundir os destinos dos dois povos. Este é o nosso sentir, e crê-mos piamente que é tambem o sentir da grande maioria, da quasi unanimidade do povo portuguez. Os reis de Hespanha estão entre nós, e agora não é a occasião mais asada para criticas e censuras. O que está feito, está feito. (...) Calem-se os resentimentos, suffoque-se a voz das paixões ainda as mais justas, não se dê vasante a preocupações e sobresaltos ainda os mais legitimis»¹⁶.

São numerosos os sintomas, mais ou menos velados, desta incontível necessidade de afirmação nacional e indisfarçável ressentimento por afrontas passadas. O recurso ao arsenal simbolico-histórico da independência portuguesa foi talvez o mais frequente porque, embora pleno de eficácia face aos objectivos pretendidos, não era directamente ofensivo à comitiva visitante. Assim, enquanto a empresa de S. Carlos mandava colocar na tribuna real os retratos de D. Afonso Henriques, D. João I, D. João IV e D. Pedro IV¹⁷, o primeiro número de 1882 da revista *O Ocidente* que publicava o programa previsto dos festejos de Lisboa, incluía uma gravura de D. João I seguida de um texto encomiástico ao herói de Atoleiros, Aljubarrota e Valverde, apresentados como «uma trilogia incommensuravel, um triduo glorioso celebrado nos altares da patria, e que de seculo em seculo, de idade em idade, como uma torrente electrica, nos faz estremecer de entusiasmo e subsultar de vigor e patriotismo»¹⁸.

¹⁵ CHAGAS, Pinheiro — *Os Reis de Hespanha*. «O Ocidente», Lisboa, 5.º ano, n.º 110, 11 Jan. 1882, p. 11.

¹⁶ *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 11 Jan. 1882, p. 1.

¹⁷ *Ibidem*, 12 Jan. 1882, p. 2.

¹⁸ *As Nossas Gravuras, D. João I*. «O Ocidente», Lisboa, 5.º ano, n.º 109, 1 Jan. 1882, p. 2-3. Embora este revivalismo histórico fosse frequentemente usado ele é por

Se bem que rejeitando acemente as acusações de falta de cortesia, alguns sectores da imprensa portuguesa denunciavam as manobras da política partidária espanhola como a grande causadora do ambiente de maior reserva na recepção dos monarcas visitantes¹⁹, pese embora se reconheça que tal frieza reflecte um secular desentendimento dos dois povos ainda não ultrapassado: «A recepção não foi entusiástica. Não temos duvida em confessal-o, e até folgamos muito em que assim sucedesse. (...) Que factos recentes se deram entre os dous paizes, para que assim de repente se quebrasse a frieza secular que os separa, e que não é hoje filha da hostilidade e odios de raça, mas que em todo o caso existe como resultante do afastamento politico, economico, commercial e scientifico em que um e outro teem vivido?»²⁰.

O anti-castelhanismo, mais ou menos elaborado, parece pois permanecer uma componente importante do sentimento nacional português na penúltima década da centúria de oitocentos, como o demonstra o soneto de um anónimo de Guimarães:

Com a regia visita aconteceu
que lo errado y lo injusto, em seu pregão,
os ouvidos ferissem da nação,
que um estreito abraço já nos deu!

Mas que injustiças? Quem as commetteu?
De que erros nos accusa o povo irmão?
Da falta de entusiasmo? Oh! tem rasão:
foi outro o fogo que na festa ardeu.

vezes subalternizado em nome de um pragmatismo político moderno e positivo, como ilustra o excerto seguinte: «Deixemos em paz os heroes de 1640, que ha muito lhes adormeceu com a vida o esforço dos seus heroismos. Deixemos em paz o condestável e a padeira de Aljubarrota, que são da historia e da lenda, e que já não aproveitam ao século. Para sermos previdentes precisamos, primeiro que tudo, de ser sensatos, positivos, práticos. A politica de resultados não se consegue com palavras vãs e meros esplendores de história». Cf. *Para Portugueses...*, «o Primeiro de Janeiro», Porto, 20 Jan. 1882, p. 1.

¹⁹ Foram sobretudo os jornais oposicionistas, nomeadamente os republicanos que, no intuito de enfraquecer o ministério Sagasta e ameaçar o êxito da visita, publicaram numerosos artigos de propaganda ibérica, apresentando os portugueses como um povo desejoso de realizar a fusão peninsular, quer durante a entrevista de Cáceres preparatória da visita, quer nas vésperas da dita visita.

²⁰ *A Visita do Rei de Hespanha*. «O Primeiro de Janeiro», Porto, 17 Jan. 1882, p. 1.

De que somos cortezes provas demos;
se sem entusiasmo ou sem rancores
o regio visitante recebemos,

é que não partilhamos os ardores
do povo seu, mas na lembrança temos
d'aquele estreito abraço as crueis dores²¹.

Desde meados do século XIX que se assistia na Europa a uma valorização crescente das artes ornamentais à qual o desenvolvimento industrial não foi alheio. A criação em 1851 do *South Kensington Museum*, dedicado às artes aplicadas e decorativas²² tornou-se um dos factores que contribuíram para questionar a relação entre Arte e Indústria. Cerca de dez anos mais tarde a obra do arquitecto alemão Gotfried Semper, *Der Stil den technischen und tectonischen Künsten der praktischen Aestetik*²³ deu um impulso decisivo para o despertar do interesse da historiografia da especialidade pelas artes consideradas menores, e viria a ser fundamental para as posteriores reflexões de Riegl. A partir do seu conceito de *Kunstwollen*, factor dinâmico que está na origem de toda a alteração na arte, Riegl, constatando a unidade estilística e espiritual de cada época, recusava a distinção hierárquica entre artes figurativas maiores e artes ornamentais menores²⁴.

Em 1882 surgia em Inglaterra o movimento *Arts and Crafts*, reabilitador dos ofícios e que radicava, nomeadamente, no pensamento de Ruskin. John Ruskin, crítico e desenhador inglês, em *The Stones of Venice* (1851-1853), ao estudar o gótico, estilo que valorizou por excelência, criticava os efeitos desumanizantes da revolução industrial, opinião que influenciaria as correntes promotoras do culto das artes tradicionais²⁵.

É neste contexto que deve ser encarada a iniciativa do *South Kensington Museum* de realizar uma exposição de arte ornamental portuguesa e espanhola que, como vimos, constituiu o embrião da mostra efectuada em Lisboa. A arte peninsular era muito mal conhecida, principalmente a portuguesa, já que em 1879, Facundo Riaño publicara em inglês uma

²¹ *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 21 Jan. 1882, p. 2.

²² Cf. BONET-CORREA, António (coordenação de), *Historia de las artes aplicadas e industriales en España*, Madrid, Manuales Arte Cátedra, Cátedra, 1982, p. 12.

²³ IDEM, *ibidem*, p. 12.

²⁴ IDEM, *ibidem*, p. 12.

²⁵ Cf. s.v. Ruskin (John), *Petit Larousse de la peinture*, vol. 2, Paris, Larousse, 1979, p. 1635.

obra sobre as artes industriais em Espanha²⁶. Em Portugal Joaquim de Vasconcelos e Sousa Viterbo dedicariam na década de 1880, uma parte considerável da sua investigação a esta área.

O desconhecimento da arte portuguesa e o atraso dos estudos da história da arte nacional, motivaram o interesse pela exposição de Lisboa por parte dos eruditos estrangeiros, que tinham curiosidade em conhecer não só os objectos de ourivesaria e de mobiliário, as cerâmicas e os tecidos, mas também os monumentos de um país que se visitava pouco, nas palavras do delegado francês²⁷.

O interesse de Yriarte ultrapassa o âmbito da Exposição, ela própria responsável pelo desencadear de uma série de interrogações sobre a arte portuguesa, como adiante se verá.

Não é com efeito a questão, então em voga, das artes ornamentais, que mais preocupa Yriarte, embora o autor considere que o facto que ressalta da observação dos objectos expostos, ou seja a ideia geral que se afirma, seja a da superioridade da ourivesaria portuguesa do ponto de vista técnico²⁸. E escreve mesmo que é sobretudo na ourivesaria e no mobiliário que se afirma o génio nacional português²⁹. Aqui Yriarte toca no ponto-chave das interrogações para as quais vem procurar resposta na Exposição de Lisboa, e que o conduzem, aliás, a escrever menos sobre os objectos expostos e mais sobre aspectos gerais da História de Arte em Portugal.

Trata-se de procurar a resposta para uma pergunta mais vasta, que Joaquim de Vasconcelos e Ramalho Ortigão igualmente, e na mesma altura formulavam, e à qual a geração romântica de 40 e a prática da arquitectura oitocentista, tinham de certa forma tentado responder, ou seja: existe ou não uma arte original portuguesa?³⁰

²⁶ Facundo Riaño publicou o seu livro *The Industrial Arts in Spain* na série *South Kensington Museum art Handbooks*. Em língua espanhola a primeira obra sobre a matéria foi publicada sob o título *Artes industriales desde el Cristianismo hasta nuestros días*, obra sem data de Hermenegildo Giner de los Rios, catedrático nas universidades de Granada e de Madrid. Cf. BONET-CORREA, op. cit., p. 13.

²⁷ YRIARTE, Charles, *Une visite à l'Exposition Retrospective de Lisbonne*, «Revue des Deux Mondes», Paris, 52.º Ano, 3.º Período, t 51, 1882, p. 652.

²⁸ IDEM, *ibidem*, p. 656.

²⁹ IDEM, *Exposition Retrospective de Lisbonne. L'Art en Portugal*, «Gazette des Beaux-Arts», Paris, 24.º Ano, 2.º Período, t.25, 1 de Maio 1882, p. 461.

³⁰ José-Augusto França tem analisado detidamente esta questão, fundamental no estudo da arquitectura portuguesa da segunda metade do século XIX e no primeiro quartel do século XX. Sobre este tema vejam-se as obras do autor, nomeadamente: *A Arte em Portugal no século XIX*, Lisboa, 2 vols, Bertrand Editora, 1966 e *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, 6 vols., Livros Horizonte, Lisboa, 1975.

Para Yriarte a ideia de uma arte nacional, ideia que deveria dominar no arranjo geral dos objectos expostos, não se destacava suficientemente do conjunto. Um deles respondia, no entanto, às suas interrogações: a custódia de Belém «(...) oeuvre typique, historique, nationale, éminemment portugaise.»³¹

Para melhor compreender a Exposição o autor faz um percurso pela História de Arte em Portugal com o objectivo de detectar o que distingue a arte portuguesa da arte espanhola. Recua à pré-História e refere que nesta parte da Península os monumentos megalíticos constituem uma particularidade do território que viria a ser Portugal. Considera que Viriato, herói que compara a Vercingétorix, era um celta e que o elemento celta pode ter predominado na raça portuguesa, uma vez que os imediatamente seguintes períodos da História irão deixar vestígios idênticos nos dois países peninsulares. As marcas das épocas romana, goda e visigoda não apresentam grandes diferenças em toda a Península, mas já o domínio mouro deixou poucos monumentos em Portugal, ao contrário do que aconteceu em Espanha, pontuada desde o Mediterrâneo até ao centro pelo esplendor da produção artística árabe. Para Yriarte começam pois a esboçar-se desde cedo, algumas distinções na raça e no processo histórico que poderão contribuir para explicar a individualidade de cada uma das artes. Depois da independência de Portugal sucederam-se as influências forâneas: borgonhesas nos edifícios religiosos do Norte do país, inglesas na Batalha, no seu gótico de carácter seco, frio e elegante³².

Para o delegado francês é somente no reinado de D. Manuel que o génio português se afirma. O mosteiro dos Jerónimos é gótico no seu *gênero* e manuelino na sua *espécie*, porque o génio marítimo se patenteia na sua decoração. O arquitecto Boitaca é português na *essência*, qualquer que seja a sua origem³³.

O reinado de D. Manuel é pois, para o autor, o período criador dos portugueses, cujo génio nacional acabará por ser absorvido pelas influências estrangeiras: flamenga e predominantemente italiana a partir da segunda metade do século XVI. O domínio político filipino também deixou marcas na produção artística, uma vez que os espanhóis imprimiram aos

³¹ YRIARTE, Charles, *Exposition Retrospective de Lisbonne. L'Art en Portugal (Deuxième article)*, «Gazette des Beaux-Arts», Paris, 24.º Ano, 2.º Período, t.25, 1 jun. 1882, p. 560.

³² IDEM, *Une visite à l'Exposition Retrospective de Lisbonne*, «Revue des Deux Monde», Paris, 52.º Ano, 3.º Período, t. 51, 1882, p. 659-671.

³³ IDEM, *Exposition Retrospective de Lisbonne. L'Art en Portugal*, «Gazette des Beaux-Arts», Paris, 24.º Ano, 2.º Período, t.25, 1 Maio 1882, p. 452.

monumentos construídos em território português, a severidade glacial que caracteriza o edifício do Escorial³⁴.

Yriarte vem assim colocar-se no centro de uma polémica vinda do passado e que a Exposição de 1882 sem dúvida, reacendeu. Com efeito o manuelino tinha sido o estilo eleito pela geração de 40, que Garret difundiu mas que não convenceu Herculano fascinado pelo universo gótico, política e historicamente significativo³⁵. Segundo José-Augusto França em meados do século a prática da arquitectura e a sua decoração registam uma opção neomanuelina, de que o Palácio da Pena foi a referência preferida³⁶.

O delegado francês foi sem dúvida influenciado por uma certa exaltação patriótica que a mostra de Lisboa suscitou. É Joaquim de Vasconcelos que o diz a propósito de uma exposição de artes decorativas que, no mesmo ano promove em Aveiro, espécie de réplica à de Lisboa, criticada pelo autor³⁷. A Exposição Districtal de Aveiro — Relíquias da Arte Nacional «em tudo um verdadeiro contraste com a exposição de Lisboa»³⁸ valorizava a arte profana e pretendia destacar a produção nacional — da ourivesaria aos tecidos, cerâmicas, vidros, bronzes e latões — numa opção pelas indústrias e artes caseiras, que constitui em si um enunciado de programa diferenciado da Exposição de Lisboa, que recheou o Palácio das Janelas Verdes de tesouros encontrados nas Sés e nos mosteiros e com as sumptuosas colecções de reis e particulares.

Nestes programa se esboça uma nova vertente da questão levantada pela primeira geração romântica, à qual o final do século irá dar uma outra resposta cujas consequências entrarão no século XX, influenciando o ensino artístico, a arquitectura e a prática do restauro arquitectónico que incidirá preferencialmente nos edifícios românicos³⁹.

À pergunta existe ou não uma arte original portuguesa, Joaquim de Vasconcelos responde que a originalidade está nas artes e indústrias caseiras, único futuro possível da arte portuguesa.

³⁴ IDEM, *Une visite à l'Exposition Retrospective de Lisbonne*, «Revue des Deux Monde», Paris, 52.º Ano, 3.º Período, t. 51, 1882, p. 669.

³⁵ FRANÇA, José-Augusto, «Perspectiva Artística da História do Século XIX Português», in *O Século XIX em Portugal*, Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais, (Novembro de 1979), Lisboa, Presença, s/d., p. 17-18.

³⁶ IDEM, *ibidem*.

³⁷ GOMES, Marques e VASCONCELOS, Joaquim, *Exposição Distrital de Aveiro em 1882 — Relíquias da Arte Nacional*, Aveiro, Grémio Moderno, 1883, p. 17.

³⁸ IDEM, *ibidem*, p. 10.

³⁹ Sobre este assunto veja-se José-Augusto FRANÇA, *A Arte em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Bertrand Editora, 3.ª Edição, 1990, p. 60-76 e 115-122.

O autor reconhece na arte espanhola uma superioridade que lhe advém de uma tradição de ensino artístico e no conhecimento, desde cedo, dos tratados italianos. Portugal, pelo contrário não teve ensino, escola ou estudo, ou seja não conheceu a teoria. Só as artes populares, as indústrias caseiras, são depositárias da tradição, indispensável na afirmação da originalidade. Quanto à arte manuelina, Vasconcelos, não considera que constitua um estilo uma vez que os elementos estáticos nada têm de original (o autor encontra vários paralelos entre os edifícios portugueses e espanhóis da época) e que a decoração, único aspecto relevante da arte manuelina, é um elemento absolutamente secundário na arquitectura⁴⁰. Desta forma contesta a originalidade do manuelino como estilo nacional, ideia difundida por Garrett⁴¹ que teve larga aceitação.

Os textos de Yriarte convergem pois para uma linha de pensamento tendente à declaração de autonomia do génio e arte portuguesa face ao contexto cultural peninsular. Apesar de conhecer a oposição de Vasconcelos, o autor apresenta clara e incisivamente a sua teoria: «Quelques écrivains portugais contestent à leurs compatriotes un style et un genre spécial; ils disent qu'il n'y a jamais eu de frontières entre les deux peuples qui se partagent la péninsule ibérique; c'est l'avis d'un savant écrivain, Joaquim de Vasconcellos; nous croyons, pour notre part, qu'il existe une ligne de démarcation et qu'elle s'établit d'une manière assez nette»⁴².

Para o delegado francês o critério de demarcação radica na diferença de carácter entre os dois povos, apesar da partilha de um mesmo contexto geográfico-climático. O seu pensamento, a que não são alheios os princípios do romantismo nacionalista, elege a raça, ou seja, o génio do povo como fator primordial do devir histórico. Atente-se novamente nas palavras do autor: «Une circonstance unique et définitive, au point de départ, pourrait seule expliquer une dissemblance entre deux nations ainsi juxtaposées dans les mêmes conditions de climat, c'est que la race ne fût pas la même, ou que l'une des deux se fût fortement alterée par des conditions accidentelles. (...) Les invasions se sont effectuées ici et là dans des conditions qui sont à peu près les mêmes; mais là toutefois, la séparation politique s'est accomplie de bonne heure, et on s'es habitué

⁴⁰ VASCONCELOS, Joaquim de, *História da Arte em Portugal (sexto estudo), Da Architectura Manuelina*, Coimbra Imprensa da Universidade, 1885. Este título constitui a publicação de um conferência realizada no âmbito da exposição de Aveiro de 1882.

⁴¹ Garrett difundiu o termo «manuelino», criado por Varnhagen em 1842 na sua «Notícia e Descritiva do Mosteiro de Belém».

⁴² YRIARTE, Charles, *Une visite à l'Exposition Retrospective de Lisbonne*, «Revue des Deux Monde», Paris, 52.º Ano, 3.º Período, t. 51, 1882, p. 673.

depuis des siècles à se considérer comme un peuple distinct sur le meme morceau de terre.»⁴³

Na óptica de Yriarte o génio nacional e patriótico, gerador de uma personalidade política, terá conferido ao povo português uma função específica no seio da humanidade, isto é, a gesta dos descobrimentos, apresentada como missão histórica, providencialmente talhada; a gestação de uma arte nacional não só não seria surpreendente como até inevitável, neste contexto privilegiado.

Desta forma equaciona Yriarte uma das temáticas emergentes do romantismo, subscrevendo uma proposta clara de interacção entre arte e nacionalidade.

⁴³ IDEM, *ibidem*, p. 658-659.

FIGURATIONS HUMAINES PRÉHISTORIQUES
DU PORTUGAL:
DOLMENS ORNÉS, ABRIS PEINTS,
ROCHERS GRAVÉS, STATUES-MENHIRS

Por Vítor Oliveira Jorge et Susana Oliveira Jorge
Institut d'Archéologie, Faculté des Lettres, Univ. de Porto (Portugal)

À LA MÉMOIRE DE EDUARDO DA CUNHA SERRÃO (1906-1991)

«En isolant les figures et en les regroupant artificiellement, ils [les spécialistes] ont, une fois de plus, dissocié des signes qui allaient ensemble et dont la signification pouvait s'éclairer l'un par l'autre».

J. Abélanet
Signes Sans Paroles, p. 95

1 — Introduction

L'art rupestre portugais est encore un domaine où il y a beaucoup à faire, tant au niveau de l'analyse que de la synthèse. Donner au moins une notice préliminaire de découvertes récentes, qui restent inédites; republier les gisements anciennement connus, d'une façon critique et rigoureuse, ayant en vue le *corpus* de ces manifestations dans notre territoire; essayer une définition de groupes stylistiques, géographiquement caractérisés, plus poussée qu'auparavant; ébaucher leur chronologie et leurs filiations culturelles, de façon aussi précise que possible, voilà autant d'objectifs qui restent à atteindre, pour que l'art rupestre trouve sa juste place dans le contexte de la Préhistoire portugaise. Des chercheurs

comme António Martinho Baptista, Mário Varela Gomes, Eduardo Jorge L. da Silva, Maria de Jesus Sanches et Ana Leite da Cunha, parmi d'autres, pourront certainement, au cours des années 90, nous donner d'importantes contributions dans ce domaine. En fait, il faut que l'élan gagné par la recherche il y a maintenant 20 ans, lors de la découverte du complexe de gravures de la vallée du Tage, ne se perd pas, mais, bien au contraire, se consolide et trouve de nouveaux adhérents.

Dans ce court travail nous ne traiterons que de la figure humaine, telle qu'elle se présente sur les parois des dolmens ou des «abris» peints, ou sur des affleurements rocheux en plein air. Nous laisserons ainsi de côté tout ce qui est objet portable, c'est-à-dire, tout ce qui relève de l'art mobilier. Nous donnerons pourtant une vision d'ensemble des statues-menhirs et «stèles», lesquelles enrichissent de façon particulière nos connaissances sur la manière dont les hommes de la Préhistoire récente se représentaient eux-mêmes. Ou, si l'on veut, de la façon selon laquelle ils anthropomorphisaient des entités suprahumaines.

2 — Les dolmens ornés

Les dolmens peints les plus connus, contenant des motifs anthropomorphiques, sont ceux de Padrão (Paredes), Antelas (Oliveira de Frades), Lubagueira 4 (Viseu) et Juncais (Vila Nova de Paiva)¹. Dans tous les cas, la figure humaine n'a pas la dimension ou l'importance principale; au contraire, elle se trouve, ou bien encadrée par une série de motifs géométriques ou figuratifs qui couvrent la surface de l'orthostat, ou bien apparemment «perdue» dans l'ensemble de celle-ci (Juncais-coul.). Évidemment, dans ce dernier cas on peut penser que le reste de la composition, s'il existait, ne s'est pas conservé. De toute façon, l'observation reste valable: la figuration humaine n'est jamais dominante. L'homme, ou les créatures qu'il représente à son image, s'intègre dans un cosmos qui semble être surmonté par des figurations stellaires, peut-être même le soleil (Padrão-H), ou symboliques (Juncais-C1), et borné par des lignes ondulées ou brisées (Padrão-E, Antelas-C4). À Antelas (C4),

¹ V. E. Shee Twohig, *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford, Clarendon Press, 1981, figs. 29, 37, 39, 45-47, 69. Pour identifier les orthostats peints, nous utiliserons la nomenclature d'E. Shee, en désignant comme Padrão G et H les pièces 1 et 2, respectivement, de sa figure 69, car nous savons maintenant qu'elles ont appartenu à ce dolmen-là (communication de Domingos Cruz et Huet Bacelar Gonçalves au II^e Colloque Archéologique de Viseu, 1990). Nous indiquerons le fragment reproduit par Shee dans sa fig. 45 (à droite de C1) par «Juncais-coul.», puisque ce fragment a été retiré d'un orthostat du couloir par L. de Vasconcelos (il se trouve au Musée National).

l'anthropomorphe est apparemment représenté seul, mais à Juncais (C1, C7, coul.), Lubagueira 4 (L6) et Padrão (H), il se présente sous forme de deux ou trois (et peut-être même plus: Juncais-C1) figures groupées. Dans ces groupes, les éléments sont parfois de dimension nettement inégale: à Lubagueira 4 (L6) l'individu supérieur a un arc dans sa main gauche, tandis que l'inférieur est plus petit et apparemment a les mains libres. A Juncais (coul.), la figure à droite est un peu plus grande que l'autre, et elle est placée en position un peu plus détachée. L'archer inférieur droit de Juncais-C1 a, derrière lui, un autre anthropomorphe qui, lui, ne semble porter aucune arme, ce qui est un peu étrange, étant donné le fait qu'il s'agit d'une scène de chasse et que les deux figures sont entourées de chiens en position d'attaque. Si on admet que les deux motifs qui surmontent le support C6 du dolmen de Tanque (Sátão)² sont des anthropomorphes, on trouvera la même dichotomie: la figure centrale est, aussi, la plus grande. Certes, nous sommes devant un nombre si limité de cas qu'il serait absurde d'essayer d'extraire de cela n'importe quelle conclusion. De toute façon, il est certain qu'il y a une hiérarchie des personnages en ce qui concerne leur position vis à vis de l'espace opératif du support, leur dimension, leurs attributs. Sommes-nous, à Lubagueira 4 (L6) ou à Juncais (C1 — extrémité inférieure droite), devant des couples, l'arc étant l'emblème du mâle? Il serait évidemment trop hasardeux de l'affirmer. Pourtant, il ne s'agit pas d'une idée invraisemblable, la recherche ne pouvant progresser dans ce domaine que par des hypothèses fondées sur des observations, et servant de suggestions à des enquêtes futures.

En nous basant sur les quatre monuments cités auparavant, et tout en rappelant que seule une partie de leurs décors sacrés est arrivée jusqu'à nous, il nous faudra aussi souligner la considérable diversité que présentent les contextes figuratifs dans lesquels la figure humaine s'inscrit. Pour commencer, la fameuse «scène de chasse» de Juncais est, certes, unique dans l'art mégalithique européen. Mais il faudra souligner son évident caractère symbolique, surmontée qu'elle est par un signe sous-rectangulaire autour et en bas duquel se disposent hommes et animaux. Co-existence, une fois de plus, entre des motifs descriptifs ou figuratifs, et des motifs géométriques ou abstraits, qu'on trouve à tous les moments de l'art préhistorique. D'un côté, des cerfs et des biches, de l'autre, des humains (dédoublés en archers et leurs femmes?) et des chiens. Comment s'empêcher de penser à un affrontement des forces de la nature et de la culture, sous les auspices d'un signe sacré à contenu certainement très fort, dont la signification nous échappe? La preuve que les cervidés sont

² E. Shee Twohig, *op. cit.*, p. 44.

là pour symboliser quelque chose, elle aussi, de très important, est le fait que deux autres représentations de cerfs, bien identifiés par leurs bois tendus, soient placées à la partie supérieure de la dalle C4, c'est-à-dire, celle qui fait face à l'entrée de la chambre. Non seulement elles sont dans une position prééminente, mais aussi elles surmontent un grand motif central en forme de peau tendue d'animal.

Les considérations précédentes peuvent être enrichies par bien d'autres observations. On remarquera qu'à Padrão E, Padrão H, Antelas, Juncas coul. (et peut-être Juncas-C7) les figures ont un caractère statique, aplati ou «présentatif»; c'est-à-dire, elles semblent être représentées de face vers l'observateur. À Padrão-E et à Juncas coul. (auxquelles il faudrait ajouter l'anthropomorphe inférieur de Lubagueira 4), les motifs montrent les bras et les jambes arqués (avec le corps parfois réduit à un trait), dans un style très connu dans l'art rupestre («scène de chasse» de l'abri de Fraga d'Aia, par ex.-v. ci-dessous). Au contraire, les figures d'Antelas et de Padrão-H ont un corps gros, sous-rectangulaire, avec l'utilisation de la couleur noire (au-delà du rouge, le plus commun), pour certains attributs. Les bras des deux personnages de Padrão H sont même latéralement étirés, droits, comme s'ils étaient en train d'adorer le soleil.

Les seuls individus présents en action sont, comme E. Shee l'a remarqué³, ceux de Lubagueira-4 et de Juncas C-1. Il y a une nette suggestion de mouvement, vers la droite (Lubagueira 4, fig. sup.; deux personnages du coin supérieur gauche de Juncas-C1) ou vers la gauche (Juncas-C1, personnages situés à la droite et, peut-être, Lubagueira 4, fig. inf.).

Voici une idée de l'extrême diversité que l'art mégalithique portugais peut présenter, en se rapportant seulement à quatre monuments, et en ne faisant mention que de la figure humaine. Celle-ci peut aussi se présenter gravée, mais ses exemples les plus intéressants sont encore inédits, ou presque. De toute façon, les motifs du support n.º 6 du monument d'Eireira, Afife (Viana do Castelo), découverts par Eduardo Jorge L. da Silva, sont déjà fameux⁴, étant dû son originalité. Il s'agit basiquement d'un grand motif central, disposé verticalement, et à caractère linéaire. Les deux appendices latéraux supérieurs sont probablement des épaules ou des bras, sous lesquels se trouvent les mains, à six doigts tendus

³ *Op. cit.*, p. 23.

⁴ V. E. J. Lopes da Silva, A mamoa de Afife: breve síntese de 3 campanhas de escavação, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXVIII, fasc. 1-2, 1988, pp. 127-135 (la couverture du volume reproduit les gravures en question). V. aussi communication du même auteur présentée au 115^e Congrès National des Sociétés Savantes (Avignon, Avril 1990).

chacune. Plus problématique est la partie inférieure du motif, car on peut y voir ou bien une série d'appendices d'un seul personnage, ou bien un deuxième anthropomorphe très schématisé ajouté au premier. Quoi qu'il en soit, nous sommes en face d'une représentation symboliquement très importante, dont l'emphase donnée aux mains à doigts tendus lui confère une évidente charge sacrée. Quant aux jambes en zigzag, elles évoquent les membres d'un personnage gravé au dolmen asturien de Corao. Pour un moment la figure humaine occupe à Eireira une position dominante. Ce monument, où d'ailleurs les gravures abondent, se distingue aussi des précédents, qui sont des sépultures à couloir classiques (ce «classicisme» ne pouvant être prouvé pour le dolmen de Padrão, très détruit lors de sa découverte, mais qui était sans doute un dolmen à couloir, de grandes dimensions) par le fait qu'il est un monument à couloir et chambre indifférenciés (la hauteur de tous les orthostates est semblable).

Ajoutons qu'il est très possible que l'art mégalithique portugais se situe chronologiquement vers la fin du IV^e, et pendant au moins une bonne partie du III^e millénaire av. J.-C. L'insuffisante datation de plusieurs monuments ornés ne nous permet pas encore d'esquisser une évolution interne de cet art, mais il est certain qu'il coorespond à des chambres de grandes dimensions, quelques-unes simples, la plupart à couloir classique ou à couloir indifférencié. L'ornementation des dolmens va de pair avec la monumentalisation des architectures, l'enrichissement des offrandes funéraires, la probable complexification des rituels (certainement contrôlés par des élites), et la circulation de produits et de motifs stylistiques supra-régionaux qui correspondent à un moment d'apogée du mégalithisme. L'intérêt principal de cet art est justement celui de nous donner une idée de l'idéologie et de l'imaginaire religieuse de ces élites de grands bâtisseurs.

3 — Abris peints

Nous connaissons maintenant au Portugal plus de vingt abris peints pendant la Préhistoire récente, dont quelques-uns encore inédits ou en cours d'étude⁵. Nous ne citerons ici que les plus importants parmi ceux qui présentent des figurations clairement anthropomorphes: Regato das

⁵ Ne pouvant pas citer ici toute la bibliographie, nous conseillons au lecteur deux synthèses récentes: António Martinho Baptista, *Arte rupestre pós-glaciária. Esquematismo e abstracção, História da Arte em Portugal*, Lisboa, Ed. Alfa, vol. I,

Bouças 2 et 3 (Mirandela), Penas Róias (Mogadouro), Pala Pinta (Alijó), Fraga d'Aia (S. João da Pesqueira), Lapa dos Gaivões ou de Vale do Junco, Igreja dos Mouros, Lapa dos Louções et Abri Pinho Monteiro (Arronches). Les cinq premiers sites appartiennent au Nord du pays (Trás-os-Montes et Haut-Douro), tandis que les quatre derniers se concentrent dans le Sud, plus précisément dans le Nord-Est de l'Alentejo. Il est évident que ces manifestations de l'intérieur de notre territoire ne sont que des prolongements de l'art schématique peint de la Meseta espagnole. Pourtant, quelques-unes ont des caractéristiques de grande originalité, manifestées de façon expressive dans la frise de figures humaines et animales de Fraga d'Aia.

Ce dernier abri et celui de Pala Pinta⁶ sont les seuls pour lesquels on dispose de travaux très récents, exhaustifs, déjà publiés. Quant aux autres on doit se baser sur des notices courtes, sur des publications dont la révision actuellement s'imposerait ou sur des renseignements oraux, bref sur des données plus ou moins fragmentaires. Ainsi, on ne pourra ici que présenter quelques impressions.

Il faudrait peut-être distinguer, avant tout, les abris qui ne sont que de simples concavités de la roche (Regato das Bouças 3 ou Penas Róias, par ex.), où les peintures peuvent même être pratiquées sur des surfaces d'observation difficile (Lapa dos Louções, intérieur), et ceux qui auraient permis l'occupation humaine (Igreja dos Mouros, par ex.), occupation qui dans un cas, au moins, a été confirmée par la fouille du remplissage (Fraga d'Aia). Ces différences peuvent avoir une liaison très étroite avec le symbolisme même de ces lieux, en ce qui concerne leur rapport de proximité immédiate ou lointaine avec les sites d'habitat, sacralité associée à inaccessibilité, etc. Il serait aussi important, en se basant sur des observations très attentives, de déterminer, aussi rigoureusement que possible, quelles auraient pu être les surfaces originellement peintes, maintenant altérées par l'érosion, de façon à comprendre le caractère plus ou moins fragmentaire des manifestations qui se présentent actuellement à nous. Il est évidemment essentiel de disposer de relevés topographiques complets des surfaces utilisables (en y plaçant les motifs subsistants et les aires où

1986, pp. 30-55; V. O. Jorge, *Arte rupestre em Portugal, Arqueologia em Construção*, Lisboa, Ed. Presença, 1990, pp. 317-340. Voir aussi V. O. Jorge, *et alii*, O abrigo com pinturas rupestres de Fraga d'Aia (Paredes da Beira — S. João da Pesqueira) — Notícia preliminar, *Arqueologia*, 18, 1988, pp. 109-103; Maria de Jesus Sanches, Les abris peints de Serra de Passos (Nord du Portugal) dans l'ensemble de l'art rupestre de cette region, communication présentée au 115^e Congrès des Sociétés Savantes.

⁶ Orlando Sousa, O abrigo de arte rupestre da Pala Pinta — Alijó, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXIX, pp. 191-198.

il n'y a plus que des tâches de peinture) pour avoir une idée d'ensemble de l'organisation graphique de chaque site, c'est-à-dire, pour savoir quel est le cadre naturel qui a été choisi et de quelle façon il a été agencé. Tout cela est très riche d'informations, mais c'était oublié par les travaux anciens, qui ne reproduisaient que des motifs ou des groupes de motifs, ne comprenant pas l'importance capitale des soit disant «illustrations» pour permettre une lecture de l'ensemble des figurations, ou, comme dans n'importe quelle peinture, les aires restées nues seraient aussi évidemment très importantes pour l'«artiste», même quand ses options seraient restées inconscientes. Dans les orthostates des dolmens, le cadre était celui de la dalle même, en règle sommairement aménagée; ici, c'était la microtopographie des concavités naturelles, choisie telle quelle comme support d'un message qui y était juxtaposé. Donc ce message est évidemment tributaire des «qualités» que le site offrait à l'homme et à ses buts. Il faut que cela soit rendu dans les publications.

Mais passons des remarques méthodologiques à la description des aspects que la figure humaine présente dans ces abris et des rôles qu'elle a pu y jouer. Avant tout, il faut dire que la couleur utilisée est en général le rouge, mais avec des tons qui vont de l'orange au rouge vineux.

Il y a des motifs dont le schématisme est si poussé qu'on se demande si on peut parler sûrement d'anthropomorphes. C'est le cas, par exemple, des cruciformes (Lapa dos Louções-entrée), des figures du type barre verticale (Penas Róias ou Lapa dos Louções), des arboriformes à traits transversaux droits de Pala Pinta, de Regato das Bouças 3 ou, dans une certaine mesure, de celui d'Igreja dos Mouros (1er élément à la gauche); des motifs allongés à plusieurs arcs fermés «sortant» d'une ligne droite faisant axe longitudinal (Lapa dos Louções), ou, même, de certaines figures en forme de phi grec (Pala Pinta). Il est vrai que le symbolisme humain d'autres «signes en phi» est indéniable, car il est complété par des caractéristiques évidentes d'anthropomorphisme: Penas Róias (tête, jambes) et Lapa dos Louções (jambes). Pour certains auteurs, tels qu'Abélanet⁷, ce signe en phi serait le résultat de la stylisation de l'arcade sourcilière, prolongée verticalement par l'axe du nez (op. cit., p. 93). Cette suggestion paraît applicable en bien des cas; pourtant elle n'est pas généralisable, car évidemment la forme en phi peut aussi correspondre à la simplification de la totalité du corps, réduit à son axe vertical et aux bras (cercle).

Les anthropomorphes linéaires ayant les bras et les jambes plus ou

⁷ Jean Abélanet, *Signes sans Paroles. Cent Siècles d'Art Rupestre en Europe Occidentale*, Paris, Hachette, 1986.

moins nettement arqués (parfois à caractère phallique) sont relativement communs. Ils sont présents à Regato das Bouças 2, Penas Róias, Fraga d'Aia, Lapa dos Gaivões, Abri Pinho Monteiro. Dans quelques-unes de ces figures, à Lapa dos Gaivões, nous trouvons une «multiplication» des appendices en forme de membres (il s'agit en principe des membres supérieurs, mais il est difficile parfois d'en décider, en admettant que cette distinction-là ait quelque sens), d'ailleurs très commune dans la peinture schématique ibérique. Ils sont habituellement décrits comme des ramiformes à bras incurvés, vers le bas ou vers le haut (à Lapa dos Gaivões ces deux modalités coexistent). Notons, en passant, que l'évident symbolisme de la prolifération des appendices latéraux (correspondant à l'importance des personnages figurés?) pourrait éventuellement être utile, en tant que parallèle, dans l'interprétation des gravures du dolmen d'Eireira dont nous avons parlé, même si nous admettions que ces gravures-là auraient été faites en deux moments différents. La «multiplication» des «membres» serait, finalement, aussi présente dans les arboriformes à traits latéraux droits dont on a parlé plus haut, si on admet leur signification anthropomorphique. Evidemment, quand nous arrivons à un certain degré de schématisation, voire d'abstraction, «l'artiste» joue avec l'ambiguïté même des formes, étant inutile et naïve toute démarche «identificative» du motif «représenté». Il est évident que nous sommes devant des symboles (des signes) exprimés de façon symbolique (abstraite), c'est-à-dire, sans attache avec le réel. Surtout il faudra toujours éviter, dans l'interprétation des signes les plus «hermétiques», la démarche qui consisterait à disposer dans une table de formes des motifs de plus en plus symboliques, en les considérant comme des transformations successives de représentations plus figuratives. C'est ce que paraît suggérer Abélanet, quand il écrit, à propos de la schématisation de la figure humaine (op. cit., p. 92): «Seule la connaissance des étapes intermédiaires permet l'identification des symboles les plus irréductibles.» Or, on sait bien que souvent l'exacte succession chronologique des peintures est inconnue; qu'on a pu aboutir à la même représentation schématique à partir d'«idées» différentes; et que, loin d'être linéaires, les processus de schématisation et de représentation réaliste ou proche de la nature ont du s'imbriquer, tout au long de l'évolution des sociétés préhistoriques. C'est d'ailleurs le même Abélanet qui critique, de façon très juste à notre avis, les anciennes visions évolutionnistes linéaires des styles de l'art préhistorique, qui conduiraient du naturalisme paléolithique au schématisme des époques plus récentes, lequel ne laisserait la place à une nouvelle expression du réel qu'à l'époque historique (op. cit., p. 90).

Nous avons aussi, dans la peinture des abris portugais, des figures humaines portant, sur la tête, des appendices qu'on a interprétés comme

des coiffures, voire des panaches; d'autres montreraient des cornes, éventuellement comme un ornement de casques. Il faut être très prudent dans l'interprétation de ces représentations, car parfois elles sont très sommaires. En fait, dans le cas de Lapa dos Gaivões et de l'Abri Pinho Monteiro, ce qu'on a sont des anthropomorphes très schématiques, à appendices supérieurs courbes ou sous-rectilignes, sans qu'on puisse être sûr d'être en présence de casques, et, par conséquent, de pouvoir dater ces anthropomorphes-là d'un Âge du Bronze Final (ou d'une époque ultérieure). Quant aux abris du Nord du pays, il est tout à fait évident que nous sommes devant des stylisations de chevelures, de coiffures ou de panaches à Serra de Passos 2 et à Penas Róias. Dans ce dernier cas, les appendices sommitaux sont même très exagérés, rappelant, surtout dans un des spécimens, la forme du peigne. Il est curieux de remarquer que, dans cette figure, cet appendice est séparé du corps et celui-ci n'a pas de tête. Cette absence n'est pas un cas isolé, et nous le retrouvons, par exemple, à Lapa dos Gaivões. Des figures sans tête et d'autres avec des ornements en forme de coiffure, de panache ou de cornes sont relativement communes dans l'art schématique ibérique; mais tout se passe comme si, dans un de ses exemplaires les plus occidentaux, périphériques (Penas Róias), ce caractère ait été accentué de façon particulière.

Finalement, la même prudence s'impose quand on croit pouvoir identifier, dans les peintures de l'Abri Pinho Monteiro, une figure humaine surmontant un quadrupède de style pectiniforme, en suggérant que celui-ci est utilisé comme monture, mais avec le personnage debout, en position rituelle. On ne peut pas, quand on veut décrire et comprendre cet art si schématique, avoir une attitude légère, en présentant comme des évidences ce qui n'est que le produit de notre imagination. Celle-ci, avec un peu de chance, pourra dans le futur s'avérer correcte; mais il faudra le prouver avant. Autrement, l'art préhistorique sera une proie facile pour toute sorte de spéculations.

Une place à part est occupée, dans l'art de ces abris peints portugais, par le site de Fraga d'Aia, récemment découvert et étudié. Basiquement, il montre deux groupes de figures. Le grand panneau à gauche est dominé par un cervidé en style semi-naturaliste, lequel tourne le dos à un anthropomorphe à jambes recourbées et appendices sur la tête, peut-être pourvu d'un arc. On admet, à titre d'hypothèse, qu'il puisse s'agir d'une scène de chasse au cerf, à laquelle auraient peut-être appartenu d'autres motifs aujourd'hui réduits à des petites taches de peinture. Il est possible que les deux anthropomorphes plus petits situés au-dessus du cerf appartiennent à la même «scène». Si on admet qu'au moins l'anthropomorphe principal et le cervidé (tous les deux situés dans une partie détachée, bien visible, de la paroi), faisaient partie de la même composition, ce que nous consi-

dérons très probable, alors il faudrait peut-être envisager une fois de plus la coexistence, on ne dirait pas de deux styles différents, mais au moins d'une tendance à présenter l'animal d'une façon un peu plus «naturaliste» que l'homme. Les dimensions relatives, avec l'animal nettement dominant, font aussi pencher vers une signification sacrée de cette possible «scène». Plus en bas, à droite, et profitant d'une aire plus «cachée» de la paroi, nous trouvons une frise en tout point remarquable par son originalité. Il s'agit d'une série de figures humaines et animales, tournées, pour la plupart, vers la droite et faisant face à un autre anthropomorphe situé dans un ressaut de la roche, et tourné, celui-ci, vers la gauche. Ce ressaut, perpendiculaire au panneau, n'est pas «lisible» sur notre relevé, qui, évidemment, a planifié tous les motifs. Il est possible que d'autres figures humaines, situées pratiquement au niveau du sol actuel (avant les fouilles) de l'abri, vers la droite, appartiennent au moment de la conception de la frise. Celle-ci s'inscrit dans une petite surface de la roche, régulière et verticale, qui ou bien a été préalablement préparée, ou résulte d'un clivage naturel du granit. Les figures humaines ici présentes ont un caractère diversifié, ce qui est fort intéressant. En fait, celle de la droite de la frise a un «corps» large, à «protubérances» latérales médianes, évoquant un des anthropomorphes de Penas Róias. Allant vers la gauche, la figure suivante, relativement très haute, a des jambes d'une longueur démesurée, et elle semble bottée. Par ses attributs, elle se présente comme la figure dominante de la possible «cérémonie» ici représentée; son style rappelle, en quelque sorte, les anthropomorphes linéaires du site de Vale da Casa (V.^a N.^a de Foz Côa), attribués à l'Âge du Fer. A son côté gauche il y a une figure très gracieuse, à ceinture fine, dont la position donne l'impression d'un mouvement de marche ou de danse; s'agirait-il d'un personnage féminin? Puis on a deux quadrupèdes (avec les pattes de devant dressées), et des anthropomorphes associés qui sont plutôt du style de la figure «à ceinture fine» citée. On serait tenté de suggérer qu'il s'agit d'une sorte de procession sacrificielle, mais ce serait trop céder à la tentation imaginative qu'on a critiqué tout à l'heure. Quoi qu'il en soit, cette composition mérite d'être considéré comme un des exemplaires «emblématiques» de l'imagerie préhistorique portugaise, au même titre que la «scène de chasse» du dolmen de Juncais. Quant à la chronologie de cet abri, nous pensons pouvoir attribuer les peintures du «panneau de chasse» au Néolithique final (fin du IV^e, commencement du III^e millénaire av. J. C.), époque à laquelle appartiennent les vestiges principaux de l'occupation du site. En ce qui concerne la frise, elle serait postérieure, bien que, pour le moment, cela soit difficile à préciser; ce qui paraît certain c'est que son «esprit» semble échapper, d'une façon générale, au monde de l'art schématique ibérique.

Dans l'ensemble des peintures «schématiques» du Portugal la figure humaine occupe, donc, une position importante, parfois, même, dominante. La diversité des styles est très grande, du seminaturalisme à l'art symbolique. Associés parfois à des animaux, à des symboles abstraits, où à d'autres signes à caractère plus abstrait, les anthropomorphes se présentent d'autres fois comme thème apparemment exclusif. En général, ils appartiennent à un monde artistique qui occupe, surtout, la moitié sud de la Péninsule, et qui «monte» vers le Nord par l'extrémité occidentale de la Meseta. Cet épanouissement peut être lié à la néolithisation et à la chalcolitisation de l'intérieur de l'Ibérie, phénomènes qui ont certainement affecté aussi le Portugal actuel. Cela ne veut pas dire que cet art n'ait pas connu des prolongements dans l'Âge du Bronze, et même plus tard.

On a négligé, jusqu'à il y a très peu, le rôle de l'intérieur du Portugal dans la Préhistoire de notre pays, étant dû le fait que les régions littorales sont les mieux connues (et celles où se trouve la plupart des archéologues...). Pourtant, en ce qui concerne l'art, c'est relativement près de la frontière espagnole qu'on trouve la plupart des abris peints, le plus important complexe de gravures de la Péninsule (celui de la vallée du Tage) et aussi la grande majorité des statues-menhirs.

4 — Rochers gravés

L'art rupestre gravé à l'air libre est surtout un phénomène de la moitié nord de notre territoire, de la haute vallée du Tage portugais jusqu'à la frontière galicienne. Au-delà du grand complexe du Tage (qui s'étend au long d'environ 40 km. du cours du fleuve, avec ses quelques dizaines de milliers de pétroglyphes), les rochers gravés, plus ou moins concentrés ou épars, sont fréquents dans les Beiras et au Nord du Douro. Seuls quelques-uns de ces sites à gravures sont bien étudiés, et ainsi il est devenu commode, suivant la suggestion d'António Martinho Baptista, de les diviser en trois groupes principaux, d'une façon conventionnelle et provisoire. Le groupe I, «ancien» ou «classique», correspond *grosso modo* aux gravures «galico-atlantiques» de Lorenzo-Ruza, dans lesquelles dominent les thèmes géométriques et symboliques, ayant pour base le cercle. Dans ces manifestations, à distribution surtout littorale, les méandres, labyrinthes, spirales, etc., sont aussi caractéristiques; parfois il existe une tendance à l'utilisation exhaustive des surfaces, et les compositions montrent, fréquemment, des lignes courbes ou rectilignes unissant les motifs, dans un espèce de réseau. Les gisements de Bouça do Colado (Ponte da Barca) et de Monte da Laje (Valença) peuvent être considérés

comme des exemples de ce groupe. Par contre, le groupe II aurait une distribution plus intérieure; bien que ses manifestations contiennent une grande variété de motifs, la figure humaine schématique est ici plus importante que dans le premier et dénonce des rapports évidents avec l'art des abris peints. Les motifs s'étendent souvent sur les panneaux d'une façon apparemment «anarchique», montrant parfois une véritable «horreur du vide». Les sites de Gião (Arcos de Valdevez) et du Tripe (Chaves) illustrent la thématique et la stylistique de ce groupe II. Finalement, nous avons une série de sites à gravures produites par la technique de l'abrasion, ou incision fine (en contraste avec le piquetage utilisé dans la vallée du Tage et dans les groupes I et II du Nord), lesquels constitueraient un troisième groupe, bien que très hétérogène comme les antérieurs. La représentation d'armes (lithiques ou métalliques) serait le dénominateur commun de manifestations graphiques très diversifiées. Des exemples importants se situent au Nord-Est (Vale da Casa — V.^a N.^a de Foz Côa, le plus riche en figures humaines, y inclus des personnages à cheval, et Pedra Escrita de Ridevides, Alfândega da Fé) et dans la Beira (Molelinhos — Tondela, et Pedra Letreira — Góis). Il faut ajouter que malgré la définition très générale et imprécise de ces «groupes», ils laissent de côté toute une série d'autres gisements dont les caractères *sui generis* nous conseillent à les maintenir, pour le moment, à part. Citons seulement, comme exemples, l'abri à gravures très abstraites de Solhapa (Miranda do Douro), le grand bloc orné d'Ardegães (Maia, aujourd'hui dans la Fac. de Sciences de Porto), avec un retilicé et des cercles concentriques, et les roches gravées d'Escoural (Montemor-o-Novo, un des rares exemples du Sud du pays), avec des stylisations de têtes de bovidés. Tant qu'un *corpus* de toutes ces manifestations n'aura pas été préparé, il sera impossible d'évaluer correctement le rôle de la figure humaine dans les plusieurs contextes cités. Une impression d'ensemble peut être, toutefois, immédiatement dégagée: les anthropomorphes sont relativement rares, et par leur caractère stylisé ou parce qu'en règle générale ils ne font pas partie de scènes facilement «lisibles», il est très hasardeux de déceler leur signification mythologique ou autre. Nous sommes en face d'une série trop hétérogène de manifestations, hétérogène dans le style et dans sa distribution géographique et chronologique, pour qu'on puisse extraire, dans l'état actuel des connaissances, des conclusions valables. Il faudrait plutôt décrire les cas les plus significatifs avant qu'on puisse déceler une «syntaxe» des figurations intégrées dans le cadre de leur support, comme un premier pas indispensable à la compréhension future de leur «sémantique». Cette tâche-là déborde nettement les objectifs de ce texte. Ainsi, en excluant des «idoliformes» et d'autres figures dont le caractère anthropomorphe est plus ou moins discutable, on va se concentrer dans les deux

ensembles de manifestations ou la figure humaine semble être relativement plus importante, c'est-à-dire dans le complexe de la vallée du Tage et dans le «groupe II» du Nord.

Il y a, dans l'art du Tage⁸, toute une variété d'anthropomorphes, depuis ceux de style semi-naturaliste jusqu'aux schématiques ou, même, en style symbolique. Les premiers peuvent se présenter en position statique ou plus ou moins animée de mouvement. Un des plus importants thèmes de tout ce complexe rupestre est celui de la roche 241 de S. Simão: un homme phallique semble tenir dans ses bras, sur la tête, le corps d'un cerf mort. L'aspect flasque de la bête contraste vivement avec les autres cervidés de la même roche. Le symbolisme de la figuration (une des plus explicites de l'art du Tage) peut devenir mieux compréhensible si on la compare avec celle de la roche 126 de Fratel: ici, une figure humaine également phallique, dans un style qui n'est pas éloigné de celui de S. Simão, tient dans ses bras le signe solaire. Il est même difficile de dire où se terminent les bras de la figure humaine et où commencent les rayons du soleil. Si on revient maintenant vers le motif de S. Simão, et que l'on regard l'aspect circulaire, rayonnant, des bois du cervidé mort (comme, d'ailleurs, des autres de la même roche), on peut se demander si les deux représentations ne sont pas équivalentes, c'est-à-dire, si le cerf ne serait pas perçu comme un symbole solaire, les deux figures étant permutable, au moins en certains contextes. D'ailleurs la façon décrite de rendre les bois des cervidés est typique, car on l'observe dans les exemplaires subnaturalistes de la roche 59 de Cachão do Algarve, et de nouveau à Fratel, dans la roche 49. Dans la roche 12 de Ficalho nous retrouvons le même thème de l'«orant» surmonté par le soleil; mais cette fois le style de l'homme est schématique, purement linéaire. L'association d'hommes ou d'animaux au cercle ou à des motifs dérivés du cercle est commune au Tage. On peut citer comme exemples des capridés de Fratel 200 ou des cervidés de Chão da Velha, l'«orant» semi-naturaliste de la roche 63 de Cachão do Algarve ou l'anthropomorphe sous-schématique de Fratel 190. Dans une composition de Cachão do Algarve 56, on voit un cervidé sous-schématique, accompagné d'une spirale, montrant ce qui semble être un projectile (flèche ou trait) plongé dans le dos. On ne peut pas s'empêcher de se demander si cette nouvelle représentation de l'animal apparemment mort, entouré par un grand cercle, ne signifie pas le même

⁸ V. A. M. Baptista, *A Rocha F-155 e a Origem da Arte do Vale do Tejo*, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1981; Mário Varela Gomes, *Arte rupestre do vale do Tejo, Arqueologia do Vale do Tejo*, Lisboa, IPPC, 1987, pp. 27-43.

processus d'identification de l'animal au soleil, ou à n'importe quel principe de vie, ou de régénération du temps, que les deux éléments semblent symboliser. Si on regarde maintenant le panneau central de la roche 72 de Cachão do Algarve, nous le voyons surmonté par un grand ensemble de cercles concentriques; plus bas, d'autres cercles existent, et ce n'est qu'après qu'on trouve deux figures humaines statiques, semi-naturalistes, ayant les bras dressés en position horizontale, à la hauteur du cou. La plus petite, phallique, est associée à une grande spirale. On ne pouvait trouver un exemple plus expressif du caractère hautement hermétique de cet art, où la figure humaine ou animale est depuis toujours associée à des motifs géométriques (en dernière analyse, dérivés du cercle), lesquels, avec le temps, ont eu tendance à «envahir la scène», se substituant à toutes les autres représentations. Il suffit de regarder, par exemple, une roche comme celle qui porte le n.º 68 à Cachão do Algarve; nous sommes ici non seulement en face d'une profusion de cercles (simples, concentriques, avec une fossette au centre, etc.), mais aussi de lignes qui, «sortant» de certains motifs, parcourent la roche pour se lier à d'autres éléments gravés, en augmentant, par ces liens énigmatiques, l'indéchiffable d'un «texte» dont les «noeuds» sont déjà arrivés à un point extrême de symbolisation. C'est la même réalité qu'on trouve fréquemment au Nord-Ouest du Portugal et au Sud de la Galice.

Revenant maintenant au Tage, et toujours à propos des motifs à caractère géométrique, il est évident qu'en certains cas nous sommes en face de rajouts ultérieurs aux premières figurations; mais rien ne serait plus faux que de retourner à une longue tradition interprétative péninsulaire (accentué par le schéma linéaire, aujourd'hui classique, d'Anati) qui voulait à tout prix montrer une évolution du naturalisme vers le schématisme et l'abstraction, au long d'un lent parcours que nous conduirait de l'Épipaléolithique jusqu'à l'Âge du Fer. Varela Gomes perpétue cette perspective en ce qui concerne la vallée du Tage, malgré les opinions divergentes d'Anati lui-même et de A. Martinho Baptista; ces derniers auteurs considèrent que la plupart de l'art de ce complexe-là correspond à une période relativement plus courte. Baptista, qui indique que l'art du Tage est surtout schématico-symbolique, et qu'il est plus lié au monde atlantique (c'est à dire, au dénommé «groupe I» du Nord) qu'à la tradition méditerranéenne (telle qu'elle s'exprimerait, par exemple, dans la peinture schématique), souligne qu'à partir d'un certain moment le cercle (ou ses dérivés) serait omniprésent, servant à symboliser pratiquement tout, dans la mythographie des populations du Tage. Sur cet aspect il est d'accord avec Abélanet, quand celui-ci écrit: «Les motifs à base de cercles et de spirales, qui se trouvent en nombre et, pour ainsi dire, à l'état pur, sur les rochers de la région du Tage, peuvent donc être considérés comme un

apport plus proprement portugais dans la constitution de l'art rupestre atlantique. Ils sont pratiquement absents dans l'art peint ibérique du Sud-Est et rares dans le bassin du Guadiana, pourtant ouvert aux influences venues du littoral atlantique» (op. cit., p. 104). À ce sujet ajoutons que, si la grammaire de l'art «galico-atlantique» peut avoir eu ses premiers tâtonnements dans la vallée du Tage, la réalité de ses antécédents et des intersections semble plus complexe. Pensons seulement au site à gravures à l'air libre de Monte d'Eiró (Marco de Canaveses), avec ses spirales liées par des lignes ondulées ou des méandres, ou à celui de Fragas da Lapa (Miranda do Douro), dans lequel on retrouve la même solution de lier entre-eux, par des lignes méandres, plusieurs des motifs représentés. Nous pensons que l'analyse descriptive et par conséquent la typologie de l'art schématique devraient tenir en compte non seulement les motifs et leur «style», mais aussi, et peut-être surtout, les modalités de leur organisation «syntaxique» dans l'espace opératif des surfaces utilisées. Il s'agit d'une approche structurale, plus capable de rendre compte des règles du «discours schématique».

Encore sur le Tage, il faudra nuancer un peu ce qu'on a dit, en montrant qu'il y a, ici, des manifestations communes à l'art dolménique et à l'art des abris peints. Pour commencer, citons le thème solaire et celui du cerf, des sujets qui sont d'ailleurs presque universels dans l'art post-glaciaire européen. Des scènes de chasse rituelle semblent être présentes, comme on l'a vu plus haut, à Juncais et à Fraga d'Aia. Les paires de soleils, existants au Tage (roche 90 de Fratel, par ex.), et le «visage oculé» (S. Simão 115 et Cachão do Algarve 101) participent d'une symbolique très répandue dans l'art pariétal mégalithique (Chã de Parada 1 — Baião, par ex.), mais aussi dans toute une panoplie d'artefacts mobiles typiques du Midi péninsulaire pendant le Néolithique Final et le Chalcolithique. Un de nous (S.O.J.)⁹ a d'ailleurs récemment prouvé que des poteries à «décor symbolique» de ce genre sont aussi présentes au Nord du Portugal pendant le III^e millénaire av. J.C. Quant on observe l'énorme motif oculé de Cachão do Algarve 101, on se demande même si les lignes qu'irradient de sa périphérie inférieure ne sont pas une allusion aux rayons solaires. D'autre part, quand on considère la roche 129 de Fratel, on remarque une présence rare au complexe du Tage, les motifs en phi grec, si typiques de

⁹ S. O. Jorge, *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves — Vila Pouca de Aguiar*, Porto, Instituto de Arqueologia, F.L.U.P., 1986 (3 vols.). On recommande au lecteur français intéressé une synthèse récente de la Préhistoire portugaise (de l'Épipaléolithique au Bronze Final), de la responsabilité de cet auteur, in: *Nova História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Ed. Presença, 1990.

la peinture schématique et du «groupe II» d'A. M. Baptista. Si on considère maintenant les anthropomorphes phalliques, linéaires, à bras et jambes recourbés, avec leurs points sous les bras, de Fratel 84, on se rappelle tout de suite les motifs qui sont présents, par exemple, dans la peinture de Lapa dos Gaivões. Une des figures de Fratel est dépourvue de tête, ce qui arrive aussi dans ce dernier abri. D'autre part, si dans la roche 107 de Fratel nous sommes vraiment devant des figurations de bucrânes, nous aurons là un bon parallèle avec le site à gravures à l'air libre d'Escoural. Finalement, si on accepte que la roche 1 de Fratel nous montre un anthropomorphe, en position d'«orant», ayant une arme, éventuellement une épée, à la ceinture, on doit prendre cette donnée en ligne de compte au moment de faire la synthèse interprétative de l'art du Tage, de sa chronologie et du rôle que la figure humaine y joue. En somme, il faudra équilibrer à leur juste valeur les motifs prédominants (en large mesure géométrico-symboliques) avec les indices, bien que rares, de rapports avec l'extérieur (dans les deux sens, réception et donation). L'art de la vallée du Tage, malgré son originalité, n'a aucune raison d'avoir évolué en vase clos, surtout quand on pense aux gisements d'habitat et aux nécropoles qui entourent la vallée, et que, bien que connues, on n'a encore suffisamment étudiés.

Pour conclure ces remarques sur la figuration humaine dans les gravures portugaises à l'air libre, il faudra maintenant se concentrer sur le «groupe II» du Nord¹⁰. La schématisation en phi grec est très commune, bien que différente dans le détail. En fait, les «bras» de la figure peuvent être arrondis (Gião 13, Tripe 6) ou quadrangulaires (Gião 15); dans certains cas, les «bras» sont multiples, en donnant au motif presque un aspect de réticulé allongé, à appendices terminaux (Gião 15); parfois il y a plusieurs traits horizontaux perpendiculaires à l'axe central (Tripe 6); d'autres fois, la partie sommitale du motif présente une protubérance sous-triangulaire (tête?) (Tripe 6), en trident (Tripe 25) ou en traits radiés (Tripe 24). Ces deux derniers cas peuvent s'interpréter comme des panaches, ce qui serait un élément de plus pour connecter cet art avec celui des abris peints (par ex., Cueva de la Graja, Jaén, Espagne), bien que dans le «couple anthropomorphique» de Tripe 25 on puisse voir aussi des bras levés au niveau de la tête. Dans la roche 17 de Gião nous trouvons une

¹⁰ V. A. M. Baptista, *Arte rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva, Portugalia*, nova série, vol. IV/V, 1983/84, pp. 71-82.

intéressante combinaison d'éléments schématiques et réalistes: une main à cinq doigts accentue la valeur anthropomorphique d'un signe en phi quadrangulaire. Un degré très avancé de schématisation serait représenté par les figures cruciformes, abondantes, par ex., à Gião.

5 — Quelques remarques finales sur la figuration humaine rupestre

Quant on considère le rôle de la figure humaine dans l'ensemble de l'art rupestre portugais, qu'il s'agisse de celui des supports des dolmens ou de celui des surfaces naturelles peintes ou gravées, on constate l'importance relativement modeste que l'homme s'est apparemment attribuée dans les «cosmos» organisés que, sous cette forme graphique, il nous a laissés. Sauf pour le cas d'Eireira, a propos duquel nous devons nous questionner pour savoir si tout le support ne serait pas identifié, dans son ensemble, à une entité anthropomorphe (et dans ce cas on serait déjà, au moins sous une forme embryonnaire, dans l'esprit des statues-menhirs), la figure humaine n'occupe pas une place centrale, dominante, ou de très grandes dimensions, par rapport à celles du support ou des autres motifs. Au contraire: nous voyons la représentation de l'homme (ou, si on veut, des entités auxquelles on attribuait une forme humaine) encadrée, intégrée dans des compositions dont elle n'est qu'une partie, ou alors multipliée en plusieurs figurines (Penas Róias, Fraga d'Aia, Tripe) qui, tout au plus, pointent vers la notion de groupe, vers l'action collective et pas vers celle d'un être individuel tout puissant. Sous cet aspect, en général l'art rupestre semble être l'expression, bien que certainement filtrée, de communautés domestiques pas ou peu hiérarchisées.

Les rares «scènes» ou figurations où l'homme participe d'une «action», sont pour leur plupart en rapport avec des animaux. Animaux domestiques qu'il associe à lui (chien à Juncais et à Vale da casa, cheval à Tripe ou à Vale da Casa), et animaux sauvages parmi lesquels, à tous les moments de la Préhistoire, le cerf paraît avoir le rôle principal. Nous l'avons vu à Juncais, au Tage, à Fraga d'Aia ou bien à Vale da Casa, avec des représentations qui peuvent avoir une distance chronologique entre elles de plus de deux mille ans, et, évidemment, une signification très différente. Pourtant, il n'est pas impossible que le cerf, qui, comme chacun sait, est un animal dont le mâle présente une variation d'aspect tantôt au long de sa vie (dans le sens du développement et de la ramification de ses bois), tantôt au long de l'année (chute des bois au printemps, croissance en été) puisse avoir eu une connotation symbolique associée au temps, perçu d'une façon cyclique. Il s'agit donc d'un animal

polymorphe, auquel on pourrait appliquer cette réflexion de Gilbert Durand: «En l'animalité l'imagination du devenir cyclique va chercher un triple symbolisme: celui de la renaissance périodique, celui de l'immortalité ou de l'inépuisable fécondité, gage de la renaissance, enfin quelquefois celui de la douceur résignée au sacrifice»¹¹.

En fait, c'est dans les «stèles» et surtout dans les statues-menhirs que la figure humaine va être pleinement relevée.

6 — Statues-menhirs

Ayant récemment traité ce thème ailleurs¹², on n'en donnera ici qu'un très bref aperçu.

Dans la chambre ruinée du dolmen n° 1 de Chã do Brinco, à Cinfaes (dont la dalle de chevet, pleine de gravures, pourrait bien illustrer le caractère «subsidaire» de la figure humaine qu'on a décrit auparavant), E. J. Lopes da Silva a trouvé une pièce très importante. Il s'agit d'un monolithe granitique en forme de plaque sous-rectangulaire, longue et étroite (hauteur: 1,16 m.), qui présente la figuration oculée dans son extrémité supérieure (deux «yeux», sillon vertical central, sillons latéraux périphériques se joignant à la partie sommitale, tous gravés). On est ainsi en face d'une «stèle» anthropomorphe trouvée en contexte mégalithique certain. Il est possible que la fameuse statue-menhir de Boulhosa, qui provient de l'extrême Nord du Portugal (Monção — Paredes de Coura, aujourd'hui au Musée National, à Lisbonne), ait aussi appartenu à un tel contexte. Pendant ces dernières années, on a trouvé en Galice, dans des aires qui font face à l'entrée de couloirs dolméniques (Parxubeira, Argallo, Axeitos, Dombate), des «stèles» anthropomorphes qui parfois sont très simples (grands galets gravés), mais qui néanmoins prouvent que le mégalithisme est associé, du moins au moment de son plein épanouissement (Néolithique final/ Chalcolithique), à l'élaboration sculpturale de la figure humaine.

À l'intérieur du Nord du Portugal, dans le site de Cabeço da Mina (Vila Flor), encore en cours d'étude, les archéologues ont constaté la présence inusitée de beaucoup d'exemplaires de statues-menhirs, en granit, accompagnés d'un certain nombre de pièces plus petites en

¹¹ G. Durand, *Les Structures Anthropologiques de l'Imaginaire*, Paris, Bordas, p. 360.

¹² V., des auteurs, communication présentée en Avril 1990 au 115^e Congrès des Sociétés Savantes (Avignon), sous presse.

schiste, celles-ci présentant aussi des attributs anthropomorphiques gravés. Cette concentration, sur un même gisement, soulève la question de savoir si nous sommes ici en face d'un site à destination rituelle, du type sanctuaire. De toute façon, il est d'ores et déjà évident que l'iconographie de ces statues-menhirs s'intègre bien dans un ensemble de pièces qui ont été trouvées à l'intérieur du pays, du Nord au Sud, et dont l'appartenance au III^e millénaire av. J. C. ne semble pas faire de doute: Quinta do Couquinho et Moncorvo (Moncorvo), dans la même région, Crato (dans le «concelho» de ce nom) et N.^a S.^a da Esperança (Arronches), dans le Haut-Alentejo.

Dans une vallée fertile de la région de Longroiva (Meda), sans contexte archéologique connu, une grosse dalle d'environ 2,40 m. de hauteur nous montre pour la première fois un individu armé, gravé en position centrale sur la face plate du bloc, de telle façon que sa tête correspond à une partie saillante supérieure du support. L'hallebarde (du type Bronze ancien), l'arc, un poignard à lame triangulaire constituent la panoplie guerrière de ce personnage, dont l'importance symbolique ne fait point de doute, qu'il s'agisse d'un chef, d'un héros ou d'une divinité. Quoi qu'il en soit, cette pièce est bien le signe d'une société du II^e millénaire av. J. C., où les repères communautaires des grandes tombes collectives avaient été substitués par le symbolisme individuel des objets de prestige, armes, bijoux ou outils de luxe. C'est cette tendance vers l'émergence du pouvoir des élites qui va, tout au long du II^e et du I^{er} millénaire av. J. C., favoriser la pleine expression de la figure humaine sous la forme de statues-menhirs de grandes dimensions.

Dans le Nord du pays, les statues-menhirs de Chaves (haut.: 1,62 m.) et de Faiões (haut.: 1,61 m.) (Chaves) datent probablement du Bronze Final; significativement, elles portent des armes. L'exemplaire de Faiões est d'une grande importance, car c'est un menhir phallique pourvu des attributs d'un guerrier, unissant ainsi dans son iconographie tous les signes du pouvoir mâle. Cette même tendance s'observe dans le Sud du pays *grosso modo* à la même époque, sous forme de dalles associées à des sépultures. Ces dalles déploient une riche symbolique, toujours en rapport avec l'exaltation du chef, ou tout au moins d'un élément de l'élite sociale: épée, motif en forme d'ancre (groupe d'Alentejo); bouclier à échancrure, casque, fibule, char, etc. (groupe d'Estrémadure espagnole). Dans certaines de ces dernières stèles l'image même du guerrier est représentée, entourée de ses attributs. Curieusement, bien qu'il n'existe pas ici une préoccupation de proportion réelle (le bouclier reste fréquemment très grand et en position centrée), l'image de l'homme est quand même en situation bien détachée, comme dans la «stèle» d'Ervidel (Beja). Ainsi, cet art funéraire est concerné par le réalisme et même par la

représentation imposante de la figure humaine, tendance qui est aussi discernable dans les statues-menhirs, tandis que, par exemple, dans l'art des rochers gravés du «groupe I» du Nord-ouest (une partie finale duquel, au moins, pourrait avoir été contemporaine des phénomènes qui viennent d'être évoqués, bien que la chronologie de ce «groupe» soit très mal établie) on assiste à une syntaxe tout à fait abstraite, massivement géométrique.

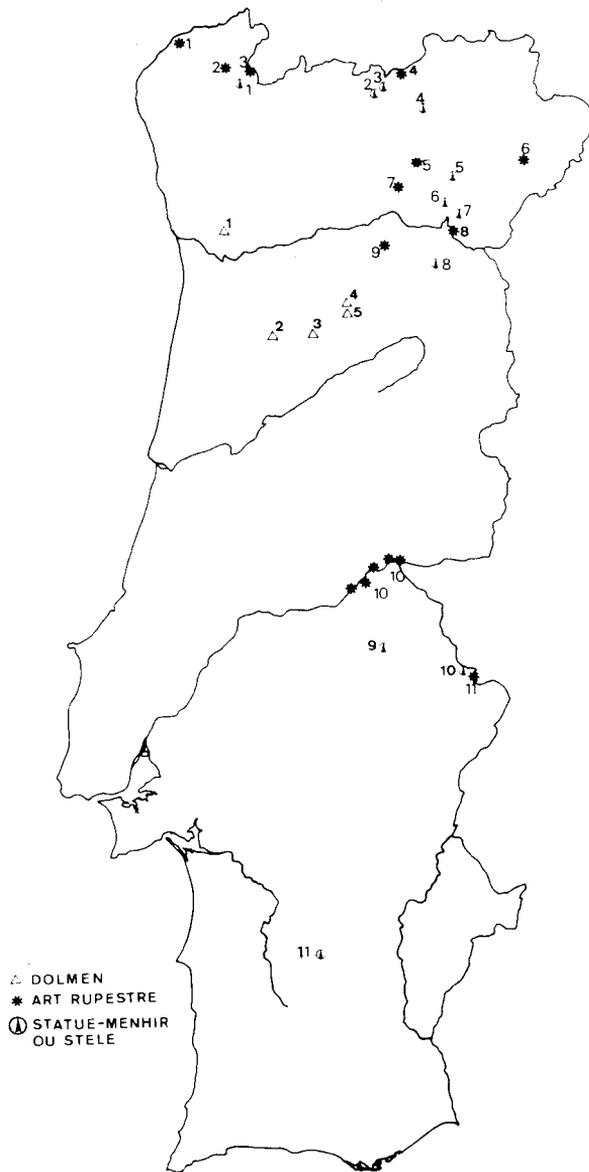
En conclusion, nous considérons que, malgré l'état très fragmentaire de nos connaissances dans ce domaine, le thème de la figure humaine est utile comme voie pour obtenir une perspective d'ensemble de l'art préhistorique portugais.

Loin du scepticisme de ceux qui se méfient de l'aspect «subjectif» de ce domaine d'études, ou du caractère peu fiable de l'art en tant que document archéologique, nous pensons qu'il est possible de l'aborder d'une façon objective et avec une problématique riche, pourvu que le chercheur utilise une méthode ajustée à son objet. Son objet est un langage graphique, fait de signes sur un support plat, telle une peinture abstraite contemporaine (ou, dans le cas des statues-menhirs, une sculpture moderne). La compréhension des résultats d'un tel langage ne peut ainsi se faire comme si on essayait de découvrir le code d'un message univoque, un «sens» unique déguisé sous l'aspect confus des signes. Il faudra que les chercheurs regardent l'art préhistorique d'une façon fraîche, non préconçue, croyant que, au-delà de tous les essais de décryptage faits par les auteurs qui nous ont devancé, les oeuvres restent toujours là, comme un agencement particulier de signes, comme un ensemble de textes dont on peut peut-être comprendre la syntaxe et l'intention générale, même si la sémantique nous est à jamais interdite.

Porto, Janvier 1991.

Remerciements

Nous remercions António Martinho Baptista de la possibilité qu'il nous a donné d'illustrer ce texte avec plusieurs relevés résultants de son travail. Notre gratitude va aussi vers les autres auteurs dont les calques sont ici reproduits. Nous voulons aussi remercier Marc Devignes de la revision qu'il a faite de la version française de notre texte.



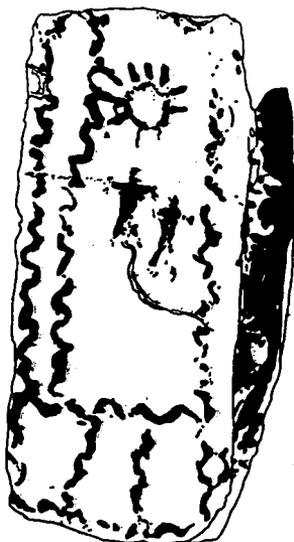
Est. I — Carte de distribution des principaux gisements cités dans le texte.
Domens: 1 — Padrão; 2 — Antelas; 3 — Lubagueira 4; 4 — Juncais; 5 — Tanque.
Sites d'art supestre: 1 — Monte da Laje; 2 — Gião; 3 — Bouça do Colado; 4 — Tripe; 5 — Regato das Bouças (Serra de Passos); 6 — Penas Róias; 7 — Pala Pinta; 8 — Vale da Casa; 9 — Fraga d'Aia; 10 — Vallée du Tage; 11 — Abris de la région d'Arronches. **Statues-menhirs ou «stèles»:** 1 — Ermida, 2 — Chaves; 3 — Faiões; 4 — Bouça; 5 — Cabeço da Mina; 6 — Quinta do Couquinho; 7 — Moncorvo; 8 — Longroiva; 9 — Crato; 10 — N.^a S.^a da Esperança; 11 — Ervidel II.



1

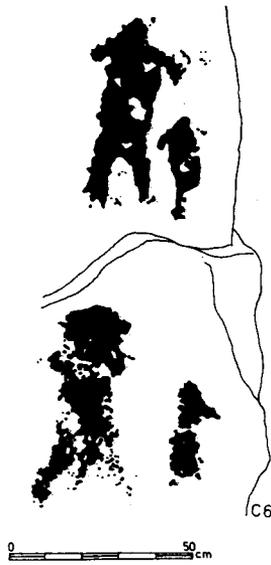
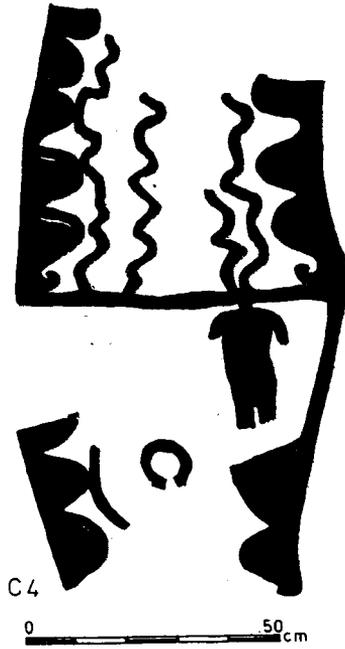


2

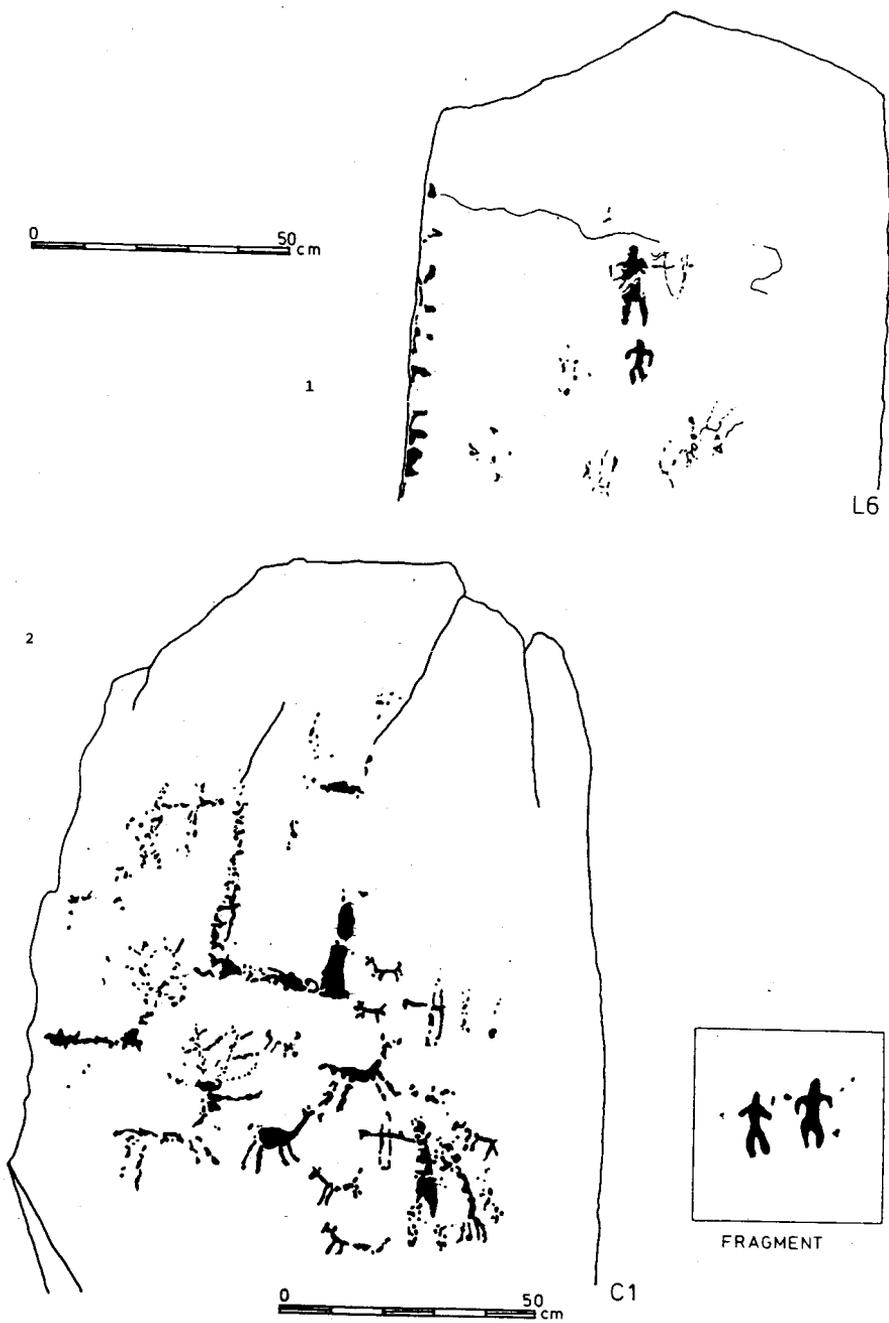


3

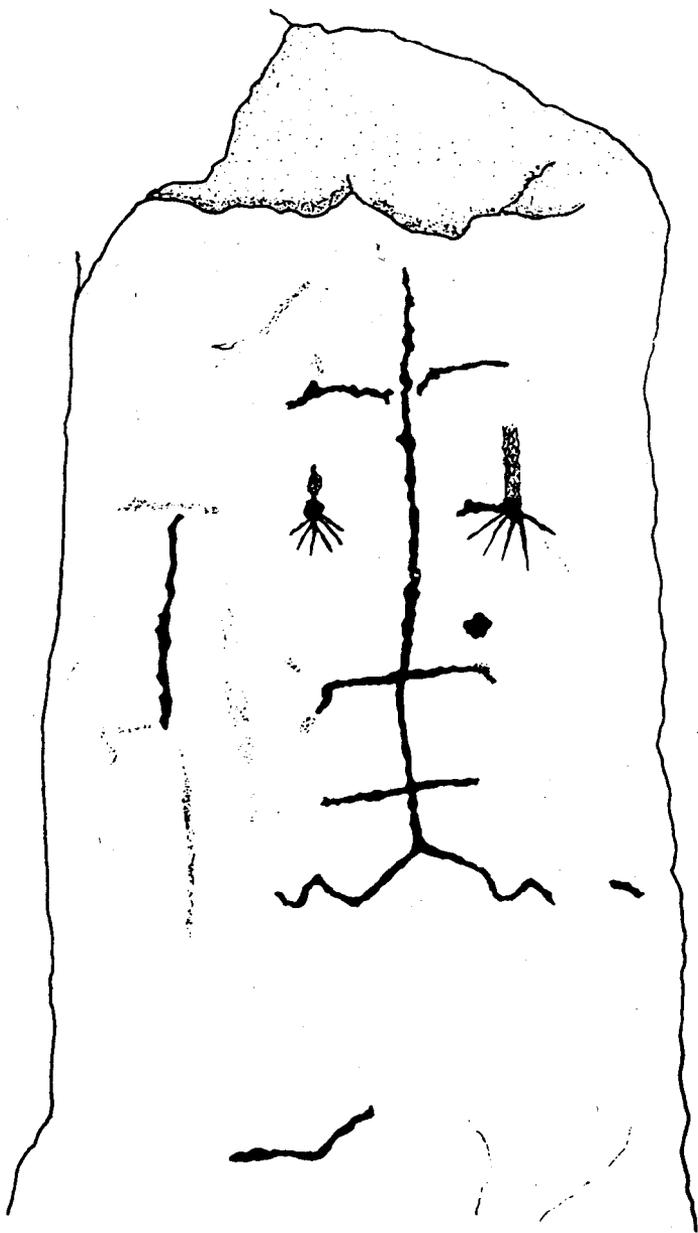
Est. II — Support et fragments de supports peints du dolmen de Padrão (Paredes) (selon E. Shee Twohig). 1 — Padrão E; 2 — Padrão G (avec son orientation probable); 3 — Padrão H.



Est. III — Supports peints des dolmens de Antelas (1) et de Tanque (2)
(selon Twohig).



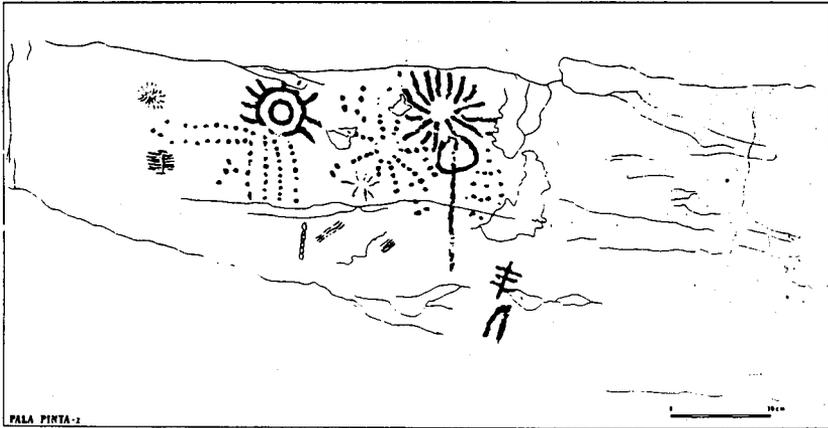
Est. IV — Peintures des dolmens de Lubagueira 4 (1) et de Juncais (2: «scène de chasse» et fragment de dalle du couloir avec deux anthropomorphes) (selon Twohig).



Est. V — Gravure d'un des supports du dolmen de Eireira (Aife), selon Eduardo Jorge L. da Silva.



Est. VI — Peintures de l'abri de Penas Róias, selon C. A. Ferreira de Almeida e A. M. Mourinho.



1

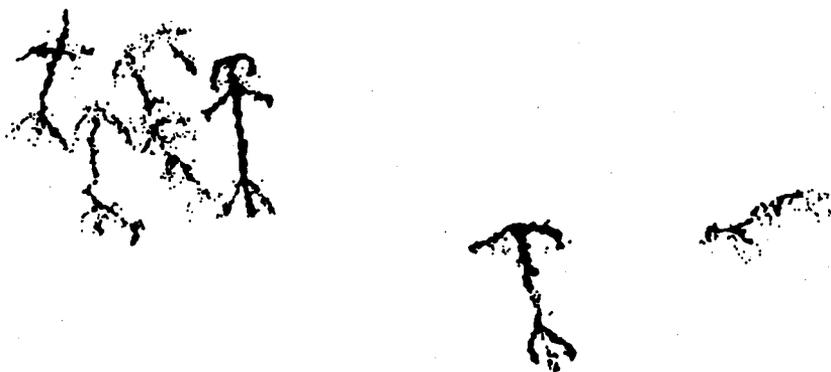


2

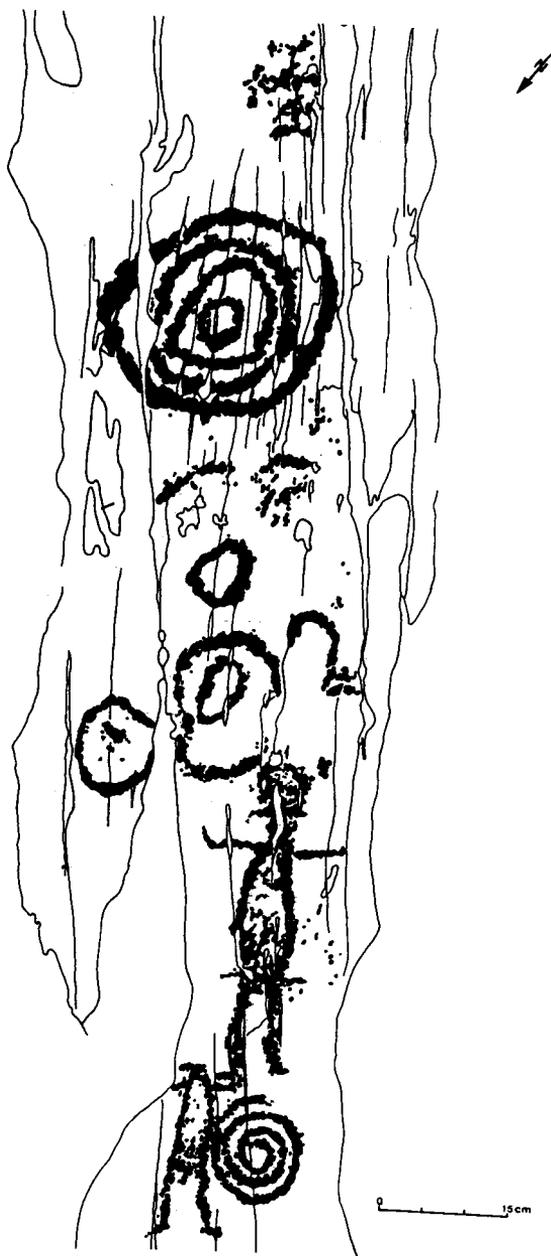
Est. VII — Peintures d'abris: 1 — Pala Pinta, d'après O. Sousa; 2 — Abri Pinho Monteiro, d'après M. varela Gomes.



Est. VIII — Vision d'ensemble des peintures de Fraga d'Aia (calque de A. M. Baptista).



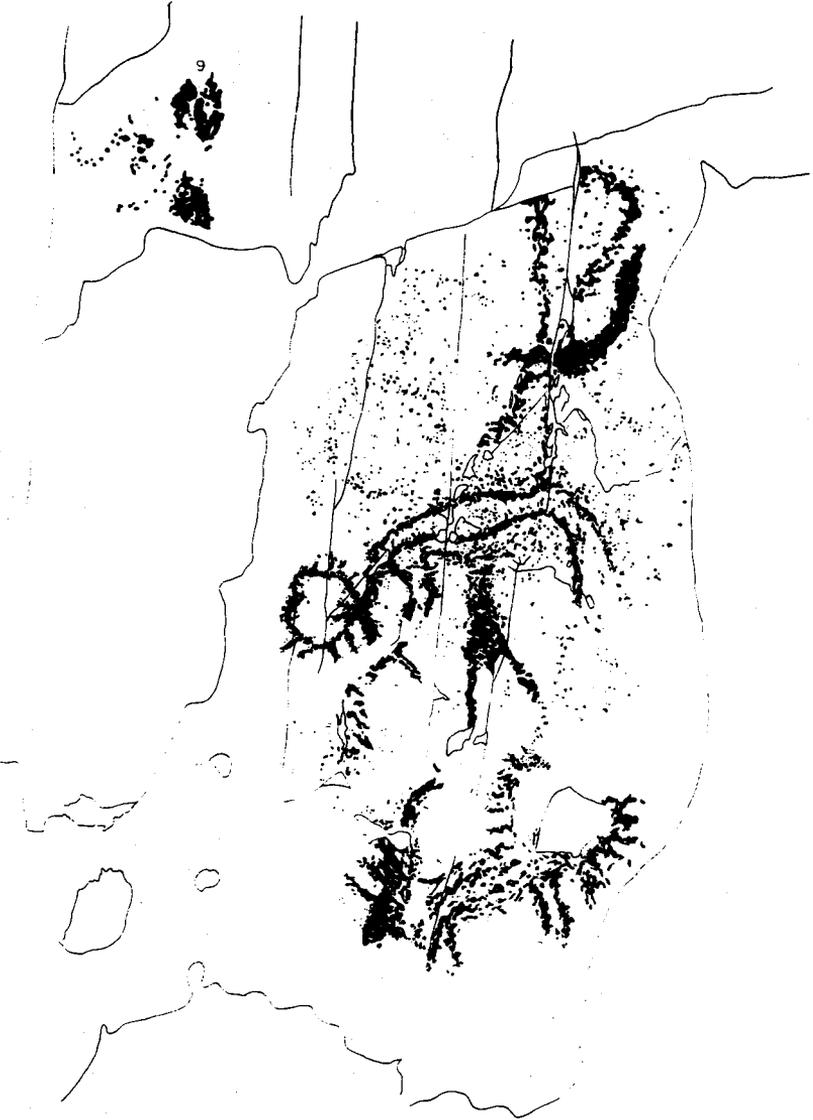
Est. IX — Vallée du Tage: 1 — Roche 155 de Fratel (selon A. M. Baptista);
2 — Roche 72 de Fratel (selon M. V. Gomes — l'échelle n'est pas donnée).



Est. X — Tâge: Roche 72 de Cachão do Algarve (selon A. M. Baptista).



Est. XI — Tâge: Roche 175 de Fratel, d'après A. M. Baptista.



Est. XII — Tâge: Roche 241 de S. Simão: un cervidé mort tenu dans les bras d'un homme constitue le centre de la scène (d'après A. M. Baptista *et alii*).



1

0 15 cm



2

0 15 cm



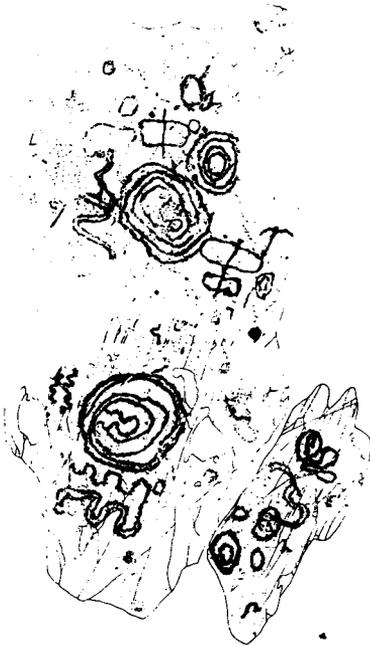
3

0 15 cm

Est. XIII — Gravures du complexe du Tage, selon A. M. Baptista: 1 — Roche 12 de Ficalho; 2 — Roche 18 de Gardete (détail); 3 — Roche 115 de S. Simão (visage oculée).



1

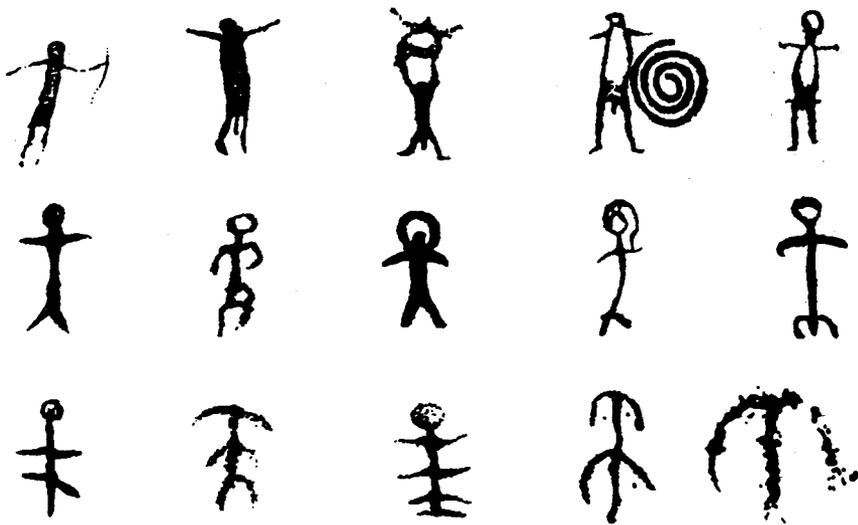


2

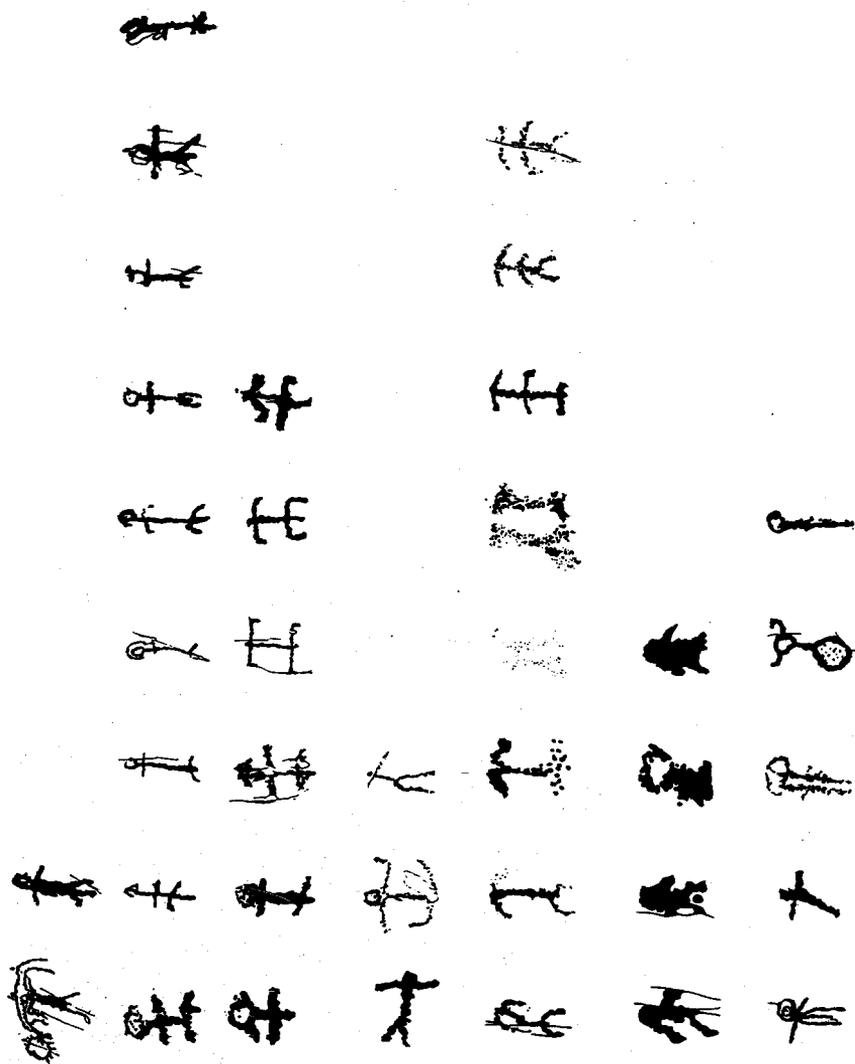


3

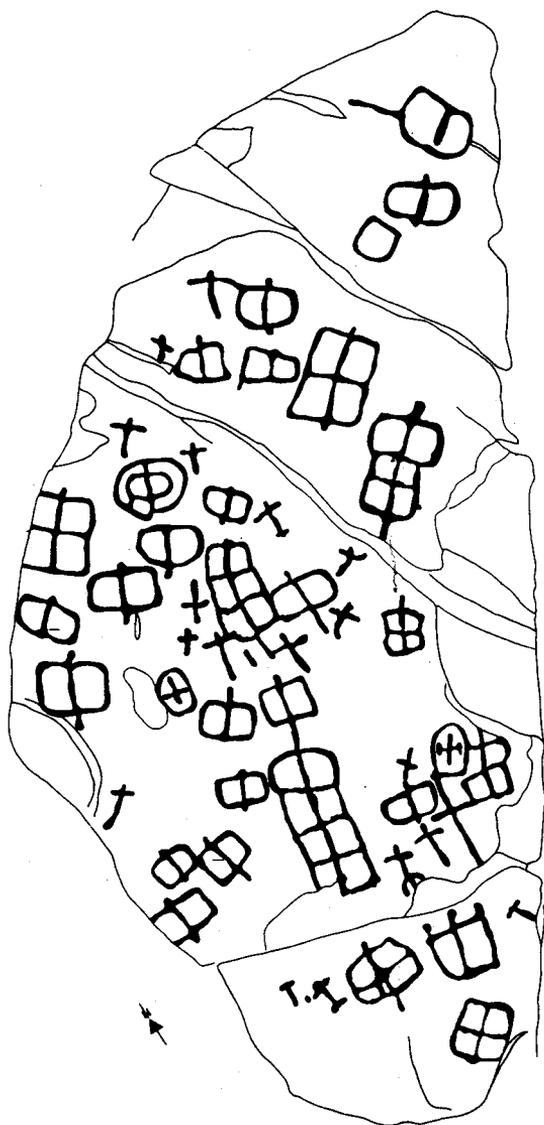
Est. XIV — Tâge: 1 — Roche 84 de Fratel (selon A. M. Baptista); 2 — Roche 129 de Fratel; 3 — Roche 1 de Fratel (selon M. V. Gomes échelles non données).



Est. XV — Anthropomorphes du complexe du Tago, selon E. Serrão (échelles relatives non considérées).

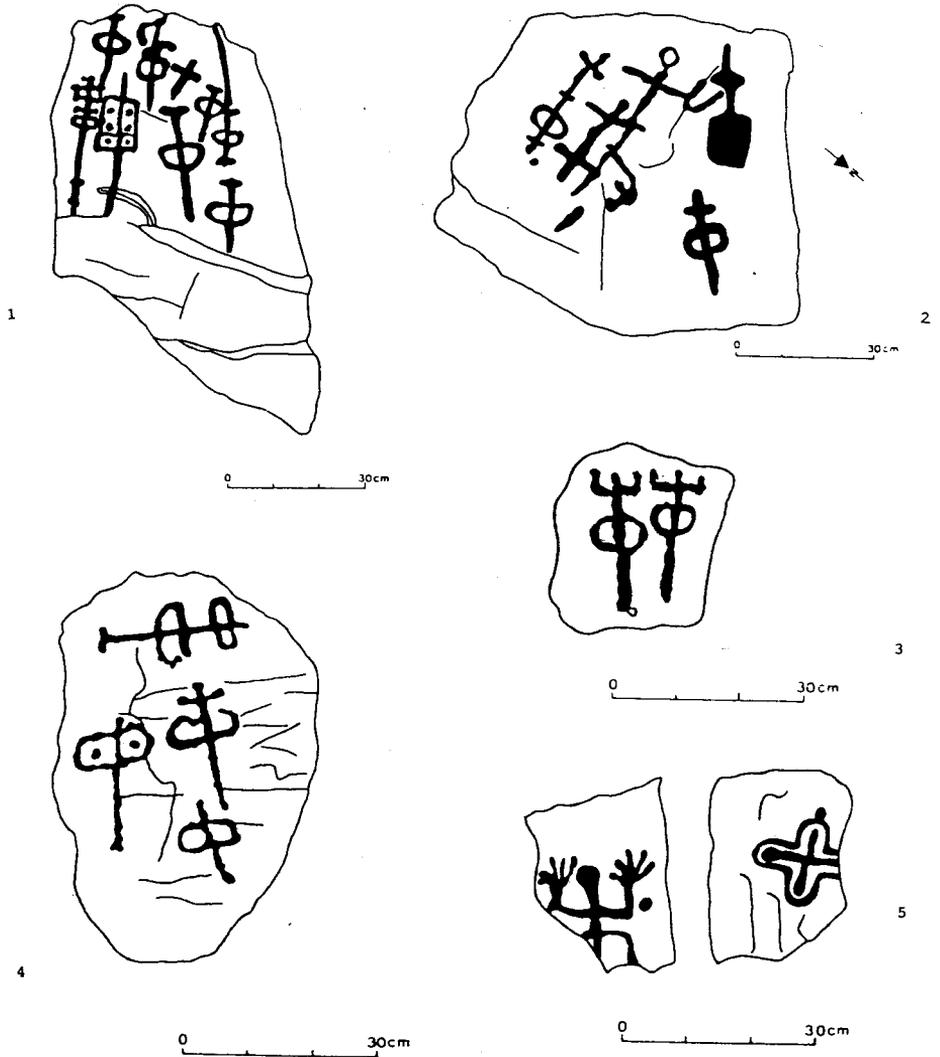


Est. XVI — Types d'anthropomorphes du site de S. Simão (complexe du Tago), d'après A. M. Baptista *et alii* (échelles relatives non considérées).

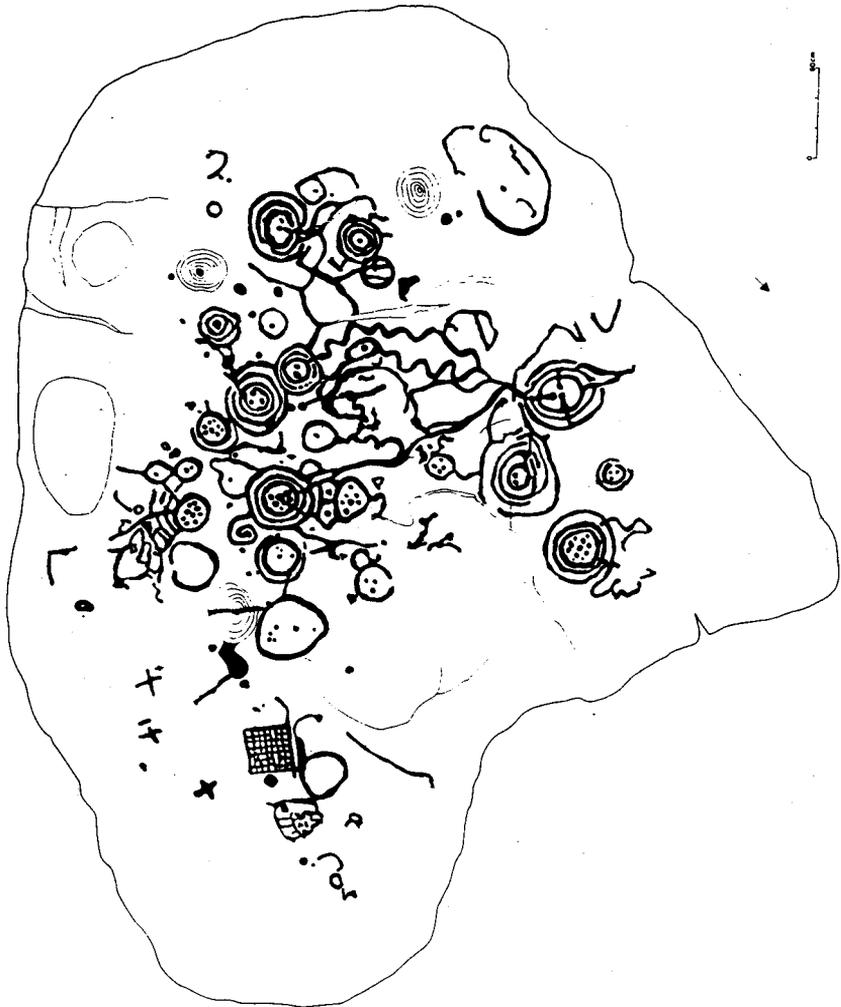


Gião I
Rocha 15
0 30cm

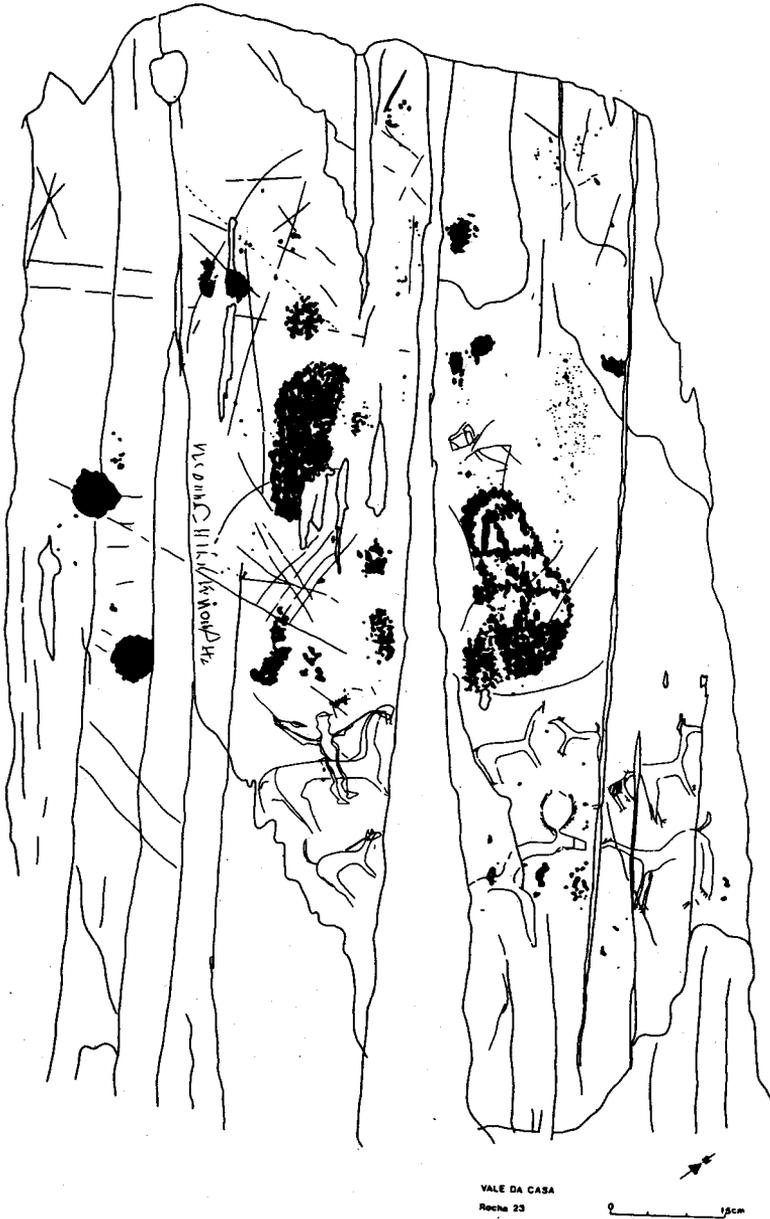
Est. XVII — Roche 15 du site de Gião (selon A. M. Baptista)



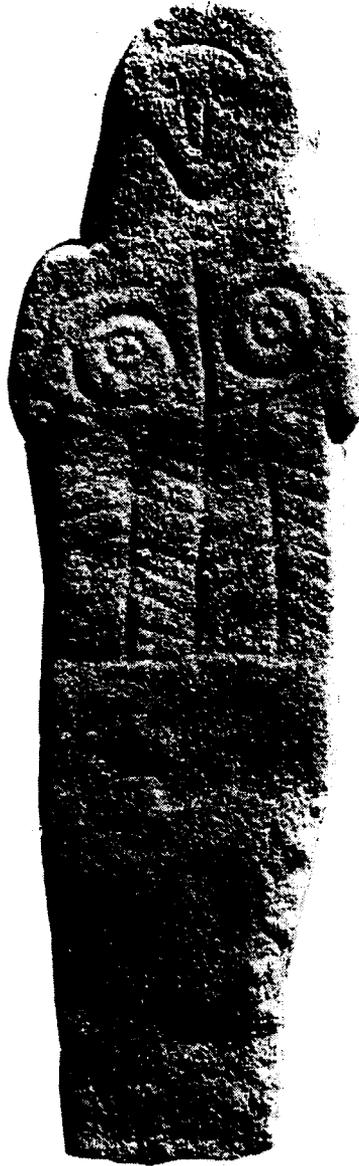
Est. XVIII — Anthropomorphes du site de Tripe (Chaves), selon A. M. Baptista: 1 — Roche 6; 2 — Roche 8; 3 — Roche 25; 4 — Roche 27; 5 — Roche 28 (avers et revers).



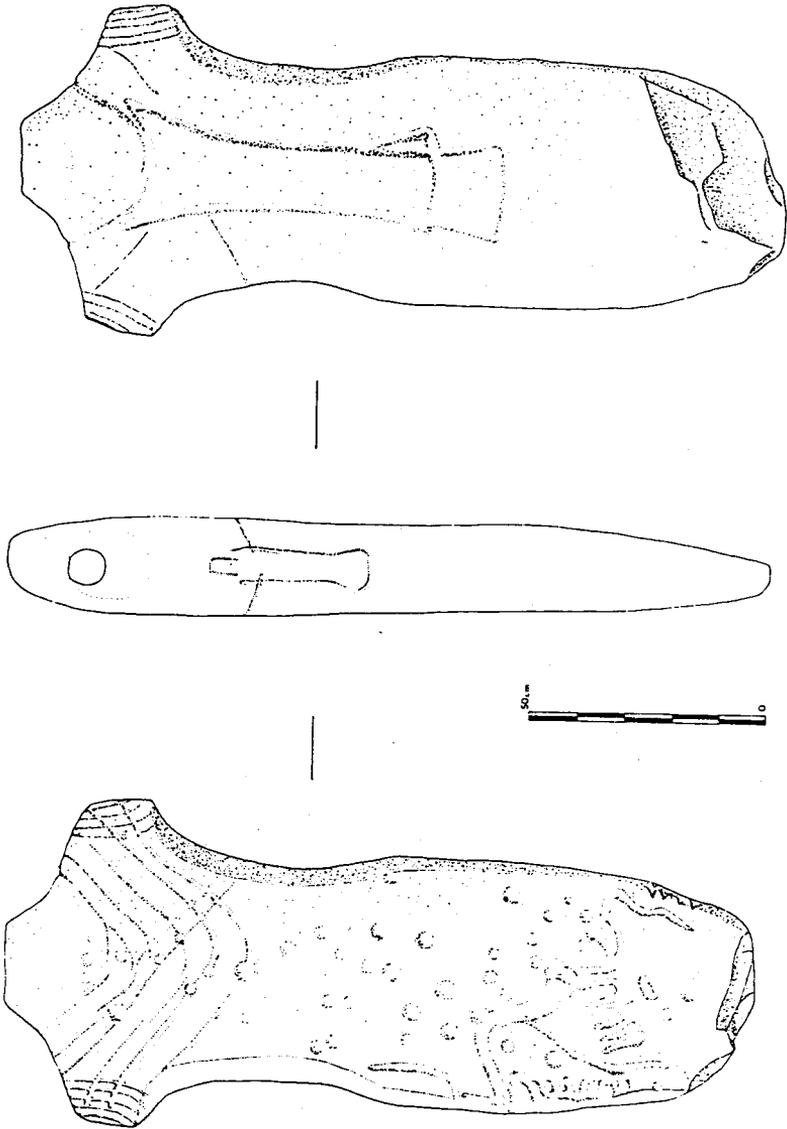
Est. XIX — Gravures de Bouça do Colado, selon A. M. Baptista. Malgré le style géométrique et abstrait, d'après cet auteur-là on pourrait déceler au centre de la roche une figure féminine avec les seins et le triangle pubique marqués.



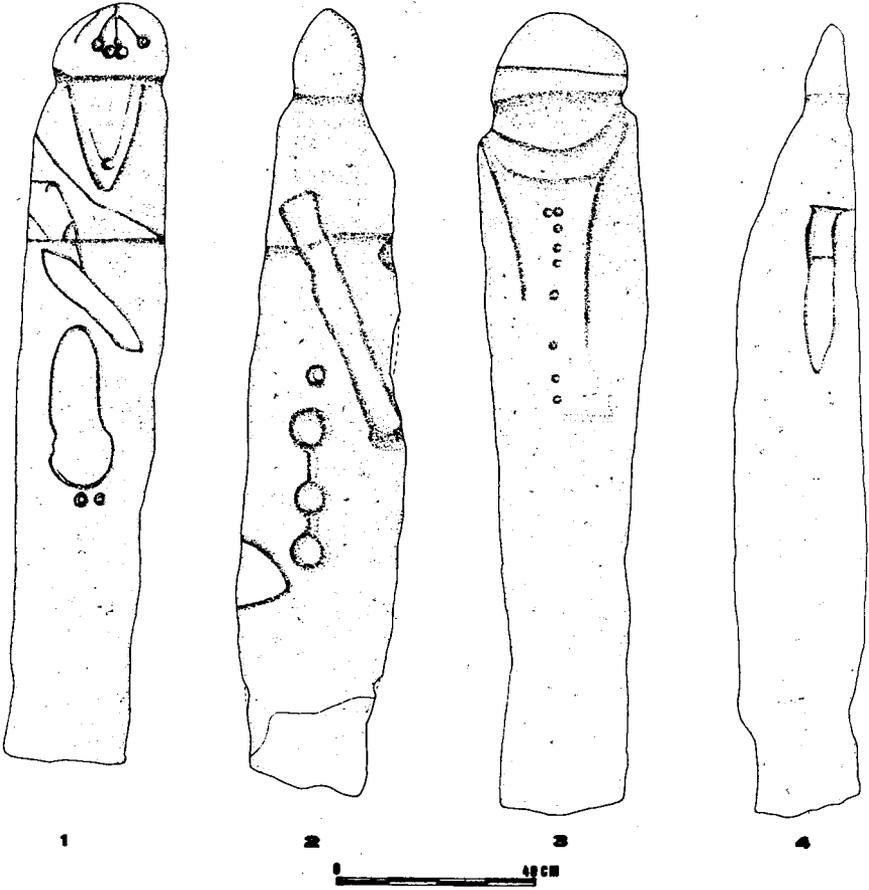
Est. XX — Chevaliers et cerfs de Vale da Casa, selon A. M. Baptista.



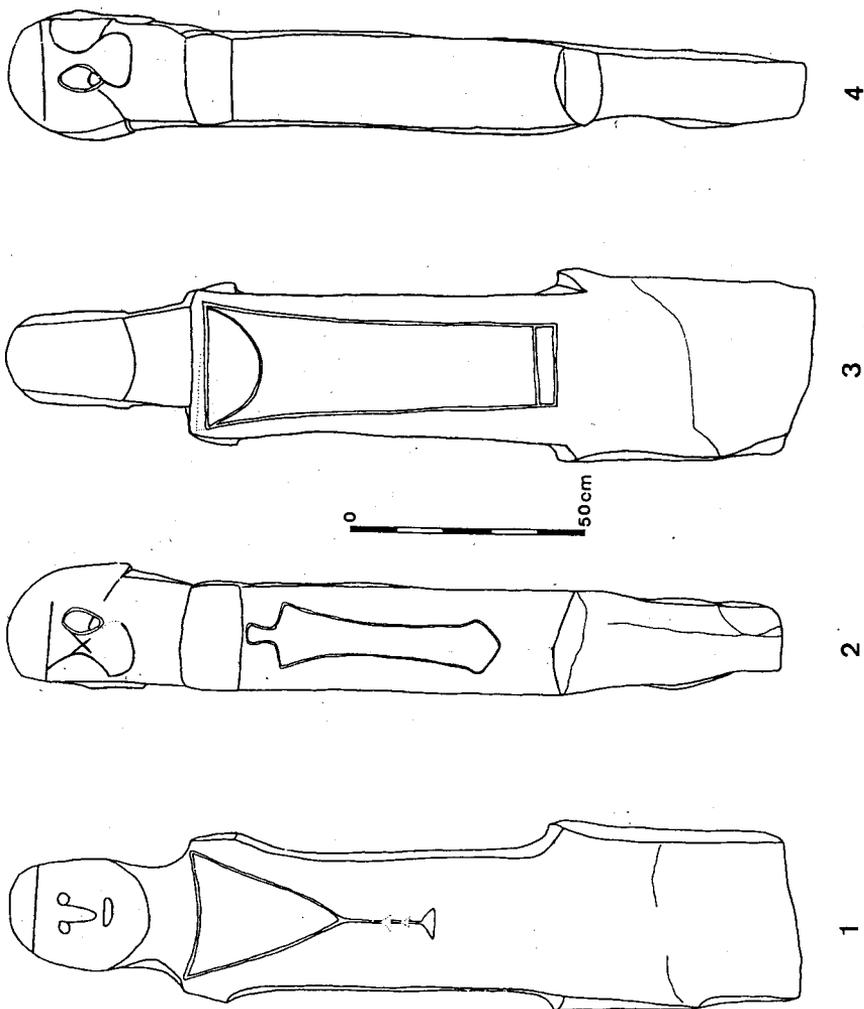
Est. XXI — Statue-menhir de Ermida, selon A. M. Baptista. Hauteur: 1,50 m.



Est. XXII — Statue-menhir de Faiões, selon C. A. Ferreira de Almeida et V. O. Jorge.



Est. XXIII — Statue-menhir phallique de Chaves, selon V. O. Jorge et C. A. Ferreira de Almeida.



Est. XXIV — Statue-menhir de S. João de Ver (?), étudiée à Porto (selon V. et S. O. Jorge).

IDADE DO BRONZE: APONTAMENTO SOBRE A NATUREZA DOS DADOS ARQUEOLÓGICOS

Por Susana Oliveira Jorge
Instituto de Arqueologia, F.L.U.P.

*«(...) é mais importante ter ideias do que conhecer verdades (...).
O real está rodeado de uma zona indefinida de compostíveis não
realizados; a verdade não é o mais elevado dos valores do conhecimento».*

Paul Veyne
O Inventário das Diferenças, p. 42

Numa síntese recente¹, ensaiámos a formulação de um quadro evolutivo dos fenómenos culturais observados em várias regiões do nosso território, no período que decorreu entre c. de 1.800/1.700 a.C. e c. de 700 a.C. No presente texto, tentaremos, a partir desse mesmo quadro, questionar a justeza de algumas inferências baseadas na «leitura» do registo arqueológico, tendo em vista reflectir sobre a complexidade social das comunidades que protagonizaram, em Portugal, o que se convencionou chamar a Idade do Bronze².

I— Durante a primeira metade do II.º milénio a.C., defrontamo-nos com um registo arqueológico inovador, mas menos heterogéneo se

¹ Jorge, S. O. (1990), Complexificação da sociedade e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios, *Nova História de Portugal*, Vol. I, *Portugal das Origens à Romanização*, Lisboa, Ed. Presença, pp. 213-251.

² Neste texto serão utilizadas datações convencionais de carbono 14, não calibradas.

comparado com o do período imediatamente anterior: aquele registo retém, sobretudo, manifestações excepcionais relacionadas com a esfera do poder. Disso são exemplo os novos contextos sepulcrais, quer os do âmbito campaniforme tardio, quer os de tipo Ferradeira ou Montelavar. Outros testemunhos, mais raros raros (por ex., artefactos metálicos, achados sob a forma de «depósitos»), articulam-se também com a emergência de uma nova classe de itens de prestígio, a qual alcança rapidamente toda a fachada atlântica peninsular. De facto, os referidos testemunhos apresentam uma acentuada uniformidade tipológica, qualquer que seja a região do nosso território onde se encontrem. Tem-se interpretado este padrão arqueológico como o sinal material da ascensão convergente de pequenos «chefados», cuja consolidação teria passado a depender da sua inserção em «redes» mais alargadas de trocas de artefactos de luxo (de filiação estilística campaniforme e de âmbito geográfico quer atlântico, quer mediterrânico). A «uniformização» da cultura material de excepção decorreria da integração das comunidades numa mesma esfera de relações entre elites.

Contudo, será premente perguntarmo-nos que estratégias de povoamento são agora desenvolvidas, em ordem a promover e a sustentar uma mais perfeita articulação intercomunitária. É um facto que o registo arqueológico parece apontar, a um nível muito geral, para marcantes descontinuidades, relativamente à fase anterior. Apesar das excepções conhecidas, podemos dizer que a maior parte dos povoados calcolíticos são abandonados (em qualquer das várias regiões que compõem o nosso território). Na Estremadura, onde possuímos uma mais ampla informação, verificamos que durante este período genérico surgem novos povoados, quer de altura quer abertos, em detrimento dos antigos habitats calcolíticos, sobretudo os fortificados. Aparentemente, a um padrão de nuclearização de povoamento, em que detinha importância emblemática e funcional a «fortificação», sucedeu um outro, eventualmente mais disperso, que tendeu a diluir a função «marcadora» do habitat na paisagem³. Todavia, reconhecer o carácter «disperso» do povoamento da primeira metade do II.º milénio a.C. (o que precisa de absoluta comprovação, através de programas regionais de prospecção e inventariação de sítios) não dispensará a necessidade de reconstituir a natureza do sistema social subjacente.

Tal problemática continua a ser premente para a fase que decorre entre cerca de 1.500 e 1.000 a.C., ou seja, o chamado Bronze Médio e os

³ C.f. projecto de investigação em curso sobre a passagem do Calcolítico à Idade do Bronze na Estremadura portuguesa, por parte de Katina Lillios, da Univ. de Yale (E.U.A.).

inícios do Bronze Final (segundo a clássica divisão da Idade do Bronze, realizada em função de critérios meramente tipológicos, aplicados a objectos metálicos).

Durante este período, o registo arqueológico sofreu uma acentuada retracção informativa. São mais raros, ao nível de todo o nosso país, os contextos sepulcrais conhecidos. Proliferam os artefactos metálicos, mas descontextualizados (os quais circulam, cada vez mais, nos finais do II.º milénio a.C., no âmbito de um intercâmbio de larga escala de tipo atlântico). São ainda excepcionais os povoados reconhecidamente integrados nesta fase⁴. Nos contextos sepulcrais identificados (monumentos do «Bronze do Sudoeste» no Alentejo/Algarve, monumentos megalíticos reutilizados nas Beiras, cistas ou fossas abertas no saibro no Norte) os espólios são, em regra, simples, predominando como oferenda o vaso cerâmico⁵. No entanto, se atendermos a que muitos dos objectos metálicos desta fase podem originalmente ter integrado «tesouros», ou tão só «depósitos», será talvez viável afirmar que a partir de meados do II.º milénio os signos de poder das elites começam a transferir-se, em parte, dos túmulos para outros contextos. Ou seja, não é inverosímil afirmar que a manifestação de prestígio e poder já não recorre apenas à riqueza ostentada nos túmulos (como em Ferradeira ou Quinta da Água Branca), mas também e sobretudo à armazenada em determinados locais rituais situados no interior ou exterior dos povoados. Desta maneira, se aceitássemos que a estrutura social dos grupos desta época se tornou mais fluida, característica dificilmente recuperável no registo arqueológico, justificar-se-ia em parte a nossa incapacidade de detectar as respectivas redes de povoamento.

Contudo, mais uma vez se impõe a necessidade de aprofundar a estrutura social destes grupos e das suas relações intercomunitárias. Na verdade, se atentarmos na circulação abrangente de novos objectos de prestígio em ouro, prata, cobre e bronze, de diversas filiações estilísticas, poderemos pressupor que se deu, ao longo de todo o II.º milénio a.C., um alargamento da esfera de interacções supra-regionais. Diríamos mesmo que as comunidades deste período acusam um nível extremamente desenvolvido de *integração regional*⁶, quaisquer que tenham sido os mecanismos

⁴ De referir a recente descoberta e estudo de povoados do II.º milénio a.C. no vale do rio Nabão, nomeadamente o povoado do Alagroal, cuja análise se integra no projecto mencionado na nota 3.

⁵ Alguns «monumentos» do Bronze do Sudoeste integram, no entanto, espólios diversos, exprimindo diferentes graus de riqueza ou prestígio de certas tumulações.

⁶ V. nota 1. Lillios, K. (no prelo), Competition to consolidation: the third to second millennium transition in the Lowlands of West-Central Portugal, *Society for American Archaeology Meeting*, Las Vegas, April 1990.

que permitiram essa integração. Nesta ordem de ideias se se confirmar o padrão de povoamento disperso, teremos de tentar compatibilizar um cenário de integração em grande escala (com inevitáveis tensões intercomunitárias) com a existência de habitats relativamente precários, insertos em sistemas de povoamento fluidos, aparentemente não hierarquizados. É óbvio que este raciocínio assenta numa premissa que tem de ser questionada: a de que o chamado povoamento disperso pressupõe, nesta época, uma segmentação das comunidades e, em última análise, um elevado grau de autarcia⁷.

Na verdade, cremos que a reconstituição da natureza socio-política dos grupos do II.º milénio admite vários modelos alternativos. No estado actual das pesquisas, será tão verosímil aceitar que a um sistema calcolítico baseado fundamentalmente na autarcia e na competição intercomunitária, terá globalmente sucedido um sistema ainda mais fragmentário, como, alternativamente, um outro mais integrador, responsável pela regulação das tensões entre os grupos. De facto, mesmo que se comprove a existência de um padrão disperso de povoamento durante este período, nas várias regiões de Portugal, é óbvio que ele tanto pode corresponder a um abaixamento do nível de coesão dos laços intercomunitários, como ao seu contrário. Aliás, se admitíssemos que os contactos supra-regionais se intensificaram, seria possível supor, entre outras hipóteses, que a integração num circuito mais amplo de relações geraria o abrandamento de factores locais de tensão que haviam fomentado as fortificações calcolíticas. Logo, seria viável aceitar que a inexistência de habitats amuralhados reflectiria, sob certas circunstâncias, não uma estrutura social mais fluida, mas um sistema eventualmente mais «apertado» de interdependências políticas, que não precisaria necessariamente de se exprimir na existência de imponentes, e/ou arqueologicamente evidentes, «lugares centrais».

A partir de 1.000 até cerca de 700 a.C., e independentemente de particularismos e assimetrias regionais, verificamos uma «abertura» do registo arqueológico. Isto é, este torna-se mais rico e diversificado, qual quer que seja a região considerada. Conhecemos inúmeros povoados abertos e de altura e ainda outros fortificados. Existem vestígios importantes da prática da metalurgia em alguns destes habitats, nos quais surgem por vezes «depósitos» de artefactos metálicos. Os contextos sepulcrais (ainda que, em regra, não muito ricos em espólio) são mais frequentes. É notável, em termos de informação iconográfica disponível, o conjunto de lajes insculptadas, «estelas» e estátuas-menires adstritas a esta fase.

⁷ Lillios, K. (nota 6).

A conexão entre complexidade social, intercâmbio e metalurgia, parece assumir-se como inevitável na abordagem dos três primeiros séculos do I^o milénio a.C. A manipulação do «comércio» em larga escala (articulando a fachada atlântica com a bacia do Mediterrâneo e a Europa Central) poderá ter dado origem a diferenciações verticais no seio das comunidades e ainda a assimetrias e rivalidades entre unidades políticas regionais. A ascensão do poder de certas elites e, adentro destas, de alguns chefes carismáticos, com um poder eventualmente teocrático, materializa-se de forma expressiva na proto-estatuária das «estelas» de tipo estremenho ou em algumas estátuas-menires do Norte. Mas o poder simbólico de tais chefes também está contido em «depósitos» de objectos metálicos, de filiação provavelmente mediterrânica, como, por exemplo, o de N.^a S.^a da Guia (Baiões)⁸. Será interessante acentuar que a existência de categorias sociais superiores se manifesta mais uma vez em contextos de ordem ritual e não exclusivamente sepulcral.

Estudos recentes revelaram, em algumas áreas, sistemas de povoamento hierarquizado⁹, aparentemente assimiláveis a sistemas sociais integradores. Contudo, sob a aparente unidade cultural veiculada pela genérica uniformidade de uma produção material de excepção (artefactos metálicos e cerâmicas de luxo), é possível imaginar diferentes configurações sócio-políticas e diversas expressões do poder. Assim, a maior variedade do registo arqueológico não facilita, em si mesma, a interpretação dos fenómenos culturais. A aparente riqueza do registo arqueológico é equívoca, se não tivermos em conta as características desta época. No estudo de sociedades complexas, fortemente hierarquizadas e inter-dependentes a nível regional, torna-se imperioso proceder previamente a uma análise exaustiva de todos os documentos correlacionáveis em áreas circunscritas. Mais do que em qualquer outra época da Pré-História, a unidade de investigação terá de ser ampla, devendo desviar-se do estudo pontual do povoado ou da necrópole isolada (e respectivas áreas envolventes) para tentar abranger o *espaço (ou espaços) de influência cultural* das comunidades como um todo.

⁸ Silva, A. C. F. da *et alii* (1984), Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu), *Lucerna*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, pp. 73-109.

⁹ V. Jorge, S.O. (1988), *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, G.E.A.P., «Monografias Arqueológicas», 2. Martins, M. M. R. (1987), *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Braga, 4 vols. (dissertação de doutoramento, polic.).

II — Das anteriores reflexões emerge a ideia geral de que a dificuldade em abordar a Idade do Bronze no nosso território resultará não apenas de uma deficiente informação arqueológica (sobretudo durante o II.º milénio a.C.), como de uma precária formação antropológica de todos quantos tentamos fazer a Pré-história deste período. De facto, se ao longo do II.º milénio o registo arqueológico acusa uma certa retacção informativa (os testemunhos são cada vez mais de teor excepcional, aparecendo em contextos sepulcrais e/ou rituais), a partir dos finais do II.º/inícios do I.º milénio conhece-se uma certa «expansão» da produção material, muitas vezes contextualizada em habitats. Mas, apesar desta expansão, a opacidade dos dados não se perde, antes ganha outro sentido. A interpretação dos testemunhos só é viável através das relações interactivas de todos os elementos que constituem uma «unidade cultural». Delimitar essas unidades torna-se assim tarefa básica. Definir a sua natureza poderá servir para explicar a especificidade dos contextos materiais que manipulamos. E neste ponto tocamos directamente na questão da «leitura» dos testemunhos arqueológicos disponíveis para a época em causa.

É frequente ouvir afirmar-se que a falta de investigações arqueológicas modernas (prospecções e escavações) está na base do limitado conhecimento sobre a Idade do Bronze. Sem querer negar que os estudos tipológicos e metalográficos têm imperado em detrimento de análises de povoamento¹⁰, a verdade é que quando estas se começam a realizar¹¹ observa-se, sobretudo para o II.º milénio, uma realidade constituída por povoados pouco impressivos na paisagem, e contextos sepulcrais raros e relativamente «pobres». Este panorama modifica-se, como vimos, a partir dos inícios do I.º milénio, mas tal mudança vem paradoxalmente chamar a atenção para a premência de uma nova conceptualização das relações entre a produção material e os sistemas sociais e simbólicos que a geraram. Isto é, a compreensão da natureza das sociedades complexas depende tanto, como é óbvio, de uma «rica» e diversificada informação arqueográfica, como de um rigoroso aparelho teórico destinado à sua «descodificação». O lamento tradicional do arqueólogo de que «não existem ainda suficientes dados» escamoteia, consciente ou inconscientemente, a ausência prévia de uma real problemática, assente em conceitos rigorosamente formulados e capaz de levar à elaboração de modelos expressivos da complexidade. Ilude o facto de que, paralelamente à vertente arqueológica empirista, pode e deve ser desenvolvida uma vertente teórica prospectiva, e que as

¹⁰ Coffyn, A. (1985), *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Diffusion de Boccard, Publ. du Centre Pierre Paris, 11, Coll. Maison Pays Ibér., 20.

¹¹ V. notas 3 e 9.

duas nem sempre interagem de forma imediata: ou seja, os dados nem sempre são em número ou «qualidade» suficientes para ajudar a validar um determinado modelo apriorístico. O que não significa que a partir de um número restrito de indícios arqueológicos não devam ser levantadas diversas hipóteses de explicação alternativas, passíveis de progressivos confrontos com a realidade empírica. De facto, as duas abordagens podem realizar-se, num primeiro momento, de forma até certo ponto independente, sem a preocupação de se cruzarem a curto prazo. A «construção» histórica mede-se, em cada época, não tanto pelo acesso ao «maior número de dados», como pela inserção dos dados disponíveis em explicações verosimilhantes.

Ao investigador da Idade do Bronze não pode passar despercebido que, lidando com sociedades inseridas na interface da Pré-história e da História, lhe é exigida uma formação complexa de arqueólogo, antropólogo e historiador. E que só no doseamento específico do contributo destas disciplinas será capaz de se apoderar dos instrumentos indispensáveis a uma análise eficaz desta fase do nosso passado.

MATERIAIS PARA A ARQUEOLOGIA DO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA*

Por José Augusto Maia Marques **

Introdução

O concelho de Freixo de Espada à Cinta ocupa uma posição geo-estratégica ímpar no curso do rio Douro.

Acompanhando a curva que aquele curso de água descreve ao desviar-se para Nordeste, a sua topografia fez dele um bastião do território português e guarda avançada contra invasões. É, também, em terras de Freixo que se situa uma das passagens que ligam o Norte e o Sul do Douro — Barca de Alva — ponto de contacto entre Trás os Montes e as Beiras.

Assim sendo, nada espanta que esta região tenha sido ocupada pelo homem desde os tempos mais remotos.

Gravuras rupestres¹ e possíveis monumentos megalíticos² fazem remontar à pré-história o seu povoamento.

* Este trabalho resulta de uma comunicação efectuada em 1986 ao I Congresso Internacional sobre o Rio Douro. Publica-se com pequenas alterações de circunstância em relação à forma como foi apresentada então.

** Assistente da Faculdade de Letras do Porto e da Univ. Portucalense.

¹ Susana O. Jorge e outros, *Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada à Cinta)*, «Arqueologia», N.º 3, Junho de 1981, pp. 3-12.

Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Vol. IX, Porto, 1934, pag. 627.

² Baçal, *Memórias...*, cit., IX, pag. 569, nota 5 e IV, pag. 15.

No entanto, o período cronológico dos materiais que nos propomos estudar é mais tardio. Daremos a conhecer inscrições romanas inéditas, comentaremos outras já publicadas e procuraremos alertar para a importância de um castro com um espólio extremamente rico e significativo, mas cujo estudo profundo ficará para outra ocasião.

1. — Estela funerária da estação do Freixo

Estela funerária em granito, encontrada em terras da Quinta da Macieirinha, próximo da estação do caminho de ferro de Freixo de Espada à Cinta e guardada nos armazéns da Câmara Municipal.

É de forma irregular, com a face superior em arco de círculo e faces laterais grosseiramente afeixoadas. Decorada com um círculo gravado, com cerca de 35 cm. de diâmetro, cortado em quatro por dois sulcos quase perpendiculares. A sudoeste e a sudeste do círculo, dois sulcos em ângulo recto, um dos quais (o da esquerda) se apresenta incompleto devido a uma fractura da rocha. A face epigrafada apresenta-se em razoável estado de conservação, lascada apenas na zona da decoração. A inscrição está, em alguns pontos, recoberta por alcatrão, o que põe, como se verá, algumas dificuldades de leitura. O campo epigráfico não se apresenta delimitado. A preparação da pedra na sua extremidade inferior não é tão cuidada, devido, provavelmente, ao facto de esta porção terminal se destinar a ser enterrada no solo para fixação da estela.

Dimensões (em centímetros): 191x66x17. Face epigrafada: 191x66.

Leitura: PRISCVS / ANDAMI (*filius*) / FLAVIANVS / AN(*norum*) LXV (*sexaginta quinque*) H(*ic*). S(*itus*). EST

Tradução: Aqui jaz Prisco Flaviano, filho de Andamo, de sessenta e cinco anos.

Altura das letras: L.1: 16/16,5 (V=8, S=12); L.2: 9,5/10 (I=12); L.3: 10/11; L.4: 10; L.5: 10/11.

Espaços: 1.10; 2:6/7; 3:4/5; 4:4/5; 5: 2/3; 6:79.

Gravação em capitais rústicos, com o M e o N muito abertos e o A da 4.^a linha sem haste horizontal. Foram utilizados os nexos AVIANVS e LXV. O primeiro, pela sua extensão, é muito invulgar.

A paginação é pouco cuidada o que, a juntar à irregularidade da própria estela, oferece uma inscrição desordenada. Na linha 1 foi neces-

sário reduzido a V e o S; na linha 4 sobra bastante espaço a seguir ao numeral. Atendendo ao eixo vertical, quase todas as linhas estão oblíquas, a 1.^a e a 2.^a descaindo para a direita, a 4.^a e a 5.^a para a esquerda, estando apenas a 3.^a sensivelmente horizontal.

Onomasticamente, assinalem-se os antropónimos *Prisco*, muito comum no Império Romano³ e frequente na Península⁴, *Andamo*, que julgamos desconhecido na Ibéria e o gentilício *Flaviano*.

Embora de difícil definição cronológica, talvez não seja muito arriscado atribuir a esta epígrafe uma cronologia posterior à segunda metade do século II.

2. — Lápide da Quinta de Alva

Segundo o Abade de Baçal⁵, que cita Antonio Coelho Gasco⁶, teria existido «nas ruínas de Alvia hum pedretral lavrado com frisos romanos que fora de hum altar ...» com a seguinte inscrição (sic):

IOVI:OPT
ET:MAX:A
PP:CLAVD:
F

Não tendo sido possível confirmar a existência actual desta inscrição, dado o estado ruinoso do local, a constância de citações (o próprio Hubner a inclui no CIL II com o n.º 2400), a fraseologia e o contexto permitem-nos, ao menos como hipótese, considerá-la neste trabalho. Baçal desdobra as abreviaturas da seguinte forma: IOVI OPT(*imo*) / ET MAX(*imo*) A/PP(*ius*) CLAVD(*ius*) / F(*ecit*).

A impossibilidade de ver a inscrição não permite ir mais além. Os nomes, genuinamente romanos, poderiam supor a utilização de um *tria nomina*. O significado do F da última linha poderá bem ser outro. No entanto crêmos ser prudente não arriscar mais.

³ Cf. João Costa, *Inscrição Funerária de Vila Nova de Ourém*, «Ficheiro Epigráfico», N.º 8, Coimbra, 1984, pag. 15.

⁴ Só no C.I.L. encontramos 41 na Península Ibérica.

⁵ *Memórias...*, cit. X, pags. 682-683.

⁶ É aqui devido um agradecimento e um preito de homenagem ao Prof. Doutor António Cruz, entretanto falecido, não só pela oferta do seu trabalho sobre António Coelho Gasco, como também, e sobretudo, pelos conselhos amigos que sempre nos dispensou.

De qualquer forma, trata-se de mais uma inscrição a Júpiter, muitas vezes não citada em obras da especialidade ou, também com certa frequência, deslocada do seu contexto, devido a um erro de Hubner, que a localiza «...junto a Travanca, bispado de Miranda ...».

3. — Lápide do castro de S. Paulo (Alpajares)

Trata-se de uma placa (?) de calcário encontrada no castro de S. Paulo — Alpajares, Freguesia de Poiares, guardada na Câmara Municipal.

Incompleta, possui um resto de decoração na aresta superior, constituída por um provável friso composto por uma nervura e motivos em arco de círculo.

Dimensões: 48x30x5.

Leitura: I(ovi) O(ptimo) M(aximo) / SILIV[s] / AVI(tus) ou AVI(ti) [filius?]

Tradução: A Jupiter Optimo Maximo. Silio Avito ... ou Silio, filho de Avito ...

Altura das letras: L.1:5/6; L.2 e 3: 6.

Espaços: 1 a 3: 3,5; 4:(3,5 ?).

A paginação parece cuidada, há ainda vestígios evidentes de linhas auxiliares na 1.^a linha de texto e na parte cimeira da 2.^a. As letras, em capitais quadradas, estão bem gravadas, em bisel, com terminação triangular. Admitindo um provável eixo de simetria, a lápide não deveria ter muito maior largura do que a indicada atrás. Desta forma, e para além do V da 2.^a linha, caberia apenas mais o S para completar o nome SILIVS. Assim sendo, também na 3.^a linha se poderia reconstruir o T e o I necessários para AVITI, subentendendo-se o F ou remetendo-o para a mais que provável 4.^a linha. Esta disposição é a razão maior para preferirmos AVITI em vez de AVITVS que exigiria mais uma letra e alteraria a simetria. Pelo mesmo motivo não crêmos na hipótese AVLVS.

Avitus / *Avita* são bem conhecidos na hispânia romana e mesmo em zonas relativamente próximas (Cárquere — Resende: CIL,II,5578, Lamego: CIL,II,5254).

Os nomes de radical *Sili* são bem menos frequentes conhecendo-se, entre outros, um *Silicius* em Tarragona (CIL,II,6109), *Silius* em Badajoz, Cartagena e Tarragona (CIL,II,1017, 3414, 4164), uma *Silia* em Astigi (CIL,II,1505) e um *Silicianus* em Lisboa (CIL,II,205).

O contexto em que apareceu esta lápide é, arqueologicamente, assaz

curioso. Num castro, com muralha de xisto, condições defensivas excepcionais, aqui foram encontrados⁷ alguns fragmentos de *tegula* e *imbrex*, ossos humanos e animais, uma chave em bronze e alguns fragmentos de sigillata, um dos quais da forma Dragendorff 37, provavelmente produzido em Najera, datável do sec. IV/V d.C.

Estamos, portanto, perante um castro com vestígios de ocupação tardia, atestados, também, por sepulturas antropomórficas abertas no xisto, das quais duas são ainda bem visíveis na parte cimeira do povoado. Daqui parte a famosa Calçada de Alpajares, pavimentada a seixos de quartzito e em que alguns autores pretendem ver uma origem romana.

4. — Ara de Lagoaça

O Dr. António Mourinho publicou⁸ uma pequena ara dedicada a Júpiter Óptimo Máximo Conservador, aparecida em Lagoaça, Freixo de Espada à Cinta. Aqui existe o Castro do Salgueiral, com um sistema defensivo que inclui pedras fincadas⁹. Não sabemos se a ara é, ou não, proveniente deste local.

Nesse artigo, o autor apresenta a seguinte leitura:

IOVI / O(*ptimo*) M(*aximo*) / C(*onservatori*) / O(*mnes*) R(*omani*)
C(*ives*) LL(*ibentissime*) P(*osuerunt*).

Não concordamos com o desdobramento das linhas 3 e 4. Pensamos que, como acontece também muitas vezes com a epigrafia das margens do Minho, fértil em abreviaturas de difícil leitura, o *O R C* da 3.^a linha deverá corresponder ao *tria nomina* do dedicante, sendo portanto de abandonar aquela interpretação. Da mesma forma a 4.^a linha nos parece incorrectamente lida. A junção dos dois LL, claramente separados por um ponto, para exprimir um superlativo plural não fará sentido. Aliás o desdobramento que propomos *laetus libens posuit* não só não é inédito como, bem ao contrário, é relativamente comum.

Propõe-se, assim, a seguinte leitura:

IOVI O(*ptimo*) M(*aximo*) C(*onservator*) / O. R. C. L(*aetus*) L(*ibens*)
P(*osuit*).

⁷ Cf. J. R. dos Santos Júnior, *O Casal dos Mouros, Castro do Monte de S. Paulo e a sua Calçada de Alpajares (Freixo de Espada à Cinta)*, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1980.

⁸ António Mourinho, *Árula a Júpiter Conservador aparecida em Lagoaça*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», XX, 2, Porto, 1977, pp. 167-175.

⁹ Cf. Angel Esparza Arroyo, *Nuevos Castros con piedras hincadas en el borde occidental de la Meseta*, «Actas de I Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», II, Guimarães, Soc. Martins Sarmento, 1980, pp. 71-86.

Estariam assim presentes, com a exceção do motivo da dedicatória, todos os componentes habituais de uma inscrição votiva: invocação da divindade, nome do dedicante (em abreviatura) e fórmula final.

5 — Castro de Santa Luzia

O Castro de Santa Luzia situa-se na freguesia de Freixo. Aqui têm sido encontradas, ao longo de vários anos, muitas estatuetas zoomórficas habitualmente designadas por berrões, umas mais ou menos completas, outras fragmentadas. Destes achados tem dado conta o Prof. Santos Júnior¹⁰. Aquando de uma das nossas estadias naquela região¹¹ soubemos que o Snr. Elísio Óscar Capelas Avelar possuía um vasto espólio metálico (e não só), proveniente de trabalhos agrícolas na propriedade que possui naquele castro. Amavelmente posto à nossa disposição, a quantidade e a qualidade daquele material justifica, por si só, estudo à parte. No entanto, e dadas as características deste congresso, pensa-se ser de grande interesse enumerar aqui algumas das peças mais significativas, guardando para posterior ocasião uma visão mais aprofundada.

Material lítico: dois machados polidos, em xisto; vários cossoiros e um grande peso, da mesma matéria prima.

Material metálico: pregos, anéis, um fragmento de lâmina de falcata e um *pilum* em ferro; fíbulas, alfinetes, correntes, um anzol, um bracelete e fragmentos de estatuetas em bronze.

Material de adorno: um anel, em bronze, com um escorpião gravado na mesa; várias contas de colar e pedras de anel em pasta vítrea de variadas cores; uma pedra de anel com a figuração da deusa Roma; um camafeu com a armação e argola de suspensão em bronze, com a deusa Minerva gravada em pedra muito negra e translúcida.

¹⁰ Vejam-se os vários trabalhos de J. R. dos Santos Júnior publicados em muitos números dos Trabalhos de Antropologia e Etnologia, nomeadamente *A cultura dos berrões no Noroeste de Portugal*, «T.A.E.», XXII, 1975, pp. 353-515.

¹¹ Cabe, aqui, agradecer àqueles que, de uma forma ou de outra, tornaram possível este trabalho: Snr. Presidente da Câmara Municipal de Freixo, Snrs. Abílio Linhares, António Eugénio, Armando Lopes, Raúl Ferreira e Virgílio Puçacos. Um especial testemunho de gratidão é devido ao Snr. Elísio Óscar Capelas de Avelar, pelo espírito aberto e pela disponibilidade que sempre manifestou. Ao Dr. Cardoso Duarte, pela amizade dispensada, à Dr.^a Maria dos Anjos Veiga Jorge e ao Snr. António Manuel Morgado, que nos franquearam as suas casas e nos ajudaram em tudo o que podiam, o nosso agradecimento especial.

Moedas: várias dezenas de pequenos, médios e grandes bronzes, alguns em bom estado de conservação, de entre os quais cunhagens de Severo, Probo, Constantino e Magnêncio.

Considerações finais

Com esta intervenção mais não se quis do que chamar a atenção para um concelho que tem sido bastante esquecido no que respeita ao estudo da presença romana entre nós.

Melhor ocasião não haveria para o fazer do que num congresso internacional sobre o rio Douro, estrada de interpenetração de culturas e influências, e numa sessão presidida por S.^a Ex.^a Rev.^a o Snr. D. Domingos de Pinho Brandão¹², sábio estudioso da Epigrafia e grande responsável pela protecção e valorização de muito património cultural, mormente no Douro Litoral.

Da comunicação que ora se apresenta, alguns factos nos parecem dignos de realce.

Em primeiro lugar a riqueza arqueológica deste concelho já bem expressa, aliás, nos trabalhos do Abade de Baçal e do Prof. Santos Júnior, entre outros.

Depois, a necessidade de se rever algumas ideias sobre esta remota região do distrito de Bragança, nomeadamente no que toca a importância e densidade dos vestígios da ocupação romana. Assim, apresentamos uma inscrição dedicada a Júpiter, inédita, e reestudamos duas outras. Se atendermos a que Alain Trannoy¹³ regista vinte e nove inscrições a Júpiter no convento de Astorga e dez no distrito de Bragança, a existência de três no concelho de Freixo revela bem uma relativa importância deste culto nesta região e obriga, como se disse, a refazer certas ideias, algumas inclusive expostas neste mesmo congresso.

Aliás, corroborando essa necessidade, está o valioso espólio do Castro de Santa Luzia, que será objecto de outra publicação, e o conjunto de cerca de três milhares de moedas da Quinta de S. Tiago (Ligares), já citado pelo Abade de Baçal e que parece articular-se com algumas estru-

¹² É com profundo pesar que aqui rendemos homenagem a este insigne investigador. A sua postura, a sua verticalidade, a sua infável capacidade de trabalho, atestados pela vastíssima produção que, felizmente, nos deixou, é disso testemunho. Lamentando que, muitas instituições e muitas pessoas, lhe não tenham reconhecido a importância que merecia, aponto-lo como exemplo àqueles que ora se iniciam na investigação.

¹³ A. Trannoy, *La Galice Romaine*, Paris, Diffusion de Boccard, 1981, pag. 315 e ss.

turas e material cerâmico. Nada nos admiraríamos se se estivesse perante uma *villa* romana.

Também a notícia de um «miliário enterrado junto de uma fonte», à entrada da Vila, embora ainda não confirmada, poderá ser importante.

Finalmente, torna-se imperiosa a existência de um projecto de investigação de campo para esta região, que poderia (e deveria) ser apoiado pelo I.P.P.C. e pelas autarquias, para um estudo completo da proto-história e romanização do concelho de Freixo de Espada à Cinta que, afinal, se revela povoado, activo e bem vivo, desde os tempos mais remotos até pelo menos ao séc. IV depois de Cristo.



Foto 1 Lápide da Estação de Freixo



Foto 2 Inscrição do Castro de S. Paulo



Foto 3 Vista, tirada de Norte, do Castro de S. Paulo



Foto 4 Perspectiva da vertente Sul do Castro de S. Luzia

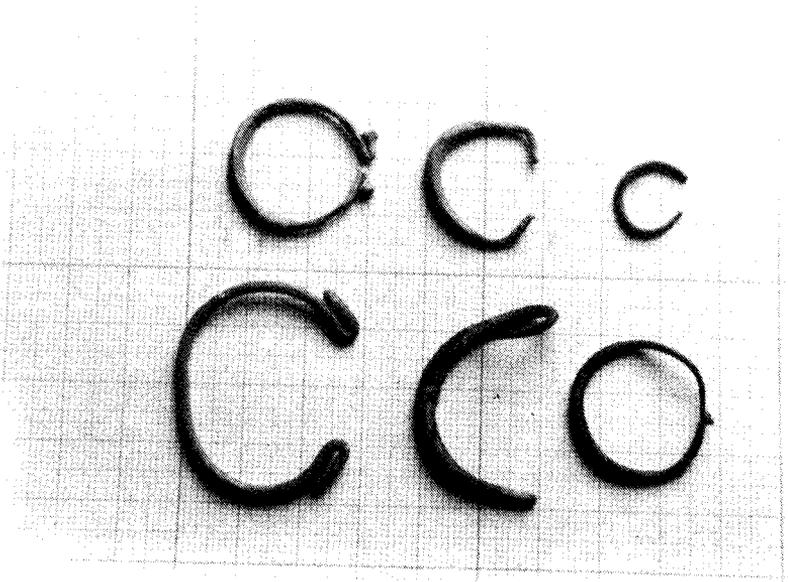


Foto 5 Fíbulas em bronze do castro de S. Luzia



Foto 6 Anel com escorpião gravado e outros objectos de adorno do Castro de S. Luzia

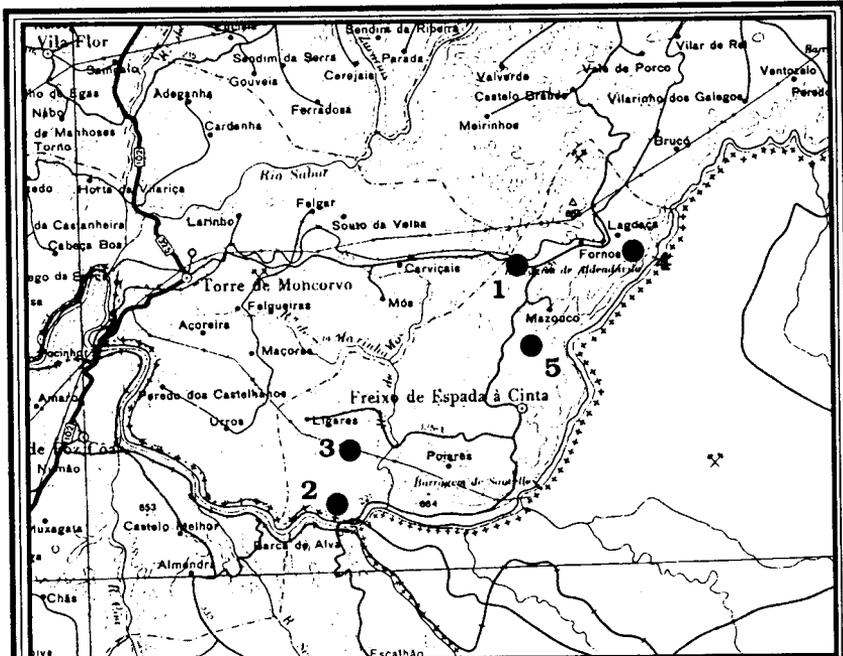


Fig. 1
CONCELHO DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA
(Locais citados no texto)
 C.C.P. 1:400.000

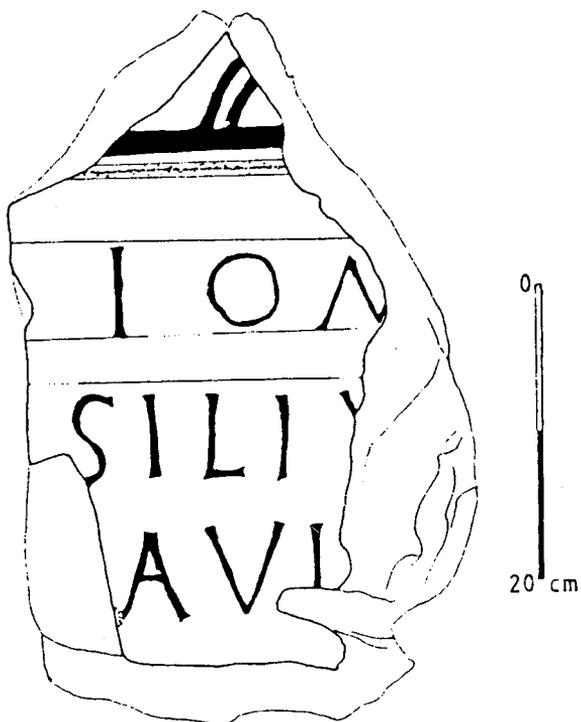


Fig.2



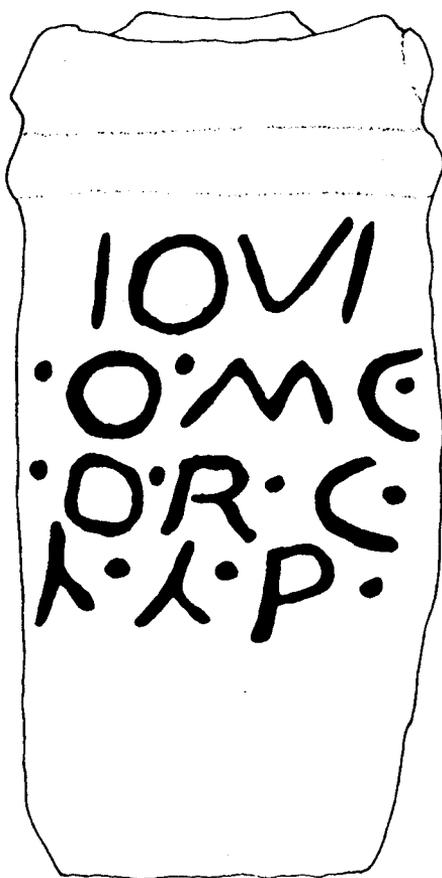
Estela da Estação

Fig.3



Lápide do Castro de S. Paulo

Fig.4



Ara de Lagoaça

Seg. A. Mourinho

Fig.5



**Epígrafes a Júpiter no
Distrito de Bragança**

ESTAÇÃO PALEOLÍTICA DO CERRO (MADALENA, VILA NOVA DE GAIA)

Por Sérgio E. Monteiro-Rodrigues*
João Pedro Cunha-Ribeiro**

1 — Introdução

A Estação Paleolítica do Cerro situa-se no lugar do Cerro, no litoral da Freguesia da Madalena do Concelho de Vila Nova de Gaia, no Distrito do Porto. Em termos cartográficos, insere-se na área abrangida pela folha 122 (Porto) da Carta Militar de Portugal na escala 1/25000 (fig. 1) e na folha 13-A (Espinho) da Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000, a uma altitude de 30 m. As coordenadas UTM são as seguintes:

29 TNF 297 513

A existência de vestígios atribuíveis ao homem paleolítico foi há muito assinalada no Concelho de Vila Nova de Gaia. Arqueólogos de nomeada, como Russell Cortez e D. Domingos de Pinho Brandão, deixaram-nos diversas descrições de algumas dessas descobertas numa bibliografia dispersa por revistas da especialidade¹.

* Licenciado em História (Variante de Arqueologia) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Bolseiro do I.N.I.C. Assistente de Arqueologia e Pré-história da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ CORTEZ, Fernando Russell — *Estaciones paleolíticas de los alrededores de Oporto (Lavadores, Pasteleira)*, in «*Archivo Español de Arqueología*», n.º 64, Madrid.

Sabemos assim que estes vestígios eram quase sempre constituídos por objectos talhados a partir de seixos rolados de quartzite e quartzo, encontrados na maior parte das vezes isoladamente e à superfície, em locais próximos do litoral, normalmente nas imediações de depósitos geológicos detríticos do Quaternário².

Algumas dessas descobertas, pelas suas características técnicas e tipológicas, foram consideradas relativamente recentes, tendo sido mesmo relacionadas frequentemente, pelos autores atrás citados, com um período cronológico e cultural pós-paleolítico.

Porém, muitas delas evidenciavam características susceptíveis de permitirem a sua associação às chamadas indústrias acheulenses, típicas do paleolítico inferior. Constituía, conseqüentemente, dos mais antigos testemunhos da presença do homem no território nacional e concretamente na área do Concelho de Vila Nova de Gaia.

Recentemente, procurando aumentar a validade das reduzidas amostras anteriormente recolhidas, bem como melhor aferir as respectivas condições de jazida, por forma a tentar estabelecer o seu correcto balizamento cronológico-cultural, tem-se vindo a desenvolver novas prospecções na região³. Tais trabalhos incidiram em particular nas zonas das freguesias de Madalena e Valadares e conduziram já à recolha de centenas de artefactos talhados. Em numerosos casos foi mesmo possível definir a sua associação a um contexto estratigráfico mais ou menos preciso.

Entre os diversos achados realizados, desde logo se destacou a descoberta, em 1988, por um dos autores (S.E.M. Rodrigues), de várias dezenas de objectos líticos no lugar do Cerro. Não só o seu número revelava uma assinalável concentração de vestígios, como também a sua presença podia ser relacionada com uma pequena cascalheira parcialmente destruída pela abertura de um estradão.

O facto de para o local das descobertas estar prevista a construção

1946, pp. 249-256 e BRANDÃO, D. Domingos de Pinho — *Novos elementos arqueológicos de Lavadores — Gaia. Breve nótula*, in «Lucerna», Vol. II, N.º 1-2, Porto, 1962, pp. 79-81.

² TEIXEIRA, C., PERDIGÃO, J. e TORRE ASSUNÇÃO, C. — *Notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000. Folha 13A (Espinho)*. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1962, p. 28, ZBYSZEWSKI, Georges — *Le Quaternaire du Portugal*, «Boletim da Sociedade Geológica de Portugal», Vol. XIII, fasc. 1-2, Lisboa, 1958, pp. 3-227 e ZBYSZEWSKI, G. — *Notícia explicativa da Carta Geológica do Quaternário de Portugal na escala de 1/1000000*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1971, p. 39.

³ Trata-se de um projecto de trabalho que tem vindo a ser desenvolvido desde 1987 por um dos autores (S. E. M. Rodrigues).

de um parque de campismo, desde logo tornou premente a realização de sondagens que permitissem avaliar a sua real importância arqueológica. Embora a área intervencionada em Julho de 1989 se reduzisse a uma pequena superfície (6 m²), os resultados obtidos apontaram para uma riqueza relativamente elevada do espólio, não obstante o respectivo contexto geológico se mostrasse, por outro lado, de difícil interpretação.

O rápido avanço da obra do parque de campismo, compreendendo o alargamento da estrada que do local se dirige para a praia da Madalena, tornou porém necessário o desenvolvimento de uma segunda campanha de escavações. Estes novos trabalhos foram realizados entre Outubro e Novembro desse mesmo ano, já que as referidas obras implicavam a destruição de toda a zona a sul das sondagens anteriormente abertas.

Com esta intervenção de emergência pretendíamos completar o conhecimento da estratigrafia da jazida com a análise do desenvolvimento das várias formações geológicas nesse sector, avaliando paralelamente as dimensões da concentração de materiais líticos talhados detectados no decurso da primeira escavação. Embora tenhamos conseguido responder a algumas questões que havíamos colocado no início dos trabalhos, muito ficou ainda por esclarecer, sendo por isso de considerar grande parte das conclusões ora apresentadas como uma primeira tentativa de interpretação, susceptíveis de virem a ser confirmadas ou não com a realização de futuras investigações.

2 — Quadro geomorfológico e geológico da região

O quadro geomorfológico da região onde se insere o local estudado caracteriza-se pela existência de um *relevo marginal*⁴, cuja altitude máxima não ultrapassa os 250 m, e que se desenvolve perpendicularmente ao vale do rio Douro, a cerca de 1 km da actual linha de costa.

A ele sucede-se, para oeste, a plataforma litoral, sobre a qual assentam depósitos de antigas praias que se estendem escalonados até ao sopé do referido relevo. Constituem, deste modo, testemunhos da oscilação do mar e da crusta terrestre ao longo do plio-pleistocénico.

⁴ ARAÚJO, M. Assunção — *Linhas gerais de uma nova metodologia do estudo do litoral. Exemplo da plataforma litoral da região do Porto*, in «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto — Geografia», I Série, Vol. I, Porto, 1985, pp. 75-85, e ARAÚJO, M. Assunção — *O estudo do litoral Norte de Portugal (Região do Porto)*, *Alguns problemas metodológicos*, in «Actas da 1.ª Reunião do Quaternário Ibérico», Centro de Estudos Geográficos, Vol. I, Lisboa, 1985, pp. 269-279.

Sobre eles, ou em contacto directo com o substrato rochoso, existem frequentemente várias formações de cobertura, dunares e coluvionares, tendo-se estas últimas mostrado necentemente bastante ricas do ponto de vista arqueológico. Aliás, é precisamente numa destas formações que está implantada a Estação Paleolítica do Cerro.

Perpendicularmente a estes terrenos de origem sedimentar, surgem pequenos vales onde correm ribeiros no sentido E/W. Em alguns deles é possível verificar a existência de depósitos aluvionares actuais geralmente aproveitados para trabalhos agrícolas, bem como de formações de génese similar mas mais antigas, posicionadas a cotas relativamente superiores.

Sob estas formações encontramos as rochas do complexo xisto-grauváquico ante-ordovícico, e as séries metamórficas derivadas, representadas por uma grande variedade de xistos, conglomerados, migmatitos, gneisses, micaxistos, etc. À medida que avançamos para o interior começam a surgir os granitos intrusivos, que originaram o *relevo marginal*.

3 — Intervenção arqueológica

A primeira campanha de escavação consistiu na abertura de três sondagens de 2 m de comprimento por 1 m de largura, integradas no sector A, localizado junto de um pequeno corte numa cascalheira onde se haviam encontrado vários objectos líticos talhados (Fig. 2)⁵. Pretendíamos assim definir de forma precisa o seu contexto estratigráfico e, paralelamente, determinar a estruturação dos depósitos detriticos em profundidade. No entanto, a constante discontinuidade dos estratos, bem como os claros indícios de remeximento do terreno, impediram uma visão de conjunto das principais unidades sedimentares e dificultaram o seu relacionamento.

A segunda fase dos trabalhos de campo foi determinada pela eminência de destruição duma vasta área da estação arqueológica devido às obras de construção do futuro parque de campismo da Madalena⁶. Foram então abertas duas sondagens de 2 m por 1 m, separadas entre si pelo espaço de 2 m (sector B). A partir da sondagem mais próxima da área

⁵ Estes trabalhos foram superiormente autorizados e financiados pelo Instituto Português do Património Cultural, tendo neles participado diversos estudantes de Arqueologia e História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁶ Esta nova campanha foi realizada com carácter de urgência e o apoio do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, tendo nela participado a Dr.^a Ana Maria Leite da Cunha, Técnica Superior da referida Instituição. A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia cedeu uma pequena equipa de trabalhadores e comprometeu-se a financiar os trabalhos.

intervencionada durante a 1.^a campanha de trabalhos, estabeleceu-se um eixo perpendicular no sentido NE/SW, ao longo do qual se abriu uma vala de 10 m de comprimento por 1 m de largura. Por último, escavou-se ainda uma outra sondagem a NNW da vala de grandes dimensões (Fig. 2).

Com esta disposição das sondagens procurámos avaliar o desenvolvimento estratigráfico das formações detectadas no decurso da campanha anterior, definindo ao mesmo tempo a extensão da jazida e a real dimensão da concentração dos materiais talhados neste sector meridional. Se bem que boa parte das questões levantadas não tenham ficado totalmente esclarecidas, conseguiu-se contudo confirmar algumas das hipóteses inicialmente avançadas.

3.1 — Descrição estratigráfica das sondagens do sector A (Fig. 3)

Camada 1 — Camada superficial rica em substâncias orgânicas com uma espessura que varia entre os 25 e os 40 cm. Integra alguns seixos e areões dispersos de pequeno calibre. Em alguns locais existe um sedimento fino de cor castanha, semelhante ao da parte superior da camada 3. A diversidade dos elementos componentes deste depósito, bem como a ausência de qualquer estrutura sedimentar organizada, deve-se a fenómenos de bioturbação em curso.

Camada 2 — Coluvião constituído essencialmente por seixos rolados de morfologia marinha com calibre médio. Alguns apresentam um elevado grau de alteração. Noutros casos surgem com fracturas que evidenciam um intenso rolamento, o que nos levou a crer que tais acidentes ocorreram antes da formação da camada. Constatámos aqui a quase inexistência de matriz. Ela resume-se a um sedimento arenoso muito fino, composto em grande parte por grãos de quartzo arredondados e foscos, que envolve de forma descontínua os elementos mais grosseiros, não lhes conferindo qualquer compactação. Numa das sondagens (M5/N5) esta camada é constituída principalmente por grandes blocos de quartzo filoneano muito angulosos, provavelmente provenientes da alteração e desagregação do granito do substrato. Estes materiais estão aí inseridos numa matriz limo-argilosa de cor castanha, semelhante aquela que também se encontra em alguns locais na camada 1. A selecção entre estas duas fácies do depósito só poderá tornar-se mais compreensível com o decurso de novos trabalhos no local. No seu todo a espessura desta camada varia entre os 40 e os 55 cm.

Camada 3 — Coluvião limo-argiloso de cor castanha, apresenta-se muito compactado. Tem uma espessura algo variável, pois atinge os 70 cm em alguns locais, chegando a estar ausente noutros. Nele integram-se de forma não organizada raros areões e pequenos seixos eolizados. Na

sua base adquire, contudo, uma constituição mais grosseira e uma coloração castanho-avermelhada.

Camada 4 — Coluvião constituído por seixos integrados numa matriz areno-argilosa idêntica à da base da camada 3. É porém ligeiramente mais avermelhada, principalmente nas zonas em que entra em contacto com o substrato rochoso. A sua espessura situa-se entre os 50 e 60 cm. À medida que nos aproximamos da rocha de base surgem algumas bolsas de areia amarelada que possuem seixos agregados por uma matriz bem compactada.

Substrato — Granito porfiróide, fortemente alterado devido à desagregação dos cristais de feldspato. A sua configuração mais ou menos aplanada sugere tratar-se de uma antiga plataforma de abrasão marinha.

3.2 — *Descrição estratigráfica das sondagens do sector B (Fig. 4)*

Camada 1 — Corresponde a um solo actual, cuja elevada densidade de raízes, em boa parte apodrecidas, lhe confere uma tonalidade escura. A matriz é areno-argilosa, com alguns areões e seixos de pequenas dimensões. Trata-se portanto de uma camada análoga a encontrada no sector A.

Camada 2 — Coluvião formado quase exclusivamente por seixos, dispostos numa série de pequenos leitos encaixados na camada 3. Pela sua distribuição aleatória somos levados a concluir que na sua origem esteve uma violenta deposição. Em abono desta hipótese verifica-se também a quase inexistência de matriz fina, tal como na camada 2 do outro sector.

Camada 3 — Camada de origem coluvionar constituída por um sedimento limo-argiloso de cor castanha escura e menos arenoso que o da camada seguinte. A sua espessura varia entre 10 e 70 cm. Raramente possui elementos grosseiros, apenas presentes com maior frequência nas zonas de contacto com a camada inferior ou superior. No seu topo verificamos a presença pontual de pequenas bolsas com um perfil côncavo e formadas por areias e areões sem qualquer compactação, possivelmente decorrentes de uma erosão causada pelo escoamento de águas. Esta camada foi relacionada com a camada 3 do sector A.

Camada 4 — Coluvião com uma espessura muito variável, pois se em alguns locais se resume a poucos cm, noutros chega a atingir os 60 cm. Os elementos que o compõem consistem em alguns seixos inseridos numa matriz areno-argilosa, areia esta retomada da camada inferior, com uma coloração avermelhada e relativamente compactada. A disposição dos seixos, bem como de alguns materiais talhados aí descobertos, quando observada no corte apresenta uma certa horizontalidade. Este

coluvião encontra-se contudo muito ravinado e destruído pela camada superior, facto esse atribuível de novo à acção de fenómenos erosivos.

Camada 5 — Constituída exclusivamente por areias de cor amarelada, apresentando uma fraca compactação. Do ponto de vista granulométrico são mais finas do que as da matriz do depósito marinho inferior. Morfologicamente, os grãos apresentam-se foscos e arredondados. Excepcionalmente surgem alguns elementos mais grosseiros, como é o caso de blocos de quartzo filoneano eolizados. Consideramos esta camada, com uma espessura que varia entre os 40 e os 20 cm, restos de uma cobertura dunar.

Camada 6 — Nível marinho com uma espessura entre 1 m e 50 cm, constituído por seixos rolados envoltos numa matriz arenosa grosseira de cor amarelada, com algumas manchas ferruginosas avermelhadas na base. Os seixos evidenciam uma litagem bem desenvolvida, ainda que no topo do depósito se encontrem ligeiramente levantados.

Substrato — Como no sector A, também aqui o granito se apresenta em adiantado estado de alteração. Do mesmo modo evidencia características morfológicas que nos permitem visualizá-lo como testemunho de uma plataforma de abrasão marinha. A sua cota é de cerca de 28 m face ao nível actual das águas do mar.

3.3 — *Interpretação dos dados estratigráficos*

Parece-nos evidente a existência de uma plataforma de abrasão marinha sobre a qual se conservaram sedimentos após uma fase regressiva. No entanto a espessura de tais sedimentos terá variado devido às irregularidades topográficas do substrato granítico, nomeadamente entre o sector B e o sector A. Neste último a rocha de base encontra-se a uma cota mais alta, formando aparentemente uma elevação relativamente proeminente, o que terá ocasionado localmente a redução da potência destes sedimentos. Deste modo, após a ocorrência de fenómenos erosivos, grande parte do depósito marinho terá sido aqui destruído.

Posteriormente, sobre esta praia fóssil formou-se uma cobertura dunar que não só foi detectada na área de intervenção arqueológica, como também em alguns cortes estratigráficos existentes nas imediações. Pelo estado físico das areias (grau de arredondamento elevado e grãos de quartzo foscos), pensamos que esta camada sofreu acções de eolização relativamente elevadas.

A camada 4 corresponde a um depósito coluvionar que no sector B assenta sobre a camada atrás referida, enquanto que no sector A está em contacto com o granito do substrato. Porém, é possível constatar que em certos locais a sua base torna-se bastante arenosa e compacta, existindo

pontualmente pequenos seixos horizontalizados. Os sedimentos com estas características poderão assim corresponder aos restos do depósito marinho entretanto destruído, devido a diversas acções erosivas, entre as quais se destaca a própria deposição da camada 4 e posteriores remeximentos. Em todo o caso este coluvião parece ter tido uma deposição lenta, que não só possibilitou uma certa organização dos sedimentos seus constituintes, como também evitou a sua dispersão. Este aspecto é mais nítido no sector B que no A.

Em seguida pensamos que houve um novo fenómeno erosivo, agora responsável pela redução deste depósito a uma escassa espessura no sector B. Quanto ao que ocorreu paralelamente no sector A, só com a realização de novos trabalhos poderemos responder com mais precisão. No entanto pensamos terem aí havido fenómenos que levaram a um revolvimento desta formação, o que é sugerido pela mistura de diferentes tipos de materiais líticos talhados com diferentes estádios de alteração física. Este aspecto será aliás desenvolvido mais à frente.

Também de origem coluvionar, um outro depósito (camada 3), constituído principalmente por um sedimento argiloso, sobrepõem-se à camada 4. Não é porém homogéneo, pois à medida que nos aproximamos da sua base ganha um aspecto mais arenoso, o que indica terem sido retomados materiais detríticos da camada inferior, que no entanto se restringem aos de fraca granulometria. A sua deposição também contribuiu em parte para a erosão da camada anterior, chegando mesmo a suprimi-la em alguns locais, onde entra em contacto com o nível dunar.

Finalmente, encontramos uma camada exclusivamente constituída por elementos grosseiros. A sua deposição sugere a existência de paleo-canais encaixados na camada 3, preenchidos quase unicamente por seixos rolados sem qualquer organização. A ocorrência deste fenómeno resultou aparentemente duma deposição violenta, em que a matriz arenosa que os envolvia foi suprimida na sua quase totalidade. Quanto à sua génese, pensamos tratarem-se de materiais provenientes de depósitos marinhos e coluvionares destruídos, originalmente implantados a uma cota mais elevada.

3.4 — *Distribuição estratigráfica dos materiais líticos talhados*

Sondagens do sector A

Camada 1 — Foram aqui encontrados vários objectos talhados, possivelmente provenientes das camadas mais profundas, cuja deslocação poderá ser imputada a fenómenos de bioturbação.

Camada 2 — A indústria lítica recolhida nesta camada comporta bifaces, triedros, seixos talhados, núcleos e lascas (transformadas ou não). O estado físico destes materiais é muito diversificado, existindo quer objectos frescos, quer outros claramente boleados. Estes últimos, em maior número, possuem em muitos casos a matéria-prima que lhes serviu de suporte alterada.

Camada 3 — Esta camada é arqueologicamente estéril.

Camada 4 — Trata-se do depósito que apresenta uma maior quantidade e diversidade de tipos de artefactos, possuindo igualmente diferentes graus de alteração física. Em função deste último critério é possível agrupá-los em três conjuntos distintos:

- a) artefactos não boleados e sem alteração da rocha, pontualmente com alguma eolização (bifaces, «hachereaux», triedros, seixos talhados, lascas, núcleos e utensílios de tipo «pico asturiense»);
- b) peças com alguma alteração da matéria-prima, mas igualmente sem vestígios de boleamento e apenas eolizados nalguns casos (bifaces);
- c) artefactos com eolização, com boleamento e com alteração da rocha suporte (bifaces, triedros, seixos talhados, núcleos e utensílios de tipo «pico asturiense»).

Sondagens do sector B

Camada 1 — Como aconteceu no sector A, os materiais aqui recolhidos são de diversos tipos e a sua presença está inequivocamente relacionada com fenómenos de remeximento.

Camada 2 — Situação semelhante à da camada 2 do outro sector.

Camada 3 — Foram aqui encontrados unicamente três objectos talhados.

Camada 4 — Os utensílios relacionados com esta camada apresentam alguma diversidade tipológica e semelhanças significativas no que se refere ao seu estado físico. Eles consistem em bifaces, «hachereaux», triedros, seixos talhados, núcleos e lascas, frescos e sem alteração da matéria-prima. Pontualmente existem alguns objectos em que a alteração está patente, bem como uma ligeira eolização. Com eolização, boleamento e alteração da rocha existe apenas uma lasca.

Camada 5 — Foi somente aqui recolhido um objecto lítico talhado (núcleo), ligeiramente eolizado, que pensamos proceder da camada anterior. Assim, esta camada, do mesmo modo que a camada 3, é arqueologicamente estéril.

Camada 6 — Também no depósito marinho não foi encontrado qualquer vestígio de utensilagem lítica talhada.

3.5 — *Interpretação da disposição estratigráfica das indústrias líticas*

Após a apresentação dos dados sobre a estratigrafia, inferidos dos trabalhos de campo, pensamos ser possível lançar desde já algumas hipóteses interpretativas sobre a distribuição estratigráfica das indústrias recolhidas.

Aparentemente a camada 4 é aquela que está directamente relacionada com os materiais de tipo acheulense, facto que é corroborado pela quase total ausência de eolização e boleamento nos artefactos aí detectados, bem como pela sua relativa concentração e posicionamento horizontal no interior do depósito. No entanto, perante alguns utensílios, nomeadamente bifaces, que apresentam uma certa alteração da matéria-prima, sem que possuam qualquer tipo de desgaste ou pátina, levantamos a hipótese de existir um grupo de artefactos cronologicamente mais antigo.

Como já referimos, esta camada sofreu posteriormente acções erosivas responsáveis pela redução da sua espessura e pela mistura de diferentes indústrias. Este remeximento não é contudo generalizado. Ele verifica-se exclusivamente no sector A, onde recolhemos uma indústria com bifaces e «hachereaux», conjuntamente com utensílios de tipo «pico asturiense», que apresentava no seu conjunto diferentes estados físicos.

Deste modo, os materiais acheulenses frescos, com ou sem alteração da matéria-prima, associados originalmente à camada 4, vão adquirir no decurso deste processo de erosão e conseqüente remeximento uma nítida eolização e mesmo algum boleamento. Há porém alguns objectos que se mantêm com o estado físico original, facto que pode dever-se a uma erosão diferenciada que permitiu a preservação da camada 4 inicial em algumas depressões existentes na rocha de base.

Quanto à indústria com «picos», não nos é ainda possível apresentar qualquer conclusão definitiva dado o desconhecimento do seu contexto primário e o reduzido número de artefactos deste tipo até agora encontrados. Contudo, em função do elevado grau de boleamento que a maioria destes objectos apresenta, cremos terem sofrido a acção dos agentes erosivos durante um longo período de tempo, antes de terem sido integrados no depósito.

Dada a ausência deste tipo de utensílios na camada superior, e em função das conclusões tiradas a partir do seu grau de alteração física, pensamos ser possível colocá-los crono-estratigraficamente num momento posterior à formação da camada 4 e anterior à deposição da camada 3 que imediatamente se segue.

Embora em número mais restrito, encontramos aqui alguns «picos» cujo boleamento é praticamente nulo, o que pode indicar que após o seu

abandono terão sido rapidamente soterrados pelo remeximento ocorrido no local.

Na camada 3, apesar de terem sido encontrados três objectos líticos que não apresentam qualquer indício de boleamento, temos dúvidas quanto à existência duma indústria a ela associável. Para já preferimos justificar a sua presença neste depósito como resultante de um remeximento de origem vegetal ou mesmo antrópica. Aliás, em alguns locais onde esta camada aflora à superfície, foram detectados no decurso da escavação fragmentos de cerâmica pré-histórica e mesmo actual.

A camada que topograficamente se segue é a camada 2. Também aqui não nos é possível ainda definir se estamos perante uma ou mais indústrias líticas. A grande diversidade de estados de alteração da matéria-prima e o boleamento evidenciado pelos materiais talhados apenas possibilita concluir que estes estiveram sujeitos a processos erosivos diferenciados, e que, à partida, provêm da destruição de depósitos sedimentares existentes em locais mais elevados. Em abono desta hipótese é de destacar o facto de muitos deles apresentarem fracturas que podem ter ocorrido no decurso de um transporte e deposição violentos, como havíamos referido anteriormente.

Pelo facto de até ao momento não termos encontrado nesta camada utensílios de tipo «pico asturiense», julgamos ser possível admitir que esses velhos depósitos teriam exclusivamente indústrias acheulenses, dado que os bifaces são um dos tipos que aqui nos surgem com maior frequência.

4 — Estudo sumário das indústrias líticas

Até ao momento recolhemos na área da Estação Paleolítica do Cerro cerca de 236 objectos líticos talhados, dos quais 73 provêm da superfície, enquanto os restantes (163) foram recolhidos durante os trabalhos de escavação⁷.

Em termos tipológicos e técnicos distribuem-se pelos seguintes grupos:

Bifaces = 43 (18%)
«Hachereaux» = 2 (0,8%)
Triedros = 12 (5%)

⁷ Um estudo mais circunstanciado da indústria da Estação Paleolítica do Cerro será posteriormente apresentado por um dos autores (S.E.M. Rodrigues), no âmbito dos trabalhos de investigação que neste momento desenvolve na região.

Seixos talhados = 16 (7%)
 Utensílios sobre lasca = 13 (5,5%)
 Lascas = 69 (29%)
 Núcleos = 44 (19%)
 Utensílios de tipo «pico asturiense» = 7 (3%)

Em relação aos bifaces destaca-se desde logo a sua elevada percentagem em relação aos restantes objectos talhados. Os materiais usados com mais frequência como suporte na sua confecção são os seixos rolados predominando os de quartzite face aos de quartzo e grés. Os bifaces de lasca surgem em número muito reduzido. Todos eles evidenciam um talhe produzido por percutor duro. Salvo raras excepções, são objectos com um aspecto fruste, em que a sinuosidade do gume e alguma dissemetria das silhuetas são quase uma constante. Quanto a nós este facto justifica-se pela má qualidade da matéria-prima disponível.

Os «hacheraux», pelo contrário, aparecem representados por uma reduzida percentagem, o que tradicionalmente não é comum neste tipo de indústrias. Uma vez mais pensamos que esta situação pode dever-se às modestas dimensões dos seixos rolados existentes nos depósitos da região, que não possibilitariam a extracção de lascas susceptíveis de serem usadas na produção deste tipo de utensílios. De certo modo, a diminuta quantidade de bifaces sobre lasca recolhidos até ao momento, vai ao encontro desta hipótese. Registe-se ainda que uma das peças corresponde a um «hachereau» de tipo VI, sobre lasca kombewa, enquanto a outra foi talhada numa lasca de descorticagem. Em ambos os retoques de regularização dos bordos foram produzidos por percutor duro.

Quanto aos triedros, como sucede nos restantes artefactos, predomina a utilização dos seixos rolados como suporte e evidenciam no seu todo um talhe obtido por percutor duro. O destaque da extremidade distal é feito quer pela realização de vários levantamentos nas três faces do utensílio, quer pela execução de um primeiro levantamento, a partir do qual de seguida se produzem dois outros tendencialmente convergentes.

Os seixos talhados constituem um grupo de utensílios com um significado percentual mais relevante. Talhados predominantemente em seixos rolados de quartzite, embora com alguns exemplares de quartzo e grés, possuem no conjunto dimensões relativamente reduzidas. São na sua quase totalidade unifaciais e apresentam-se equilibradamente repartidos entre os de gume simples (convexo, côncavo e recto) e os de gume convergente, que formam uma pequena ponta distal.

Elaboradas preferencialmente em quartzite, seguindo-se o grés e o quartzo, as lascas correspondem ao material recolhido em maior abundância. As suas dimensões médias são relativamente reduzidas. No que se refere

aos talões, predominam os cortiçais, seguindo-se os lisos. Estes últimos podem ter sido obtidos quer a partir da utilização do negativo de uma lasca anterior usado como plano de percussão, quer pelo aproveitamento de superfícies de clivagens naturais, que abundam nos seixos locais. Os talões diedros são raros e os facetados estão ausentes. De registar ainda o predomínio das lascas de descorticagem (ou de primeira geração), o que testemunha uma exploração pouco intensa dos núcleos.

Algumas destas lascas foram posteriormente transformadas em utensílios de reduzidas dimensões, entre os quais se podem assinalar alguns raspadores, furadores atípicos e entalhes.

Com uma percentagem elevada, os núcleos da Estação Paleolítica do Cerro, salvo uma única excepção, caracterizam-se pelas suas reduzidas dimensões médias, o que não só corrobora a observação idêntica feita para as lascas, como também está em consonância com o que atrás foi dito em relação à frequência dos «hacheraux». Com efeito, as lascas que a partir deles se obtiveram apenas serviriam para serem utilizadas em bruto ou transformadas em pequenos artefactos. Também aqui o quartzite se revela como a matéria-prima mais importante, seguido do grés e do quartzo, denotando-se nos suportes utilizados a existência de superfícies naturais, corticais ou não, susceptíveis de servirem de planos de percussão.

Por último, é de destacar que os utensílios de tipo «pico asturiense» estão representados no conjunto das peças recolhidas por uma fraca percentagem. Confeccionados exclusivamente a partir de seixos de quartzite, caracterizam-se de um modo geral pelo seu talhe unifacial e relativamente abrupto, formando uma extremidade distal mais ou menos destacada, cuja secção tanto é triangular como trapezoidal.

A presença destes artefactos em associação com uma indústria tipicamente acheulense na Estação Paleolítica do Cerro, só poderá contudo vir a ser devidamente esclarecida com a continuação dos trabalhos arqueológicos aí encetados em 1989.

Aliás, muito embora o presente trabalho não tenha a pretensão de apresentar um estudo exaustivo da indústria lítica já recolhida nesta estação arqueológica, pensamos que os dados coligidos ao longo das duas campanhas de escavação já realizadas tornam premente o prosseguimento das investigações. Não só esta jazida nos surge como um local chave para o conhecimento das primeiras ocupações humanas de toda a região, como o próprio alargamento da área intervencionada, proporcionando a recolha de vestígios quantitativamente mais significativos e uma melhor compreensão da sua estratigrafia, se revela indispensável para confirmar muitas das hipóteses interpretativas aqui adiantadas. Os potenciais danos que podem advir da construção no local do parque de campismo da Madalena, aconselham a maior brevidade possível.

Bibliografia

ARAÚJO, M. Assunção — *Linhas gerais de uma nova metodologia do estudo do litoral. Exemplo da plataforma litoral da região do Porto*, in «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto — Geografia», Porto, vol. I, 1985, pp. 75-85.

ARAÚJO, M. Assunção — *O estudo do litoral Norte de Portugal (região do Porto). Alguns problemas metodológicos*, in «Actas da 1.ª Reunião do Quaternário Ibérico», Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, vol. I, 1985, pp. 269-279.

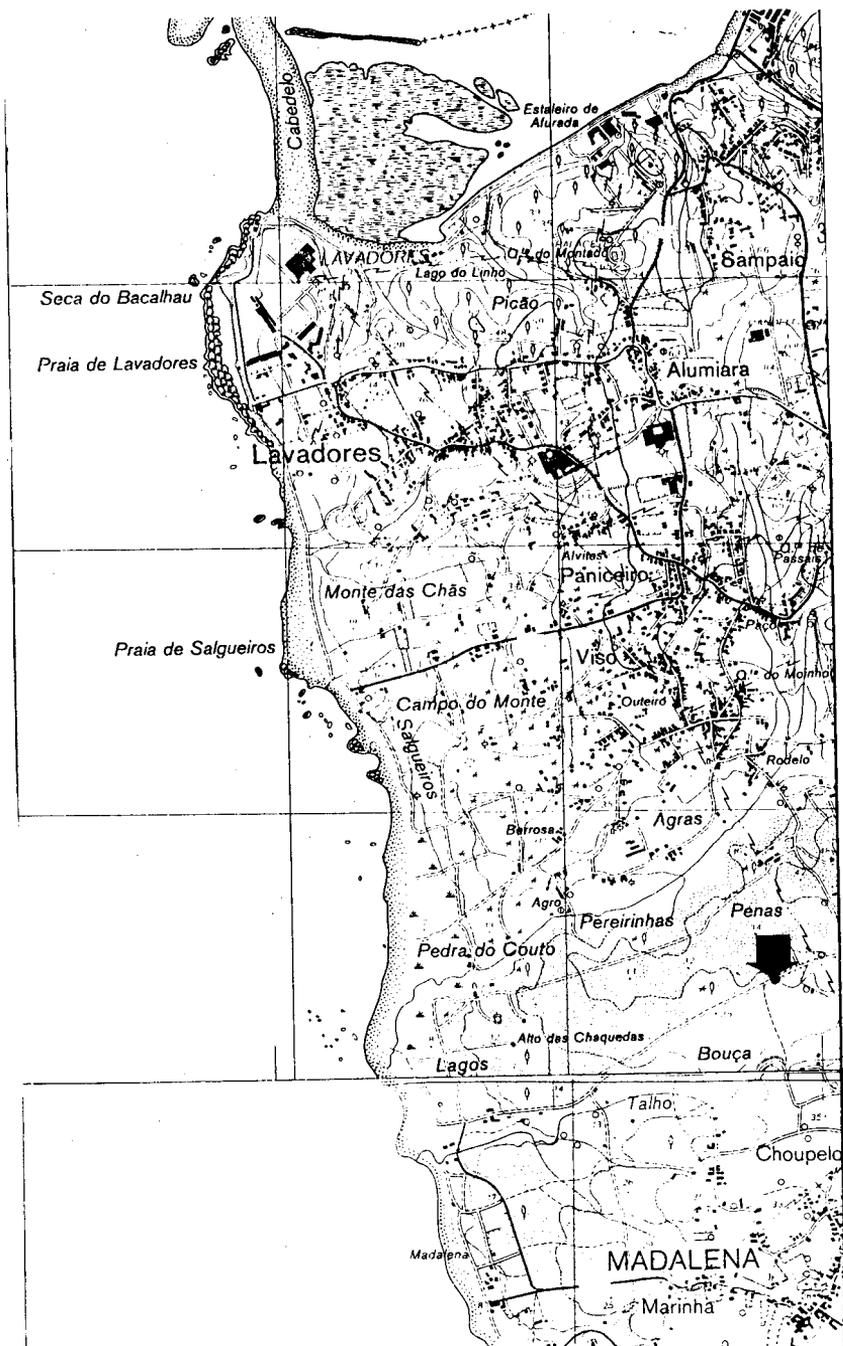
BRANDÃO, D. Domingos de Pinho — *Novos elementos arqueológicos de Lavadores — Gaia. Breve notícia*, in «Lucerna», Porto, vol. II, n.º 1-2, 1962, pp. 79-81.

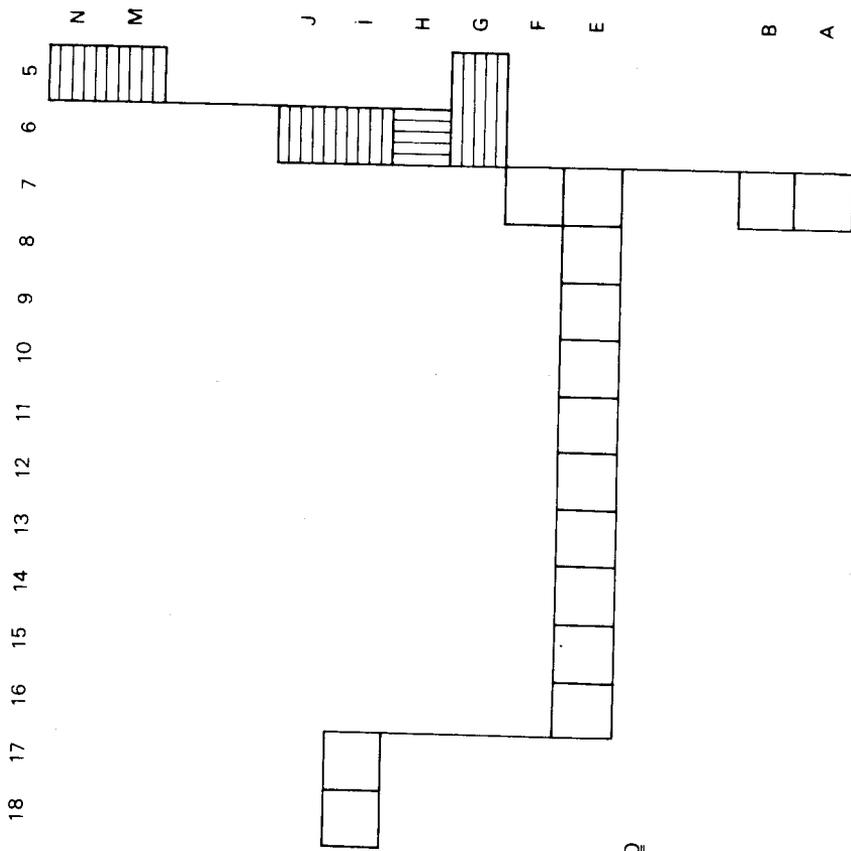
CORTEZ, F. Russell — *Estaciones paleolíticas de los alrededores de Oporto (Lavadores, Pasteleira)*, in «Archivo Espanol de Arqueologia», Madrid, n.º 64, 1946, pp. 249-256.

TEIXEIRA, C.; PERDIGÃO, J.; TORRE ASSUNÇÃO, C. — *Notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000*. Folha 13-A (Espinho). Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1962, p. 28.

ZBYSZEWSKI, G. — *Notícia explicativa da Carta Geológica do Quaternário de Portugal na escala de 1/1000000*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, pp. 39.

Idem — *Le Quaternaire du Portugal*, «Boletim da Sociedade Geológica de Portugal», Lisboa, vol. XIII, fasc. 1-2. 1958, pp. 3-227.





(FIG. 2)

PLANTA DA ESCAVAÇÃO

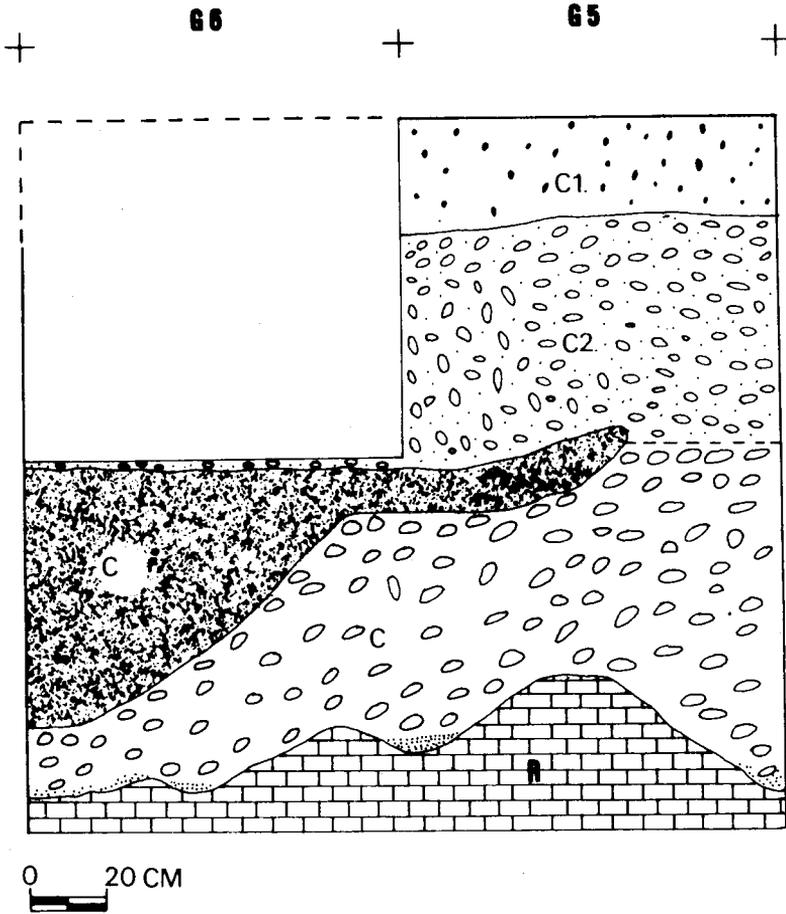
 SECTOR A

 SECTOR B

 1M

CERRO - CORTE NW

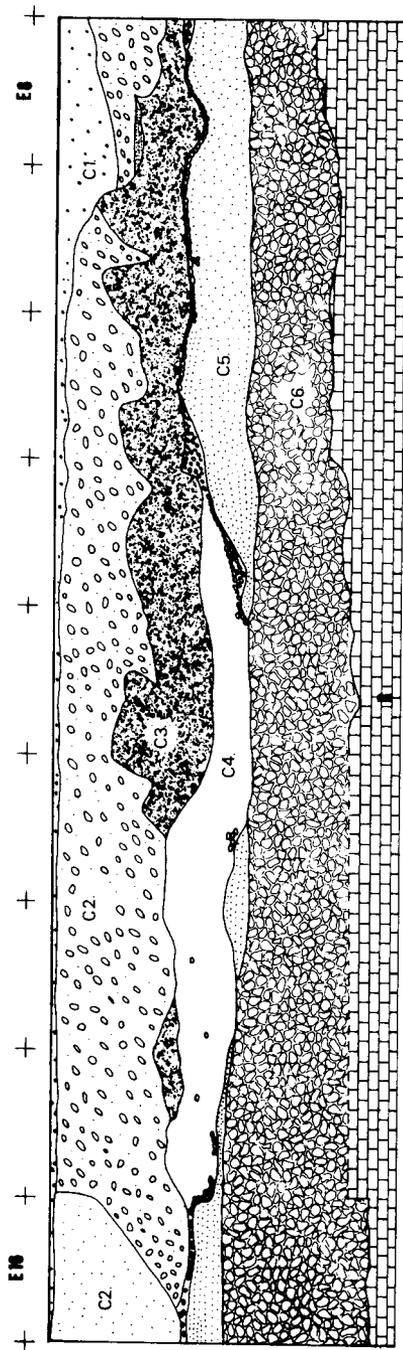
(SECTOR A - 1989)



(FIG.3)

CERRO - CORTE NW

(SECTOR B - 1989)



(FIG 4)

NOTÍCIAS E RECENSÕES

**PARTICIPAÇÃO DE PRÉ-HISTORIADORES
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
EM CONGRESSOS REALIZADOS NO ESTRANGEIRO (1991)**

É sabido que o sector de Arqueologia da Secção de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é um dos mais activos do país, tanto ao nível da investigação, como dos serviços prestados no ensino e no apoio à comunidade. No âmbito da Pré-história esse sector conta com quatro docentes, sendo um catedrático (Vitor Oliveira Jorge), outro professor associado (Susana Oliveira Jorge), e dois assistentes, estes últimos em fase muito adiantada de preparação das respectivas dissertações de doutoramento (João Pedro Ribeiro e Maria de Jesus Sanches).

No corrente ano, os dois primeiros docentes referidos estiveram presentes, com comunicações, em três congressos internacionais, o que deve ser aqui noticiado, pois contribui para demonstrar o esforço que está sendo feito, por muitos elementos da nossa Escola, no sentido de se manter um permanente diálogo com colegas de outros países, afirmando ao mesmo tempo o nome e o papel da Universidade do Porto nos *fora* internacionais. Essas deslocações foram possíveis graças ao apoio das seguintes entidades: Fundação Calouste Gulbenkian; Reitoria da Universidade do Porto; Secretaria de Estado da Cultura; Comissão Nacional da Unesco; Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; Serviços Culturais do Min. dos Neg. Estrangeiros; Comissão Cultural Luso-Americana.

Os congressos a que se aludiu foram os seguintes:

— «*Le Mont Bego. Une montagne sacrée de l'Âge du Bronze. Sa place dans le contexte des religions préhistoriques du Bassin Méditerranéen*». (Tende, Alpes franceses, 5 a 11 de Julho de 1991). Organização: Centre National de la Recherche Scientifique. N.º aproximado de participantes com comunicação: 90. Idem de portugueses: 3.

— *XII Congresso da União Internacional das Ciências Pré- e Proto-históricas* (U.I.S.P.P. — Unesco) (Bratislava, Checoslováquia, 1 a 7 de Setembro de 1991). N.º aproximado de participantes (muitos com comunicação): 800. Idem de portugueses: 8. Neste congresso VO.J. representou Portugal como membro do Conselho Permanente da U.I.S.P.P., e elemento da sua Comissão do Neolítico.

— *Congresso Anual da American Anthropological Association* (Chicago, Estados

Unidos, 20 a 24 de Novembro de 1991). N.º aproximado de participantes com comunicação: 2.500. Idem de portugueses: 3.

Se ter credibilidade científica em Portugal é evidentemente importante, muito mais o é a nível externo, onde nos vemos confrontados com um juízo crítico mais alargado, escolas de pensamento e metodologias diversas e, frequentemente, com meios de trabalho que, pela sua dimensão, são de momento impensáveis em Portugal. Vencendo as barreiras da língua e da distância, e sobretudo complexos de inferioridade ou (o que é o reverso da medalha dos anteriores) sentimentos de auto-suficiência iluminada e megalómana, que são descabidos e só nos isolam, temos de ir conquistando passo a passo terreno na cooperação científica internacional. Referimo-nos à cooperação autêntica, e não utilizamos a palavra por mero eufemismo, para esconder, como às vezes acontece, autênticos fenómenos de subalternização dos nossos investigadores, ou atitudes de «colonização cultural» inaceitáveis num país da comunidade europeia, com responsabilidades perante uma longa história de promoção do conhecimento científico, quer no seu território, quer em muitos outros pontos do mundo, por onde aliás se acham ainda dispersos tantos dos seus bons investigadores.

No momento em que se adensam sombras sobre as condições da investigação científica em Portugal, nomeadamente no campo das ciências humanas e fundamentais, achamos oportuno acentuar estas ideias. Não nos conformamos com o obscurantismo cultural de certos tecnocratas das esferas do poder, que nos querem arrastar para uma situação de subdesenvolvimento cultural, mascarada por obras de fachada ou programas de pesquisa de pretensa utilidade a curto prazo. Aos que no fundo pensam que o nosso património cultural se reduz a um conjunto de monumentos simbólicos e emblemáticos, lembraremos que o núcleo principal desse património é constituído pelos criadores culturais vivos, seja qual for a sua esfera específica de acção, e que são essas forças e energias que é necessário estimular para desenvolver Portugal e o projectar no mundo.

V. O. J.

CONGRESSO INTERNACIONAL «JUDIOS E CONVERSOS EN LA HISTORIA»

Este Congresso decorreu em Ribadavia, Galiza, de 14 a 17 de Outubro de 1991, organizado pelo Centro de Estudos Medievais de Ribadavia com a colaboração das Universidades de Santiago e Vigo (Faculdade de Humanidades de Orense), Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris, Casa de Velázquez de Madrid e Centro de Estudos Históricos do CSIC.

A coordenação científica do Congresso esteve a cargo dos Doutores Carlos Barros (Universidade de Santiago), José Luis Lacave (Consejo Superior de Investigaciones Científicas), Moisés Orfali (Universidade Bar-Llan, Israel), Joseph Perez (Casa de Velázquez, Madrid), e Bernard Vincent (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris).

Congresso essencialmente medievalista, contou com a participação da maioria dos especialistas do judaísmo ibérico, quer da Península, quer franceses, israelitas, ingleses, americanos e russos; colaboraram também alguns investigadores ibéricos ligados aos cristãos-novos e à Inquisição.

É de salientar o alto nível das comunicações, distribuídas por três secções: Mentalidades, Cultura e Religião e Sociedade, assim como a adesão de professores e

alunos de várias Faculdades e outras Instituições Culturais da Galiza, bem como do público em geral, extraordinariamente participativo.

Na sessão de abertura e na presença do Conselheiro da Cultura, dos Reitores das Universidades de Vigo e Santiago, Alcaide de Ribadavia e Presidente da Deputação de Orense, teve lugar a conferência inaugural a cargo de Jacques LE GOFF, director da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris, o qual com a profundidade, rigor e estilo que tão bem o caracterizam, cativou e deixou perplexo o auditório com a questão que, e muito bem, deixou em aberto: «Les juifs dans la chrétienté médiévale: dedans ou dehors?»

Aliás, uma das constantes deste congresso, prova cabal do seu nível científico, foi precisamente o teor das questões e o modo como foram apresentadas, de molde a proporcionarem novas pistas e temas de reflexão como relativamente à História das Mentalidades, entre outros, o problema da origem, fundamentação e evolução da limpeza de sangue (John H. Edwards, U. de Birmingham e Joseph Perez da Casa de Velázquez, Madrid), a afirmação de alteridade dos cristãos-novos portugueses como parte da sua identidade (M. José Ferro, U. Nova, Lisboa), enfim a sua mentalidade, do judeu ou do judeu converso (Maurice Kriegel, U. de Haifa e Moisés Orfali, U. Bar-Ilan, Israel), mentalidade projectada inclusivamente através das imagens que deles fazem os cristãos (Jean-Claude Schnitt e Danièle Sansy, EHESS, Paris).

Uma questão particularmente sugestiva e interessante, até porque tratada a vários níveis, foi a tolerância, geradora de acesa controvérsia, na medida em que se verificou que a sociedade portuguesa foi na generalidade mais complacente quer relativamente ao judeu quer ao cristão-novo (Carlos Barros, U. de Santiago; Benito Ruano, Real Academia de la Historia; Humberto Baquero Moreno, José Marques e Elvira Azevedo Mea, U. do Porto; Garcia Carcel, U. Autónoma de Barcelona; Jaime Contreras, U. Autónoma de Madrid).

Na secção Cultura e Religião, destacaram-se, entre outros, alguns aspectos da e na cultura universitária de judeus e cristãos-novos (Adeline Rucquoi, CNRS, Paris; António A. Tavares, U. Nova, Lisboa).

Na secção Sociedade, as numerosas comunicações, dada a sua alta craveira, foram do mesmo modo seguidas de debate vivo, como as que anteriormente referimos, pelo que é muito difícil uma escolha. Pessoalmente, tocou-nos de modo especial as comunicações genéricas e profundas, fruto de uma investigação de muitos anos, de José Luis Lacave (CSIC, Madrid), de David Romano (U. de Barcelona) ou de Miguel A. Ladero Quesada (U. Complutense, Madrid). Ainda nesta secção e já concernentes a cristãos-novos destacaria os trabalhos das investigadoras portuguesas Fernanda Olival e Hermínia Vilar (U. de Évora) e M. Carmo Pinto (U. Aberta, Lisboa).

No âmbito do congresso esteve patente uma exposição filatélica nacional «Yo Recuerdo», temas de Israel e Terra Santa, no museu etnográfico do Ribeiro (Ribadavia) e realizaram-se dois concertos: o primeiro da «Coral Polifónica do Club Artístico de Ribadavia» na igreja de Santo Domingo; o segundo, a cargo da «Xovem Orquestra de Galicia» na igreja de São Francisco.

Após uma visita à espectacular Ribadavia monumental, o Presidente da Junta da Galiza encerrou o congresso, procedendo-se então à entrega dos diplomas.

Foram momentos inesquecíveis quer em função dos valiosos trabalhos, plenos de dados, abrindo novas pistas e reflexões quer em contactos profícuos que nos possibilitaram conseguir respostas, criar novas dúvidas ou formular outras hipóteses, incentivo essencial para os maus momentos da investigação.

Não há palavras para a hospitalidade galega.

Elvira Azevedo Mea

COLÓQUIO TÉCNICO DA COMISSÃO INTERNACIONAL DE DIPLOMÁTICA

Na sequência da candidatura apresentada no Colóquio de Edimburgo, em 1989, aprovada no ano seguinte, em Madrid, de 9 a 12 de Setembro de 1991, realizou-se pela primeira vez em Portugal o *Colóquio Técnico da Comissão Internacional de Diplomática*, que, estatutariamente, tem lugar por ocasião da Assembleia Geral. Era uma antiga aspiração do reduzido número de membros portugueses desta Comissão Internacional, que, assim, tiveram oportunidade de divulgar, junto destes especialistas e por estes junto da comunidade científica internacional, a importância de alguns dos nossos Arquivos e a qualidade dos estudos efectuados entre nós.

Foi precisamente com esse intuito que o Colóquio foi programado numa perspectiva descentralizante, dentro das disponibilidades de tempo a ele destinado, tendo o primeiro dia sido reservado para o Porto, o segundo para Braga e o terceiro para Coimbra, tendo a clausura ocorrido também no Porto, na manhã do dia 12.

A organização do Colóquio nestes moldes só foi possível mercê do patrocínio plural recebido de instituições públicas e privadas, oportunamente mencionadas, cujo elenco completo não é possível incluir neste lugar, às quais se reitera a gratidão da Comissão Organizadora.

O Colóquio, que contou com três dezenas de membros da Comissão Internacional de Diplomática, procedentes da Suécia, Dinamarca, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Áustria, Roménia, Espanha e Portugal, foi seguido por docentes e alunos das Universidades do Porto, Braga e Coimbra, nas jornadas efectuadas em cada uma delas, cabendo aqui uma palavra de reconhecimento às respectivas Reitorias e Faculdades de Letras, bem como à Câmara Municipal do Porto, e às Caves Ramos Pinto e Raposeira pelo acolhimento dispensado, e aos Directores dos Arquivos da Universidade de Coimbra e Distrital de Braga (U. M.) e da Biblioteca Pública Municipal do Porto, pelas exposições intencionalmente preparadas para esse fim.

O tema central do Colóquio foi *A diplomática régia na Baixa Idade Média* e contou com excelentes comunicações, relativas a cada uma das várias regiões europeias, previamente definidas, assim distribuídas: I. Hlavacek — *La typologie des actes des empereurs d'Allemagne*; R. H. Bautier — *Rois de France*; G. W. S. Barrow — *The typology of Scottish acts c. 1230-c. 1350*; Jane Sayers — *The English Royal Chancery from 1199 to 1399*; J. Karayannopoulos *Empereurs de Byzance*; H. Mayer — *Princes d'Orient Latin*; Pereira, Marques, Coelho e C. Homem — *Diplomatique royale portugaise: Alphonse IV (1325-1387)*; Maria Dogaru e I. Silkowska Kuras — *Les types de documents émis par les chancelleries roumaines et la convergence des civilisations dans l'Europe de l'Est*; Herluf Nielsen — *Über verschiedene Typen der skandinavischen Königsurkunden*; P. Ostos e M.^a J. Sanz Fuentes — *Corona de Castilla: Documentación real. Tipología (1250-1399)*; M. Carcel Orti e R. Conde — *Corona de Aragón: Documentación real. Tipología (S. XIII-XIV)*, como melhor se verá nas *Actas*, a publicar brevemente.

Houve, ainda, oportunidade de efectuar diversas visitas de estudo, que nos dispensamos de enumerar.

Não poderemos, no entanto, omitir algumas referências a decisões de carácter administrativo, tomadas na Assembleia Geral, que prestou homenagem ao Vice-Presidente, Prof. José Trenchs Odena e ao Prof. Nuñez Contreras, recentemente falecidos, tendo sido eleita para a vaga de Vice-Presidente a Prof.^a Maria J. Sanz Fuentes, da Universidade de Oviedo.

Ficou ainda decidido que o Colóquio de 1992 terá lugar em Olmuz, na Checoslováquia e que o Congresso Internacional de Insbruck decorrerá de 27 de Setembro a 2 de Outubro de 1993.

Espera-se que a reunião de 1994 se possa efectuar em Heidelberg. Entretanto, dispõe-se já da convocatória para o Colóquio de 1995, a realizar em Monreal, no Canadá.

J. Marques

HOMENAGEM AO PROFESSOR VICTOR DE SÁ

Com motivo da jubilação do Prof. Joaquim Baptista Victor de Sá, do Departamento de História Contemporânea desta Faculdade e assíduo colaborador desta «Revista», foi-lhe prestada significativa homenagem, promovida por uma Comissão integrada por Docentes do referido Departamento.

Do vasto programa jubilar, salientamos o ciclo de conferências, realizado no Auditório da Reitoria, a publicação de um volume de estudos e um jantar de confraternização, presidido por um representante do Magnífico Reitor, com a presença dos Órgãos Directivos da Faculdade de Letras, no qual se reuniu, à sua volta, um elevado número de colegas, de antigos e actuais alunos e de admiradores, vindos de todo o País.

Ao Sr. Prof. Victor de Sá desejamos longos anos de vida, com votos de muitas felicidades.

J. Marques

PROVAS ACADÉMICAS

A actividade de uma Faculdade, além da docência quotidiana, terá de ser avaliada, de modo particular, pelos resultados da investigação aí realizada, quer pelos seus docentes — inclusive, após a conclusão do respectivo *curriculum* académico — quer por eles orientada nos cursos que ministram.

Parte significativa dos resultados desse intenso labor investigativo concretiza-se em teses ou dissertações de doutoramento e de mestrado, que, em numerosos casos, por razões de natureza económica, não chegam a ser publicadas, convido, por isso, proceder ao seu registo, em publicações que veiculem a sua existência.

Dentro desta perspectiva, aqui arquivamos a notícia das dissertações de mestrado em História Medieval e Moderna, apresentadas e defendidas com êxito, nesta Faculdade, desde Outubro de 1989 até Fevereiro de 1992, referindo, de forma sintética, apenas a data da defesa, o nome do(a) autor(a), o título, a composição do júri e a classificação. Assim:

— 17-Outubro-1989; Maria Cristina Oliveira Moreira Gomes Pimenta Aguiar Pinto; *A Ordem Militar de Avis*; Profs. Doutores Humberto Carlos Baquero Moreno, Luís Alberto Adão da Fonseca e Manuel González Jiménez (arguente), da Univ. de Sevilha; Muito Bom.

- 17-Outubro-1989; Isabel Luísa Morgado de Sousa e Silva; *A Ordem de Cristo sob o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa*; Profs. H. C. Baquero Moreno, Luís A. Adão da Fonseca e Manuel González Jiménez (arguente); Muito Bom.
- 3-Novembro-1989; Maria Cristina Almeida e Cunha; *A Ordem Militar de Avis*; Profs. Doutor Luís A. Adão da Fonseca, Maria Helena da Cruz Coelho, da F.L. U. Coimbra, e José Marques (arguente); Muito Bom.
- 16-Novembro-1989; Isabel Maria Gomes Fernandes de Carvalho Lago Barbosa; *A Ordem de Santiago em Portugal na Baixa Idade Média*; Profs. Doutores José Adriano Moreira Freitas de Carvalho (arguente), Luís A. Adão da Fonseca e Eduardo Borges Nunes (F.L.U.L.); Muito Bom.
- 17-Novembro-1989; António Pais de Matos dos Reis; *Origens dos Municípios Portugueses*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Luís A. Adão da Fonseca e Maria Helena da Cruz Coelho (arguente), da F.L. U.C.; Muito Bom.
- 7-Dezembro-1989; Eugénia Maria Silva Pereira da Mota; *Do «Africano» ao «Príncipe Perfeito»*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, (arguente), Armando Luís Gomes de Carvalho Homem e Maria José Azevedo Santos, da F.L.U.C.; Muito Bom.
- 19-Março-1990; Adelaide Lopes Pereira Millan da Costa; *Vereação e vereadores: o governo do Porto nos finais do século XV*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Iria Vicente Gonçalves (arguente), da F.L.U.L., e Armando Luís G. Carvalho Homem; Muito Bom.
- 6-Abril-1990; José Paulo Moura; *A Época da Bonança — Economia e Sociedade do Porto ao tempo da invasão francesa*; Profs. Doutores Luís António de Oliveira Ramos; António Pedro Vicente (arguente), da F.C.S.H. da Univ. Nova de Lisboa; João Francisco Marques; Muito Bom.
- 3-Maio-1990; Fernanda Paula Fernandes Oliveira de Sousa Maia; *O Mosteiro de Bustelo*; Profs. Doutores Cândido Augusto Dias dos Santos (arguente), António de Oliveira e Aurélio de Araújo Oliveira; Muito Bom.
- 10-Outubro-1990; Isilda Maria dos Santos Braga da Costa; *O Mosteiro de Pedroso — 1560-1698*; Profs. Doutores Luís Manuel Rocha Ferrand de Almeida (arguente), da F.L.U.C., Aurélio de Araújo Oliveira e João Francisco Marques; Muito Bom.
- 7-Novembro-1990; Ana Paula Pombinho Mantinho; *Reedificando o Céu. Nomes de baptismo em Gondomar (1583-1799)*; Profs. Doutores Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (arguente), da F.C.S.H. da U.N.L., Fernando Alberto Pereira de Sousa e Carlos Alberto Ferreira de Almeida; Muito Bom.
- 21-Novembro-1990; Margarida Maria Pinto Soares Duarte; *A população de S.^{ta} Marinha — Mobilidade geográfica e estrutura sócio-profissional (1700-1800)*; Profs. Doutores Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (arguente), da U.N.L., Fernando A. P. de Sousa, Joaquim Victor B. G. de Sá. Muito Bom.

— 1-Fevereiro-1991; Ana Maria Santos Nóbrega de Oliveira Braga; *Para uma História do Casamento em Portugal nos finais do Antigo Regime: O quadro normalístico*; Profs. Doutores Eugénio Francisco dos Santos, Maria Benedita de Almeida Araújo (arguente), da F.L.U.L., Francisco Ribeiro da Silva; Muito Bom.

— 6-Março-1991; Isolina Rosa P. Ladeira Alves Pereira; *Mobilidade geográfica na cidade do Porto: 1800-1827*; Profs. Doutores Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (arguente), da U.N.L., Fernando A. P. de Sousa e Francisco Ribeiro da Silva; Muito Bom.

— 5-Julho-1991; Alcina Manuela de Oliveira Martins. *Os votos de S. Tiago no Norte de Portugal, na Idade Média (séc. XII-XV)*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Fernando Lopes Alsina (arguente), da Univ. de Santiago de Compostela, e José Marques; Muito Bom.

— 8-Julho-1991; Judite Antonieta Gonçalves de Freitas; *A burocracia do «Eloquente» (1433-1438). Os textos, as normas, as gentes. I e II volumes*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Armando Luís G. Carvalho Homem e Maria José Azevedo Santos (arguente), da F.L.U.C.; Muito Bom.

— 6-Janeiro-1992; Joel Silva Ferreira Mata; *A Comunidade feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos na Idade Média*; Profs. Doutores Luís A. Adão da Fonseca, Maria José Pimenta Ferro Tavares e José Marques (arguente); Muito Bom.

— 6-Janeiro-1992; Mário Raúl de Sousa Cunha; *A Ordem de Santiago das origens a 1327*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Luís A. A. da Fonseca e Pedro Ferreira Gomes Barbosa (arguente), da F.L.U.L.; Muito Bom.

— 17-Janeiro-1992; Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos; *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães — c. 950-1250*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Maria Helena da Cruz Coelho (arguente), da F.L.U.C., e José Marques; Muito Bom.

— 17-Janeiro-1992; Maria do Rosário Barbosa Morujão; *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Belas (séculos XIII a XV)*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Maria Helena da Cruz Coelho (arguente), da F.L.U.C., e José Marques; Muito Bom.

— 22-Janeiro-1992; Henrique Fernandes Rodrigues; *A emigração do Alto-Minho — 1835-1860*; Profs. Doutores Eugénio Francisco dos Santos, Jorge Carvalho Arroiteia (arguente), da Univ. de Aveiro, e Francisco Ribeiro da Silva; Muito Bom.

— 29-Janeiro-1992; Maria Manuela Baptista Martins Rodrigues; *Morrer no Porto durante a época barroca: Atitudes e sentimentos religiosos*; Profs. Doutores Joaquim Veríssimo Serrão (arguente), da F.L.U.L., Eugénio Francisco dos Santos e João Francisco Marques; Muito Bom.

— 10-Fevereiro-1992; Amândio Jorge Morais Barros; *A Confraria de S. Pedro de Miragaia do Porto, no século XV*; Profs. Doutores H. C. Baquero Moreno, Iria Vicente Gonçalves (arguente), da U.N.L., e José Marques; Muito Bom.

— 14-Fevereiro-1992; António Pedro da Costa Mesquita Brito; *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*; Profs. Doutores Luís A. de Oliveira Ramos, António de Oliveira (arguente), da F.L.U.C., e Francisco Ribeiro da Silva; Muito Bom.

— 14-Fevereiro-1992; Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira Nunes de Lemos Peixoto; *História social da administração do Porto—1700-1750*; Profs. Doutores Luís A. de Oliveira Ramos, Maria Helena Carvalho dos Santos (arguente), da U.N.L., e Francisco Ribeiro da Silva; Muito Bom.

— 20-Fevereiro-1992; Saúl Julião Pinheiro Maciel; *Piedade, instrução e apostolado da rua na 2.ª metade do século XVIII — O itinerário do Fundador do Seminário da Caridade dos Órfãos Desamparados de Lisboa*; Profs. Doutores Eugénio Francisco dos Santos, Amélia de Araújo Oliveira e José Viriato Eiras Capela (arguente), da Univ. do Minho; Muito Bom.

PROVAS DE DOUTORAMENTO

No dia 25 de Janeiro de 1992, perante o júri constituído pelo Reitor da Universidade do Porto, representado pelo Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, e pelos Profs. Doutores Artur Nobre de Gusmão, da F.L.U.C., H. C. Baquero Moreno, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Eugénio Francisco dos Santos e Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira Alves, prestou provas de doutoramento em História, especialidade de História da Arte, o licenciado Agostinho Rui Marques de Araújo, que defendeu a dissertação: *A experiência da Natureza e a sensibilidade Pré-Romântica em Portugal: Temas de pintura e seu consumo — 1780-1825*. Foi 1.º arguente, o Prof. Carlos A. F. Almeida e 2.º arguente, Artur Nobre Gusmão, tendo o candidato sido aprovado «por unanimidade, com distinção e louvor».

J. Marques

**«ON A MEDIEVALIST'S DEATH»¹:
JOSEPH R. STRAYER
(1904-1987)**

1. Da morte dos historiadores

«[...] o decoro interdita qualquer referência à morte. É mórbido e fala-se como se ela não existisse. Há apenas pessoas que desaparecem e de quem se deixa de falar — e de quem, talvez, se fale mais tarde, quanto se tiver esquecido que morreram [...]» (Philippe ARIÈS)².

As palavras de Ariès aqui transcritas julgo comprovarem plenamente que o “fenómeno” que quero começar por referir não é pecha portuguesa, latina ou sequer europeia: não raro, com efeito, um investigador que lide com obras de “veteranos” da Historiografia se vê colocado perante a dúvida — ainda é vivo? já morreu? Por muitas excepções que se possam apontar, o facto é que, e nos mais diversos países, as revistas de *História*, universitárias ou de editor comercial, estão longe de referir sistematicamente os historiadores que vão desaparecendo do nosso convívio³. Mais regularmente o vão fazendo as publicações académicas, até pelos processos de “substituição” que os falecimentos comportam. De qualquer modo, nada disto desmente a realidade de fundo: nacional ou internacionalmente, quer a comunidade dos historiadores, quer o público leitor da produção historiográfica estão *pouco* informados sobre quem vive e quem morre⁴. Poder-me-ão argumentar que Braudel, Ariès, («mutatis mutandis») Sanchez-Albornoz ou, mais recentemente, Norbert Elias se viram “mediatizados” aquando dos respectivos passamentos, e que a “comunidade científica” não deixou de os evocar; mas já E. Labrousse passou comparativamente mais despercebido; e mais ainda um Paul Lemerle, que no entanto fora um dos directores da «Nouvelle Clio»; ou um Michel de Boüard, maugrado o seu destaque na Arqueologia medieval. E se passarmos a nomes “de segundo plano” ou a Historiografias nacionais menos “internacionalizadas”, que dizer então! Aconteceu-me já escrever uma *recensão crítica póstuma*... sem o saber...

No fundo, porquê? Tudo isto se afigura paradoxal, numa conjuntura dita de re-contextualização temporal nas Ciências Humanas, de retorno da “biografia”, de pujança da História da Historiografia... Estes factos são certos, e não ficarão por certo sem consequências quanto ao problema que me ocupa⁵. Mas para já é cedo. Por enquanto, os historiadores continuam, sem dúvida, a ser «esses desconhecidos». Porquê? — repito.

¹ Paráfrase, obviamente, de um título: *On the Medieval Origins of the Modern State*.

² Cit. por Gérard VINCENT, «Uma história do segredo?», in *História da Vida Privada*, dir. por Ph. ARIÈS e G. DUBY, 5. *Da Primeira Guerra Mundial aos nossos dias*, vol. dir. por A. PROST e G. VINCENT, trad. port., Porto, 1991, p. 340.

³ Salvo, evidentemente, quando se trate de membros da Direcção ou Redacção.

⁴ O que, se não desculpa, permite atenuar, ainda que levemente, o facto de escolares dos primeiros anos da licenciatura indicarem correntemente Damião Peres, Paulo Merêa ou Virgínia Rau como historiadores portugueses vivos...

⁵ Tenha-se por exemplo em conta a importância da abordagem das *élites* intelectuais contemporâneas, da *prosopografia*, como método de aproximação — também — aos historiadores de tempos passados, ou o estudo das «grandes escolas»; obras de autores tão diversos como Christophe CHARLE (nomeadamente *Naissance des «intellectuels». 1880-1900*, Paris, 1990), Charles-Olivier CARBONELL (sobretudo *Histoire et Historiens. Une mutation idéologique des historiens français. 1865-1885*, Toulouse, 1976), Gérard VINCENT (*Sciences-Po: Histoire d'une réussite*, Paris, 1987) ou Pierre BOURDIEU (neste caso *La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*, Paris, 1989)

Obviamente, e antes de mais, porque até há pouco vivemos tempos de des-contextualização. Porque a História da Historiografia era cultivada em moldes incipientes. Porque na discussão História-conhecimento histórico se esquecia quase invariavelmente o agente desse conhecimento. «Pas d'historiens, pas de documents!» — sentir-me-ia eu hoje, pelo contrário, tentado a dizer.

Mas o problema é mais longo. Com Michel de Certeau, eu lembraria que, na sua prática, o historiador se situa em função de um *lugar* e de uma *instituição*⁶. *Instituição* (universitária, nas mais das vezes) implicará *poder*. E um poder demasiado cioso de si próprio pode ter dificuldade em suportar a evidência de que *antes* e *noutros lugares* houve/há *outros poderes*, outros homens do Poder (e com Poder). Daí que os termos de carreira possam não ser fáceis — Braudel foi Braudel e não deixou de o sentir...⁷ — e que às retiradas (com homenagem ou sem ela) se siga não raro um véu de silêncio, que por vezes nem a morte levanta.

Mas há mais. *Morte é corte*. E na «realidade passada» o *corte* não existe, o *corte* é produto do próprio historiador no seu trabalho sobre a «realidade histórica»⁸, apreendida qual sucessão de imagens projectadas num «écran», na consciência (fluida) de uma mudança de imagem residindo, em última análise, o *acontecimento*⁹. Interrogação (inevitável?): a morte dos historiadores “perturba” os historiadores?

A “veterania” de Joseph R. Strayer era-me por demais conhecida: uma obra científica iniciada nos anos 30, alguma notoriedade na Europa ainda antes da 2.ª Guerra Mundial. Uma longa carreira na Universidade de Princeton, onde “faria escola”, retirando-se em meados dos anos 70. Mas a «aposentação» não significaria paragem. Tempo de produção de algumas das suas obras mais significativas, o final da década veria surgir o monumental *Philip the Fair*. E em 1982 começaria a publicar-se, sob a sua direcção, um volumoso dicionário de História Medieval; o 9.º tomo sairia em 1987. Irregularmente embora, as notícias iam chegando.

Depois... o silêncio. No Verão de 1990 um encontro ocasional com um «amigo (temporariamente) americano»¹⁰. O pedido de uma indagação. E, no Outono seguinte, o informe solicitadô: Strayer morrera mais de 3 anos antes. O 9.º volume do referido dicionário terá sido assim a sua última contribuição.

1987-1990... seria *tarde* para uma evocação? A hesitação não foi longa. Desde 1978 que regularmente eu citava a sua produção, nomeadamente o pequeno livro de

são a esse respeito significativas. Como significativa foi também, e «malgré tout», a dimensão vivencial e biográfica presente nos colóquios evocativos do cinquentenário dos *Annales* [1979] (*Au berceau des Annales. Le milieu strasbourgeois. L'histoire en France au début du XX^e siècle*, ed. Ch.-O. CARBONELL e G. LIVET, Toulouse, 1983) e do centenário de Marc Bloch [1986] (*Marc Bloch aujourd'hui. Histoire comparée & Sciences Sociales*, ed. H. AT SMA e A. BURGUIÈRE, Paris, 1990). E, no meio de tudo isto, a emergência de uma «ego-história»...

⁶ «A operação histórica», in *Fazer História*, dir. por J. LE GOFF e P. NORA, 1. *Novos problemas*, trad. port., Amadora, 1977, pp. 18 ss. (ed. original, Paris, 1974).

⁷ «Fernand Braudel lui-même n'est-il pas considéré visiblement, par ses successeurs officiels, comme quelque peu dépassé?» (Albert SILBERT, «Modernité et archaïsme en Histoire: quelques réflexions», in *Estudos e Ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, 1988, p. 61).

⁸ Na acepção em que «réel passé» e «réel historique» nos surgem, por exemplo, em Jean-Philippe GENET, «Histoire, Informatique, Mesure», in *Histoire & Mesure*, I-1 (1986), p. 7.

⁹ Cf. Krzysztof POMIAN, *L'Ordre du Temps*, Paris, 1984, pp. 16-19.

¹⁰ Cf. *infra*, nota 15.

1970¹¹, num processo em que, com Martim de Albuquerque¹² e Maria Helena da Cruz Coelho¹³, terei sido pioneiro em Portugal; a obra em causa conheceria tradução portuguesa em 1986, sendo a partir de então de manuseio ainda mais corrente pelos jovens estudiosos, particularmente na Universidade do Porto.

A presente evocação acabou assim por se apresentar como natural. Direi mesmo: inevitável. Mesmo que quatro anos decorridos sobre a morte de um Historiador.

«[...] uma biografia não se estabelece entre o nascimento e a morte de alguém, (...) a morte, muitas vezes, é o início da verdadeira história que vem a interessar para essa biografia» (Francisco José VIEGAS)¹⁴.

Armando Luís de Carvalho Homem

2. Um trajecto, uma obra

Joseph Reese Strayer nasceu em Baltimore (Maryland) a 20 de Agosto de 1904, e faleceu em Princeton (Nova Jersey) a 30 de Junho de 1987. Foi casado duas vezes, a segunda das quais com a medievista inglesa Sylvia L. Thrupp. Estudou na *Horace Mann School* e licenciou-se em Princeton, em 1925. Estudou depois em Harvard, e aí obteve o grau de mestre (1926) e o doutoramento (1932). Pelo meio, um breve estágio em Paris (1929). Foi *instructor* de História no *Stevens Institute of Technology*, em Hoboken, de 1929 a 1930, vindo a exercer igual função na Universidade de Princeton a partir de 1930. Nesta Universidade faria toda a sua carreira, sendo sucessivamente *assistant professor* (1936-1940), *associate professor* (1940-1942), *Henry Charles Lea Professor of History* (1942-1949) e *Dayton-Stockton Professor of History* (1949-1973). Foi *chairman* do departamento de História de 1941 a 1961 e professor emérito a partir de 1973. Pertenceu ao conselho da cidade de Princeton de 1964 a 1967.

Ocupou lugares de evidência em numerosas associações científicas, de entre as quais cabe mencionar: a *American Academy of Arts and Sciences*; a *Mediaeval Academy of America*, sendo seu vice-presidente de 1949 a 1951 e presidente de 1966 a 1969; a *American Philosophical Society*; a *American Historical Association* (e seu presidente em 1971). Foi ainda membro de direcção do *American Council of Learned Societies* (1948-1951), sócio da *British Academy* e doutor «honoris causa» pelas universidades de Caen (1957), Lehigh (1976) e Princeton (1980)¹⁵.

¹¹ Cf. *Obras...*, [5].

¹² Cf. referências a *On the Medieval Origins...* em «A formação jurídica de Herculano: fontes e limites», in *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo. Ciclo de conferências da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 1977, p. 351, e em «Política, Moral e Direito na construção do conceito de Estado em Portugal», in *Estudos de Cultura Portuguesa*, 1.º vol., Lisboa, 1983, p. 131.

¹³ A autora cita a tradução espanhola (de 1981) de *On the Medieval Origins...* em *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (estudo de história rural)*, vol. I, Coimbra, 1983, p. 439 et *passim*.

¹⁴ *Morte no Estádio*, cap. 1, Lisboa, 1991, p. 16.

¹⁵ A maioria dos dados biográficos apontados é proveniente de «STRAYER, Joseph Reese 1904 —», in *Contemporary Authors*, vol. 103 (1983), p. 497, e da notícia publicada no *New York Times* de 4 de Julho de 1987. Os autores agradecem ao Dr. Paulo P. Machado, docente da Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física da U.P. e actualmente bolseiro na Universidade da Califórnia — Santa Bárbara, os elementos que lhes facultou sobre a carreira de Joseph R. Strayer.

A obra de Strayer reflecte alguns dos principais objectos da análise da burocracia e do Estado medievais, quando descreve a peculiaridade da organização e do funcionamento das instituições tardo-medievais como fazendo parte de um processo que culmina na construção do Estado «Moderno»¹⁶. O autor dedicou grande parte da sua vida ao estudo das instituições de dois dos mais precoces «Estados Modernos» europeus, a França e a Inglaterra, nos séculos XII, XIII e XIV, salientando as linhas gerais do seu desenvolvimento como vertentes essenciais de uma configuração institucional.



¹⁶ Como que reflectindo alguns dos pontos de abordagem de maior interesse na obra de Joseph R. Strayer no que diz respeito à administração e ao governo medievais, em sua homenagem foi publicada uma colectânea de ensaios subordinada ao título *Order and Innovations in the Middle Ages: Essays in Honour of Joseph R. Strayer*, Princeton — New Jersey, 1976.

No seu primeiro estudo monográfico, intitulado *The Administration of Normandy Under Saint Louis*, caracteriza a especificidade e a preeminência das instituições daquela província no desenvolvimento global do Estado francês, surgindo como promotora da criação de um sistema geral de «administração local», com um ordenamento jurídico, instituições e condições sociais de existência própria¹⁷. A análise das instituições normandas na centúria de Trezentos permite-lhe caracterizar alguns dos aspectos da «transição» da «sociedade feudal» para o «Estado».

Num outro estudo monográfico demonstra como é que o aparecimento de um sistema de impostos concedeu um maior poder a Filipe o Belo¹⁸.

É no entanto na década de setenta que produz algumas das suas obras mais significativas do ponto de vista da história jurídico-política das monarquias francesa e inglesa, nelas lançando importantes vectores de abordagem das «origens medievais do Estado Moderno». Uma das questões que coloca com extrema pertinência é, sem dúvida, a que se reporta à influência do Direito Romano na formação do Estado monárquico, vindo a ser considerado como um dos principais autores do nosso século a integrar justificadamente a corrente de relegação de tal influência¹⁹. Precisamente num dos seus livros²⁰ procede à clarificação dessa ideia, já clássica, afirmando: «Dire que le développement d'une classe d'hommes formés au droit romain a grandement contribué au développement du pouvoir royal semble injustifié. Sans doute les gens de justice du Midi étaient-ils utiles au roi, mais ils n'étaient pas nécessaires (...), en fin de compte (...) elle a probablement retardé, plutôt que servi, le développement du pouvoir royal»²¹. No estudo do pessoal político e administrativo da França de Filipe o Belo contrapõe-se assim à tradicional ideia da influência do Direito Romano na monarquia francesa. A questão que subjaz a toda esta problemática reporta-se, evidentemente, à existência ou não de uma política jurídica especificamente da monarquia medieval francesa e inglesa, ou se tal política é uma herança directa do Direito Romano. Joseph R. Strayer chama atenção para os vários aspectos jurídico-políticos da monarquia tardo-medieval, salientando que a sua constituição radica num conjunto de ordenamentos e costumes, entre os quais o referido Direito não assume um lugar de exclusividade. O estudo dos legistas veio contribuir para o reforço desta ideia, na medida em que desvendou a relatividade da aplicação do Direito Romano no quadro institucional da monarquia francesa. Neste sentido, conclui que o *Ius Romanum*, apesar de ter sido um importante instrumento de cristalização do Estado, não foi a sua causa eficiente nem a condição necessária à edificação do «Estado moderno»²².

¹⁷ Nas suas próprias palavras, ao retomar o assunto, anos decorridos refere que: «(...) the peculiar characteristics of Normandy and Languedoc were decisive in persuading the government to adopt the administrative pattern that was to prevail in France for so many generations.» (...) «Normandy and Languedoc stimulated and contributed to growth of the royal administration for reasons and in ways that seem clear and understandable» (Cf. *Obras...*, [6], pp. 48 e 57).

¹⁸ Cf. *Obras...*, [3].

¹⁹ Cf. Blandine BARRET-KRIEDEL, *Les chemins de l'État*, Paris, 1986, pp. 101-102 e, da mesma autora, *Les Historiens et la Monarchie*, II. *La défaite de l'érudition*, Paris, 1988, pp. 84 e 99, onde se ressalta o significado conjunto da obra de Joseph R. Strayer, no que diz respeito ao justo lugar para que é remetido o Direito Romano na formação do direito monárquico.

²⁰ Cf. *Obras...*, [4].

²¹ Cf. *Obras...*, [4], pp. 42 e 44.

²² Cf. Blandine BARRET-KRIEDEL, *Les Chemins de l'État*, cit., p. 102.

Considera ainda como importante vector de afirmação do Estado medieval a presença de leigos no desempenho das funções públicas, e também a especificidade de atribuições dos legistas como oficiais de Justiça, conhecedores do direito feudal e consuetudinário, distintos, obviamente, dos juristas da Antiguidade Romana. Concluindo que «(...) au sein du gouvernement, les hommes de loi experts en droit romain étaient toujours dépassés en nombre par les hommes qui n'avaient pas étudié le droit»²³. E assim, os legistas tardo-medievais, conservando um papel decisivo de colaboradores da realeza, sê-lo-iam mais como *juristas* estritos, magistrados, do que como *políticos*, e, mesmo naquela dimensão, não necessariamente como romanistas.

Analisa também as condições que determinam o aparecimento do «Estado»²⁴. O elemento primordial reporta-se ao aparecimento de unidades políticas duráveis e territorialmente estáveis, a necessidade de um centro geográfico no qual a comunidade humana possa construir o seu sistema político. Uma segunda condição relaciona-se com o estabelecimento de instituições políticas impessoais e permanentes, garantia de eficácia na condução dos assuntos públicos. A existência de um consenso sobre a necessidade de uma autoridade suprema, à qual subjaz a ideia de lealdade da parte dos súbditos, completa o panorama. E nestas condições reconhece os atributos do «Estado».

Concede ainda um lugar de privilégio à «biografia» enquanto suporte descritivo das carreiras dos oficiais permanentes de Justiça de algumas circunscrições da administração provincial da França²⁵.

É na sua última obra monográfica²⁶ que explora todas as possibilidades da «biografia», ao efectuar um estudo social e político do reinado de Filipe o Belo, que num trabalho anterior considera «(...) the culmination of the medieval French monarchy (...)»²⁷.

Procede assim à identificação dos servidores régios mais influentes, distinguindo os diferentes níveis de prestígio sócio-político daqueles junto de Filipe o Belo. Avalia o nível de desenvolvimento e consolidação da autoridade régia nas suas múltiplas vertentes político-burocráticas. Considera ainda a passagem das instituições feudais, núcleos “privados” do poder público, à monarquia; as quais foram progressivamente eliminadas pelo triunfo do poder do monarca que, acompanhado pela especialização dos oficiais da justiça e da fiscalidade, acaba por controlar a administração local, suprimindo o exercício dos direitos privados pela aplicação do direito civil. Concluindo, como em 1956: «It seems clear that Philip directed and controlled ordinary operations of government»²⁸.

²³ Cf. *Obras...*, [4], p. 44.

²⁴ Cf. *Obras...*, [5]. Esta obra constitui uma reflexão profunda sobre uma das mais importantes problemáticas da história política actual, muito embora se tenham alargado as perspectivas de abordagem (Françoise AUTRAND, Dominique BARTHÉLEMY e Philippe CONTAMINE, «L'espace français: histoire politique du début du XI^e siècle à la fin du XV^e», in *L'Histoire Médiévale en France. Bilan et Perspectives*, prefácio de Georges DUBY, Paris, 1991, p. 112).

²⁵ Cf. *Obras...*, [4], pp. 46 ss. Procede à identificação de um determinado grupo de homens do Poder — os profissionais da Justiça.

²⁶ Cf. *Obras...*, [7].

²⁷ Cf. «Philip the Fair — A «Constitutional King», trabalho de 1956, reed. in *Obras...*, [6], p. 195. O livro de 1980 é mais um dos numerosos exemplos do que afirmam os três autores citados no final da nota 24: «Il paraît à présent de nouveau légitime d'écrire «l'histoire de France» à travers la vie d'un roi» (art. cit., p. 106), embora o trabalho de Strayer seja menos *estritamente* «biográfico» do que alguns congéneres franceses.

²⁸ Cf. «Philip the Fair...», in *Obras...*, [6], p. 203.

Movendo-se entre a multi-biografia e a biografia, o percurso de Strayer não pode em rigor considerar-se singular; no entanto, em termos globais, a sua obra reflecte algumas das questões que norteiam o estudo do Estado e das sociedades políticas medievais, bem presentes hoje no discurso de um número significativo de historiadores.

Judite Gonçalves de Freitas

Principais Obras de Joseph R. Strayer:

- [1] *The Administration of Normandy Under Saint Louis*, Medieval Academy of America, 1932; reimpr., 1970.
- [2] *The Royal Domain in the Bailliage of Rouen*, Princeton — New Jersey, 1936; reimpr., 1976.
- [3] *Studies in Early French Taxation*, Harvard, 1939; reimpr., 1972.
- [4] *Les Gens de Justice du Languedoc sous Philippe le Bel*, Toulouse, 1970.
- [5] *On The Medieval Origins of the Modern State*, Princeton — New Jersey, 1970; trad. franc., Paris, 1979; trad. port., *As Origens Medievais do Estado Moderno*, Lisboa, s.d. [1986].
- [6] *Medieval Statecraft and the Perspectives of History: Essays*, Princeton — New Jersey, 1971.
- [7] *The Reign of Philip the Fair*, Princeton — New Jersey, 1980.
- [8] (Dir.), *Dictionary of MIDDLE AGES*, 9 vols. e um «Interim Index», Nova Iorque, 1982-87 e 1985.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel — **La sociedad rural en la España Medieval**, Madrid, Siglo XXI de España Editores, S.A., 1988, XX + 320 páginas.

1. Estamos em presença de uma síntese, mais concretamente a primeira sobre a evolução da sociedade rural hispânica ao longo da Idade Média. Dito isto, rapidamente se desenha na nossa frente um cenário de largos contornos espaciais e temporais. Quanto aos primeiros apenas se exclui do mapa peninsular o território português (e nem sempre); em relação aos segundos depara-se-nos uma abordagem de nada menos do que oito centúrias (séculos VIII a XV). Tanto bastaria para limitar esta nota de leitura a uma apresentação geral da obra.

Súmula de muitas leituras e reflexões, o presente estudo constitui, acima de tudo, o resultado, quase diríamos inevitável, de uma carreira pessoal dedicada, desde há vários anos, ao conhecimento da ruralidade hispânica medieval*. Graças à sua própria

* Sobre as causas mais próximas que conduziram à elaboração deste trabalho, diz-nos o próprio autor, no final da Introdução, que se trata de: «*Una síntesis que, en última instancia, debe su empujón final a dos hechos bien concretos. De un lado, las II Jornadas luso-españolas de Historia Medieval. Celebradas en noviembre de 1985 en Oporto, sus organizadores me «obligaron» a rendir cuentas de «La sociedad rural peninsular en la Edad Media», forzándome a reflexionar sobre sus líneas maestras y*

experiência e à orientação de um grande número de teses de licenciatura e de doutoramento, versando essencialmente temas de história agrária, García de Cortázar fez neste livro, antes de mais, o ponto da situação da investigação sobre o mundo rural peninsular da Idade Média. Mas, simultaneamente, ao comparar situações e realidades vividas em regiões tão distantes e diferenciadas como o noroeste galego e a costa mediterrânica valenciana, fez sobressair as grandes linhas de evolução que ao longo dos séculos medievais deram à Península Ibérica a sua fisionomia moderna, ou seja, a de um espaço de estados.

Como o autor confessa logo na Introdução, «*La amplitud de la temática explica la variedad de aproximaciones que el mundo rural ha tenido, lo que no es, necesariamente, sinónimo de cantidad ni de calidad de los estudios a él dedicados. Y ello en lo que parecen los tres grandes temas a dilucidar: la distribución del poder, la creación de la renta a través de una producción y la evolución del paisaje agrario. La confluencia de los dos primeros define, propiamente, una sociedad. La de los dos últimos, una economía. La de los tres, una historia rural*» (p. X). Definidos os objectivos, de igual modo acautelam-se as limitações. No entanto, os desníveis que destas últimas poderão ter resultado foram largamente compensados pela relação constante de dados e por uma invejável capacidade de questionar. Em nosso entender, este último factor constitui, talvez, a maior virtude deste trabalho, na medida em que as pistas e sugestões apresentadas podem ser tomadas como outras tantas hipóteses seguras e ordenadas de investigação.

O livro foi concebido em três grandes capítulos, para além da Introdução e Conclusão, ao longo dos quais o autor procurou estabelecer o fio condutor de uma história plurissecular, preocupando-se essencialmente em definir e caracterizar os modelos de organização social do espaço que gradualmente vão ocupando e integrando o território peninsular. Colocando-os no espaço e no tempo, de igual modo os vai relacionando, tecendo a rede cada vez mais cerrada de solidariedades e dependências que entre eles se vai estabelecendo e que acabará por articulá-los em uma cadeia de fortes e violentos contornos feudais.

2. No primeiro capítulo, «*La Formación de la Sociedad Rural Hispanocristiana en los Siglos VIII a XI*», são colocados em presença e caracterizados os elementos preexistentes à invasão muçulmana e resultantes da evolução final do reino godo.

Três modelos parecem enquadrar a sociedade rural do período visigótico: a *villa* ou grande exploração agrária, a *comunidade de aldeia* e, por último, a chamada «*comunidad rural de «valle» o «tierra»*», que se desenvolveu particularmente na cordilheira Cantábrica e Pirenaica. Qualquer um destes modelos não constituiu, propriamente, uma inovação germânica, mas antes correspondeu a situações que se vinham desenvolvendo já desde os finais do Império com a gradual extinção da vida urbana. Como consequência, «*La tierra se convierte en elemento sustancial de ordenación de actividades y fortunas. Precisamente, en relación con ella (...), el pequeño propietario entrega tierras y libertad a quien puede garantizar su seguridad;*

sobre los temas en que aquéllas se desplegaban. De otro lado, el II Curso de Verano de mi Universidad de Cantabria en Laredo, cuyos coordinadores pusieron a mi alcance la posibilidad, durante una intensa semana del mes de agosto de 1986, de exponer ante unos treinta alumnos los primeros frutos nacidos a partir de la inicial presentación portuense» (p. XVIII-XIX).

normalmente, el gran propietario cercano, sea laico o eclesiástico. Aquél se transforma así de propietario en colono de sus propias tierras, mientras éste amplía con ellas sus propiedades. Simultáneamente a este engrandecimiento físico, el gran propietario aprovecha el vacío de poder del Estado para constituir el suyo propio. Poco a poco fortalece su posición de señor de tierras y hombres» (p. 8). A vinda dos invasores bárbaros não significou nenhum retrocesso neste processo; bem pelo contrário, uma sociedade germânica fortemente estratificada (*optimates, ingenui e servi*) possuía os incentivos necessários para o desenvolver e fortificar.

Com a chegada dos muçulmanos toda a comunidade hispânica, que parecia caminhar no sentido da feudalização, conhecerá um forte abalo e conseqüentemente uma alteração das suas estruturas. Tais circunstâncias permitem a García de Cortázar afirmar algo que nos parece realmente inovador: «*La desarticulación de las bases sociales de partida y la búsqueda de nuevas posiciones de poder permiten dos siglos en que puede hablarse de una cierta espontaneidad social, de una cierta libertad campesina*» (p. 7). Esta realidade ver-se-ia confirmada através da afirmação do modelo da aldeia sobre os demais. Os movimentos populacionais causados pelas incursões muçulmanas dificilmente poderiam favorecer a fixidez das estruturas hierárquicas em que assentavam as *villae* e, de alguma maneira, as próprias comunidades de vale. A mobilidade da população hispânica permitira assim, entre os séculos VIII e IX, alterar a cristalização de carácter feudal a que estava a conduzir a monarquia visigótica e, pelo menos nestes primeiros tempos, assistir ao triunfo das comunidades aldeãs aglutinadas, muitas vezes, em torno de pequenas igrejas rurais.

«*Hasta los años treinta del siglo X el proceso más característico de la sociedad hispanocristiana había sido su avance colonizador, con la creación de multitud de aldeas. Sus efectivos demográficos, cuantificables eventualmente, hablan de densidades bastante considerables*» (p. 27). A partir daqui começamos a detectar nas fontes documentais os primeiros sintomas de uma diversificação do vocabulário indicativo do nível social. Poderemos então dizer que o gradual assentamento da sociedade cristã nortenha acabaria por fazer ressuscitar uma dicotomia existente na época visigótica, e nunca desaparecida, mas que agora, mercê de circunstâncias favoráveis, renascia. Tornava-se claro que «*no cabía ya confiar a la misma persona la tarea de defender la tierra y de hacerla producir*» (p. 29). Os imperativos da guerra contra os muçulmanos, que se generalizava rapidamente a toda a Península e, conseqüentemente, comprometia toda a sociedade hispânica, exigiam uma clarificação das atribuições de cada indivíduo. Evidentemente que já antes deste período a estratificação social, tendo em conta a situação económica e o poder de certas pessoas ou famílias, era uma realidade. Porém, os documentos da segunda metade do século X trazem uma novidade, não só descrevem as situações mas, mais do que isso, classificam as pessoas: *milites* de um lado e *rustici* de outro. Esta dicotomia será porventura a mais visível e de maior ressonância no futuro; no entanto, outras oposições de sexo, de idade, de fortuna, de função, etc., acabarão por se ir impondo a partir do século X e nas centúrias seguintes, conhecendo particularidades específicas em virtude da tradição e das circunstâncias vividas nos diferentes territórios peninsulares.

Desta diferenciação e hierarquização social acabará por resultar, em paralelo, uma distinção e hierarquização dos espaços. O ponto de arranque definitivo deverá ser colocado no ano mil. Ao crescimento demográfico que já vinha de trás associam-se agora aqueles que parecem ser os primeiros excedentes produtivos com significado. Testemunhadas por variados e crescentes vestígios documentais estas realidades plasmam-se, por exemplo, na fundação de mosteiros e nos avanços espectaculares dos cristãos em direcção aos vales do Ebro e do Tejo. A grande diferença para com o século

X está, talvez, no grau de organização que agora se atinge. Esta deriva, em grande parte, das exigências de uma guerra que se havia transformado na grande missão dos reinos cristãos, tanto mais que o muçulmano era visto claramente como um usurpador. Mas resultava igualmente da aquisição de vastos territórios que exigiam uma ocupação e reorganização efectivas, sob pena de serem comprometidas as conquistas militares. Aos espaços montanhosos que haviam constituído o ponto de partida da resistência cristã, associavam-se agora os planaltos e planícies do centro da Península com diferentes formas de ocupação do território: «*Movimientos de hombres y ganados contribuyen así a articular los distintos espacios de los reinos hispanocristianos. En todos estos, montaña y llano, ganadería y agricultura, Norte y Sur comienzan a estructurarse como partes de un todo*» (p. 41).

Gradualmente, ao longo do século XI, a reconquista foi proporcionando terras e, paralelamente a uma desequilibrada distribuição das mesmas, cada vez mais o *grande propietario* se foi transformando em *senhor*. A guerra acabará por atribuir aos que a desempenham como profissionais uma supremacia social e política, traduzida igualmente do ponto de vista económico através da aquisição, legal ou ilegal, de terras. O processo de senhorialização adquirira os seus contornos mais importantes e, protegido pelo rei e favorecido pelos guerreiros, a palavra escrita encarregar-se-á de o reproduzir de forma explícita.

«*Derrotados en unas localidades, triunfadores en otras, los intentos de imposición señorial no remiten a ningún principio teórico. Simplemente, a una costumbre de fuerza. Su poder ya no deriva del rey, sino de la memoria de una tradición que se crea ante nuestros ojos entre los años 950 y 1050. Su misma diversidad según localidades y comunidades es testimonio de que, en cada lugar, la costumbre no hace sino recoger un cierto equilibrio, muy provisional, entre distintos antagonismos sociales*» (p. 50). O espaço e consequentemente a sociedade que nele vivia foram conhecendo uma nova ordem que agora significava, mais do que nunca, a hierarquização e submissão das aldeias que envolviam os castelos e mosteiros e, nos territórios de mais recente conquista, os centros urbanos. Tudo isto resultava em evidente desfavor dos interesses camponeses. Parecia estar terminada a longa transição do mundo antigo para o medieval e, com ele, implantara-se um universo feudal de senhores e vassallos.

3. Se no primeiro capítulo o autor se preocupou essencialmente em estudar «*los aspectos relativos a la dinámica interna de la creación del modelo feudal*» (p. 55), no segundo («*La Expansión del Modelo Feudal en los Siglos XII y XIII: Sumisión y Jerarquización de la Sociedad Rural*») o acento foi colocado no desenvolvimento desse mesmo modelo e consequente adaptação nos novos territórios conquistados ao Islão.

O primeiro grande momento esteve precisamente na aceleração do processo reconquistador a partir da segunda metade do século XI. O confronto com os muçulmanos assumia agora o carácter de uma verdadeira *Reconquista* que, ao alargar consideravelmente o território cristão veio a incorporar, pela primeira vez, importantes centros urbanos (Toledo em 1085, Huesca em 1096, Zaragoza em 1118, etc.). As cidades constituíam elementos novos em termos de organização do espaço e, além do mais, desempenhavam um papel fulcral no processo militar em virtude da sua situação fronteiriça. O contacto directo entre formas de organização tão distintas, por outras palavras, a necessidade de articular a sociedade feudal cristã com a sociedade muçulmana bem implantada nos novos territórios, acabaria por ocupar duzentos longos anos da história peninsular, e de novo a função militar se revelaria determinante em termos sociais, políticos e económicos: «*... la perentoriedad de la guerra contra almorávides y almohades dará alas a quienes se dedican a la función militar. (...) Desde*

la ciudad, el caballero ganadero (...) o el noble interesado en los rendimientos agrícolas (...) sobreimpone su hegemonía sobre el campesino arraigado en las aldeas de la tierra o del «alfoz». (...) Desde esas cabezas de alfoz o capitales de un término, las ciudades comenzarán pronto a dar muestra de su control del mundo rural» (p. 56).

Senhores e camponeses assumem-se como os dois pontos extremos de uma grande e vigorosa cadeia humana que, através de uma malha cada vez mais apertada de dependências, se constitui numa sociedade que tenta reproduzir e aplicar nas novas terras um conjunto de práticas organizativas que tendem rapidamente a uma certa cristalização. Paralelamente, o rápido avanço para o sul levou os senhores a apostarem fortemente na criação de gado como a fórmula económica mais adequada a uma sociedade em grande mobilidade. Afirmção dos centros urbanos e incremento da exploração gandeira acabarão por constituir-se em dois dos fenómenos mais visíveis que afectaram o mundo rural dos séculos XII e XIII.

A gradual deslocação para as cidades e um distanciamento cada vez maior em relação aos seus domínios, não impediram os senhores de manterem um apertado controlo sobre o campesinato. Com o desenvolvimento de variados mecanismos, de entre os quais se salienta o sistema rentista, o senhor continua a fazer convergir para si uma parte muito considerável dos rendimentos agrícolas. E, desta forma, a atribuição social do espaço *«parece descomponerse definitivamente en dos escalones. De un lado, un dominio eminente, que corresponde a los señores. De otro, un dominio útil, que corresponde a los campesinos»* (p. 69). Sintomas claros de um modelo que se adapta perante as novas exigências e que caminha a passos largos para a sua fixação. À escala local acabamos por encontrar um cenário análogo de hierarquização nas unidades de convivência social. Desde a família considerada e valorizada cada vez mais em sentido restrito, nuclear, passando pela aldeia, pela paróquia e chegando finalmente ao senhorio, que conhece agora o seu período de ouro, uma imagem se impõe: estas diversas unidades integram-se numa ordem de solidariedades e dependências tendencialmente institucionalizada e hierarquizada. Ao tomar a família nuclear como a célula mais funcional do ponto de vista fiscal, o senhor acabará igualmente por promover um modelo de organização social, convergindo, neste ponto, com os interesses da Igreja.

Do desenvolvimento, aperfeiçoamento e expansão das estruturas feudais para os novos territórios se encarregou o amplo repovoamento verificado ao longo da centúria de Duzentos. O crescimento demográfico que se vinha sentindo desde o ano mil, apesar das suas diferenças espaciais, constituiu-se no suporte fundamental de todo este movimento. Dos efectivos demográficos podia depender a viabilização ou neutralização das acções de ocupação dos territórios conquistados e mesmo das próprias incursões militares. A estas circunstâncias deveríamos juntar uma outra, que se viria a revelar decisiva na organização dos novos territórios e que constituía um problema original para os cristãos: o elevado índice de população muçulmana aí existente. Estas realidades, próprias da reconquista do século XIII que foi, antes de tudo, *«una conquista de reinos, esto es, de espacios articulados en una jerarquía de poblamiento, desde la capital a la alquería, pasando por ciudades, pueblos y castillos»* (p. 130), fizeram ver aos monarcas nortenhos que para efectivarem o seu poder nessas regiões necessitavam, mais do que em outras áreas, de um elevado contingente de povoadores cristãos. Os novos espaços irão transformar-se em terreno privilegiado para a expansão dominial, laica ou eclesiástica; no que toca a esta última, caberá às ordens religioso-militares o papel decisivo. Desta forma, os monarcas cristãos repartiram com os senhores a solução dos problemas levantados pela conquista e povoamento. Para estes, a situação era igualmente muito clara: de pouco valeria deterem grandes domínios se neles não se

fixassem comunidades humanas que, através do seu trabalho, criassem riqueza e consequentemente rendas. Como resultado, tornou-se evidente, nos finais do século XIII, «*que la ordenación de la sociedad rural de los nuevos territorios se había realizado en beneficio de una nobleza. Procedente del Norte, la extensión de sus dominios sirvió para crear en el Sur nuevos polos familiares de poder*» (p. 130).

Chegados ao século XIV, mesmo tendo em conta todos os particularismos regionais, podemos afirmar que o modelo feudal se adaptara e aperfeiçoara e, porventura mais importante ainda, estava vocacionado para uma longa vida. No final do mais importante período da reconquista hispânica, fica-nos «*la imagen general de una sociedad rural dominada por señores, por nobles, por ciudades o, simplemente, cada vez más, por señores nobles a través de señoríos urbanos*» (p. 178). Serão distintos «*los niveles de dependencia; las desigualdades geográficas y cronológicas (...)* y el papel de los respectivos intermediários en una dominación que se sabe económica, jurídica, ideológica» e, por último, «*mental, global, como lo prueba la difusión de los valores feudovasalláticos en el propio lenguaje cotidiano hasta nuestros días*» (p. 178).

4. Os séculos finais da Idade Média ocupam o derradeiro capítulo deste livro («*Crisis y Acomodación Señorial en los Siglos XIV y XV: Control Urbano del Mundo Rural y Variedad de los Destinos Campesinos*»).

Adaptado à diversidade espacial e social da Península, o modelo feudal teria agora de apurar a sua organização a fim de se defender e consolidar numa sociedade onde a guerra de reconquista tinha perdido grande parte do seu peso. Para o rei e senhores a necessidade de um domínio efectivo sobre todo o território parecia ser a primeira grande tarefa, a qual encontraria na conclusão da rede de povoamento o seu veículo preferencial. E se este último factor poderia constituir, ainda que episodicamente, um problema nas regiões do norte, no sul a situação era muito mais delicada: «*... a diferencia de tierras norteñas, el territorio andaluz se encuentra todavía, en buena medida, a medio camino entre el control y la explotación. Se halla, simplemente, ocupado*» (p. 181). Nestes territórios tratava-se, mais do que em qualquer outro, de substituir a organização social do espaço muçulmana pela cristã.

A envergadura de tal empresa contribuiu para a fixação definitiva dos vários círculos da solidariedade aldeã desde a família nuclear ao senhorio, passando pela aldeia e pela paróquia. No entanto, tudo estava agora cada vez mais subordinado à dinâmica urbana. A consolidação do poder das cidades sobre o campo foi indiscutivelmente o fenómeno mais visível da hierarquização e articulação dos espaços: «*Si, antes de 1300, ya han sido notables los ejemplos de la influencia de ese mundo sobre el rural, a partir de esa fecha, el argumento de la historia de la sociedad rural tiene visos de condena bíblica: será dominada desde las ciudades. Los señores nobles (...)* y, a su lado, los profesionales (...) de las ciudades se convierten en los titulares de la propiedad campesina. Y, con frecuencia, en los ordenadores y gestores de su producción. (...) Por todas partes, al llegar a 1500, esos ciudadanos han invadido el campo. Y, nuevo signo de los tiempos, lo han llenado de cifras» (p. 185-186). O sistema de exploração rentista, através de uma complexa rede de intermediários esforçava-se por traduzir numericamente, tornando-a quantificável e previsível, a realidade fiscal e económica do camponês. Tudo isto se foi impondo, em grande parte dos casos, de forma violenta, tanto ou mais agravada quando os sintomas da crise de Trezentos se generalizaram à escala peninsular.

Pestes, fomes e guerras, a clássica trilogia que coloriu o século XIV, época de crise por excelência, manifestaram-se em todos os reinos peninsulares. Mas que significado teve essa crise em termos de construção da Península e, obviamente, da

Europa Modernas? Mesmo não sendo ainda hoje uma questão pacífica, os factos parecem indicar tratar-se de uma crise de crescimento, um inevitável reajustamento entre os níveis demográfico e produtivo e consequente readaptação político-económica dos vários grupos sociais. Para a aristocracia a diminuição do número de homens significou o abandono dos campos e a queda das rendas: *«El debilitamiento de los señoríos, en especial, eclesiásticos aparece así, salvo en Andalucía, como una constante que, de forma parcial y fragmentaria, se aspira a demostrar en toda la geografía hispana»* (p. 193). Ao longo deste atribulado final da Idade Média o modelo feudal revelará uma versatilidade notável, permitindo aos poderosos laicos e eclesiásticos sobreviventes da crise ver a sua posição genericamente reforçada a partir da segunda metade do século XV. As facetas assumidas por essa recuperação foram variadas e, tal como o autor, pensamos *«que cada institución, cada propietario, eligió en cada momento y lugar aquella fórmula que, según su criterio y habida cuenta la relación de fuerzas existente con sus campesinos, estuvo en condiciones de imponer o, cuando menos, de proponer»* (p. 207). Incrementando a produção vinícola e a criação de gado, ou ainda, como no caso concreto da Castela do século XV, desenvolvendo a indústria têxtil rural, diferenciadas foram as tentativas de resposta à crise generalizada da Baixa Idade Média.

«La rejerarquización del poblamiento peninsular en los siglos XIV y XV tuvo (...) una importante traducción sociológica. No sólo resultaba que los núcleos se hicieron menos numerosos y más grandes, sino que la población asentada en los mayores, fueran ciudades de realengo o villas señoriales, tomaba de una forma más deliberada cada vez las riendas del poder de decisión de las actividades campesinas» (p. 224). O alargamento da senhoriação aparece ligado umbilicalmente ao triunfo urbano. Mas poderemos tomar desenvolvimento do senhorialismo como sinónimo de aumento de pressão senhorial? García de Cortázar chama a atenção para este problema estabelecendo uma diferença que, do ponto de vista operativo, se poderá revelar fundamental na investigação: *«... convendría reservar el primero (senhoriação) para una extensión del dominio de los señores, en general, a costa del realengo. Y mantener el segundo (pressão senhorial) para expresar la intensificación del dominio de un señor sobre unos vasallos dados»* (p. 226). Salvaguardada esta distinção estaremos então mais aptos a medir com precisão a diversificação das vias utilizadas pelos senhores para controlarem as comunidades aldeãs.

Cada vez mais dominada e espartilhada pelo rei e pela aristocracia, a sociedade rural não permaneceu estática. Na diversidade dos destinos dos seus membros que no comércio, na indústria e na fuga para as cidades, por exemplo, encontraram alguns caminhos alternativos, residiu talvez a mais vigorosa resposta para ultrapassar o debilitamento da sua situação perante os senhores. Apesar de tudo, subsiste um cenário final particularmente favorável aos poderosos: *«Dominio señorial desde las ciudades como fórmula de acomodación a la crisis de sus rentas; enriquecimiento generalizado, en especial, en los últimos cuarenta años del siglo y comienzos del XVI; desnivelación creciente entre las fortunas campesinas; estabilización del campesinado en sus solares familiares. La múltiple combinatoria de aquellas variedades e estas uniformidades dará el tono peculiar del desenlace de nuestra historia en los distintos espacios en torno al año 1500»* (p. 259).

Finalmente, o século XV encarregar-se-ia de trazer à luz do dia, de forma bem visível, um elemento novo: numa Península de Reinos com fronteiras que já não dividem apenas interesses reconquistadores mas Estados, surgiria inevitavelmente, *«un cierto mirar con recelo a aquéllos que aparecen como diferentes del que los contempla. Para el castellano, el portugués; para el aragonés, el navarro o el catalán;*

para el agricultor, el pastor; para el hombre de la ciudad, el aldeano; para el noble, el hombre del pueblo; para el sedentario, el que se mueve (...). Surgen así, igualmente, esas fobias características hacia grupos sociales difícilmente encajables en un marco físico estable, conocido» (p. 258).

5. Chegados ao fim desta exposição sumária de algumas das ideias que nos pareceram mais sedutoras, descobrimos uma Península de Estados com fronteiras mais ou menos reais, mas claramente modernas. Uma Península pesadamente rural, mas com o poder, no seu sentido mais lato, reservado quase exclusivamente ao mundo urbano.

Não insistiremos mais na descrição histórica. Escusado será dizer, perante tal evidência, de que forma ressaltam as semelhanças e os sincronismos ou as diferenças relativamente à nossa própria evolução histórica. No período considerado, a realidade peninsular é uma só, que, com o tempo, se foi fragmentando e diferenciando em partes que, apenas quando articuladas num todo, adquirem a sua verdadeira dimensão.

Trata-se de uma síntese inteligente e humanamente escrita, que, num só parágrafo, nos faz dar um salto para o presente e, através de situações que todos conhecemos e com que porventura convivemos, nos leva a perceber os elos que nos ligam a essa Idade Média tão longínqua e, por vezes, ainda disfarçadamente presente no nosso tempo: «*Hoy, los campesinos no caen ya de hinojos para pedir perdón, como en 1277, al abad de Sahagún, ni recubren sus cabezas de ceniza para suplicar, como en 1347 ante el de San Millán de la Cogolla, misericordia para sus yeros. Pero siguen, tal vez, manteniendo sus ojos bajos y moviendo nerviosamente la boina en sus manos cuando reclaman caridad, que no justicia, a los amos. Mientras, en la ciudad, sus hijas, enroladas en el servicio doméstico, saben bien quién es su señor» (p. 178).*

Porto, Dezembro de 1989.

Luís Carlos Amaral

HORROX, Rosemary — *Richard III, A study of service*, London, Cambridge University Press, 1989. — **RICARDO III: Um Rei incompreendido ou um reinado impossível? A propósito de uma obra recente***.

«... l'omniprésence de l'Etat définit le bastard feudalism: les contrats réservent en general, sous une forme ou sous une autre, la fidélité au roi, mais le plus important est que le retenu, l'allié ou l'ami attend de celui auquel il se lie bonne seigneurie, patronage et maintenance (...) Cette structure est conflictuelle et concurrentielle, car la centralisation entre les mains du Prince de l'argent (...) et du patronage entraine la formation de plusieurs partis...»

(Jean-Philippe GENET)¹

* Tivemos ainda em conta uma série de trabalhos sobre o rei em causa, publicados durante a década prestes a findar. Citá-los-emos *pari e passu* ao longo do texto.

¹ Jean-Philippe GENET et alii, *Projet de Colloque l'Etat Moderne et Les Elites*. Agradecemos ao Prof. Doutor Armando Luís de Carvalho Homem a possibilidade de acesso a este texto.

«L'apparition de l'Etat produit au sein de la société une coupure décisive: elle se traduit par l'autonomisation d'une sphère politique, par l'émergence d'un lieu de pouvoir distinct et spécialisé, qui prétend incarner l'unité de la société et monopoliser l'usage de la violence. (...) Ne couvrant malgré ses prétentions totalisantes, qu'une partie de l'espace social, ce système politique entre en relations d'opposition dynamique avec la périphérie sociale qui échappe à son emprise...»

(Jacques CHEVALLIER)²

Dizia E. H. Carr, há quase 30 anos, num ciclo de palestras sobre a natureza do conhecimento histórico, que: «o leitor, tal como o historiador, é um generalizador crónico...»³. Não sendo excepção, o historiador do *político*, na sua generalização, concebe a emergência do Estado moderno como o produto de uma evolução caracterizada por uma crescente burocratização dos vários departamentos governamentais e por uma impersonalização do poder político⁴. Impersonalização detectável numa (já) nítida distinção entre a pessoa do rei e o acto de governar, entre a fortuna pessoal do soberano e o erário público. O historiador sabe, no entanto, que a generalização, de que Carr falava, é apenas um meio que possibilita comparações, que permite falar de factos históricos sem ter que especificar constantemente, que permite, enfim, explicar o processo histórico de uma forma global. Como tal, o “processo civilizacional”, na expressão de Norbert Elias, que leva à passagem do estado feudal ao estado absoluto, não deve entender-se como um processo unilinear e contínuo, antes como um processo concebendo, em determinadas alturas, retrocessos ou maiores avanços; pelo que, se a crescente burocratização e a impersonalização do poder fossem os critérios definidores do surgir do Estado Moderno, dificilmente admitiríamos a existência deste no final da Idade Média. Na verdade, é mais fácil identificar o fim da Idade Média como um período de retrocesso na montagem de um poder central forte. Retrocesso devido a uma atomização e a uma (re)personalização do poder político, caracterizado como uma feudalidade tardia, ou como um «feudalismo bastardo».

Empolamento, portanto, da periferia, através da apropriação de um poder que (já) nesta altura deveria ser entendido como público e central e pela criação de uma rede de influências em proveito de senhores locais, mas que, não raro, é construída com o consentimento e pela vontade do centro, num processo de feudalização em proveito da “inevitabilidade das forças centrífugas”⁵. Assim sendo, é preferível explicar o aparecimento

² Jacques CHEVALLIER, *Éléments d'analyse politique*, Paris, P.U.F., 1985, pág. 53.

³ E.H. CARR, *O que é a história?*, Lisboa, Gradiva, s/d., pág. 53.

⁴ «Os primórdios do Estado moderno só se iniciam quando se despessoaliza o exercício do poder, se uniformizam os direitos e deveres dos súbditos...» (José MATTOSO, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, vol. 1. *Oposição*, Lisboa, Ed. Presença, 1985, pág. 72).

«Dans les Etats où l'évolution est plus avancée, où la distance s'accroît entre le prince et les grands corps administratifs...» (Bernard GUENÉE, *L'occident aux XIV et XV siècles — Les Etats*, Paris, P.U.F., 1971, pág. 194 e 195).

⁵ A expressão é de Norbert ELIAS em: *O processo Civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*, vol. 2, Publ. Dom Quixote, Lisboa, 1990, pág. 31. Acertadamente a tradução francesa desta obra, ao contrário da portuguesa, coloca num capítulo à parte o tema dos «apanágios» distinguindo bem o tema da criação de forças centrífugas e paralelas ao poder régio.

do Estado Moderno como o produto, sem dúvida, de uma tendência para a crescente burocratização e impersonalização do poder, mas ligada a conjunturas quer de maior quer de menor centralização política. Nesta perspectiva, o século XV seria um período de difícil afirmação do Estado Moderno.

O que afinal não devemos esquecer é que nem sempre coube ao poder central o ditar das regras do jogo e que, fale-se em feudalidade tardia ou em “feudalismo bastardo”, o *leitmotiv* continua e continuará a ser o da procura de um compromisso entre dois pólos de poder: o do(s) centro(s) e o da(s) periferia(s). Dualidade inevitável, porque para governar é preciso distribuir e reconhecer poder; realidade suficientemente presente aos olhos de Eduardo III para que este mandasse pintar na Painted Chamber: «Ke ne dune ke ne tine ne prent ke desire»⁶. Obrigatoriedade de distribuir que justificará o surgir de uma fiscalidade estatal.

O mérito do trabalho de Rosemary Horrox está, quanto a nós, no facto de caracterizar a sociedade política do tempo de Ricardo III, e a situação política dos finais do século XV, não a partir da evolução dos órgãos centrais de governo, mas a partir da periferia, contrastando com a tradicional definição da evolução política pela evolução dos próprios departamentos mais próximos do rei ou sediados na capital — a Chancelaria, o *Exchequer* ou o *Signet Office*. O ponto de partida é antes o das relações que se estabelecem a nível local. A Casa do rei, o “centro”, se preferirmos, chega a ser definida em relação à periferia: «Most of the leading roles away from court were performed by household men — or it may be more realistic to say that the Kings sought to formalize their relations with their most important local servants by giving them a place within the household. In effect, the household was absorbing the retinue»⁷. Não admira pois que a minuciosa descrição dos órgãos da administração central esteja praticamente ausente desta obra e que o único capítulo que a ela se reporta faça figura de “parent pauvre” perante os outros seis.

O subtítulo «A Study of service» deve ser entendido como o serviço prestado ao rei por todos os súbditos do reino, quer a nível da “administração central” quer a nível da “administração local”, administração local que não é apenas o serviço prestado em ligação com instituições locais, caso dos bispados ou dos *sheriffs*, mas como a própria relação que se estabelece entre pessoas de influência local e o rei. A relação entre estes homens e o rei distinguia-se da relação vassálica por não exigir deveres e obrigações a uma das partes — o rei: este dava de acordo com a sua *graça* e não porque a isso fosse obrigado. Mesmo os servidores existentes na Casa real eram de alguma forma servidores *ad hoc*, podendo a todo o momento ser chamados para executar uma qualquer missão, e podendo ser ou não recompensados. De qualquer modo, esperava-se uma certa mutualidade desta relação⁸: pela sua parte, o monarca esperava que estes pusessem ao seu serviço influências e conhecimentos que possuíam. Exigir uma fidelidade exclusiva aos servidores régios era ilógico e mesmo contraproducente, já que a eficácia do serviço prestado era tanto quanto a pessoa que o executasse fosse localmente influente, isto é, mantivesse ligações várias com outros senhores. Em caso de conflito era costume optar-se pelo lado do rei, mas, como testemunha a acção de lord

⁶ «Aquele que não dá o que tem não obtém o que deseja» (Rosemary HORROX, *op. cit.*, pág. 5).

⁷ *Ibidem*, pág. 227.

⁸ Era comum iniciar-se uma petição ao rei com as seguintes palavras: «Please it your highness in consideration of the true and faithful service wich N. has done and during his life intends to do unto your most noble grace...» (Rosemary HORROX, *op. cit.*, pág. 4).

Stanley em Bosworth, nem sempre era o monarca que levava a melhor. Tanto a relação que se estabelecia com o rei como a que se estabelecia com outro senhor era publicitada como uma manifestação de poder: quando o duque de Norfolk se deslocou a Londres para receber terras do rei ordenou aos seus servidores que estes se lhe juntassem envergando a sua heráldica — a expressão visível do serviço. A criação de um serviço era um processo em duas etapas: por um lado os recrutados tinham que se sentir atraídos pelo serviço, e por outro o rei tinha que se convencer da utilidade do serviço oferecido.

Períodos de instabilidade política levavam a uma reorganização territorial e à criação de novos laços pessoais. O rei confiscava as terras dos revoltosos e redistribuía-as, no intuito de renovar o “serviço” posto em causa e de ganhar aliados para a sua causa. Na casa do rei existiam listas onde se registavam as terras confiscadas e agora disponíveis; frequentemente eram os homens próximos do rei e da corte, conhecedores de tais listas, os que conseguiam as melhores terras e cargos. A doação das terras era precedida de uma petição ao rei, não raro mera formalidade de um acordo prévio entre o monarca e o seu *homem*. A um período de estabilidade política era impossível não se seguir um de instabilidade, pois a prolongada estabilidade não proporciona ao rei terras para compensar os seus aliados. Não admira que: «...si aucune guerre n'est possible, le systeme impluse en guerre civile»⁹. É que a terra ainda continuava a ser o que proporcionava poder e influência local, o que dava força e possibilitava o “serviço”. As várias ligações que se estabeleciam funcionavam num sistema de influências e ligações construído ao longo do tempo, e a sua eficácia era tanto maior quanto a antiguidade das relações e a influência local dos homens que lhes estavam à frente; por isso só os reis mais fracos optavam pela construção de uma nova rede, e não pelo reaproveitamento de uma já existente. Nas vésperas de tomar o poder, o duque de Gloucester era o chefe de uma afinidade, ou rede de relações, régia, construída no Norte a partir de 1470. A revolta de Clarence e de Warwick (1469) tinha permitido a concentração nas mãos do monarca de grande número de terras e cargos. Ao dar parte destas terras, as situadas no Norte, ao irmão, Eduardo IV conferia-lhe um poder para se impor, como senhor, naquela região. Além de receber terras no Norte, Gloucester foi elavado a Condestavel de Inglaterra e Sheriff de Cumberland, cargos que lhe deram uma influência nacional, o que fez com que a ligação à sua pessoa tivesse um poder de atracção maior do que aos outros senhores. Mais ainda, o que levava os senhores do Norte a ligarem-se a Gloucester era a certeza de que este representava uma fácil e directa ligação com o rei, facto menosprezado por Paul M. Kendall ao apresentar o duque como um solitário senhor do Norte: «...feared, a man of the distant and nagged North...»¹⁰. O duque iria criar naquela região uma influência suficientemente forte para que em 1482-83 surgisse um Parlamento do Norte, transformado em Conselho Régio quando Gloucester se tornou rei. Em suma, Eduardo IV conseguiu estender a sua autoridade ao Norte colocando à cabeça de uma afinidade local o seu próprio irmão. Este processo foi repetido noutras regiões do reino, mas colocando o rei à frente destas afinidades régias outras pessoas de confiança: no Lancashire os Stanley, no East-Anglia os Woodviles e em Gales os do Conselho de Ludlow. Estas afinidades não eram concorrências, mas faziam parte de uma afinidade de corte. Para que continuasse a existir um certo equilíbrio de poderes e se mantivesse a própria estabilidade política vivida no final do

⁹ Jean-Philippe GENET *et alii*, *cit.*

¹⁰ Paul M. KENDALL, *Richard the Third*, 8.ª edição, Londres, George Allen & Unwin Ltd., 1978, pág. 214.

segundo reinado de Eduardo IV era necessário que quando o rei morresse o seu lugar fosse ocupado por alguém acima das afinidades de corte: o seu próprio filho, Eduardo V; como se sabe isto não aconteceu, e Gloucester tomará ao poder com o nome de Ricardo III. Quer tenha sido um “coup d'état” há muito planeado, como alguns defendem¹¹, ou uma consequência da conjuntura, como diz Paul M. Kendall, é inegável que Ricardo tentou de início continuar a obra política do irmão, e a sua subida ao poder não era vista como uma ruptura com o passado: eis o que, com razão, também defende, e prova, R. Horrox, no seu livro. Tanto não representava uma ruptura com o reinado anterior que Ricardo manteve em funções o secretário régio, Oliver King. Cargo que, como é sabido, dificilmente resiste a mudanças de reinado; continuidade, e estabilidade, visível ainda pela falta de terras e de “patronage” quando o duque tomou conta do poder. Publicamente faziam-se os preparativos para a coroação de Eduardo e, “curiosamente” «Business began to wind down as men tacitly awaited the new regime»¹². O secretário régio é preso e nos vários departamentos governamentais, *Exchequer*, *Signet Office*, o número de diplomas desce a quantitativos ínfimos. Infelizmente, Horrox não dá qualquer informação numérica sobre este fenómeno, e ficamos sem saber como se reflectiu tal descida. Este acontecimento vem reforçar a ideia, expressa no início desta nota, de uma re-personalização do poder político no final da Idade Média, re-personalização ligada, no caso vertente, à figura do rei. E não deixa de ser interessante lembrar que nos inícios do feudalismo bastardo, em França, ainda a actividade do governo podia vir a estar suficientemente desligada da figura do rei para que, nas palavras de Cazelles, a «máquina governamental já não obedecesse»¹³. Re-personalização do poder político indiciado ainda pelo florescimento, nos reinados de Eduardo IV e de Ricardo III, da Câmara Régia, em detrimento do *Exchequer*¹⁴. Ricardo III torna-se rei de Inglaterra sem grande oposição, a contestação ao seu governo só será pública aquando da revolta de Buckingham. É a revolta que provoca o volte face na política de Ricardo, e a partir deste momento o soberano já não se assume como continuador da política do irmão. O paradoxo está no facto de que muitos dos que apoiaram Buckingham eram homens que Ricardo planeava continuar a favorecer. Uma série de famílias vêem-se comprometidas neste acontecimento, e são obrigadas a tomar partido. Num outro contexto, escreveu acertadamente François Autrand: «L'état donc a créé la nation. Mais la guerre aussi. Car au quinzième siècle les habitants du royaume sont contraints de prendre par ti»¹⁵. A solução de compromisso passava pelo manter de

¹¹ «...Richard seizure of power and then of the crown would seem to indicate the most careful planning...» (Desmond SEWARD, *Richard III England's Black Legend*, s/l., Country Life Books, 1983, pág. 90).

¹² Rosemary HORROX, *op. cit.*, pág. 117.

¹³ Repare-se nestas palavras de CAZELLES: «Le roi Jean débordé par son conseil (...) le roi n'est plus maître de son royaume...» (Raymond CAZELLES, *Société, politique, noblesse et couronne sous Jean le Bon et Charles V*, Genebra, Librairie Droz, pág. 162 e 163).

¹⁴ «His reign (Eduardo IV) saw a series of responses to the urgent need of reasserting the royal authority. To accomplish this end, he thought more in terms of new man than new institutions (...) no doubt well aware of the inefficiency (...) of the exchequer (...) he by-passed it by the use of a more flexible (...) system of household finance, where much depended on the personal activity of Edward himself. (...) it was a system highly personal...» (Charles ROSS, *Edward IV*, Londres, Methuen, 1983, pág. 301).

«...the flowering of the Yorkist chamber as a major financial department. (...) the chamber was the king's private apartment...» (Rosemary HORROX, *op. cit.*, pág. 236).

¹⁵ Françoise AUTRAND, *Pouvoir et Société en France (XIV-XV siècle)*, Paris, P.U.F., 1974, pág. 12.

membros de uma mesma família em ambos os lados: assim, Stanley apoiava Ricardo, enquanto a mulher se ligava ao partido Tudor. A revolta de Buckingham colocou o rei perante dois problemas: a existência de uma alternativa ao seu poder, na pessoa de Henri Tudor, e o não funcionamento da rede régia de afinidades. Mais ainda, o facto de a revolta não ter degenerado num confronto bélico tolheu a Ricardo III a possibilidade de se impor como chefe militar perante a sociedade política. A revolta de 1483 provou ainda que a ligação lancasteriana permitiu a Eduardo tomar o poder mas não criou uma monarquia de base nacional. Na tentativa de reconstruir a sua autoridade, Ricardo vai recorrer cada vez mais a homens oriundos da região onde ele em tempos se impôs como senhor onipotente: o Norte. A “invasão” de homens do norte, que Seward e Ross defendem ter acontecido no início do reinado de Ricardo III, deve localizar-se após 1483. Horrox pensa que não se tratou de uma verdadeira invasão de nortenhos mas de alguns casos pontuais, de “plantações”, como a autora lhes chama. A criação de uma nova rede pela “plantação” de novos homens não só provocou a desconfiança entre os elementos locais como não permitiu o recriar de uma forte base de apoio. Como já dissemos, o melhor servidor era o que estava localmente enraizado, condição que obviamente os homens que Ricardo colocou a Sul não satisfaziam. A fraqueza do rei era de tal modo evidente que este, numa tentativa de ganhar aliados, concede cartas de perdão mesmo sem estas serem pedidas¹⁶. A revolta de Buckingham acabará por ser o canto do cisne do reinado de Ricardo, e o desfecho esperado em 1483 surgirá em Bosworth.

No final de um reinado tão curto, e tão problematizado pelos historiadores, que balanço? O que nos traz de novo o trabalho de Rosemary Horrox agora publicado? Nas entrelinhas é impossível não reconhecer (mais) uma tentativa de reabilitar a figura de Ricardo III, tanto mais que a autora pertence à «Richard III Society», uma sociedade com esse mesmo propósito. O equilíbrio entre a apologia ou o pessimismo com que alguns historiadores encaram a figura de Ricardo tem obrigatoriamente que ser procurado pelo leitor. Poder-se-á aceitar a ideia de «actores relativamente poderosos provocando processos colectivos», como quer Aristilde Zolberg¹⁷? Por outras palavras, poderia Ricardo, pela sua vontade, contrariar ou forçar o próprio rumo da história, seria ele um verdadeiro tirano, ou um agente das forças colectivas e sociais? Não existe talvez uma resposta cabal a tais interrogações; há no entanto que clarificar a acção de Ricardo enquanto governante, desmistificando a ideia do monarca tirano, ideia dada pela historiografia Tudor¹⁸. Parece-nos mais importante que o historiador olhe para o reinado de Ricardo e o encare como produto de toda a sociedade política, das tensões verificadas dentro dela, e entenda a figura do rei como representativa de um dos vários «partidos» políticos, que se distingue dos demais por usar como arma a «centralização».

Mas Horrox acaba por não dar resposta a várias questões: ficamos afinal sem saber por que motivo Ricardo, que conseguiu o apoio do Norte, não teve sucesso no Sul; sabemos que a ligação lancasteriana não conseguiu criar uma monarquia de base nacional, mas porquê? Ficamos ainda sem saber se Ricardo se impôs à sociedade

¹⁶ «His unsolicited pardons to Morton and Blount were manifestation of this policy.» (Rosemary HORROX, *op. cit.*, pág. 293).

¹⁷ Aristilde ZOLBERG, «Interactions stratégiques et formation des Etats modernes en France et en Angleterre», in *L'Etat au Pluriel. Perspectives de sociologie historique*, Paris, Economica, 1985, pág. 93 a 129.

¹⁸ Sobre este tema veja-se: Jeremy POTTER, *Good King Richard? An account of Richard III and his reputation 1483-1983*, Londres, Constable & Company Ltd., 1985.

política ou se actuou ao sabor das forças colectivas. O facto de Horrox ter evitado escrever uma biografia de Ricardo III, como fizeram Ross ou Kendall, onde se descreve um minucioso e “événementiel” percurso individual do monarca e das várias batalhas (Horrox nem sequer descreve a batalha de Bosworth), pode ser entendido de duas maneiras: ou como uma tentativa de fugir ao incómodo das críticas dos “anti-ricardianos”; ou como um modo distinto de retratar a sociedade política — o definir o “centro” pela “periferia”. Acreditamos ter sido esta última hipótese a que presidiu à realização do trabalho, diferença que, a juntar à novidade de que afinal Ricardo III se quis continuador da política de Eduardo IV, tornam a leitura da obra, se não imprescindível, pelo menos recomendável.

Porto, 17 de Outubro de 1990

Vasco Rodrigo Machado Vaz

ARTOLA, Miguel — *La Burguesia Revolucionaria (1808-1874)*, Miguel Artola (dir. de) «Historia de España», vol. 5, Madrid, Alianza Editorial, 1990, 433 p.

ESPADAS BURGOS, Manuel; URQUIJO GOITIA, José Ramón — *Guerra de la Independencia y Época Constitucional (1808-1898)*, Ángel Montenegro Duque (coord. de) «Historia de España», vol. 11, Madrid, Editorial Gredos, 1990, 478 p.

TORTELLA CASARES, Gabriel; MARTI, Casimiro; JOVER ZAMORA, José M.^a; GARCÍA DELGADO, José Luis; RUIZ, David — *Revolución Burguesa, Oligarquía y Constitucionalismo (1834-1923)*, Manuel Tunón de Lara (dir. de) «Historia de España», 2.^a ed., vo.l 8, Barcelona, Editorial Labor, S.A., 1990, 574 p.

Em vista do conjunto de três títulos acima citados algumas das intenções desta revisão ficam desde logo indiciadas. Em primeiro lugar, uma referência à prolíxa produção da historiografia espanhola relativamente a obras de carácter geral, situação que se instalou mais solidamente nos últimos anos e que Antonio Dominguez Ortiz descreve sugestivamente: «Uno de los rasgos mas destacables en el enorme incremento de la producción histórica española es la cantidad extraordinaria de historias generales de nuestra nación. Aparecen continuamente, de todos los tipos, tamaños, ideologías y características materiales. Van dirigidas a los públicos más diversos, desde el manual escolar a la compilación erudita, desde el volumen de bolsillo a la serie de lujo, cara y voluminosas»¹.

Este movimento compreende estratégias de reedição com textos previstos revistos e actualizados, mudança de editora, aposta na qualidade gráfico-visual do livro, etc., e a ele não ficaram alheias as Histórias de Espanha cuja oferta no mercado editorial espanhol é vasta e diversificada. Indubitavelmente que a obra capital e referência obrigatória neste domínio continua a ser a *Historia de España Menéndez*

¹ Epílogo à obra de BENASSAR, Bertolomé — *Historia de los Españoles. Siglos XVIII-XIX*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989, p. 537.

Pidal dirigida por Jose María Jover Zamora, cujos quarenta volumes (alguns ainda em preparação), revelam a participação dos mais destacados historiadores espanhóis na busca de um modelo ideal de história global. Só para o século XIX, período que nos interessa aqui destacar, destinou o plano da colecção cinco tomos divididos em seis volumes, reveladores de inultrapassável e actualizado valor científico².

Tecidas estas considerações, passamos ao objectivo fulcral da presente recensão, isto é, a análise comparativa dos três volumes citados, todos relativos ao século XIX, os quais representam distintas abordagens das problemáticas oitocentistas da história espanhola.

Depois de uma longa e bem sucedida presença no mercado bibliográfico (a primeira das suas oito edições data de 1973), a *Historia de España* dirigida por Miguel Artola, apresenta na sua última versão um evidente esforço de actualização e ampliação dos conteúdos, e uma confessada intenção de privilegiar as épocas mais recentes. O volume citado em epígrafe, da autoria deste catedrático da Universidade Autónoma de Madrid, destaca um período de quase sete décadas, compreendido entre o início da guerra da independência e a experiência democrática e republicana, isto é, entre uma época em que se assentam as bases da Espanha contemporânea mediante a desagregação da organização sócio-política do Antigo Regime e os diversos ensaios de regimen constitucional e parlamentar. Partindo de um imprescindível suporte político, Miguel Artola empenha-se sobretudo na intelecção das transformações económicas — agricultura, industrialização, capitalismo — geradoras de um sistema liberal específico. Como o próprio título parece sugerir, o social, ou melhor, o sócio-económico, fornece o campo privilegiado aos agentes da história; a burguesia é apresentada como um grupo social dominante quer em função do seu poder económico, quer através do exercício do poder do Estado, situação emergente entre 1808-1837 e que Artola denomina por «revolução liberal-burguesa». Esta perspectiva não esmorece nunca, antes se reforça na quinta e última parte coerentemente intitulada *Cultura y Arte Burgues*.

De teor mais descritivo mas com uma original componente pedagógica, o volume relativo ao século XIX da *Historia de España* da Gredos da autoria de Espados Burgos e Urquijo Goitia, apresenta visões diacrónicas da evolução política e económica, da acção do Estado e seus agentes, dos partidos políticos e movimento operário e finalmente da Igreja e cultura. Apesar de não optarem por uma bibliografia comentada como Artola, os autores seleccionaram listas bibliográficas em função dos capítulos constituintes das cinco partes da obra e, para além das úteis tábuas cronológicas temáticas, introduziram três apêndices de inegável funcionalidade para o utilizador

² Situando-se entre os tomos XXXII e XXXVI desta História de Espanha publicada em Madrid pela Espasa - Calpe, apresentam-se com os seguintes títulos e autores: ARTOLA GALLEGU, Miguel — *La España de Fernando VII. La Guerra de la Independencia y los Orígenes del Constitucionalismo*, 4.ª ed., 1988, (XXXVX+994 p.). SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás (prólogo de) — *El Siglo XIX. Los Fundamentos Sociales y Económicos (1834-1900)*, (em preparação). JOVER ZAMORA, Jose María (prólogo de) — *La Era Isabelina y el Sexenio Democrático (1834-1874)*, 2.ª ed., (1046 p.). JURETSCHKE, Hans (prólogo e coordenação) — *La Época del Romanticismo (1808-1874)*, vol. 1: *Orígenes. Religión, Filosofía. Ciencia.*, vol. 2: *Las Letras. Las Artes. La Vida Cotidiana*, 2.ª ed., 1989, (714 e 780 páginas, respectivamente). JOVER ZAMORA, Jose María — *La Época de la Restauración (1875-1902)*, (em preparação).

quer se trate de estudante ou docente ou até investigador, a saber, um de textos de tónica predominantemente político-ideológica, um apêndice literário com plena legitimidade numa obra deste âmbito tendo em vista a indelével vertente historicista da literatura de oitocentos e que só peca por reduzida extensão e, indubitavelmente o mais original de todos, um interessante apêndice filmográfico elaborado por Juan Puchol Espejo.

A *Historia de España* dirigida por Tuñon de Lara cuja 1.^a edição data de 1981, aborda o século XIX em dois volumes já que os seus autores colocam até 1833 a agonia do Antigo Regime³, constituindo o objecto de estudo do volume em epígrafe o período de 1834-1923, isto é, as nove décadas que medeiam entre a morte de Fernando VII e o golpe de Estado de Primo de Rivera, processo histórico definido, na óptica dos responsáveis, por três factores: revolução burguesa, oligarquia e constitucionalismo. Saliente-se desde já a evidente diversidade de critérios de periodização patenteada no conjunto de obras citadas.

Este volume, da responsabilidade de cinco autores, debruça-se sobre a consolidação do capitalismo em Espanha como modo de produção dominante, o triunfo de um Estado liberal e burguês e o surgimento de novas forças sociais, a classe operária e as burguesias nacionais, consideradas as grandes protagonistas da vida política. Nesta análise a que não é alheia uma perspectivação marxista da história, os professores Tortella e Garcia Delgado desenvolvem a problemática do lento e idiossincrático processo de implantação do capitalismo em Espanha e as suas relações com a política económica do Estado ao serviço de uma oligarquia, enquanto temáticas como a evolução política, desenvolvimento cultural e dinamismo das forças sociais, sendo aqui estabelecida a dicotomia entre as sobreviventes do Antigo Regime (nobreza, exército, clero) e as recém surgidas (burguesias, «classes médias», classe operária), são estudadas pelos professores Marti, Jover y Ruiz. Em virtude do exposto facilmente se compreende o tratamento privilegiado que certas matérias patenteiam neste volume tais como a evolução económica em geral e o movimento operário em particular. A título de curiosidade, refira-se que este assunto específico constitui uma das quatro colunas das tábuas cronológicas, a par de áreas bem mais abrangentes, tais como economia, factos políticos e cultura e ideologia. Como exemplo de áreas «carentes» ou subalternizadas no plano da obra podem citar-se, entre outras, as relações internacionais, Igreja, pensamento e cultura.

Apesar do objecto de estudo ser teoricamente o mesmo, as três obras enunciadas representam diferentes abordagens da realidade histórica em que perspectivas e resultados não têm que ser necessariamente convergentes ou divergentes, talvez tão somente complementares.

Maria da Conceição Meireles Pereira

³ Trata-se do 7.º volume da colecção, da autoria de E. FERNANDEZ DE PINEDO, A. GIL NOVALES e A. DÉROZIER, intitulado *Centralismo, Ilustración y agonía del antiguo régimen (1715-1833)*.

Pontet-Fourmigué, Josette — *Bayonne, un destin de ville moyenne a l'époque Moderne (fin du XVII siècle-milieu du XIX siècle)*, Biarritz, J&D Editions, 1990, 726 págs.

Esta obra é uma edição abreviada da Tese de Doutoramento apresentada pela historiadora na Universidade de Paris IV Sorbonne, em Novembro de 1986. O Prefácio de Jean-Pierre Poussou salienta o mérito deste trabalho, o ser um modelo de história urbana referente às cidades médias, e que M.^{me} Pontet define como cidades entre os 10 mil e 20 mil habitantes, que não são nem capitais provinciais nem centros administrativos. Coloca-se o problema: as transformações urbanas far-se-iam ao mesmo ritmo das metrópoles e capitais provinciais?

O trabalho contém duas partes: I Parte descreve o não crescimento de Bayonne: números da população indicam uma estagnação ao longo do séc. XVIII; o estudo dos tipos de tráficos, movimento de navios, armação e construção naval, etc., mostram a mediocridade e irregularidade, a grande fixidez do quadro urbano que a vocação militar encerrou em muralhas, a modernização das infraestruturas urbanísticas limitada. A II Parte tenta responder a esta modéstia ao analisar os mecanismos urbanos relativamente a cidades bem próximas, Bordéus, Nantes e La Rochelle. Vejamos mais de perto.

M.^{me} Pontet reúne as descrições da época sobre Bayonne para referir um certo paradoxo: construtores navais activos, frotas bem equipadas apoiadas por quadros dirigentes, vocação marítima solidamente enraizada, situação geográfica favorável, à porta de Espanha e seus metais preciosos, dinamismo dos negociantes, todo um conjunto de factores que a tornariam comparável a Bordéus. Ora tal não aconteceu... Diferenças urbanísticas, Bordéus transformou-se numa bela cidade de pedra; demográficas, enquanto os de Bordéus eram três vezes mais numerosos do que os de Bayonne nos inícios de XVIII, eram-no seis vezes mais em 1790; o comércio não confirmou as promessas dos fins de XVII, e o desenvolvimento económico revelou-se medíocre. Este paradoxo, transforma-se em lenda, negra, que atravessa o séc. XVIII: prosperidade económica e crescimento demográfico deram lugar à decadência do comércio e ao despovoamento da cidade. Mesmo atenuando os desabafos dos contemporâneos, por vezes movidos por preocupações fiscais, uma coisa é certa, não há descolagem de Bayonne no séc. XVIII, e a Revolução não abriu melhores perspectivas.

Quais os indicadores da decadência de Bayonne:

— a análise do movimento portuário conduz a algumas conclusões. O tráfico não conheceu senão um movimento limitado no decurso de XVIII, e o impulso que lhe foi dado nos últimos anos do Antigo Regime, deixa-o longe dos principais portos franceses. A diferença mais significativa diz respeito à ausência duma ascensão marcante dos tráficos coloniais, mesmo se Bayonne não ignorou as rotas do Atlântico. Porto de cabotagem voltado para a Península Ibérica, e embora não indiferente aos mercados da Europa do Norte, portos hanseáticos e bálticos, estava muito afastada do movimento de Bordéus;

— a estrutura das trocas ao longo do séc. XVIII não se alterou verdadeiramente, ou seja, o factor maior é o facto do comércio espanhol comandar a conjuntura de Bayonne. Vejamos alguns números: com 5.402.974 libras, a Espanha assegura 68,5% das entradas em Bayonne em 1764; com apenas 3.060.975 libras, assegura ainda 60% em 1773. Ou, com 8.360.204 libras em 1764, a Espanha absorve 68,5% das mercadorias exportadas por Bayonne, com 6.407.710 é de 78% em 1768, e com apenas 5.351.596 em 1773 é ainda de 70%. Logo se vê a extrema dependência do comércio perante o mercado espanhol, e daí a sua precaridade. Sob o império o tráfego não paralisou completamente, orientou-se sobretudo para a cabotagem para a costa espanhola:

presença de tropas, possibilidade de curso com a Península Ibérica atraiu mercadores, ocasião para fortunas pessoais, estranhas a Bayonne (de Paris), atraídas pelo ouro e despojos de Portugal e Espanha. Passou assim de porto de vocação internacional, unanimemente reconhecido dos finais do reinado de Luís XIV, a porto de vocação regional de interesse secundário;

— demograficamente dificuldades de crescimento; a cidade teve uma bela ascensão nos finais do reinado de Luís XIV, considerado geralmente muito sombrio, e por outro lado sem prosperidade demográfica no belo séc. XVIII. Com os anos de 1730 uma estabilização demográfica a que se seguiu a depressão de 1770. Entre 1765 e 1790, somente 11 anos são deficitários, mas de 1770 a 1784, os anos excedentários não cobriram os deficitários; ou seja, as crises de mortalidade não explicam somente as dificuldades, a baixa do número de casamentos e baptismos contribui. Apesar de acidentes violentos, o movimento natural observado sobre a 1.^a metade de XIX, tornou-se positivo. Mas não o será a seguir; apesar da subida da natalidade e nupcialidade, o saldo natural será negativo até 1875. A emigração jogou um papel importante, mas não suficiente, para fomentar o crescimento da população; trata-se mais de mobilidade geográfica urbana do que de correntes migratórias bem constituídas ou sustentadas;

— urbanisticamente o facto de Bayonne ser ao longo dos séculos praça forte, associada a um desenvolvimento económico e demográfico limitados, não favoreceu a expansão da cidade, nem a sua renovação arquitectónica e urbanística. Verifica-se uma modernização urbana desequilibrada e limitada: preocupações com a higiene e limpeza, mas sem romper com o princípio medieval de responsabilizar os habitantes pela via pública; surpreendentes atrasos relativamente à evacuação de excrementos, abastecimento de água, segurança urbana e urbanismo de circulação. A renovação urbana revela-se modesta, quer pela pobreza da construção pública (subequipamentos até à Monarquia de Julho), quer privada. Na conjuntura extremamente difícil que conheceu a cidade nos dois últimos decénios do Antigo Regime, a renovação urbana passou, sem dúvida, a segundo plano.

Em suma, queda populacional, afundamento das trocas marítimas e terrestres, paragem na construção naval, modesta urbanização, marasmo com eco nos contemporâneos que olham idealmente o passado. Os últimos decénios do Antigo Regime denotam uma certa recuperação, mas sob a Restauração e a Monarquia de Julho, Bayonne não passa dum porto secundário. Poder-se-á explicar este destino de Bayonne?

A II Parte da tese tenta encontrar uma explicação:

— a pressão geográfica aparece como um dos factores condicionadores; desde os finais XVII as memórias multiplicam-se a propósito do estrangulamento da Barra do Adour, e suscitam, no século seguinte, paixões à volta das obras de melhoramento da embocadura. Mas a Barra não foi o único constrangimento; o seu modesto «*arrière-pays*», pouco povoado, sem produções agrícolas que sustentassem a exportação, fraqueza das actividades artesanais, nada que alimentasse relações com um mercado colonial ou com os portos da Europa do Norte. Depois um verdadeiro isolamento, com uma rede hidrográfica difícil, sem apoio viário, o afastamento dos principais eixos comerciais. Assim, isolada da França por 40 léguas de terras incultas e desertas, restava--lhe a Espanha, bem próxima a acessível;

— uma série de benefícios fiscais fizeram de Bayonne uma espécie de paraíso fiscal, que com o tempo se tornaram exorbitantes para os controladores do fisco. Nas mentalidades colectivas do negócio e da administração municipal, a franquia torna-se aspiração para restabelecer a prosperidade, ou seja, os «*privilégios*» que a punham fora da lei geral, eram um correctivo indispensável perante as desigualdades naturais;

— mas ainda, nos finais do reinado de Luís XIV, dois portos da Biscaia, Bilbao

e S. Sebastien, aparecem aos olhos da época, mais como concorrentes do que como complementares. No entanto os três portos têm muito em comum, o que pode explicar as dificuldades simultâneas do último terço de XVIII: um comércio livre fundado sobre a importação de mercadorias estrangeiras e a reexportação para o interior do país, recorrendo mesmo ao contrabando. O desenvolvimento do comércio marítimo com a Espanha fez-se no quadro duma estrutura embrionária em que a fronteira política não correspondia à fronteira económica, o que estava em oposição com a concepção dum mercado nacional unitário que pouco a pouco se impunha no séc. XVIII. Por outro lado, Bayonne cometia o erro de pensar que era etapa indispensável no trânsito das mercadorias da Espanha para o resto do mundo Atlântico, e era-o, mas só em tempo de guerra, ou porque o transporte terrestre se tornava preferível à insegurança do mar, ou por os inimigos de Espanha se dirigirem ao porto mais próximo, Bayonne, e daí o contrabando;

— a deslocação dos centros económicos do Atlântico para o Sena, Rouen, Havre e Paris, isolava Bayone do mercado nacional; como que uma república mercantil, dotada das suas próprias instituições, assim como de privilégios que a sua posição fronteiriça reforçava. Possuía uma jurisdição consular, indispensável a toda a praça comercial de alguma envergadura, mas que tinha interesse apenas para a cidade; sem tradição administrativa, sem aprelho judicial, sem funções regionais de comando político ou fiscal, tal privou-a dum impulso decisivo e não a situou à frente duma rede urbana hierarquizada;

— cidade quase exclusivamente comercial, revelada pela primazia das actividades terciárias e a fraqueza do sector produtivo (indústria modesta), sem apoio dum sector administrativo, relativamente dinamizada pelas necessidades da instalação dum exército. Uma cidade do terciário, com grande peso da domesticidade na população activa, extremamente subalfabetizada para o conjunto da população feminina; a mediocridade dos salários, perante uma cidade inflacionada pelo peso do exército, poderá ter dissuadido de se instalarem duravelmente na cidade os emigrantes (porque se elevados nos primeiros decénios de XVIII, embora inferiores a Bordéus, baixaram fortemente nos anos 30);

— os contornos dum grupo social dominante numa cidade tão exclusivamente de vocação comercial, levam a uma dupla constatação: o efectivo limitado em números absolutos, da comunidade negociante em relação aos grandes portos do Reino, Marselha ou Bordéus; o número elevado de negociantes em relação ao tamanho da cidade e sobretudo em relação ao volume de negócios realizados (nos finais do Antigo Regime, com 600 negociantes, ou seja, 3 ou 4 vezes mais do que Bayonne, Bordéus realizava um comércio 10 vezes superior em valor), o que augura a mediocridade do meio de negócios Bayonnês, e talvez dum capitalismo de envergadura restrita. Por outro lado, a nobreza local é constituída por uma nobreza de serviços, civil e militar e de antigos enobrecidos, saídos do comércio; estreitamente ligados pelos negócios, dinheiro e sangue, pequena nobreza e grande negócio formam uma aristocracia urbana dominante. Muito pouco numerosa, esta elite social transformou-se numa poderosa oligarquia, o que se torna uma fraqueza para a cidade, pois que uma gestão que leva ao endividamento, põe-na sob o controle dos grandes prestamistas.

Em suma, o trabalho de M.^{me} Pontet termina cumprindo o seu propósito, encontrar um conjunto de elementos comuns à história das cidades médias como Bayonne:

- o peso predominante dos factores exteriores, económicos e políticos;
- o peso do Estado com dupla entrada, receptor de impostos mas também dispensando riqueza (obras públicas);

— fragilidade da conjuntura quando a prosperidade repousa sobre uma actividade única e muito exclusiva;

Sem qualquer dúvida, o séc. XVIII, não foi, para Bayonne, história do crescimento...

Inês Amorim

MONTEIRO, Miguel — *Fafe dos «Brasileiros» (1860-1930) — Perspectiva Histórica e Patrimonial*, Fafe, 1991, 291 pp.

Antes de mais, refira-se que estamos em presença de um livro generoso, porque produto directo da acção empenhada que as associações de património cultural têm vindo a desenvolver pelo País no sentido de preservar as referências culturais das populações, as quais não passam apenas pelas grandes obras monumentais.

Depois é preciso dizer que se trata de um livro muito útil, porque procede à recolha de inúmeros materiais de natureza histórica, desde informações institucionais e de carácter sócio-económico até uma abundante iconografia (postais antigos e fotografias), permitindo reconstruir aspectos da vida social de Fafe, na época em questão. A utilidade deste livro reverte não só ao nível dos historiadores, que nele vêm um repositório de dados para integração em sínteses mais abrangentes, mas também ao nível da didáctica, enquanto mediador entre alunos e realidade histórica (se as aulas dos diferentes graus de ensino conseguirem transpôr o fosso entre o programa oficial e o nível da história local), e ainda ao nível da cidadania, contribuindo para chamar a atenção das pessoas para o significado histórico e simbólico da realidade envolvente.

Parece-nos, porém, que o livro enferma de uma frágil estruturação, apresentando-se como meio termo entre as monografias locais tradicionais, (do tipo «das origens à actualidade») e as monografias temáticas, aqui, obviamente, o papel dos «brasileiros» no desenvolvimento local. A sedução permanente pela inclusão de informações de todos os tipos, faz com que a sequência natural do texto sobre os «brasileiros» seja interrompida, ora por referências à história medieval, ora por informações urbanísticas, etc., frequentemente sem conexão com o fio discursivo e resvalando, por vezes, para o anacronismo. Com efeito, uma mais cuidada delimitação temática teria permitido otimizar o notável trabalho de levantamento fotográfico das casas de «brasileiros» e suas referências biográficas.

Fica-se, assim, com a ideia e a esperança de que este livro corresponda a uma primeira fase de investigação. Ulteriormente, será de evitar a colagem entre as explicações genéricas e globalizantes e as situações delimitadas e concretas. Por exemplo, o discurso da emigração enquanto processo de substituição de escravos não condiz com este tipo de emigrante retornado, não duvidando, porém, que de Fafe saíssem muitos emigrantes naquele contexto, já que é possível documentar diversos fluxos desse tipo. Um pouco de atenção às biografias teria permitido evidenciar o importantíssimo papel das redes familiares na inserção destes emigrantes de sucesso, bem como os seus comportamentos peculiares de retorno, alguns dos quais voltam a Portugal, mas só esporadicamente ao torrão natal, já que preferem a cidade (o Porto, de preferência), esse mundo urbano de maiores oportunidades e diferentes vivências para quem possui capital. Em muitos casos, a casa da província é apenas uma segunda casa, com funções de descanso, apego sentimental e afirmação social. Em resumo, a problemática torna-se cada vez mais clara se, em vez de falarmos de um modelo de emigração, aceitarmos vários tipos de emigração sobrepostos no tempo e no espaço.

Se é certo que a preocupação do autor foi, de algum modo, a de referenciar os contributos mais evidentes dos brasileiros no domínio do património, é importante não esquecer a(s) forma(s) como o processo de retorno (ou de envio de remessas) se articula com a sociedade de partida, questão neste livro praticamente olvidada. Talvez, então, os «brasileiros» não nos surjam como um grupo tão exótico como a literatura oitocentista pretendeu fazer crer e seja possível perscrutar uma assinalável interacção entre emigração e família com resultados sociais mais discretos, mas nem por isso menos eficazes.

Sublinhem-se, ainda, dois méritos deste livro, ao documentar o papel de uma ascensão social mais evidente ao nível da segunda geração, quase sempre a principal beneficiada com o acréscimo de poder económico produzido pela emigração (no caso do Brasil, quando não se colocavam os problemas de desintegração cultural e linguística que a emigração intra-europeia produziu nos filhos de emigrantes que retornam), bem como as responsabilidades do capital da emigração no rejuvenescimento do tecido industrial, facto já posto em evidência por M. Filomena Mónica (*Análise Social*, n.º 99).

Edição de autor, com o apoio do mecenato local.

Porto, Nov./91

Jorge Fernandes Alves

VIEIRA, Nelson H. — *Brasil e Portugal — a imagem recíproca (o mito e a realidade na expressão literária)*, Lisboa, Ministério da Educação/ICALP, 1991, 251 pp.

Trata-se de uma visão global do relacionamento entre portugueses e brasileiros, desde o século XVI à actualidade, traçada por um intelectual norte-americano de ascendência portuguesa, ou seja, um observador capaz de conjugar um estatuto de neutralidade com o fascínio que o mundo de língua portuguesa exerce sobre as ramificações da diáspora lusíada. Conjugando a análise das literaturas portuguesas e brasileiras com a contextualização histórica, este estudo constitui um autêntico guia para a abordagem de um longo processo de ressentimentos, hostilidade e indiferença, a que não faltam os momentos xenófobos.

Porém, a via da literatura, para a percepção das representações recíprocas, parece-nos ser responsável pelo tom demasiado negativo em que os dois povos supostamente se revêem. Na verdade, o livro não consegue explicar satisfatoriamente esse paradoxo de tanta antipatia ser compatível com uma grande atracção mútua, responsável por uma imigração maciça de portugueses, na sua maior parte assimilada. A fixação em certos estereótipos anti-portugueses como efeito literário não será, de alguma forma, produto do circuito fechado e repetitivo em que as élites literárias, sociais e políticas se movimentavam? Por exemplo, do lado português, a obsessão camiliana contra o brasileiro de «torna-viagem» não se explicará, em grande medida, pela incapacidade pessoal de Camilo em ultrapassar o obstáculo «brasileiro» na sua questão amorosa, que o levará à cadeia e, suprema humilhação, o obrigará a recolher-se à exótica casa amarela de S. Miguel de Ceide deixada por Pinheiro Alves? Enquanto a verve camiliana, quixotesca, espadeira dezenas de personagens de

brasileiros, não é verdade que estes suscitavam um generalizado efeito de emulação entre a população, facto que não podemos olvidar e que atinge mesmo as camadas intelectuais, com amigos íntimos de Camilo a emigrarem, como Faustino Xavier de Novais que parte em 1856?

De qualquer modo, o livro vale como um exorcismo, ao considerar a conflitualidade como o tema central do estudo, não se eximindo aos aspectos menos desagradáveis, nem caindo na tentação de esboçar uma fraternidade idílica. Ao dissecar o destempero mútuo, o autor aponta razões e sugere alguns caminhos para o diálogo.

Refira-se que a obra está estruturada em sete capítulos. Nos dois primeiros, o autor aborda os laços históricos e a produção literária antes da independência (1822), ilustrando o caminho da descoberta de uma identidade própria por parte dos «mazombos» face aos «reinóis», salientando o papel da literatura de Minas dos finais do século XVIII como um passo em frente na afirmação nacionalista. Os dois capítulos seguintes tratam da imagem do Brasil na literatura portuguesa e da lusofobia no romance brasileiro, durante o século XIX. Neste campo, a contextualização histórica praticamente não existe, o que é pena, pois os movimentos políticos e sociais, para além da independência, muito ajudariam a compreender a mútua hostilidade, que teve nos numerosos tumultos anti-portugueses a sua expressão mais nítida, para não falarmos numa mais discreta agressividade legislativa de parte a parte. Os três capítulos finais referem-se, fundamentalmente, ao século XX, com uma perspectiva do movimento cultural luso-brasileiro (movimento de intenções por parte de políticos e eruditos, que têm apostado na aproximação entre as duas culturas, invocando as afinidades históricas, realizando convénios, congressos, visitas, com muita retórica e poucos resultados práticos), e, naturalmente, uma aproximação às imagens dos dois países na literatura, as quais, apesar dos casos excepcionais de compreensão como os de Ferreira de Castro e Miguel Torga, continuam a espelhar o desdém ou a indiferença, apesar da esperança que recentes movimentações permitem acalentar.

Jorge Fernandes Alves

MATOS, Sérgio Campos — *História, mitologia, imaginário nacional — A História no Curso dos Liceus (1895-1936)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, 252 p.

O presente estudo insere-se numa perspectiva actualizada de Didáctica da História, a exemplo da que vem sendo adoptada por certos meios, designadamente afectos à «International Society for History Didactics», sediada na Alemanha¹. Assim, além da usual metodologia — a que, habitualmente, a mencionada Didáctica se tem circunscrito — analisam-se os conteúdos e a respectiva selecção, os objectivos — específicos e gerais, explícitos e implícitos —, os meios utilizados, a «construção» da memória colectiva, a mitologia e o imaginário. Em suma: pela referida óptica, é a cultura histórica — com tudo o que lhe está associado — que se procura investigar.

Partindo de um contexto alargado e de um questionário incidindo sobre a História, a mitologia e o imaginário nacional, Sérgio Campos Matos foca, em particular, a disciplina de História no Curso dos Liceus, adoptando como balizas as

¹ A dita Associação publica uma revista, intitulada *Informations*, cujo último número (1991, vol. 12, n.º 1) foi recentemente publicado.

datas de 1895 e 1939. A periodização seguida — discutível, como muitas outras possíveis — justifica-se, não só pelo significado das reformas do ensino secundário liceal efectuadas no referido lapso de tempo, como por se tratar de um período com alguma unidade, na transição de um sistema de acentuado liberalismo pedagógico — em sintonia com o liberalismo político — para um outro, em que a acção pedagógica passa a estar sujeita a apertada vigilância². Ao «libertar-se» dos tradicionais marcos de índole política, foi possível ao autor seguir a evolução do tema no médio prazo e, bem assim, detectar alguns desfasamentos entre os regimes políticos — Monarquia Constitucional, I República e Estado Novo — e as inovações e práticas pedagógicas.

Na *Introdução* (p. 7-14), S. Campos Matos detém-se na definição da problemática. Equaciona o tema — ou, melhor, os temas — a abordar, em função da interdisciplinaridade, da pertinência, das fontes utilizadas e da perspectiva adoptada. Quanto à interdisciplinaridade, revela-se bastante positivo o recurso a disciplinas variadas — entre as quais, a Linguística, a Literatura, a Psicologia e a Sociologia, como se deduz da própria bibliografia referenciada ao longo e no final do trabalho — que, integradas numa visão geral da História da Cultura, muito contribuem para esclarecer assuntos do âmbito da História e do seu ensino. A pertinência de um estudo deste tipo advém não só da componente histórica (logo, passada) propriamente dita, mas também da sua relação com o presente. Ao referir-se a um certo mal-estar, em Portugal como noutros países, a «propósito da ignorância dos [...] alunos sobre factos capitais da nossa história», o autor acrescenta (p. 8): «Neste domínio, em Portugal, como em França ou nos Estados Unidos da América, talvez que os problemas sejam, em grande parte, os mesmos: a desconstrução das memórias colectivas, especialmente da memória da nação, o esvaziamento de um certo imaginário nacional, mas, simultaneamente, a crescente atenção pelas memórias locais e regionais». Como é sabido, passa por esta problemática uma certa reabilitação da História Local, hoje notória em diversos países.

No que se refere às fontes, informa o autor (p. 9): «Baseando-nos essencialmente em manuais de História de Portugal e em livros de leitura (adoptados no ensino secundário liceal e no ensino primário), procurámos estabelecer um confronto entre múltiplas representações da nação e de algumas figuras históricas mais representativas, sobretudo do ponto de vista da projecção cultural e do investimento sentimental e mítico que adquiriram na época contemporânea, e, mais precisamente, num período que se estende dos finais do século XIX (1895) à fase inicial do Estado Novo (até 1939)».

A legislação — ainda que não tenha sido expressamente referida na passagem citada — constitui, igualmente, um núcleo de fontes bastante significativo (p. 225-226). Ao invés, os manuais de História e livros de leitura, adoptados no ensino primário, só escassamente foram utilizados, o que, aliás, é compreensível, em virtude de o estudo deste grau de ensino não constar dos objectivos do trabalho em foco, como se verifica pelo próprio subtítulo.

Finalmente, na perspectiva adoptada, Campos Matos «privilegia essencialmente os critérios endógenos de análise do próprio discurso *em si*, na sua imanência, no seu modo específico de funcionamento, discurso dotado de uma lógica e um léxico específicos, recorrendo a determinados figuras de retórica, com as suas constantes, e

² Para o assunto, considerado genericamente, já M. Ferro chamou a atenção, ao escrever: «Pois, na verdade, o Estado e o político não são os únicos a colocar a história sob vigilância. Também o faz a sociedade, que, por sua vez, censura e autocensura qualquer análise que possa revelar suas interdições, seus lapsos, que possa comprometer a imagem que uma sociedade pretende dar de si mesma» (Marc Ferro, *A História vigiada* (trad. do francês), São Paulo, 1989, p. 1).

em que emergem certos sinais de inovação» (p. 10). Deste modo, coloca deliberadamente, entre parêntesis, muito do que se encontra a montante e a jusante, para focar o próprio discurso *em si* (como sublinha), veiculado pelos manuais de História e livros de leitura, elaborados de acordo com a legislação e as orientações/instruções emanadas do poder político. As vantagens de tal perspectiva estão à vista: o ter sido possível analisar, desenoivamente e com certo pormenor, o discurso — escrito e imagético —, transmitido pelos referidos meios didácticos (manuais de História e livros de leitura). Sobre algumas limitações, inerentes ao ponto de vista adoptado, ocupar-me-ei mais adiante.

Seguidamente (ponto 2), é analisado o «Sistema de ensino, a História e ideologia». Passam-se em revista as várias reformas do ensino secundário liceal, efectuadas no período estudado, com destaque para as de 1895, 1918 e 1936. Assim, no que se refere à de 1895 (de Jaime Moniz), chama-se a atenção para o facto de se ter colocado a «tónica na [...] formação espiritual e ética», contrariamente a um certo pragmatismo das reformas dos anos 80, as quais davam «relevo ao objectivo de preparação dos estudantes para a vida prática» (p. 25). Quanto à reforma de 1918 (de Alfredo de Magalhães), mereceram destaque alguns aspectos inovadores, designadamente: a contemplação do *método regressivo* no desenvolvimento do programa — segundo o qual os assuntos são focados por ordem inversa de sucessão, partindo-se dos mais recentes para os mais remotos — e da *história local*, de temática facultativa, consoante a região em que o ensino era ministrado (p. 28). Por último, da reforma de 1936 (de António Carneiro Pacheco), são realçados os objectivos do ensino liceal que mais se adequavam à formação de uma «mentalidade corporativa», à «missão educativa da Família e do Estado» e ao facto de o ensino dever estar «ao serviço da unidade moral da Nação» (p. 35).

«Os livros escolares — linguagem e ideologia» são objecto de análise no capítulo 3. Campos Matos, partindo da perspectiva de que o livro escolar é, simultaneamente, «*suporte* básico dos conteúdos educativos», «veículo de um dado sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura», estuda-o sobretudo como «lugar de memória» (p. 48-50). Ao tratar das «condições de produção (p. 54-63), refere-se, entre outros factores, ao «livro único» e ao seu significado. Em seguida, detém-se sobre os dois tipos de discurso pedagógico: escrito e imagético. Acerca do primeiro, estuda a função desempenhada por certos vocábulos (verbos e advérbios moralizadores) ou por figuras de estilo, como a metáfora, a hipérbole e a ironia. Acerca do segundo — que, como bem nota, não constitui apenas «um complemento de informação iconográfica, mas um discurso paralelo» (p. 75) —, o autor debruçou-se sobre vários aspectos, desde a selecção de imagens, ao relevo que lhes era dada pela respectiva escala e ainda às legendas, geralmente bastante esclarecedoras, sob o ponto de vista ideológico. Através da reprodução de diversas figuras históricas (Figuras 1 a 9, entre as p. 80 e 81), concretiza-se uma boa parte do que é afirmado no texto.

O quarto e último capítulo — que é, simultaneamente, o mais extenso (p. 84-173) — visa «a caracterização de uma mitologia nacional». Além de focar, com algum desenvolvimento, o *mito* — quanto à sua caracterização e funções —, Campos Matos, através de perspectivas diferentes mas complementares, pasa a dedicar-se à análise de questões da maior pertinência, para o esclarecimento do tema fulcral. Assim, de forma predominantemente globalizante e sintética, trata «o progresso e a decadência», «a raça e o destino», o «romantismo, o positivismo e o culto dos heróis», procurando detectar a influência dos factores e/ou das correntes de pensamento indicados, no discurso histórico veiculado pelos respectivos manuais. De modo mais analítico, traça os «perfis de uma mitologia nacional», recorrendo ao estudo de «alguns perfis heróicos da nossa

história», desde Afonso Henriques a Alexandre Herculano, passando, entre outros, por Nuno Álvares Pereira, Camões, D. João III e Pombal (p. 135-164). Considerando globalmente os ditos perfis, o autor distingue dois paradigmas de heroísmo: *liberal-oitocentista*, com «marcas mais ou menos sensíveis do romantismo e do modelo positivista»; *tradicionalista do Estado Novo*, do qual ressalta o herói-estadista, «o condutor de homens, aquele que reúne os supremos atributos da personalidade voltada para a acção» (p. 166-173).

Sérgio Campos Matos, ao enquadrar o tema que se propôs investigar segundo uma perspectiva suficientemente vasta — visto ter considerado factores não só de ordem histórica, mas também ideológica, pedagógica e política —, contribuiu para lançar nova luz sobre um tema que, como muitos outros da História Contemporânea de Portugal, se encontrava insuficientemente estudado. Fê-lo, aliás, utilizando metodologia actualizada — como se deduz, por exemplo, do facto de ter recorrido a diversos tipos de fontes, de ter praticado a interdisciplinaridade e ainda de ter usado diversas perspectivas —, revelando uma razoável preparação teórica e um não menos significativo poder de síntese. Com efeito, nas escassas 173 páginas de texto, não seria fácil dizer muito mais. Por outro lado, a informação e fundamentação, condensadas nas numerosas notas de fim de texto (num total de 750), merecem igualmente uma referência elogiosa.

Todavia, do que acaba de dizer-se não deve, obviamente, inferir-se que estamos perante um trabalho perfeito. Como é sabido, tal não existe, pelo que passo a analisar alguns dos aspectos mais discutíveis — ou, pelo menos, susceptíveis de reparo — do presente estudo.

O discurso pedagógico, veiculado pelos manuais de História e pelos livros de leitura, não constituía — como não constitui — um fim em si mesmo. Consequentemente, conviria averiguar, a jusante: que efeitos produziu, no público-alvo a que se destinava? Que marcas deixou a história ensinada?³ Dadas as dificuldades de que tal investigação se revestiria — por exigir, por exemplo, a aplicação de inquéritos a grupos relativamente numerosos —, ao menos deveria ter sido seguida uma outra pista, relacionada com a génese do referido discurso. A *biografia* e a própria *prosopografia* podiam ter ajudado a esclarecer diversos aspectos, a montante do discurso transmitido pelos meios e agentes do sistema escolar. Por exemplo, quais as consequências, para o respectivo produto (livros escolares de História e Português), do facto de grande parte dos respectivos produtores/autores — como sublinha Campos Matos (p. 219) — se ter formado em Direito pela Universidade de Coimbra? Com efeito — e salvo algumas honrosas excepções —, não se tratava de historiadores de profissão nem, por certo, de especialistas em educação, do que, inevitavelmente, advieram repercussões, nem sempre positivas. Acrescente-se, de passagem, que as «referências bibliográficas de personalidade citadas» (p. 210-224) se revelam insuficientes e lacunares, o que se deve, em parte, ao atraso em que os estudos biográficos se encontram em Portugal. Contudo, nem mesmo alguns dos referidos elementos constantes desta secção foram utilizados no corpo do texto. A título de exemplo, atente-se no que respeita a João Serras e Silva, considerado no texto, erradamente, «professor do ensino secundário» (p. 132) e, nas «Referências bibliográficas...», «éedico e professor da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Letras de Coimbra [...] e da Escola Normal Superior» (p. 223).

Também merecia uma referência, ainda que sucinta, a ligação entre a *História ciência* e a *História docência*. Com efeito, embora fosse esta a constituir, verdadeiramente, o cerne do presente estudo, não terá ela sido, em certos casos, como que um espelho da

³ M. Ferro, *idem*, p. 108.

primeira? Por outras palavras: a história factual, recheada de «grandes» eventos e de personalidades políticas e militares — à qual se alude frequentemente na obra em foco (p. 39 e *passim*) —, que se ensinava não era, afinal, aquela que, pela mesma altura (1895-1939), era fundamentalmente produzida, em termos de investigação? Tratava-se, como é sabido, daquela histórica a que, na sequência dos estudos de Charles-Olivier Carbonnel, G. Bourd e e H. Martin⁴, tem vindo a ser adjectivada de «metódica», para a distinguir da escola histórica «positivista», de influência comtiana. A despeito de o autor aludir, de passagem,  s duas tendências historiográficas, justificava-se que se lhes referisse mais especificamente, caracterizando-as no que têm de essencial e distinto.

A *memória colectiva* foi-se modificando, ao longo do período estudado, ainda que de forma muito lenta e, por vezes, quase imperceptível. Tal facto pode levar-nos a reflectir sobre a interac o entre regime político e a referida memória. Poder-se-  afirmar, de modo sucinto, que o regime político modela — ainda que não de forma exclusiva e absoluta — a memória colectiva. Esta, porém, também é condicionada por outros factores, bem mais permanentes e estáveis que o próprio contexto político. Trata-se como que de algo inerente   própria natureza humana, mas que não foi objecto de análise no presente trabalho. Sobre o assunto, são bastante elucidativas as seguintes palavras de Lucette Valensi: «D'une mani re plus général, on pourrait dire encore que la mémoire collective partage quelques traits avec l'album de famille. Celui-ci, aide mémoire du groupe domestique, organise dans un ordre généralement chronologique les hauts faits vécus ensemble. Mais il ne retient à vrai dire que les  v nements heureux. Va-t-on enregistrer un échec scolaire ou professionnel, un conflit, un divorce, un enterrement? Non, l'album remet en scène les célébrations joyeuses. De même, la mémoire collective pr f re les victoires»⁵.

Para finalizar, somente chamarei a aten o para alguns pormenores, de índole formal/metodológica que, em eventual reedi o, convirá corrigir. O número da nota 10 aparece repetido (p. 10 e 11), pelo que, o que aparece em segundo lugar, corresponde á nota 11. Deverá uniformizar-se a grafia do vocábulo «simultaneamente» que, em certos casos (p. 139, 143 e 224) aparece indevidamente acentuado. A chamada de aten o, segundo a qual os sublinhados a utilizar posteriormente pertencem ao autor (p. 185, nota 219), faria mais sentido aparecer no in cio do estudo, ao mesmo tempo que torna desnecessária a observa o da p. 70 («todos eles com sublinhados nossos»). Na p. 181, existe uma gralha na palavra «criticaram» (l -se «citicaram»). Ao referir-se a Luís António Verney (p. 224), afirma que «viveu em Itália desde 1836», enquanto o ano correcto é o de 1736.

Alguns assuntos mereceriam ter sido um pouco mais desenvolvidos, tendo em conta a sua recente revaloriza o pedagógica. Entre outros, podem focar-se a «narrativa em história» (p. 35) — já tão significativa desde os inícios do século XX, por exemplo na obra de Ars nio Augusto Torres de Mascarenhas⁶ e há pouco reabilitada por

⁴ Charles-Olivier Carbonell, *Histoire et historiens. Une mutation idéologique des historiens français. 1865-1885*, Toulouse, Privat, 1976, p. 401-451; Guy Bourd e e Hervé Martin, *Les  coles historiques*, Paris, Ed. du Seuil, 1983, p. 137-170; José M. Amado Mendes, *A história como ciência. Fontes, metodologia e teoriza o*, 2.ª ed. Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 66-73.

⁵ Lucette Valensi, «Silence, d n gation, affabulation: le souvenir d'une grande d faite dans la culture portugaise», *Annales. E. S. C.*, 46.º Ano, 1991, n.º 1, p. 4.

⁶ Ars nio Augusto Torres de Mascarenhas, *Notícia de alguns homens mais notáveis e episódios da História Portuguesa. Obra aprovada pelo Governo para uso dos alunos do 1.º anno ou da 1.ª classe do curso dos Lyceus*, 2.ª ed., Lisboa, Typographia Commercio, 1901.

L. Stone⁷ — e o «ensino em espiral» — a que alude, embora sem utilizar esta expressão, na p. 39 — a que Jerome S. Bruner atribui uma significativa função pedagógica.

O que se acaba de referir não visa, obviamente, diminuir a importância do trabalho em foco, em particular numa área em que escasseiam os estudos entre nós, como é a de uma reflexão crítica sobre o ensino da história, a vários níveis. A própria natureza do trabalho — tese de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas (época contemporânea) (p. 5) —, por certo, não terá propiciado um maior desenvolvimento de alguns assuntos, devido às limitações a que esse tipo de estudo se encontra sujeito.

José M. Amado Mendes

(Fac. de Letras da Universidade de Coimbra)

⁷ Lawrence Stone, «The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History», *Past and Present*, n.º 85, 1979, p. 3-24.

ÚLTIMAS ENTRADAS

«AFRICANA», Porto.

Annales Ecclesiastiques y seculares de la Muy Noble y Muy leal Ciudad de Sevilla, 5 vol.
Reprint. 1988.

«BERCEO». Logroño.

«CISTERCIUM». 1991.

«DIDASKALIA», Lisboa.

«ESTUDOS MINDONIENSES»: Anuario de Estudios Historico-Teologicos de la
Diocesis de Mondoñedo. El Ferrol.

«HISTORIA INSTITUCIONES DOCUMENTOS». Sevilla.

REVISTA DE HISTORIA DAS IDEIAS. Coimbra.